



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

“A SOLDADESCA DESENFREADA”:
politização militar no GRÃO-PARÁ da Era da Independência
(1790-1850)

Shirley Maria Silva Nogueira

Salvador
2009

Shirley Maria Silva Nogueira

**“A SOLDADIESCA DESENFREADA”:
politização militar no GRÃO-PARÁ da Era da Independência
(1790-1850)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eugênio Líbano Soares
Co-Orientador: Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes

Salvador
2009

N778 Nogueira, Shirley Maria Silva
“A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência
(1790-1850). / Ana Maria Assiz Santos. – Salvador, 2009.

341f.:

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eugênio Líbano

Co-Orientador: Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, 2009.

1. Militares – Brasil. 2. Soldados. 3. Revoltas. 4. Política. I. Soares, Carlos Eugênio Líbano. II.
Gomes, Flávio dos Santos. III. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. IV. Título.

CDD – 981

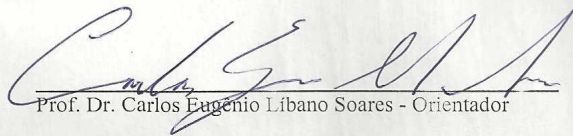
FOLHA DE APROVAÇÃO

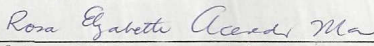
Título: "A SOLDADESCA DESENFREADA": politização militar no
GRÃO-PARÁ da Era da Independência (1790-1850)

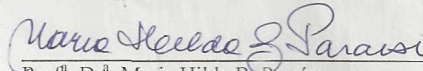
Autora: Shirley Maria Silva Nogueira

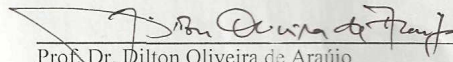
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal
da Bahia - UFBA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.


Aprovada por:


Prof. Dr. Carlos Eugênio Libano Soares - Orientador


Prof.^a. Dr.^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
(NAEA/UFPA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/ Universidade Federal
do Pará)


Prof.^a. Dr.^a. Maria Hilda B. Paraiso
(UFBA - Universidade Federal da Bahia)


Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo
(UFBA - Universidade Federal da Bahia)


Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires
(UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano)

SALVADOR

2009

A Deus.

A Antônio Ferreira.

Em memória dos amigos de infância Emanuel
Ribeiro da Luz, Núbia Ribeiro da Luz e a
Almerinda Oliveira.

Agradecimentos

Esta tese não é fruto apenas de um esforço individual. Precisou da colaboração generosa de várias pessoas ao longo de pelo menos quatro anos. Seria injusto esquecer ou eleger alguém mais importante. Enfim, quero agradecer a todos igualmente.

Ao meu orientador Carlos Eugênio Líbano Soares pela paciência na leitura dos capítulos e partes (muitas vezes escritos às pressas) e pelas sugestões valiosas e pontuais. Ao meu co-orientador Flávio dos Santos Gomes pelo seu eterno incentivo, cessão de fontes importantes da Biblioteca Nacional, além dos ensinamentos com a pesquisa histórica. Adler Homero Fonseca de Castro mais uma vez me ajudou a entender a ordenação e funcionamento da estrutura militar no Brasil colonial e pós-colonial. A professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin pelos fundamentais ensinamentos sobre o ofício de historiador e como referência acadêmica da história na Amazônia.

Devo agradecer também aos funcionários do Arquivo Público Estadual do Pará: Mara, Jesus, Arildo, Gorete, Geovan Araújo, Ângelo Barbosa, Rosa Lima, Alan Silva e Nazaré Ricardo. No dia-a-dia da pesquisa descobri companheiros de competência invejável. Aos funcionários do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro pela disponibilidade e ajuda para dominar os instrumentos de pesquisa e seus respectivos fundos, possibilitando uma investigação precisa na minha breve estadia.

É fundamental agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA e a CAPES por terem proporcionado estrutura e bolsa de estudos, condições fundamentais para produzir esta tese. À Ariane -- da secretaria de pós-graduação --, pela eterna disposição em ajudar diante das questões burocráticas. As coordenadoras da pós-graduação Lígia Belini e antes Maria Hilda Paraíso; e os professores João José Reis, Cecília Velasco e a Zamparoni agradeço pelos cursos e orientações acadêmicas em geral. Ao professor João Reis minha gratidão com as sugestões pontuais na divisão e estrutura da tese.

O período de disciplinas e cursos na UFBA, em Salvador, foi também tempo para importantes amizades, que tornaram o período longe de familiares e amigos de Belém algo suportável. Agradeço ao querido Aldemir Júnior pela amizade e companhia constante em todos os caminhos da UFBA. Ao generoso Paulo Esteves pela recepção calorosa desde os primeiros dias em Salvador. Aos amigos Cláudia, mestre Moraes e demais membros de sua “roda de capoeira”; refúgio e principal lazer dos sábados à noite.

Os amigos de Belém foram igualmente importantes, como Carlos Augusto Castro Bastos e Siméia Trindade Lopes. Tanto na torcida, apoio e incentivo, como em livros emprestados, interlocução intelectual e documentos cedidos. Com Carlos travei longas discussões sobre o assunto dessa tese no Arquivo Público. Por motivos semelhantes agradeço também a Adilson Brito e Alanna Souto. Danielle Moura foi muito gentil ao ceder a documentação sobre o governo do Marechal Francisco Soares de Andréa. A amiga Aline Pinheiro, auxílio luxuoso na transcrição de fontes no Arquivo Público.

Por último - não menos importante – agradeço a minha família pelo carinho e apoio incondicional. A minha mãe e meu pai pela paciência ilimitada com todas as minhas ausências. As minhas irmãs Cristiane Silva Nogueira e Cláudia Sueli Silva Nogueira, esta pela confecção dos mapas e leitura do texto, a primeira por ter ajudado na tarefa de quantificação de alguns dados históricos.

[...] A horda heterogênea influenciou a história social, organizacional e intelectual daquela época e demonstrou que a Revolução Americana não foi um fenômeno da elite ou nacional, pois sua gênese, seu processo, seu resultado e sua influência estavam ligados à circulação de experiência proletária em volta do Atlântico. Essa circulação continuaria pela década de 1780, com os veteranos do movimento revolucionário na América levando seu conhecimento e experiência para o Atlântico oriental, iniciando o pan-africanismo, promovendo o abolicionismo e ajudando a despertar as tradições adormecidas de pensamento e ação revolucionária na Inglaterra e, mais amplamente na Europa. A horda heterogênea ajudaria a desintegrar o primeiro Império britânico e a inaugurar a era atlântica de revolução.

(Peter Linebaugh e Marcus Rediker)

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo histórico de “politização” das tropas e soldados no Grão-Pará entre 1790 e 1850. Ao longo desse período ocorreram diversas guerras, sedições e revoltas em várias partes da Europa e da América Espanhola, redefinindo as configurações políticas e as formas de governo no mundo ocidental. Um processo mais amplo que também afetou o Império luso, desdobrando em sedições e práticas políticas de variados grupos, com múltiplos projetos de inserção social no Grão-Pará até meados do século XIX. Dentre os variados setores, encontrava-se aquele composto por militares de diversas origens sociais e raciais.

A perspectiva aqui é refletir sobre os papéis sociais de setores militares, de soldados a oficiais inferiores. Nas ruas e nos quartéis, os envolvidos em sedições e motins também estavam influenciados pela circulação de idéias e novas formas de reivindicações provenientes de várias partes da Europa e da América colonial, incorporando-as nas antigas tradições de protesto frente às políticas e estruturação militares do Estado Português. Em determinados contextos de sedições e motins, tais militares estavam tanto interessados em resolver problemas internos da “caserna” como promover algumas mudanças na hierarquia social do período colonial, e mantidas no pós-1822. A participação de soldados e oficiais em motins e levantes foi coibida por meio da generalizada violência – com o expurgo das tropas ou assassinatos de suas lideranças – e acompanhada de promessas de reforma na estrutura militar vigente.

Palavras-Chaves: soldados, revoltas e politização

Abstract

The aim of this study is to analyze the soldiers' politicking process in Grão-Pará during the years of 1790-1850. Along this period, several wars and revolts happened in Europe and Spanish America that modified and helped to build up the politics and government forms in the occidental world. These movements influenced the Portuguese Empire, provoking several revolts and politics actions of many social groups, with many projects of social inserting in the Grão-Pará until middle of the century XIX. Among many other groups there were militaries involved with this process.

The perspective in this study is to reflect on the socials papers of militaries, from soldier the inferior officers. On the streets and barracks, they were influenced by spread of ideas and new forms of disagreements that came from the questionable movements which occurred in Europe and America, they got fit in their old traditions ways of fighting against the military politic of the Portuguese state. In some context of revolts, this militaries to want as to solve internal problems in the "quarters" as to promote some changes in the social hierarchy established during the colonial period, and reinforced in the post-independent period. These militaries' performance in revolts that had intervention aspect in the state politic was combated with violence – it means the exclusion of the troops or killing the troops' leaders – and also with the promise of reforming the Army rules.

Keywords: soldiers, revolts, politicking

Lista de Mapas

Mapa 2: Estado do Grão-Pará e Rio Negro, 1778	35
Mapa 3: A Província do Grão-Pará – 1826	38

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Homens em Idade Militar da Capitania do Rio Negro de 1778.	119
Gráfico 2: Motivos das Promoções dos Militares da Tropas do Grão-Pará de Promoção de 1780-1794.	130
Gráfico 3: Cor dos Promovidos nas Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro de 1780-1794.	137
Gráfico 4: Nacionalidade dos Oficiais da Tropa de Infantaria Paga de Belém, no Ano de 1821.	157
Gráfico 5: Nacionalidade dos Oficiais da Tropa de Infantaria Paga de Belém por Posto, no Ano de 1821.	158
Gráfico 6: Naturalidade dos Oficiais da Tropa de Infantaria Paga de Belém, no Ano de 1821.	159
Gráfico 7: Ano de Entrada dos Oficiais na Tropa de Infantaria Paga de Belém , no Ano de 1821.	160
Gráfico 8: Motivo da Promoção de Militares para as Tropas do Pará entre os anos de 1799-1810.	163
Gráfico 9: Cor dos Oficiais Promovidos nas Tropas do Grão-Pará e Rio Negro de 1799-1810.	165

Lista de Tabelas

Tabela 1: Total da População da Capitania do Grão-Pará em 1778.	44
Tabela 2: População Livre e Escrava das Comarcas de Belém, Marajó e Rio Negro	45
Tabela 3: População de Belém das Últimas Décadas do Século XVIII.	47
Tabela 4: Escravos Africanos Desembarcados na Cidade do Pará.	60
Tabela 5: População da Região de São Miguel do Guamá ao Gurupí de 1778.	66
Tabela 6: População da Região de São Miguel do Guamá ao Gurupí de 1820	67
Tabela 7: População da Costa Oriental em 1778.	69
Tabela 8: População da Costa Oriental em 1820.	69
Tabela 9: População da Região de Melgaço em 1778.	71
Tabela 10: População da Região de Melgaço em 1820.	71
Tabela 11: População da Costa Setentrional em 1778.	74
Tabela 12: População da Costa Setentrional em 1820.	75
Tabela 13: População da Região do Xingu em 1778.	76
Tabela 14: População da Região do Xingu em 1820.	77
Tabela 15: Relação dos Produtos que Entravam no Porto de Gurupá em 1827.	80
Tabela 16: População da Região de Santarém em 1778.	81
Tabela 17: População da Região de Santarém em 1820.	83
Tabela 18: População da Ilha do Marajó em 1816.	87
Tabela 19: População da Ilha do Marajó em 1823.	88
Tabela 20: População do Rio Negro de 1778-1796.	91
Tabela 21: População do Rio Negro Localizada no Baixo Amazonas em 1820.	91
Tabela 22: População do Rio Negro Localizada no Médio e Alto Amazonas em 1820.	91
Tabela 23: População do Rio Negro Localizada na Região Noroeste em 1820.	92
Tabela 24: População do Rio Negro Localizada na Região Sudeste.	93
Tabela 25: População da Comarca do Rio Negro de 1821-1833.	95
Tabela 26: Produção da Capitania do Rio Negro de 1773-1786.	96
Tabela 27: Percentuais de Homens Recrutados nas Diferentes Regiões do Grão-Pará de 1778.	109
Tabela 28: Homens Recrutados Para Compor as Tropas de Belém e Vilas do Pará de 1795.	111
Tabela 29: Ofício dos Praças Cabeças de Famílias da Tropa Auxiliar de Belém de 1778.	114
Tabela 30: Ofício dos Praças Cabeças de Famílias da Tropa Paga de Belém de 1778.	115
Tabela 31: Ofício dos Praças Cabeças de Famílias da Tropa Auxiliar de Cametá	116
Tabela 32: Cor dos Praças Cabeças de Famílias da Tropa Auxiliar de Belém de 1778.	120
Tabela 33: Cor dos Praças Cabeças de Famílias das Tropa Paga do Grão-Pará de 1778.	121
Tabela 34: Cor dos Praças Cabeças de Famílias da Tropa Auxiliar da Costa Oriental, nas Regiões de Melgaço e de São Miguel do Guamá ao Gurupí 1778.	121
Tabela 35: Praças da Tropa Auxiliar de Cametá de 1793	122
Tabela 36: Categoria Sócio-Econômica dos Praças Cabeças de Famílias das Tropas Auxiliares e Pagas da Regiões de Belém e Melgaço e da Costa Oriental de 1778	124
Tabela 37: Categoria Sócio-Econômica das Tropas Pagas de Belém em 1778	134

Tabela 38: Relação de Recrutados em Cametá 1823.	148
Tabela 39: Efetivo das Tropas de 1 ^a e 2 ^a Linhas no Grão-Pará.	232

Siglas utilizadas

APB - Arquivo Público da Bahia

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

APEP - Arquivo Público do Estado do Pará (PA)/ Época Colonial (EP)/Fundo da Secretaria da Presidência da Província (FSPP)

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico Paraense (PA)

PCDLP - Comissão de Demarcação de Limites Pará (PA)

AN - Arquivo Nacional (RJ)

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ)

BN - Biblioteca Nacional (RJ)

Sumário

1. Introdução.....	16
2. População, ocupação, origens e cores no Grão-Pará.....	35
2.1. Uma “cidade do Pará”.....	46
2.2 São Miguel do Guamá ao Gurupí.....	66
2.3 A Costa Oriental.....	68
2.4 A região de Melgaço.....	70
2.5 A Costa Setentrional ou “Cabo Norte”.....	73
2.6 Região do Xingu.....	76
2.7 Região de Santarém.....	80
2.8 Marajó.....	85
2.9 Rio Negro.....	89
2.10 Arrematando.....	97
3. Uma estrutura militar no Grão-Pará: percursos e trajetórias.....	99
3.1 Recrutamento e praças no século XVIII.....	107
3.2 A Oficialidade no século XVIII: antiguidade e fidelidade ao Rei.....	126
3.3 O Exército de D. João VI e D. Pedro I.....	140
3.4 O recrutamento e recrutados no século XIX.....	143
3.5 Oficiais do século XIX: carreiras meteóricas e fidelidade ao rei.....	156
3.6 Tensões nas Tropas.....	167
4 Levantes: a participação dos militares nas lutas de independência e regenciais.....	174
4.1 Revoltas Militares do século XVIII.....	179
4.2 As Revoltas Militares de Caiena.....	182
4.3 Revolta Militar de Outubro de 1823.....	195
4.4 “Tempo dos Cametaenses”.....	207
4.5 A Revolta de Turiaçú.....	221
4.6 As mudanças políticas e a contínua insubordinação no Exército.....	225
4.7 O Levante Militar de 1831 e A Revolta do Rio Negro.....	236
4.8 Recapitulando.....	248
5 As reformas militares e políticas.....	251
5.1 “Hidra da Anarquia” : a “pacificação” e a reestruturação do Exército.....	254
5.2. Medidas Conciliadoras: mudanças no recrutamento e o pacto entre os locais e o governo central para estabilizar o Império.....	282
5.3 O Perfil dos militares e os limites da Reforma.....	311
6 Conclusão.....	318
Fontes e Arquivos.....	324
Referências.....	331

1. Introdução

Esse tema surgiu por volta de 2003, quando estava em busca de um novo objeto de estudo para um projeto de doutorado, pois não desejava mais continuar a estudar somente a deserção militar – assunto tratado em minha dissertação de mestrado defendida em final de 2000, intitulada: “*Razões para Desertar*”: a institucionalização do Exército no Grão-Pará no último quartel dos setecentos. Mas tinha a intenção de permanecer no tema sobre história militar, que ainda era praticamente ausente na historiografia paraense, apesar do Grão-Pará ser uma área de fronteira com um histórico de longas disputas territoriais entre Portugal e as colônias de outras potências européias, peijas que se perpetuavam no pós-independência entre o Brasil e as Repúblicas Espanholas Americanas. Essas querelas demandaram um constante e intenso recrutamento desde 1750, provocando um grande impacto sobre a população dessa área. Além de haver uma quantidade expressiva de povos indígenas no Grão-Pará, que exigiam vigilância e controle por parte das autoridades coloniais e imperiais.

Enfim, o objeto de estudo desse trabalho surgiu da leitura do texto Gladys Ribeiro que observou a presença de soldados nos embates no Rio de Janeiro logo após a abdicação de D. Pedro I. No interior dos contingentes militares havia considerável quantidade de *pretos*, mulatos, pardos e cabras – *homens de cor* – e existiam expectativas de cidadania e participação política com sentidos de identidade racial. Tentaram construir uma “nação” onde fossem considerados cidadãos, tivessem reconhecimento e não acabassem rejeitados. Essa idéia foi reforçada com a leitura do livro de Marcus de Carvalho intitulado *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850* e do artigo “O Encontro da Soldadesca Desenfreada” com os “Cidadãos de Cor Mais Levianos”. Assim, o título do projeto passou a ser “A soldadesca desenfreada”, mas o subtítulo era a desobediência nas tropas no Grão-Pará, tendo como objetivo central dessa tese: investigar e refletir sobre a participação de setores militares (soldados e oficiais inferiores) nos protestos políticos entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Definido o assunto, passei a fazer uma leitura sobre a nova historiografia militar e a referente ao tema.¹

¹ Gladys Sabino Ribeiro. “Pés-de-chumbo” e “Garrafeiros”: conflito e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n. 23/24, (set. 91/ago. 92), pp. 141-165. A expressão “Soldadesca Desenfreada” utilizada pelo Ministro da Guerra em 1831 foi utilizada pela primeira vez por Marcus de Carvalho. Ele escreveu um artigo intitulado “O Encontro da Soldadesca Desenfreada” com os “Cidadãos de Cor Mais Levianos”. Ver: Marcus J. M. de Carvalho. “O Encontro da Soldadesca Desenfreada” com os “Cidadãos de Cor Mais Levianos”. No Recife em 1831. *Clio: Revista de*

De início, cabe ressaltar as mudanças teóricas e metodológicas na chamada “história militar”, que até a década de 40 do século passado, constituía-se na história das batalhas ou dos grandes vultos, fazendo parte de uma antiga concepção de história política.² Com o surgimento dos *Annales* toda a crítica feita à história política provocou o desprezo pela história militar. Tal situação começa a mudar no pós-Segunda Guerra Mundial na Inglaterra e por volta de 1948 na França, trazendo de volta a temática da história militar às universidades.

No Brasil somente a partir da década de 90 vamos encontrar estudos dentro de uma perspectiva da “história militar”.³ Aquela iniciada com a obra de Tucídides *A Guerra do Peloponeso* foi -- até 1940 -- uma história dos acontecimentos gloriosos e únicos e de uma reflexão sobre a arte militar. Burguière argumentou que na França a experiência da Primeira Guerra levou a uma rejeição a história militar, algo banido das universidades. Um desprezo que aumentou na França do pós-Guerra. Na tradição intelectual acadêmica de língua inglesa, o fim da guerra trouxe de volta o interesse por tal tipo de história, na qual os pesquisadores procuraram avaliar o impacto ou atuação das instituições militares sobre a sociedade, como ocorreu nos EUA.⁴

Já na França, a retomada aos estudos em história militar somente se reinicia com a publicação da obra de Emile G. Leonard nos *Annales*, com uma nova perspectiva da história militar. Burguière abordou a abertura de arquivos militares franceses e a proliferação de estudos sobre as várias dimensões das sociedades militares.

pesquisa Histórica, v. 1, n. 18, (1998). Ele reproduz a expressão usada pelo ministro também em seu livro *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Ver: Marcus de Carvalho J. M. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2002, p.7; Adriana Barreto Souza. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

² Segundo Burguière, etimologicamente a história política “é a da cidade, quer dizer, no mundo grego onde nasceu, a do Estado e dos cidadãos que o constituem. Ela tratará, portanto, no interior, do funcionamento dos poderes públicos, das mudanças que os afetam, das medidas (leis, decretos...) por eles tomadas e das reações eventuais do corpo social ou qualquer de seus cidadãos a essas medidas. Ela também interessar-se-á pelas relações, na guerra e na paz, entre a cidade e as forças exteriores que lhe são, sob certos aspectos, comparáveis: as outras cidades gregas e os Estados, até mesmo as hordas bárbaras”. Como não existia separação entre religião e o Estado, na Antiguidade Clássica, ela era também a história da religião. “Ela inclui durante muito tempo a história militar, na medida em que a guerra é uma atividade “normal” dos Estados”. Mas ela era a história do escrito – substituindo uma tradição oral – e dos grandes feitos militares, diplomáticos ou interiores, deixando de lado os fatos estruturais (“fatos econômicos e das instituições, atitudes habituais das classes e dos grupos”). Nesse momento, a própria história confunde-se com a história política, sendo também narrativa e factual. A história política renova-se a partir do final da década de 1960. Vavy Pacheco Borges escreve que a intensa influência interdisciplinar da escola francesa – a escola dos *Annales* – rejuvenesceu a história política que deixou de ser apenas a história dos grandes feitos e da narrativa linear para se tornar a história do comportamento dos cidadãos diante da política, “a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e consciente, para intervir nas áreas em que decidem seus destinos [...]” Ver: André Burguière (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 379; 384-387; Vavy Pacheco Borges. “História e Política: laços permanentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n.º23/24, p. 7-18, set. 91/ago. 92, p. 16

³ Burguière (org.). *Dicionário...* p. 549

⁴ *Ibidem*, p. 546

Ainda na tradição anglófona surgem estudos tratando dos soldados anônimos. Constituíam análises abordando as diversas formas de castigos e opressões sofridas pelos soldados, assim como as suas estratégias resistência ao recrutamento e militarização compulsória. As expectativas subalternas dos soldados foram bem observadas na original obra de Geoffrey Parker, onde analisou o cotidiano dos soldados espanhóis em Flandres, nos anos de 1567-1659. Empreenderia uma abordagem pioneira sobre os sentidos e padrões dos vários levantes militares, descrevendo as reivindicações e expectativas dos amotinados. Seguindo tal renovação historiográfica, Anderson escreveu sobre o Exército durante o Antigo Regime. Descreveu a organização do Exército permanente e o impacto desta instituição sobre a sociedade de alguns países europeus como a Rússia, Prússia, Inglaterra, etc. Nessa mesma linha interpretativa, Childes escreveu sobre as tropas militares e as armas de fogo a partir da implantação do Exército permanente na Europa em 1648.⁵

No Brasil data do século XIX as primeiras reflexões sobre o tema. Especialmente os trabalhos de Ladislau dos Santos Titara. Publicou, entre 1835 e 1837, um poema épico sobre a guerra de independência na Bahia. O Visconde de Taunay escreveu sobre a retirada de Laguna, enquanto as Reminiscências da Guerra do Paraguai foram descritas por Dionísio Cerqueira. Mais recentemente Castro, Izecksohn e Kraay argumentaram sobre o surgimento -- na década de 1890 --, de um núcleo intelectual identificado com história militar, coincidindo com o crescimento e fortalecimento do próprio Exército. Posteriormente, a criação da Bibliex também foi um forte apoio para a publicação de textos militares.⁶

De outro modo, na literatura histórica militar, o denominado “Golpe de 1964” aparece como objeto de estudo a partir da década de 80. Era uma tentativa de explicá-lo e paradoxalmente afastou a maior parte dos historiadores brasileiros da história militar devido tanto à dificuldade de acessar fontes como aos constrangimentos provocados pela censura.⁷ Ainda que provocando afastamento da história militar (com exceção de Nelson Werneck Sodré⁸) surgiram estudos de *brasilianistas* como John Schulz e Henry Keith, cujas obras refletiam sobre o enfoque da intervenção dos militares na política. Preocupados com a interferência das forças armadas nas sociedades latino-americanas, buscavam entender

⁵ Geoffrey Parker. *The Army of Flanders and Spanish Road 1567-1659: The logistic of Spanish victory and defeat in the Low Countries war*, New York: Cambridge University Press, 1972; M. S. Anderson, *War and Society in Europe of de Old Regime 1618-1789*, London: Fontana Press, 1988; John Childes. *Armies and Warfare in Europe 1648-178*. New York: Holmes and Meir Publishers, 1982.

⁶ Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 11-42

⁷ *Ibidem*, p. 17

⁸ Néilson Werneck Sodré. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

contextos, motivações e personagens militares no cenário político da sociedade brasileira. Tais estudos abordaram mais as dimensões de uma história política do que social.⁹

Segundo Castro, Izecksohn e Kraay, a década de 90 representou um marco de mudança na historiografia brasileira sobre a história militar, forjando novas direções de pesquisas e reformulando interpretações cristalizadas.¹⁰ Um estudo inaugural e representativo desta *Nova Historiografia Militar Brasileira* foi realizado por Hendrik Kraay sobre as tropas militares na Bahia, entre 1790-1840.¹¹ Ele analisou a participação do Exército durante a Independência e as lutas regências, considerando também que a presença significativa de pardos, mulatos e *pretos* libertos nas tropas como soldados rasos e oficiais -- influenciados pelo ideário liberal -- acabou politizando setores militares durante a luta de Independência na Bahia. Segundo Kraay, consolidado o processo de independência, a elite baiana procurou retirar as tropas de Salvador e enviá-las para fora da Bahia, como para o Rio de Janeiro e à Guerra da Cisplatina (1825-1828). Mas a volta desses contingentes as unidades militares de Salvador convergiu para as agitações em torno da *Sabinada*. Novamente, os militares envolvidos foram mandados para fora da Província; enquanto o governo conservador -- no poder desde 1837 --, conseguia conter os levantes militares com reformas, que passavam pela interferência das elites locais e o acirramento da disciplina.

Um novo caminho analítico sobre a participação do Exército nos conflitos em torno da Formação do Estado Nacional e consolidação do Império surge no estudo de Adriana Barreto de Souza.¹² Seu principal argumento é que não houve uma política de erradicação no interior do Exército, como propalada por outros autores. E o Exército -- não a Guarda Nacional -- foi responsável pela consolidação do Império depois da introdução de rígidas reformas militares e da composição do oficialato de homens fiéis à Monarquia.

Cabe ressaltar que a renovação da pesquisa histórica sobre a história militar no Brasil envolveu investigações em arquivos locais (em vários estados) e também nos arquivos do Exército. Constituíam acervos substantivos em termos de documentação sobre a vida militar. Nos arquivos locais, a vasta correspondência de governadores coloniais e presidentes

⁹ John Schulz. *O Exército na Política: origem da intervenção militar, 1850-94*. São Paulo: USP, 1994, Henry Keith. *Soldados salvadores: as revoltas militares brasileira de 1922 e 1924*, em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. Castro, Izecksohn, Kraay (Orgs). *Nova História Militar...* p. 18-20.

¹⁰ Além do livro do Kraay mais dois livros, publicados na década de 90, retratam bem esta mudança. Peter Beattie escreveu uma história sobre o recrutamento e o significado do recrutamento durante o período da Guerra do Paraguai e o final da II Guerra Mundial. Shawn Smallman dissertou sobre a construção de uma história oficial pelos militares do golpe de 1964, a fim de mostrar como o golpe marginalizou muitos dos projetos alternativos existentes dentro do Exército. Castro, Izecksohn, Kraay, (Orgs). *Nova História Militar...*p.24.

¹¹Hendrik Kraay. *Race, State, And Armed Forces in Independence Era Brazil: Bahia, 1790-1840*. Stanford/California: Stanford University Press, 2002.

¹² Souza. *O Exército na consolidação do Império...*

provinciais ofereciam relatos importantes sobre assuntos militares no período colonial, pós-colonial e republicano.

Avalio que as mudanças historiográficas na história militar não atingiram os estudos sobre o Grão-Pará de maneira significativa. A minha dissertação de mestrado sobre a deserção militar no Grão-Pará setecentista foi a única a tratar especificamente do Exército por meio das novas abordagens.¹³ De maneira geral, o tema foi abordado de forma indireta em estudos sobre a independência, a Cabanagem e a entrada das idéias liberais. O único estudo sobre a participação militar nas décadas de 20 e 30 do século XX foi o do Coronel Luís Lobo; marcado pela descrição de batalhas entre militares prós e contra a independência e aquelas ocorridas até 1831. Tratava-se de uma abordagem explicitamente crítica sobre as ações militares consideradas como motins e desordens. Ao contrário disso, considero que uma investigação mais sistemática sobre a participação militar no Grão-Pará no primeiro quartel do século XIX ofereceria uma importante contribuição para a análise das dimensões da política imperial e as expectativas dos setores militares.

De uma forma geral, os estudos a respeito do tema se concentram em três vertentes: a orientada pela corrente positivista do século XIX; aquela sob influência das perspectivas marxistas; e por a que seguia as linhas da nova história.

Sob influência positivista encontra-se a obra de Raiol que escreveu uma extensa obra sobre a *Cabanagem* intitulada *Motins Políticos*. Ele sustenta a idéia de que as tropas legais e a Guarda Nacional desertaram em massa, durante o período regencial para compor as tropas de *cabanos*, sendo necessário trazer soldados de Pernambuco para combater os rebeldes. Avaliou que a atuação dos cabanos contra as forças legais era influenciada por Eduardo Angelim, um dos líderes cabanos, que oferecia constantemente bebidas alcoólicas como forma de mantê-los indiferentes às cenas de sangue e aos temores da morte.¹⁴ Numa mesma linha analítica encontra-se a abordagem de Palma Muniz em obra publicada em comemoração ao centenário

¹³ Shirley M. S Nogueira. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*, Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia /NAEA, Belém, 2000. No entanto, deve-se lembrar das monografias de Brito e Charlet. Ver: Adilson Júnior Ishihara Brito. *A Explosão Revolucionária: a soldadesca na Independência do Grão-Pará (1821-23)*. 1999. 89 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, 1999; Ronaldo Braga Charlet. *A Construção da Hierarquia Militar no Pará: contestação e negociação dentro da Ordem 1808-1822*. Monografia de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém. 2000.p. Além desses trabalhos de conclusão de curso, há dissertação de mestrado de Carlos Bastos que, apesar de ser sobre a Guarda Policial, trabalha com as novas abordagens da Nova História Militar Brasileira. Ver: Carlos Augusto de Castro Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem: indisciplina militar na província do Grão-Pará (meados do XIX)*. Niterói: UFF 2004. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF. 2004.

¹⁴ Domingos Antônio Raiol. *Motins Políticos*. Belém: Ed. da Universidade/UFPA, 1970, 3v.

da Independência pelo IHGP (numa revista com vários ensaios sobre a “adesão” do Pará à Independência). Há uma releitura do processo de Independência no Grão-Pará, onde se rompe com a visão de Raiol, posto que o movimento de independência passa a ser visto como um ato heróico de brasileiros valorosos. Porém, os heróis eram apenas os membros das elites e os oficiais militares. Assim, a população pobre e os soldados rasos continuariam como uma multidão de criminosos, principalmente aqueles envolvidos em motins ocorridos depois da “adesão” à Independência.¹⁵

Uma ruptura analítica surge com o estudo clássico de Vicente Salles. Num dos capítulos do *Negro no Pará*, argumenta sobre os sentidos de classe nas lutas pela independência e no período regencial. Inova ao introduzir o conceito de luta de classe e as percepções políticas nos movimentos sociais das décadas de 20 e 30 do século XX, destacando a importância das idéias liberais naquele contexto.¹⁶

Numa tradição contemporânea, Coelho e Acevedo Marin escrevem influenciados pela historiografia mais moderna. Coelho estudou o surgimento da imprensa no século XIX, nascida sob o influxo do ideário liberal; abordando também como os militares portugueses liderados pelo Comandante das Armas João Maria de Moura se posicionaram contra a liberdade de imprensa, alegando que as idéias de liberdade propagadas nas colônias pelo Jornal *O Paraense* representavam uma ameaça aos interesses metropolitanos. Em lado oposto e influenciado pela entrada de idéias liberais nos quartéis, estavam os setores militares de “brasileiros” contrariados com o Comandante das Armas.

Já Acevedo Marin argumentou como o Estado Português procurou militarizar a região exatamente para impedir a entrada de idéias revolucionárias no Pará, em um verdadeiro processo contra-revolucionário. Avalia desta forma que o ideário liberal chegou de maneira difusa no Pará, e a ação política da época estava mais marcada e influenciada pelo cotidiano e expectativas de diversos setores sociais envolventes.¹⁷

¹⁵ Nesta coletânea escreveram Luiz Lobo, Braga da Rocha, Augusto Corrêa, todos seguem uma linha de análise parecida com a de Palma Muniz. Ver: Palma Muniz. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

¹⁶ Pinheiro escreve que a análise marxista sobre a Cabanagem surgiu com Caio Prado Júnior. Ele rompeu com as análises preconceituosas sobre a população que participou da Cabanagem, mas continuou vendo a população de maneira genérica sem perceber quem de fato eram os envolvidos nas lutas regenciais, além de afirmar que esses movimentos não possuíam organização. Nelson Werneck Sodré sobre a cabanagem afirma que o povo não possuía “organização alguma e nem obedecia a um conjunto de idéias, um programa”. Esses estudos, nas produções do Pará, são estendidos ao movimento pela Independência, visto que as lutas pela Independência no Pará seriam os antecedentes da Cabanagem. VER: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Visões da Cabanagem*. Manaus: Valer, 2001.

¹⁷ Geraldo Martins Coelho. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. Rosa E. Acevedo Marin. “A Influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. In: José Carlos C.

De uma maneira geral, em tais estudos, os militares no Grão-Pará só aparecem como coadjuvantes – repressão ou anarquia -- do processo político das lutas pela independência e naquelas regenciais. O cotidiano, as dinâmicas próprias e as expectativas sociais e econômicas dos setores militares pouco aparecem ou representados apenas no tocante aos oficiais e líderes das tropas. Personagens de menor importância, soldados são descritos como homens que seguem cegamente líderes, facilmente seduzidos e ou expostos às bebidas alcoólicas. Pouco se examina das variadas motivações e perfis das tropas.

Além disso, a historiografia sobre a independência e o período regencial enfatizou:

- Os militares haviam participado delas motivados pelas rivalidades entre portugueses e brasileiros uma vez que os postos de oficiais sempre estiveram nas mãos dos portugueses, impedindo que os “nacionais” alcançassem os cargos mais elevados;
- Que os praças participaram dos levantes desorganizadamente sem qualquer plano ou objetivo seguindo apenas seus oficiais;
- Foi a influência das idéias liberais apreendidas na estadia dos militares em Caiena que levaram os soldados a participarem dos levantes militares. Ou que o ideário liberal, apreendido em Caiena, levou os militares a pensarem na Independência do Brasil.

Naquele momento, a minha principal contraposição foi: A historiografia sobre a independência e o período regencial enfatizou as atitudes antilusitanas ou antilegalista das tropas, afirmando que soldados e oficiais inferiores agiram basicamente influenciados pelo ideário liberal, desconsiderando as possibilidades analíticas de pensar a existência de uma tradição de protesto e sedição no interior dos contingentes militares coloniais e pós-coloniais. Assim, as novas práticas de protestos surgidas com a influência do ideário liberal apenas somaram-se as praxes de luta existentes nas tropas. Configurando essa a tese principal do trabalho. No entanto, concordei com a historiografia que os anos passados em Caiena foram importantes para a intervenção dos militares no Grão-Pará depois de 1821. Assim, defini o meu período entre os anos de 1809 a 1840.

Depois de ter o projeto aprovado no doutorado, nas aulas de metodologia da história, fiz a primeira reformulação no projeto, ao qual incorporei a divisão de capítulos sugerida pelo Professor João José Reis. Assim, estruturei a tese em quatro capítulos: População e Economia: classe, cor e aspectos políticos no Grão-Pará, A Estrutura militar e o Perfil dos

Militares no Grão-Pará; Levantes: a participação dos militares nas lutas de independência e regenciais e As reformas militares e políticas. Além disso, construímos outras hipóteses:

1) a chamada os militares estava dividida em dois grandes grupos com interesses diferentes, os oficiais e os soldados; dentro desse grupo não havia uma divisão étnica entre “brasileiros” e “portugueses”, até começarem a disputa pelo controle do Estado entre os “lusos” e os “brasileiros” – isso por volta de 1823;

2) Os militares envolveram-se nas lutas de independência e regenciais motivados pelo intenso recrutamento promovido pela Coroa Portuguesa, por motivos diversos, desde o último quartel dos setecentos e pelos abusos infligidos pelos oficiais superiores e subalternos;

3) o intenso recrutamento para a conquista de Caiena aumentou as insatisfações dos soldados, reforçando a animosidade dos recrutados contra o governo português;

4) os levantes dos militares também foram motivados pela entrada do ideário liberal e as idéias de liberdade vindas das insurreições ocorridas no Caribe;

5) os diversos setores uniram-se, muitas vezes, em prol da Independência e contra o governo regencial, mas fizeram reivindicações diferentes, não somente quanto à maneira como o Estado deveria ser dirigido, mas também quanto à forma de administração do próprio Exército, como mudar os critérios estabelecidos para as promoções, pagamentos de soldos, as formas de castigos, reivindicações antigas dos soldados;

6) O governo imperial procurou, por meio de leis extraordinárias e da reforma do Exército eliminar os elementos radicais e impor uma rígida disciplina para pacificá-los, mas dosou essa política com concessões aos militares.

Já durante o primeiro ano dos créditos comecei a fazer a pesquisa. A averiguação iniciou-se em dezembro de 2005 no Arquivo Estadual da Bahia. A devassa durou apenas duas semanas, mas pude encontrar documentos trocados entre os dois governos sobre o envio de presos da *Sabinada* para Belém e informações sobre o Levante Militar de 1832 e outros nos códices Presidência a Província, Governo, Presidentes do Pará. Em janeiro de 2006 iniciei uma investigação exaustiva no Arquivo Público Estadual do Pará, que terminou somente em novembro de 2008. Lá trabalhei nas séries: “Diversos com o Governo”, “Governo com os Diversos”, “Alvarás, Cartas Régia e Decisões”, “Metrópole com o Governo”, “Governo com a Metrópole” e “Fundo da Secretária de Presidência da Província”. Também pesquisamos a documentação avulsa do fundo da “Secretária de Presidência da Província” com as seguintes subdivisões: Comando das Armas do Pará, Comandantes Militares. Consideramos também alguns aspectos da legislação militar encontrada na coleção de leis Portuguesas e do Império de 1824-1889. A coleta documental foi difícil, pois os instrumentos de pesquisa do Arquivo

apenas estão organizados por período. Demandando um longo tempo na busca da documentação para confirmar nossas hipóteses ou não. Além disso, naquele momento, o Arquivo Estadual do Pará fora abandonado pelas autoridades e pelo próprio diretor do Arquivo, apesar de ser historiador. Eles deixaram por quase quatro anos o Arquivo – que é o segundo maior acervo colonial do Brasil – sem ar condicionado, com infiltrações, provocando o aumento da umidade que levou a destruição de importante documentação do século XVIII e XIX. Além das patologias adquiridas pelos pesquisadores devido ao forte calor que gerou a proliferação dos fungos.

No final de 2007, interrompemos a pesquisa no Arquivo Público para fazermos a qualificação. Apresentei para a qualificação os capítulos um e três. Os membros da banca acharam que havia pouca informação sobre a população do Pará, sobre os levantes militares e a participação dos soldados nas sedições. Os avaliadores também pediram maiores explicações sobre o perfil dos militares e os problemas internos a tropa que eu apenas indicava no terceiro capítulo. A banca também sugeriu a retirada dos levantes do século XVIII, já que o marco inicial de minha pesquisa era 1809, ou o recuo do período para o setecentos.

Com esses novos objetivos nos dirigimos ao Arquivo Nacional, IHGB e Biblioteca Nacional em janeiro de 2008. Fiz uma investigação rápida de apenas 15 dias no Arquivo Nacional, mas os bem elaborados instrumentos de pesquisa, a colaboração dos funcionários e da máquina digital me permitiram um trabalho rápido e eficiente. Infelizmente a pesquisa no IHGB não pode ocorrer naquele momento, pois estava fechado para as férias. Mas contei com a ajuda do meu co-orientador, que me indicou uma de suas alunas para fazer a pesquisa para mim. Apesar dos esforços da pesquisadora, a pesquisa não deu muitos frutos, pois os mapas populacionais indicados no catálogo do instituto não continham maiores informações sobre os habitantes do Pará. Por sua vez, os documentos manuscritos da Biblioteca Nacional me foram cedidos pelo professor Flávio Gomes.

A ida ao Rio de Janeiro não foi importante apenas pelos dias passados no Arquivo Nacional, mas pela conversas travadas com dois especialistas em história militar: O capitão Corrêa, diretor do Arquivo do Exército, e Adler Homero de Castro, autor da obra *Armas: ferramentas da paz e da guerra*.¹⁸ O primeiro me chamou atenção à importância das fés de ofício (uma ficha onde se encontra informações sobre os militares desde o ano da entrada deles nas tropas), e da importância das remodelações ocorridas na estrutura militar durante o

¹⁸ Adler Homero F. de Castro e José Neves Bittencourt. *Armas: Ferramentas da Paz e da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

governo Joanino. Adler de Castro evidenciou a importância da Guerra de Caiena para a mudança na constituição das tropas de 1^a e 2^a linhas, mas essas alterações vieram principalmente pela incorporação de índios, *pretos*, pardos nas tropas de primeira linha do Exército, algo pouco comum no século XVIII. Segundo ele, a incorporação desses homens nas unidades do Exército levou a uma animosidade maior nas tropas. Além da indicação de algumas obras importantes sobre o tema citadas na tese como: Paula Cidade, Pondé e outros.¹⁹ Assim, pude voltar do Rio de Janeiro com informações e documentos para reformulação do terceiro capítulo e construção do segundo capítulo.

De volta a Belém, retomei as minhas pesquisas no Arquivo, e passei a escrever os capítulos segundo e quarto, além de reformular o primeiro e terceiro com base em algumas sugestões da banca de qualificação. Para finalizar a tese contei com a seção de documentos sobre o governo do Marechal Andréa que foram incluídos no último capítulo. Além dos Mapas estatísticos e das fés de ofício dos documentos digitalizados do Arquivo Ultramarino do Projeto Resgate que juntamente com as *cartas-patentes* localizadas em Códices do Arquivo Público Estadual do Pará (códices Nomeações, Patentes e Cartas Régias), as fés de ofício dos oficiais do Regimento de Infantaria Paga de Belém e documentação coligida das fontes digitalizadas do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Durante a construção desse capítulo resolvi recuar o período de 1809 para 1790. Escolheu-se como marco inicial o ano de 1790 por ser um ano de intensa mobilização militar no Pará. Essa mobilização era fruto do processo de contra-revolução desencadeado pelo governo Português depois da Revolução Francesa, numa tentativa de impedir a entrada de idéias liberais. Para tanto, a partir de 1790, as autoridades metropolitanas refletiram essa política antifrancesa tanto em Portugal quanto em sua colônia americana. Francisco de Souza Coutinho foi escolhido como governador (1790-1803) com a missão de evitar a entrada de idéias revolucionárias no Estado do Grão-Pará, principalmente via fronteira com a Guiana Francesa. Para isso, ele deu início a um outro forte processo de militarização, que ultrapassou o final do século XVIII, chegando as primeiras duas décadas do século XIX.²⁰

Depois do trabalho concluído o meu orientador sugeriu uma mudança no título da tese e no período final da pesquisa. Assim, a tese passou a ser intitulada: “A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Resolvi

¹⁹ Francisco Paula Cidade. *O Soldado de 1827*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927; Francisco de Paula e Azevedo Pondé. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Guerra no Império*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Centro do Servidor Público e Bibliex, s/d.

²⁰ Rosa E Acevedo Marin. “A Influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. In: José Carlos C. Cunha (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. (Belém, UFPA/UNAMAZ, 1992). (Série Cooperação Amazônica).

acatar a sugestão do meu orientador, pois o termo politização não reduz os levantes militares, ocorridos nos períodos anteriores a Revolução Francesa, a movimentos que se limitavam à reivindicações apolíticas tidas como imediatistas (preços, defesa de costumes, abastecimento etc). Adotamos a idéias de E. P. Thompson que as define como políticas, apesar de não serem ainda “políticas em um sentido mais avançado”, ou seja, ainda não eram ações políticas manifestas ou articuladas.²¹ Assim, Politização representa, aqui, uma mudança das ações políticas dos militares que passam a exigir alterações nas formas de governo, criação de Assembléias, igualdade de direitos, além de se unirem a “partidos”. Essas mudanças são apontadas por Thompson a partir de 1795, apesar de no Grão-Pará terem se processado somente a partir de 1811, como veremos no decorrer da tese. Também não corroboramos com as análises – há muito superadas – que apontam as Inconfidência de Minas, da Bahia e Rio de Janeiro como movimentos em prol da Independência.²² Apenas utilizamos a expressão “Era da Independência” como uma alusão aos diversos movimentos de independência iniciados na América no pós-Revolução Francesa, como o exemplo de São Domingos.

Concordou-se com 1850 por três motivos. Primeiramente, a documentação trabalhada abrangia toda a década de 1840 até por volta de 1850. Além disso, a historiografia aponta esse ano como aquele em que o Império estaria consolidado com o fim das lutas da Menoridade. No entanto, ele foi importante para “pacificação do Exército”, pois foi promulgada a Lei n.º 585 de 1850, que regulava os postos de oficiais das diferentes armas do Exército, cujos princípios básicos eram: antiguidade e mérito, este ligado às habilidades e à participação dos soldados em campanhas militares com algum destaque. Essa Lei, se cumprida, garantiria qualquer cidadão que tivesse habilidade para exercer os serviços das armas.²³

A referida Lei foi o ponto culminante de um processo de reforma do Exército iniciado pelo governo conservador que chegara ao poder do Império em 1837. De acordo com Adriana Barreto de Souza, a constatação de que o Exército era a única saída para a “pacificação” do Império, foi fruto de um grande debate entre liberais e conservadores. Por isso, os conservadores chegaram ao poder e começaram a sua política de soerguimento do Exército. Essa reforma somente ocorreria depois de 1842, quando os liberais concordariam com os

²¹ E.P. Thompson. “A Economia Moral da Multidão”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 193

²² Ver: João Pinto Furtado. “Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos o último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da Nação” . In: Jurandi Malerba (org.). *A Independência Brasileira: Novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 99-119; Wilma Pires Costa. “A Independência na Historiografia brasileira”. István Jancsó (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, 2005. p. 53-118

²³ APEP, Lei n. 585 de 06 de setembro de 1850. “Regula o acesso aos postos de oficiais das diferentes armas do Exército”. In: *Coleção das Leis do Império de 1850*. Rio de Janeiro: tipografia Nacional. 1864

conservadores com a necessidade de se promover uma reforma militar. Por sua vez, o meu co-orientador sugeriu mudanças nos títulos do primeiro e segundo capítulos que passaram a se chamar respectivamente: População, Ocupação, Origens e Cores no Grão-Pará e Uma estrutura militar no Grão-Pará: percursos e trajetórias. Por último, 1850 pode ser considerado um ano de consolidação da “pacificação” da província iniciada durante o governo do Marechal Soares de Andréa – 1836-1839.

A estratégia analítica para organizar e interpretar estas fontes está conectada com a perspectiva histórica perseguida. Se o tema escolhido é recuperar a fala dos setores não-hegemônicos da sociedade oitocentista, a documentação é escassa. Sabe-se que as pessoas comuns do século XIX escreveram pouco sobre si mesmas, com algumas exceções. Quase tudo o que se conhece a respeito deles foi escrito por alguma autoridade da época em que viveram. A documentação desses setores sociais necessita, geralmente, ser construída. Hobsbawm comenta que a única maneira de se chegar a tal material histórico é por meio das indagações que o historiador constrói e monta um movimento de edificação interpretativa.²⁴

A coleta empírica começou pelas perguntas básicas: quem eram os militares envolvidos nas lutas pela independência e regenciais? Eram somente os membros de baixa patente do Exército? Havia divisões no interior das tropas? Qual a origem social e étnica dos soldados nestas tropas? Havia divisão de grupo e cor? O que pretendiam? Quais eram as suas expectativas? Desenvolveram algum projeto de governo da Província ou para a comarca em que viviam? Como estavam organizados? Como se articularam com outros grupos destas e outras províncias? As revoltas militares tinham cunho somente político institucional ou também diziam respeito a reivindicações internas nos quartéis? Havia uma tendência antilusitana nas tropas? Se havia antilusitanismo, como reagiram as tropas portuguesas? Os oficiais portugueses perderam os seus postos? Por que mesmo depois da “adesão” do Pará à Independência os militares continuaram fazendo levantes? Por que eles participaram das lutas da menoridade?

Para contextualizar parte destas indagações vejamos um pouco do cenário político-econômico desta região. O Grão-Pará tornou-se capitania em 1621, integrando o Estado do

²⁴ Eric Hobsbawm. “A Outra História: algumas reflexões”. In: Frederick Kranztz (Org.). *A Outra história, ideologia e protesto popular nos séculos XVIII a XIX*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Maranhão, que recebia ordens diretas de Portugal. A partir de 1750, passaria por transformações numa tentativa da Coroa portuguesa, por meio de seu Ministro Sebastião de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, de por fim à estagnação econômica e tecnológica de Portugal frente a outros países da Europa.²⁵ Diante dessa conjuntura desenvolveu-se uma política específica para o controle da mão-de-obra indígena, para beneficiar o próprio Estado e, não apenas, os missionários. Nesse contexto, a população indígena era “peça” importante, uma vez que os *reinóis* acreditavam que os indígenas eram as “muralhas dos sertões”. Para fazer parte desse cenário, procurou-se também cooptar a elite local. Como resultado dessa relação, as diferenças entre a Metrópole e a elite paraense foram amenizadas, principalmente a partir das comissões do Marquês de Pombal aos proprietários fundiários e alguns mercadores no Pará. Salles destacou que os interesses dos proprietários dessa região foram contemplados pela expulsão dos jesuítas, deixando-os sozinhos na condução dos negócios e da mão-de-obra indígena no Pará. Além disso, a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão permitiu o enriquecimento e o fortalecimento dos grandes senhores. Durante os vinte e dois anos de vigência da Companhia, esse foi o grupo que “usufruí de todos os privilégios e regalias do poder”.²⁶ A elite local também dependia dos favores do rei. Não bastava ter riqueza para se obter *status*. A opulência deveria estar atrelada às mercês, honras da Coroa e a ocupação de postos dentro do Império. Esses cabedais eram concedidos pelo rei. Portanto, receber favores da Coroa era muito importante. Esse tipo de relação entre os súditos e a Monarquia buscava garantir a fidelidade à Monarquia e, por sua vez, manter a unidade do Império.

É do bojo dessas relações sociais que se retirou o tema do primeiro capítulo que tratará do contexto político, econômico e social da Província, considerando a demografia. Utilizamos os cronistas de época, como o Major Antônio Ladislau Monteiro Baena e viajantes como: o Príncipe Adalberto da Prússia, Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, John Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius, Daniel P. Kidder. Além disso, recuperamos monografias, dissertações e teses sobre o período, oferecendo um panorama mais amplo da época.²⁷

²⁵ Nogueira. *Razões para desertar...*p. 89

²⁶ Salles. *O Negro no Pará...* p. 243-44

²⁷ Alfred Russel Wallace. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Companhia Editora Nacional, São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. 1939; Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004. Henry Walter Bates. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo, 1979. John Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius. “Estada na Cidade e Santa Maria de Belém do Grão-Pará” In: *Viagens pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981; Príncipe da Prússia Adalberto. *Brasil: Amazonas-Xingu: Príncipe Alberto da Prússia*, Brasília, Senado Federal: Conselho Editorial, 2002. 382 (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

No segundo capítulo abordamos os sentidos das lógicas militares na região quando um forte aparelho militar foi criado a fim de se fazer a demarcação, vigiar a fronteira e controlar a população, uma vez que sem um Exército forte e organizado seria impossível manter os limites do Estado junto às colônias de Espanha, França e Holanda que circundavam os terminos norte e oeste do Grão-Pará e Maranhão. Essa política de militarização iniciou-se no último quartel do século XVIII, e se prolongou até as duas primeiras décadas dos oitocentos.²⁸ Somando-se ao contexto acima, tem-se a tomada de Caiena em 1809, que foi mais uma medida efetivada para impedir a entrada do ideário liberal no Grão-Pará. É nesse cenário que a tropa enviada à Guiana Francesa derrota, com ajuda de navios ingleses, o Exército “francês”; e volta fortalecido e prestigiado em 1817. Outra informação que se junta a esse cenário, é a contestação quanto à existência de um forte aparato militar estrangeiro nas primeiras décadas dos oitocentos. Em 1820, por exemplo, a guarnição de Belém era de quase 3.000 homens na infantaria e tantos outros na artilharia. Além dos homens livres e libertos paraenses, essa guarnição era formada por militares de diversas capitânicas. O Regimento de Extremoz, com militares de diversos lugares, e uma tropa de 400 pardos de Pernambuco estava estacionado no Pará. Enfim, é nesse conjunto de informações que se traçou o perfil dos militares e a implicação dessa militarização para os homens recrutados no Pará. Utilizamos o mapa estatístico da população do Pará de 1778 (localizado no IHGP); as cartas patentes localizadas em Códices do Arquivo Público Estadual do Pará, nas séries “Governo com Diversos” e “Diversos com o Governo”, além das fés de ofício dos oficiais do Regimento de Infantaria paga de Belém, documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Quase todos esses documentos consistiam em listas nominativas. A propósito, Louis Henry as classificou como “listas de pessoas onde pelo menos a denominação, o nome e o prenome [são] mencionados. Essas listas podem ser elaboradas com fins diversos: administração, eleições, assistência, impostos, práticas religiosas, recrutamentos [...]”.²⁹ Essas fontes “contém informações diversas sobre pessoas, [dispostas] em colunas de esquerda para direita [...]”³⁰. Elas trazem geralmente além do nome, idade, profissão, estado civil, cor e procedência. Esses dados, geralmente, são tratados de forma estatística. Vale lembrar como Henry -- depois da segunda grande guerra -- deu impulso nas abordagens sobre demografia histórica. Também o estudo de reconstituição de famílias - de Henry - “demonstra que o estudo numérico de uma sociedade podia levar a descobrir os segredos mais íntimos da

²⁸ Nogueira. *Razões para desertar...*p. 96

²⁹ Louis Henry. *Técnicas de Análise Em Demografia Histórica*. Lisboa: Grávida, 1988.p. 13

³⁰ *Ibidem*, p.14.

procriação [...] das estratégias familiares e alianças [...] e das conseqüências da estratificação social”.³¹ Mostrou ainda a possibilidade de “uma associação de métodos quantitativos com uma problemática das mentalidades e dos estudos “vistos de baixo para cima” tão característica da “Nova História”,³² possibilitando-se estudar índices de alfabetização, divulgação das luzes e outros. Na década de 1960, esse método foi intensamente desenvolvido por François Furet.³³

Com este procedimento metodológico avaliamos aqui os índices de militarização, composição por cor e renda da tropa, de critérios de promoções, ano de incorporação as tropas dos oficiais, além dos anos passados nas fileiras do Exército, tendo sempre claro que as cifras faziam parte da narração e da análise, e não eram apenas ilustrações das descrições. Por fim, cruzaram-se os dados quantitativos com os qualitativos para enriquecer a informação colhida na análise estatística; assim fez-se um estudo que possibilitou traçar um perfil dos componentes do Exército no Grão-Pará.

No terceiro capítulo descrevemos a atmosfera sócio-política do contexto estudado. De início na medida em que o Império Português, composto por diversas partes distintas, estava unido pela fidelidade à Coroa Portuguesa, consideramos o quanto Portugal tentou impor seus padrões e normas sociais.³⁴ Apesar da unidade em torno da Monarquia, o Brasil era marcado por diferenças. Havia na realidade, muitos “brasis”, com grandes diferenças populacionais e interesses econômicos conflitantes. Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Belém eram destacados centros urbanos, que desenvolveram áreas de influência sócio-econômicas, sobre as quais montaram relações de poder e interesse. No entanto com a instalação da corte no Rio de Janeiro houve um desequilíbrio em tal unidade, com diferenças entre capitânicas que se “relacionavam horizontalmente”. Questões como receitas fiscais, cargos a serem preenchidos e distância do Trono provocaram descontentamentos. Os negociantes de Belém preferiam estar subordinados a Lisboa que ao Rio de Janeiro. O afastamento entre o Grão-Pará e Portugal era menor do que entre ele e a Corte no Rio. Além disso, a subordinação direta do Grão-Pará à metrópole, durante todo o período colonial, atrelou toda a economia paraense a esta.³⁵

³¹ Burguière (org.), *Dicionário...* p.634

³² Idem

³³ Idem. Ver também: François Furet. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s/d. p. 59-80

³⁴ István Jancsó. “Independência, Independências”. In: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP. HUCITEC, 2005. p. 19-20

³⁵ Geraldo Martins Coelho. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. p. 27-28.

Essas divergências deixavam em evidência um misto de obediência e oposição entre a Coroa e as elites locais. Concomitante às divergências entre as capitanias, os defensores das idéias liberais pediam uma reforma na Monarquia. Queriam mudanças políticas e exigiam a implantação de uma Monarquia Constitucional. Todavia, a Coroa desenvolveu uma política contra-revolucionária para impedir a entrada de idéias oriundas da Revolução Francesa, de São Domingos e os movimentos anticoloniais da América Espanhola. Para essa empreitada, a Coroa contou com empenho de Francisco de Souza Coutinho, Conde dos Arcos, José Narcizo de Magalhães de Meneses e do Conde de Vila Flor, além da elite proprietária fiel a Portugal.³⁶

A despeito das diversidades, a Monarquia conseguiu manter-se firme até eclodir a Revolução do Porto. As elites de Salvador, Maranhão e Pará romperam a fidelidade a D. João VI e aderiram às Cortes portuguesas. A Revolução do Porto, para os negociantes e proprietários do Pará, representava a abertura de grandes possibilidades de bons negócios, visto que “o retorno de Lisboa a condição de sede do reino português significaria sinais de bons tempos e prosperidade”.³⁷

É nessa conjuntura que ocorre a adesão do Pará ao Constitucionalismo Português que se deu por meio de um golpe militar no início de 1821. A tropa liderada por seus oficiais superiores e apoiada por parte dos grupos da elite paraense destituiu a Junta Provisória, que estava substituindo o governador Conde de Vila Flor, e instituiu outra composta por elementos de grandes cabedais e naturais de Portugal. A partir desse momento, começou uma luta pelo poder na Província. Os grupos desalojados uniram-se a intelectuais como Felipe Patroni, Inácio de Cerqueira e Silva, Honório do Santos, aos irmãos Vasconcelos e aos membros progressistas do clero, como o padre Jerônimo Pimentel, o padre Siqueira e Queiroz e o cônego Batista Campos. Para apoiá-los, convocaram escravos e membros da população livre, pobres e libertos.

Desde modo, o Grão-Pará se torna a última capitania do Brasil a assentir à Independência do Brasil. Anterior ao “consentimento” de sua adesão, os governantes locais não conseguiram impedir a queda de suas capitanias aliadas, apesar de mandarem ajuda a eles. Para o Maranhão, por exemplo, enviaram 120 homens, mas não puderam deter a esquadra comandada por Lord Cochrane enviada por D. Pedro I, para forçar os maranhenses a aderirem à Independência. Já no Pará, a “adesão” à emancipação política do Brasil só ocorreu

³⁶ Acevedo Marin. “A Influência da...”; Kirten Schultz. “A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro.” In: Jurandir Malerba. *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 125-152.

³⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004; Coelho, *Anarquistas, demagogos...*

no dia 15 de agosto de 1823, quando chegou a Belém o *Brigue Maranhão* comandado por John Pascoe Grenfell, “como lugar tenente de Lord Cochrane que vinha apoiar o partido da independência”.³⁸ A decisão da elite paraense em ceder à pressão de Grenfell não ocorreu somente devido a posição hegemônica pela “causa brasileira”, mas porque pretendia manter seu domínio dentro da Província e evitar a proliferação de levantes, uma vez que havia muitos outros grupos constitucionalistas, absolutistas e adeptos da Independência. Em outras palavras, a elite paraense temia que os projetos políticos de *pretos*, índios, brancos pobres e de militares insatisfeitos com suas situações pudessem levar a Província ao estado de “anarquia” total.³⁹ Apesar da “adesão”, não houve a esperada “pacificação” da Província desejada pela elite paraense. Pelo contrário, ocorreram diversos levantes militares de 1823 a 1824. Em 15 e 16 de outubro de 1823 ocorreu uma sedição de soldados e populares em Belém, que se espalhou pelo interior. Na vila de Cametá, houve dois levantes militares em um espaço de dois anos (1823 e 1826). Portel, Melgaço, Vila de Conde, Muaná, Alter do Chão e Boim se sublevaram, seguindo o exemplo de Cametá, em 1823. Nesse mesmo ano, a vila de Turiaçu foi palco de sedição militar. Em 1832, as fileiras militares participariam ativamente no levante de o Rio Negro.

No terceiro capítulo consideramos inicialmente o quanto a determinação de padrão de comportamento ajudou a refletir sobre a temática, que conjectura se os militares estavam divididos em dois grandes grupos com interesses diferentes - os oficiais e os soldados -, e se dentro desse grupo havia também uma divisão social e de cor. Para isso, foi preciso criar sistemas consistentes, que justifiquem diferentes tipos de comportamento e pensamento, definindo um padrão entre eles. Por isso, acompanhou-se ao longo do período estudado a união de interesses e contrastes entre os diversos grupos, para definir a divisão dos grupos militares envolvidos no processo. Foi a partir desse padrão de comportamento que se percebeu que o ideário dos militares poderia ser analisado por meio de suas práticas. A propósito, os constantes ataques de soldados e desertores “brasileiros” contra “portugueses” poderiam configurar o caráter antilusitano das tropas. O levante dos soldados de Turiaçu influenciados pela *Confederação do Equador* nos permite supor uma tendência republicana nas tropas. Ainda no capítulo três avaliamos o quanto a investigação dos motins também ajuda a compreender as motivações, a organização e as reivindicações militares. Por exemplo, os “amotinados” de 1832 na comarca do Rio Negro mataram o seu comandante.

³⁸ Raiol. *Motins Políticos...*p. 40

³⁹ André Machado. “As Esquadras Imaginárias: no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil”. In: István Jancsó (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, 2005, p. 226-239.

Normalmente, os levantados assassinavam o comandante pelo fato dele ser considerado cruel e injusto. A morte do oficial poderia representar a luta dos soldados contra castigos indevidos ou qualquer tipo de ato dos superiores considerados injustos por eles. As sublevações podem deixar visíveis os momentos de união entre os diversos setores da tropa, uma vez que ao ocorrer o motim acabava a hierarquia na tropa, e todos os militares participantes - oficiais ou não - deviam obediência ao líder, que podia ser um soldado raso e de cor.

Analizamos também a permanência de um padrão nos motins ocorridos no Grão-Pará, desde o século XVIII, revelando antigas reivindicações que continuariam no XIX. Efetuamos para isso uma comparação entre os levantes dos séculos XVIII e XIX, caracterizando as motivações internas à instituição, para a atuação dos militares nas lutas de independência e regenciais: normalmente os amotinados começavam o levante com o assassinato do oficial considerado não respeitador dos seus direitos, tanto os que constavam da lei quanto o consuetudinário. Depois, constituíam chefes -- obedecidos cegamente -- não havendo mais hierarquia entre os militares e os oficiais mobilizados no motim. Em seguida, faziam suas reivindicações, nas quais poderia haver pedidos de mudanças políticas no estado, como no caso do levante da comarca do Rio Negro. Dessa forma, tem-se um padrão de comportamento nas sublevações, caracterizando uma lógica organizacional nos motins.

Ressalta-se por fim no terceiro capítulo que utilizamos ainda outros documentos para verificar a atuação dos militares: os ofícios dos oficiais militares para o Presidente da Província, as correspondências de “Diversos com o Governo” e os documentos de natureza estritamente militar administrativa. Na medida do possível se tentou construir um padrão de protesto, reivindicação e organização desses homens e suas tropas.

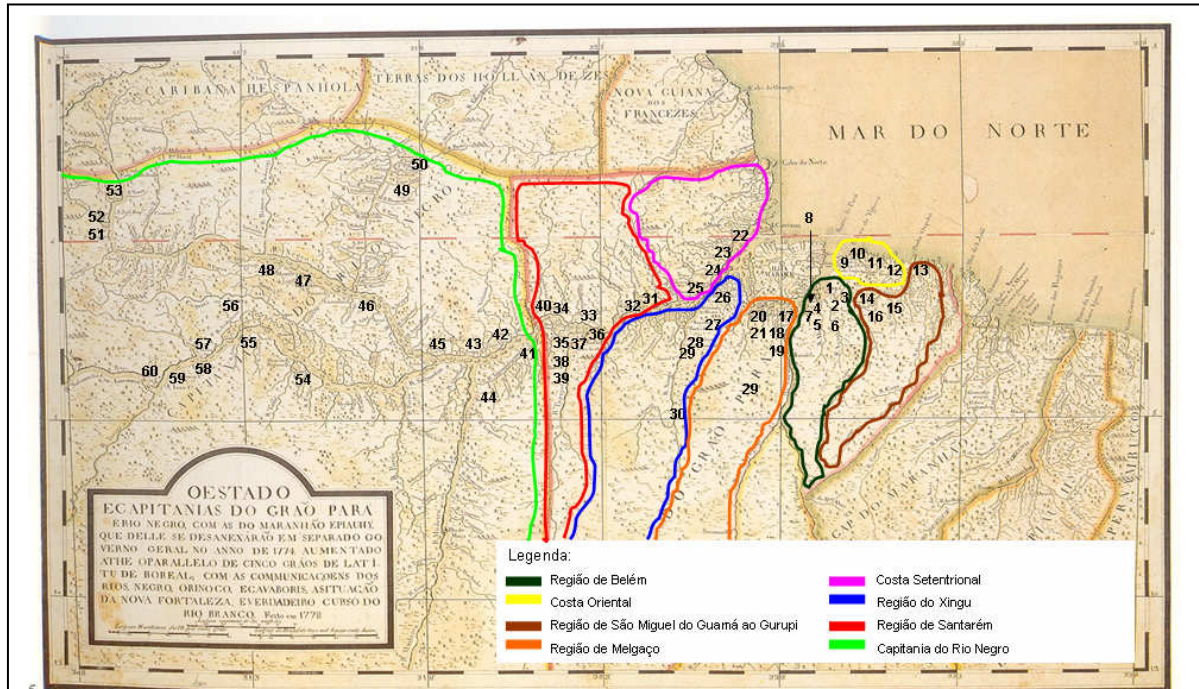
Para finalizar, oferecemos no capítulo quatro um resumo da conjuntura política e militar das décadas de 30 e 40 do século XIX. Em 1837, com o regresso conservador, realizou-se uma Reforma Militar, onde se tentou -- por meio de uma política de reforço da disciplina nas fileiras -- controlar o Exército. Segundo Souza, para os conservadores, a “pacificação” do Império dependia da reestruturação do Exército, uma vez que a Guarda Nacional, durante o governo dos liberais moderados em 1831, não era capaz de coibir as sedições militares que assolavam o país.⁴⁰ A proposta de reorganização do Exército feita pelos conservadores passava pela eliminação do debate e ação política da caserna. A saída do governo foi montar um corpo de oficiais fiéis à Monarquia de D. Pedro II. Assim, os postos

⁴⁰ José Alves de Souza Júnior. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para emancipação do Grão-Pará e atuação de Felipe Patroni (1820-1823)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 1999.

chaves de comando do Exército foram entregues a militares de origem portuguesa. O governo conservador contou com o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa - militar de origem portuguesa com longa tradição militar familiar e com ligações próximas ao Trono –, cuja nomeação a Presidente da Província do Pará ocorreu em 1836. Aliada a essa reforma militar, ocorreram outros fatores para controlar a tropa: a mudança no perfil dos recrutados, a criação de um Exército Nacional, a fortalecimento da Guarda Policial e as concessões feitas aos soldados e oficiais do Exército, que serviam na Província, contribuindo para “pacificá-lo”. Todas essas medidas direcionadas aos militares ajudaram também a tranquilizar a Província, uma vez que os soldados possuíam uma estreita ligação com a população. Para a construção desse capítulo final consideramos a análise historiográfica sobre a política imperial para a “pacificação”. Além, é claro, da investigação das leis encontradas nos compêndios de legislação do império e nos códigos - intitulado “Alvará, Cartas Régias e Decisões” - que se encontram no Arquivo Público Estadual do Pará. Nesses códigos se encontram as leis imperiais. Por exemplo, em 1832, a Regência mandou aplicar na Província o aviso de 24 de dezembro de 1831, determinando a extinção dos corpos de milícia e ordenança numa tentativa de reduzir as tropas do Exército, para torná-lo menos perigoso, visto que um exército popular era difícil de controlar. A execução dessas leis só pôde ser analisada nas correspondências do Governador das Armas com os Comandantes Militares, do fundo da Presidência da Província, do referido arquivo. Além disso, verificaram-se as reações dos soldados frente às mudanças promovidas no Exército pelo governo. Para isso, analisaram-se as ações dos militares presentes na documentação aqui arrolada.⁴¹

⁴¹ Souza. *O Exército na consolidação do Império...*

2 População, ocupação, origens e cores no Grão-Pará.



Legenda		
1. Belém	21. Portel	41. Vila Nova Rainha
2. Bujaru	22. Macapá	42. Silves
3. São Domingos	23. Mazagão	43. Serpa
4. Moju	24. Vila Vistosa	44. Borba
5. Acará	25. Almerim	45. Manaus
6. Igarapé-Miri	26. Gurupá	46. Moura
7. Abaetetuba	27. Porto de Moz	47. Barcelos
8. Barcarena	28. Veiros	48. Tomar
9. Colares	29. Pombal	49. São Felipe
10. Vigia	30. Souzel	50. São Bernardo
11. Odivelas	31. Outeiro	51. São Felipe
12. Santarém Novo	32. Monte Alegre	52. São Gabriel
13. Bragança	33. Alemquer	53. Marabitanas
14. Ourém	34. Óbidos	54. Ega
15. São Miguel do Guamá	35. Franca	55. Fonte Boa
16. Irituia	36. Santarém	56. Santo Antônio
17. Oeiras	37. Alter do Chão	57. Vila Javari
18. Cametá	38. Boim	58. Castro de Alvelans
19. Baião	39. Pinhel	59. Olivença
20. Melgaço	40. Faro	60. Tabatinga

Mapa 1: Mapa do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, 1778

Fonte: PCDL, O Estado e capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro, com as do Maranhão e Piauí, que dele se desanexaram em separado Governo Geral no ano de 1772, aumentado até o paralelo de cinco graus da latitude boreal, com as comunicações dos rios Negro, Orinoco e Cauaboris, a [S.L]; [S.N], 1778.

O Grão-Pará estava localizado no norte da colônia portuguesa na América, estendendo-se ao longo do vale Amazônico e parte do vale Araguaia-Tocantins. Aquele chama a atenção por sua extensão – 3.000 km-- e por seus diferentes ecossistemas. Cortado

por rio de mesmo nome que nasce nos Andes peruano e deságua ao norte, próximo a Macapá, e ao sul da ilha do Marajó. Um volumoso rio cujos principais afluentes são os rios Iça, Japurá, Negro, Trombetas (margem esquerda), Juruá, Purus, Madeira, Tapajós e Xingu (margem direita).⁴²

O vale amazônico encontra-se marcado por dois principais ecos-sistema: a terra-firme e as várzeas, sendo que estas últimas abrangem apenas 2% do vale, enquanto aquelas 98%. Apesar disso, as várzeas representam a área economicamente mais vantajosa, posto ser formada pelo aluvião-andino e tem abundância em peixes. As várzeas dividem-se em altas, baixas e do estuário do Amazonas, que se estendem do Cabo Norte à ponta do Tijuco. Ao norte do estuário, têm-se o rio Amazonas; a sudeste, o rio Pará e, ao sul, o rio Tocantins. Na porção estuarina, há um delta interno, onde descarrega o Amazonas. Neste delta, existem diversas ilhas, sendo a ilha do Marajó a maior e a mais importante.⁴³ Já a área onde se localiza o vale Araguaia-Tocantins, é atravessada pelos rios Araguaia e Tocantins, que nascem em Goiás, na Chapada dos Veadeiros. O Tocantins se junta ao Araguaia -- na fronteira do Pará com Goiás -- e deságua no delta do rio Amazonas, ao sul do Golfo do Marajó.

O Grão-Pará foi incorporado ao Estado do Maranhão em 1621, tendo sua administração ligada diretamente a Lisboa.⁴⁴ O Estado do Maranhão, até meados do século XVIII, compreendia toda a chamada Amazônia Portuguesa, o Ceará e o Piauí. Algumas décadas depois, essa configuração seria alterada com a subida ao trono de D. José I e Sebastião José de Carvalho e Mello, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que viria a ser conhecido como Marquês de Pombal, depois de 1770. Segundo Viana, Pombal teve a missão de reduzir a dependência de Portugal em relação à Inglaterra. Essa dependência teve início com a assinatura do Tratado de Methuen (1703), firmado entre as duas nações, o qual transformou Portugal e suas colônias em grande consumidora de produtos ingleses, promovendo assim um desequilíbrio comercial, já que era pago com o ouro brasileiro.⁴⁵

Detentores de mais créditos e capital, os ingleses cada vez mais entrariam na economia colonial luso-brasileira, ficando com grande vantagem em relação aos negociantes

⁴² Cristiane Silva Nogueira. *Território de Pesca no Estuário Marajoara: comunidades negras e conflitos no município de Salvaterra*. Belém: NAEA/UFPA 2005. 200 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2005. p. 25-26; Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndios das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. p. 369

⁴³ Nogueira. *Território de Pesca...*p. 25-26

⁴⁴ Graça Salgado (org.). *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 55-56.

⁴⁵ Larissa Viana. *O Idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. p.80

portugueses. Para equacionar tal situação, Pombal tomou medidas para reverter tal quadro, reestruturando a economia e a política das áreas coloniais. Dentre as reformas pombalinas estavam:

a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1775, e de Pernambuco e Paraíba, em 1759; ao aperfeiçoamento da administração e ao reforço do controle real, o que incluiu a redução dos poderes do Conselho ultramarino; à reforma e à ampliação do sistema jurídico real; a substituição de Salvador pelo Rio de Janeiro como capital da colônia em 1763, e também a uma crescente preocupação com a defesa militar das fronteiras no interior desde o Amazonas até o Rio do Prata. As reformas de caráter fiscal, após o declínio da produção aurífera e o crescimento das dívidas, estiveram entre as mais importantes medidas pombalinas destinadas a recuperar a economia luso-brasileira.⁴⁶

Para assegurar o domínio sócio-econômico naquela vasta região, criou-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão (englobando somente o Maranhão, o Grão-Pará e capitania do Rio Negro, esta criada em 1755), em 1751, com sede em Belém, substituindo o antigo Estado do Maranhão, sediado em São Luís. Tal transformação administrativa colonial foi necessária, uma vez que havia a concorrência da Inglaterra, França e Espanha na região. Nessa oportunidade, erigiu o Estado do Grão-Pará, no qual o meio-irmão do Marquês de Pombal foi o primeiro Capitão-General, Estado esse composto pelas capitanias do Grão-Pará e Rio Negro. Em 1772, ocorreu a separação das capitanias que compunham o Estado do Grão-Pará e Maranhão. No mapa 1 acima procurei separar com uma linha verde a capitania do Grão-Pará da capitania do Rio Negro. Também dividi em sete regiões o Grão-Pará: a região de Belém, a Costa Oriental, a região de São Miguel do Guamá ao Gurupí, a região de Melgaço, a Costa Setentrional, a região do Xingu e de Santarém. Representa uma divisão baseada nas características econômicas e geográficas. A região de Belém tem como centro econômico a *cidade do Pará* (Belém); a região de Melgaço - a vila de Cameté -; a Costa oriental - a Vila de Vigia -; a de São Miguel ao Gurupí - Bragança -; a Costa Setentrional - Macapá -; a região do Xingu - Gurupá e a região de Santarém - Santarém.⁴⁷

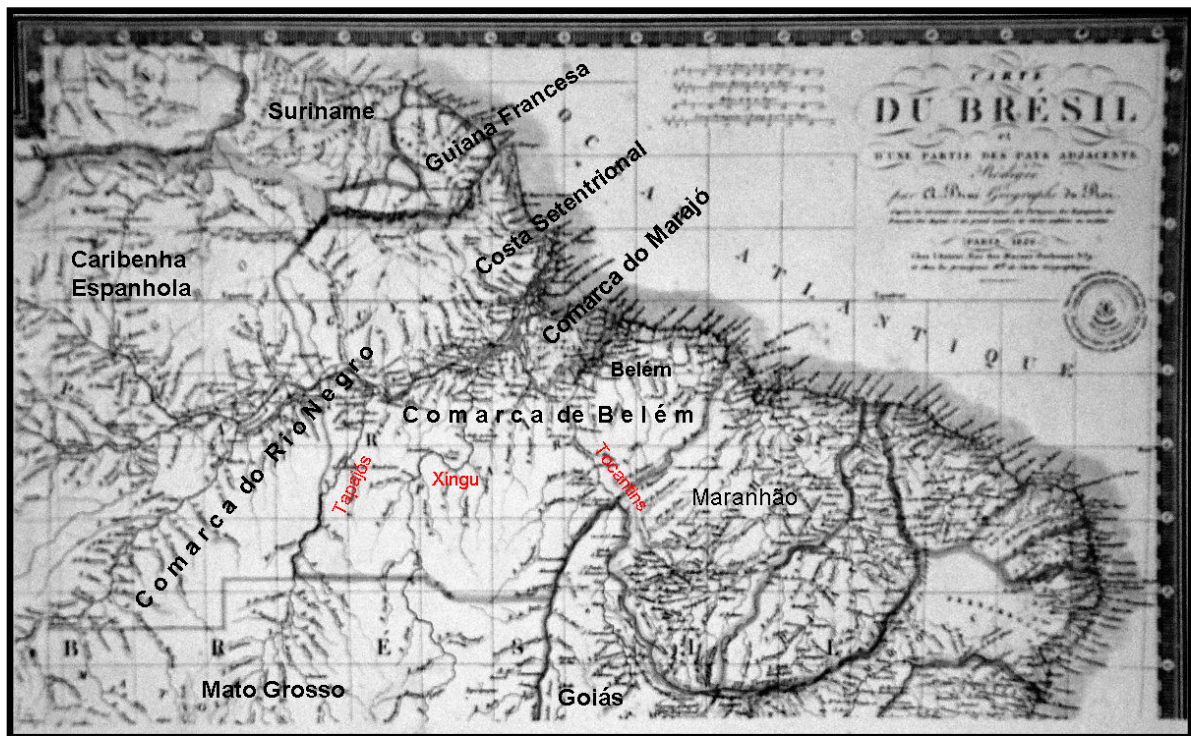
O mapa 1 retrata o espaço territorial do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, demarcando seus limites com as colônias estrangeiras e as outras capitanias da América Portuguesa, definidos pelo Tratado de Madri (que estabeleceu os limites do Império Lusitano ao norte e

⁴⁶ Ibidem, p.80-81

⁴⁷ Essa divisão também utilizada por Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004. 432p. .p. 21; Shirley M. S Nogueira. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*, Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia /NAEA, Belém, 2000. Rosa Elizabeth Acevedo Marin *Du Travail Esclave au Travail Libre: le Pará (Brasil) sous le régime colonial et sous l'empire (sec. XVIII-XIX siecls)*, Paris: [s.n], 1985 491f. Tese de Doutorado. École des Hautes Études in Sciences Sociales, Paris, 1985.

sul do Brasil). Tais limites eram: ao norte, a Guiana Francesa, Caribana Espanhola, atual Venezuela e a Guiana Inglesa, não aparecendo os limites a oeste, mas que eram os atuais Peru e Colômbia.

O Maranhão e Goiás são as únicas capitânicas que aparecem como limites: o rio Turiaçu separava o Pará de Maranhão, a leste. Os rios Tocantins e Araguaia separam-no de Goiás. Esta capitania estaria limitada a leste, com a do Pará; a noroeste, com o Peru e Caribana Espanhola e, ao sul, com o Mato Grosso, que não aparece neste mapa; ao norte, com a Guiana Inglesa e a Guiana Francesa.



Mapa 2: A Província do Grão-Pará – 1826.

Fonte: Comissão de Demarcação de Limites Pará, Mapa Adaptado de Parte Brué. “Encyclopédie de L` Amerique Meridionale”. In: *Brasil (Governo); França (Governo). Frontieres Entre le Brésil et La Guyane Française: Second Memoire*. Tomo VI. Paris: Alavre, Imprimeur – éditeur & Cia, 1889. p. 74

O mapa 2 (de 1826) apresenta diferenças com os anteriores justamente com respeito à configuração política da região e o estabelecimento de províncias e comarcas. Estas aparecem ainda antes da separação colonial.⁴⁸ Segundo Silva, representava uma mudança político-administrativa na organização territorial iniciada no século XVIII. As comarcas já existiam em Portugal desde o século XVI. Representavam a divisão do espaço geográfico português baseada numa suposta ordem natural, a qual o rei procurava respeitar. Para Silva, o

⁴⁸ De acordo com Baena, as províncias foram criadas em 1815. Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 11.

resultado era a irregularidade e desigualdade territorial portuguesa onde a justiça e o fisco acabavam prejudicados. Essa forma de organização foi substituída por um ordenamento racional que levava em conta os “critérios de oportunidade (política, econômica e administrativa)”.⁴⁹

Durante os séculos XV-XVIII, os conselhos municipais tomavam conta de todo o território português, constituindo “a unidade básica da organização político-administrativa do território”.⁵⁰ Entre esses conselhos havia os coutos e honras com autonomia jurisdicional incompleta, pois a justiça era administrada por juízes nomeados pelos donatários, não tendo poder sobre elas os magistrados indicados pela Coroa. Além disso, podiam se eximir de prestar serviços e pagar imposto. Havia também os conselhos muito extensos que dificultavam suas administrações, como o caso de Santarém, em Portugal.⁵¹ Na direção dos conselhos estavam as câmaras com funções fiscais, de estabelecimentos de preços e salários, aprovisionamento de víveres, a administração dos bens do conselho e outras. Essas atribuições desenvolviam-se mais por meio de uma lógica localista, marcando a fragilidade da relação centro/periferia. O tradicionalismo dessa relação dava-se pela “irreduzibilidade” do território desses conselhos, já que os reis raramente os criavam ou extinguíam “mesmo que qualquer racionalidade o exigisse”, mesmo a fiscal.⁵²

Para equacionar tais problemas, procurou-se, na segunda metade do século XVIII, organizar o espaço para facilitar a fiscalização - com o objetivo de trazer benefícios econômicos - e a aplicação da justiça, a fim de assegurar a autoridade real, acabando assim com os desmandos dos proprietários de terras. Essa reforma pautou-se em: “redução das distâncias e extensão dos conselhos e comarcas”, “o afastamento dos enclaves territoriais”, “a constituição de distritos jurisdicionais suficientemente povoados para poderem arcar com as despesas decorrentes de justiças letradas”.⁵³ A reforma tinha como base uma geografia simples de matriz cartesiana. As capitais das comarcas e as sedes dos conselhos deveriam ficar em lugares centrais para garantir maior “acesso à justiça e à administração”. A idéia principal era que as vilas formassem um círculo ao redor da cabeça da comarca.⁵⁴ De acordo com Silva, essas mudanças somente seriam postas em prática, de fato, com o advento das

⁴⁹ Ana Cristina Nogueira da Silva. “Tradição e reforma na organização político-administrativa do espaço, Portugal, finais do século XVIII.” In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijí, Fapesp, 2003. p. 297-298

⁵⁰ Silva. “Tradição e reforma...p. 298

⁵¹ *Ibidem*, p.301

⁵² *Idem*

⁵³ *Ibidem*, p. 306

⁵⁴ *Ibidem*, p. 306-310

reformas liberais. Mas, no Brasil, já se viam as primeiras aplicações com a criação de comarcas desde 1816.

No mapa 2, para facilitar a localização das regiões das comarcas, destacamos em preto, além do local aproximado da existência das comarcas do Rio Negro e Grão-Pará, a capital desta última comarca (Belém), assim como as divisas do Grão-Pará, ao norte, como eram conhecidas na época. A oeste de Belém, ficava a comarca do Marajó, criada em 1816, localizada na baía do Marajó. Já as capitânicas do Rio Negro e Grão-Pará também foram transformadas em comarcas mantendo os mesmos limites.⁵⁵ Neste mapa vemos ainda os dois principais rios da região oriental, Tapajós e Xingu, tributários da margem direita do Amazonas, e o Tocantins - que cortavam a então Província do Grão-Pará - foram evidenciados em vermelho para ajudar a localização das regiões de Melgaço, Tapajós e Xingu. O Tapajós e o Xingu nasciam no Mato Grosso e terminavam no rio Amazonas; o primeiro em frente à vila de Gurupá, e o segundo em frente à vila de Santarém. O rio Tocantins – também na região oriental - teve sua trajetória acentuada por uma linha preta, atravessando a vila de Cameté e seus distritos.

A despeito das mudanças político-administrativas na organização do espaço, as comarcas de Belém e Rio Negro permaneceriam com grandes extensões territoriais, dificultando a aplicação da justiça e do fisco. Somente em 1833, haveria outra mudança na configuração do Grão-Pará, com a extinção da comarca do Marajó, e a criação de outras duas: as comarcas do Baixo e Alto Amazonas, passando a existir apenas as comarcas do Grão-Pará, do Baixo e Alto Amazonas.⁵⁶ No entanto, essa subdivisão deu-se muito mais por disputa política entre as elites da comarca de Belém, da região de Santarém e do Rio Negro, do que pela racionalização do espaço em busca de uma melhor administração.

Quanto à povoação, o governo português incentivou a vinda de casais açorianos, em 1615, para povoar a capitania do Grão-Pará.⁵⁷ Essa transferência objetivava controlar o aumento populacional do arquipélago açoriano e proporcionar melhores condições de vida para os habitantes daquelas ilhas, que eram assoladas por constantes terremotos, por erupções vulcânicas e por pragas que destruíam as lavouras. Além disso, o principal motivo era que essas famílias poderiam contribuir para consolidar o domínio lusitano com a fixação da

⁵⁵ Baena. *Ensaio Corográfico...*p.21

⁵⁶ Ibidem, p 422, Arthur Cezar Ferreira Reis. *História de Óbidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil. V. 123). p. 62.

⁵⁷ Alanna Souto Cardoso. *Apontamentos para a História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)*. Belém: UFPA 2008. 151p. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém, 2008. p. 34.

ocupação nas áreas de fronteiras.⁵⁸ Um decreto real determinava “casais com filhos jovens ou em fase de procriação”⁵⁹ e “mulheres donzelas, jovens e solteiras que desejassem constituir famílias”.⁶⁰ A intenção metropolitana era constituir povoação estável por meio de “um processo de miscigenação em cada parte do novo território”.⁶¹ O projeto inicial era trazer 200 casais. Em 1622, chegaram os primeiros 40 casais açorianos num total de 148 famílias. De acordo com Acevedo Marin, vieram com o objetivo de instalar a indústria de açúcar e engenhos de moer cana-de-açúcar, sendo o primeiro instalado às margens do rio Itapecuru. Além disso, a Coroa enviou também muitos degredados do Reino e uma quantidade significativa de “homens de pequenos ofícios tais como pedreiros, oleiros, serralheiros, mercadores, mecânicos e ferreiros para fixação definitiva de casais”.⁶²

Quando esses colonos chegaram não havia necessariamente um “vazio demográfico” no Grão-Pará. Na verdade tiveram que tomar as terras das várias sociedades indígenas ali existentes. Porro considera possível a existência de mais de dois milhões de índios no vale amazônico no momento da chegada dos europeus na região, sendo mais de um milhão na área de terra firme e o restante na várzea. Todavia, durante os primeiros 150 anos de colonização, os grupos indígenas das várzeas foram praticamente dizimados, dando lugar às cidades e vilas.

Os principais troncos lingüísticos indígenas eram os *Aruak*, *Karib* e *Tupi*. Os Aruak distribuía-se ao longo das duas margens do Solimões, nome dado ao Amazonas em seu curso mais alto. Os povos de língua Karib viviam no maciço das Guianas e nos médios e altos cursos dos afluentes setentrionais do Amazonas. Enquanto os do tronco Tupi localizavam-se ao sul dos médio e baixo Amazonas, ao leste do rio Madeira e ao longo de toda o vale do Tapajós.⁶³ Coube aos missionários a catequização indígena num primeiro momento. De Belém, partiram os missionários carmelitas, jesuítas, mercedários e franciscanos que fundaram diversos aldeamentos junto às aldeias indígenas existentes. Entre essas estão Bragança, Cametá, Jamundás (Faro), Gurupatiba (Monte Alegre), Itacoatira, Coari, Surubiú (Alemquer) e Mariuá (Barcelos) no rio Negro. A influência missionária atingiu uma grande área do Estado do Grão-Pará. Em 1693, ocorreu a divisão de campos de atuação de missionários, no então Estado do Maranhão. Os jesuítas ficaram com toda a extensão sul do

⁵⁸ Ibidem, p. 35.

⁵⁹ Idem

⁶⁰ Idem

⁶¹ Idem

⁶² Ibidem, p. 36-37

⁶³ Ver: Antônio Porro. *Os Povos das Águas: Ensaio de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 23; 25-26.

rio Amazonas e o sertão desta área; aos franciscanos da Conceição coube o norte do rio Amazonas e o sertão do Cabo Norte, “compreendendo o rio Jarí, Pauru e a Aldeia de Urubuocara”; os franciscanos da Piedade ficaram com todas as terras e aldeamentos junto à fortaleza de Gurupá e as terras acima do aldeamento de Urubuocara, “compreendendo os rios Xingu, Trombetas e Gueribi; e aos Carmelitas foi destinado o rio Negro, rio Branco e Solimões”; os Mercedários atuaram “no distrito do rio Gueribipeba, margem do Amazonas, compreendendo o rio Urubu, rio Negro e os demais dentro do domínio português”.⁶⁴ Assim o Marquês de Pombal procurava assegurar o território por meio de núcleos populacionais estáveis. Para isso acabavam sendo trazidos novos colonos, aos quais se distribuíram terras e se incentivava o casamento de brancos com índios dos aldeamentos.

Com a expulsão de alguns grupos de missionários, em 1759, foi liberado um grande contingente de índios para se tornarem também moradores destes núcleos, além de uma política intensa de descimentos.⁶⁵ Durante o período houve a intensificação a incorporação de mão-de-obra africana pela Companhia Geral do Comércio (1755) no Grão-Pará. Os primeiros africanos foram introduzidos no final do século XVII, no Amapá, em pequeno número, pois não havia capitais para concorrer com o açúcar de Pernambuco e Bahia, “depois com o algodão do Maranhão e o ouro de Minas Gerais”⁶⁶. Entre 1692 e 1721 entraram apenas 1.208 africanos no Grão-Pará, um número reduzido se comparado com os 300 e 350 mil levados ao Nordeste, na segunda metade do século XVII. Somente a partir da segunda metade do XVIII, a situação mudaria. No período de 1756-1788, chegaram 16.077 africanos ao Pará.⁶⁷

A extinção da Companhia Geral do Comércio, em 1778 não acabou com o comércio negreiro. A iniciativa particular tomou conta do tráfico interprovincial. De 1810 a 1816, foram comprados mais de 2.934 africanos e crioulos. Até 1820, já haviam sido adquiridos, no Pará, mais de 52. 217 escravos africanos. A última partida de escravos chegou em 1834, mas embora estivesse encerrado o tráfico direto com as praças negreiras da África, eles, ainda

⁶⁴ Frei Hugo Fragozo. “Os aldeamentos Franciscanos no Grão-Pará.” In: Eduardo Hoornaert (Org.). *Das Reduções Latinas Americanas às Lutas Indígenas Atuais*. IX Simpósio Latino-Americano de Cheila. Manaus. São Paulo: Paulina, 1982. p. 131

⁶⁵ “Descimentos são concebidos como deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. Devem resultar da persuasão exercida por tropas de descimentos lideradas ou acompanhadas por um missionário, sem qualquer tipo de violência. Trata-se de convencer os índios do “sertão” de que é de seu interesse aldear-se junto aos portugueses, para sua própria proteção e bem-estar”. Beatriz Perrone-Moises. “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 118.

⁶⁶ Flávio dos Santos Gomes. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, Quilombos e Comunidades de Fugitivos no Brasil (séc. XVII-XIX)*, São Paulo, UNESP, Polis, 2005.p.44.

⁶⁷ *Ibidem*, p.44-45

assim, chegavam à Província por meio do contrabando interno.⁶⁸ Em 1823, Belém e o baixo Tocantins concentraram mais de 60% dos escravos da Província. Somente na região de Belém existiam naquele ano mais de 9.840 cativos, representando 35,11% da população. No baixo Tocantins, havia 7.726. No Baixo Amazonas, eles somavam 3.657. No Amapá, eram 940 e, na comarca do Marajó, eram 2.120. Os cativos representavam 27,54%, 13, 4%, 3,35% e 7,56% dos habitantes, respectivamente.⁶⁹

Apesar dos números gerais e tendências sobre a população escrava até 1872 (ano do censo nacional), são poucos os registros populacionais com informações quanto à cor, categorias sócio-econômica, estado civil, sexo, número de filhos, etc. Ainda assim foram requisitadas listagens populacionais e Cardoso argumenta que, apesar dessa ordem, “foram poucas as achadas e distribuídas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX”.⁷⁰ Geralmente, o historiador só encontra os mapas gerais, que são os resumos da contagem da população, “sem a lista de base”.⁷¹ No caso do Grão-Pará colonial o censo mais completo é o de 1778.⁷² Nele há informações sobre 4.315 cabeças de famílias de toda a capitania do Grão-Pará, totalizando 37.543 habitantes. Trata-se de um registro populacional incompleto, não considerando escravos, agregados, *assoldadados* e os moradores da capitania do Rio Negro.

Na tabela 1 apresentamos o quadro da população do Pará no final do século XVIII.

⁶⁸ Vicente Salles. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, Belém: Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988. p. 4

⁶⁹ André Machado. *A Quebra Mola Real das Sociedades: a crise do antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP. 2006. 359 p. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Estadual de São Paulo/USP, São Paulo, 2006. p. 78-79.

⁷⁰ Cardoso. *Apontamentos para ...*p. 73

⁷¹ Idem

⁷² Ver: Nogueira. *Razões para desertar...*cap. 4; José Alves de Souza Júnior. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para emancipação do Grão-Pará e atuação de Felipe Patroni (1820-1823)*. Campinas: UNICAMP. 1999. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 1999. Sobre a contagem incompleta da população do Pará ver: Machado. *A Quebra Mola Real das Sociedades...*p. 62.

TABELA 1:
TOTAL DA POPULAÇÃO
DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ EM 1778

REGIÕES DO GRÃO-PARÁ	TOTAL DA POPULAÇÃO
R. de Belém	18.841
R. de Melgaço	7.657
Costa Oriental	3.013
Costa Senterional	2.083
Região de São Miguel do Guamá ao Gurupi	2.028
R. do Marajó	2.016
R. do Xingú	1.103
R. de Santarém	802
<i>Total das Regiões</i>	37.543

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das dos índios aldeados, achavam existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.⁷³

Na primeira metade do século XIX não há alteração na configuração destes recenseamentos. Enfim, o quadro populacional do Grão-Pará acaba prejudicado pela falta de censos mais abrangentes e detalhados. De outro modo, alguns viajantes e cronistas ofereceram descrições e estimativas da população do Grão-Pará, todavia a imprecisão é a marca deste material. É o caso das informações oferecidas pelos viajantes Johnn Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius, que estiveram no Grão-Pará durante 1819 e 1820; ou aquelas do Major Antônio Ladislau Monteiro Baena.⁷⁴

Um recenseamento geral menos incompleto aparece no *Ensaio Corográfico da Província do Pará* datado de 1832. Porém, segundo o próprio Baena, muitos moradores não estavam registrados nas paróquias, dificultando a localização e contagem. Somando os números das comarcas do Rio Negro, Marajó e Belém, a população total do Grão-Pará alcançava 149.300 habitantes, sendo 119.337 moradores livres – dos quais 32.751 índios -- e 29.963 escravos. Deve-se pensar, no entanto, na quantidade de população indígena sub-registrada, especialmente para a comarca do Rio Negro (ver tabela 2).⁷⁵

⁷³ Apesar de se encontrar no IHGP, esse documento foi gentilmente cedido pela Professora Dr.^a Rosa Elizabeth Acevedo Marin durante o meu mestrado.

⁷⁴ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 260 e Johnn Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius. “Estada na Cidade e Santa Maria de Belém do Grão-Pará”. In: *Viagens pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981. 3v. p. 40

⁷⁵ A soma final dos Mapas de Habitantes da Comarca de Belém, Marajó e Rio Negro apresentados por Baena não confere com as somas da tabela 2.

TABELA 2:
POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DAS COMARCAS DE BELÉM, MARAJÓ E RIO NEGRO.

LOCALIDADE/ANO 1832	POPULAÇÃO LIVRE	ESCRAVOS	TOTAL
Comarca de Belém	90.767	26.961	117.728
Comarca do Marajó	17.881	962	18.843
Comarca do Rio Negro	10.689	2.040	12.729
Total	119.337	29.963	149.300

Fonte: Dados do censo de 1832 apud Baena. *Ensaio Corográfico...* p. 348

Em 1842, o príncipe da Prússia afirmava que a “incerteza geral que reina no que concerne à população do Brasil, estende-se particularmente à Província do Pará”⁷⁶. Ele coletou informações sobre a população junto aos Presidentes de Província. O Pará teria por volta de 140.000 habitantes em 1841, mas se admitia que talvez houvesse em torno de 200.000. Contudo, parece ser uma estimativa exagerada, pois o censo de 1849 mencionava 156.509 habitantes aproximadamente, índices populacionais não tão distantes daqueles calculados por Baena em 1832. Este recenseamento não discrimina escravos e livres, dividindo a população do Grão-Pará apenas em homens e mulheres adultos e os considerados “menores” que eram, respectivamente: 39. 751; 48. 499; 35. 699; 33.466.⁷⁷

De uma maneira geral, a população do Grão-Pará estava distribuída de forma desigual, tendo maior concentração nos núcleos próximos a Belém, Amapá (Costa Setentrional) e áreas do Tocantins (região de Melgaço, onde o maior povoado era Cametá). Tal população estava envolvida na plantação de mandioca (para o abastecimento interno), do arroz, algodão, café e cacau. Já no Marajó, havia várias fazendas de gado *vacum* e cavalariças. Os principais produtos de exportação eram arroz, cacau, algodão, cravo fino, café, salsaparrilha, couros, aguardente, óleo de copaíba e couros secos. Apesar do fato de conhecida como região voltada para a exportação de drogas do sertão, predominou no Grão-Pará uma produção agro-extrativa, um sistema implantado durante o período pombalino até 1777 que se baseava na organização econômica das missões religiosas. A tendência agrária se justifica pela prática agrícola das sociedades indígenas que se preocupavam em plantar sem destruir a floresta.⁷⁸

Nas missões, a coivara passou a ser a forma de preparo da terra, uma vez que havia uma necessidade de mercado a ser atendida, que impelia a derrubada da floresta, para

⁷⁶ Príncipe Adalberto da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu. Príncipe Adalberto da Prússia*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). p. 213.

⁷⁷ Biblioteca Nacional. Documentos Manuscritos (doravante BN-DM), I-32, 10, 4. Este censo encontra-se muito danificado, por isso não foi possível coletar informações sobre todas as regiões do Pará.

⁷⁸ Rosa Elizabeth Acevedo Marin. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial”. In: *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 55; Maria de Nazaré Ângelo-Menezes. “O Sistema Agrário do Vale do Tocantins: Agricultura para Consumo e para Exportação”. *Proj. História*, São Paulo, n.18, maio, 1999. p. 24

obtenção de terras à agricultura. Nesse sistema, levava-se sete meses entre a derrubada e o plantio, ao contrário do que ocorria com a produção dos índios não-aldeados pelos missionários, que em quatro meses plantavam as roças.⁷⁹ Os colonos também tiveram forte influência no desenvolvimento da agricultura ao longo do vale amazônico. Depois da distribuição da sesmaria, durante o governo pombalino, começaram a produzir cana-de-açúcar e tabaco. A administração pombalina tentou transformar o “delta amazônico e a planície fluvial em um grande celeiro agrícola”,⁸⁰ intensificando a economia agro-exportadora, que tinha como principal produto o cacau e a mandioca consorciada com o milho graúdo e o algodão.

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão também foi importante, uma vez que trouxe escravos para as lavouras e otimizou a comercialização da produção agrícola.⁸¹ Havia alguns grandes fazendeiros, mas predominavam os pequenos e médios, formando um campesinato. Esses empreendimentos agrícolas eram caracterizados pela mão-de-obra escrava reduzida e familiar.⁸²

Abordamos a seguir a população e a base sócio-econômica do Grão-Pará na cidade de Belém e nas demais comarcas. Para efeito de análise, a capitania do Grão-Pará, posterior comarca de Belém, foi dividida em sete sub-regiões: Belém, Melgaço, São Miguel do Guamá ao Gurupí, Costa Oriental, Costa Setentrional, Xingu e Santarém, já referidas.

2.1. Uma “cidade do Pará”⁸³

Belém foi fundada em 1616. Localiza-se na embocadura do rio Guamá, na baía do Guajará, “distanciada cerca de 17 milhas do mar, sob 1°27’ de latitude sul e 48°30’ de longitude oeste de Greenwich.”⁸⁴ Estava dividida entre as freguesias⁸⁵ da Sé e Santana da Campina. A Sé formou-se junto ao forte do Presépio, criado no momento da fundação da cidade, em frente à baía do Guajará. Nela se organizou a administração da capitania do Grão-

⁷⁹ Ângelo-Menezes. “O Sistema Agrário...” p. 24.

⁸⁰ Rosa Elizabeth Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX”. *Estudos Econômicos*, v. 15, n. especial, 1985. p. 54

⁸¹ Nogueira. *Razões para desertar...*p. 106

⁸² Gomes. *A Hidra e os Pântanos...* p. 46-49

⁸³ Belém era conhecida nas primeiras décadas do século XIX como “Cidade do Pará”. Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...”p.23

⁸⁴ Adalberto. *Brasil: Amazonas-Xingu...* p. 199.

⁸⁵ Freguesia correspondia à área de jurisdição dos párocos, remetiam para a organização da administrativa da Igreja. Todavia, a administração civil guiou-se pela rede paroquial existente. Ver: Silva. “Tradição e reforma...”p.302

Pará, que passaria a pertencer ao Estado do Maranhão em 1621. Somente em 1727 foi erigida a freguesia de Santana da Campina. Os dois bairros eram separados pelo igarapé do Piri, dando a impressão de serem duas cidades.⁸⁶ Belém tornou-se a sede do Estado do Grão-Pará e Maranhão fundado pelo Marquês de Pombal em 1751. A influência dessa cidade se estenderia às seguintes vilas: Abaetetuba, Bujaru, Capim, Igarapé-Miri, Moju, Vila de Beja⁸⁷, Vila de Conde, Acará, Barcarena, Benfica⁸⁸, São Domingos e Athayde⁸⁹, ver mapa 1.⁹⁰

Na tabela 3 avaliamos os habitantes de Belém do final do século XVIII.

TABELA 3:
POPULAÇÃO DE BELÉM DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII

QUALIDADES	TOTAIS	(%)
brancos	4.423	51,6
Índios, pretos e mestiços livres	1.099	12,8
Escravos pretos	3.051	35,6
<i>Total</i>	8.573	100

Fonte: Gomes. *A Hidra e os Pântanos...*p.46

A partir de 1820, os viajantes e cronistas informaram haver em Belém 24.500 habitantes, enquanto Baena contou apenas 13.247 habitantes em 1825. De acordo com os números de Baena, a cidade teve um decréscimo 800 pessoas, passando a ter 12.400 indivíduos. A diminuição foi fruto das lutas pela Independência e as epidemias de Sarampo e Bexigas.⁹¹ Em 1820, Spix e Martius entraram na cidade de Belém pela baía do Guajará. Da embarcação avistaram fileiras de casas perto das margens da baía, a Praça do Comércio e a Alfândega, atrás dela havia a Igreja das Mercês, mais adiante estava a Igreja de Santa Ana: “na parte norte, terminava a vista com o convento dos Capuchinos de Santo Antônio, na parte do extremo sul, o olhar repousa no Castelo e no Hospital Militar”. Dava para ver também o Palácio do Governo. Depois do desembarque, e de iniciarem a descrição do interior de Belém, Spix e Martius relataram:

quando o recém chegado entra na própria cidade, encontra mais do que prometia o aspecto exterior: casas sólidas construídas em sua, maior parte, de pedras de cantaria, casas em largas ruas, que se cortam em ângulos retos, ou formam várias extensas praças. A arquitetura é singela, raro tendo as casas mais de dois pavimentos quase sempre térreas, são mesmo construídas

⁸⁶ Euda Cristina Alencar Veloso. “Estruturas de apropriação de Riqueza em Belém do Grão-Pará através do Recenseamento de 1778”. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 8-9

⁸⁷ Não foi possível plotar a cidade de Beja no mapa 1, mas ela localizava-se a duas léguas de Abaetetuba (vila de número 7, no mapa 1). Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 222-223.

⁸⁸ Não conseguimos encontrar referência sobre Benfica em Baena, por isso não conseguimos localiza-la no mapa, mas ela existe até hoje próximo a Belém.

⁸⁹ Não encontramos informações sobre essa vila.

⁹⁰ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 30

⁹¹ Baena. *Ensaio Corográfico...*p.4; 21; Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 25-26.

em grandes proporções e menos decoradas do que as do Maranhão, simplesmente caiadas e em geral sem vidraças, mas o conjunto é asseado e cômodo e dá a impressão de vida doméstica e feliz.⁹²

Os mercadores viviam na freguesia da Sé, onde estava o porto: “ligado a uma rede de cidades e vilas onde se recolhiam os produtos da floresta”⁹³, das grandes, pequenas e médias propriedades. Para ali convergiam as canoas do comércio vindas das principais vilas do interior do Pará. As grandes casas comerciais de Belém destinavam-se os artigos para serem comercializados, oriundos tanto dos grandes engenhos e fazendas localizadas nos rios Guamá e Capim e nas vilas de Igarapé-Miri, Barcarena, Moju, Conde, Cametá, Bejá, Acará, - estabelecidas no baixo rio Tocantins, na Ilha do Marajó e Costa Setentrional -, quanto das pequenas e médias propriedades ao longo do rio Xingu, Tapajós e Amazonas. Antes de chegarem a Belém, passavam pelos principais portos fluviais - Gurupá, Óbidos, Santarém e Cametá.

Segundo Spix e Martius, os comerciantes gabavam-se de exportar mais produtos do que as demais cidades da colônia. Poucos anos antes da Independência, o porto de Belém recebia mais de 100 navios anualmente. Os naturalistas alemães assim descreveram o movimento fluvial em Belém assim:

Logo que chegavam as canoas do comércio dessas regiões, animam-se as ruas da cidade, vêm-se índio, meninos nus, atarefados a carregar os preciosos artigos para a alfândega, e dali para os diversos armazéns espalhados pela cidade. Fora dessa época, porém, não é a praça menos morta do que Maranhão, onde se limitando quase só algodão e arroz, que recebe do interior; esses artigos são embarcados nos armazéns, situados junto ao porto .⁹⁴

O estabelecimento de grandes comerciantes em Belém remonta à origem da cidade. A localização dela -- às margens da bacia do rio Guajará -- facilitou a circulação das mercadorias provenientes do interior. Os comerciantes ampliaram seu cabedal com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que agrupou diversos mercadores portugueses. Obtiveram lucros e estreitaram seus laços com Portugal. Os vinte dois anos de existência da Companhia permitiram o surgimento de um grupo que “usufruí de privilégios e regalias do poder”. Além disso, a eles foi dado por Pombal o direito de adquirir nobreza por seus serviços prestados à Coroa, como já foi dito.⁹⁵ Tal “[grupo] mercantil” garantia o abastecimento da população com esses produtos levados a seus armazéns. Além

⁹² Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 23

⁹³ Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais na...p. 161

⁹⁴ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 48

⁹⁵ Salles. *O Negro no Pará...*

disso, era responsável pela exportação e importação de produtos. Segundo Acevedo Marin, em todos os portos havia muitas casas comerciais pertencentes “a cidadãos portugueses”. Como nas outras regiões, os portugueses detinham o monopólio do comércio ao lado de estrangeiros de origem francesa e inglesa. A autora destacou o enriquecimento dos portugueses à custa da extração das drogas do sertão e de outros produtos.⁹⁶

Apesar de toda a perseguição aos comerciantes lusos nas décadas de 20 e 30, eles continuariam dominando o comércio ao longo do século XIX, pois “Henri Coudreau, o explorador francês que pesquisou a Amazônia, ainda observava em 1882 que o comércio era dominado pelos portugueses, e existia entre eles, segundo o autor, uma grande solidariedade econômica”.⁹⁷

Na região circunvizinha de Belém, no vale do Tocantins, predominou uma área de produção agrícola, incentivada pela política pombalina de fomento à agricultura. Para ali foram levados colonos açorianos. Produzia-se cacau, cana-de-açúcar, algodão, tabaco para exportação, e havia ainda o cultivo de mandioca e café, além da fabricação de aguardente para o consumo interno.⁹⁸ As principais vilas localizadas às suas margens eram: Acará, Igarapé-Miri, Moju, Vila de Beja, de Conde, Abaetetuba e Barcarena. Em 1765, a população dessas vilas era respectivamente 552; 208; 108; 103; 219 e 370 habitantes. As vilas de Conde, Beja e Barcarena eram antigos aldeamentos de índios transformados em vilas de índios a partir do Governo Pombalino.⁹⁹

Em Belém e áreas vizinhas havia também uma concentração de engenhos localizados na zona Guajarina, que abrangia os rios Guamá, Capim e Moju, no baixo Tocantins, constituindo-se uma das primeiras regiões agrícolas do Grão-Pará. Ali se desenvolveu o mais importante centro econômico, uma vez que estabelecidas bases agrícolas exportáveis, liderado pelo cacau, arroz, a cana-de-açúcar e fumo. Havia um número expressivo de engenhos e fazendas agrícolas, onde se concentrou grande parte da mão-de-obra escrava.¹⁰⁰ O cultivo da terra feito nas várzeas do Tocantins se caracterizava por estabelecimentos localizados às margens dos rios. Normalmente se produzia o arroz nas áreas de várzea. Todavia em lugares como Igarapé-Miri plantava-se também cana-de-açúcar, que servia para a fabricação da aguardente, lucrativa e comercializada em frascos e frisqueiras.¹⁰¹ No rio Moju, afluente do Tocantins, existiam 22 engenhos bem equipados, chamados engenhos reais. Antes da

⁹⁶ Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais na...p. 161

⁹⁷ Idem

⁹⁸ Ibidem, p. 39

⁹⁹ Ibidem, p. 244-255.

¹⁰⁰ Vicente Salles. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004. p. 159

¹⁰¹ Ângelo-Menezes. “O Sistema Agrário... p. 245-246.

expulsão dos jesuítas em 1759, o engenho mais importante dessa área era dessa ordem. Foram construídos nessa época consideráveis engenhos, mas as culturas não se limitavam à cana-de-açúcar. Existiam lavouras diversificadas com a produção de legumes, algodão, cacau e café, parte da qual exportada e outra que abastecia o mercado interno.

No período de 1765-1769 tem-se dois tipos de sistemas agrários no Grão-Pará, especialmente nas áreas próximas a Belém: os integrados ao mercado - como o caso do Moju - e os menos integrados - como Beja. Sobre a produção para o mercado interno, Cardoso escreve que não pode haver dúvidas sobre a predominância da economia de subsistência e da produção para os mercados locais ao longo do século XVIII. A partir de 1750 surgiria um campesinato de três tipos:

1) das missões e aldeamentos que, depois de 1757, foram transformadas em vilas; 2) dos pequenos produtores livres, que poderiam ser ex-soldados, condenados deportados, mestiços e índios livres, “proprietários ou não, com graus muito variáveis de ligação com o mercado”, e 3) das atividades autônomas de escravos índios (estes até 1757) e negros “na parcela cujo usufruto recebiam nas fazendas, assim como obtinham dos senhores o tempo para cultivá-las, vendendo os excedentes produzidos”.¹⁰²

Quanto à estrutura sócio-econômica de Belém, os estudos mais recentes de Euda Veloso e Alanna Cardoso -- baseados no censo de 1778 -- ajudam no entendimento da sua complexidade. Veloso e Cardoso apontaram como principal indicador de riqueza, o número de escravos. Veloso identificou um padrão de posse escrava entre os cabeças de famílias recenseadas: os que possuíam de 0 a 3 escravos eram considerados pobres; 0 a 10 eram remediados (estavam entre os ricos e os pobres) e acima de 10 escravos eram ricos ou os segundo mais ricos (denominados no censo como “de possibilidade inteira”).¹⁰³ Cardoso utilizou um modelo de posse de cativos muito semelhante àquele identificado por Veloso para sua análise sobre riqueza no Pará: “ausência de escravos, 1 a 3 escravos (plantel pequeno), 4 a 10 (plantel médio), 11 a 35 escravos (plantel grande) e mais de 35 (plantel muito grande)”.¹⁰⁴ As referidas autoras afirmam que só o número de mão-de-obra escrava não era o suficiente para determinar a riqueza na sociedade paraense no final do século XVIII. É necessário igualmente combinar cor, cargos, ofícios, sexo e o número de agregados.¹⁰⁵ Trata-se de critérios importantes para analisar as hierarquias sociais da Belém setecentista. Segundo Veloso, os principais homens ricos ou os segundos mais ricos possuíam cargos administrativos, patentes militares e constituíam o topo da hierarquia social da cidade de

¹⁰² Gomes. *A Hidra e os Pântanos...*p. 49

¹⁰³ Veloso. “*Estruturas de apropriação...*”p. 19; 23, 24

¹⁰⁴ Cardoso. *Apontamentos para...*p.112

¹⁰⁵ *Ibidem*, pp.18-27; Cardoso. *Apontamentos para...*p.112

Belém. Os homens de posse correspondiam a 4,9% da população de Belém, que era de 10.070 habitantes em 1778.

O recenseamento definiu os mais ricos a partir da posse de mais de 10 escravos e uma quantidade expressiva de *assoldados* e agregados, basicamente mercadores e latifundiários. Dos 21 ricos, dentre os cabeças de famílias de Belém, 11 deles possuíam emprego de oficiais das tropas auxiliares. Entre os segundos mais ricos, 20 eram auxiliares, exercendo cargos de alta patentes dentro do Exército. É dentre os cabeças de famílias de posses do Grão-Pará que se pode observar melhor os critérios de ocupação de cargos. Entre eles estavam as famílias mais importantes do Pará. Esses dois grupos se perpetuaram por meio de laços econômicos selados e, muitas vezes, por laços familiares. Vamos encontrar algumas famílias que ainda comandavam e disputavam o poder na Província, na década de vinte e trinta dos oitocentos. Formavam uma elite composta por proprietários fundiários, militares e comerciantes.

Apesar da valorização do grupo mercantil, durante todo o período colonial a “base da riqueza era a propriedade fundiária transmitida por herança e protegida pela instituição do morgado”.¹⁰⁶ Morgados eram terras de grandes proporções, e seus proprietários eram donatários ou nobres, de *grosso trato*, cuja preocupação era a manutenção indivisível da casa. Pelo regime do morgado somente o filho primogênito recebia a herança, transformando os outros herdeiros em agregados. Segundo Soares, o morgado representava o monopólio da terra, dos escravos e agregados na medida em que:

imobilizava as tentativas de acesso a terra por parte dos parentes desfavorecidos, além de gerar uma aristocracia rural cada vez mais consolidada. Nesse sentido, a relação dos camponeses com a terra era determinada pela existência do baronato.¹⁰⁷

Dentre as famílias proprietárias dos morgados estavam os Chermont, Ayres, Moraes Bittencourt, Rozo Cardoso e Correa de Lacerda e Pombo. Os Chermont, por exemplo, eram de origem francesa e chegaram ao Pará junto com uma das comissões de demarcação, que vieram para o Grão-Pará entre 1750-1777. Os Ayres eram grandes proprietários de terras envolvidos com a produção de arroz. Já os Moraes Bittencourt eram de origem açoriana e estavam no Pará desde 1773, sendo donos de engenho e plantações de cacau. Por sua vez, os Rozo Cardoso encontravam-se no Pará desde o final do XVIII e eram proprietários de

¹⁰⁶ Cardoso. *Apontamentos para...*p.41. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais...p. 155 Durante o governo Pombalino houve a valorização da classe mercantil, que passaram a ter direito a nobreza. Ver: Maria Luiza Tucci Carneiro. *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁰⁷ Eliana Cristina Lopes Soares. *Roceiros e Vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no Período Colonial*. Belém, UFPA 2002, Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2002. p. 33.

fazendas no Marajó; enquanto os Correa de Lacerda eram fazendeiros, possuindo mais de 36.000 cabeças de gado.¹⁰⁸

Em 1819, sobre o desembargador Ouvidor do Pará, Joaquim Clemente da Silva Pombo, o governador Conde de Vila Flor diria:

Tinha quase 20 anos de serviço nesta cidade, em diferentes cargos portando-se sempre com zelo pelo bem Real Serviço, e inteireza, contribuindo com indígenas para a Conquista de Caiena, dando provas de bom Vassalo em públicas demonstrações e aparentosos festejos, sendo casado, e solidamente estabelecido com abundante bens móveis e de raiz, que lhe constituem uma das primeiras, e mais poderosas casas desta Província, e tratando-se sempre com grande decência e a Lei da Nobreza e por ser Professo da Ordem de Cristo.¹⁰⁹

Joaquim Pombo possuía todos os requisitos para ser membro da elite colonial: tinha riqueza para ostentar, vivia conforme a Lei da Nobreza e, principalmente, havia recebido mercês, como seus cargos no governo e o hábito da Ordem de Cristo. Em 1830, o filho de Joaquim C. S. Pombo era o primeiro membro da nobreza paraense “sob a denominação de Barão de Jaguarari”.¹¹⁰ Muitos dos membros dessas famílias eram militares, mas havia os que – não fazendo parte das famílias já citadas - fizeram fortuna com postos militares adquiridos durante campanhas militares, como o caso do Marechal Manuel Marques de Elvas Portugal, que adquiriu seu posto com a conquista de Caiena, o Major Gaspar Leitão da Cunha, o Major Antônio Ladislau Monteiro Baena, por suas campanhas militares. A fortuna desses militares não vinha do soldo, mas do poder oriundos de seus cargos. Acevedo Marin menciona as riquezas adquiridas por militares com espólios oriundo de ações bélicas, e ainda cita que no caso específico do Pará, Manuel Marques obteve fortuna com a divisão das presas de guerra da tomada de Caiena, além de os comandantes militares utilizarem em benefício próprio a mão-de-obra indígena.¹¹¹

Enfim, obter *qualificação* de nobreza era importante dentro da sociedade colonial, para perpetuar a ocupação no topo da pirâmide social. Assim, para se fazer parte desse grupo privilegiado não bastava ter dinheiro, era necessário obter graças honoríficas, como foros de fidalgo da Casa Real, hábitos das ordens militares, instituição dos morgados e ocupação de cargos públicos, como postos militares.¹¹²

¹⁰⁸ Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais na...p.158-159.

¹⁰⁹ APEP, Códice 716, ofício de 1819 apud Mario Barata. *Poder e Independência no Grão-Pará: Gênese, Estrutura e fatos de um conflito Político*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975. p. 39.

¹¹⁰ Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais na...p.158.

¹¹¹ Ibidem, p.160.

¹¹² Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005. p.132. Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas, narra com bom humor a montagem de uma genealogia nobre pelos antepassados de Brás Cubas: “O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na

Tal tipificação da elite colonial e pós-colonial e o seu padrão de riqueza podem ser generalizados até a primeira metade do XIX, pois, segundo Sarges, os comerciantes portugueses, proprietários escravistas, oficiais militares e altos funcionários da burocracia portuguesa foram substituídos pelos coronéis da borracha (donos de seringais), financistas, exportadores, depois da segunda metade do XIX.¹¹³ A partir de 1820, com o desenvolvimento do comércio e a integração da economia mercantil, começou uma concorrência entre a riqueza monetária e a fundiária. Com o aumento do prestígio do grupo mercantil, desenvolveram-se alianças matrimoniais entre ela e os proprietários fundiários. Foram estas famílias que se envolveram em disputas pelo poder durante o processo de Independência e no período regencial. Segundo Acevedo Marin, nas duas primeiras décadas do século XIX, houve uma concessão de sesmarias às famílias de linhagem inferior, como os Malcher, provocando uma disputa pelo poder entre esses novos proprietários e os antigos. Assim, “entre as mais novas e antigas famílias iria se desenvolver uma acirrada luta na época da Independência e nos anos posteriores”,¹¹⁴ que competiriam por terras e pelo controle da mão-de-obra. Essas alterações só foram contidas pela iminente possibilidade de mudança da estrutura social, provocadas pela atuação dos grupos oprimidos e marginalizados (escravos, livres pobres e libertos).

Abaixo dos grupos mais ricos de Belém estavam “os remediados”, que se localizavam acima dos considerados pobres. Eram 12,5 % dos habitantes de Belém. Eram plantadores médios de cacau e cana, mas, diferentemente do grupo anterior, trabalhavam geralmente com a cultura de mandioca e arroz, e possuíam em média não mais que 10 escravos. De acordo com Veloso, os pobres perfaziam o grosso da população de Belém, somando 82,6% dos moradores. Caracterizavam-se pela ausência quase total de profissões declaradas. Dos 1.124 considerados pobres pelo recenseador, 77,13% não tinham atividades registradas. Muitos deles aparecem como soldados auxiliares e pagos, dos quais alguns declaravam profissão complementar, como sapateiro, canoeiro, carpinteiro, serralheiro, entalhador, ouvires, alfaiate,

primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro do ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós - dos avós que a minha família sempre confessou -, porque o Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que o Luís Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cunha [...] Como este apelido de Cubas lhe cheirasse excessivamente a tanoaria, alegava meu pai, bisneto de Damião, que o dito apelido lhe fora dado a um cavaleiro, herói nas jornadas da África, em prêmio da façanha que praticou, arrebatando trezentas cubas aos mouros”. Joaquim Maria Machado de Assis. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 1997. p. 18

¹¹³ Cardoso. *Apontamentos para...*p.33.

¹¹⁴ Acevedo Marin. “*Alianças Matrimoniais na...*p.159.

barbeiro, marceneiro, negociantes e escrivão das armas. Entre eles, o número de proprietários de escravos era pequeno - somente 235 - possuindo nada mais que 3 escravos.

As observações dos naturalistas Spix e Martius sobre a hierarquia pela *qualidade* dos indivíduos da *cidade do Pará*, nos permitiu pensar numa divisão racial para o Pará, em quatro grupos racialmente qualificados: brancos, mestiços, *pretos* e índios. Spix e Martius declararam:

Dessa parte da população, que com mais ou menos razão se **denomina branca** (e nessa designação ainda faz valer sua origem européia), estes **estão mais próximos às famílias de origem mestiça**, os *cafuzos*, **na maioria misturada com sangue indígena** vivem os mestiços na maioria espalhados pelos arredores das cidades e nas pequenas vilas ao norte da capital, na Ilha do Marajó e nas margens do rio Pará. **Formam finalmente a classe mais baixa da população os negros e índios** (grifo nosso)¹¹⁵.

Os números do censo de 1778 estavam corretos a respeito da concentração da população branca na região de Belém. Essa região formava o núcleo populacional mais antigo do Grão-Pará e nela se instalaram as primeiras famílias de colonos e lavradores vindos de Portugal e dos Açores. Apesar da concentração nessas localidades, estavam espalhados por toda a capitania, mas em menor número do que os índios. Os brancos estariam no topo da hierarquia social. “Todavia, os naturalistas colocavam em dúvida a qualificação desses homens como brancos, ao dizerem que eles se denominavam brancos com mais ou menos razão”.¹¹⁶

Aqueles naturalistas alemães, referindo-se aos colonos, provavelmente se apoiavam na definição européia (homem branco) estabelecida por Carl Linné. De acordo com ela, o europeu “era claro, sanguineo, musculoso, cabelo louro, castanho ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto de vestes justas e governado por leis”.¹¹⁷ Por sua vez, Santos escreve sobre a quase inexistência de diferenças de traços físicos entre as crianças brancas, crioula, parda e claras descritas pelo funcionário da Santa Casa de Misericórdia na Bahia, durante o século XVIII e os primeiros anos do XIX. Essa ausência de oposição física, deixa claro, para o autor, a inscrição social da cor das crianças colocadas nas rodas dos expostos na Bahia dos setecentos e dos oitocentos. Em outras palavras, “o que fornece o tom

¹¹⁵ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 25-26

¹¹⁶ Idem

¹¹⁷ No momento da passagem de Spix e Martius pelo Brasil, o racismo científico não estava elaborado. Ele só se firmaria a partir das últimas décadas do século XIX, mas as adversidades físicas e naturais entre os seres humanos recebiam uma atenção sistemática dos cientistas naturais desde meados do XVII. Os estudos dos naturalistas resultaram no desenvolvimento de uma “série de tipologia baseadas em critérios fenotípicos”. Ver: Verena Stolcke. “Sexo está para gênero como raça para etnicidade”. *Estudos Afro-Asiáticos*, (20): p. 101-119, junho de 1991. p. 111. Sobre a classificação da raça humana do biólogo naturalista Carl Linné Ver: Mary Louise Pratt. *Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 68.

da caracterização social são menos fenotípicos como o nariz que a cor inscrita no social”.¹¹⁸ Acredita na possibilidade de a cor da criança ser definida pela condição social de seus pais. Apesar de as crianças serem abandoandas, algumas traziam bilhetes indicativos dos seus prováveis pais.¹¹⁹ Kraay apresenta argumento semelhante ao de Santos ao lembrar que as *qualidades* atribuídas pelos recenseadores diziam mais sobre a organização social “do que sobre a população enumerada”. Segundo ele, no Exército, homens que tinham a brancura aceita pelo Exército, ingressavam na oficialidade e não tinham nenhum registro com informação racial sobre eles.¹²⁰ Assim, o que os naturalistas não conseguiam compreender era que a cor era inscrita no social.

Os mestiços foram colocados pelos alemães em uma *qualidade* intermediária entre brancos, *pretos* e índios. Santos afirma que, durante o período colonial, os mestiços eram indivíduos oriundos da mistura entre *pretos*, brancos e índios ou utilizados quando não se podia determinar a origem pelas misturas dos indivíduos. Contudo, Spix e Martius denominaram-os de *cafuzos*. Para Santos, os *cafuzos* eram oriundos de *pretos* com índios. Por sua vez, Baena escreveu que os *cafuzos* surgiram da união de pardos com índios. De acordo com Viana, a *qualificação* de pardo podia significar desde a mixagem entre brancos, *pretos* e índios a uma denominação dada aos filhos de africanos nascidos no Brasil (os crioulos), mesmo que não fossem mesclados. Em 1842, o Príncipe da Prússia diria que, no Pará, entre os mestiços predominavam os *cafuzos*, “nos quais predomina o sangue índio, de *pretos* e índios mansos, isto é, os habitantes primitivos que se fixaram entre a população branca”.¹²¹ Deste modo, pode-se afirmar que entre os mestiços, na *cidade do Pará*, predominavam os *cafuzos*, homens com características fortemente indígenas e negras, por isso mais escuros que os *mamelucos*.¹²²

Diante de todas essas classificações sociais e étnicas no Grão-Pará surge, ainda assim, um questionamento: Por que os naturalistas alemães esqueceram-se de se referir aos *mamelucos*, mestiços de brancos com índios, que possivelmente estariam mais próximos dos brancos durante a segunda metade dos setecentos no Pará? Schwartz estudou os processos de miscigenação da América portuguesa no período colonial. Para ele, há duas fases desse processo. A primeira é justamente marcada pela forte presença de índios vivendo com poucos

¹¹⁸ Jocélio Teles dos Santos. “De Pardos Disfarçados a brancos Poucos Claros: *Classificação Racial no Brasil dos séculos XVIII e XIX*”. *Afro-Ásia*, p. 115-137, 32 (2005). p. 134-137.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 42.

¹²⁰ Hendrik Kraay *Race, State, And Armed Forces In Independence Era Brazil: Bahia, 1790-1840*. Stanford/California: Stanford University, 2002. p. 22-23.

¹²¹ Príncipe Adalberto da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Brasília: Senado Federal, Conselho Federal, 2002. p. 213.

¹²² Viana. *O Idioma da Mestiçagem...*p. 86; Salles. *O Negro na Formação...* p. 18

européus, surgindo da mistura destes com os *mamelucos*. A união de brancos e índios foi fortemente incentivada pela política portuguesa, durante toda a segunda metade do século XVIII, como uma forma de garantir o povoamento do Grão-Pará. Nesse período, não haveria grandes diferenças sociais entre os brancos e os *mamelucos*.¹²³

Somente durante os séculos XVII e XVIII, com a progressiva fixação de europeus na América lusa, montar-se-ia uma divisão hierárquica social aos moldes da sociedade europeia, aumentando a diferenciação social entre ambos. Além disso, com a introdução dos *pretos*, haveria a predominância da mestiçagem dos brancos com aqueles. Sendo que essa mixagem seria maior nas cidades costeiras e próximas aos engenhos, enquanto que os *mamelucos* teriam sua presença acentuada no centro-sul. A tendência, no entanto, seria a assimilação destes últimos pela população mestiça afro-portugueses. Pode-se acrescentar que no Estado do Grão-Pará, devido à grande presença de índios até a segunda metade do século XVIII, os *mamelucos* e índios deveriam ser o contingente predominante. Contudo, a partir de 1755, com a introdução dos escravos deve ter se processado uma mudança nessa configuração, pois já na década de 1820, o número de libertos era expressivo em Belém.¹²⁴ Assim, apesar de possivelmente haver índios entre os libertos, uma vez que a Lei de Liberdade de índios de 1755 não se aplicava aos índios considerados de alta periculosidade para os colonos e da restituição da escravidão a alguns povos indígenas considerados “*bravos*” em 1808 – como veremos adiante -, quando os alemães chegaram o contingente de *cafuzos* libertos circulando pela cidade deveria ser significativo, mas o efetivo de *mamelucos* e índios ainda deveria ser em maior número. Provavelmente essa mudança deu-se mais nas áreas onde a presença de escravos era maior, como na cidade de Belém.

De acordo com Salles, os libertos, em 1793, eram em número de 1.099 e perfaziam um total de 12,8% da população da *cidade do Pará*, somando 8.574 indivíduos. Em 1822, o contingente de libertos diminuiu um pouco, mas continuava significativo. Para essa data, Baena apresenta os dados da população de Belém, recenseando 12.471 habitantes nas duas freguesias da capital, havendo 1.109 libertos, que perfaziam 8,9% da população da capital. De acordo com Kidder, em 1839, os descendentes de africanos na *cidade do Pará* eram iguais aos de qualquer lugar do Brasil, mas aqui eram muito numerosos, apesar do predomínio dos indígenas.¹²⁵

¹²³ Viana. *O Idioma da Mestiçagem...*, p. 33.

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Daniel P. Kidder. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1980, p. 168.

Não há estudos específicos no Grão-Pará sobre esse grupo, mas podemos refletir um pouco sobre eles a partir de alguns trabalhos sobre o tema.¹²⁶ Kelly escreve que o número da população livre de cor em relação à população total de cor, em todo o Brasil, era:

de 40 a 60 % em meados do século, cifra esta que se elevaria constantemente, atingindo 74% no recenseamento de 1872. Comparadas com qualquer modelo de escravidão no novo mundo, essas cifras são extraordinariamente altas, revelando o papel importante desempenhado pela população de cor livre na sociedade brasileira, antes mesmo do aparecimento de um movimento abolicionista¹²⁷.

O crescimento dessa população devia-se mais à manumissão de escravos do que a nascimentos entre os livres de cor. Os libertos dividiam-se entre crioulos e africanos. Os crioulos normalmente eram mais numerosos do que os africanos. Os crioulos mestiços recebiam geralmente suas alforrias gratuitamente no ato do nascimento. Dentre os escravos que compravam suas próprias alforrias, estavam os *pretos*.¹²⁸ Quanto à condição social, geralmente esses *homens livres de cor* estavam numa posição intermediária entre os senhores e os escravos. Para Kelly, a análise da situação ocupacional desses indivíduos é prejudicada pela documentação fragmentária e desorganizada. Apesar disso, é possível ter informações sobre a profissão deles para algumas regiões. Na Bahia, eles exerciam predominantemente as funções de pescadores e as ocupações marítimas de maneira geral. Ocupações artesanais eram também comuns entre eles. Kelly atribuiu a predominância desse tipo de trabalho entre eles aos senhores que mandavam artesãos brancos ensinarem seus ofícios aos escravos. Esse treinamento permitia que os escravos obtivessem dinheiro para comprar suas alforrias, gerando uma quantidade significativa de *pretos* e mulatos em ofícios especializados. Dentre eles estariam: sapateiros, prateiros, pintores, escultores, cirurgiões-barbeiros e outros. Ao longo do século XIX, tornaram-se membros constantes de diversas profissões liberais.

Finalmente, o fato de que tantos homens livres de cor fossem emancipados, numa proporção tão rápida e constante, durante o século XIX – no período de maior expansão da economia agrícola – sugere uma aceitação fundamental, da parte dos brasileiros brancos, da possibilidade de funcionamento de uma sociedade inter-racial de trabalho livre, mesmo antes que a própria instituição da escravatura fosse seriamente posta à prova.¹²⁹

Viana escreve que a inserção desses *homens de cor* não ocorreu de maneira tão tranqüila. Para a autora, os *pretos* e seus descendentes foram incluídos no “rol” daqueles que possuíam “sangue infecto”, como os mouros e cristão-novos. Essa era uma tentativa de lhes

¹²⁶ Salles. *O Negro na Formação...* p. 18

¹²⁷ Hebert S Kelly. “Os homens livres de cor na sociedade escravista”. *Dados*, n.12, (1978). p. 9

¹²⁸ *Ibidem*, p. 14

¹²⁹ *Ibidem*, p.23.

restringir o acesso a certos postos elevados na hierarquia social. Para ela, essa foi uma tendência comum que se repetiu ao longo da América inglesa, francesa e espanhola.¹³⁰ Segundo ela, uma combinação com temas relativos à ascendência africana e a mestiçagem está na elaboração do estigma de “sangue infecto mulato”. Uma possível origem desse estigma viria da idéia da “maldição de Cam”.¹³¹ É possível que a mestiçagem fora incluída no “rol” do “sangue impuro”, devido a “uma maldição original lançada sobre os africanos e seus descendentes”.¹³² Todavia foi pouco influente na justificativa para a escravidão, no início da época moderna, mas ela ajuda a compreender “o estigma dos mulatos nas fontes mais tradicionais”.¹³³ De acordo com Viana, a ilegitimidade tem caráter de desonra, pois ela seria fruto das relações, fora do casamento, do senhor com suas escravas. Os filhos dessas relações eram considerados indignos, infames e impuros:

Ainda que não seja possível precisar os fatores que perpassam a inclusão do “sangue mulato” no rol dos “impuros”, é legítimo pensar que tal inclusão foi pautada por uma conjunção de questões religiosas e sociais. Conforme afirma Hebe Mattos, o estatuto de “pureza de sangue”, apesar de sua base religiosa, construía uma estigmatização baseada na ascendência e de caráter proto-racial usada para justificar os privilégios e a honra dos cristão-velhos no mundo dos livres¹³⁴.

Apesar da Coroa Portuguesa não ter necessariamente impedido a mestiçagem e nem as alforrias, procurou restringir a ascensão social dos mestiços livres impondo restrições com base no sangue mulato. Como bem coloca Viana, a manutenção dessas restrições aos livres de cor pode ser observada por meio da alteração na legislação criada durante o governo pombalino, o qual tomou medidas para acabar com esse estigma que pairava sobre os judeus, mouros e índios. A lei de Liberdade dos Índios de 1755 permitia que os vassalos portugueses da América casassem com índias sem dela herdarem “infâmia de sangue”, e seus filhos pudessem ocupar qualquer cargo sem qualquer restrição. Em 1761, os súditos portugueses nascidos na Índia e na África do norte teriam o mesmo direito que os nascidos em Portugal. Finalmente, em 1773, houve a abolição de qualquer distinção entre cristãos novos e velhos.

¹³⁵ Apesar dessas mudanças, o “sangue mulato” ainda continuou considerado “infecto”:

Muito embora o ambiente colonial possibilitasse a “limpeza de sangue” com serviços prestados à Coroa, o binômio mulato-impuro se fixara como ideal legal, destinado a conter a ascensão social de mulatos no quadro colonial português. Tal processo, nomeadamente na América portuguesa, ganhava

¹³⁰ Viana. *O Idioma da Mestiçagem*:...p. 66-77.

¹³¹ *Ibidem*, p. 55.

¹³² *Ibidem*, p. 56.

¹³³ *Ibidem*, p.57

¹³⁴ *Idem*

¹³⁵ *Ibidem*, p.81-82.

peso na medida em que a mestiçagem e as alforrias resultavam na contínua incorporação dos mestiços no mundo dos livres¹³⁶.

Até as últimas décadas do século XIX, existia a inferioridade dos *pretos* e seus descendentes em relação aos brancos por meio das diferenças culturais e religiosas. Mattos argumentou sobre a inserção dos libertos e de seus descendentes na sociedade colonial e pós-colonial, efetivada por meio de uma hierarquia racial “que separava até mesmo na prática religiosa, *pretos*, brancos e pardos”.¹³⁷ Afirmava-se a necessidade do reconhecimento social da liberdade dos descendentes de africanos pela sociedade por meio das relações pessoais e comunitárias estabelecidas dialogicamente, posto que a cor da pele determinava a ascensão social e a até a própria mobilidade dos libertos, uma vez que a ida deles para qualquer lugar diferente do local de onde moravam poderia implicar reescravização, pois podiam ser confundidos com escravos fugidos.¹³⁸

Somente com a Constituição de 1824 houve a revogação do dispositivo colonial de “mancha de sangue”, sendo reconhecidos os direitos de todos os cidadãos brasileiros, “diferenciando-os apenas do ponto de vista político”, em relação as suas posses.¹³⁹ Apesar da Constituição de 1824 acabar com o estigma de sangue, os libertos continuavam excluídos de acesso a cargos e empregos públicos, uma vez que eram considerados cidadãos de segunda classe por serem apenas segundo votantes, ou seja, tinham apenas o direito de votar nos eleitores. O seu impedimento não era a falta da renda de 200\$00 exigida para os votantes, mas por terem nascido escravos. Em 1831, o nascimento escravo também os impossibilitaria de ocuparem postos de oficiais na Guarda Nacional, criada nesse ano.

Os “*pretos* e indígenas” encontravam-se abaixo de todos os grupos sociais, na classificação de Spix e Martius. Nesse caso, *pretos* eram os escravos crioulos e africanos. Os africanos estavam presentes desde o século XVII, chegando a 15.000, na segunda metade do século XVIII, trazidos pela Companhia do Comércio. Os números de escravos para Belém eram consideráveis. Segundo Gomes no período de 1757-1780, entraram na cidade 18.679 cativos.

¹³⁶ Ibidem, p. 83

¹³⁷ Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.p. 29.

¹³⁸ Ibidem, p.31

¹³⁹ Sobre a idéia de raça e preconceito racial antes do racismo científico, Ver também: Anthony Apiah. “Race, Culture, Identity: misunderstood connections”. In: K. Apia A e Amy Guttmann, *Cooler Conscious*. Presentem: Presentem University Press, 1996, pp. 43-64 e Carneiro, *Preconceito Racial...* Hebe Maria Mattos. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (Coleção descobrindo o Brasil) p. 20. ‘

TABELA 4:
 ESCRAVOS AFRICANOS DESEMBAR-
 CADOS NA CIDADE DO PARÁ

Período	Quantidade
1757-1760	2.217
1761-1770	5.547
1772-1780	5.476
1781-1790	4.721
1791-1800	718
1757-1800	18.679

Fonte: Gomes. *A Hidra e os Pântanos...*p. 45

Ainda assim, o contingente africano, em Belém, não foi tão numeroso quanto o da cidade de São Luís - que recebeu 40.935 africanos para o mesmo período. Cabe ressaltar, no entanto, que no Pará estavam concentrados na comarca de Belém, principalmente na cidade e na região do seu entorno.¹⁴⁰ Apesar da expressiva entrada de africanos em Belém, indígenas representavam a principal mão-de-obra da cidade. Foram objeto de disputa entre missionários, colonos e Estado desde o século XVII, no Grão-Pará. Em 1820, Spix e Martius os encontraram executando trabalhos domésticos na maioria das casas de Belém. Eram carregadores, pescadores, marinheiros, remeiros e trabalhavam nos estaleiros sob a direção de brancos e mulatos.¹⁴¹ Spix e Martius constataram o fracasso dos projetos criados pelos estadistas portugueses para produzir a elevação social dos índios:

Na verdade, para nos convencermos da fraqueza dos projetos humanos e das dificuldades que se opõe freqüentemente aos mais justos empreendimentos, consideração alguma é mais acertada do que as inúmeras desgraças que pesam sobre o desenvolvimento da raça desses peles vermelhas. **Nem os sentimentos cristãos dos reis nem a bem intencionada disposição dos estadistas, nem a proteção e o poder da Igreja puderam levantar os índios do Grão-Pará do estado selvagem em que foram encontrados, para o benefício da civilização e do bem estar cívico: como dantes, permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, juguete dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que a má vontade o suporta** (grifo nosso).¹⁴²

Os naturalistas faziam alusão à tutela dos missionários sobre os índios, ao Projeto Pombalino e a Lei de 12 de maio de 1798, bem como as medidas tomadas pelo Estado português que tinha como principal objetivo retirar os índios do estado “selvagem” e incorporá-los ao mundo civilizado, que no caso era a sociedade colonial portuguesa. De acordo com Moreira Neto, os jesuítas foram responsáveis por longo tempo pela posição

¹⁴⁰ Flavio Gomes. *A Hidra e os Pântanos...*p. 45. Salles. *O Negro na Formação...*p. 124-126

¹⁴¹ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...”p. 28

¹⁴² Ibidem, p. 29

privilegiada de formulação e execução da política indígena. Os missionários localizaram suas aldeias ao longo do vale amazônico, onde obtiveram lucro com a agricultura, como já foi dito acima. Eles utilizaram a mão-de-obra indígena em benefício próprio. Acabaram acusados de ficar com a maior parte dos indígenas durante a partilha destes entre os missionários, Estado e colonos.¹⁴³ Para Moreira Neto, a missão era o núcleo principal de destribalização e homogeneização das culturas das nações indígenas consideradas amigas. Para lá, foram levados os índios de variados povos, retirados de suas áreas de ocupação tradicional às missões, onde se procurava eliminar seus mitos, seus pajés, sua língua, “substituindo-os por rudimentos de valores e crenças cristãs”. Foram dessas missões que surgiram os *tapuios*¹⁴⁴, índios “geneticamente íntegros”, mas influenciados pelos valores da sociedade colonial.¹⁴⁵ Apesar desse processo de destruição cultural, dentro das missões, os *tapuios* desenvolveram uma comunidade com nexos próprios e parcialmente independentes da sociedade colonial. Os aldeamentos missionários eram auto-suficientes e não competitivos e, de certa maneira, procuraram suprir as necessidades de seus membros, que eram na maioria índios.

A política indigenista pombalina retirou a organização da vida indígena das mãos dos missionários, concedendo aos índios liberdade pela Lei de Liberdade dos Índios de 06 de julho de 1755, como dito acima. As antigas missões foram transformadas em vilas ou aldeamentos, cuja administração estava regulada pelo Diretório Pombalino, que foi implantado no Pará em 1757 e tinha como princípio garantir o controle da mão-de-obra indígena por meio de um governo laico. No programa do Diretório existiam 95 parágrafos e dentre os principais estavam: os índios seriam governados por um diretor, homem branco nomeado pelo Capitão-General; usariam a língua portuguesa e eram proibidos de usar idioma próprio, possuiriam apelidos e nomes portugueses; construiriam casas parecidas com as dos brancos; não deveriam beber e nem andar nus:

Deveriam eliminar o pernicioso da ociosidade, sendo persuadidos para a importância do trabalho e subordinados a determinadas tarefas, tais como: fazer plantações, participar de expedições para colher produtos silvestres, estarem à disposição para trabalharem em obras públicas, nas fortificações,

¹⁴³ Carlos de Araújo de Moreira Neto. *Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro: 1988. p. 237; Nogueira. *Razões para desertar...*p. 106. Deve-se especificar que a disputa pela mão-de-obra indígena era própria as áreas de fronteiras e não somente no Grão-Pará Ver: Idem

¹⁴⁴ Os *tapuios* foram considerados no Grão-Pará como índios que viviam nas missões e vilas, dedicados a lavoura e com domicílio fixo ao contrário da definição que receberam pelos portugueses os *tapuios* no restante da colônia. John Monteiro afirma que os *tapuios* eram considerados pelos lusos como povos indígenas que viviam no sertão, sem residência fixa, casa organizada e vivam basicamente da caça e da pesca sem se dedicar a agricultura. Sobre essas diferenças Ver: Sobre essas diferenças ver: John Manuel Monteiro. *Os Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 19-23; Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*

¹⁴⁵ Moreira Neto. *Índios da Amazônia...* p. 47

no arsenal, no serviço das canoas, etc. [Além disso, deveria haver casamento entre índio e brancos].¹⁴⁶

Apesar de a política do Diretório estar assentada em um princípio de liberdade dos índios, ele acabou transformando os novos vassalos do rei em trabalhadores compulsórios, com rígidos horários de trabalho e “imobilização dos índios nos locais pré-determinados e sob a guarda das pessoas e instituições para as quais havia sido designado”.¹⁴⁷ Moreira Neto avaliou que:

A vila pombalina foi uma instituição bem diversa do aldeamento missionário. Em primeiro lugar, o carisma religioso foi substituído pela presença e pela opressão física da autoridade local e do colono, mas, também, por valores abstratos quase sempre incompreensíveis, como as posturas e normas legais, a autoridade de índios e mestiços convertidos em juízes e vereadores – funções vedadas, via de regra, às lideranças tradicionais do grupo acima de tudo, a nova ordem representava a distância da autonomia relativa – que era um dos traços mais característicos das comunidades de índios e tapuias que coexistiram ou sobreviveram ao regime de missões - representava, também a integração direta e inexorável à ordem colonial que, como colonizados, eram necessariamente subordinados a colonizadores e nunca em direito, a despeito dos textos legais.¹⁴⁸

Assim, a vila pombalina, que era saqueada pelos colonos, converteu-se em verdadeiro depósito de mão-de-obra. Os *tapuios*, para evitar a destruição das suas comunidades, agiam de forma violenta por meio de revoltas a fim de manter a autonomia de suas sociedades.¹⁴⁹ Além disso, a Lei de Liberdade dos Índios de 6 de julho de 1755 não beneficiou os povos indígenas indiscriminadamente, pois os considerados extremamente perigosos para a sociedade colonial poderiam ser escravizados.

A lei de 12 de maio de 1798 não melhorou a situação dos indígenas em relação aos anos passados sob o Diretório. Segundo Moreira Neto, “a legislação desde a queda de Pombal (1777) até a Independência do Brasil, é de cunho antindígena”.¹⁵⁰ Apesar de o texto da lei falar em libertar os índios do controle dos diretores, o objetivo era regulamentar a relação de trabalho entre índios *não-descidos*, *tapuios* e colonos. Nesse sistema, indígenas continuaram a ser a mão-de-obra principal no Grão-Pará. Todavia, os índios e os *tapuios*, fora dos antigos

¹⁴⁶ Brito. “Índios das Corporações...p. 125-126

¹⁴⁷ Ibidem, p. 125

¹⁴⁸ Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p. 25

¹⁴⁹ Ibidem, p. 50; 90

¹⁵⁰ Ibidem, p.30. Segundo Paraíso, a Carta de Régia de 1798 foi fruto da pressão de latifundiários “insatisfeitos com a maneira “branda” como os índios eram tratados, ressurgiu a o sentimento de que a problemática deveria ser tratada por meio da violência, para que se processassem com a devida rapidez as transformações julgadas necessárias, como a liberação de territórios indígenas e o engajamento compulsório de uma população em trabalhos e atividades consideradas essenciais para o desenvolvimento das regiões interioranas”. Maria Hilda B. Paraíso. “Os Botocudos e sua Trajetória Histórica”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 254.

aldeamentos pombalinos, poderiam fazer contratos livremente com os colonos. Francisco de Souza Coutinho – Capitão-General do Estado do Grão-Pará - acreditava serem os indígenas e seus filhos - residentes em fazendas onde trabalhavam, ou em pequenas propriedades - a solução para o problema da falta de força de trabalho no Estado. Por isso, muitos foram retirados de suas vilas e aldeias e reunidos em núcleos regionais para serem redistribuídos para o serviço de particulares, bem como do Estado.¹⁵¹

Sampaio escreve sobre o esfacelamento das relações familiares dos indígenas provocado pela referida lei, uma vez que a vida em comunidade deixava de ser importante, e eles passam a viver fora dos aldeamentos. Além disso, o *principal*¹⁵² perdeu a sua importância, deixando de interferir nas decisões das vilas. Apenas tinha agora o direito de exercer funções administrativas como qualquer vassalo.¹⁵³ Segundo Moreira Neto, os aldeamentos indígenas foram condenados ao desaparecimento. Todos os bens coletivos dessas aldeias foram vendidos e o resultado recolhido ao tesouro público. Essas medidas foram desastrosas para os *tapuios* que viam suas comunidades sendo destruídas.¹⁵⁴ A mesma lei determinava o recrutamento de índios nas milícias conhecidas como ligeiras, mas que no Pará seriam iguais às ordenanças, já que eram nelas inscritos todos os moradores para posteriormente serem distribuídos nas tropas de 1ª e 2ª linhas.¹⁵⁵ Além de se tornarem infantis, muitos formariam um corpo de indígenas, do qual sairiam os trabalhadores para o serviço real, contrato real e para o trabalho dos particulares. Criou-se também uma Companhia de Pescadores cujos componentes seriam índios. Para tanto, os indígenas estariam: “dispensados tanto do Corpo de Milícias quanto de índios, “[estavam] porém sujeitos a outros trabalhos aqueles que alistados faltassem no Serviço da Pescaria, e impondo-lhes uma pena proporcionada, se abandonarem as Embarcações”.

¹⁵¹ Patrícia Maria Melo Sampaio. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia (sertão do Grão-Pará 1755-1823)*. 2001. 342 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói. 2001. . p. 224 e Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p.31.

¹⁵² Segundo Amoroso *principal* era a “figura na qual o sistema colonial investia com presentes e títulos, reforçando os traços pessoais de liderança junto aos índios”. Ver: Marta Rosa Amoroso. “Corsário no Caminho Fluvial: os Mura do rio Madeira”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

¹⁵³ Sampaio. *Espelhos Partidos...* p. 232.

¹⁵⁴ Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p.30.

¹⁵⁵ As tropas ligeiras correspondiam às ordenanças. Elas compõem a Infantaria. Sugiram na Áustria, durante o governo de Maria Tereza, a fim de guarnecer a fronteira com a Turquia ameaçada por Frederico III da Prússia. Elas são irregulares e muito mais móveis do que a Infantaria de Linha. Em uma guerra elas estavam na frente hostilizando as linhas inimigas. São exemplo desse tipo de tropa os caçadores e os pedestres, que neste texto serão denominados de infantis, ou caçadores e ou pedestres. Ver: Adler Homero Fonseca de Castro. Forte Príncipe da Beira: Aspectos militares. In. Deocleciano Azanbuja (org.). *Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 39.

¹⁵⁶ Sampaio. *Espelhos Partidos...*p. 226

O corpo de infantes seria administrado pelos *principais* e outros oficiais indígenas juntamente com brancos. Os recrutados para essa estrutura eram primeiramente todos os *tapuios* sem propriedade. Em 1799, a lei de 12 de maio de 1798 foi ampliada e atingiu brancos, mestiços de índios ou *pretos* livres sem bens. Foram incorporados às tropas “ligeiras” com a obrigação de trabalhar no serviço real - discutiremos o recrutamento com mais detalhes no próximo capítulo.¹⁵⁷ O corpo de indígenas deveria trabalhar apenas uma parte do ano, enquanto outra metade seria reservada para assuntos familiares. Os indígenas seriam alistados pelos magistrados no caso do contrato dos dízimos, na falta de mão-de-obra para o serviço real e serviço particulares.¹⁵⁸

Os corpos de infantes não possuíam quase nenhuma função militar. Essas companhias foram criadas apenas para disciplinar os índios para os trabalhos públicos (principalmente no Arsenal de Marinha) e particulares.¹⁵⁹ De acordo com Linebaugh e Rediker, já no século XVII, a disciplina militar foi utilizada, na colônia Americana da Virgínia e nas Bermudas, para forçar os colonos, desapropriados de seus bens e expulsos da Inglaterra para o continente americano, a se adequarem ao trabalho do qual fugiam constantemente. Argumentam “pela altura de 1613, nas Bermudas, os colonos morriam de fome, enquanto seus corpos, recurvados e pálidos, despediam a força vital trabalhando em fortificações que fariam da ilha um posto militarmente estratégico na fase inicial da colonização inglesa”.¹⁶⁰ Apesar da distância de tempo e espaço, essa imagem poderia ser a dos índios, *cafuzos* e *mamelucos* componentes desses corpos ligeiros levados à força de suas comunidades para o trabalho no Arsenal de Marinha, ou para algumas fortalezas de Belém ou do Rio Negro. A lei de 12 de maio de 1798 não representava o fim da tutela do Estado sobre os indígenas, uma vez que os “*bravos*” ou *descidos* deveriam ficar sob a responsabilidade dos juizes e das Câmaras, apesar de ela determinar serem os particulares os responsáveis pelo processo de integração dos indígenas à sociedade colonial. Assim, o Estado, por meio dos juizes, era o tutor dos indígenas.¹⁶¹

¹⁵⁷ Ibidem, p. 232

¹⁵⁸ Ibidem, p. 227

¹⁵⁹ Na década de 1830, o Presidente da província, o Marechal Francisco José Soares de Andréa diria: “Estes Corpos [ligeiros] sem serem Corpos, propriamente de segunda linha, estavam não obstante sujeitos ao Comandante das Armas e serviam sobretudo para conservar na obediência a uma classe muito numerosa de Povo desta Província Falo dos Índios, dos *Mamelucos* combinação de Branco e Índio e *Cafuzos* combinação de Índio e *preto*”. Ver: APEP, Fundo da Secretaria da Presidência da Província (Doravante FSPP), Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1065, Tribunais Superiores e Autoridades da Corte. Ofício de 20 de dezembro de 1837.

¹⁶⁰ Peter Linebaugh e Marcus Rediker. *A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 42-45

¹⁶¹ Sampaio. *Espelhos Partidos...*p. 237.

A transferência do poder real para o Brasil (1808) não melhorou a situação dos índios. Pelo contrário, o aumento da população nas áreas litorâneas levou à necessidade de expansão para o sertão, provocando a expulsão de povos indígenas de suas terras. Um exemplo da política joanina para essas nações é a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, que autorizava a guerra justa contra os Bugres de São Paulo. Por ela, restituiu-se a escravização de alguns indígenas considerados “bravos” por 15 anos. As leis de 13 de maio e 2 de dezembro daquele ano permitiam também uma guerra contra os botocudos de Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo Moreira Neto, a política de D. João, em algumas áreas do Brasil, converteu-se em uma política antindígena, pois substituiu “os processos coloniais de dominação e subordinação do índio, como fornecedor de força de trabalho servil ou escrava, que devia ser eliminado fisicamente e substituído por populações mais concordes à exigência do progresso e da civilização”.¹⁶² De acordo com Moreira Neto, durante a reunião das Cortes Gerais de Lisboa (1821-1823) foram apresentados alguns projetos de brasileiros sobre a questão indígena. O projeto mais conhecido era o de José Bonifácio de Andrada e Silva denominado de “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bárbaros do Brasil”, que propunha medidas brandas para a “civilização” dos indígenas. Mas o projeto aprovado foi o do Coronel Francisco José Ricardo Zani, “que pretendia repartir os índios” entre os colonos durante um período de sete anos, depois dos quais os indígenas estariam batizados e aplicados ao trabalho. Para o autor, esse foi o único projeto ouvido pelas Cortes, pois a mão-de-obra indígena era de interesse basicamente dos colonos do Estado do Grão-Pará, visto que o restante do país não era atraído pela utilização da mão-de-obra indígena como força de trabalho. Essa lógica não se inverteu com a Independência. José Bonifácio não conseguiu novamente ter seu projeto aprovado na Assembléia Constituinte. Segundo Moreira Neto, o plano dele foi ignorado porque os interesses coloniais tiveram continuação mesmo depois da Independência.¹⁶³

Por fim, as políticas indigenistas, implantadas principalmente a partir de 1750, contribuíram para a destruição das comunidades tapuias e dos índios *não-descidos*, os quais, por sua vez, procuraram caminhos para fugir da opressão do Estado português e depois brasileiro, por meio de revoltas e outras formas de resistência. Muitas dessas oposições foram articuladas com os *homens livres de cor* e com escravos. Apesar de os alemães Spix e Martius

¹⁶² Moreira Neto. Índio da Amazônia...p. 33-34. Ver também: Marcos Morel. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 40; Pedro Puntoni. “O sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 643-644.

¹⁶³ Moreira Neto. *Índios da Amazônia*...p.40.

descreverem os mestiços como ocupando uma posição hierárquica na sociedade superior aos pretos e índios; em relação aos mestiços, o viajante Kidder diria: “ocupam [os] mestiços todas as posições sociais: o comércio, as artes manuais, a marinha, a milícia, o sacerdócio e o eito”.

¹⁶⁴ Por sua vez, Salles escreve sobre a difícil condição dos libertos na sociedade paraense, lembrando dos obstáculos encontrados por eles para trabalharem, porque as atividades urbanas eram desenvolvidas pelos escravos ou brancos. Deve-se lembrar que eles devem ter disputado ou dividido espaço de trabalho também com os índios. Embora tenham ocorrido disputas, não se pode afirmar a existência de uma rivalidade entre eles. Essa somente pode ser percebida ao longo de processos históricos em que eles estiveram envolvidos, assim como qualquer processo de identidade entre índios, escravos, livres de cor e brancos pobres. ¹⁶⁵

2.2 São Miguel do Guamá ao Gurupí

As vilas que compunham essa região eram: Ourém, Irituia, S. Miguel e Sezedelo e Turiaçu. Localizavam-se às proximidades do Maranhão. Essa região era uma área subordinada mais diretamente a Belém, chegando a ser considerada nos mapas de tropas como distrito de Belém. Era a quinta mais povoada, de acordo com o censo de 1778, como vimos acima (tabela 1). Por ele, a população da região, com exceção de Turiaçu que não aparece no censo de 1778, estava distribuída de acordo com a tabela 5; e mais tarde (1820) – já com Turiaçu incluída – encontra-se com outra configuração (tabela 6).

TABELA 5:
POPULAÇÃO DA REGIÃO DE SÃO
MIGUEL DO GUAMÁ AO GURUPÍ DE 1778

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Bragança	759
Ourém	591
Irituia	389
São Miguel do Guamá	273
Sezedelo	16
<i>Total</i>	2.028

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânicas do estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

¹⁶⁴ Kidder. *Reminiscências de Viagens...*p. 168

¹⁶⁵ Mattos. *Escravidão...* p. 40; Salles. *O Negro no Pará...* p. 243. Segundo Viana, para Anthony Appaih “é preciso lembrar que toda identidade humana é construída e histórica, brotando quase sempre como uma resposta mutável diante de conjunturas econômicas, políticas e culturais, ou, ainda, em oposição a outras identidades. Paul Gilroy adverte-nos para o fato de que o jargão da cor ou do nacionalismo conduz a uma visão maniqueísta das experiências sociais e culturais do Atlântico negro, espaço por ele privilegiado. A história do Atlântico negro, afirma o autor, fornece um vasto acervo de lições quanto à instabilidade e à mudança das identidades, que por isso mesmo estão sempre inacabadas e sempre sendo refeitas”. Viana. *O Idioma da Mestiçagem...*p.35.

Em Bragança (ver mapa 1) encontrava-se o Forte de Bragança criado com a intenção de se avistar o inimigo ao longe e enviar um aviso imediato à Fortaleza de Macapá. Em 1750, migraram para a vila famílias e homens solteiros, ilhéus angrenses e michaelense. Em 1832, Baena descrevia que havia três ruas paralelas ao rio, com casas com telhas de barro. Do censo de 1778 a 1832 – censo organizado por Baena -, há um aumento extraordinário na população que passa a ser de: 1.885 índios livres, 482 escravos e 1.408 brancos, somando 3.775 habitantes. Este aumento provavelmente se justificava pelos *descimentos* descontrolados que ocorriam no Grão-Pará. A grande presença de indígenas era reforçada pela existência de uma aldeia ao norte da vila denominada de Vimioso. Cultivavam-se, nessa região, mandioca, algodão e café, além de existirem fazendas de gado.¹⁶⁶ À margem direita do rio Guamá, situava-se Ourém (ver mapa 1). A população dessa vila não se modificou muito desde o censo de 1778 (ver tabelas 5 e 6), e os números arrolados por Baena em 1832, que era de apenas 669 moradores distribuídos da seguinte maneira: 232 brancos, 60 mestiços, 194 índios, 23 *mamelucos* e 160 escravos. Segundo o mesmo autor, na vila existiam cinco ruas, onde se localizava o pelourinho e a matriz. As cinquenta casas eram todas de telhas de barro, incluindo a cadeia e a câmara. Na vila havia uma estrada que permitia o acesso do Pará ao Maranhão. Nela cultivavam-se algodão, arroz, tabaco, aguardente de cana, mel, açúcar, farinha, milho, feijão, café, cacau e polvilho.¹⁶⁷

TABELA 6:
POPULAÇÃO DA REGIÃO DE SÃO MIGUEL
DO GUAMÁ AO GURUPÍ DE 1820

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Bragança	2.015
Ourém	640
Irituia	65
São Miguel do Guamá	310
Sezedelo	320
Turiaçu	800
<i>Total</i>	4.150

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 40

À margem esquerda do rio Turiaçu, próximo ao oceano, situava-se a vila de Turiaçu. Esse rio seria o limite entre o Pará e o Maranhão até 1840, quando passou a ser o rio Gurupi; a referida vila tornou-se parte do Maranhão. No censo de 1778, esta vila não foi arrolada pelo recenseador, mas fora fundada em 1754. Teve grande crescimento populacional se

¹⁶⁶ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 291-292

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 242-245

compararmos os números apresentados por Spix e Martius (ver tabela 6) com o registro de Baena em 1832. De acordo com este, a população era de 987 brancos, 1000 escravos e 566 mestiços, somando 2.553 habitantes. Havia na vila duas pequenas ruas paralelas com casas com cobertura de palhas - incluindo a Igreja - e algumas de telhas. A lavoura de algodão e de arroz tinha alguma expressão devido ao comércio com o Maranhão. Também segundo Baena, o distrito exportava ao Maranhão 3.000 sacas de algodão e 12.000 alqueires de arroz. A incorporação dessa vila ao Maranhão, segundo o autor, era uma reivindicação antiga dos moradores.¹⁶⁸

Não foi possível obter maiores informações sobre as vilas de Irituia (ver mapa 1), Sezedelo e São Miguel do Guamá (ver mapa 1), mas de acordo com as tabelas, com exceção de Irituia, elas mantiveram um número populacional estável. Aliás, essa região apresentou crescimento populacional, possivelmente devido a sua importância econômica e o comércio com o Maranhão, por onde era levada uma quantidade significativa de braços oriundos do comércio negreiro, e expressiva, de trabalhadores índios, provavelmente retirados da região do Xingu e da comarca do Rio Negro. Todavia, segundo Acevedo Marin, entre os colonos ou lavradores de Bragança, Irituia, Ourém e Turiaçu, proliferaram os pequenos domínios.¹⁶⁹

2.3 A Costa Oriental

A Costa Oriental (ver mapa 1) corresponde à terceira região mais povoada e é uma das mais próximas de Belém, de acordo com o censo de 1778. As vilas que compreendiam a região da Costa Oriental eram: Odivelas, Penha Longa, Porto Salvo, Vigia, Vila de Cintra, Vila Nova de El Rey, Colares e Santarém Novo. Em 1778, as vilas continham a população descrita na tabela abaixo; já em 1820 passariam a ter outra descrição (tabela 8).

¹⁶⁸ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 256.

¹⁶⁹ Acevedo Marin. "Agricultura no delta..."p. 61. Segundo Cardoso, em Bragança, dos 138 cabeças de famílias, apenas 55 compraram 215 escravos, assim 83 não possuíam escravos algum. Revelando uma concentração de braços nas mãos de poucos, estabelecendo as desigualdades sociais na vila. Cardoso. Apontamentos para...anexos.

TABELA 7:
POPULAÇÃO DA COSTA ORIENTAL
EM 1778.

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Vigia	1.820
São Caetano de Odivelas	157
Penha Longa	148
Porto Salvo	39
Cintra	393
Vila Nova de El Rey	362
Colares	60
Santarém Novo	34
<i>Total</i>	3.013

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias, que a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Vígia (ver mapa 1), localizava-se na foz do rio Pará, era a vila com maior número populacional. Para lá convergia a produção das demais vilas da Costa Oriental que depois eram enviadas para a *cidade do Pará*. Em 1832, Baena contou uma população de 2.120 brancos, 329 escravos e 2.618 mestiços, somando 5.057 moradores. Nela cultivava-se café, pescava-se, e fabricava-se sabão e cal de sernambi. No Ensaio Corográfico, São Caetano de Odivelas (ver mapa 1) aparece como parte do distrito de Vigia. Sua população foi registrada em 335 habitantes, que viviam em casas de palha. A principal atividade era a pesca, mas também se cultivava café, arroz e outros produtos em menor escala.¹⁷⁰

TABELA 8:
POPULAÇÃO DA COSTA
ORIENTAL EM 1820

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Odivelas	150
Vigia	1.300
Vila de Cintra	1.185
Vila Nova de El Rey	620
Colares	400
Santarém Novo	-
Penha Longa	70
Porto Salvo	300
<i>Total</i>	4.025

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 40

Às proximidades de Vigia estavam Porto Salvo e Penha Longa que foram rebaixadas para localidade, devido à diminuição do número de moradores. Elas eram habitadas somente

¹⁷⁰ Baena. *Ensaio Corográfico...* p. 241-242.

por indígenas, que somados eram apenas 200 índios, 14 casais de índios, mestiços e *mamelucos*,¹⁷¹ enquanto a população de Cintra foi registrada com 4.768, quase todos os índios livres. Havia na vila uma praça e quatro pequenas ruas, com 123 casas. Dentre as atividades produtivas, Baena destacava a manufatura de farinhas e o fabrico de sabão e cal de sernambi. Fazendo parte do distrito de Cintra, Salinas é descrito com uma população de 25 brancos, 30 escravos e 460 índios livres, que se sustentavam da pesca e de pequenas roças. No lugar de Santarém-Novo, o referido autor contou 292 habitantes, tendo como principais atividades econômicas: a pesca e a plantação de mandioca.¹⁷²

2.4 A região de Melgaço

A região de Melgaço é constituída pelas seguintes vilas: Baião, Cametá, Melgaço, Oueiras, Portel e Azevedo. A vila mais importante e mais povoada dessa região era Cametá, situada à margem direita do rio Tocantins. Ela foi fundada em 1635, por meio da doação feita ao português Feliciano Coelho de Carvalho pelo monarca lusitano. Ele fixou a povoação à margem esquerda do rio Tocantins. Contudo, foram os franceses os primeiros a explorar aquele rio. Em 1610, haviam estabelecido uma feitoria na desembocadura do rio Tocantins, provavelmente para manter relações entre o Pará e a sua colônia no Maranhão. O francês Daniel de La Touche ocupou o rio Tocantins, chegando até a confluência do Araguaia. Os franceses foram expulsos pelos portugueses por meio de Pedro Teixeira, que realizou a primeira expedição no vale do Tocantins. Vejamos nas tabelas 9 e 10 a composição da população entre 1778 e 1820.

¹⁷¹ *Ibidem* p. 316; 339

¹⁷² *Ibidem* p. 295-329

TABELA 9
POPULAÇÃO DA REGIÃO DE MEL-
GAÇO EM 1778

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Cametá	5.902
Melgaço	642
Oeiras	671
Baião	179
Azevedo	134
Portel	129
<i>Total</i>	7.657

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas a capitânicas do estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Na segunda metade do século XVIII havia na região 8.068 habitantes, dos quais 1.382 escravos. Os moradores viviam espalhados pelas ilhas constituintes da vila, onde possuíam seus cacauais e canaviais. Raiol escreve ser a vila, por volta de 1786, de aspectos “miserável”. Havia uma igreja em más condições, e a maioria dos casebres era coberto por palha. A população era formada por degredados e colonos “excelentes”, que começaram a fazer casas melhores edificadas com material mais resistente.¹⁷³ Os lugares de Baião e Azevedo estavam sob jurisdição dela.¹⁷⁴

TABELA 10:
POPULAÇÃO DA REGIÃO DE
MELGAÇO EM 1820

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL
Cametá	8.050
Melgaço	1.750
Oeiras	760
Portel	814
Azevedo	300
Baião	250
<i>Total</i>	11.924

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 40

¹⁷³ Alanna Souto Cardoso. *Família de elite: os Moraes Bittencourt e a economia agrária em Cametá Setecentista (1750-1790)*. 2005. 63 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém. 2005.p. 17, Raiol. *Motins Políticos...* p. 698. Ângelo-Menezes, Maria *História Social dos Sistemas Agrários – Pará - Brasil (1669-1800): rupturas e continuidades*. Paris: École Des Hautes Études Em Sciences Sociales, 1994. 76p. Tese. (Doutorado em História e Civilização) - École Des Hautes Études Em Sciences Sociales, Paris, 1994, p. 38.

¹⁷⁴ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 224

A vila de Cameté era a maior produtora de farinha do baixo Tocantins. Entre os anos de 1753-1796, foram produzidos 3.766 alqueires. Todavia, era o cacau o produto mais cultivado. O aumento de escravos na região e das riquezas de muitos colonos foi graças a esse produto, mas teve uma queda no preço seguida de uma diminuição na produção, provocada por grãos ésteres, no final do século XVIII.¹⁷⁵ Nesta vila surgiram algumas famílias importantes política e economicamente como os Oliveira Pantoja e Moraes Bittencourt - esta era a família mais importante daquela região. Receberam suas terras do Capitão-General Mendonça Furtado, durante o governo pombalino. O beneficiado foi João de Moraes Bittencourt, mas essa concessão foi apenas uma parte da confirmação da sesmaria, uma vez que duas léguas de terras ao norte da ilha do Carapajó foram habitadas pelo seu tio Hilário Moraes Bittencourt, a quem João Bittencourt homenageou, dando o nome dele a seu filho. João e Hilário se tornaram proeminentes agricultores e militares de Cameté.¹⁷⁶ Os Moraes Bittencourt eram donos do engenho Carmelo, localizado na ilha de Carapajó, e possuíam uma grande escravatura, para os padrões do Grão-Pará. Eles se tornaram importantes produtores de cacau, mas produziam também cana-de-açúcar, arroz, milho, roças de mandioca e outros. Em 1790, havia em seu engenho duzentos mil pés de cacau e 49 escravos. Alanna Cardoso descreve os Moraes Bittencourt como uma família de oligarquia, uma vez que eles possuíam uma forte influência política, econômica e religiosa na localidade em que viviam.¹⁷⁷

A vila de Melgaço foi criada em 1758, localizada na margem ocidental da ilha próxima a Portel, que pertence ao grande arquipélago situado entre a Ilha Grande de Joanes e Igarapé de Limoeiro. A sua população expandiu-se, passando de 642, em 1778, para 1.750 em 1820. Em 1832, ela chegou aos 5.719, distribuídos da seguinte maneira: 1.021 brancos, 1.140 escravos, 1.078 mestiços, 1.440 índios livres e 1.040 *mamelucos*, que vivam em casas consideradas por Baena como “informes”, “irregulares” e “desmanteladas”. Segundo Lima, Baena pautava a descrição das casas e da distribuição delas ao longo das vilas pelos critérios do que ele considerava civilizado. Para ele, só eram moradias “civilizadas” as que tivessem telhas de barro.¹⁷⁸ Os moradores viviam mais fora da vila, buscando-a poucas vezes. Viviam da lavoura de mandioca e algodão. Todavia, apesar do descaso de Baena quanto à lavoura de mandioca, que ele provavelmente menosprezava por ser uma antiga atividade indígena, Melgaço, Portel e Oeiras eram consideradas o “Império das Farinhas do Estado”. Pode-se

¹⁷⁵ Ângelo-Menezes. “O Sistema Agrário...p. 246-247.

¹⁷⁶ Cardoso. *Família de elite...* p. 42-43.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 37

¹⁷⁸ Leandro Mahalem de Lima. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 203.

acrescentar que Baena também considerava “incivilizado” o costume dos moradores de morarem fora da vila ou “nos matos”, como ele escrevia, assim como havia uma tendência dele a considerar civilizadas as vilas com a maior presença de brancos.¹⁷⁹

Já a vila de Portel estava assentada em uma baía a quatro léguas a sudoeste de Melgaço. Era um antigo aldeamento missionário formado pelos Inheengafbas retirados da Ilha do Marajó. Foi transformada em vila em 1758. Também teve um constante crescimento populacional desde 1778 (ver tabelas 9 e 10 acima), chegando em 1832 com 2.170 moradores entre índios livres, brancos e *mamelucos*, que vivam também “em casas disformes, negras e arruinadas”. Cultivavam-se lavouras de mandioca e de algodão. Enquanto que Oeiras, antes de ser transformado em vila, fora um aldeamento indígena dirigido pelos padres da companhia. Somente em 1758 foi transformado em vila. Como as demais vilas da região, ela também apresentou um crescimento populacional (ver tabelas acima). Baena registrou 192 brancos, 323 escravos, 630 mestiços, 1.826 índios e 973 *mamelucos*. Para ele, “na vila os melhores domicílios são os do vigário e dos moradores 'brancos'; as casas dos índios desmerecem este nome: são palhoças abertas, feias, e nada limpas, e assim mesmo não aparecem as que deviam existir, por que eles vivem embrenhados pelos matos”.¹⁸⁰

2.5 A Costa Setentrional ou “Cabo Norte”

Segundo Acevedo Marin, as terras do Cabo Norte, localizada no extremo norte do Grão-Pará e fronteira com a Guiana Francesa, receberam um sopro de povoamento com a entrada de colonos, escravos africanos e índios levados para lá dos mais diversos lugares do vale amazônico. “Desse sopro de povoamento”, elevaram-se as seguintes vilas: Almerim, Arraiolos, Esponzende, Mazagão, Vila Vistosa, Macapá, Cajari e Fragoso. Depois de Belém e da região de Melgaço, a região que recebeu mais escravos foi a Costa Setentrional. Macapá estava localizada a 36 léguas do Cabo Norte, foi o primeiro núcleo populacional da Costa Setentrional, que foi erigido em 1758, com povoadores ilhéus açorianos e das ilhas Canárias. Macapá foi o núcleo mais estável daquela região. Em 1765 contava apenas com 800 moradores e, em 1778, havia 1760 habitantes. Em 1832, chegou a 2.558 moradores distribuídos da seguinte maneira: 1.238 brancos, 242 índios livres, 341 pardos, 737 *pretos*, escravos e livres. Em 1763, 12 colonos receberam de forma desigual 156 vacas, 21 éguas e

¹⁷⁹ Cardoso. *Apontamentos para...*p. 67

¹⁸⁰ Baena. *Ensaio Corográfico...* p. 245

oito touros, procurando incentivar a criação de gado nos campos de Macapá. Mas, foi a agricultura a atividade mais incentivada pelos governantes.¹⁸¹

Por volta da década de 1770, houve o incentivo governamental e da Companhia do Grão-Pará e Maranhão para o cultivo de arroz em Macapá, Mazagão e Vila Vistosa para o mercado externo. Todavia, o projeto fracassou. A partir de 1778, com o fim da referida Companhia, os moradores de Macapá diminuíram a produção de arroz, e as unidades familiares intensificaram a policultura e o extrativismo. Entre os seus produtos estavam: feijão, café, tabaco, milho, farinha e algodão. Segundo Acevedo Marin, Macapá ficou conhecida pelos seus panos de algodão, e a relação comercial com Belém foi mais importante do que com o mercado externo.¹⁸² Observemos nas tabelas 11 e 12 o quadro populacional dessa região:

TABELA 11
POPULAÇÃO DA COSTA
SETENTRIONAL EM 1778

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Macapá	1.760
Mazagão	1.591
Almerim	25
Cajari	19
Arraiolos	4
Fragoso	5
Vila Vistosa	-
Esponzende	1
<i>Total</i>	3.405

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias, que a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames, 1808-1837.

Na segunda metade do XVIII criaram-se as vilas de Mazagão e Vila Vistosa de Madre de Deus, onde se levou um contingente significativo de escravos para o serviço na lavoura de arroz. Mazagão foi edificado em 1771 com os moradores da antiga praça de Mazagão na África, “fundada sobre o mar Atlântico e desocupada após o cercamento do rei do Marrocos”.

¹⁸¹ Acevedo Marin. “Agricultura no delta... p. 64; Baena. *Ensaio Corográfico...* p. 236

¹⁸² Segundo Acevedo Marin, o censo de 1778 acusava a presença de pequenos produtores com número reduzido de escravos. Em Macapá existiam 447 escravos e em Mazagão 395. Em Macapá, dos 239 cabeças de família, apenas 89 lavradores compraram 343 cativos, sendo que 39 não possuíam escravo algum. A distribuição desigual deles entre os moradores levou-os a produzirem para o mercado externo somente com seus familiares, dificultando a grande produção de arroz exigida pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão que se recusava a comprar em pequenas quantidades. Segundo Acevedo Marin, seria este um dos motivos da experiência da produção do arroz para o mercado externo desenvolvida no Cabo Norte. Além disso, a concentração de mão-de-obra também gerou grandes desigualdades sociais, uma vez que somente os maiores proprietários de escravos podiam negociar com a Companhia. Acevedo Marin. “Agricultura no delta... p. 68-72; 84-85;

¹⁸³ Esta povoação também formou um núcleo estável, e teve crescimento populacional até por volta de 1820 (ver tabela 11 e 12), mas, em 1832, apresentava um pequeno decréscimo. Nesse ano, havia 498 brancos, 325 escravos, 181 mestiços, 148 índios livres, somando 1.152 moradores. Depois da experiência fracassada da produção intensiva do arroz, Mazagão dedicou-se a pequenas plantações de algodão. Santa Ana do Cajari estava sob a jurisdição dessa vila. Em 1832, era formada somente por 88 índios (ver tabelas 11 e 12). A Vila Vistosa de Madre de Deus “recebeu “ilhéus Funchalenses” e 40 degredados de Lisboa, assentados no rio Anurupucu por volta de 1769”. ¹⁸⁴ Foi durante o século XVIII que se deu o terceiro maior núcleo populacional da Costa Setentrional, mas no século XIX já apresentava uma diminuição no número de seus habitantes (ver tabelas). Infelizmente não há dados para o período posterior a 1820, mas possivelmente esta vila seguiu o caminho de Macapá e Mazagão e passou a produzir para o mercado interno por meio de uma agricultura familiar.

TABELA 12:
POPULAÇÃO DA COSTA SETENTRIONAL
EM 1820

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Macapá	2.240
Mazagão	1.730
Almerim	350
Arraiolos	240
Vila Vistosa	223
Cajari	213
Esponzende	180
Fragoso	110
<i>Total</i>	5.286

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 40

Almerim (ver mapa 1) estava localizada à margem esquerda do rio Amazonas, tendo sido elevada a categoria de vila em 1758, quando deixou de ser um aldeamento indígena, mas continuou sendo composta somente por índios. Apresentou um crescimento populacional em 1820, passando de 25 moradores, em 1778, para 350. Em 1832, o número de seus habitantes mantinha-se o mesmo. Os moradores viviam em palhoças em um semicírculo onde, ao centro, localizava-se uma pequena igreja. Cultivava-se mandioca, além da caça e da pesca. À margem oriental do rio Tocore, afluente do Amazonas, estava a vila de Arraiolos, que era também um antigo aldeamento indígena dirigido pelos capuchinhos, que foi elevada a categoria de vila também em 1758. Teve aumento populacional (ver tabelas acima) e chegou a 1832 com 203 brancos, 20 escravos, 182 índios livres e 20 *mamelucos*, somando 425 vizinhos. Já a vila de

¹⁸³ Ibidem, p. 67

¹⁸⁴ Idem

Esponzende estava a três léguas de Arraiolos em uma colina à margem direita do rio Aramucu, afluente do rio Tocore. Era uma vila de índios e uma antiga aldeia dirigida pelos religiosos de S. Antônio. Em 1832, havia chegado a 363 moradores, que viviam em casas de palha e trabalhavam no cultivo da maniva e na extração de castanha, estopa e salsaparrilha. O número pequeno de moradores nas vilas de índios pode ser justificado pela retirada constante de mão-de-obra para o serviço dos colonos e moradores brancos.

2.6 Região do Xingu

Ainda na comarca de Belém, estava a região do Xingu (ver Mapa 1) composta pelas vilas de Gurupá, Porto de Moz, Souzel, Pombal, Vilarinho do Monte e Veiros. Em 1778, essas vilas possuíam a seguinte população (ver tabela 13), passando ao século seguinte a ter uma configuração diferente (ver tabela 14):

TABELA 13:
POPULAÇÃO DA REGIÃO DO XINGU
1778

LOCALIDADES	POPULAÇÃO TOTAL
Gurupá	464
Porto de Moz	411
Souzel	12
Pombal	11
Vilarinho do Monte	100
Veiros	105
<i>Total</i>	1.092

Fonte: IHGP, “Mapa da famílias, que a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Gurupá (ver mapa 1) era a vila mais importante da região do Xingu em 1778, fora fundada em 1615 pelos holandeses. Tornara-se, no século XVIII, receptora dos produtos das vilas menores, que depois eram enviados para Belém. A movimentação comercial pode justificar o número maior de escravos em Gurupá. Nela havia uma fortaleza que fazia parte de um conjunto de fortificações criadas ao longo do Amazonas pelos portugueses, para evitar a invasão estrangeira.¹⁸⁵ Spix e Martius quando chegaram à Gurupá, localizada no rio Xingu, informaram que era uma vila classificada como “vila de brancos. Porém, afirmaram não ser

¹⁸⁵ Nogueira. *Razões para desertar...* p. 98; Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p.82

essa denominação própria para ela, pois não havia brancos nessa vila. Eles admitiam a existência de brancos puros”, ou seja, “aqueles sem mistura de sangue índio”¹⁸⁶, quando a vila fora fundada pelos holandeses em 1616 e, provavelmente, manteve-se dessa maneira na passagem de La Condamine em Gurupá, 77 anos antes de Spix e Martius. Todavia, em 1820, os naturalistas viram somente “gente de cor, entre os quais muitos com misturas da raça indígena”,¹⁸⁷ apesar de o comandante do povoado defini-la como “vila de brancos.”¹⁸⁸ Justificavam a mudança na configuração da população pela incorporação à vila dos índios das missões dos Capuchinhos, depois da expulsão desses missionários em 1759. Talvez a definição do comandante fosse apenas uma forma de manter a imagem de um povoado civilizado pela presença de brancos, ou simplesmente havia uma diferença entre o que Spix e Martius consideravam brancos, e o que o comandante e a comunidade local acreditava ser branco, como já foi dito.

TABELA 14:
POPULAÇÃO DA REGIÃO DO XINGU
EM 1820

Localidades	População Total
Gurupá	160
Porto de Moz	210
Souzel	375
Pombal	290
Vilarinho do Monte	70
Veios	215
<i>Total</i>	1.320

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 40

A vila de Porto de Moz (ver mapa 1) fora fundada em 1758. Situada à margem direita do Xingu, era uma antiga missão religiosa dirigida pelos capuchinhos da piedade. Em termos populacionais, a decadência observada pelos naturalistas alemães em Gurupá pode-se estender a vila de Porto de Moz, que era a segunda maior vila em termos populacionais da região do Xingu, em 1778, tornando-se somente a quarta em 1820. Mas Baena apresenta um aumento considerável dos seus habitantes em 1832, que somavam 758 vizinhos, distribuídos em: 151 brancos, 53 escravos, 336 índios livres, 261 *mamelucos*. Esses moradores viviam em casas cobertas com folhagens, ao longo da praia.¹⁸⁹ Enquanto isso, a vila de Pombal (ver mapa 1) também foi criada em 1758, à margem direita do rio Xingu, sendo também originada de uma aldeia indígena, dirigida pelos jesuitas. Em 1778, ela possuía apenas 11 moradores, mas, em

¹⁸⁶ Idem

¹⁸⁷ Idem

¹⁸⁸ Idem

¹⁸⁹ Ibidem, p. 80, Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 248-249

1820, sua população já somava 290 vizinhos. Em 1832, ela chegara a 814 moradores distribuídos da seguinte maneira: um branco, oito escravos, 629 índios livres e 176 *mamelucos*.¹⁹⁰

As vilas de Veiros e Vilarinho do Monte foram fundadas em 1758. Eram antigos aldeamentos indígenas dirigidos pelos capuchinhos da piedade e pelos jesuítas respectivamente. Em 1832, Baena, ao arrolar a população dessas vilas, não identificou somente indígenas, como os alemães, que, como já foi dito, tinham outro critério para nomear os habitantes quanto a cor. Assim, Vilarinho do Monte possuía 566 pessoas distribuídas da seguinte maneira: 340 brancos, 48 escravos, 10 mestiços, 113 índios livres e 35 *mamelucos*. Veiros possuía 2 brancos, 66 mestiços, 371 índios livres e 36 *mamelucos*, somando 475 indivíduos.¹⁹¹ Por sua vez, a vila de Souzel localizava-se em um monte, há cinco léguas acima da vila de Veiros. Também havia sido um antigo aldeamento indígena transformado em vila em 1758. Em 1778, possuía apenas 12 habitantes. Mas, em 1820, ela subiu para 375 e, em 1832, já possuía mais de 681 moradores distribuídos da seguinte maneira: seis brancos, três escravos, 173 mestiços, 399 índios livres e 100 *mamelucos*. Esses habitantes viviam em 100 casas com telhas de folhagem dentro da vila e 97 casas cobertas com palhas fora da vila.¹⁹²

Na região do Xingu viviam grupos indígenas como os Waipi, Jurunas, Kuruáia, Pacajá, Xipaia e Arara. Esses povos moraram no baixo rio Xingu durante o século XVII. Os Jurunas formavam a nação indígena mais importante do rio Xingu, que conviveram com os Kuruáia, Pacajá e Xipaia na missão jesuita Tavaquara, criada em 1750. Essa missão foi desativada com a Lei de Liberdade dos Índios de 1755. Os povos indígenas prestavam diversos serviços aos moradores brancos das localidades próximas. Apesar do grande número de sociedades indígenas dessa área, muitos haviam fugido depois da invasão dos portugueses, no século XVII e XVIII. Os Waipi iniciaram um processo de imigração no início do século XVIII, e se internaram nas cabeceiras dos afluentes dos rios Jari e Oiapoque.¹⁹³ Os Jurunas também deixaram o baixo Xingu, dirigindo-se ao alto rio Xingu. Todavia, não se deve deixar de levar em consideração o genocídio desses povos provocado pelos colonizadores, e a retiradas de índios para executarem serviço no Arsenal de Marinha, em Belém; nos pesqueiros reais, além de serem mão-de-obra para as lavouras, para a coleta da

¹⁹⁰ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 249-250.

¹⁹¹ *Ibidem* p. 258-259.

¹⁹² *Ibidem* p. 252-253

¹⁹³ Diminique TilKin Gallois. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waipi*. São-Paulo: NHII/USP FAPESP, 1993, p.10

droga do sertão e o Exército.¹⁹⁴ Assim, a política lusitana para os indígenas explica o aumento e a diminuição da população das vilas do Xingu. Elas, por exemplo, podem ter tido populações expressivas durante a administração dos missionários. Mas, a partir da direção laica, as vilas passaram a ter um decréscimo de habitantes devido a grande exploração da mão-de-obra indígena. Apesar das fugas constantes, os indígenas eram sistematicamente repostos por meio de *descimentos* - que naquele momento encontravam-se nas mãos dos particulares -, justificando o aumento dos moradores verificado no censo realizado por Baena em 1832. Por isso, segundo Moreira Neto, a tendência foi a população indígena fugir e procurar os altos cursos dos rios, como veremos no último capítulo.¹⁹⁵

A decadência da fortaleza existente em Gurupá, descrita por Spix e Martius, que estava desprovida de artilharia e guarnição, não se aplicava à movimentação de seu porto. À vila convergiam todas as canoas com mercadorias que desciam do Amazonas. O conteúdo das embarcações era registrado por um funcionário do porto. Depois seguiam viagem para Belém onde pagavam direito à exportação. Os naturalistas não especificaram os produtos que chegavam do baixo, médio e alto Amazonas à Gurupá, diziam apenas ser mais de 30 artigos. Mas, em 1828, Hércules Florence, desenhista da expedição Langsdorff, nos anos de 1825 a 1829, confirma as informações dos alemães, ao pedir para olhar a relação de produtos que chegavam ao posto fiscal.

As mercadorias que entravam no porto aduaneiro de Gurupá, revelam não somente a produção da região do Xingu, mas a do baixo, médio e alto Amazonas. A tabela 15 nos permite observar a conjunção da agricultura com o extrativismo. Havia uma significativa plantação de cacau, como já foi dito, além do cultivo de café, algodão, fumo, farinha de mandioca e feijão. O pirarucu seco não era somente o mais importante dos produtos coletados, mas o segundo item com maior entrada em Gurupá. Dentre os frutos da coleta estavam: salsaparrilha, cravo, castanhas doces, manteiga de tartaruga, breu, mexirica, urucu, óleo de copaíba, tábuas de cedro, itaubá e piacaba. Esses produtos, que atendiam tanto o mercado interno quanto externo, eram todos remetidos à cidade de Belém para pagar as taxas coletadas na alfândega. Dessas mercadorias, os itens cultivados ou coletados na região do Xingu eram café, cacau, maniva, farinha e peixes. Os trabalhadores eram todos pequenos produtores e não possuíam terras, plantando em áreas diversas. Baena classificou todos esses

¹⁹⁴ Tânia Stze Lima. “Histórico dos Jurunas”. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 23 de jul. 2006.

¹⁹⁵ Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p.55-56.e Antônio Porro. “História Indígena do Alto e Médio Amazonas século XI e XVIII”. IN: Manuela Carneiro Cunha (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 189.

povoados como pobres, por viverem em casas cobertas por palhas e dedicarem-se principalmente à sua subsistência.¹⁹⁶

TABELA 15:
RELAÇÃO DOS PRODUTOS QUE ENTRAVAM
NO PORTO DE GURUPÁ EM 1827

PRODUTOS	QUANTIDADE	ARROBAS	TOTAL
Barras de ouro	30		30
Cacau	190,452	Arrobas	190,452
Salsaparrilha	5.744	Arrobas	5.744
Cravos	5.646	Arrobas	5.646
Breu	260	Arrobas	260
Óleo de copaíba	167	Potes	167
Óleo de copaíba	18		18
Guaraná	89	Barris	89
Urucu	6	arrobas	6
Castanhas doces	1.953	Sacos	1.953
Fumo	7.380	Arrobas	7.380
Café	5.725	Arrobas	5.725
Algodão	126	Arrobas	126
Estopa do País	317	Arrobas	317
Amaras de piaçaba	253	Arrobas	253
Piaçaba em rama	618	Arrobas	618
Piaçaba em molhos	357	Arrobas	357
Piaçaba em cordas	4.328	Polegadas	4.328
Arroz	314	Alqueires	314
Feijão	43	Alqueires	43
Farinha de Mandioca	1.256	Alqueires	1.256
Carne-seca	4.271	Arrobas	4.271
Cebo	215	Arroba	215
Chifre	730		730
Couros	1.612		1.612
Pirarucu Seco	48.718	Arrobas	48.718
Manteiga de tartaruga	7.896	Potes	7.896
Mixirica	230	potes	230
Redes	30		30
Tábuas de itaúba	182		182
<i>Tábuas de cedro</i>	24		24

Fonte: Hércules Florense. Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2007. p.267.

2.7 Região de Santarém

A região de Santarém compreendia as seguintes vilas: Santarém, Alemquer, Vila Nova Rainha, Alter do Chão, Óbidos, Vila de Pinhel, Aveiros, Vila Franca, Monte Alegre e Faro. Vejamos nas tabelas seguintes (16 e 17), o esboço das respectivas vilas e o número estimado de habitantes.

¹⁹⁶ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 253

TABELA 16
POPULAÇÃO DA REGIÃO DE
SANTARÉM EM 1778

LOCALIDADES	TOTAL
Santatém	476
Óbidos	128
Faro	19
Alemquer	-
Vila Nova Rainha	-
Alter do Chão	15
Vila Franca	5
Boím	9
Pinhel	50
Aveiros	-
Outeiro	3
Monte Alegre	97
<i>Total</i>	802

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias, que a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

A vila de Santarém (ver mapa 1) foi fundada em 1754 à margem direita do rio Tapajós. Fora também um antigo aldeamento dos padres da Companhia de Jesus. Nela havia uma fortaleza erigida em 1767 com a função de vigiar e defender o Amazonas, mas não teve grande utilidade, pois havia muitas ilhas entre a fortaleza e o rio. Ela acabou tornando-se alojamento da guarnição militar da ilha para evitar ataques indígenas.¹⁹⁷ Havia na vila, em 1832, “três ruas paralelas ao rio e cruzadas por igual número de travessas, todas contornadas de casas de alvenaria e de bom exterior, e alguma de dois pavimentos ao estilo de [Belém]”¹⁹⁸. Santarém, juntamente com Belém, Cameté e Bragança ampliaram de forma significativa o seu número populacional. Em 1778, registrou-se apenas 476 moradores (como se vê na tabela 16 acima), mas, em 1820, continha 2.360 habitantes (ver tabela 17 abaixo). Em sua contagem, Baena anotou 5.367 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 3.985 brancos, 112 índios livres e *mamelucos* e 1.270 escravos. Era a povoação do baixo Amazonas com maior número de escravos e brancos.

Na passagem dos naturalistas por Santarém, eles foram mais explícitos com relação aos artigos produzidos no Amazonas. Santarém era a mais importante cidade da região homônima, mas a sua proeminência se estendia às demais regiões do médio e alto Amazonas, recebendo mercadorias. Para lá convergiam diversas canoas das vilas de Óbidos, Faro,

¹⁹⁷ Ibidem, p.253-54.

¹⁹⁸ Ibidem, p.253

Alemquer, Vila Nova da Rainha, Alter do Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro. Em 1820, Spix e Martius consideraram Santarém “o empório do comércio entre a parte ocidental do Pará e a capital”.¹⁹⁹ Eles informavam e controlavam a entrada de embarcações, no porto de Santarém, contendo cacau, salsaparrilha, algum café, algodão e borracha. Essa vila continuou proeminente durante toda a década de 20 e 30, uma vez que, em 1843, o príncipe Adalberto da Prússia diria que o porto de Santarém era a principal praça de comércio e empório do Amazonas. Além disso, era o melhor caminho para os negócios entre o Pará, o Mato Grosso e Cuiabá.²⁰⁰

Nessa vila plantava-se cacau - em quase todas as terras -, café, tabaco, algodão, milho, feijão e maniva. Segundo Baena, esses produtos eram mais cultivados para suprir a necessidade alimentar da população, com exceção do cacau que era vendido para a exportação. Há também uma pequena criação do gado vacum e cavalariço. Devido a sua importância econômica e populacional a vila tornou-se, em 1832, a sede da comarca do baixo Amazonas.²⁰¹

Óbidos, fundada em 1754, era a segunda maior vila da região. Antes de se tornar vila também fora uma aldeia chamada Paxis dirigida pelos missionários capuchinos da piedade. De acordo com Reis, ela foi criada para vigiar as embarcações que navegavam no Amazonas. Este ponto foi escolhido por se considerar que essa era a parte mais rasa do Amazonas, obrigando as navegações a diminuírem seu ritmo ao cruzarem aquele trecho, o que facilitava os disparos de canhões.²⁰² Os moradores viviam em casas cobertas com folhagem, em ruas alinhadas. Havia uma praça e uma matriz consagrada a Santa Ana. A população dessa vila também teve grande aumento. Ela passou de 128 moradores em 1778 para 1.850 em 1820 e continuou a crescer atingindo o número de 4.281 habitantes, distribuídos em 2.987 livres e 1.294 escravos. Provavelmente, entre eles deveria haver muitos índios, pois, segundo Reis, para ela ocorreram alguns descimentos.²⁰³ O cacau era produto mais cultivado para a comercialização nessa vila. Plantava-se também café, maniva, algodão, milho e feijão, mas em menores proporções. Também havia quem vivesse de plantação aliada à criação de gado.²⁰⁴ Em Óbidos também havia um ponto de registro dos produtos trazidos por canoas de comércio, que vinham do médio e alto Amazonas em direção a Belém. Reis informa que

¹⁹⁹ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p.99

²⁰⁰ Adalberto. *Brasil: Amazonas-Xingu*. p. 195

²⁰¹ Baena. *Ensaio Corográfico*...p.255.

²⁰² Arthur Cezar Ferreira Reis. *História de Óbidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil. V. 123). p. 18.

²⁰³ *Ibidem*, p.19

²⁰⁴ Baena. *Ensaio Corográfico*...p.246

devido à importância econômica e populacional de Óbidos, os moradores desejaram que ela se tornasse a capital da comarca em 1832.²⁰⁵

TABELA 17:
POPULAÇÃO DA REGIÃO DE
SANTARÉM EM 1820

LOCALIDADES	POPULAÇÃO
Santarém	2.360
Óbidos	1.850
Faro	350
Alemquer	370
Vila Nova Rainha	685
Alter do Chão	400
Vila Franca	1.200
Boim	370
Pinhel	210
Aveiros	215
Outeiro	-
Monte Alegre	-
<i>Total</i>	8.010

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 40

Monte Alegre era um antigo aldeamento indígena dirigido pelos capuchinhos da piedade, passando à categoria de vila em 1758. Estava assentada à margem do rio Gurupatuba, afluente da margem esquerda do Amazonas. Em 1778, registrou-se apenas 97 moradores, número muito inferior ao registrado por Baena em 1832, que era de 1.780 moradores brancos e índios livres e 290 escravos. Nela também o principal cultivo era de cacau. O lugar de Outeiro estava sob a jurisdição de Monte Alegre, e contava 194 pessoas livres e 20 escravos em 1832.²⁰⁶

Vila Franca também é de origem de um aldeamento sob direção dos jesuítas. Sua população também evoluiu desde o censo de 1778, chegando a 1200 na passagem dos naturalistas alemães em 1820. Em 1832, havia 2.730 habitantes distribuídos entre mestiços, índios livres e brancos e 290 escravos. A pesca nessa vila era abundante, havendo inclusive ali um pesqueiro real. A segunda maior atividade era a plantação de cacau. Faro, localizada à margem do rio Nhamundá, era a última povoação antes de chegar à comarca do Rio Negro. Oirunda de uma antiga aldeia capuchinha, possuindo 19 moradores em 1778; 350, em 1820 e 1.989 entre indivíduos brancos, índios livres e *mamelucos* e 93 escravos em 1832. Nela cultivava-se cacau, café e maniva. A pesca do peixe-boi e pirarucu eram proeminentes na área. À margem direita do rio Tapajós estava Alter do Chão (ver mapa 1), localizada a seis

²⁰⁵ Reis. *História de Óbidos...*p.18

²⁰⁶ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 240.

léguas de Santarém. A população dessa vila passou de 15 habitantes, em 1778, para 818 moradores brancos e índios, em 1832. Eles viviam basicamente da plantação de mandioca. Também à margem esquerda do Tapajós colocava-se Pinhel (ver mapa 1), fundada em 1758. Em 1778, ela possuía apenas 50 moradores, mas chegou a 1832, com 865 moradores livres e seis escravos. Aveiros, fixada também à margem direita do Tapajós, estava sob a jurisdição de Pinhel. Sua população chegou a duzentos e setenta e três indivíduos brancos e índios e quarenta escravos em 1832. A maioria da população era de índios, que trabalhavam na extração das *drogas do sertão* (ver tabelas 16 e 17 acima).

Alemquer ficava a oito léguas de Santarém e também teve acréscimo no número de seus habitantes chegando a 1.200 indivíduos brancos e índios livres e 440 cativos. A principal atividade dessa vila era a plantação de mandioca e cacau. A localidade de Boim (ver mapa 1) estava estabelecida à margem esquerda do rio Tapajós distante apenas seis léguas de Pinhel. Sua população também cresceu desde o censo de 1778 (ver tabelas 16 e 17 acima), passando a ter 780 índios e *mamelucos* em 1832, que viviam basicamente da caça.²⁰⁷

O grupo indígena mais conhecido dessa área foram os Mundurucus, considerados pela historiografia como uma nação atuante ao longo do território do rio Madeira ao rio Tocantins. Eles conquistaram o vale do Tapajós desde o final dos XVIII. No final desse século, os Mundurucus fizeram acordos de paz com os portugueses e passaram a ter uma relação “amistosa” com os moradores da vila de Santarém e a viver em aldeamentos com obrigação de prestar serviços aos portugueses.²⁰⁸ Os Mundurucus fizeram acordos com os portugueses para derrotar seus inimigos - os Muras, os Maués e os Parintins. Essas alianças não foram incomuns ao longo da história brasileira. John Monteiro escreveu sobre a aliança dos tupiniquins com os portugueses para destruir seus opositores - os Tupinambás. Segundo esse autor, essas alianças não representavam de forma nenhuma subjugação total dos indígenas aos interesses dos colonizadores. Essas uniões não eram, mesmo assim, benéficas para os índios. Os portugueses modificaram a lógica das guerras indígenas (pautadas em vingança), que passaram a ocorrer a fim de atender aos interesses de mão-de-obra dos colonizadores. Essa alteração acarretou o surgimento de grupos dissidentes entre os índios aliados.²⁰⁹

Uma possível explicação para o aumento populacional da região de Santarém, desde o censo de 1778, pode estar no crescimento de sua economia por meio da produção de cacau para o mercado externo. Possivelmente essa lavoura demandou um número maior de escravos

²⁰⁷ Baena. *Ensaio Corográfico...*p.221; 222; 226; 250

²⁰⁸ André Ramos. “Histórico dos Mundurucus”. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

²⁰⁹ Monteiro. *Os Negros da Terra...* p. 29-36.

e índios, que provavelmente eram trazidos da região Xingu e de vilas e lugares do Rio Negro, cuja economia não era tão promissora. Esses dois locais tornaram-se locais de obtenção de mão-de-obra, que era enviada para as regiões e povoados mais prósperos, localizados na região oriental do Pará.

2.8 Marajó

Marajó localiza-se entre a extremidade oriental da costa de Gurupá e a costa ocidental da península de Belém, estando distante oito léguas e um terço da *cidade do Pará*. Marajó é a maior ilha fluvial sedimentária do mundo. O vale do Marajó faz parte do estuário amazônico, oriundo da descarga do rio Tocantins e seus afluentes: Moju, Acará e Guamá, além de as águas dos rios Pará e Amazonas. A bacia tem 200 km de extensão, limitando-se a oeste pelo farol de São Caetano e a noroeste pelo cabo do Maguari.²¹⁰ Marajó também era um ponto de proteção para os limites norte do Pará com a Guiana Francesa. A povoação e as tropas existentes na ilha impediam a ocupação de terras pelos franceses da Guiana, caso esses tentassem entrar na Província pelas ilhas de Mexiana e Caviana.²¹¹

A ilha divide-se em dois ambientes: “região oeste, conhecida como região de furos ou porção meridional, e a região leste, da região de Campos ou Setentrional”.²¹² Os furos se caracterizam pelas áreas de várzea e terra firme, aquelas são inundadas pelas cheias do Amazonas, tornando-as férteis. A região de campos é constituída com vegetação tipo savana (campos abertos com árvores de pequeno porte espaçados).²¹³

Em 1655, a ilha pertencia ao Conselheiro Antônio de Souza de Macedo e passou aos domínios da Coroa somente em 1755. Em 1811, teve um mesmo juiz responsável pelas instâncias civil, criminal e dos órfãos com jurisdição sobre as aldeias indígenas da costa da ilha. Tornou-se comarca pelo alvará de 17 de agosto de 1816.²¹⁴ Esta compreendia toda a Ilha Grande de Joanes e era constituída pelas freguesias da vila do Marajó, pelas vilas de Cachoeira, Condeixa, Chaves, Monsarás, Monforte, Mondim, Muaná, Ponta de Pedra, Rebordelo, Salvaterra e Soure. Segundo Soares, a colonização da Ilha seguiu os caminhos dos pastos naturais. Na região dos campos, foram erguidas centenas de fazendas onde cresceu o rebanho bovino e equino do Marajó. Em 1820, ela era responsável pelo abastecimento de

²¹⁰ Nogueira. *Território de Pesca...*p. 27

²¹¹ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 18

²¹² Nogueira. *Território de Pesca...*p. 27

²¹³ Idem

²¹⁴ Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 271-276

carne de Belém, do Exército e da Marinha. O gado para o fornecimento das forças armadas era oriundo das fazendas Arari e Chaves, pertencentes ao governo. Elas possuíam respectivamente 40.000 e 30.000 cabeças de gado. Na região meridional, desenvolveram-se lavouras, como de cana-de-açúcar nas proximidades de Muaná. A pescaria, nas lagoas da ilha e nas suas costas, era muito lucrativa, proporcionando um rendimento anual para o governo de \$200.000 a \$300.000 mil cruzados.

A costa possuía aproximadamente 710 quilômetros, “sendo banhada pelo Oceano Atlântico e recebendo detritos sedimentares orgânicos da foz do Amazonas, confluência em que se encontram as ilhas Caviana e Mexianas dentre outras”²¹⁵. A costa ou litoral vai do nordeste de Soure até ao norte de Chaves. Foi nesse local onde se desenvolveu a atividade pesqueira. Era em Soure que se localizava o principal pesqueiro da Ilha. O centro da Ilha foi pouco explorado, ocorrendo a ocupação intensa dessa região somente no século XIX, com a exploração da borracha.²¹⁶ A ocupação da Ilha levou à ruína de várias tribos indígenas. Acevedo Marin escreve que a destruição da “civilização marajoara processou-se rapidamente. Várias aldeias foram atacadas na ilha e em suas redondezas, a depopulação foi extremamente rápida, e a obra missionária não deixou outra marca na ilha”.²¹⁷ Soares comenta que não somente a paisagem física mudou com a chegada dos europeus, mas também a humana:

As diversas tribos, antes dominantes na ilha, foram aos poucos dominadas, a ponto de seu próprio nome ter sido modificado, antes Ilha do Nheengaíbas, nome genérico dado às tribos ali existentes, passou a ser ilha do Marajó, nome de um dos rios que corta a vila Ilha, o Marajóassu.²¹⁸

As antigas aldeias foram transformadas em vilas. As aldeias dos Guajarás foram denominadas de Monforte. A antiga aldeia dos Mangabeiras transformou-se em Nossa Senhora da Conceição da Ponta de Pedras. A aldeia de Caia, posicionada à margem esquerda do rio Arari, foi denominada de Cachoeira do Arari em 1747. Soure, instituída em 1757, teve origem da aldeia dos Maruanas. Ela englobava as vilas de Monsarás, Joanes e a freguesia de Salvaterra, antiga aldeia dos Sacacas. À margem esquerda do rio Muaná, foi assentada a vila de Muaná em 1758. Já a aldeia dos Aruanas tornou-se a vila de Chaves, durante o governo de Mendonça Furtado.²¹⁹ Em 1811, foi criada a vila do Marajó, fixada também à margem do rio Arari, que passou a ser a cabeça da comarca em 1816. Segundo Baena, à margem esquerda de um igarapé, localizado a uma légua de Monsarás, estava Condeixa. Rebordelo estava situado

²¹⁵ Soares. *Roceiros e Vaqueiros...*p. 17

²¹⁶ *Ibidem*, p. 18.

²¹⁷ Acevedo Marin. “Agricultura no delta...”p.56.

²¹⁸ Soares. *Roceiros e Vaqueiros...*p.19

²¹⁹ *Idem*

na costa oriental da Ilha, distante oito léguas de Chaves, estando sob jurisdição desta. Villar, antiga aldeia dos Goainazes, postava-se na costa meridional, a meia légua de Ponta de Pedras. Na antiga aldeia de São José, administrada pelos padres de Santo Antônio, foi elevada a vila de Mondim, existindo na costa oriental próximo a Monforte.²²⁰ A tabela 18 apresenta a população das vilas do Marajó, Chaves, Monsarás, Soure, Salvaterra e Monforte em 1816; enquanto que a tabela 19 traz um outro esboço do recenseamento da década de 1823.

TABELA 18
POPULAÇÃO DA ILHA DO MARAJÓ DE 1816

NOME	POPULAÇÃO	%
Vila do Marajó	3.972	45,6
Chaves	1.420	16,3
Monsarás	1.216	14,0
Soure	892	10,2
Monforte	815	9,4
Salvaterra	393	4,5
<i>Total</i>	8.708	100

Fonte: Cardoso apud Soares. *Roceiros e Vaqueiros ...* p. 107-108

Em 1823, foi realizado outro censo mais esclarecedor sobre a população da Ilha do Marajó (ver tabela 19). Além do flagrante aumento populacional de Chaves, Soure, Monsarás, Monforte, Salvaterra em relação ao censo de 1816, pode-se constatar a forte presença de escravos na ilha, que aparecem em maior número do que o dos índios livres, confirmando intenso processo de extermínio dos indígenas no Marajó. Apesar disso, ainda possuíam um contingente significativo, uma vez que eram necessários para povoar as vilas, guarnecendo o território português. O número dos brancos era quase inexpressivo em relação ao número de escravos, índios e dos homens livres não identificados. Estes últimos poderiam ser *cafuzos*, *mamelucos*, pardos e outros mestiços, e muitos deles poderiam ser libertos, apesar do recenseador não os ter discriminado. Mas os pretos libertos causariam medo às autoridades locais durante as lutas surgidas na pós-independência no Pará. Aparentemente, não há diferenças populacionais entre este censo e 1823 e o de Antônio Ladislau Monteiro Baena. Em 1832, existiam dez mil 10.689 pessoas livres e 2.040 escravos na comarca do Marajó.²²¹

²²⁰ Baena. *Ensaio corográfico...*p. 276-282

²²¹ *Ibidem*, p. 284

TABELA 19:
POPULAÇÃO DAS VILAS DA ILHA DO MARAJÓ EM 1823

LOCALIDADES	TOTAL DE HABITANTES	brancos	ESCRAVOS	ÍNDIOS	MESTIÇOS	LIVRES NÃO IDENTIFICADOS
Muaná	3.524	-	503	-	-	3.021
Cachoeira	3.463	130	531	-	-	2.802
Chaves	1.853	44	447	-	-	1.362
Monsarás	857	88	249	190	130	200
Ponta de Pedras	815	-	-	-	-	815
Monforte	664	33	124	367	140	-
Salvaterra	497	46	31	296	124	-
Soure	366	26	155	044	141	-
Rebordelo	279	-	-	279	-	-
Mondim	230	-	-	-	-	230
Breves	227	-	-	80	-	147
Vilar	95	-	-	-	-	95
Condeixa	86	-	-	86	-	-
<i>Total</i>	12.956	367	2.120	1.262	535	8.672

Fonte: José Maia Bezerra Neto. *Escravidão Negra na Amazônia* apud Soares. *Roceiros e Vaqueiros...*p.108

Os índios livres não possuíam terras, pois estas estavam concentradas nas mãos dos poucos brancos, os quais detinham o maior número de escravos. Segundo Soares, as terras foram ocupadas para ser retiradas das mãos dos índios e impedir a tomada delas pelos estrangeiros (já que estavam localizadas às proximidades do Cabo Norte e da Guiana Francesa) por meio da contra-costa, onde foi erigida a vila de Chaves com a intenção de proteger a Ilha de possíveis invasões que podiam ocorrer por meio de alianças entre os indígenas e os franceses. A importância econômica do Marajó também contribuiu para a concentração das terras entre algumas famílias vinculadas à pecuária. A herança da terra era marcada pelo morgado “que gerava um grupo cada vez maior de agregados, uma categoria que se empobrecia à medida que ficava de fora da herança, passando a dividir espaços marginais em relação aos grandes proprietários”.²²² De 1725 a 1823, as terras da ilha foram distribuídas e ocupadas ao longo de igarapés e rios, onde foram fundados sítios e fazendas. De acordo com Soares, a análise da relação das doações das sesmarias revelou a concentração de terras entre algumas famílias, das quais muitas se beneficiaram com mais de uma sesmaria. Este é o caso das famílias Frade - que recebeu quatro doações, os Gavinhos com duas, os Ayres com três, os Henriques com sete. Segundo ela, a lista se completa com Nunes Miranda, Carvalho, Azevedo e Chermont.²²³ Por fim, ela conclui que:

A divisão das terras passou a configurar-se um mundo dominado pelos agregados, vaqueiros e pequenos camponeses, com relativa integração ao

²²² Soares. *Roceiros e Vaqueiros...*p.28.

²²³ *Ibidem*, p. 28-33.

mercado, em alguns momentos conflitando [com os membros da elite local] por conta da disputa pelas terras menos alagadas, propícias à agricultura, homens responsáveis por boa parte da atividade econômica da Ilha, inclusive, o contrabando de gado [...]²²⁴.

2.9 Rio Negro

A capitania do Rio Negro foi criada por Mendonça Furtado em 1755 para consolidar e proteger o território das “más” intenções das nações estrangeiras. O rio Nhamundá serviria de divisor natural entre o Rio Negro e a capitania do Grão-Pará, pertencendo a este a margem oriental, e àquele a ocidental (ver Mapa 1). Ao norte, elas seriam divididas pelo rio Maracá Açu, sendo de propriedade da capitania do Rio Negro a sua parte ocidental, e a banda oriental faria parte do Grão-Pará, cujo território, ao sul, fazia limite com o Mato Grosso.²²⁵ De acordo com o Mapa de Todos os Habitantes do Grão-Pará e Rio Negro, de 1778, podem-se dividir as vilas e povoações do Rio Negro em quatro regiões: baixo Amazonas, médio e alto Amazonas, noroeste e sudeste do Amazonas. As pertencentes ao baixo Amazonas eram: Borba, Serpa e Silves. As do médio e alto Amazonas eram: Rio Branco, Barcelos²²⁶, Nogueira, Ega²²⁷, Moura²²⁸, Poiares, Tomar²²⁹, Carvoeiros, Alvelos, Moreira, Lama Longa, Barra do Rio Negro, Santo Antônio de Marapi e Airão. A noroeste e sudeste estavam: São Joaquim, São Miguel, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora de Loreto, São Bernardo, São Filipe, Marabitanas, São João Nepunuceno, Santa Isabel, São Gabriel, São João Batista, São Pedro, Santo Antônio, Santa Ana, Olivença, Fonte Boa, São Joaquim, Castro de Avellans, São Matias, Javari, Tabatinga e São Fernando.²³⁰ Todas as povoações do Rio Negro formaram-se de aldeamentos missionários, principalmente das missões Carmelitas. Essas aldeias foram elevadas à condição de vilas ou lugares em 1755, quando os regulares perderam o poder de governar as missões.²³¹

Com intuito de proteger a região noroeste, foram erguidos fortins - pequenos estabelecimentos militares e fortalezas - a fim de evitar possíveis ataques dos holandeses do Suriname por meio do rio Essequibo-Repunuri, que, passando por ele ao Rio Branco, de lá

²²⁴ Ibidem, p 32-33.

²²⁵ Antônio José Souto Loureiro. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.p. 133.

²²⁶ Estava sob jurisdição de Barcelos (ver mapa 1) o lugar de São Fernando. Baena. *Ensaio Corográfico...*p. 317.

²²⁷ Estava sob jurisdição de Ega (ver mapa 1) o lugar de Nogueira. Ibidem, p. 319.

²²⁸ Estavam sob jurisdição de Moura (ver mapa 1) os lugares de: Airão, Carvoeiro, Rio Branco, Santa Maria, Carmo e São Joaquim. Ibidem, p. 293; 309; 310; 326.

²²⁹ Estavam sob jurisdição de Tomar (ver mapa 1) os lugares: Lama Longa, Santa Isabel, Santa Ana, São Miguel, Nossa Senhora da Guia e São Pedro. Ibidem, p. 314; 322; 325; 334; 335.

²³⁰ Não conseguimos informações sobre São Fernando.

²³¹ AHU, Mapa de Todos os Habitantes do Estado do Grão-Pará, caixa 39, Pará, janeiro de 1778.

atacariam o forte de São Joaquim. Caso fossem os espanhóis, a oeste, poderiam invadir pelo rio Branco, alto rio Negro, Solimões e Madeira.²³² Por isso, faziam-se imperiosas as construções militares naquela área. Assim, foram instituídas as fortalezas de São Joaquim, à margem direita do Rio Negro e a de São Gabriel, à margem esquerda, a de Marabitanas no alto rio Negro. A fortaleza de Tabatinga no Solimões e outra fortaleza também chamada de São Joaquim foram levantadas na povoação do mesmo nome, no Rio Branco (Ver Mapa 1).²³³ No ato de criação desta capitania, a antiga aldeia carmelita de Mariuá tornou-se vila e passou a ser a sede administrativa do Rio Negro, passando a ser classificada de Barcelos. Nela estavam reunidos o governador, o comandante de tropa, o ouvidor e intendente do comércio e demais funcionários.²³⁴ O Capitão-General Mendonça Furtado ergueu um quartel, um armazém, uma olaria, uma ponte que ligava os dois bairros da vila, e um cais de madeira. Já, em 1780, Pereira Caldas edificou um palacete e uma fábrica de tecer panos. Também transformou em palacete o convento dos carmelitas, onde, em cima, fundou uma casa de campo para seu uso.²³⁵

A população existente no Rio Negro era bastante inferior àquela presente na capitania do Grão-Pará. Para o seu povoamento foi utilizado com mais frequência o *descimento* de índios. Assim, foram *os gentios* os povoadores daquela área, que eram numericamente superiores aos brancos e escravos *pretos*, chegando mesmo, em alguns povoados, a serem os únicos moradores. Deste contingente formaram-se as tropas para a defesa das fronteiras de holandeses e espanhóis. No século XVIII, o maior contingente populacional indígena do Estado do Grão-Pará localizava-se na capitania do Rio Negro. Em 1778, a população era 11.237 pessoas, os índios somavam 89% da população e os brancos somente 8%. Em 1790, a situação não mudara, já que dos 12.964 habitantes, 11.320 eram indígenas livres, 468 escravos, e, em 1793, havia 13.728 habitantes, dentre os quais 11.780 compunham-se por índios livres.²³⁶ Esses moradores estavam espalhados em diversos locais ao longo do médio e alto Amazonas (ver tabela 20 abaixo):

²³² Arthur Cezar Reis. *Lobo D'Almada: um estadista colonial*. Manaus, 2ª edição, 1940.p. 28

²³³ Aníbal Barreto. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959. p. 51; 57; 62

²³⁴ Reis. *Lobo D'Almada...*p. 26;29

²³⁵ B. Miranda. *A cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos*. Manaus: Tipografia de J. Renaud e C., 1908. p.14

²³⁶ Reis. *Lobo D'Almada...*p. 28

TABELA 20:
POPULAÇÃO DO RIO NEGRO DE 1778-1796

Anos	brancos	Índios	Negros	Total
1778	898	9.575.	337	10.810
1790	1.176	11.320	468	12.964
1793	1.365	11.798	574	13.737
1796	1.485	12.154	492	14.131
<i>Total</i>	4.924.	44.847	1.871	51.642

Baena. *Ensaio Corográfico...* p.30

Em 1820, na obra de Spix e Martius, foi publicado um mapa populacional datado 1814 da então capitania do Rio Negro.

TABELA 21:
POPULAÇÃO DO RIO NEGRO LOCALIZADA NO BAIXO AMAZONAS EM 1820

Localidades	Livres (sem índios)	Índios	Escravos	Total
Borba	122	189	17	328
Serpa	213	439	94	746
Silves	292	779	126	1.197
<i>Total</i>	627	1.407	237	2.271

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 41

TABELA 22:
POPULAÇÃO DO RIO NEGRO LOCALIZADA NO MÉDIO E ALTO AMAZONAS EM 1820

LOCALIDADES	LIVRES (SEM ÍNDIOS)	ÍNDIOS	ESCRAVOS	TOTAL
Rio Branco	-	-	-	-
Barcelos	177	472	46	695
Nogueira	107	322	6	435
Moura	95	691	32	818
Poiaras	57	278	13	348
Tomar	115	389	4	508
Carvoeiros	221	513	-	734
Alvelos	199	376	22	597
Moreira	70	140	8	218
Lama Longa	24	175	-	199
Barra do Rio Negro	445	683	224	1.352
Santo Antônio de Marapi	1	211	-	212
Airão	48	240	-	288
<i>Total</i>	1.559	4.490	355	6.404

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 41

Nas tabelas 21 e 22 acima vemos as vilas e lugares do médio e alto Amazonas (Porro inclui, no alto Amazonas, a região sudeste e a região noroeste, ver tabelas 23 e 24). Numerosas povoações indígenas existiam ao longo das várzeas, devido à riqueza nutricional dessas áreas. Os portugueses, saindo de Belém, alcançaram o rio Negro em meados do século XVII. O rio Solimões, por sua vez, foi tomado no final desse século. Porro comenta que as feitorias e regiões e aldeias missionárias foram “fundadas sobre os restos dos antigos povoados indígenas, e que funcionavam como currais de mão-de-obra destinados a abastecer

as fazendas do baixo Amazonas (ver tabela 21, mas ele deve referir-se, principalmente, a região de Santarém), [que] tampouco não resistiam sangria”,²³⁷ diante da demanda por mão-de-obra dos colonos, moradores e do Estado. O autor comenta que, quando isso ocorria, os habitantes *tapuios* eram sistematicamente substituídos pelos povos do sertão – tanto dos afluentes do sul quanto do norte do rio Amazonas.²³⁸

TABELA 23:
POPULAÇÃO DO RIO NEGRO LOCALIZADA NA REGIÃO NOROESTE DO RIO
NEGRO EM 1820

Localidades	Livres (sem índios)	Índios	Escravos	Total
São Miguel	28	298	-	326
N.S. da Guia				
N.S. de Loreto	4	53	-	57
São Bernardo	7	98	-	105
São Felipe				
Marabitanas	25	111		136
São João				
Nepunuceno	-	69	-	69
Santa Isabel	4	407	1	412
São Gabriel	8	90	-	98
São João Batista	11	141	-	152
São Pedro				
Santo Antônio	1	211	-	212
Santa Ana	1	26	-	27
<i>Total</i>	89	1.504	1	1.594

Fonte: Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 41

Wright comenta que as condições ecológicas são importantes para definir a densidade populacional e os padrões de assentamento. Geralmente os rios de água preta, como o Negro, são considerados como áreas de baixo nível de nutrientes, acarretando produtividade baixa de pesca, distribuição irregular de vegetação e solo. Assim, justifica-se a baixa densidade populacional por essas características ambientais. Mas o autor lembra que havia uma densa e regular população indígena no Rio Negro - principalmente em locais com solos mais férteis e “amplios recursos de pesca”. Atribui-se o número reduzido de habitantes ao contato com os europeus.²³⁹

²³⁷ Antônio Porro. “História Indígena do Alto e Médio Amazonas séculos XVI e XVIII”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 176

²³⁸ Porro. “História Indígena do Alto...p. 176-177

²³⁹ Robin M. Wright. “História do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 254.

TABELA 24:
POPULAÇÃO DO RIO NEGRO LOCALIZADA NA REGIÃO SUDESTE EM 1820

POVOAÇÕES	LIVRES (SEM ÍNDIOS)	ÍNDIOS	ESCRAVOS	TOTAL
Oliveira	74	219	2	295
Fonte Boa	70	139	1	210
S. Joaquim	6	97	-	103
Castro de Alvellans	25	66	2	93
S. Mathias	-	-	-	-
Javari	11	97	3	111
Tabatinga	-	-	-	-
S. Fernando	-	-	-	-
<i>Total</i>	186	618	8	755

Fonte: Spix; Martius. "Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 41

No Rio Negro, foram introduzidos poucos escravos *pretos*, já que a maioria deles ficava na capitania do Pará. No entanto, segundo Salles, o Mapa dos habitantes das freguesias e povoações do Rio Negro, elaborado por Rodrigues Ferreira, em 1788, informava sobre a existência de 2.470 escravos africanos, número um pouco maior do que o mostrado na tabela acima. Destes, a metade estava na capital do Rio Negro, Barcelos, e o restante estava nas vilas de Poiães, Moreira, Moura, Fortaleza da Barra, Tomar, Airão e São Marcelino.²⁴⁰ A comarca do Rio Negro apresentou uma diminuição de seu conjunto populacional a partir do ano de 1821. Nesse ano, ela possuía o número de 34.690 habitantes; em 1825, 22.732; em 1827, 16.403. Em 1831, restavam apenas 16.213 indivíduos. Em uma década, a redução da população foi de 18.479. De acordo com Baena, o motivo do decréscimo fora as guerras de independência, as epidemias de sarampo e bexiga, e a fuga dos indígenas do Rio Negro, principalmente a dos Muras.

TABELA 25:
POPULAÇÃO DA COMARCA DO RIO
NEGRO 1821-1833

ANOS	QUANTIDADE
1821	34.692
1825	22.732
1827	16.403
<i>1831</i>	16.213

Fonte: Baena. Ensaio Corográfico...p. 7;180; 284-285

Certamente a fuga dos índios foi um grande motivador da diminuição da população. Eles sempre procuravam lugares mais distantes para fugir das constantes investidas dos

²⁴⁰ Salles. *O Negro no Pará...*p. 40

moradores, do recrutamento tanto às tropas quanto para o serviço real ou de particulares. Os Muras são o exemplo tanto da política de extermínio dos portugueses quanto da resistência dos indígenas ao ataque dos colonos, moradores e administradores. Os Muras, em 1783, eram supostamente em torno de 60.000. Quarenta anos depois estavam reduzidos à metade. Eles andavam espalhados em “hordas” menores pela margem dos rios Solimões, rio Negro e Amazonas. Mas originalmente eram oriundos do rio Madeira, sendo, porém, expulsos pelos Mundurucus - seus inimigos, que se aliaram aos portugueses para combatê-los. Spix e Martius descreveram-nos como hostis à idéia efetuar qualquer trabalho aos portugueses. Os naturalistas afirmaram que eles viviam em “carreira” pelos rios citados acima, para fugir de qualquer serviço.²⁴¹ Segundo Moreira Neto, desde os tempos mais remotos, os portugueses identificavam os índios incivilizáveis entre as nações indígenas, que se tornavam objeto de guerras de extermínio. Para ele, os Muras estavam entre esse grupo. Por isso havia uma política voltada na tentativa de destruí-los.²⁴²

Amoroso também escreve sobre a hostilidade colonial sobre os Muras. Segundo ela, eles foram incluídos na lei de exceção de liberdade. Em outras palavras, esses índios não foram considerados livres pela Lei de Liberdade dos Índios, de 06 de julho de 1755, pois eram considerados de extrema periculosidade para os colonos e os administradores portugueses devido aos constantes ataques às vilas do Rio Negro, imputados a eles pelas autoridades.²⁴³ As constantes guerras das autoridades coloniais aos Muras, levou-os à redução em 1784. Ainda conforme Amoroso, recusavam-se a fazer roças, casas ao estilo europeu, moravam constantemente no mato, aparecendo somente para roubar as plantações dos aldeamentos ou vilas. Por essas atitudes, ofereciam uma alternativa aos *tapuios e aos não-descidos*, os quais se juntavam aos Muras para escapar do serviço real, das tropas e dos pesqueiros. No século XIX, os *pretos* e os ciganos também se beneficiariam da hospitalidade dos Muras. A união de índio de outras nações aos Muras ficou conhecida como “murificação”, pois todos esses indígenas passaram a ser denominados de Muras pela autoridade colonial. De acordo com Amoroso:

²⁴¹ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...p. 119-120;131. Segundo Amoroso, Martius considerava os Muras como “a escória da humanidade”. Amoroso. “Corsário no Caminho Fluvial...p. 298.

²⁴² Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p.105. Beatriz Perrone-Moises escreveu sobre as diferenças da legislação portuguesa criada para os índios amigos e inimigos, durante os séculos XVI e XVIII. Aos inimigos, as Guerras Justas eram permitidas com objetivos de extermínio e escravização. Segundo ela, “Uma vez estabelecida a hostilidade, é “preciso conter a fereza dos contrários” e a guerra justa que lhe pode mover é arrasadora No Rio Grande [...] [o governador] recomenda que “se dirija a entrada e guerra que há de se fazer aos bárbaros como bem entender que possa ser a mais ofensiva, degolando-os, e seguindo-os até os extinguir ”. Perrone-Moises. “Índios Livres e Índios Escravos... p. 123-124; 126.

²⁴³ Amoroso. “Corsário no Caminho Fluvial...p. 308-309

Outras vezes a murificação é definida como uma prática resultante dos conflitos intertribais. O murificado seria então o prisioneiro de guerra, obtido juntamente com os despojos materiais. Essas duas visões não são excludentes, podendo subsistir as duas formas – a voluntária e a compulsória – de ingresso na sociedade [...] [Por isso,] o Mura configura-se não apenas como inimigo militar, mas como concorrente, que contrapõe um modelo civilizador a outro, uma força de atração a outra.²⁴⁴

Desse modo, o decréscimo populacional deve-se tanto às guerras travadas pelas autoridades aos índios “hostis”, às epidemias trazidas pelos europeus como também às constantes fugas dos índios. Mesmo assim, eles ainda eram milhares em 1832, e atuaram ativamente, principalmente os Muras, no levante do Rio Negro naquele ano. Por isso um Comandante das Armas mandou uma correspondência ao Rio de Janeiro comunicando a não dissolução das tropas milicianas do Exército no Rio Negro, como determinava o aviso de 24 de dezembro de 1831.²⁴⁵ Ele alegava que “a população indígena sobrepujava exaustivamente a branca”,²⁴⁶ e somente o poder militar poderia conter essa população.²⁴⁷

Quanto à economia, João Pereira Caldas introduziu no Rio Negro o cultivo do cânhamo, do café do arroz e do anil. Intensificou a entrada de escravos africanos, sendo, em seu governo, a introdução da maior parte desses cativos no período colonial. Para alimentar a população de Barcelos, manteve dois pesqueiros reais. Além disso, “entre 1780 e 1785, entram nos currais de Barcelos, segundo estatística da época, cerca de 53.068 quelônios. Era a carne mais consumida da época”.²⁴⁸ Manoel da Gama Lobo Almada também foi outro grande incentivador da economia do Rio Negro. Ele introduziu gado nos campos gerais do Rio Branco. No seu governo, criaram-se as primeiras fazendas denominadas de São Mateus, São José e São Bento, em Barcelos, esta foi vendida à capitania com 186 bois. Ele também incentivou a agricultura. Plantou-se arroz no Rio Branco, que teve rápido desenvolvimento na região. Além dele, o café, o anil, o tabaco e o algodão foram cultivados.²⁴⁹ Entre os anos de 1773 e 1786, destacam-se a produção de algodão, anil, café e tabaco.

²⁴⁴ Ibidem, p. 308

²⁴⁵ Em 1831, houve a extinção das tropas auxiliares e de ordenança e a criação da Guarda Nacional, que veremos nos próximos capítulos.

²⁴⁶ APEP, FSPP, Códice 899. “Correspondência de Diversos com a Corte”, Aviso de 24 de dezembro de 1831 e ofício de junho de 1832.

²⁴⁷ APEP, FSPP, Códice 899. “Correspondência de Diversos com a Corte”. Ofício de junho de 1832.

²⁴⁸ Antônio José Souto Loureiro. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa oficial, 1979. p. 136

²⁴⁹ Loureiro. *Síntese da História...*p. 138

TABELA 26:
PRODUÇÃO DA CAPITANIA DO RIO NEGRO DE 1773-1786

ANOS	ALGODÃO (ARROBAS)	ANIL (ARROBAS)	CAFÉ	TABACO	TOTAL
1773	1.500	-	-	-	1.500
1774	1.803	-	-	-	1.803
1775	3.215	-	-	-	3.215
1778	3.580	-	-	-	3.580
1779	5.380	-	-	-	5.380
1785		13	2.800	1.165	3.978
1786		80			80
<i>Total</i>	15.478	93	2.800	1.165	19.536

Fonte: Loureiro. *Síntese da História...*p.138

Os produtos mais vendidos à comarca de Belém eram: cacau, urucu, bálsamo de copaíba, borracha, favas Tonka, pisurim, salsaparrilha, algodão e café. Em 1820, Spix e Martius destacam a expansão da produção de café nas fazendas, aos arredores da Barra do Rio Negro. Além disso, eles ressaltaram a produção de cabos e cordoalhas de piaçaba vendidas para o Arsenal de Belém e à Índia. Segundo eles, havia grande necessidade desses produtos, que eram comprados dos espanhóis de São Carlos, no Peru. Baseando-se no estudo de Cardoso, Gomes destacou a predominância de pequenas propriedades no Rio Negro. Em 1786, esses domínios pertenceriam a 26 brancos e 60 índios, sendo que trabalhavam lado a lado índios, destinados ao serviço de particulares, e escravos. Nas propriedades pertencentes aos brancos havia 116 escravos e 76 agricultores indígenas livres. Citando Cardoso, Gomes informa sobre a maior produtividade nas terras indígenas, onde estes também deveriam trabalhar conjuntamente com os *pretos*. Cardoso também escreve a respeito da predominância de formas de atividades camponesas no Rio Negro. Barcelos, capital do Rio Negro, seria um exemplo. Lá haveria 87 propriedades rurais com uma média de 2,83 escravos e 1,84 trabalhadores indígenas para cada uma.²⁵⁰

A necessidade de intensificar o comércio levou à transferência da capital para a vila denominada Barra do Rio Negro (atual Manaus, ver Mapa 1), localizada também no rio Negro, porém mais próxima ao rio Amazonas e a Belém. Os naturalistas viram a Barra do Rio Negro como grande entreposto comercial da parte ocidental do Grão-Pará. A sua localização facilitava o comércio com as cidades espanholas, com o Brasil, pelo Madeira, e a Europa com o Amazonas. Além disso, possuía uma quantidade expressiva de terras férteis nos seus afluentes - rio Branco e Uaupés. Acreditavam que muito em breve o Rio Negro tornar-se-ia uma comarca de grande expressão econômica. Possivelmente, essa não era somente a percepção dos alemães, poucos anos depois, durante o processo de independência, os

²⁵⁰ Gomes. *A Hidra e os Pântanos...*p. 46;48.

dirigentes e a elite do Rio Negro pediriam para obter autonomia do Grão-Pará. Esse desejo da elite do Rio Negro a levou a participar de alguns levantes, na pós-independência, em prol desse objetivo. Como foi o caso do levante de 1832. A essa elite juntou-se a do baixo Amazonas, que também reivindicava mais autonomia em relação a Belém.²⁵¹

2.10 Arrematando

Os colonizadores portugueses no Grão-Pará construíram suas vilas e cidades ao longo das margens dos rios, nas regiões de várzeas. Expulsaram e escravizaram milhares de grupos indígenas que ali viviam há séculos. A ocupação deu-se tanto pela riqueza do solo quanto pela facilidade de locomoção, pois a localização, nas proximidades do rio Amazonas, facilitava o deslocamento e o escoamento da produção e de pessoas. O povoamento partiu do oriente para o ocidente, com grande concentração populacional na região oriental. Nessa área havia uma quantidade expressiva de terras produtivas e estava mais próxima da metrópole e da cidade de Belém, onde estava o centro administrativo, os grandes comerciantes, a coletoria de impostos e o porto, pelo qual oficialmente escoava toda a mercadoria em direção a outras áreas do Brasil e ao exterior.

A despeito da proeminência de Belém, a região de Santarém e a Comarca do Rio Negro se desenvolveram economicamente e demandaram uma quantidade expressiva de mão-de-obra indígena (e também africana) nas fazendas e na coleta das *drogas do sertão*, uma mão-de-obra indígena trazida das vilas e aldeias do médio e alto Amazonas. É nesse contexto que os comerciantes de Santarém acabaram por desenvolver um comércio paralelo e rentável com o Mato Grosso. Já os comerciantes do Rio Negro também constituíram relações comerciais com as colônias espanholas e, depois, com as sociedades pós-coloniais delas originadas. Dessa forma, com o enriquecimento de suas elites, passaram a exigir autonomia em relação a Belém, manifestadas já durante o período de independência. A distribuição das sesmarias pela Coroa Portuguesa e a instituição de morgados levaram a uma grande concentração de terras nas mãos de algumas famílias, que geralmente tornaram-se as proprietárias de escravos. Detiveram o controle sobre a mão-de-obra indígena, da qual se beneficiaram para ampliar suas riquezas. Uma elite detentora de riqueza e privilégios, com cargos administrativos e patentes militares.

²⁵¹ Loureiro. *Síntese da História...*p.14; Reis. *História de Óbidos...*p.62.

À margem de qualquer interferência nas decisões políticas e com a restrição de acesso à riqueza, estavam os índios *não-descidos*, *tapuios*, escravos e *homens de cor livres*, os produtores da riqueza e cativos do trabalho compulsório. Os *tapuios*, depois da lei de 1798, viram a sua situação mudar com a destruição de suas aldeias, com a intensificação do trabalho no Arsenal de Marinha, bem como nos pesqueiros reais e nas tropas. Os *homens livres de cor* conviviam com a exploração e restrição a sua ascensão social. A esses grupos incluem-se os brancos pobres que viviam de suas pequenas lavouras e trabalhavam com seus familiares e, algumas vezes, ao lado de seus poucos escravos. Nesse contexto, estiveram os diversos *homens livres de cor*, *tapuios* e índios *não-descidos* e brancos pobres incorporados às fileiras do Exército.

3 Uma estrutura militar no Grão-Pará: percursos e trajetórias

Antônio Ladislau Monteiro Baena escreveu que o Pará viveu surtos de militarização ao longo dos setecentos e da primeira metade dos oitocentos. Segundo ele, o primeiro grande evento militar que exigiu a organização mais sistematizada no Pará ocorreu em 1642, quando as tropas do extremo norte foram em socorro do Exército luso-brasileiro, a fim de combater os holandeses, que ocupavam Pernambuco desde 1632. Apesar da importante participação da tropa paraense nesse evento, não houve maior estruturação de um exército no Pará. A situação mudaria um pouco com a assinatura do Tratado de Madri em 1750. Este foi estabelecido no reinado do rei D. João V e determinou os limites da capitania do Grão-Pará com as colônias da França e da Espanha. Mas foi executado somente no governo de D. José I. A frente do processo de consumação do contrato estava Sebastião de Carvalho e Mello, então Ministro dos Negócios Estrangeiros.²⁵²

Nos setecentos, as fronteiras do Grão-Pará junto às colônias de França, Holanda, Inglaterra e Espanha ao norte foram a grande preocupação da Coroa Portuguesa. Mas os seus maiores temores vinham dos extensos limites com as terras espanholas e da pequena e conturbada fronteira com a Guiana Francesa. Para resolver os seus problemas com a Espanha e a França, Portugal firmou alguns tratados ao longo do século XVIII. Os principais tratados foram os de Utrech (1713), de Madri (1750), El Prado (1761) e Santo Ildefonso (1777). O último ratificou como limite entre Portugal e Espanha o rio Solimões com o rio Napo, a oeste, e o rio Yapouque, ao norte, com a Guiana Francesa.²⁵³ As medidas militares começaram pela construção de várias fortalezas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, para impedir ingleses, holandeses, franceses e espanhóis de entrarem pelos rios principais que eram o Madeira, Tocantins, Xingu e Tapajós, que davam acesso a Minas Gerais e ao Vice-Reino instalado no Rio de Janeiro.²⁵⁴ O Capitão-General Mendonça Furtado – que governou o Grão-Pará de 1751 a 1757 – foi responsável pela primeira tentativa de organizar o Exército na capitania. Ele trouxe tropas e oficiais de Portugal a fim de instruir os soldados na arte militar.

²⁵² Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 133 Sobre o Tratado de Madri ver: Demétrio Magnólio. “O Estado em busca de seu território”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijí, Fapesp, 2003. p. 287.

²⁵³ Sobre esses tratados ver: Arthur César Ferreira Reis. *A Expansão Portuguesa na Amazônia no século XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: SPEVA (Coleção Pedro Teixeira) 1959, p. 35-37; Henrique Peregalli. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986. p. 39-40.

²⁵⁴ Sobre o medo do Vice-Reino ser tomado através do rio Madeira ver: Peregalli. *Recrutamento...*

Em 1753, ele já comemorava a rígida disciplina implantada nas forças militares. Segundo Baena, não houve permanências nessas mudanças, uma vez que os oficiais responsáveis pelas alterações foram enviados à outras capitanias, como o Maranhão e o Mato Grosso.

As análises de Baena são procedentes. De fato, o Exército no Grão-Pará esteve sujeito antes à ação apenas esporádica do Estado Português, que pouco fazia pela organização efetiva de forças militares, pelo controle populacional e pela segurança de suas fronteiras; isso até meados de 1773, quando implantou medidas mais eficazes de institucionalização do Exército no Grão-Pará. Nesse ano, o governador João Pereira Caldas recebeu instruções para aplicar, no Estado do Grão-Pará, o regimento militar de 1763, criado pelo Conde de Lippe.²⁵⁵ As reformas militares implementadas pelo Conde ocorreram a fim de equacionar os problemas políticos de Portugal com a Espanha. Em 1763, o governo lusitano estava novamente envolvido em disputas de terras com o Estado castelhano. Terras do território luso foram invadidas pela Espanha, de quem Portugal foi adversária durante a Guerra dos Sete Anos (1757-1763). A guerra entre essas duas monarquias se estendeu às suas colônias, e Sacramento, o Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina foram tomadas pelos castelhanos.²⁵⁶

O Conde de Lippe foi contratado, em 1763, com o intuito de modernizar o Exército luso. A modernização passava pela adequação ao modo de guerra prussiano, que implicava tornar a tropa capaz de executar manobras precisas com o menor número de diretivas. Por isso, era necessário que os militares fizessem treinamentos exaustivamente, a fim de tornar as companhias mais rápidas e eficientes.²⁵⁷ Essas mudanças somente seriam efetivadas no Grão-Pará a partir de 1773, quando o Governador João Pereira Caldas recebeu ordens régias para

²⁵⁵ “O Conde Frederico de Schaumburg-Lippe, também citado em sua época como Guilherme de Bueckburg ou simplesmente como Conde de Lippe entre nós e em Portugal, nasceu em 24 de janeiro de 1724 em Londres e faleceu em 10 de setembro de 1777, em Bueckburg, sede governamental de seu pequeno condado autônomo ancestral alemão [...] Marechal-general do exército real português, General grão-mestre da artilharia do então ducado de Hanover, General-marechal de campo do exército britânico real, cavaleiro da Real Ordem de Águia Negra prussiana, conferida pelo não menos famoso Frederico, o Grande (1712-1786), foi um grande matemático e artilheiro e um dos destacados chefes e organizadores militares de seu tempo”. Adler Homero Fonseca Castro. “Forte Príncipe da Beira: aspectos militares”. In: Deocleciano Azanbujá (org.). *Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 7

²⁵⁶ A Guerra dos Sete Anos correu entre os países aliados a França e os aliados a Inglaterra. Ela foi “a guerra mais longa e mais onerosa jamais empreendida entre as potências européias e teve conseqüências duradouras para a forma de ser e o futuro do império nas Américas. O resultado dessa guerra foi uma mudança na balança de poder colonial. No tratado de Paz de Paris, em 1763, a França perdeu suas terras na Florida. Ambas as nações passaram a sonhar com a vingança em uma futura guerra. Seu desejo de recuperar as perdas sofridas na Guerra dos Sete Anos e de deter a expansão comercial e territorial inglesa encontrou uma oportunidade de se realizar quando as colônias inglesas da América do Norte se rebelaram em 1775/76 [...]”. Ver: Anthony Macfarlane. “Independências americanas na era das revoluções: Conexões, contextos, comparações”. In: Jurandir Malerba. *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 392.

²⁵⁷ Shirley Maria Silva Nogueira. “Esses Miseráveis Delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista”. In: Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.p. 92.

adequar as forças militares terrestres paraenses às reformas introduzidas pelo Conde de Lippe. Ainda em 1776, o Capitão-General dava instruções a várias vilas sobre a necessidade de treinar as tropas auxiliares, para que elas alcançassem “exatidão e uniformidade de manejo e de movimento”. Assim, o Exército luso-brasileiro foi revitalizado depois de 1773, apesar de Ladislau Monteiro Baena afirmar que ele se desestruturaria a partir de 1774 e somente em 1808 voltaria a ser organizado e disciplinado. Como se vê, essa idéia não se sustenta. Além disso, o último quartel do século XVIII foi conturbado por problemas nas fronteiras do Grão-Pará junto às “terras castelhanas” e a Guiana Francesa, forçando as autoridades metropolitanas a manter as tropas equipadas e em alerta.²⁵⁸

Anthony Macfarlene acredita que as independências americanas foram vinculadas e influenciadas pelas disputas entre as grandes potências européias no final do XVIII e início do XIX, principalmente entre a França e a Inglaterra, sendo que Portugal era aliado da Grã-Bretânia contra os Franceses, que contavam com o apoio da Espanha. As desavenças entre as duas grandes nações acirraram-se desde a segunda metade do século XVIII, com a Guerra dos Sete Anos. Para Macfarlene, havia uma vinculação entre as rebeliões coloniais e os conflitos entre as suas respectivas metrópoles. A participação de Portugal nas contendas entre Inglaterra e França levou os lusos a uma política diplomática de neutralidade, contando com o reforço das instituições militares, a fim de impedir possíveis ataques de seus inimigos. Assim, a ambigüidade de sua posição deveria ser mantida até o último momento - a aliança com os ingleses e o seu Exército modernizado.²⁵⁹

Na década de 1790, os portugueses estavam novamente no fogo cruzado dessas duas potências. A luta constante da França Revolucionária em impedir a hegemonia militar da Inglaterra provocou uma crise financeira naquele país, agravando as diferenças sociais já existentes na França, que culminaram na Revolução Francesa. Como não podia deixar de ser, as colônias da França, na América, foram as primeiras a seguirem o exemplo da metrópole e fazerem as suas próprias revoluções. Em São Domingos, a crítica ao Antigo Regime pela elite branca de Paris levou os *petit blanc* e os mulatos a exigirem também direitos políticos dos *grand blanc*. Essa divisão ocasionou insurreições de escravos, que convergiram para a independência do Haiti em 1804. Essa revolução encontrou eco entre as comunidades escravas do Caribe, Venezuela e Nova Granada. Além disso, o clima revolucionário

²⁵⁸ Nogueira. “Esses Miseráveis...”p. 93.

²⁵⁹ Fernando Novaes. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 32; Anthony Macfarlene. “Independências americanas...”p. 392.

internacional influenciou a contestação do domínio colonial em Minas Gerais (1789), Nova Granada (1794) e Venezuela (1797).²⁶⁰

A Revolução Francesa deixou em alerta todas as cabeças coroadas da Europa, que procuraram rapidamente desenvolver uma política de contra-revolução com a intenção de impedir a propagação de suas idéias para seus Estados e suas colônias. Novamente, os Capitães-Generais redobram o cuidado junto a seus limites com as colônias de Espanha e França. Assim, a partir de 1790, as autoridades metropolitanas refletiram essa política antifrancesa tanto em Portugal quanto em sua colônia americana. Francisco de Souza Coutinho foi o nome escolhido como governador (1790-1803) com a missão de evitar a entrada de idéias revolucionárias no Estado do Grão-Pará, principalmente via fronteira com a Guiana Francesa. Para isso, ele deu início a um outro forte processo de militarização, que ultrapassou o final do século XVIII, chegando as primeiras duas décadas do século XIX.²⁶¹

Entre os anos de 1793 e 1794, o Arsenal de Marinha de Belém acelerou a produção de embarcações de guerra. Mais de dois mil indígenas foram enviados para a construção de quatro fragatas, três charruas, três bergantins e doze chalupas artilhadas, para fortalecer a frotilha de guarda-costa. Em 1803, o Regimento de Infantaria de Extremoz foi enviado para o Pará, e a fronteira com a Guiana Francesa foi alvo de constante vigilância. Essas medidas visavam também a tomada de Caiena, que foi idealizada pelo governador Francisco de Souza Coutinho. Assim, em 1808, haviam estacionados, no Grão-Pará, sete regimentos de infantaria (a tropa regular de Belém, o de Macapá, o de Extremoz, de milícias da cidade, da Campinha e de Cametá). Além disso, havia as tropas de caçadores e pedestres situadas em Belém, denominadas de Macapá, do Marajó e de Cametá, e um regimento de artilharia.²⁶² Essa vigilância justificava-se com a possibilidade de que idéias de liberdade e as notícias de rebelião escrava chegassem aos cativos. Uma vez dentro da colônia, essas idéias poderiam atingir todo o estado. Assim, a libertação dos escravos em Caiena e o exemplo de Haiti levaram ao reforço da segurança, principalmente nas regiões onde havia grande concentração deles. Em Cametá (região de Melgaço), o capitão Hilário de Moraes Bittencourt, a pedido de Francisco de Souza Coutinho, recrutou uma guarda para manter a tranquilidade da vila e vigiar os cativos. Recomendava aos guardas:

²⁶⁰ Macfarlene. “Independências americanas...p. 393.

²⁶¹ Rosa E Acevedo Marin. “A Influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. In: José Carlos C. Cunha (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. (Belém, UFPA/UNAMAZ, 1992). (Série Cooperação Amazônica).

²⁶² Acevedo Marin. “A Influência da...p. 42-43; Arthur Cezar Ferreira Reis. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*, [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1953. (Cadernos de Cultura). p. 7- 9.

Recomenda-se, há muito, aos cabos das Patrulhas, aqui, quando andarem Rondando se escodão a dois ou três para poderem executar o que se diz, e quando oução alguma conversa de Negros que respire a sedição e más intenções, sejam logo apreendidos e recolhidos em ferros a cadeia, e depois se dará parte ao comandante da guarda, e esta mesma ordem se passará a todo o soldado que estiver de guarda, ainda mesmo dia, o que logo ouvindo algum Camarada as sobreditas conversações estando só, chamará um ou dois companheiros para testemunhar e fazer a prisão prescrita [...] ²⁶³

O segundo maior contingente de escravos do Pará estava em Cameté. Além disso, uma revolta de cativos nesta vila poderia alcançar dimensões indesejáveis, visto que Cameté era relativamente próxima de Belém – estava apenas a 45 léguas da *cidade do Pará* --, deixando as autoridades ainda mais alertas. Essa não era uma preocupação infundada, uma vez que havia, de fato, um contato entre os moradores de ambos os lados da fronteira. Segundo Rosa Acevedo, Locan e Salles discutiram a respeito da troca de informações entre escravos sobre o regime de trabalho no período da primeira abolição da escravidão na Guiana em 1792-1802. De acordo com Locan, em 1792, havia 18 escravos brasileiros no posto francês de Manaye na fronteira com o *Cabo Norte* (atual Macapá), escondidos no mocambo do Macani, que foi combatido intensamente pelas autoridades de Macapá. ²⁶⁴ Contudo, considerava-se que as fugas podiam ser controladas. Temiam-se mesmo as sublevações organizadas por estrangeiros com participação de *tapuios*, índios *não-descidos* e brancos pobres que, segundo as autoridades, não tinham nada a perder. ²⁶⁵

As idas e vindas de moradores e fugitivos na fronteira do Pará junto à Guiana Francesa eram antigas. O comércio clandestino entre franceses e indígenas foi uma preocupação constante das autoridades desde o início do século XVIII. Nos anos de 1721, 1723 e 1724, os lusos mandaram expedições para coibir esse comércio clandestino. Para Gomes, cativos -- de ambos os lados da fronteira -- fugiam também com ajuda de comerciantes. Em 1762, houve denúncias de alguns *pretos* que iam para Guiana Francesa. Antônio Oliveira Pantoja, morador de Cameté que viajava pelo “cabo norte”, soube de naufrágios de embarcações com fugitivos. Um índio lhe informou que se deparou com quatro escravos de um morador de Cameté. ²⁶⁶ A linha divisória entre as colônias desses países somente existia na cabeça das autoridades. Como bem define Brito:

²⁶³ APEP, Época Colonial (Doravante EC), Códice 512. Diversos com o Governo. Ofício de 16 de setembro de 1795.

²⁶⁴ Acevedo Marin. “A Influência da...p. 43-44.

²⁶⁵ Flávio dos Santos Gomes. “Fronteiras e Mocambos: protesto negro na Guiana Brasileira”. In: *Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.p. 230.

²⁶⁶ Ibidem, p.246

[...] refletir acerca da idéia de fronteira requer o cuidado de a considerarmos como múltiplas, ou seja, *fronteiras*, que não estão fixas no campo social que o elabora, porque esse mesmo social não é unívoco, mas composto por grupos variados com interesses também diferentes. No caso que estamos aventando, as fronteiras também são construções diversas dos sujeitos que habitam seus limites, povoam e contornam suas linhas imaginadas em traçados vários, antes de serem propriamente elaborações do poder político institucionalizado na cartografia espacial confeccionada pela governança da Província do Grão-Pará. Partindo desse debate, a intenção primeira é a de abordar as fronteiras como, e, sobretudo, fabricações enredadas nas variadas práticas políticas não-institucionais, desenhadas pelos sujeitos históricos no seu cotidiano de vida e de sobrevivência. Assim, os limites territoriais que definem um espaço deixam de ter aquele aspecto mais comum de linha imaginária traçada no limite do território para ganhar a riqueza da *territorialidade*, ou seja, das variadas produções a que esse mesmo território estava sujeito.²⁶⁷

As idéias de revolução e liberdade poderiam chegar a vilas - como Cameté - também pelas fronteiras do Grão-Pará com Goiás e Mato Grosso. Essas capitanias faziam fronteira com as regiões do Xingu, Tapajós, Melgaço e a comarca do Rio Negro. Deve-se lembrar também que em 1789 houve a Inconfidência Mineira, e o ideário liberal, discutido nesse movimento, provavelmente chegou ao Pará por meio de comerciantes, grupos indígenas, escravos fugidos e soldados desertores, que circulavam nessa região. As preocupações com a entrada de idéias revolucionárias se reforçariam com o início do processo de luta pela independência das colônias da América Espanhola. As monarquias ibéricas resistiram bem às investidas revolucionárias durante toda a década de 1790. O movimento de independência na América Latina somente teve início com a crise desses reinos, provocada pela expansão napoleônica iniciada em 1799. Entre 1807 e 1808, Napoleão destronou os reis das casas de Bragança e Burbons.

O movimento de independência na América Espanhola teve dois momentos. O primeiro ocorreu entre 1810 e 1815, quando muitas regiões livraram-se do poder da Espanha ao romper com a regência espanhola e com as cortes de Cádiz, criando governos autônomos. Entretanto, a volta de Fernando VII ao trono permitiu a retomada do controle das suas colônias. O segundo momento aconteceu entre os anos de 1820 e 1825, quando surgiram os primeiros países livres do jugo espanhol na América do Sul e Central. Em 1820, depois de um processo de luta, surgiu a República da Colômbia. Em 1821 foi a vez do México. Em 1824, os revolucionários peruanos, liderados por Simon Bolivar, decretaram independência do Peru.²⁶⁸ Os lusos demoraram mais a sentir o impacto desse acontecimento, visto que transferiram a

²⁶⁷ Adilson Ishihira Brito. "VIVA A LIBERTÉ:!" *cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*. Recife: UFPE 2008. 321p. Dissertação (Mestrado em História Social do Norte e Nordeste) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. p. 44.

²⁶⁸ Macfarlane. "Independências americanas...p. 387-388.

família real para sua colônia americana. O monarca espanhol não teve a mesma sorte e enfrentou desde cedo oposição de seus colonos em seus territórios na América.

Segundo Pedreira, o traslado da família real para o Brasil teve conseqüências ambíguas. De fato, ela impediu as tensões em torno tanto do sistema econômico (colonial) quanto de governo. Além disso, “as novas instituições e a proximidade ao centro político facultaram um espaço de promoção e reconhecimento às elites americanas, minorando a eventualidade das frustrações sociais adquirirem expressão política”.²⁶⁹ Por outro lado, a presença da corte no Rio de Janeiro gerou um ciclo de privilegiados que gravitavam em torno do rei, provocando descontentamentos naqueles que estavam à margem desse eixo de influência. As divergências acabaram provocando críticas, por parte dos desprivilegiados, à Monarquia e aos seus favorecidos. Todavia, a oposição à Coroa somente seria sentida com toda a força em 1819.²⁷⁰ A crítica à Monarquia se desenvolveu a despeito da tentativa da Coroa de impedir a entrada de idéias revolucionárias. Assim, o Príncipe Regente, no Rio de Janeiro, deu continuação à política contra-revolucionária iniciada na década de 1790. Por isso, as autoridades paraenses reforçaram a vigilância no porto, uma vez que por ele poderiam chegar livros, papéis e homens trazendo informações sobre o ideário liberal e sobre revoluções tanto na Europa quanto na América. Em 1808, pedia-se cuidado com estrangeiros, principalmente franceses e italianos. No mesmo ano, reforçava-se a solicitação para ter cautela com embarcações francesas. Em 07 de junho de 1810, os administradores do Grão-Pará enviaram alguns ofícios pedindo redobrados cuidados com navios americanos, uma vez que neles estavam “emissários de Bonaparte” que iriam espalhar “papéis incendiários” no Brasil. Em 04 de julho de 1811, os “emissários de Bonaparte” eram novamente alvo da preocupação dos administradores coloniais.²⁷¹

As autoridades do Grão-Pará sabiam que o controle das fronteiras internas e externas passava pelo cerceamento dos moradores, impedindo que eles se juntassem a elementos marginais, como soldados desertores, escravos e índios foragidos. A união desses indivíduos poderia ser ainda mais perigosa, se a eles chegassem as novas idéias revolucionárias de subversão da ordem. Brito escreve que das fronteiras poderiam se propagar informações variadas, mantendo as populações do Pará em contato freqüente com acontecimentos

²⁶⁹ Jorge Miguel Pedreira. “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: Jurandir Malerba (org). *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 84-85.

²⁷⁰ Pedreira. “Economia e política...p. 85.

²⁷¹ APEP, EC, Códice 642, Correspondência da Metrópole com o Governo. Ofícios de 10 de abril, 11 de maio, 23 de maio e 27 de junho de 1808; ofício de 25 de agosto de 1809; ofício de 26 de abril, 07 de junho e 4 de novembro de 1810; ofício de 28 de fevereiro e ofício de 04 de julho de 1811.

aparentemente capazes de mudar não somente a configuração política institucional, mas também a dinâmica social.²⁷²

Enfim, o envolvimento de Portugal nas disputas entre a França e a Inglaterra e o medo da divulgação do ideário liberal obrigou à Coroa lusa a fortalecer seus exércitos tanto na metrópole quanto no Brasil, pressionando, por meio de recrutamento, as populações de ambos os territórios, a fim de manter seus domínios. Por isso, a eficácia da política de controle da capitania, para impedir a entrada de idéias revolucionárias, passava pelo aumento do número de tropas não só nas fronteiras do Grão-Pará, como também no interior. Contudo, o Estado Português sabia que era quase impossível manter a disciplina nas unidades militares. Os próprios militares podiam ser agentes divulgadores do ideário liberal, uma vez que eles estavam em contato direto com os moradores de ambos os lados das fronteiras e de outras capitanias ou províncias. Aparentemente, no meio do caminho da política contra-revolucionária, algumas idéias ou o exemplo das revoltas na Europa e no Caribe influenciaram os militares, recrutados para proteger os interesses da Coroa. Em 1811, as tropas tentaram tomar o governo do Estado para resolver problemas internos gerados pela permanência em Caiena. Em 1821, eles interfeririam na política do Grão-Pará para alterar a forma de governo da capitania, pois o Exército e alguns membros da elite paraense conquistaram o poder executivo, rompendo com o Rio de Janeiro e com o rei, e aderiram ao Constitucionalismo Português.

A política militar e a constituição da tropa recrutada são fatos importantes para o entendimento da participação das tropas luso-brasileiros nas lutas políticas de 1821 a 1824. Comunga-se da idéia sobre o tema que aponta os problemas intrínsecos às fileiras do Exército à compreensão dos levantes. Têm-se normalmente tais sedições somente como fruto de idéias vindas de fora das tropas. Apesar de o ideário liberal de fato - conjugado a outras revoluções ao longo da América espanhola e do Caribe - ter influenciado os soldados e oficiais, essa análise ficaria incompleta sem se compreender que a política militar do governo português foi crucial a fim de determinar a participação dos soldados nas revoltas militares no período de intensas lutas pela emancipação do Brasil e no decorrer do período regencial. Assim, nesse capítulo, pretende-se também estudar as medidas governamentais para o Exército, durante o último quartel do século XVIII até 1824.²⁷³ O entendimento desse processo continuaria

²⁷² Brito. "VIVA A LIBERTÉ...p. 94

²⁷³ A data oficial da adesão do Pará à Independência, até hoje comemorada, é 15 de agosto de 1823. Essa data foi consagrada pela historiografia tradicional paraense sobre a Independência, ligada ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e Paraense, que procurou passar a idéia de que o consentimento à Independência do Brasil e o rompimento com Portugal foi consenso desde a proclamação da Independência no Rio de Janeiro, sendo

incompleto se não fosse revelado quem eram os recrutados, de que maneira viviam e como o recrutamento e o serviço nas tropas interferiram na vida desses indivíduos. Assim, tentar-se-á traçar o perfil dos militares. Far-se-á uma diferença entre os oficiais e os praças. Os primeiros eram divididos em oficiais inferiores (sargentos, furriel), subalternos (capitão, 1º e 2º tenente e alferes) e superiores (major, tenente-coronel e coronel), e os oficiais gerais (marechal, tenente-general, marechal e brigadeiro). Já os praças eram soldados, cabos e anspeçadas. Além disso, destacar-se-ão as mudanças na constituição destes dois grupos, entre o último quartel do século XVIII e início do XIX, visto que essa alteração foi também de grande importância para a transformação do comportamento dos militares frente ao Estado Português e a Regência.

3.1 Recrutamento e praças no século XVIII

A militarização do Pará podia ser percebida pela constância dos recrutamentos no último quartel do setecentos. Vários moradores – sem distinção de cor - foram recrutados. As tropas que formavam o Exército no Grão-Pará dividiam-se em três: ordenanças, auxiliares e regulares.

As ordenanças eram compostas por todos os homens com idade entre 20 a 60 anos e delas eram retirados os que *sentariam praça* nas tropas auxiliares e pagas e teve sua criação em 1580, representando, na segunda metade dos setecentos, a terceira reserva. Essas unidades conjuntamente com as auxiliares tinham a função de ajudar os contingentes regulares (também conhecidas como paga ou permanente). A força auxiliar era a segunda reserva. Para ela, eram convocados os homens casados, grandes proprietários de terras, comerciantes e outros. O Alvará de 1764 determinava que somente os solteiros e os considerados vadios deveriam servir nas tropas pagas, que era o Exército propriamente dito. O serviço nela era em tempo integral, mas se permitia que todos até capitão tivessem outra profissão.²⁷⁴ De acordo

impedida apenas por alguns portugueses. Assim, mediante ao consentimento de todos, deu-se pacificamente com a chegada de Jonh Grenfell, comandante em chefe de Lord Crocahne, na referida data. A idéia de que a Independência ocorreu ordeiramente, começou a ser contestada por conhecido trabalho de José Honório Rodrigues que rompeu com a historiografia vigente e apresentou uma nova abordagem, que colocava em evidência o caráter revolucionário da Independência. Segundo ele, “tudo concorreu para que a Independência só se realizasse com a guerra e pela guerra”. Levando em consideração as guerras ocorridas logo depois da assinatura da adesão, ele define o dia 24 de março de 1824, como o ano de “pacificação do Pará”. Nesse ano, foi assinado um acordo entre a Junta Provisória e os membros da elite participante das revoltas. Ver: José Honório Rodrigues. *Independência: revolução e contra-revolução (as forças armadas)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975. p. 21 e 35.

²⁷⁴ Shirley M. S. Nogueira. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*, Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do

com o referido Alvará, eram mantidos fora dos recrutamentos os trabalhadores de áreas econômicas e estratégicas para o Grão-Pará. Assim, ficaram à margem da leva forçada os filhos únicos dos lavradores e viúvas, os casados, que tivessem contraído matrimônio antes do alistamento, os feitores e administradores de fazendas, guarda-livros e um caixeiro negociante de cada casa de negócio, homens marítimos empregados na tripulação dos navios mercantes, cabos das canoas do comércio, mestres e aprendizes de ofícios mecânicos, estudantes e alunos matriculados em aulas públicas, e todos os empregados na administração pública civil e militares com exercício efetivo.²⁷⁵ Essas tropas estavam divididas racialmente. Em outras palavras, havia unidades de brancos, pardos, *pretos* e índios. Esta situação somente mudaria a partir de 1831, com a criação da Guarda Nacional.²⁷⁶

A intensificação do constrangimento para as três unidades a partir de 1773 tornou o Grão-Pará uma área militarizada em poucos anos. O já referido censo de 1778 permitiu criar um quadro sobre o contingente militar recrutado no Grão-Pará, naquele ano, ao longo das sub-regiões da capitania do Grão-Pará ou comarca de Belém. Como se vê abaixo, os percentuais apresentam um padrão elevado de homens incorporados ao Exército, visto que somente com as guerras napoleônicas ter-se-ia um percentual acima de 3% para o Exército na Europa, sendo que o recrutamento do Grão-Pará estava acima desta média em grande parte das regiões.²⁷⁷

Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia /NAEA, Belém, 2000. P. 42; APEP, “Alvará de 24 de fevereiro de 1764, dando nova forma ao recrutamento com a relação dos distritos aos diversos regimentos”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa* Lisboa: Maygrense, 1764, p. 84-90.

²⁷⁵ APEP, FSPP, Códice 754. Correspondência dos Diversos com o Governo do Pará. Ofício de 14 de março de 1823.

²⁷⁶ Graça Salgado (org). *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 110; Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília: Nacional, 1977, p. XX (Introdução).

²⁷⁷ Sobre os tipos de tropas existentes no Grão-Pará ver: Nogueira. “Esses Miseráveis...p. 87-109. Em relação à militarização, pode-se utilizar como parâmetro para determiná-la o número de homens em armas ou alistados em relação ao total da população dos Estados Modernos até 1789. Nessa data, o Estado mais militarizado era o prussiano que somente possuía 2,0% de sua população (9 milhões) no Exército, mas mesmo para ele esse número deve ser relativizado, pois a Prússia mantinha metade de sua força militar terrestre com mercenários. Os outros Estados europeus, como a própria França, que tinha apenas 1,6% recrutados de uma população de 24 milhões; a Rússia, apenas 1,1% dos 35 milhões de seus habitantes. Somente depois da Revolução Francesa, os números dos exércitos ampliariam, mas, mesmo nessa época, os únicos países que chegariam a mais de 3% dos seus moradores engajados eram a Prússia (6,0%) e a França revolucionária (4,6%). Esses contingentes – antes da Revolução Francesa - encontram-se abaixo dos percentuais do Estado do Grão-Pará para 1778, ano do censo analisado, que era de 3,0% em relação à população total. Se levarmos em consideração os números de cada região, a militarização fica mais evidente. Esses percentuais tendem a aumentar, no Grão-Pará, com a declaração de Guerra a França em 1792 (ver tabela 28, na outra página) Ver: Albert Nofi. “A Napoleons’s art of war”. In: *Strategy and Tacitics Magazine*, jul-aug, 1979, n. 75. p.5-6.

TABELA 27:
PERCENTUAIS DOS HOMENS RECRUTADOS NAS DIFERENTES REGIÕES DO GRÃO-PARÁ
1778

REGIÕES DO GRÃO-PARÁ	TOTAL DA POPULAÇÃO	TOTAL DE MILITARES	MILITARES NA POP. TOTAL (%)
R. de Belém	18841	810	4,30
R. de Melgaço	7657	393	5,13
Costa Oriental	3013	39	1,29
Costa Senterional	2083	42	2,02
Região de São Miguel do Guamá ao Gurupá	2028	26	1,28
R. do Marajó	2016	87	4,32
R. do Xingú	1103	39	3,54
R. de Santarém	802	8	1,00
<i>Total das Regiões</i>	37543	1444	3,85

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânias do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

O maior número de homens em armas está na região de Belém, mas a região de Melgaço apareceu percentualmente como a mais militarizada, seguida das regiões do Marajó e Belém, como mostra a tabela 27. A região de Santarém, já no médio Amazonas, era a que possuía o menor número de militares. Provavelmente, a dispersão da população deve ter contribuído para o reduzido quadro de soldados nessa região, mas, aparentemente, essa não é a lógica dos recrutamentos em algumas áreas como Melgaço (5,13%) e Marajó (4,32%), visto que o percentual de indivíduos nas tropas era maior do que o de Belém (4,30%), apesar de terem uma população bem inferior.

Uma explicação possível para Melgaço ser a região com maior percentual de homens em armas é a forte presença de escravos nessa área e a quantidade expressiva de homens adultos sem ofício em Cametá, sendo esses preferidos pelos recrutadores. Uma justificativa para a região do Marajó estar apenas atrás de Melgaço no “ranke” de militarização é a sua posição estratégica e o número expressivo de índios e escravos na Ilha. Assim, por estar localizada junto às ilhas de Caviana e Mexiana, nas proximidades da Guiana Francesa, os portugueses temiam que ocorresse uma invasão ao Grão-Pará pelos franceses por essas áreas. Além disso, a transformação dos indígenas - principal alvo do projeto de civilização do Estado português - em soldados tinha como um dos seus objetivos discipliná-los, adequando seus comportamentos aos da sociedade portuguesa. Esses homens disciplinados teriam como função vigiar os escravos. Mas houve o fracasso dessa política, e os escravos e índios da ilha tornaram-se aliados, como veremos. A região do Xingu aparece com o segundo menor número de habitantes, mas como a quarta mais militarizada, ficando a frente de regiões mais

povoadas, como a Costa Oriental e a Costa Sententrional. Nela existiam apenas 174 homens adultos, dos quais apenas 39 eram militares, num total de 22,4%. Nessa região, também havia um número expressivo de índios que precisavam ser “civilizados”.

Apesar de aparecer apenas como a quinta mais militarizada, a Costa Setentrional possuía um alto índice de homens em armas. Nela foram registrados 168 homens adultos livres, a despeito da população ser de 2.083 indivíduos. Todavia, 49 eram militares, revelando um número elevado de homens em armas, num total de 29%. Provavelmente o restante devia estar incluído nas exceções do recrutamento, de acordo com o citado Alvará de 1764, ou podiam ter fugido para as matas, evitando o recrutamento. Mas, talvez, o número de militares na Costa Sententrional fosse bem maior, uma vez que para lá eram enviados recrutas de Melgaço, do Marajó e do Xingu. Possivelmente esse efetivo militar não entrou na contagem dos cabeças de família, já que estavam lá por uma temporada. Os recrutamentos iniciados pelo governador Franciso de Souza Coutinho atingiram vários povoados no início da década de 1790; a meta era aumentar o número de homens enviados para a Costa Setentrional, a fim de proteger a fronteira. De Cametá, Hilário Moares Bittencourt mandou várias levadas de soldados para compor as tropas de 1ª linha em Macapá, além de alguns corpos auxiliares. Em 05 de setembro de 1795, ele enviou sete companhias com um total de 106 soldados. Três dias depois, foram remetidas outras sete com 111 soldados.

O mapa das tropas da cidade de Belém e seus subúrbios, Rio Guamá e Ourém (região de São Miguel do Guamá ao Gurupí), Abaité, Capim, Acará, Moju, Igarapé-Miri (região de Belém), Vigia (Costa Oriental) e seus arredores e Cametá (região de Megaço) juntamente com seus distritos, apresenta 1.822 indivíduos recrutados em 1795.

TABELA 28:
HOMENS RECRUTADOS PARA COMPOR AS TROPAS DE
BELÉM E VILAS DO PARÁ DE 1795

CIDADES E VILAS DO GRÃO-PARÁ	COMPANHIAS	RECRUTAS
Belém e seus subúrbios	5	628
Rio Guamá e Ourém	1	149
Capim	1	95
Acará	1	114
Mojú	1	189
Igarapé-Miri	1	131
Abaite	1	106
Vigia e seus distritos	3	285
Cametá e seus distritos	2	273
<i>Total</i>	13	1822

Fontes: APEP, EC, Códice 512, Diversos com o Governo.

Não há dados sobre a população dessas localidades em 1795 para se estimar o impacto desses recrutamentos sobre os moradores, mas há o número dos habitantes de Belém no ano de 1793 o que nos permite ter um cálculo. Nesse ano, havia uma população masculina livre de 2.707 indivíduos, dos quais 1.620 estavam em idade militar. Esse número deve ter se mantido ou alterado pouca coisa no ano de 1795, uma vez que não houve nenhuma grande imigração para Belém e nenhuma epidemia em dois anos, que pudesse justificar uma alteração significativa na população da cidade do Pará. Assim, o contingente recrutado atingiu quase 38,64% da população masculina de Belém.²⁷⁸ Havia sempre transtornos, quando ocorriam os recrutamentos. No Pará, a resistência a leva forçada foram constantes. Na segunda metade do XVIII, Mendonça Furtado comentava com seu irmão, o Marquês de Pombal, sobre o horror que os moradores tinham em ser soldados. Segundo ele, eles preferiam fazer qualquer serviço mecânico a *sentar praça*.²⁷⁹ Em 1794, quando os alistamentos começaram em Cametá, muitos homens fugiam com mulheres e parentes para os matos e mocambos localizados próximos àquela vila. Eles contavam com a ajuda de padres, familiares, vizinhos e grandes *potentados locais*. A maioria dos moradores odiava o trabalho no Exército, principalmente nas tropas de 1ª linha, cujo serviço implicava o patrulhamento das fronteiras; também os atrasos constante dos soldos, a privação de alimentos, os castigos físicos, e os serviços em

²⁷⁸ IHGB, Coleção Manuel Barata, Pará, 1766-1804 – lata 285, pasta 3, mapas estatísticos de carga, gêneros exportados, despesas com estabelecimento da Colônia do Rio Madeira e navegação para o Mato Grosso, de movimento do porto do Pará, e dos habitantes da cidade do Pará, em 31/1/1793.

²⁷⁹ Marcos Carneiro de Mendonça. *Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 3v.

lugares inóspitos e insalubres contribuíram para essa ojeriza.²⁸⁰ Nelson Werneck Sodré escreve sobre a preferência dos mais ricos pelas tropas auxiliares e de ordenanças, posto que o serviço nessas unidades não era diário. Em 1778, o censo de todas as povoações da capitania do Pará acusa a forte presença de homens mais ricos nas auxiliares. Mesmo esse serviço irregular em uma região de fronteiras não era bem visto, devido aos constantes exercícios militares e os socorros às tropas pagas nas fronteiras e fortalezas da região diante da iminente ameaça espanhola e francesa a partir da segunda metade do século XVIII.²⁸¹

De forma apropriada, Farias Mendes defende a idéia de que a resistência e o ocultamento dos recrutas eram sustentados por variados atores sociais, uma vez que o recrutamento afetava as relações de trabalho e autoridade. De fato, os alistamentos, feitos por recrutadores a mando do Capitão-General, retiravam aleatoriamente indivíduos de seus meios de trabalhos, sem levar em conta os grandes senhores locais, que ficavam sem sua mão-de-obra, e acabavam dando abrigo aos alistados. Contudo, a legislação procurava, como dito acima, deixar de fora da tropa de 1ª linha os homens “úteis”, preferindo, para ela, os considerados “vadios” e “criminosos”. Essa era a maneira encontrada pelas autoridades para não provocar uma crise de abastecimento, de oferta de serviços por sapateiros, alfaiates, ourives e outros nas cidades e vilas, além de contornar os atritos com os senhores locais.²⁸² Apesar da tentativa de conciliar o aumento do efetivo militar com o trabalho nas lavouras e nas oficinas, a necessidade de homens para controlar a população local paraense e a fronteira, no último quartel do século XVIII, levou até mesmo as auxiliares para lugares distantes, deixando milhares de soldados e oficiais inferiores longe de suas lavouras e suas famílias.

A imagem de um Exército colonial formado por soldados de origem rural é bem compatível com os indivíduos que estavam nas tropas da capitania do Grão-Pará e Rio Negro no século XVIII. Mais uma vez utilizamos o censo de 1778 e outro Mapa das Povoações da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro de 1778, para fazermos esta afirmação. No censo de 1778, analisaram-se somente os praças cabeças de família da capitania do Grão-Pará, mantendo-se a divisão por região, mas algumas vilas de determinadas regiões aparecem e desaparecem da análise, uma vez que não havia dados sobre profissão, cor ou renda em todas as localidades para soldados, cabos e ansepeçadas.

²⁸⁰ Sobre a difícil condição do soldado em regiões de fronteira ver: Peregalli. *Recrutamento...*; Shirley Maria Silva Nogueira. *Razões para desertar...*p.79-87.

²⁸¹ Nelson Werneck Sodré. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

²⁸² Fábio Farias Mendes. “Encargos, privilégios e direito: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 115.

As localidades analisadas continuam a ser: Bujaru, Capim, Abaetetuba, Moju, Vila de Beja, Igarapé-Miri, Conde e Belém (região de Belém), Porto Salvo, Penha Longa, Cintra, Vila Nova de El Rei, Vigia, Odivelas (Costa Oriental), Ourém (São Miguel do Guamá ao Gurupí) e Cameté (Melgaço). Foram estudados 1.040 chefes de família, sendo que os praças correspondiam a 850 deles. Procurou-se também separar as tropas pagas das auxiliares, quando possível. As companhias de 1ª linha localizavam-se em Belém, Cintra e Ourém. Já a 2ª linha existia em todas as vilas e na cidade. Para o Rio Negro, utilizou-se o Mapa Geral de Todos os Habitantes das Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro, também de 1778, levando em conta o número populacional e os homens em idade militar. Todavia, ao contrário do censo de 1778 da capitania do Grão-Pará, esse mapa é apenas o resumo da contagem da população.²⁸³

Serviam nas forças auxiliares brancos, índios, *pretos* e *cafuzos*, homens casados, grandes proprietários, comerciantes, que representavam a segunda reserva. As tropas permanentes ou pagas estavam compostas por pequenos proprietários, trabalhadores sem profissão definida e indivíduos sem terra, considerados vadios. Todos estes deveriam ser solteiros no ato do alistamento. Nos corpos de ordenanças permaneciam os homens acima de 40 anos e casados.

Nas companhias auxiliares da região de Belém (tabela 29), a maioria dos praças exercia a função de lavrador. Nas vilas de Beja, Conde, e Bujaru o número de lavradores era o predominante, eles eram 12 dos 14 cabeças de famílias soldados dessas localidades. O maior contingente das companhias de 2ª linha localizava-se em Abaetetuba e Igarapé-Miri e na cidade de Belém. Os não-oficiais eram 55, 38 e 200 indivíduos respectivamente. Em Abaetetuba, 46 destes militares eram lavradores e eram 34 dos alistados em Igarapé-Miri. Apesar de Belém ser mais urbana, os lavradores (21) formavam a segunda maior categoria de trabalhadores dentre os praças recrutados. Deve-se recordar que Belém possuía áreas de produção agrícola desde o início da sua colonização, ampliadas durante o governo pombalino. O restante estava distribuído entre carpinteiros (24), sapateiros (15), mercadores (7), alfaiates (10), taberneiros (8), barbeiros (5), ourives (4), pintores (2), marceneiros (2) e outros (28). Além de haver um número significativo de homens sem profissão declarada (75).²⁸⁴

²⁸³ O recenseamento de 1778 foi construído a partir da contagem de todos os cabeças de famílias, *assoldados*, agregados e parentes (homens e mulheres) existentes nas 62 vilas do Grão-Pará, incluindo a cidade de Belém, com suas duas freguesias: Santana e Sé. Devem-se relativizar os números do censo de 1778, pois o recenseador, apesar de ter computado o número dos agregados e assoldados para soma total dos moradores, não fez uma descrição mais detalhada deles, impossibilitando uma análise mais pormenorizada dos moradores. Talvez o recenseamento dos agregados e *assoldados* levasse a uma visão mais completa dos contingentes populacionais da capitania.

²⁸⁴ Segundo Nadia Farage, a partir do século XVIII, o trabalho passou a ser visto como uma forma de obtenção de lucro para uma sociedade capitalista em formação na Europa. O trabalho compulsório foi uma forma do

TABELA 29:
OFÍCIO DOS PRAÇAS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DA TROPA AUXILIAR DE
BELÉM

OFÍCIOS	SOLDADO	CABO	TOTAL
Administrador	-	2	2
Alfaiate	8	2	10
Armeiro	2	-	2
Barbeiro	5	-	5
Boticário	1	-	1
Cabeleireiro	1	-	1
Cabo da canoa	1	-	1
Calafate	1	-	1
Caldereiro	1	-	1
Carpinteiro	23	1	24
Cirurgião	2	-	2
Desconhecido	73	2	75
Dizimeiro	1	-	1
Escrivão	3	-	3
Escultor	1	-	1
Ferreiro	2	-	2
Lavrador	21	-	21
Marceneiro	1	1	2
Meirinho	1	-	1
Mercador	7	-	7
Negociante	5	-	5
ourives	3	1	4
Pasteleiro	-	1	1
Pedreiro	1	-	1
Pintor	2	-	2
Procurador dos auditores	1	-	1
Sapateiro	14	1	15
Taberneiro	8	-	8
Tesoureiro dos ausentes	1	-	1
<i>Total</i>	190	11	201

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânicas do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Como se vê na tabela 30, entre os 156 praças da 1ª linha de Belém, havia 23 cabos e sete anspeçadas e 126 soldados, que eram sapateiros (11), carpinteiros (1), alfaiates (8), ourives (1), marceneiro e (1) carreiro, mas a maioria do contingente de soldados não possuía profissão declarada (133). Na cidade, a classificação ocupacional desses soldados não

capital mercantil maximizar os seus lucros. Para tanto, brancos pobres, *livres de cor*, índios e africanos foram os alvos prediletos das autoridades a fim de garantir lucro. Por exemplo, ela comenta que medidas tomadas para obrigar os índios a trabalharem não eram diferentes dos métodos utilizados pelos ingleses para ajustarem a mão-de-obra dos artesões à disciplina do trabalho na produção manufatureira analisada por E. P. Thompson. Assim sendo, o trabalho tinha uma importância fundamental para a acumulação de capital pela metrópole, por isso a lei de recrutamento definia os úteis ao Estado como aqueles que exerciam suas funções cotidianamente, quem as não os fazia eram considerados vadios, sem ocupação, sem profissão, e deveria ser induzido a trabalhar diariamente, como os indígenas. Nadia Farage. *As muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e Colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.p. 47.

continha trabalhadores rurais, possivelmente porque as autoridades tentavam protegê-los, deixando-os fora das tropas regulares. Os lavradores eram recrutados, normalmente, às auxiliares.

TABELA 30:
OFÍCIO DOS PRAÇAS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DA TROPA PAGA DE BELÉM

OFÍCIO	SOLDADO	CABO	ANSPEÇADA	TOTAL
Alfaiate	6	1	1	8
Carpinteiro	1	-	-	1
Carreiro	-	1	-	1
Marceneiro	-	1	-	1
Ourives	1	-	-	1
Sapateiro	10	1	0	11
Desconhecido	108	19	6	133
<i>Total</i>	126	23	7	156

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânicas do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Na Costa Oriental, a profissão mais comum também era a de lavrador, excetuando os militares das localidades de Penha Longa, onde o único militar exercia a função de senhor de engenho, e Porto Salvo, que possuía também apenas um membro da tropa auxiliar, mas sem profissão definida pelo recenseador. Na Vila de Cintra, os dois únicos soldados da tropa paga eram lavradores. Na vila Nova de El Rei, o único cabo era produtor rural. Em Odivelas e Vigia, metade dos alistados vivia do que produziam em seus sítios.²⁸⁵

Na região de Melgaço, como se observa na tabela 31, a concentração expressiva de praças estava em Cametá. Nela havia 332 cabeças de família militares, dos quais 306 eram praças, totalizando 92% chefes de domicílios. Apesar de ser uma região de forte presença de lavradores - devido à grande localização de engenhos e fazendas nessa área -, quase não há trabalhadores rurais nas companhias auxiliares existentes nas vilas. Vê-se apenas carpinteiros (20), sapateiros (09), ferreiros (8), alfaiates (5), canoieiros (3), caldeiros (2), caboceiro (1), pedreiros (2), tecelões (2), pintores (2), tabelião (1), carreiro (1), escrivão (1), lavrador (1) e procurador (1). Os sem qualificação profissional declarada somam 247 indivíduos.

²⁸⁵ IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das dos índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânicas do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

TABELA 31:
OFÍCIO DOS PRAÇAS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DA TROPA
AUXILIAR DE CAMETÁ

OFÍCIO	CABO DE ESQUADRA	SOLDADO	TOTAL GERAL
Alfaiate	2	3	5
Caboceiro		1	1
Caldereiro		2	2
Canoeiro	1	2	3
Carpinteiro	1	19	20
Carreiro		1	1
desconhecido	6	241	247
Escrivão		1	1
Ferreiro		8	8
Lavrador		1	1
Pedreiro		2	2
Pintor	1	1	2
Procurador		1	1
Sapateiro		9	9
Tabelião		1	1
Tecelão		2	2
<i>Total geral</i>	11	295	306

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Provavelmente, os lavradores eram deixados fora das tropas, mesmo sendo a 2ª linha, pois havia significativo número de homens com profissão indefinida; as autoridades preferiram dar utilidade aos considerados vadios. Possivelmente, muitos desses homens tinham profissões, mas como elas não eram cotidianas, eram arrolados como “sem profissão declarada”, no item do recenseador, o que os deixava aptos aos recrutamentos. Outros tantos poderiam ser desafetos da elite local de Cametá e enviados para uma das forças do Exército como castigo. Contudo, pode-se também compreender essa ausência dos lavradores das tropas auxiliares, como um exemplo de força dos senhores de engenho e fazendeiros dessa área, para impedir a retirada de braços da lavoura.

Como lembra Mendes, havia uma relação de proteção entre senhores e seus clientes. Em um jogo de barganha com os administradores da Coroa, de modo que os *potentados locais* não queriam manter apenas sua mão-de-obra: procuravam garantir seu poder diante das autoridades, de seus filhos, agregados e demais moradores, mesmo em um período de maior centralização do poder empreendido pelo governo pombalino.²⁸⁶

Em Cametá, o Mestre-de-Campo João de Moraes Bittencourt era responsável pelo recrutamento e exercícios dos soldados e, como quase todo grande proprietário, diante do

²⁸⁶ Mendes. “Encargos, privilégios...p. 115-116.

recrutamento, tentava proteger seus agregados e seus clientes de maneira geral, pedindo a isenção deles do serviço nas tropas. Em 1775, ele se comunicava com o governo da capitania para pedir a dispensa dos exercícios militares obrigatórios nos domingos para os moradores do lugar de Baião, uma vez que ficariam impossibilitados pelas “fortes correntezas”, provocando uma viagem cansativa de três dias até a vila de Cameté.²⁸⁷ O Mestre-de-Campo João de Moraes Bittencourt não utilizava somente meios legais para impedir o recrutamento de sua clientela. Em correspondência ao Governador do Estado do Grão-Pará, o diretor de Baião -- lugar sob jurisdição de Cameta -- denunciou a prisão de seu filho Antônio Carlos pelo referido oficial. Segundo ele, a prisão não tinha justificativa e acusava João de Mores Bittencourt de ter rivalidades com ele. O motivo da contenda era o “mulato ou cafuzo” Alexandre, protegido de Moraes Bittencourt. Alexandre, segundo o diretor, cometia roubos em Baião. Para impedi-lo, o administrador tentava sempre prender Alexandre ou conseguir o recrutamento dele, mas este se vangloriava de não ser soldado, e nem seus filhos tornarem-se praças pagos, pois contava com a proteção do oficial auxiliar, que usava de sua influência junto ao ouvidor, e impedia sempre a prisão de Alexandre. Assim, para punir o dirigente e proteger seu cliente, o Mestre-de-Campo mandara prender Antônio Carlos. Essa era uma clara demonstração de força de João de Moraes Bittencourt, que provavelmente tentava subordinar o mentor de Baião às ordens dele, e mostrar seu poder aos seus dependentes desta vila.²⁸⁸

Na região de São Miguel ao Gurupí, onde também houve um forte incentivo à agricultura durante o período colonial, os cabeças de famílias - soldados e cabos de tropas auxiliares e regulares - eram na sua maioria lavradores. Nas tropas das vilas de Ourém e Bragança, apesar de serem pouco militarizadas, os praças existentes trabalhavam em lavouras. Em Bragança, dos oito recrutados para a 2ª linha, metade deles trabalhava no campo, e o restante foi classificado como senhor de engenho. Em Ourém, havia nove militares alistados nas tropas regulares, dos quais seis eram agricultores. Nesses locais, onde eles eram levados para o serviço na tropa paga, a justificativa pode estar relacionada com a ausência de indivíduos considerados desocupados e a necessidade de companhias regulares nas fronteiras. Todavia, deve-se esclarecer que camponeses e seus filhos não estavam isentos do serviço na 1ª linha, apenas preferiam-se os “vadios” para elas, como uma forma de preservar atividades consideradas produtivas. Mas, em ocasiões de guerra iminente,

²⁸⁷ Alanna Souto Cardoso. *Família de elite: os Moraes Bittencourt e a economia agrária em Cameté Setecentista (1750-1790)*. Belém: UFPA, 2005. 63 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém. 2005. p. 45; 47.

²⁸⁸ APEP, EC, Códice 354. Ofício de 1780.

esquecia-se dessa convenção e alistavam-se todos os aptos e, algumas vezes, os isentos.²⁸⁹ Na Costa Setentrional, também havia uma forte presença de lavradores colonos oriundos dos Açores, que foram assentados em Macapá, Mazagão e Vila Vistosa, lugares criados para atender o projeto agrícola e geopolítico do governo pombalino para o Grão-Pará. Estes dois projetos revelaram-se incompatíveis, provocando o abandono das roças para o serviço nas tropas. Possivelmente estes colonos foram os constantes soldados fugidos daquela área.²⁹⁰

A forte presença de índios na capitania do Rio Negro certamente implicou na intensa presença deles nas tropas. Uma análise da população adulta masculina das vilas de Tabatinga, São José do Javari, São Joaquim, Barra do Rio Negro, vila de Éga, Rio Branco, Barcelos, Marabitanas e São Gabriel, sugere uma presença maior de índios em idade militar em relação aos brancos nos anos de 1778. Nesse ano, a população do Rio Negro era de 11.234, e havia 9.575 índios, que representavam 85, 23% dos habitantes, como se vê no Gráfico 1:²⁹¹

²⁸⁹ IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das dos índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.Mendes. “Encargos, privilégios... p. 117

²⁹⁰ Rosa Elizabeth Acevedo Marin. “Agricultura no Delta do Rio Amazonas: colonos produtores e alimentos em Macapá no período colonial”. In: *A escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 53-92.

²⁹¹ AHU, Mapa de Todos os Habitantes do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Pará, caixa 39, janeiro, 1778.

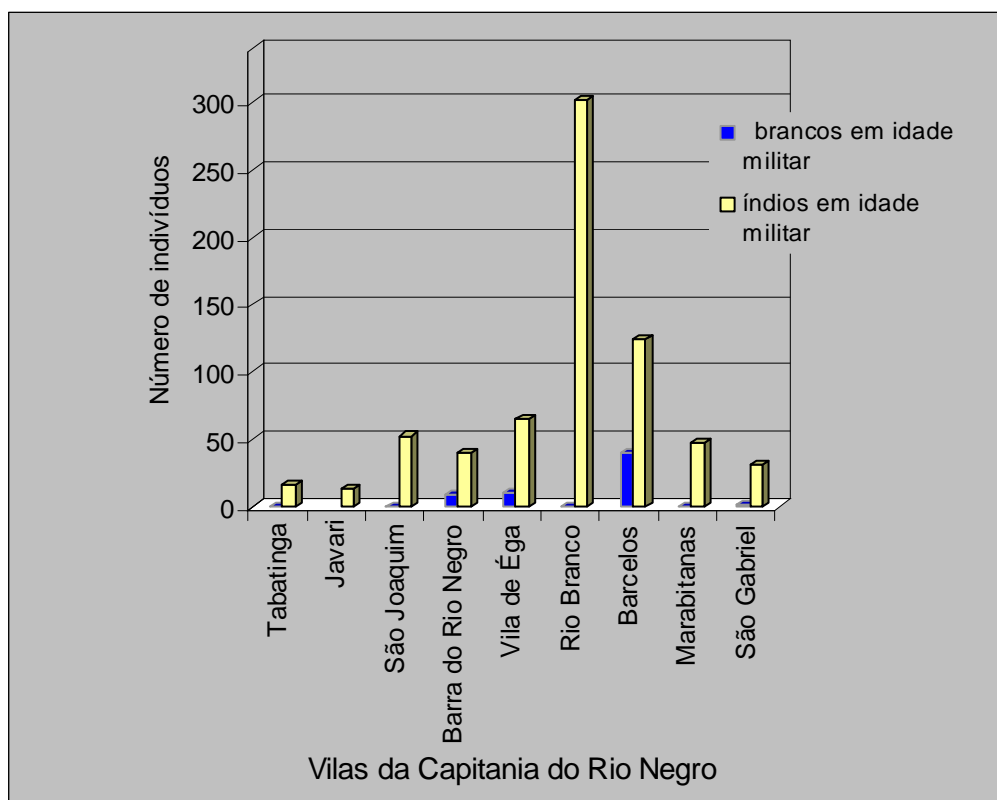


Gráfico 1: Homens em Idade Militar da Capitania do Rio Negro de 1778
 Fonte: AHU, Mapa Geral de Todos os Habitantes das Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro, Pará, caixa 39, janeiro, 1778.

Não se pode descartar a possibilidade de esses soldados indígenas serem na sua maioria lavradores, uma vez que eles já plantavam antes mesmo da chegada dos missionários carmelitas na capitania do Rio Negro. Essa inclinação agrícola foi incentivada durante o governo pombalino e mantida durante o governo de D. Maria I e o regente D. João, por meio de seu ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que continuou a política de desenvolver a agricultura no Grão-Pará. Aliás, o Conde acreditava que a agropecuária era mais conveniente para o Brasil.²⁹²

Quanto à *qualidade* desses indivíduos, de acordo com o censo de 1778, havia um número maior de brancos entre os praças também nas tropas auxiliares (182), seguidos pelos *mamelucos* (46). Os índios seriam apenas o terceiro maior grupo de homens na 2ª linha da região. Nas tropas pagas não há diferença, uma vez que os considerados brancos continuavam a predominar, correspondendo a 191 dos 207 existentes em Belém, Cintra e Ourém. Nelas não há a presença de indígenas e os *mamelucos* permaneceram como segundo grupo de recrutados. Assim, tem-se a impressão que, na região de Belém, os homens brancos e

²⁹² Pedreira. “Economia e política...p.74.

mamelucos completavam as auxiliares e as regulares expressivamente. De fato, foi nessa região que, primeiramente, os colonos portugueses se concentraram e fundaram a capital da capitania. Além disso, não se deve deixar de levar em conta todo o preconceito dos administradores coloniais quanto aos outros grupos.

Os índios não estavam descartados do efetivo militar, apesar de estarem “invisíveis” no recenseamento de 1778. Provavelmente, a descrição da cor dos agregados e trabalhadores diaristas pudesse mudar esse quadro, revelando um maior número deles nessas companhias. A outra possibilidade para essa baixa frequência de indígenas na 1ª e 2ª linha seria a preferência das autoridades por ter homens brancos. Normalmente, engajavam-se os brancos nas tropas pagas devido à desconfiança existente sobre a fidelidade dos não-brancos aos colonos e administradores, por isso eles também estavam presentes nas auxiliares.²⁹³ Assim, possivelmente os indígenas, normalmente, eram recrutados às ordenanças e excluídos até mesmo das auxiliares no Grão-Pará. A presença deles foi ratificada na terceira reserva, já que a Lei de 12 de maio de 1798 determinou que os indígenas deveriam servir preferencialmente nas tropas ligeiras ou ordenanças.

TABELA 32:
COR DOS PRAÇAS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DAS TROPAS AUXILIARES DA REGIÃO DE
BELÉM DE 1778

TROPA AUXILIAR	QUALIDADES						
	Praças	Branco	Índio	cafuzo	Mameluco	Mulato	Total Global
Belém	182	-	1	8	-	-	190
Vila de Conde	-	-	-	-	-	2	2
Vila de Beja	-	6	-	6	-	-	12
Bujaru	-	1	-	-	-	-	1
Igarapé-Miri	2	1	2	-	-	-	5
Abaetetuba	38	3	1	9	-	-	51
Moju	20	18	8	23	2	-	71
Total	242	29	12	46	4	-	333

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

²⁹³ Segundo Mendes: “Durante todo o período colonial, ao menos teoricamente, o recrutamento da tropa de linha estava restrito aos brancos e eventualmente aos pardos”. Mendes. “Encargos, privilégios...p. 117. No Pará, há apenas uma pequena diferença, eventualmente preferiam-se brancos e *mamelucos* para as tropas de 1ª linha até início do século XIX.

TABELA 33:
COR DOS PRAÇAS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DA TROPA PAGA DO GRÃO-PARÁ DE 1778

TROPA PAGA	QUALIDADES					Total Global
	Praças	Branco	Cafuzo	Mameluco	Mulato	
Belém	191	1	9	1	-	202
Ourém	-	-	-	2	-	2
Cintra	3	-	-	-	-	3
Total	194	1	9	3	-	207

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias, que a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânicas do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Nas regiões de Melgaço e Costa Oriental, os soldados e cabos continuam a ser considerados brancos pelo recenseador. Em Cametá, vila com o maior número de soldados cabeças de família da região de Melgaço, havia 224 praças denominados brancos dos 317 existentes, seguidos, novamente, pelos *mamelucos* (53), os indígenas somavam apenas 18, *cafuzos* e mulatos eram apenas dois. Na costa oriental, em Vigia e Vila Nova de El Rey, não havia índios nas companhias auxiliares, apenas mulatos e brancos. Na região de São Miguel do Guamá ao Gurupí, em Ourém, não há registro de indígenas nas companhias auxiliares, apenas dois mulatos, como se vê na tabela abaixo. Reiterando, os indígenas deviam estar entre os agregados e nas tropas de ordenanças, que possivelmente existiam nessas localidades, uma vez que todos eram registrados primeiramente nas ordenanças e, depois, distribuídos entre a 1^a e 2^a linha.

TABELA 34:
COR DOS PRAÇAS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DAS TROPAS AUXILIARES DA COSTA ORIENTAL, NAS REGIÕES DE MELGAÇO E DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ AO GURUPÍ

TROPA AUXILIAR	QUALIDADES						Total Global
	Praças	Branco	Índio	Cafuzo	Mameluco	Mulato	
Ourém	-	-	-	-	2	-	2
Vila Nova de El Rei	2	-	-	-	-	-	2
Vigia	4	-	-	-	-	-	4
Cametá	224	18	1	53	10	11	317
Total	230	18	1	53	12	11	314

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânicas do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Aparentemente, a preferência por *mamelucos* e brancos para as tropas auxiliares de Cametá continuou ao longo do século XVIII. Em 1793, quando ocorreu o recrutamento para garantir que não houvesse quaisquer distúrbios de escravos, provocados por “idéias de

liberdade” vindas da Guiana Francesa – explicado acima - o capitão da tropa auxiliar de Cameté Hilário de Moraes Bittencourt, em uma primeira leva de recrutados, alistou 16 brancos e quatro *mamelucos*, como se observa na tabela 35 abaixo. Provavelmente, a predileção por eles não se restringiu a esses 20 homens, visto que, entre 1793 e 1795, foram constrangidos para as companhias militares mais de 200 homens em Cameté, como se viu acima.

TABELA 35:
PRAÇAS DA TROPA AUXILIAR DE CAMETÁ DE 1793

NOME	IDADE	QUALIDADES
João Teheodoro	30	Branco
João Raimundo	19	Branco
José Cazemiro	14	Mameluco
Luciano dos Santos	28	Mameluco
Manoel de Carvalho	22	Branco
Antônio Braga	20	Branco
Theodoro Gomes	20	Mameluco
Pedro Alexandrino	25	Branco
Felipe da Costa da Fonseca	22	Branco
Manoel da Costa da Fonseca	19	Branco
Bento José Gomes	14	Branco
Manoel Garcia	16	Branco
Hilário de Braga	20	Branco
Manoel Severo	16	Branco
José	22	Branco
Manoel Antônio dos Reis	20	Branco
José Maria do Rosário	19	Sem informação
Ancelmo de Carvalho	20	Sem informação
Manoel do Nascimento	20	Sem informação
Francisco Pereira	17	Sem informação
José Joaquim	25	Sem informação
Inácio de Souza	20	Sem informação
Francisco Antonio	25	Sem informação
Manoel Moreira	24	Sem informação
Felipe Gomes de Carvalho	18	Sem informação
Felipe José	19	Sem informação
José da Silva	20	Mameluco
Thomas de Aquino	20	Branco
João Róis	20	Branco
João dos Santos	21	Branco

Fonte: APEP, EC, Códice 512. Correspondência de Diversos com o Governo

Como já dissemos, apesar de haver realmente uma preferência por brancos e *mamelucos* nas tropas, a quantidade inexpressiva de índios no censo de 1778 deve ser olhada com desconfiança, uma vez que nem nos antigos aldeamentos indígenas transformados em vilas (Odivelas, Penha Longa, Vila Nova de El Rey, Cintra e Porto Salvo), o recenseador os colocou como membros das tropas. Não se deve esquecer que a mão-de-obra indígena era o principal contingente populacional do Pará, como se mostrou no primeiro capítulo, e deviam

ser cabeças de família, posto que eles tornaram-se também proprietários de terra com a criação do Diretório. Assim, deveriam estar no censo como chefes de famílias e, provavelmente, como membros das ordenanças.²⁹⁴

A presença de mulatos e *cafuzos* era quase inexistente. *Pretos* e crioulos não estavam entre os recrutados para a 1ª linha, até as guerras de independência no Brasil e, no Pará, até a Guerra de Caiena. Kraay escreve que, ao contrário das impressões deixadas pelos historiadores norte-americanos, as fileiras das companhias regulares não eram dominadas por *homens livres de cor* ou afro-brasileiros, havendo uma clara preferência por brancos. Somente o pequeno número de brancos levava as autoridades admitirem pardos, que dificilmente passavam de soldados, e deixava-se de fora os *pretos*.²⁹⁵

No Pará, a formação da 1ª linha não era diferente, deve-se apenas acrescentar que nem os índios faziam parte das regulares, visto que eram formadas, muitas vezes, por brancos e *mamelucos*. Diferentemente de outros lugares do Brasil, no Grão-Pará, nem pardos, *pretos* libertos e índios eram tão comuns nas auxiliares no século XVIII. Por exemplo, em Salvador, existia, já no XVIII, um regimento de infantaria auxiliar de pardos e outro de *pretos* libertos. No Pará, somente em 1799, o governador Francisco de Souza Coutinho recomendou a formação de companhias de ordenança com *pretos* libertos.²⁹⁶

Quanto à categoria sócio-econômica, a nossa amostra abrangeu somente a cidade de Belém, a região de Melgaço, a região de São Miguel do Guamá ao Gurupí e a Costa Oriental. Ressaltando que nas duas primeiras regiões está o maior contingente militar do Pará em 1778, por isso a amostragem é significativa. Assim, na cidade de Belém, os soldados “pobres”²⁹⁷ eram 355 praças (auxiliares e pagos), 37 no grupo intermediário (remediados) entre os

²⁹⁴ Sobre as vilas e aldeamentos indígenas ver: Cecília Maria Chaves Brito. “Índios das Corporações: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII”. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.p. 125

²⁹⁵ Hendrik Kraay *Race, State, And Armed Forces In Independence Era Brazil: Bahia, 1790-1840*. Stanford/California: Stanford University, 2002. p. 76-77.

²⁹⁶ APEP, EC, Códice 625. Ofício de 01 de Janeiro de 1799 apud Anaíza Vergolino-Henry; Arthur Napoleão Figueredo. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990. p. 193.

²⁹⁷ Os conceitos de rico, pobre e remediado foram elaborados por Euda Veloso a partir do recenseamento de 1778, que já foi analisado no primeiro capítulo. Os homens ricos possuíam cargos administrativos, patentes militares, terras e adquiriram geralmente um número acima de 10 escravos e eram brancos. Em nosso trabalho resolvemos incluir entre os ricos, os segundo mais ricos, os quais Veloso não conseguiu perceber grandes diferenças. Os pobres eram geralmente sapateiros, canoieiros, carpinteiros, serralheiros, entalhadores, ouvires, alfaiates, barbeiros, marceneiros, negociantes e lavradores. O número de proprietários de escravos entre eles era pequeno - possuíam em média de 0 a 3 cativos, utilizando o trabalho familiar em seus afazeres. Os remediados eram plantadores médios de cacau e cana, mas, diferentemente do grupo anterior, trabalhavam geralmente com a plantação de mandioca e arroz e possuíam de 0 a 10 escravos. Ver: Euda Cristina Alencar Veloso. “Estruturas de apropriação de Riqueza em Belém do Grão-Pará através do Recenseamento de 1778”. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 8-28.

“pobres” e “ricos”, três eram “ricos”, e sobre 122 deles não existia informação. Existiam somente 10 cabos, sendo cinco considerados pobres, três ricos e dois sem renda declarada. Ainda na região de Belém, em Bujaru, havia um único cabo considerado pobre. Em Beja e Conde todos os soldados eram pobres. Em Abaetetuba, Igarapé-Miri e Moju 45, 19 e 63 soldados “pobres” respectivamente, além de 25 cabos “remediados”.

Na Costa Oriental, as únicas vilas com praças que possuíam rendas declaradas eram Cintra e Penha Longa. Em Cintra, encontravam-se dois soldados pobres. Em Penha Longa havia um cabo remediado. Na região de Melgaço, Cametá apresentava 204 soldados pobres, 62 entre eles eram remediados, oito eram ricos e 21 ficaram desconhecidos, como se observa na tabela 36.

TABELA 36:
CATEGORIA SÓCIO-ECONÔMICA DOS PRAÇAS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DAS TROPAS AUXILIARES E PAGAS DAS REGIÕES DE BELÉM E MELGAÇO E DA COSTA ORIENTAL DE 1778.

LOCALIDADE /RENDA	SOLDADO				CABO			Total
	Pobre	Remediado	Rico	S/informação	Pobre	Remediado	S/informação	
Belém	183	37	3	122	5	3	2	355
Bujaru	-	-	-	-	-	1	-	1
Conde	2	-	-	-	-	-	-	2
Beja	9	-	-	-	-	-	-	9
Abaetetuba	45	8	-	-	-	-	-	53
Igarapé-Miri	19	14	-	-	-	-	-	33
Moju	63	3	1	-	-	-	-	67
Cintra	2	-	-	-	-	-	-	2
Penha Longa	-	1	-	-	-	-	-	1
Cametá	204	62	8	21				295
Total Geral	527	125	12	143	5	4	2	818

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Ao contrário do que diz o cronista Baena, os soldados paraenses não eram obedientes e dóceis. Eles desenvolveram diversas estratégias para se livrarem do serviço militar, visto que era incompatível com a situação social desses indivíduos, os quais eram na sua maioria pobres e lavradores. Em outras palavras, os recrutados possuíam pouco ou nenhum escravo, contando, geralmente, apenas com seus familiares para o trabalho na lavoura. Além disso, o deslocamento para outras localidades implicava no rompimento das suas relações familiares (não raro foram os casos de soldados desertores buscando refazer seus laços familiares). No Pará, o rompimento desses laços e o abandono de seu meio de sobrevivência foram o principais motivos de deserção nas forças.²⁹⁸ Certamente houve quem escapasse para buscar

²⁹⁸ Nogueira. “Esses Miseráveis....p. 89.

riquezas na região das Minas Gerais ou na fronteira do Grão-Pará com o Maranhão, ou quem simplesmente arribasse para outro lado dos limites do extremo norte do Brasil com as colônias da França, Espanha, Inglaterra, Holanda e desaparecesse.

Desde meados do século XVIII que desertores e escravos fugiam do Pará por Cametá, descendo o Tocantins até Goiás. Muitos soldados se dirigiam para Goiás em busca de ouro. Nessa área, havia pouca incidência militar, deixando aquela fronteira aberta. Assim, tanto os moradores do Pará podiam passar para Goiás, quanto os dessa capitania podiam fazer o caminho inverso.

Brito escreve sobre o comércio de moradores de Três Barras, Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás e Paracatu, no polígono do ouro em Goiás, com os mocambos de Alcobaça, nas cabeceiras do rio Itapucú em Cametá, e o mocambo de Caxiú. Para lá, desertores e índios, principalmente os Curijós, levavam o fruto de seus roubos e seus produtos.²⁹⁹ O mocambo de Alcobaça teve longa duração, e era para lá que os recrutados de Cametá fugiam em 1794. Durante todo o seu período de existência, o quilombo foi refúgio de desertores, escravos fugidos e criminosos.

O caminho para o Maranhão era outra rota possível de fuga de soldados. Desde 1765, há notícias de fugas de desertores nessa direção pela estrada de Ourém. Os soldados fugidos sabiam que seus perseguidores não podiam atravessar a fronteira invadindo o Maranhão. Até as autoridades maranhenses serem avisadas, eles poderiam se refugiar em meio à população daquela capitania. Além disso, era possível se esconder no mocambo do rio Siri-Toro, localizado nos limites entre os dois estados. Nesse quilombo, havia pretos fugidos e índios, que haviam desenvolvido roças de mandioca com as quais se sustentavam. Provavelmente comercializam com negociantes e moradores locais e contavam, também, com a proteção dos indígenas de Porto Grande, vila próxima ao mocambo.³⁰⁰

Muitos homens recrutados enviados para fronteiras desertavam às colônias dos países inimigos de Portugal. Para os desertores, o território vizinho era o ambiente ideal para eles, uma vez que podiam contar com o apoio das autoridades locais para obter proteção, mesmo existindo um tratado assinado entre as nações européias que determinava a devolução dos desertores para seus países de origem. No século XVIII, muitos militares usaram desse expediente. Em 1775, um soldado desertor espanhol a serviço na Guiana Francesa fugiu para Macapá e deu informações sobre as pretensões dos franceses construírem um forte no território Brasileiro. No mesmo ano, os evadidos do Exército Aleixo Antônio, José Gonçalves

²⁹⁹ Ibidem, p.72; Brito. "VIVA A LIBERTÉ:..."pp.86-88.

³⁰⁰ Nogueira. *Razões para desertar...*p. 71-74.

e José Antônio de Moura abandonaram a fortaleza de Marabitanas, no Rio Negro, rumando para o Peru.³⁰¹

Os soldados fugidos montaram uma rede de proteção para se manter longe das tropas, contando com sua forte conexão com a sociedade civil. Em outras palavras, tiveram a ajuda de índios, escravos, negociantes e familiares, buscando reassumir o controle de suas vidas desestruturadas pelos recrutamentos.

3.2 A Oficialidade no século XVIII: antiguidade e fidelidade ao Rei

As duas obras mais conhecidas sobre o oficialato pertencem a Adriana Barreto de Souza e John Schulz. Souza escreve que os critérios para a composição dos oficiais do Exército luso-brasileiro no Brasil foram estabelecidos pelo Alvará de 1757 e pela lei de 1820. O Alvará de 16 de março de 1757 determinava que fossem reconhecidos cadetes aqueles que tivessem quatro avós com notória nobreza.³⁰² Para ela, afirmação feita por “Bloch de que o Exército real dos recentes Estados nacionais encontrava-se dividido entre um oficialato recrutado na nobreza e um corpo de soldados integrados por camponeses é perfeitamente adequada para abordar tanto o Exército português do século XVIII quanto o brasileiro do início dos oitocentos”.³⁰³

Seguindo um caminho de análise um pouco diferente de Souza, John Schulz escreveu sobre as promoções militares na segunda metade do século XIX. De acordo com suas pesquisas, somente pode-se se falar em profissionalismo no Exército a partir de 1850, quando as promoções passaram a ser concedidas por meio do mérito e antiguidade. Até essa data, existiam dois tipos de oficiais: os membros da elite e aqueles que não pertenciam a ela. Estes últimos passavam a sua vida toda nos postos subalternos, como se pode verificar pelo grande número de tenentes reformados em 1850. Enquanto isso, os membros da elite atingiam os altos postos em poucos anos. Os generais da ativa, em 1855, obtiveram os cargos de major com apenas 28 anos. Essa situação apenas mudaria depois da reforma de 1850. A partir desse

³⁰¹ APEP EC, Códice 148, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 1775.

³⁰² APEP, EC, Códice 643, Alvarás, Cartas Régias e Decisões.

³⁰³ Adriana Barreto de Souza. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 49.

momento, os generais, existentes no Exército em 1895, atingiram o cargo de major apenas aos 39 anos.³⁰⁴

Hendrik Kraay apresenta uma versão diferente de Souza e Schulz para a composição do oficialato e sua profissionalização. Ele mostra que, já durante o período colonial, o oficialato formava uma categoria profissional. Segundo Kraay, os sociólogos definem profissão como:

[...] ocupações que requerem o domínio sobre determinado conjunto de conhecimento e algum compromisso moral por parte de seus praticantes. Além disso, os membros de uma profissão geralmente desfrutam de privilégios que lhes permitem regulamentarem-se e algumas vezes proporcionarem credenciais a novos integrantes em seu campo [...].³⁰⁵

Dentro dessa perspectiva, o oficialato seria uma profissão. Além disso, Kraay discorda da idéia de que os oficiais seriam membros de castas de famílias, visto que eram formados por cadetes e respeitavam somente critério de hereditariedade. Para ele, essa constatação é fruto da análise de um grupo pequeno e facilmente identificável, como dos oficiais-generais que têm suas fés de ofício – registro de toda a carreira militar do soldado, além de conter dados pessoais sobre ele, como o número de filhos, estado civil e a conduta deles fora da força - publicadas em biografias disponíveis em livros sobre o tema, como os trabalhos utilizados por John Schulz e o de Adriana Barreto de Souza. Segundo ele, a generalização, a partir dos oficiais mais bem sucedidos, é um erro. Para fugir desse engano, ele avaliou todos os graduados a partir de alferes ou segundo tenente. Esse método impede a vinculação somente a uma pequena nobreza e permite a introdução deles ao meio social mais amplo da colônia e sua estrutura de grupo. Todavia, ele comunga com a idéia de Schulz quanto à promoção mais rápida dos membros do grupo dominante em detrimento daqueles que entravam como soldados nas tropas até pelo menos 1820.³⁰⁶

Nossas pesquisas sobre a oficialidade do último quartel do XVIII também não condizem com a imagem de um Exército colonial constituído por um quadro de oficiais formados por castas familiares. Essa imagem não está de acordo com a política militar da segunda metade do século XVIII, e nem com os critérios de promoções presente nas *cartas-patentes* e nas fés de ofício como dos oficiais do Exército luso-brasileiro. Na segunda metade do século XVIII, D. José I, por meio do Marquês de Pombal, tentou criar um exército

³⁰⁴ John Schulz. *O Exército na política: origem da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 29.

³⁰⁵ Kraay. *Race, State, And...* p. 33.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 37-38.

moderno. Para isso mudou a política militar para sua força militar terrestre que antes distribuía os postos militares, pautado apenas nas origens dos indivíduos.

As guerras eram vencidas por homens conhecedores de tática e estratégia de Guerra. Não havia mais espaço nos exércitos para oficiais leigos que iam ao campo de batalha desfilar seus uniformes. Assim, requisitava-se a promoção por mérito, em um sentido liberal. Em outras palavras, a capacidade individual deveria ser o critério utilizado para o preenchimento dos cargos de comando do Exército. Essa capacidade era demonstrada por meio da aplicação do indivíduo na arte da guerra, que implicava horas de estudo, treinamento e experiência.³⁰⁷

Essas mudanças foram possíveis devido à hegemonia da arma de fogo e das idéias ilustradas. O aparecimento da arma de fogo havia possibilitado o surgimento de um exército constituído por homens comuns, uma vez que qualquer pessoa treinada poderia usar um mosquete, ou um canhão, ou aplicar a estratégia correta para se vencer o inimigo. Assim, a guerra moderna caminhava no sentido contrário às monarquias clássicas, que defendiam as desigualdades dos homens em virtude do nascimento.³⁰⁸ As influências das idéias ilustradas no governo pombalino possivelmente contribuíram para se fazer a reforma necessária no Exército português. Apesar de o Marquês não ser adepto da linha revolucionária liberal ligada a Rousseau, era defensor do absolutismo ilustrado e de uma nobreza submissa ao rei. Assim, ele teve de conciliar a evolução da técnica militar, que igualava os indivíduos, com uma ordem social onde os valores nobiliárquicos estabeleciam a função e os limites de cada indivíduo na sociedade. Assim, a saída encontrada foi tornar a nobreza conhecedora da arte militar.³⁰⁹

A forte política de subjugação da nobreza, empreendida no governo de Pombal, facilitou as alterações no sistema de promoções, mas ele não excluiu a nobreza do quadro de seu Exército, reservando aos nobres uma entrada privilegiada nas tropas, por meio do Alvará de 1757. Eles passavam a engajar com o título de cadete. Segundo Souza, o cadete era “um título militar concedido aos jovens que detivessem o foro de moço fidalgo da Casa Real ou que fossem filhos de oficiais militares, ou ainda, que provassem nobreza notória por parte dos pais e quatro avós”.³¹⁰ Esse Alvará possuía a função de conter os excessos dos jovens nobres que faziam arruaças nas ruas de Portugal. Acreditava-se que, com a entrada deles no Exército,

³⁰⁷ Luiz Palacin. “Técnica Militar e Sociedades de Ordens: Um estudo sobre as Guerras do Nordeste no Século XVII”, In: *Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás*. Vol. n. 1, (Julho-Dez, 1981). p. 116.

³⁰⁸ Palacin. “Técnica Militar...p.116-117.

³⁰⁹ Francisco José Calazans Falcon. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática. 1982.p. 192.

³¹⁰ Souza. *O Exército na consolidação do Império...p. 48*

isso inibiria os vícios da juventude, tornando-os obedientes. Além disso, a medida real configurava a solidariedade entre rei e nobreza, uma vez que era garantido a ela o acesso aos postos de comando dessa força.³¹¹

Na colônia, a postura de Pombal com a nobreza e os homens de posse não foi diferente. Ele sabia que, para a defesa do Brasil, precisava contar com as populações da própria colônia. Mesmo para os ajustes financeiros, necessários para elevar a economia portuguesa que estava em dificuldade; ele procurou obter a colaboração de agentes locais, a fim de evitar “hostilizar as populações”.³¹² Um exemplo foi a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão em 1755, erguida com objetivo de captar receitas para o Estado por meio do monopólio comercial. Segundo Vicente Salles, ela “aglutinou os interesses dos mais ricos proprietários do Pará”,³¹³ que investiram seus capitais e conseguiram ampliá-los com os negócios feitos por ela. A incorporação de membros da elite paraense à Companhia garantiu ao rei alguns súditos fiéis devedores de favores. Assim, a política pombalina esteve voltada para manter a solidariedade com a elite colonial, contando com o apoio dela para seus projetos.

Uma das características do governo pombalino foi ampliar o número de nobres. Nela ele incluiu o grupo dos comerciantes (mercadores). Essa dilatação era uma forma de cooptação de homens de posse para ajudar nas finanças do Estado português e a valorização das atividades mercantilistas. No Pará, o direito à nobreza foi concedido a eles por meio do alvará de 1755, que determinava:

[...] que o comércio [...] não somente não prejudicará a nobreza das pessoas que se dedicarem a ele, mas ao contrário, será um meio para adquirir nobreza, a fim de que todos os membros da companhia sejam qualificados para receber os hábitos das ordens militares, sem uma dispensa mecânica, e para que seus filhos também sejam incluídos do Desembargo do Paço [...].³¹⁴

Apesar de Pombal, de fato, não ter, em nenhum momento, posto fim à presença de homens de nobreza entre os oficiais, ele teve de incluir nesse quadro homens de outros grupos e com conhecimento militar. Como já foi dito, o Exército português precisava se adequar à guerra moderna, para frear as investidas de seus adversários durante e depois da Guerra dos Sete Anos. A única saída para o Marquês foi contratar o Conde de Lippe para modernizar as forças terrestres lusas, provocando grandes alterações no sistema de promoções, já que existia

³¹¹ Ibidem, pp. 48-49.

³¹² Pedreira. “Economia e política...p. 75.

³¹³ Vicente Salles. *O Negro no Pará*. 2ª ed. Belém: FCPTN, 1988.

³¹⁴ Nogueira. *Razões para desertar...*p.125

a necessidade de haver homens realmente com conhecimento das táticas e estratégias de guerras modernas, para Portugal conseguir vencer seus inimigos externos.³¹⁵

A reforma militar empreendida por ele, em 1764, garantiu um acesso maior a patentes militares, uma vez que os critérios para obtenção de postos passou a ser a antiguidade em detrimento do “mérito”. Esse “mérito” não estava ligado à capacidade individual defendida pelos liberais. Ele estava associado à origem, à influência e à prestação de serviço. Essa também era uma medida para subjugar a nobreza, visto que qualquer pessoa com treino e disciplina poderia adquirir um cargo de oficial inferior e subalterno do Exército, rompendo com a tradição iniciada na Idade Média de serem os altos escalões dessa força ocupados pela nobreza. Tais princípios permaneceram, no Grão-Pará, até a década de 90 do século XVIII, como se pode ver nas análises das *cartas-patentes*.³¹⁶

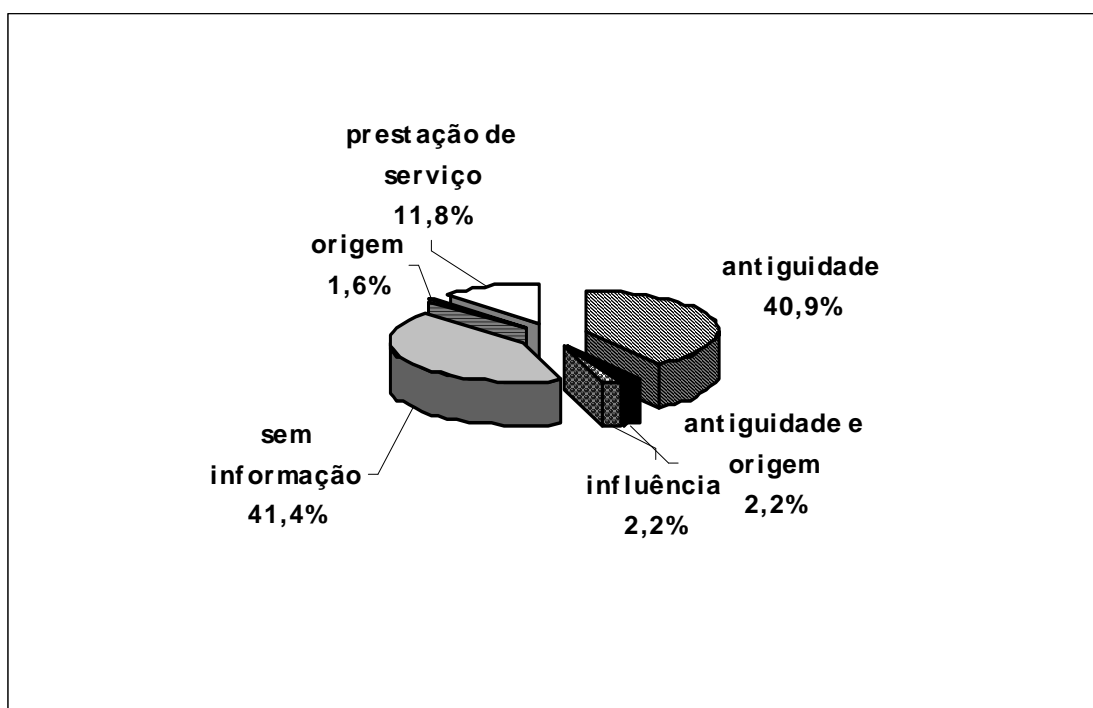


Gráfico 2: Motivos das Promoções dos Militares das Tropas do Grão-Pará 1780-1794
Fonte: APEP, EC, Códice 368, Provisões, Patentes e Nomeações.

Apesar de haver um número considerável de *cartas-patentes* concedidas sem informação (41,4%), essa porcentagem não diminui a importância do critério antiguidade para a obtenção de postos dentro das tropas. De qualquer forma, 40,5% de promoções por antiguidade é bem significativo. A origem e a influência perfazem 15% das *cartas-patentes*

³¹⁵ Castro, “Forte Príncipe da Beira...p. 17

³¹⁶ Nogueira. *Razões para desertar...*p. 14-23.

distribuídas. A despeito da importância desses critérios, eles não eram mais determinantes na escolha dos oficiais às tropas, passando a antiguidade a ser o atributo mais importante.

As fés de ofício dos oficiais também permitem ver a promoção ligada aos anos de serviço nas tropas. Em 1815, a Junta Provisória pedia a promoção do capitão da 2ª companhia do 1º regimento de 2ª linha da capital, Antônio Fernandes Côrrea, para o posto de Tenente-Coronel do 1º Regimento das auxiliares por merecimento, pelos seus anos de trabalho à Coroa. Ele *sentou praça* aos dezesseis anos e serviu quase 42 anos. Participou do serviço ativo da tropa paga não só em Belém, mas também no Rio Negro, na fortaleza de Santarém, de Macapá e atuou na campanha da conquista de Caiena.³¹⁷ Caso semelhante era o de Geraldo José de Abreu, recomendado para o posto de Mestre-de-Campo (Coronel) da tropa ligeira de Gurupá, que *sentara praça* de soldado em 1783 e havia passado pelos postos de porta-bandeira, capitão e Tenente-Coronel. O capitão Manoel Pereira de Souza também era agraciado com a promoção para Mestre-de-Campo da quarta companhia de cavalaria da Ilha Grande de Joanes por ter vinte anos de praça.

A antiguidade lhes garantia não somente obtenção de patentes, mas suas reformas em condições honrosas. Em 1814, houve uma reforma de 27 oficiais de milícia, dos quais 25 deles *sentaram praça* na segunda metade do século XVIII. Suas fés de ofício apontam para o longo tempo de serviço nas tropas. Deles, 12 tinham mais de 60 anos e em média serviram 34 anos nas fileiras do Exército; 6 estavam na casa dos 50 anos e em média passaram 34,6 anos como militares; quatro já haviam utrapassado a casa dos 40 e eles estiveram em média 17,5 anos nas fileiras dessa força. Não consta a idade dos cinco restante, mas eles possuíam em média 26 anos de serviço.³¹⁸

A justificativa à aposentadoria desses militares também relacionava-se à antiguidade. Alguns deles haviam servido tanto nos corpos de 1ª linha quanto de 2ª. Esse foi o caso do capitão Christovão Manoel de Souza Castilho Feio, com 48 anos de serviços. Destes 48 anos, ele passou 18 anos nas unidades de linha e 20 anos nas auxiliares. Pedia-se também a reforma do capitão Antônio Xavier Alves, que permaneceu 14 anos na 1ª linha e 25 na 2ª linha. Recomendava-se a aposentadoria do ajudante Antônio Carlos Fonseca por este padecer de “chagas crônicas em uma perna”. Ele estava com 57 anos e passara 43 anos de sua vida no Exército, servindo cinco anos nas fileiras das regulares e 38 anos na 2ª linha. Suplicava-se o mesmo benefício ao capitão Manoel de Souza Alvarés, com 62 anos de idade, que trabalhou dois anos na 1ª linha e 39 em milícias.

³¹⁷ APEP, EC, Códice 668. Correspondência do Governo com Diversos. Ofício de 24 de janeiro de 1815.

³¹⁸ APEP, EC, Códice 668, Correspondência do Governo com Diversos. Ofício de 11 de maio de 1814.

Em outro pedido de reforma de oficiais das auxiliares, feito pela Junta à Coroa, aparece o nome do Sargento-Mor Manoel da Costa Vidal, de 69 anos. Tal reforma propunha a aposentadoria dele como Tenente-Coronel, vencendo soldo correspondente. Ele serviu 51 anos, passou dez anos nas tropas de linha, onde permaneceu até obter o posto de Alferes. Depois, esteve por mais de 41 anos na 2ª linha, na qual atingiu o cargo de Sargento-Mor. Segundo os membros da Junta, ele

Veio de Portugal e foi sempre encarregado de diligências arriscadas e trabalhosas de q(u)e deu a mais ampla satisfação: tem servido com honra, gosto e o maior desinteresse, o q(u)e é bem constante nesta capitania, sendo por isso q(u)e o propomos a V(ossa) A(alteza) R(eal) com aumento gradual de posto e soldo competentes³¹⁹

Dando continuidade ao pedido de reforma dos oficiais, a Junta também solicitou a aposentadoria de José de Sá Barreto, que *sentou praça*, ainda no século XVIII, como soldado no primeiro regimento de 1ª linha “e nos mais postos até alferes”, do qual passou a capitão em 1797. Além disso, o desempenho dos militares contribuía para benefícios adquiridos por eles. Além do tempo de serviço, Barreto era um soldado exemplar, havia participado de várias diligências em diversos locais da capitania, cumprindo “cabalmente aquilo de que o encarregaram”.³²⁰ Kraay também aponta a importância da antiguidade como critério para se conseguir postos militares nas tropas da Bahia do período colonial. Para ele, ser oficial do Exército exigia certa habilidade e conhecimento para ser incorporado ao grupo dos oficiais. Segundo ele, essa aptidão era dada pelos estudos, ou pela experiência (antiguidade) nas fileiras do Exército. Esses conhecimentos estavam acima do tempo de serviço para oficiais da artilharia, onde um pouco de conhecimento de matemática e geometria eram imprescindíveis.³²¹ A lei decretada por D. Maria I, em 1789, cobrava dos coronéis que não fosse permitido a incorporação na artilharia de oficiais inferiores sem capacidade para ocupar o cargo. Eles deveriam ser indicados pelo capitão da tropa, mas os anos de serviço e o mérito não deveriam ter preferência sobre as habilidades deles para com as armas da artilharia. Por isso, os recomendados deveriam ser examinados por uma comissão de três avaliadores.³²²

Apesar das outras armas não requererem tanto conhecimento, a educação dos oficiais da infantaria e da cavalaria não era menos sistemática. Havia necessidade de ter noção de tática. Essas noções poderiam ser adquiridas em livros e por meio da experiência em anos nas

³¹⁹ Idem

³²⁰ Idem

³²¹ Kraay. *Race, State, And...* p. 35-36.

³²² APEP, Circular aos Gerais das Províncias, “participando a Resolução de 20 de março do provimento dos Postos Inferiores da Artilharia”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maygrense, 1828, Tomo III, p. 548-549.

fileiras do Exército. A falta da obrigatoriedade de estudos na infantaria tornava a antiguidade mais proeminente para o preenchimento dos cargos de oficiais.³²³

O mérito continuava a existir principalmente para os cargos de oficiais gerais. Em dezembro de 1792, a rainha determinou que os coronéis das tropas somente teriam acesso ao cargo de general por merecimento. A lei estabelecia que:

[...] seria impraticável, e uma patente ruína da disciplina das Minhas tropas que a mera antiguidade dos Coronéis lhes [possibilitassem] por via de regra, uma acesso ao Emprego de General: Sou outrossim servida estabelecer, que a procedência não servirá de título algum para o futuro aqueles Coronéis, que aspirem a honra de semelhante postos, os quais serão unicamente por Mim conferidos em premio de merecimento mais distinto [...]³²⁴

Para evitar promoções que fugiam ao critério de antiguidade, os oficiais acompanhavam a carreira um do outro. Quando havia a promoção de um oficial moderno em detrimento de um com mais tempo de serviço, denúncias eram feitas aos comandantes superiores, pedindo a correção da injustiça.

As *cartas-patentes* de 1780 a 1794 também nos ajudam a romper com a idéia de que a oficialidade era formada apenas por castas familiares oriunda de uma suposta nobreza. De fato, a lei criada por D. José I, em 1757, determinava que somente teriam o título de cadete os que pudessem comprovar “nobreza” ou fossem filhos dos sargentos-mores (major) pago e dos mestres-de-campo auxiliares.³²⁵ Todavia, o privilégio dado aos cadetes para atingir o posto de oficial, não impediu a admissão de oficiais pelas fileiras do Exército mediante à antiguidade e o mérito pessoal. Poucos foram os que entraram como cadetes, a maioria entrou como soldado e teve de ficar muitos anos em alguns postos ou prestar variados serviços à Coroa para conseguir chegar a oficial.³²⁶ As condições econômicas dos oficiais também permitem destituir a idéia da existência de uma oficialidade formada por castas de famílias nobres. Por meio do censo de 1778, observou-se a forte presença de pobres entre os graduados da 1ª linha de Belém, como se vê na tabela 37:³²⁷

³²³ Kraay. *Race, State, And...* p. 69.

³²⁴ APEP, Alvará, de 15 de dezembro de 1790 “regulando o número dos oficiais Gerais e suas reformas”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa: Tipografia Maygrense, 1828, Tomo III, p. 625.

³²⁵ O Decreto de 1796 determinava que os mestres-de-campo fossem denominados coronéis. Ver: APEP, Decreto de 07 de agosto de 1796, “regulando os corpos Auxiliares do Exército, denominando-os milícias”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa: tipografia Maygrense, 128. Tomo III, p.295-296.

³²⁶ APEP, EC, Códice 643. Alvarás, Cartas Régias e Decisões. Ofício de 1813 e Souza. *O Exército na Consolidação do Império...*p. 48 e 51.

³²⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.p. 156.

TABELA 37:
CATEGORIA SOCIO-ECONÔMICA DOS CABEÇAS DE FAMÍLIAS DAS TROPAS PAGAS DE
BELÉM EM 1778

CATEGORIA SÓCIO- ECONÔMICA	REMEDIADO	POBRE	RICO	SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
Tenente-Coronel	14	4	0	4	22
Coronel	2	4	0	1	7
Sargento-mor	1	-	1	1	3
Capitão	4	2	-	1	7
Ajudante	1	2	-	1	4
Tenente	-	1	1	-	2
Alferes	1	6	1	1	9
Porta Bandeira	-	2	-	4	6
Sargento	1	4	-	-	5
Total	24	25	3	13	65

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

A tabela 37 visualiza-se a presença de homens pobres entre os oficiais subalternos e superiores (capitão, tenentes, alferes, coronéis, tenente-coronéis e ajudantes). Eles também compunham os oficiais inferiores (sargento). Todavia, o maior número de tenentes-coronéis, capitães e o único ajudante estavam entre os remediados. Os considerados ricos pelo recenseador estavam praticamente ausentes das tropas pagas, apesar de ocuparem somente postos de oficiais (sargento-mor, tenente e alferes). Aparentemente não havia uma correspondência direta entre riqueza e posto na 1ª linha, mas nenhum homem de posses ficava muito tempo longe dos altos escalões do Exército, visto que a sua condição financeira facilitava sua ascensão. Talvez houvesse um outro motivo à presença de pessoas pobres e remediadas na oficialidade das tropas regulares. Seria a necessidade de se ter um Exército chefiado por homens conhecedores da arte da guerra. As mudanças na arte da guerra exigiam melhoras urgentes no Exército português, e ele não precisava de homens que quisessem servir só por nobreza. Além disso, as leis editadas pelos governantes portugueses desde o reinado de D. João IV caminhavam para retirar o Exército do controle das mãos da nobreza. Assim, não era tão raro que a tropa de linha estivesse nas mãos de militares profissionais.

De maneira geral, as tropas pagas eram mal vistas pelos ricos, nobres ou não. Maria Beatriz Nizza da Silva escreve que os colonos do Brasil detestavam o serviço nas regulares. Todavia, o serviço nas tropas auxiliares os agradavam, visto que os serviços não eram contínuos, e os recrutados podiam manter suas atividades econômicas. Além disso, pela lei de 1751, os auxiliares estavam isentos de servir em empregos civis e cargos da “república”. Por isso, o censo de 1778 revela a forte presença de negociantes e senhores de engenho nelas.

Assim, deve-se relativizar a presença de homens ricos nas tropas pagas, posto que muitos oficiais se transferiram da 1ª linha à 2ª linha, como se vê nas fés de ofício dos graduados reformados ou promovidos, acima citados. Por exemplo, este foi o caso de Antônio Carlos Fonseca, Manoel da Costa Vidal, o capitão Antônio Xavier Alves e o também capitão Christovão Manoel de Souza Castilho, cada um com cinco, dez, 14 e 18 anos respectivamente de trabalho nas tropas pagas. A promoção às tropas auxiliares também seguia os mesmos critérios da 1ª linha, mas normalmente os homens de posses eram preferidos para aquela, uma vez que eles tinham de se vestir bem, e os trajes eram muito caros. Além disso, eles precisavam sustentar suas tropas. Por isso, no ato da escolha dos graduados deixava-se, geralmente, de lado a antiguidade, e a origem determinava a promoção. Este foi o caso do capitão José Rodrigues que foi nomeado Tenente-Coronel, que além de ter 19 anos de praça, possuía bens para se portar “com toda decência”. Outro capitão foi reformado por ser “sumamente pobre”, não tendo “estabelecimento algum” no distrito de sua companhia, uma vez que morava em uma localidade distante.³²⁸

A origem poderia favorecer homens ricos a ter uma carreira meteórica, passando de soldado a oficial com mais facilidade do que os outros sem riqueza. Por exemplo, das 54 fés de ofício, tanto das forças auxiliares quanto das regulares, de 1780 a 1794 - encontradas no códice 368 (1780-1794) do Arquivo Público Estadual do Pará - 35 apresentam a passagem direta de soldados para os cargos de alferes (23), tenente (2) e capitão (6), ajudante (1), porta bandeira (2). O restante passou em média 16 anos para atingir um posto de oficial subalterno. Todavia, Kraay apropriadamente escreve que os cargos de sargentos-mores e ajudantes ficavam com homens portadores de conhecimento da arte militar, já que havia necessidade de treinar os praças milicianos recém convocados.³²⁹ Os homens considerados ricos também buscavam ser oficiais da 2ª linha, porque cada patente militar representava um título de nobreza. As denominações honoríficas de cavaleiro simples, escudeiro fidalgo, cavaleiro fidalgo, moço fidalgo, fidalgo esculdeiro, fidalgo cavaleiro, barão, visconde, conde e duque correspondiam respectivamente a alferes, tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, brigadeiro, marechal de campo, tenente-general, capitão-general e marechal-general. O Conde de Lippe já dizia que todo oficial era um cavaleiro e, em 1789, uma lei determinou ser automática a concessão de foro de fidalgo aqueles que atingissem o oficialato. Assim, durante

³²⁸ APEP, EC, Códice 668. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofícios de 17 de fevereiro e 8 de setembro de 1814.

³²⁹ Sobre os privilégios das auxiliares. Ver: Silva. *Ser Nobre na Colônia...*p 239. Sobre os critérios de promoção para a segunda linha ver Kraay. *Race, State, And...*capítulo 4.

a segunda metade do século XVIII, o rei aceitou a permanência dos homens nobres ou ricos nas auxiliares como uma forma de cooptá-los.³³⁰ Como bem coloca Kraay:

Na segunda metade do século XVIII, as monarquias ibéricas propensas à reforma procuraram revigorar os governos coloniais moribundos, unindo as elites à coroa por meio de patentes de milícia que reforçassem sua autoridade e disciplinassem os grupos inferiores por meio de instrução militar e sujeição legal aos superiores sociais.³³¹

As nossas pesquisas revelaram, no Pará, um meio termo entre os trabalhos de Souza e Schulz que comungam com as análises de Kraay para a Bahia, apesar de haver diferenças claras entre a situação na Bahia e no Pará. No século XIX, de fato os cargos de oficiais gerais ficavam com os membros de nobreza ou com pessoas somente ricas, mas para os cargos de oficiais superiores, subalternos e inferiores a origem não era o único fator de obtenção de postos, uma vez que a antiguidade era importante à promoção, e implicava conhecimento da arte militar. Foi isso que ocorreu no Grão-Pará, no último quartel do XVIII, como revelaram as fontes.

Quanto à *qualidade* dos oficiais, as *cartas-patentes* e as fés de ofício trazem pouca informação sobre a cor dos oficiais. Kraay informa que havia um silêncio sobre a cor dos oficiais das tropas regulares, uma vez que a brancura era atributo da oficialidade, e as autoridades militares, normalmente, não mantinham registro sobre a cor dela. Kraay não está afirmando que todos os oficiais eram brancos, mas que não se mencionava mais a cor do oficial. Por exemplo, Silva, referindo-se a Recife, comenta que, de fato, procurava-se evitar fazer menção a cor de um oficial das unidades pagas. Segundo ele, esse processo de “embranquecimento” dos oficiais dificultou as informações colhidas nas fontes sobre a “cor” dos participantes egressos das regulares, que constituíram o Exército Patriótico, formado durante a Revolução de 1817. Todavia, muitos viajantes, por volta do início do século XIX, escreveram que as tropas de 1ª linha eram formadas por brasileiros e gente de cor. Talvez, pelo mesmo motivo, haja um silêncio sobre a cor em mais da metade dos 287 *numbramentos* - mesmo que *carta-patente* - não fizesse referência alguma à cor, como se observa no gráfico 3:

332

³³⁰ Castro. “Forte Príncipe da Beira...p. 58. Silva. *Ser Nobre na Colônia...*p. 238. Souza. *O Exército na Consolidação do Império...*p. 52.

³³¹ Kraay. *Race, State, And...*p. 83.

³³² Para uma discussão sobre a cor dos oficiais no século XVIII e primeira metade do XIX na primeira linha ver: Kraay. *Race, State, And...*p. 75-81. Luiz Geraldo da Silva. “Negros Patriotas, Raça e Identidade Social na Formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

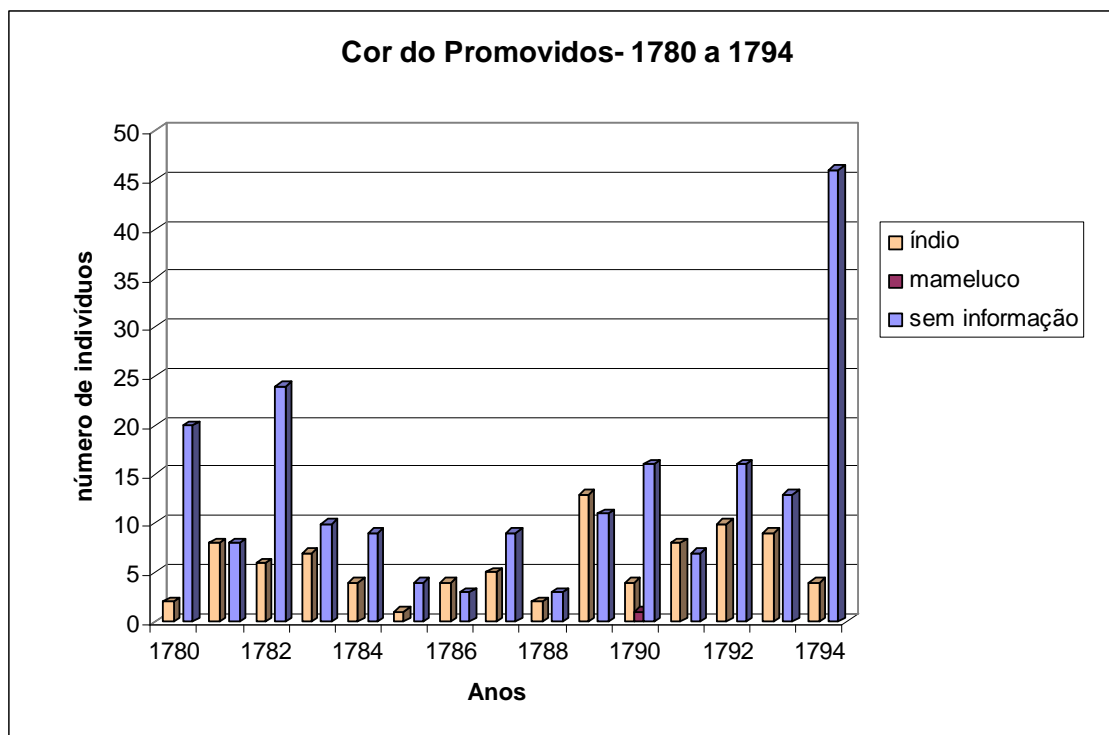


Gráfico 3: Cor dos Promovidos nas Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro
 Fonte: APEP, EC, Códice 368, Provisões, Patentes e Nomeações.

Essas *cartas-patentes* foram distribuídas ao longo de 14 anos nos três tipos de tropas. Nesse intervalo de tempo, 87 (30,3%) eram índios que foram promovidos a oficiais, um (0,3%) era mameluco, e em 199 (69,3%) dos *numbramentos* não havia informação sobre cor. Destas, 141 (49,1%) eram promoções feitas nas tropas pagas; 22, auxiliares (7,66%); 9 (3,1%), de ordenanças; 115 (40,06%) desconhecidas. Apesar de haver apenas nove *cartas-patentes* registradas como de ordenanças, os 87 índios elevados a oficiais deveriam estar todos nas ordenanças – levando-se em consideração o número de cartas desconhecidas - lugar determinado para eles no Exército colonial, por isso não havia nenhum impedimento em registrar a cor em suas *cartas-patentes*. Provavelmente, somente havia referência à cor quando o *numbramento* era concedido a índios, *mamelucos* e *cafuzos* não pertencentes às regulares. Além disso, pouco provavelmente as elites coloniais e a Coroa admitiriam que as unidades de 1ª linha estivessem compostas de oficiais não-brancos, visto que patente, prestígio social e hierarquia tinham uma relação direta. Deve-se lembrar de que a brancura era atributo social. No entanto, os *homens de cor* eram em menor número nas pagas e nas auxiliares do que nas ordenanças até a Guerra de Caiena, no Pará.

O aumento das promoções de oficiais não-brancos, (não se deve esquecer dos oficiais de cor das guerras contra os holandeses), deve-se ao Marquês de Pombal. Ele contribuiu

bastante para derrubar as barreiras de cor das tropas, principalmente, no que tange à necessidade de se ter um exército numeroso. Assim, ele procurou elevar a oficiais pessoas qualificadas, independente da cor da pele, mas sofreu forte oposição por parte da elite branca da colônia. Apesar disso, ele contribuiu para algumas mudanças. Por exemplo, a elevação dos índios a “súditos de Portugal” e a retirada deles do grupo de pessoas com “sangue infecto”, os ajudaram a alcançarem postos do oficialato nas tropas, geralmente, de ordenanças em companhias formadas apenas por indígenas.

No Pará, Mendonça Furtado, em 1755, determinava “Que aqueles índios que passassem a oficiais e chegassem a capitães, e daí para cima, gozassem dos privilégios que competiam aos seus postos”.³³³ Ele, ainda, estabelecia que os *numbramentos* dos indígenas não precisavam ser aprovados para ter validade. Todavia, o pedido de confirmação da promoção dos indígenas era feito ao rei, pois foi nos livros de *cartas-patentes* que as encontramos - esses livros eram de rogação ou corroboração de patentes. Apesar dessas solicitações, todos os nomeados podiam exercer os postos para os quais fossem indicados até que chegasse a sanção de suas patentes.

As mudanças desenvolvidas pelo Marquês não se limitavam aos indígenas. Na década de 1760, o governo português baixou alguns decretos “afirmando a igualdade dos oficiais brancos, pardos e *pretos*”.³³⁴ Silva escreve que essa medida levou a um expressivo aumento de efetivos militares de pardos na capitania de Pernambuco. A despeito de ser uma medida metropolitana, esse Decreto foi ao encontro dos interesses dos homens livres dessa capitania, já que lhes proporcionaria ascensão social. Ao mesmo tempo que garantia a ampliação do quadro do Exército.³³⁵ Inicialmente, no Pará, não haveria problemas com a candidatura de pardos e *pretos* à oficialidade, uma vez que os *pretos* foram introduzidos no Pará, apenas dez anos antes do decreto de Pombal, e, somente em 1798, passariam a existir, como já foi dito acima. Por isso, eles não deveriam estar incluídos nas promoções do código 368, pois elas terminam antes de 1798.

Outras mudanças ocorreriam no reinado de D. Maria I e na regência de D. João. As tropas auxiliares continuaram a ser atraentes para as camadas mais ricas, mas se iniciaram algumas mudanças para estimular o engajamento nas tropas pagas, principalmente depois de

³³³ Marcos Carneiro de Mendonça. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1963,3v, p.1778-1780.

³³⁴ Kraay. *Race, State, And...*p. 98.

³³⁵ Silva. “Negros Patriotas...”p. 502.

1790. A Coroa continuou a favorecer as auxiliares, que receberam a denominação de milícias, no reinado de D. Maria. A lei de 1790 determinava que majores e coronéis de milícia, cujo tempo de serviço fosse vinte anos de serviços, poderiam obter a mercê da Cruz de Avis. Essa lei estendia esse privilégio aos capitães com o mesmo tempo de trabalho nas tropas e aos majores e coronéis de boas referências dos seus superiores. Contudo, essas benesses não se estendiam aos milicianos que não servissem em tempo de guerra. Para além de ser um privilégio, essa lei tinha a função de incentivá-los a estar dispostos ao trabalho militar durante as guerras que estavam sendo travadas na Europa, por consequência da Revolução Francesa, e daquelas que, provavelmente, surgiriam nas colônias portuguesas.³³⁶ Quanto mais presente a ameaça francesa, mais a Coroa procurava diminuir as isenções do serviço nos corpos regulares. Em 1801, o Príncipe Regente acabava com o privilégio dos filhos de milicianos não servirem na 1ª linha, e mantinha apenas a dispensa dos filhos únicos deles, concedida pela lei de 1800.³³⁷

A valorização das tropas pagas também deu-se por meio de leis e decretos. O principal interesse em fortalecer as unidades de 1ª linha estava na necessidade do rei ter um exército numeroso e treinado para atuar frente a seus inimigos. Por isso, em 1790, regulou-se os soldos dos militares e as recompensas extraordinárias e honoríficas. Além disso, acabou-se com a permissão de atividades não-militares para os oficiais até capitão, visto que os soldos foram normalizados e aumentados. Em 1797, foi baixada a primeira lei regulamentando o serviço voluntário. Ele estipulava o serviço militar na 1ª linha por apenas seis anos. No mesmo ano, a rainha revogou a lei que limitava o número de nobres a entrar nas tropas pagas, ampliando o número de cadetes nos regimentos, não importando a idade que tivessem.³³⁸ Aparentemente,

³³⁶ Silva. *Ser Nobre na Colônia...*p. 240. A “Viradeira representava o final do traumático período do consulado pombalino e o início do não menos [conturbado] reinado de D. Maria I”. D. Maria I foi aclamada rainha em 24 de fevereiro de 1777 e concentrou em torno de si as esperanças dos inimigos de Pombal. Entre eles estavam os comerciantes não beneficiados por Pombal, a nobreza afastada da corte e os ingleses, que eram olhados com desconfiança pelo Marquês. Todavia, a rainha não pôde atender as expectativas dos adversários de Pombal, e poucas mudanças foram levadas a cabo. “Mas nem tudo era continuidade. Uma clara negociação política se estabeleceu, visando sanar feridas e controlar o clima de insatisfação. Nesse sentido, [...] dois membros da primeira nobreza foram convocados”, um assumiu as atribuições semelhantes à de um ministro da fazenda, e outro foi nomeado ministro do reino. Ver: Lilia Moritz Schwartcz. *A longa viagem da biblioteca do reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002. p. 158-163.

³³⁷ APEP, Alvará de 27 de fevereiro de 1801, “regulando os privilégios dos Milicianos”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa: Maygrense, 1828. Tomo III, p.643. Silva. *Ser Nobre na Colônia...*p. 240.

³³⁸ APEP, Alvará de 28 de abril de 1797, “providenciando e promovendo o recrutamento voluntário para o exército”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa: Maygrense, 1828. Tomo III, p. 394; APEP, Decreto de 18 de Maio de 1797, “facilitando a admissão de Cadetes”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Maygrense, 1828. Tomo III, p. 400

Maria I queria garantir a fidelidade à Coroa aumentando o número de nobres nos seus postos de comando.³³⁹

O reinado de D. Maria I foi marcado também por dificultar o acesso de pessoas de baixa condições a certos postos militares, ampliando, provavelmente, o número de cadetes, nobres. Medidas como a criação da lei que exigia a confirmação de patente de 1798 devem ter contribuído para aprofundar as diferenças entre o topo e a base do Exército nas três tropas. Provavelmente essa lei reduziu o número de pessoas de baixa condições a obter promoção, uma vez que determinava o pagamento de meio soldo para a confirmação de *cartas-patentes*. Essa medida afetou principalmente os indivíduos pobres das milícias e os índios, que, se antes não precisavam nem confirmar seus *numbramentos*, a partir daí passavam a ter de pagar para confirmá-las. Os militares pobres das ordenanças e auxiliares enfrentaram dificuldades - com exceção dos sargentos-mores e ajudantes das milícias que recebiam soldos -, pois nestas duas tropas não havia pagamento de soldo.³⁴⁰

A antiguidade também passou a ser preterida. O “mérito” tornou-se o pré-requisito mais importante aos cargos de oficiais, este não correspondia somente à capacidade pessoal de cada indivíduo; ele estava associado também ao nascimento e aos serviços prestados à Coroa, que iam desde a participação em campanhas militares à contribuição em dinheiro para construção de fortalezas, palácios, pagamentos de dívidas, empréstimos. Essas tendências se aprofundam durante a primeira metade do XIX, como ver-se-á no tópico sobre os oficiais no novecentos.

3.3 O Exército de D. João VI e D. Pedro I

A transferência da família real para o Brasil também trouxe mudanças na estrutura militar. A intenção não era somente modernizar o Exército, mas ampliar o contingente a fim de recriá-lo, uma vez que o Príncipe Regente precisava de forças terrestres para defendê-lo na Colônia. Vale apenas lembrar que o Exército luso ficou, na sua maior parte, em Portugal para defender a metrópole dos franceses. D. João procurou organizar as tropas portuguesas tendo como exemplo o Exército francês. Este ganhou notoriedade durante a Revolução Francesa no 1º período republicano. Ele se caracterizou pelo número elevado de convocados. Todos os

³³⁹ Silva escreve sobre o aumento da importância das tropas pagas no reinado de D. João VI. Ver: Silva. *Ser Nobre na Colônia...*p. 305.

³⁴⁰ APEP, Códice 568, Provisões, Patentes e Nomeações de 1799-1814. Apesar de ir até 1814, as *cartas-patentes* aparecem somente até 1810.

cidadãos foram chamados para deter a contra-revolução, representada pelas tropas inglesas, suíças, prussianas e outras coalizões. O agrupamento de forças civis e a mobilidade das tropas foi uma das características marcantes desse Exército.³⁴¹

Uma das mais importantes ações do regente foi continuar o fortalecimento das tropas regulares. D. João pretendia valorizá-las, acabando com a execução de uma série de funções não dignas de profissionais militares e mal vistas pela população das vilas e cidades, como o policiamento de ruas. Segundo Hayes, a criação da Guarda Real de Polícia também está relacionada com a política de valorização das tropas do Exército, uma vez que retirava dele o serviço de polícia na cidade do Rio. Ela foi montada “Com soldados escolhidos na infantaria e cavalaria da Corte, [o que] formou a Guarda Real de Polícia, armada e fardada como a sua congênere de Lisboa”.³⁴² Além da valorização das tropas do Exército, D. João fez reformas estruturais importantes. Ele criou o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, que era constituído de oito companhias. Levantou dois regimentos de cavalaria de milícias e aumentou o Batalhão de Caçadores dos Henriques, transformando-os em regimentos. Uma legião passou a ter 3 batalhões de artilharia, 4 esquadrões de cavalaria, 2 baterias de artilharia a cavalo e uma companhia de artilheiros cavaleiros. A primeira tropa de artilharia a cavalo foi erigido em 1809, juntamente com um Corpo de Artífices no Arsenal do Rio.³⁴³ O Monarca mandou também erguer novas oficinas de armas na fortaleza de Santa Cruz no Rio. Fábricas de armas também foram construídas em Minas Gerais. É ainda no governo de D. João que se cria a Real Academia Militar com sede na cidade do Rio de Janeiro em 1810. Essa academia tinha como função formar oficiais com profundo conhecimento de artilharia, além de engenheiros geógrafos e topógrafos para dirigir “objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas”. O curso completo duraria sete anos, mas os que pretendiam servir na cavalaria e na infantaria precisariam apenas das matérias do primeiro ano (matemática elementar) e as do quinto ano, somente os artilheiros e engenheiros teriam de fazer o curso completo.³⁴⁴

Os uniformes também foram alvo de atenção do Príncipe Regente. Nesse período, as fardas do Exército eram bem fechadas e as “bandas, reunidas, formavam o petilho; as calças colantes e compridas terminam dentro da polainas”. Os correames já eram de cor amarela. Os

³⁴¹ C. L. Dervieu. *A concepção de Vitória entre os Generais*. Rio de Janeiro: sem editora, 1942. p.142-144.

³⁴² Gustavo Barroso. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000 (Coleção General Benício). P. 32; Robert A Hayes. *A Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1991.

³⁴³ Barroso. *História Militar*...p. 30 e 32.

³⁴⁴ Adriana Barreto de Souza. “A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850)”. In: Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p.168.

caçadores se distinguiam por penhachos verdes e amarelos. Em 1816, um decreto real descreve com detalhes o uniforme e distintivos da 1ª e 2ª linhas:

[...] As calças são largas e as divisões inferiores amarelas. Os alamares e penhachos do tambor-mor e dos músicos tornaram-se diferentes do da tropa. Todos os metais da 1ª linha são dourados, todos os da 2ª, prateados. Nos braços dos tambores, cadarços com as duas cores lusitanas: azul e encarnado.³⁴⁵

Em 1820, as extremidades das mangas (canhões) e as golas das fardas eram verde para os caçadores; chapéu quadrangular (barrete) de pêlo e pelúcia para os clarins da artilharia a cavalo e azul para os Henriques. Aparentemente, a partir de 1821, as cores da roupa do Exército passam a ser objeto de afirmação do poder da Coroa Portuguesa sobre o Brasil, ameaçada pela possibilidade de ser substituída pelas propostas “republicanas” do nordeste. Uma lei decretada nesse ano manda retirar o azul e vermelho das cores dos uniformes, substituindo pelo azul e branco da casa de bragança.³⁴⁶

Um Exército brasileiro somente passa a existir depois da Constituição de 1824. Uma das primeiras medidas do Imperador foi diferenciar o Exército brasileiro do luso por meio do exagero das cores verdes e amarelas. Mudaram-se golas, canhões e penhachos. Essas foram as primeiras partes do uniforme que se tornaram caracteristicamente nacionais. A cor verde passou a simbolizar as tropas de caçadores, a 1ª linha marcava-se por golas e canhões amarelos, além de penachos verdes. A cavalaria adotou golas verdes e as extremidades das mangas eram azuis até 1823. Nesse ano, os caçadores passaram a usar barretinhos afunilados com cordões em espiral. Anos mais tarde, a artilharia também utilizou esse tipo de chapéu.³⁴⁷ Além de se preocupar com a mudança nas cores dos uniformes, D. Pedro I tratou de erguer novos corpos militares para defender o emergente país de uma possível recolonização. Assim, ele montou a Guarda Cívica para defender a Corte. Essa Guarda também foi criada em São Paulo, além de incorporar ao Exército as tropas de mercenários ou estrangeiros. Também permitiu a criação de corpos irregulares. Em outras palavras, ele mandou erigir tropas que estavam fora da formação estrutural da tropas de primeira, segunda e terceira linha. Esse foi o caso das tropas de jagunços e couraças, que usam armas irregulares e uniformes exóticos.³⁴⁸ O capítulo VIII da Carta Magna, que estabeleceu o Exército brasileiro, determinou que: “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos externos e internos”. O artigo 147 frisava a

³⁴⁵ Barroso. *História Militar...*p. 34.

³⁴⁶ Ibidem, p. 36 – 38.

³⁴⁷ Ibidem, p. 39.

³⁴⁸ Ibidem, p.38.

importância da obediência das forças militares, que jamais deveriam se reunir sem a autorização das autoridades competentes.³⁴⁹

O mais importante documento militar do primeiro Reinado foi o Decreto militar de 1º de dezembro de 1824, que deu nova organização militar ao Exército de 1ª e 2ª linhas, e que estabelecia:

As unidades receberam nova organização e numeração com exceção do Batalhão do Imperador e da Guarda de Honra. A Infantaria de 1ª linha foi organizada em batalhões de granadeiros e de corpos para as províncias do norte; a cavalaria em regimentos e esquadrões, e a artilharia em regimentos, batalhões, corpos e uma brigada. A numeração dos corpos e a uniformidade da organização dos batalhões de Infantaria e regimento de cavalaria trouxeram a homogeneidade inexistente em sua composição.³⁵⁰

Essa lei organizou o Exército em 1ª e 2ª linhas, acabando com as tropas irregulares surgidas durante as guerras pela Independência. Deram-se novos números e novas atribuições ao corpo do exército, deixando de se dar denominações particulares, como o regimento de Extremoz. Assim, a infantaria, a artilharia e a cavalaria passaram a ser numeradas a partir das tropas da Corte, ficando o Exército organizado da seguinte forma: o 1º batalhão de infantaria era o do Rio de Janeiro; o 2º também localizava-se na Corte. No nordeste, os batalhões de infantaria da Bahia eram três, correspondendo ao 13º, 14º, 15º; o batalhão de Alagoas recebeu a denominação de 16º; os de Pernambuco eram 17º e o 18º; os batalhões da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão eram os 19º, 20º, 21º e 23º respectivamente. No Pará havia dois batalhões de infantaria nomeados de 24º e 25º, e os dois de estrangeiros eram 27º e 28º, uma vez que havia um batalhão de estrangeiros em Sergipe. No Pará, existia também 12º corpo de Artilharia de posição, o 1º estava localizado no Rio de Janeiro.³⁵¹

3.4 O recrutamento e recrutados no século XIX

Quando D. João chegou ao Brasil, o serviço militar era feito de duas maneiras para a 1ª linha: à força (conhecido como recrutamento) e voluntário (denominado de engajamento), existindo três tipos de militares: o voluntário, o mercenário e o recrutado. O tempo de serviço para o conscrito passou a ser de 16 anos, e o voluntário beneficiava-se com apenas oito anos

³⁴⁹ Francisco de Paula e Azevedo Pondé. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Guerra no Império*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Centro do Servidor Público e Bibliex, s/d. p. 44-45.

³⁵⁰ Ibidem, p. 48.

³⁵¹ Arthur Cezar Ferreira Reis. "A ocupação de Caiena". In: Sérgio Buarque de Hollanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, Tomo II: o processo de emancipação*. Vol. 1, 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003, pp. 311-314.

de trabalho nas tropas.³⁵² Os anos que os milicianos deveriam trabalhar eram os mesmos da tropa paga, mas, depois desse período, deveriam conservar o uniforme e o armamento por mais 16 anos. Durante esse tempo, eles poderiam ser reconvocados a qualquer momento.

Na campanha para Caiena, houve tanto recrutamento quanto engajamento nas regulares. Para lá, foram 1200 homens, mais de 600 originados do Pará, dos quais muitos foram voluntários, como veremos no tópico sobre os oficiais. A leva forçada, depois de 1808, manteve-se constante, uma vez que a retirada de unidades militares da capitania forçou novos alistamentos. Em 1813, 2.250 moradores *sentaram praça* para substituir as praças fugidas, reformadas e as enviadas para Caiena a pedido da Junta Provisória. As autoridades lamentavam romper com a tranquilidade da Província, mas o número de praças estava reduzido, posto que toda a guarnição de linha estava em Caiena.³⁵³

O Conde de Vila Flor assumiu o Grão-Pará em 1817 com o objetivo de impedir a entrada de idéias revolucionárias, principalmente nas fronteiras com as colônias espanholas. Para isso, a pedido da Corte, ele impôs um intenso recrutamento aos moradores da capitania do Grão-Para e Rio Negro, e, em setembro de 1819, iniciou o processo de recrutamento. Em correspondência ao coronel Francisco Rodrigues Barata, Vila Flor pedia:

O sr. Coronel Barata partirá imediatamente para a vila de Cameté e sua vizinhança e continuará até Santarém, fazendo o recrutamento de seiscentos Praças, as remeterá em porções segundo o número que for recrutando, tendo sempre em vista a agricultura e as artes, porém examinará mui excrupulosamente que neste dois ramos essenciais à prosperidade do País não se comentam abusos, isto é, que o lavrador que tiver mais de dois filhos não deixe de dar os outros para o Serviço e que o mestre de Ofício não tenha tanto oficiais que aumentando-se o número de operários deixe de haver gente para o serviço [...]³⁵⁴

O Capitão-General, além de determinar o alistamento, previnha o Coronel Barata quanto a possível tentativa dos moradores de burlar o recrutamento em prejuízo do serviço militar, que se fazia imprescindível diante da onda de luta pela independência na América Espanhola. Em novembro do mesmo ano, o governador dizia ao Coronel que se devia “aumentar o número das recrutas, até onde se tinha estendido as minhas vistas”.³⁵⁵ Um ano depois, Vila Flor pedia ao Coronel que retornasse a capital com os recrutas que tivesse, uma vez que estava quase completo o número delas, e era necessário “economizar os braços [...]

³⁵² Barroso. *História Militar*...p. 32

³⁵³ APEP, EC, Códice 655. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de março de 1811.

³⁵⁴ APEP, EC, Códice 628. Ofício de 27 de setembro de 1819 apud Mario Barata. *Poder e Independência no Grão-Pará 1820-1823: Gênese, Estrutura e Fatos de um conflito político*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.p. 32.

³⁵⁵ APEP, Códice 628. Ofício de 13 de novembro de 1819 apud Mario Barata. *Poder e Independência*...p.32

para agricultura e ofícios mecânicos”.³⁵⁶ Aparentemente, o esforço do governador em completar o número de recrutas às tropas surtiram efeito. Spix e Martius tiveram a oportunidade de ver a amostra anual da guarnição militar da Província. Ainda segundo os autores, o Exército contava com três regimentos de infantaria, que somavam 3.000 homens, uma esquadra de cavalaria e um batalhão de artilharia. Devido aos esforços do Conde de Vila Flor³⁵⁷, as fileiras militares eram disciplinadas e fortalecidas “por contínuos exercícios de armas”. Na opinião de Spix e Martius, essas tropas eram:

[...] inferiores em estatura e aspecto marcial, às forças militares européias, que certamente as superam, entretanto, em mobilidade e resistência um saquinho de farinha de mandioca, que o soldado raso leva consigo, assegure-lhe a subsistência por oito dias, e, pela prática que tem de andar errante dia e noite nas densas matas virgens e impenetráveis brenhas pantanosas, ele cansaria o mais forte soldado nórdico, e em guerrilha o venceria.³⁵⁸

Raiol descreve também os tipos e a quantidade de tropas existente no Pará nesse ano. Havia um corpo de polícia, três regimentos de infantaria e duas companhias de artilharia montada e um esquadrão de cavalaria, na 1ª linha, em Belém. Ainda na capital, existiam dois regimentos de infantaria e duas companhias de artilharia montada, na milícia. No Marajó, formou-se uma legião composta de infantaria, artilharia e cavalaria. Nas demais localidades, organizaram-se uma legião e oito corpos de tropas ligeiras. Estas últimas, no Grão-Pará, correspondiam às ordenanças, que tiveram um novo regimento em 1804, mas permaneceram como o terceiro corpo do Exército. Nelas estavam a massa do povo recrutado, e delas deveriam sair os homens necessários para o preenchimento dos que faltassem nas tropas de milícia e pagas.³⁵⁹

O tempo de serviço nas tropas mudaria pouco durante a estada de D. João VI no Brasil. Somente no decorrer das lutas pela independência, D. Pedro I, precisando de soldados, decretou, em 1822, aqueles que *sentassem praça* por vontade própria não precisariam mais servir por oito anos, eles teriam de cumprir apenas três anos. Essa determinação provocou a coexistência, durante um período, de voluntários que serviam por oito e três anos. No mesmo ano de 1822, foi baixado um alvará determinando as novas normas de recrutamento. Este somente iniciaria 30 dias depois da convocação dos voluntários. A lei ainda definia que

³⁵⁶ APEP, EC, Códice 628. Ofício de 07 de junho de 1820 apud Mario Barata. *Poder e Independência...*p. 32

³⁵⁷ Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor, era comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada e Brigadeiro da Cavalaria do Exército. Tomou posse do governo do Pará em 19 de outubro de 1817 e partiu de licença para o Rio de Janeiro em 1º de julho de 1820. Ver: Baena, *Ensaio Corográfico...*p.420.

³⁵⁸ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém...”p. 31-32

³⁵⁹ Domingos Antônio Raiol. *Motins Políticos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 14, Volume I(3) (Série José Veríssimo). APEP, EC, Códice 650, Correspondências de Diversos com o Governo. Ofício de 20 de agosto de 1812.

prestariam serviço nas tropas regulares homens brancos solteiros, e os pardos libertos de idade entre 18 a 35 anos, que não estivessem dentro das exceções. A lei não impedia o engajamento de pardos livres. As autoridades queriam apenas enfatizar que os libertos também seriam aceitos na 1ª linha. Estavam isentos os casados, o irmão de órfãos responsáveis pelo sustento e educação deles; o filho único de lavrador ou um a escolha do agricultor, quando ele tivesse mais de um filho; o filho único de viúva; estudantes regularmente matriculados; feitor ou administrador de fazenda com mais de seis escravos; os boiadeiros; os mestres de oficinas com lojas abertas, carpinteiros, pescadores e pedreiros que exercessem suas atividades cotidianamente. Estavam incluídos nessas exceções todos os trabalhadores fabris. Além disso, não poderiam ser alistados os marinheiros, grumetes, todos os embarcados, como os arrais de barcos de gêneros comerciais de qualquer tipo.

Realizado o recrutamento para a 1ª linha, fazia-se o alistamento para a 2ª e 3ª linhas. Os comandantes de distritos faziam duas declarações indicando posses e nomes de todos os dispensados das tropas pagas, colocando separadamente os que deveriam servir nas milícias ou nas ordenanças. Essas listas eram enviadas à Secretaria de Guerra, para serem aprovadas.

A lei de recrutamento de 1822 somente entraria em vigor, no Grão-Pará, a partir de agosto de 1823, quando houve a “adesão” à Independência, uma vez que a Junta Provisória, fiel a Portugal, manteve os critérios do Alvará de 1764. As instruções de 1822 trouxeram algumas mudanças importantes. Os recrutados às tropas regulares continuaram a ser os homens solteiros e os considerados vadios, privilegiando as atividades tidas como produtivas, mas a nova lei reconhecia “[...] a preeminência do social e à utilidade de certos tipos de atividade econômica [...]”³⁶⁰, por isso acabou ampliando o número de isenções ao serviço militar, para proteger os interesse das lavouras, artes e mineração. No entanto, diante da necessidade de tropas nas fronteiras paraenses, essas regras seriam quebradas muitas vezes. A grande e importante alteração foi o recrutamento de pardos libertos às tropas de 1ª linha. Como se viu, preferiam-se homens brancos e pardos livres, no restante das colônias, para esse tipo de tropa, e brancos e *mamelucos* no Pará. Entretanto, no Grão-Pará, *homens de cor*, além dos memelucos, já eram utilizados nas regulares bem antes da lei baixada por D. Pedro I. A necessidade de corpos militares para lutar na guerra com a Guiana Francesa levou o recrutamento de índios e *cafuzos*, a fim de comporem os regimentos pagos.

As memórias de Pedro Veriano Chermont Barata, publicadas por Marcio Souza em seu romance *Lealdade*, ajudam a retratar os componentes das forças militares enviadas à

³⁶⁰ APEP, FSPP, Códice 754, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 14 de março de 1823. Mendes. “Encargos, privilégios...p. 122.

Caiena. Essa descrição pode ser vista na narração do segundo dia de batalha entre as tropas luso-brasileiras e a “francesa” feita por Pedro Barata, que lembra que, além dos mercenários, estavam:

[...] Alguns batedores tapuias (que) haviam reconhecido pontas de desembarque na localidade chamada Aproak, distantes algumas léguas de Caiena...[...]...os homens caminhavam no escuro, movimentando-se com o mínimo de ruído, armados de mosquetão. Uma vanguarda de doze pardos e tapuias, exímios no uso da faca, avançava com mais agilidade [...] O dia raiou [...] os canhões cuspiram fogo e fumaça [...] as cidadelas responderam aos nossos tiros [...] Seguindo ordens do tenente-coronel Manoel Marques, reuni o destacamento de mercenários [...] e nos preparamos para um eventual desembarque [...] ³⁶¹.

Essa descrição não é nada ficcional, uma vez que as pesquisas de Ciro Cardoso descrevem as tropas que invadiram Caiena como se fossem formadas por *cafuzos*. Além disso, o intendente João Severino Maciel da Costa dizia haver, na praça, seis índios que eram seus melhores soldados. Em outra correspondência para o rei D. João, o mesmo Maciel da Costa pedia mais rigor com o efetivo militar que era formado em sua maioria por índios. ³⁶²

Quanto à presença de mercenários, estes eram usados pelas Coroas européias desde o século XIV. Provavelmente irlandeses vieram juntamente com as companhias inglesas comandadas pelo capitão James Lucas Yeo. Os irlandeses faziam comumente serviços militares contratados por diversos países da Europa. Todavia, a partir do século XIX, ao contrário do que acontecia nos séculos anteriores, os mercenários não estavam mais submetidos ao capitão, que recrutava os homens para compor as tropas, mas eles eram subordinados aos oficiais do Exército dos Estados para quem trabalhavam. ³⁶³ Outros documentos reforçam a presença de homens de variadas cores na tropa de 1ª linha. Em 1814, determinava-se que fossem alistados todos os índios nas localidades onde houvesse companhias militares. Assim, o governador José de Narcizo Magalhães de Menezes, por meio de ordem Circular de 10 de fevereiro de 1810, determinava o recrutamento de indígenas para suprir a necessidade de tropas para Caiena. ³⁶⁴ Em correspondência de 13 de outubro de 1813, a Junta Provisória pedia a prisão de três indivíduos por deserção do 1º Regimento de 1ª linha

³⁶¹ Marcio Souza. *Lealdade*. 2ª edição. São Paulo: Marco Zero, 1997. p. 80. As informações sobre o manuscrito deixado por Pedro Veriano Chermont Barata encontram-se na introdução do livro *Desordem* de Marcio Souza. Ver: Marcio Souza. *Desordem*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. p. 13-15.

³⁶² Ciro Flamarion Cardoso. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; APEP, EC, Códice 653. Correspondência da Diversos com o Governo. Ofício de 07 de maio de 1810. p. 154-155.

³⁶³ John Childs. *Armies and Warfare in Europe 1648-1789*. New York: Holmes and Meier Publishers, 1982. p. 46-47.

³⁶⁴ APEP, EC, Códice 661, Correspondência da Junta com Diversos. Ofício de 4 de maio de 1814.

de Belém. Para facilitar a identificação deles, a Junta os decreve como sendo dois pardos e um *tapuia*, e estavam em uma canoa de 25 a 30 palmos.³⁶⁵

Mesmo não estando determinada na lei de recrutamento de 1822, a tropa de 1ª linha de 1823, no Grão-Pará, também estava formada por *pretos* libertos, não permitidos nelas no período antes da guerra de Caiena. Além deles, estavam índios, mulatos, *cafuzos* e mestiços, preteridos anteriormente por brancos e *mamelucos* - ver tabela 38.

TABELA 38:
RELAÇÃO DE RECRUTADOS
EM CAMETA 1823

NOMES	QUALIDADE
Braz José	Índio
Antônio Marcelino	Índio
Antônio José	Índio
Raimundo	Preto
José Maciel	Preto
José Raimundo Santos	Mulato
Felipe Antônio	Cafuzo
Raimundo de Souza	Mameluco
José Antônio	Índio
João Romão	Índio
Manoel José	Índio
João Moreira	Índio
Manoel Domingos	Índio
José Barbosa	Preto
Valetim	Índio
Policarpo de Souza	Índio
José Joaquim de Freitas	Mulato
José Januário	Índio
José Candido Fidely (?)	Índio
Antônio Marihuim	Mestiço
José Bruno	Índio
João Felipe Gomes	Mestiço
Paulo	Preto
Anthomazio	Cafuzo
José Pedro	Mestiço
Julião	Cafuzo
José Fellipe	Mestiço
José Esteves	Índio
Fellipe Antônio	Índio
Manoel Luiz	Índio
José Antônio	Índio
Antônio de Oliveria	Mestiço
Manoel Ferreira	Mestiço

Fonte: APEP, Códice 671 EC, Correspondência de Diversos com o Governo, doc 3.

³⁶⁵ APEP, EC, Códice 663, Correspondência da Junta com Diversos. Ofício de 11 de outubro de 1813.

Muitos homens ofereceram seus serviços ao Exército. Havia vantagens em ser voluntário, já que implicava em um período menor de serviço nessa instituição. Além disso, muitos viam na carreira militar uma forma de atingir status social. Esse foi o caso de *pretos* livres e libertos, de índios e alguns homens pobres que esperavam atingir postos elevados, chegando até postos de coronel. Além disso, tinham direito a foro especial e não podiam ter seus soldos trocados nem por dívidas e nem por determinação dos comandantes.³⁶⁶

De acordo com Paula Cidade, os voluntários eram geralmente de origem pobre e, a maioria deles, de cor. Muitos *pretos* também viam o trabalho nas tropas como uma forma de ascensão social.³⁶⁷ Todavia, Kraay aponta as dificuldades de promoção de *homens de cor* para oficiais superiores, uma vez que a brancura era atributo da oficialidade.³⁶⁸ A lei de recrutamento continuava a vedar a entrada de escravos na 1ª Linha. Para que isso não ocorresse, os *homens de cor* deveriam apresentar testemunhas de sua liberdade, de acordo com Paula Cidade. Assim, evitava-se que a propriedade escrava fosse ameaçada e que o soldado fosse confundido com escravo. José Honório Rodrigues lembra das considerações de José Clemente Ledo a respeito do serviço nas tropas: “Se Ledo achava que havia horror ao serviço militar, *ao ódio da escravidão* e aos pequenos vencimentos que não contrabalançavam com as oportunidades de fortuna que o país oferecia; afirmava também que havia um grande amor as fardas [...] (grifo meu)”.³⁶⁹

Para Kraay o soldado identificava-se como homem livre durante o período colonial, apesar do recrutamento à força, da falta de liberdade e dos castigos corporais. Para Kraay, talvez a semelhança do desertor com o escravo justifique as constantes associações de cativos e soldados fugidos, como se viu. Além disso, o perdão dado a desertores se assemelhava muito com a disposição dos senhores de escravos em conceder indulto aos que fugiam e voltassem voluntariamente. Contudo, ele afirma que as diferenças de cor e condição separavam os militares dos escravos. Aliás, “os soldados, na verdade, defendiam importantes partes da sua identidade, distinguindo-os dos escravos”.³⁷⁰ De fato, as fileiras da 1ª linha, no século XVIII, eram formadas por homens brancos principalmente por não haver *pretos* libertos e escravos nas tropas pagas, contribuindo para a identificação do soldado com o homem livre. No entanto, no século XIX, essa identidade sofreu alterações com a entrada de

³⁶⁶ Silva. *Ser Nobre na Colônia...*p.150.

³⁶⁷ Rodrigues. *Independência...*p. 88-89; Paula Cidade. *O soldado de 1827*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927. p. 20.

³⁶⁸ Kraay. *Race, State, And...*p.126.

³⁶⁹ Rodrigues. *Independência...*p. 88.

³⁷⁰ Kraay. *Race, State, And...*p.76.

pretos libertos durante a Guerra de Caiena. Kraay também aponta essa mudança a partir das lutas pela independência na Bahia, onde até mesmo escravos foram recrutados.

Em artigo sobre a participação dos escravos na guerra de independência, na Bahia, Kraay discute sobre a preocupação da elite dominante branca com o recrutamento de escravos para o Exército, uma vez que o alistamento mudava a condição desses homens, tornando-os soldados. Esse recrutamento feria o princípio da propriedade e provocava medo nos grupos hegemônicos quanto à possibilidade de perda do poder frente à ascensão social de escravos. A participação das tropas formadas por ex-cativos no Levante de Periquitos, em 1824, na Bahia, deu a oportunidade às autoridades de restaurarem a diferença entre escravos e soldados. As tropas de ex-cativos foram enviadas para fora da Bahia, garantindo a manutenção das diferenças sociais estabelecidas na colônia e reforçadas no Império.³⁷¹

Não há muitas informações sobre escravos nas tropas do Grão-Pará, mas, em 1813, a Junta Provisória pedia a devolução do escravo Bernardinho de Senna, que era cativo do reverendo Romualdo Lopes da Cunha. Ele *sentou praça* como voluntário no 2º regimento de linha estacionado em Chaves, usando o nome de Pedro Celestino.³⁷² Esse caso nos ajuda a pensar nos membros da tropa de 1ª linha do Pará, em 1814, que não deveriam ser mais constituídos de uma maioria branca. *Pretos* livres e libertos e escravos fugidos, talvez, fossem aceitos costumeiramente. Se assim não fosse, não teriam permitido o ingresso de Pedro Celestino nela. Além disso, a presença de *homens de cor* nessas tropas desde 1808, deve ter contribuído para uma possível auto-identificação do soldado como escravo, bem antes das lutas de independência.

Nas milícias, a *qualidade* dos praças não era diferente. Em 02 de maio de 1808, mandava-se elevar corpos de milícias artilheiras, constituídas de pardos e *pretos* libertos. Até essa ordem real não havia milícias pardas e de *pretos* libertos. Estes estavam alistados nas tropas ligeiras ou de ordenanças juntamente com os índios. A primeira menção ao recrutamento de *pretos* libertos para as ligeiras foi feita pelo governador Francisco de Souza Coutinho em 1798, como foi visto no capítulo anterior.

Esta ordem devia ser distribuída a todos os capitães de companhia e ao inspetor comandante da artilharia. Nela pedia-se que se colocassem em “estado de defesa mais respeitável esta capitania a fim de poder, com a segura, vantagem e esperança de sucesso, repelir qualquer ataque hostil contra o território”.³⁷³ Para formar esse corpo, apresentou-se

³⁷¹ Hendrik Kraay, “Entre outras coisas não falavam os pardos, cabras e crioulos: O recrutamento de escravos na guerra de Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 109-126, (2002).

³⁷² APEP, EC, Códice 663. Correspondência da Junta com Diversos. Ofício de 4 de junho de 1813.

³⁷³ BN-DM, códice 7, 3, 26.

um número de pardos “incomparavelmente” maior do que de *pretos* libertos, impossibilitando a formação de “dois corpos de [uma] e outra cor”. Assim, formaram-se duas companhias misturadas de *pretos* libertos e pardos, divididas em companhia da cidade e campina.³⁷⁴ No documento, há informação de que os dois grupos foram consultados sobre a “perfeita fraternidade” entre eles, comprometendo-se em se submeter a qualquer das “autoridades que pelo [acaso], ou pela minha escolha, entrassem em direito de [comandá-los]”.³⁷⁵

A exigência do comprometimento de pardos e *pretos* livres de servirem juntamente de maneira fraternal fazia-se necessária para as autoridades, uma vez que historicamente estas tropas estavam separadas e geralmente eram desunidas. As autoridades portuguesas viram as rivalidades desses grupos em Salvador, quando, no final do século XVIII, o 3º Regimento de Milícias de *Pretos* Libertos protestou contra a nomeação de um pardo para comandá-los. Normalmente, tanto pardos quanto *pretos* libertos preferiam ter oficiais de mesma *qualidade*, possibilitando a ascensão de seus pares que podiam ser parentes, amigos ou conhecidos. Situações como estas podem ter ocorrido várias vezes ao longo da colônia. Assim, com a exigência de um compromisso de boa convivência entre esses dois grupos, os administradores procuravam evitar problemas semelhantes ao caso da Bahia.

Infelizmente, há informações esparsas sobre pardos e *pretos* libertos no Pará. A única informação mais precisa sobre os libertos vem de Vicente Salles, que arguiu sobre a dificuldade de trabalho, na cidade para eles, visto que os serviços eram realizados por escravos e brancos pobres. Todavia, não necessariamente isso significava que esses grupos tenham se rivalizado. Em Belém, eles residiam no bairro de Santana da Campanhia. Nas memórias de Ane Mari, ela relembra da grande presença de *homens pobres de cor* nessa freguesia, onde foi montada a companhia de *pretos* libertos e pardos em 1808.³⁷⁶ Nesse bairro, deviam conviver com *cafuzos*, índios e *mamelucos* que poderiam exercer profissões parecidas e, talvez, enfrentassem a mesma dificuldade de sobrevivência, possibilitando a criação de relações de solidariedade entre eles. Provavelmente resolveram se apresentar às tropas de milícia para fugir do serviço real, como uma forma de ascensão social. Além disso, eles poderiam obter postos de oficiais superiores, assumindo cargos de sargentos-mores e ajudantes, ou de coronéis (mestre-de-campo), recebendo remunerações pelos cargos.

Kelly escreveu sobre a importância dada aos serviços nos corpos militares por pardos e *pretos* libertos no início do século XIX. A carreira nas armas era a forma de projeção social

³⁷⁴ Idem

³⁷⁵ Idem

³⁷⁶ Sobre as memórias de Ane Mari Presle ver: Souza. *Desordem...*p.105

mais acessível a eles. Todavia, havia grandes dificuldades para se conseguir um posto de oficial superior nas milícias. Kelly informa ainda sobre a existência de apenas um coronel negro na 2ª linha do Maranhão, na primeira metade do XIX.³⁷⁷ Segundo Silva, em Pernambuco essas dificuldades aumentaram já no final do século XVIII, pois as autoridades estavam preocupadas com a elevação social desses grupos, por isso procuram restringir o acesso deles aos postos acima de oficiais inferiores. Em relação à Bahia, Kraay também escreve sobre a tentativa do governo baiano em nomear oficiais brancos das regulares às auxiliares. Kraay informa ser essa uma tendência de parte da elite baiana para impedir a ascensão dos *livres de cor*.³⁷⁸

Quanto à categoria sócio-econômica, os 33 recrutados de Cameté (tabela 37) são classificados ou como “vadios,” ou como “vagabundos,” caracterizando a falta de profissão reconhecida pelas autoridades. Homens sem estabelecimento fixo também eram preferidos para compor a 1ª linha. Assim, os considerados “vadios” e “não-proprietários” continuavam, no final da década de 1820, a estar constantemente nas fileiras das tropas regulares. No entanto, outros setores da sociedade continuaram a ser alistados. Na mesma vila de Cameté, no mesmo ano, depois do recrutamento feito pelo Coronel Barata, os pedidos de licença e de baixa eram reveladores das atividades econômicas e situação financeira dos recrutas. Muitos pediam licença para cuidar de seus negócios, cuidar de suas propriedades e parentes, que estavam desamparados pela retirada forçada dos requerentes do seio familiar. Por exemplo, o soldado Lopes de Souza, pedia permissão para ir ver sua mãe e cuidar de seu pequeno sítio de cacau. No mesmo ano, o soldado João Martins teve autorização para ir receber dinheiro de seus devedores para os quais tinha vendido mercadorias. Outro soldado solicitava afastamento temporário para vender um sítio, uma vez que não tinha escravos, e apenas um filho.³⁷⁹

Poderiam ser apenas discursos para fugir do serviço na tropa de linha, mas, de fato, a região de Cameté era marcada por lavouras de cacau e frequente presença de pequenos lavradores. Em Santarém, em 1823, o comandante pedia a dispensa dos soldados milicianos que reclamavam do trabalho militar diário, deixando suas culturas desamparadas.³⁸⁰ Ele reiterava esse pedido alguns dias mais tarde, pois os milicianos continuavam a pedir

³⁷⁷ Hebert S Kelly. “Os homens livres de cor na sociedade escravista”. *Dados*, n.12, p. 3-27, (1978).

³⁷⁸ Kraay. *Race, State, And...*p.98; Silva. “Negros Patriotas...p. 502-503. As análises de Silva e Kraay vão ao encontro das defendidas por Viana que aponta a existência de uma política de restrição à ascensão social dos *livres de cor*, desde o século XVII. Ver: Larissa Viana. *O idioma da Mestiçagem: As Irmandades de Pardos na América Portuguesa*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

³⁷⁹ APEP, EC, Códice 709, Correspondência de Diversos com a Província do Pará. Ofícios de 31 de julho de 1820 e 9 e 12 de agosto de 1820.

³⁸⁰ APEP, EC, Códice 658, Correspondência do Comandante de Santarém com Diversos. Ofício de 15 de agosto de 1823.

afastamento do serviço militar. Para solucionar o problema, ele requeria que fossem enviados praças da 1ª linha e um oficial para comandar o novo regimento do Tapajós, que deveria ser montado.³⁸¹

Durante os anos de 1821 e 23, nos alistamentos para as ligeiras ou ordenanças, pode-se visualizar a ocupação dos recrutas. Em 8 de agosto de 1823, o capitão dos ligeiros de Monte Alegre (região de Santarém), Antônio de Freitas Guimarães, precisava de mais de 30 praças para mandar ao Arsenal de Marinha e a vila de Igarapé-Miri (região de Belém), para a construção de um novo canal. Normalmente, para a terceira reserva eram alistados todos os homens não-proprietários, independente de *qualidade*, mas eram geralmente índios. Freitas Guimarães começou a recrutar indígenas que estavam trabalhando nas roças de lavradores, supostamente, por meio de “contrato livre”, como determinava a lei de 12 de maio de 1798, citada no primeiro capítulo. Por essa mesma lei, esses homens alistados tinham de trabalhar no serviço real, como ajudar na construção do canal, ou no Arsenal, ou nas fábricas de madeira. Segundo Freitas, o desaparecimento dos indígenas recrutados nas ordenanças fez com que o comandante tivesse de ir buscá-los nas plantações de *potentados locais*, o que gerou vários requerimentos contra ele.³⁸² A leva forçada não se restringiu a Monte Alegre. Em 1821, o comandante militar de Alter do Chão (região de Santarém) reclamava que o juiz ordinário estava impedindo o envio de índios infantes para trabalharem no Arsenal de Marinha em Belém, uma vez que desejava utilizá-los na sua lavoura e de outros moradores da vila. Ele se recusava a ceder ao comandante uma canoa para levá-los à capital e divulgava entre os indígenas que a Constituição portuguesa os isentava do serviço nas tropas.³⁸³

Em 1823, o comandante de vila de Franca (região de Santarém) acusava o presidente da câmara local de impedir a ida de soldados ligeiros para a capital, uma vez que os escondia juntamente com seus familiares, para que se livrassem do serviço nas tropas. Os comandantes alegavam que os índios também eram seduzidos pelo juiz ordinário para fugirem das suas obrigações como infantes.

Se os indígenas recusavam o trabalho nas tropas devido a interferência do juiz ordinário, ou eram forçados pelos vereadores a se esconder, não se sabe, mas era conveniente

³⁸¹ APEP, EC, Códice 658, Correspondência do Comandante de Santarém com Diversos. Ofício de 26 de agosto de 1823.

³⁸² APEP, EC, Códice 658, Correspondência do Comandante de Santarém com Diversos. Ofício de agosto de 1823. A força de trabalho dos indígenas estava à disposição dos colonos e lavradores, de acordo com a lei de 1798, decretada por Francisco de Souza Coutinho. Ela determinava que os índios recrutados para as tropas ligeiras deveriam trabalhar em um corpo efetivo de indígenas, para prestarem serviço aos moradores e ao Estado. Normalmente, o recrutamento dos ligeiros ocorria quando havia necessidade de homens para execução de trabalho público no Arsenal de Belém. Ver: Sampaio. *Espelhos Partidos...*p. 227-230.

³⁸³ APEP, EC, Códice 658, Correspondência do Comandante de Santarém com Diversos. Ofício de dezembro de 1821.

para eles ficarem em suas localidades, e não serem transferidos para Belém, onde ficariam longe de suas famílias, amigos e de seu trabalho. Em setembro de 1823, o comandante da tropa de Boim (região de Santarém), Fernando de Castro Mello, denunciava ao governador das armas a falta de soldados infantes para que fossem enviados para a capital da Província. Os índios preferiam desertar e trabalhar nas canoas de comerciantes de Santarém, ficando próximos de seus lugares de origem.³⁸⁴

Outras estratégias eram criadas, pelas autoridades locais, para evitar o recrutamento de lavradores e da sua mão-de-obra. Fábio Faria Mendes escreve sobre as comuns alegações de miséria e falta de alimentos provocados pelos recrutamentos, por parte das autoridades das vilas do Brasil no século XIX. Esse era um subterfúgio dos oficiais da câmara para evitar os alistamentos ou destacamentos para o serviço na tropa regular, que normalmente levava o recruta para regiões distantes. Todavia, não se deve esquecer que essas justificativas não eram apenas por motivos humanitários, elas geralmente estavam relacionadas aos próprios interesses dos vereadores em não perder a mão-de-obra para seus serviços particulares. Não raros são os relatos de brigas de juízes ordinários e membros da assembléia municipal com os comandantes militares pelo controle da força de trabalho dos indígenas no Pará.³⁸⁵

A utilização dos indígenas alistados nas tropas de infantaria em serviços públicos ocorreu em todo o Grão-Pará. Spix e Martius relataram da seguinte forma o constrangimento dos índios para o serviço em Belém:³⁸⁶

[...] são requisitados, diversas vezes por ano, bandos inteiros de índios jovens, tirados dos aldeamentos no interior e da Ilha do Marajó, e remetidos para cidade, além de receberem a diária de vinténs [...] casa e comida [...] esse sistema traz [...] grandes desvantagens, pois arrancando a robusta mocidade à lavoura e da vida conjugal nos aldeamentos, às vezes durante anos [...]³⁸⁷.

As disputas entre *potentados locais* e o Estado pelo controle da mão-de-obra atingiu duramente os indígenas, que criaram suas próprias estratégias para se defender desse fogo cruzado. Eles contaram com a solidariedade de *pretos* e criminosos, moradores locais. Para eles, ficava cada vez desinteressante a permanência nas tropas. Sampaio comenta que a

³⁸⁴ Spix e Martius escreveram sobre a insistência dos índios que faziam parte da sua tripulação, para que os dois incluíssem em seu roteiro o lugar de origem deles, uma vez que desejavam visitar seus parentes. Todavia, os alemães receberam conselho, em Belém, para evitar passar próximo da residência dos indígenas para evitar a fuga deles a fim de se unirem a seus parentes. Ver. John Baptist Von Spix e Carl Friedch Philipp Martius, “Estada na Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará”. In: *Viagem pelo Brasil (1817- 1820)*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, volume 3, 1981 p. 76; APEP, EC, Códice 658, Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos. Ofício de 09 de setembro de 1823.

³⁸⁵ Mendes. “Encargos, privilégios...p.120-123.

³⁸⁶ APEP, EC, Códice 658, Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos. Ofício de 13 de agosto de 1823.

³⁸⁷ Spix; Martius. “Estada na Cidade de Santa...p.28.

exigência de confirmação de patente, por meio do pagamento de meio soldo, deve ter impedido a continuidade de formação de uma oficialidade de indígenas que serviam nas tropas de infantaria, visto que não havia soldo, diminuindo, ainda mais, o interesse dos indígenas pelo trabalho nesse tipo de tropa.³⁸⁸

Nas companhias de infantaria ligeiras também serviam homens brancos pobres, pardos e *pretos* libertos sem propriedades. Muitos *pretos* e pardos passaram para as milícias em 1808. A literatura coloca os pardos como um grupo intermediário entre brancos e *pretos*, mas na sociedade paraense esses homens estavam igualados a *pretos*, *cafuzos* e índios. Assim, pode-se pensar em uma possível solidariedade entre *pretos*, *cafuzos*, índios, pardos e brancos pobres. Viviam no mesmo bairro e, talvez, possuíssem atividades semelhantes, como os trabalhos nas mesmas unidades. Nas tropas de 1ª linha, pardos e *pretos* foram admitidos nas fileiras, mas, dificilmente, passavam de postos de inferiores na 1ª linha. Deve-se lembrar, ainda, que entre as reivindicações dos militares regulares envolvidos na Revolta dos Alfaites, em 1798, estava a igualdade de acesso aos postos do governo e dentro das fileiras do Exército para brancos, pardos e *pretos*.

A despeito das rivalidades entre pardos e *pretos* serem reais, elas também faziam parte das construções ideológicas das autoridades, que reforçavam essas rivalidades dentro das tropas. A exemplo do que ocorria na Bahia, onde as milícias eram organizadas de acordo com critérios raciais numa tentativa de classificar os indivíduos e manter hierarquias. Assim, procurava-se conservar a separação deles. Todavia, as identidades são construídas historicamente e variam de tempo e lugar. Assim, a união de *pretos* e pardos nas tropas de milícia, no Pará, possivelmente contribuiu ainda mais para uma solidariedade entre eles, que provavelmente se desenvolveu tanto dentro das fileiras das 2ª linha quanto da 1ª linha. Essa união talvez já existisse, posto que eles já trabalhassem juntos nos corpos de infantaria da terceira reserva, para onde estavam destinados desde 1799. As barreiras de cor devem ter sido desobstruídas pela condição social desses homens, que na maioria não possuía nenhum tipo de propriedade. Essa solidariedade pode ter sido estendida aos indígenas, que não estavam distantes de pardos e *pretos* libertos na hierarquia social. Essa ajuda mútua entre *homens de cor* com a mesma condição provavelmente alcançou os brancos pobres e, quase sempre, aos escravos.

³⁸⁸ Sampaio. *Espelhos Partidos...*p.260

3.5 Oficiais do século XIX: carreiras meteóricas e fidelidade ao rei

Já vimos que as tropas de 1ª linha do Pará, a partir de 1808, estavam formadas por índios, mulatos e *cafuzos*, ao contrário do que ocorria no século XVIII, quando preferia-se homens brancos e *mamelucos* para elas. Será que essa mudança ocorreu também com a oficialidade dos corpos em 1808? Eram todos portugueses, ou todos seriam naturais do Pará? Quem eram os membros dela? Eram membros das grupos não-hegemônicas ou teriam ligação com a elite paraense? Os critérios utilizados para obtenção de postos, a partir do governo de D. João, contribuiriam para a formação dessa oficialidade?

Para se obter essas respostas, utilizaram-se as fichas dos oficiais do regimento de infantaria pago da cidade de Belém, em 1821. Segundo informações de Spix e Martius, havia nele 3.000 homens que compunham três regimentos que, provavelmente, estavam divididos em 1ª e 2ª linhas e possuíam 78 oficiais. Os registros dos graduados continham o ano de entrada na tropa, idade, naturalidade, tempo de serviço, estado civil, número de filhos, participação em campanhas militares, número de prisões, avaliação do comportamento civil e militar, e grau de instrução. Tal grupo de oficiais é relevante para nossa análise, uma vez que eles estariam envolvidos diretamente nas lutas de independência no Pará. Eles participaram do golpe de 1821, que levou o Pará a aceitar o Constitucionalismo Português; do primeiro levante a favor do consentimento da capitania à independência ocorrido em 14 de abril de 1823, e na sedição de 15 e 16 de outubro de 1823, que ocorreu depois da “adesão” do Pará à Independência em 15 de agosto de 1823, e acabou em março de 1824. Entre eles, estavam o alferes Boaventura Ferreira Bentes, o alferes José Felix Perreira de Burgo, o Coronel João Pereira Vilaça, o secretário Ferreira Cantão, e outros, que tiveram participação nesses eventos. Além disso, utilizaremos as *cartas-patentes* dos anos de 1799 a 1810, presentes no código 568 intitulado “Alvarás, Cartas Régias e Nomeações”.

A idéia de que havia um maior número de oficiais portugueses nas tropas militares luso-brasileiras não procede para o Pará, onde o número de brasileiros era superior aos de portugueses na infantaria, como ilustra o gráfico a seguir:

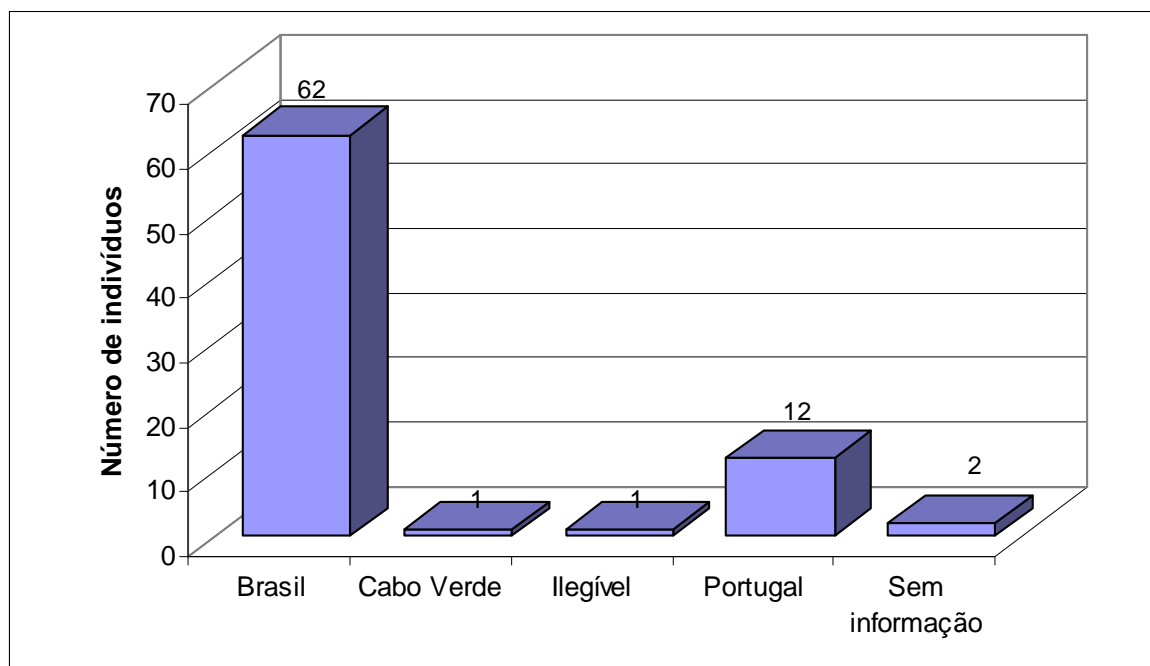


Gráfico 4: Nacionalidade dos Oficiais da Infantaria da Tropa Paga de Belém, no ano de 1821
 Fonte: AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 151, D. 11707, Projeto Resgate

Apesar de haver uma lei determinando que o número de oficiais deveria ser igual tanto para portugueses quanto para nascidos no Brasil, a quantidade de paraenses nas tropas era superior a de lusos, correspondendo a 56 oficiais dos 78 existentes na infantaria paga de Belém em 1821. Aliás, somente 12 eram de Portugal. O restante distribuía-se entre: 01 de Cabo Verde, 05 de Pernambuco, 01 do Rio de Janeiro, 57 do Pará e 02 sem informação. Mesmo os postos exercidos pelos portugueses não apresentavam diferença dos ocupados por brasileiros. Assim, os naturais do Brasil estavam à frente do comando da tropa de infantaria do Pará - numericamente superior a todas as outras armas - rompendo com a idéia de que as vésperas da Independência havia mais oficiais naturais de Portugal do que brasileiros. Segundo essa versão, era esse o motivo do grande descontentamento nas tropas, que influenciou a participação dos oficiais militares brasileiros nas lutas de Independência. Mas tal interpretação não se sustenta para o Pará, pois até mesmo a distribuição dos postos de oficiais respeitava critérios de promoção e não de nacionalidade ou naturalidade.

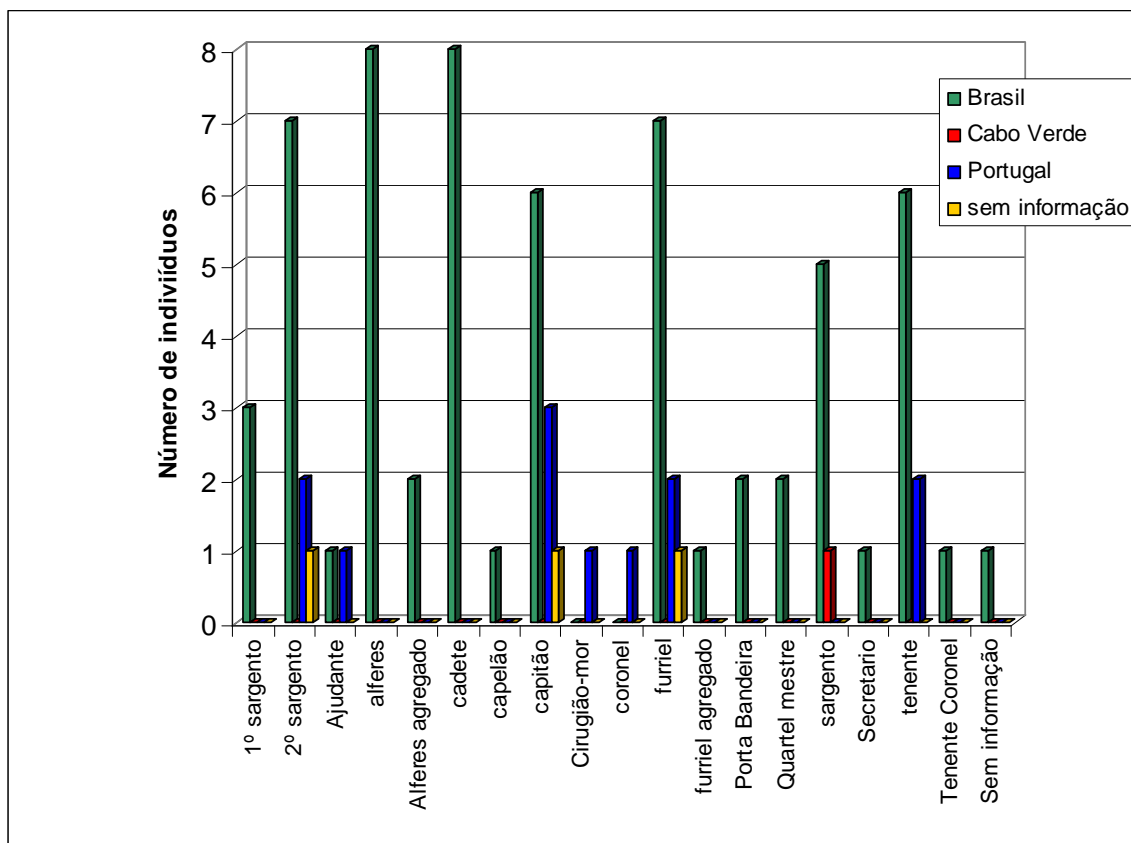


Gráfico 5: Nacionalidade dos Oficiais da Tropa de Infantaria Paga de Belém por Posto, no ano de 1821.
 Fonte: AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 151, D.11707, Projeto Resgate.

Já o gráfico 6 informa a naturalidade dos oficiais da infantaria. Eles nasceram em localidades diversas do Pará, Brasil e Portugal. Dos oriundos do Brasil, havia graduados do Pará, do Rio de Janeiro e de Pernambuco. De Portugal, estavam os soldados do Porto, Lisboa e Braga. O número maior de oficiais era do Pará, sendo de Belém e Cametá o contingente mais expressivo, possivelmente por serem as localidades com o efetivo maior de homens em armas.

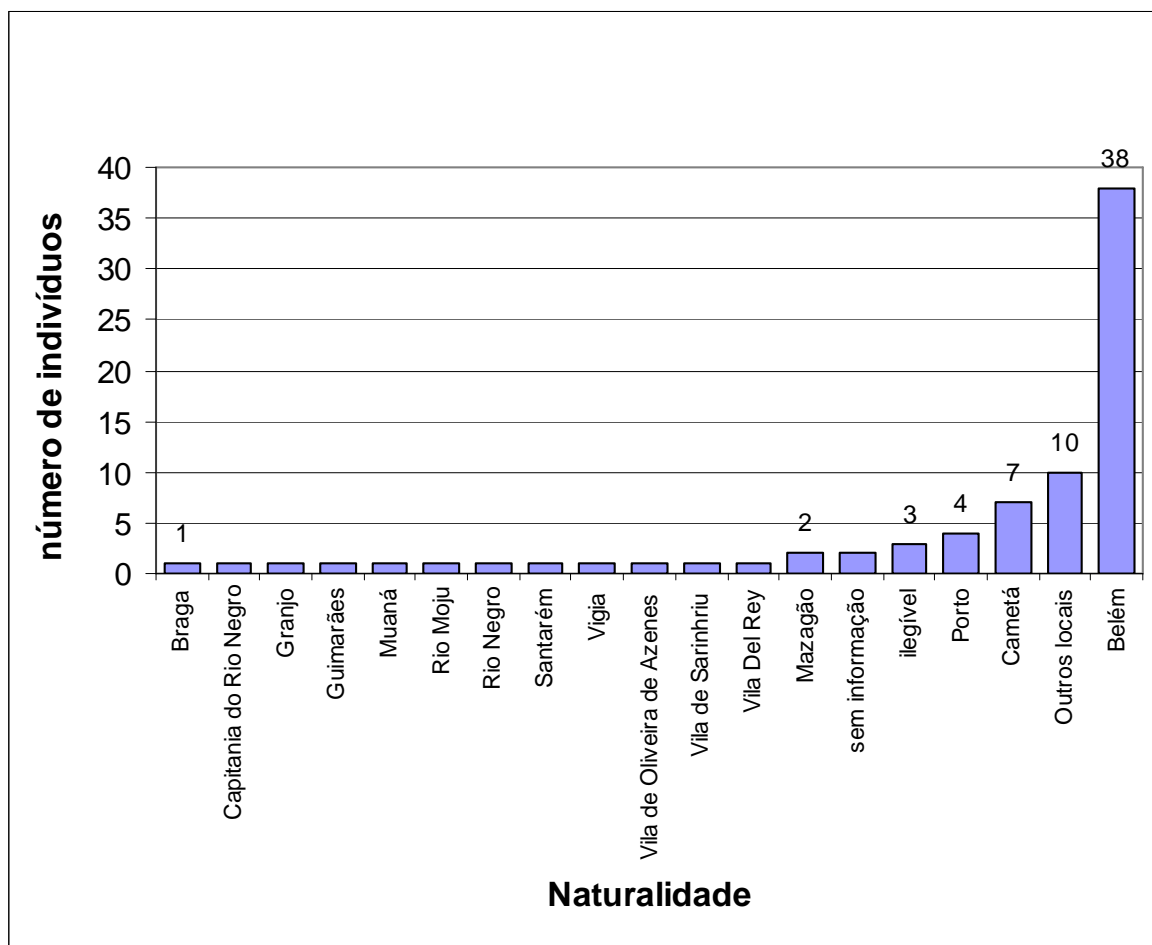


Gráfico 6: Naturalidade dos Oficiais da Tropa de Infantaria Paga de Belém, ano de 1821
 Fonte: AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 151, D.11707, Projeto Resgate.

Pode-se verificar, no gráfico 7 abaixo, que 41 graduados entraram na infantaria a partir de 1808, sendo esse o ano de maior recrutamento para a oficialidade, visto que havia a necessidade de homens para combater na guerra deflagrada contra a França pelo Príncipe Regente, depois da sua chegada ao Brasil. No Pará, a formação de um quadro de oficiais foi mais contundente devido a peleja contra a Guiana Francesa. Com exceção de três, os demais entraram no Exército a partir da década de 1790, quando iniciaram-se as guerras na Europa.

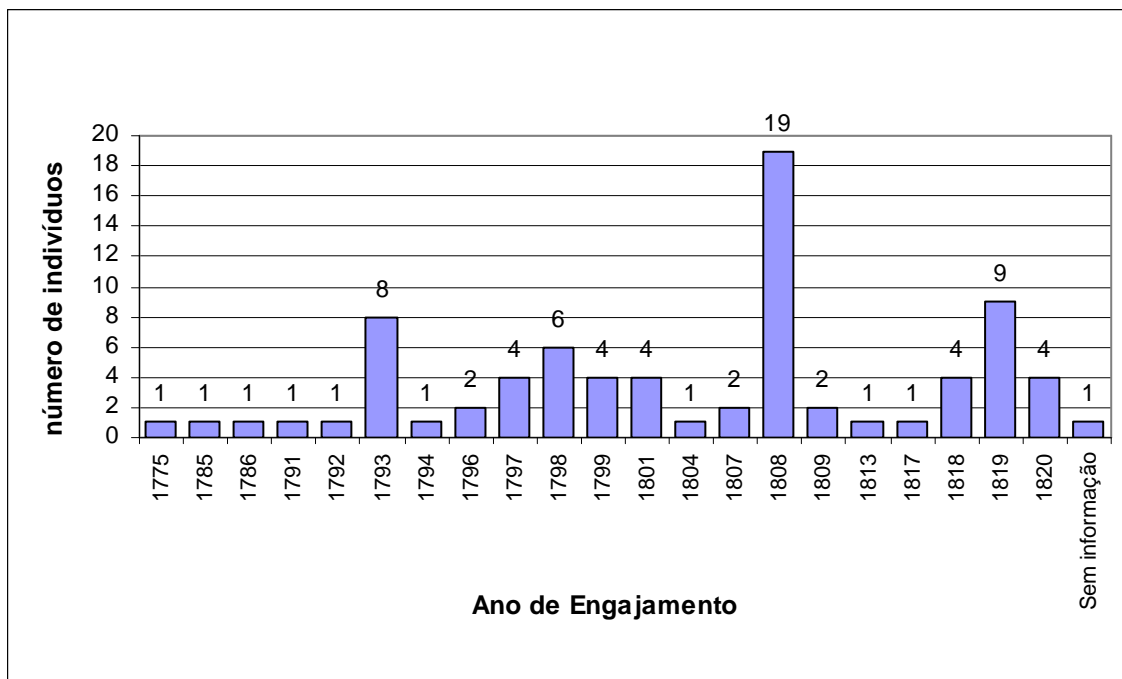


Gráfico 7: Ano de Entrada na Tropa dos Oficiais de Infantaria Paga de Belém, ano de 1821
 Fonte: AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 151, D.11707, Projeto Resgate.

A maioria entrou nas tropas por meio de recrutamento, mas o número de voluntários é significativo. Dos 78 oficiais existentes, 30 entraram no Exército espontaneamente. Desses, 14 ingressaram como soldados, e 16 tinham título de cadete. Dentre estes últimos, somente um entrou com o título de cadete, e os outros 15 *sentaram praça* como soldados e, depois, foram reconhecidos cadetes. Esse parecia ser um procedimento comum, que ainda vigorava em 1827, como quando um Comandante das Armas avisou ao Governador que admitiria Carlos Daniel de Seixas na força, sendo que este seria engajado como soldado para posteriormente ser elevado a cadete, pois os avós dele eram “nobres”. Seixas apresentou-se voluntariamente e seus conhecimentos de desenho – adquiridos em Lisboa - o habilitavam para servir na artilharia.³⁸⁹

Como já foi dito sobre os oficiais do século XVIII, havia muitas vantagens em ser oficial do Exército. Os benefícios não diminuiriam com o tempo e não se restringiam à equivalência dos postos militares de títulos honoríficos. Os oficiais tinham isenção de impostos e, quando nomeados para o comando de fortalezas, podiam utilizar a verba em proveito próprio. Além disso, a constante redução do tempo de serviço abria a possibilidade de posteriormente procurarem outros afazeres, com o término do trabalho na tropa de 1ª linha.

³⁸⁹ APEP, FSPP, Códice 840, Correspondência dos Presidentes com os Comandantes das Armas. Ofício de 25 de junho de 1827.

Em 1808, desses 30 voluntários, seis foram a Guerra de Caiena, cinco deles ingressaram como soldados, e apenas um foi incorporado com o título de cadete. Provavelmente, para os soldados esse serviço prestado à Coroa lhes proporcionaria promoções mais rápidas e riquezas, uma vez que os comandantes haviam prometido enriquecimento para os que fossem na expedição para Caiena. Ainda em 1808, o interesse pelas patentes militares era tanto que diversos homens as compraram por meio de doações feitas ao Estado, para reconstruir as fortificações e reparar a artilharia da capital. Em 1808, Belchior Ferreira Porto deu quinhentos mil réis para reedificação de fortalezas e ganhou o posto de tenente adido à Fortaleza da Barra, localizada em Belém. Semelhante atitude teve Manoel Joaquim do Nascimento, que contribuiu com trezentos mil réis, recebendo em troca o cargo de alferes agregado à Fortaleza da Barra. Tantos outros tiveram semelhante procedimento, principalmente, em um ano que os governantes do Pará estavam com o firme propósito de fortificar a cidade de Belém, para evitar um possível ataque francês, e garantir recursos para a conquista de Caiena.³⁹⁰

Muito mais do que revelar que as patentes do Exército estavam à venda, a atitude desses homens demonstra a importância de se ter um posto de oficial do Exército. Ela representava nobreza, prestígio social e regalias, como a isenção total de impostos. Na sociedade colonial, ser fidalgo era muito importante e a maioria das famílias vindas para o Brasil não tinha origem nobre, e uma das alternativas para adquirir esse status era prestar serviços militares ao rei.

Segundo Souza, a primeira medida nesse sentido foi a reedição em 1813 da lei de 1757, já citada acima, que reafirmou os critérios, já estabelecidos por D. José I e Pombal, de obtenção de postos de oficiais do Exército para a primeira metade do XIX.³⁹¹ A diferença entre a primeira edição dessa lei e a segunda, está na forma de se conseguir o controle do Exército no reinado de D. José I e no governo de D. João. A 1ª e 2ª linhas eram consideradas de extrema importância durante a regência de D. João e, diferentemente de D. José I e Pombal, ele e sua mãe apostavam principalmente na formação de uma oficialidade com membros da nobreza e de pessoas com ligações próximas ao rei, a fim de manter a fidelidade de seu Exército. Esta fórmula deixava os graduados dependentes dos favores do rei. Esta situação não mudou durante o século XIX. D. Pedro I, durante a Regência, premiava seus brigadeiros com títulos de barões. Segundo Jonh Schulz, ela somente mudaria em 1850, com

³⁹⁰ APEP, Códice 368, Provisões, Patentes e Nomeações.

³⁹¹ Souza. *O Exército na Consolidação do Império...*p.49-48.

o Decreto do ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo, que regulamentou a promoção na carreira por mérito e antiguidade.³⁹²

Os cadetes tornaram-se mais numerosos depois da vinda da família real. Enquanto apenas sete entraram no período de 1780 a 1794, eles foram 19 no período de 1799-1814. Provavelmente, a entrada deles foi facilitada pela lei de 1798, que acabava com o limite de idade e o número de cadetes que poderiam entrar nas tropas de linha. O traslado da família real para o Rio de Janeiro não freou as mudanças na organização do Exército. Pelo contrário, não era apenas necessário valorizar as tropas de 1ª linha, mas construir um grande e forte Exército regular no Brasil, uma vez que o grosso das tropas havia ficado em Portugal, para defender o país dos franceses e seus aliados espanhóis. Assim, o Príncipe Regente procurou garantir a formação de uma oficialidade que estivesse sob seu controle e não nas mãos dos particulares, aumentando o número de homens sujeitos a ele, como os homens de reconhecida nobreza.³⁹³

O privilégio de cadetes para a ascensão ao posto de oficiais subalternos e superiores e de oficiais gerais gerou protestos, e D. João VI resolveu ampliar um pouco o acesso a eles. Ele decretou, em fevereiro de 1820, uma lei que permita aos filhos de oficiais inferiores da primeira linha ou pessoas condecoradas com hábitos das ordens militares, entrassem nas tropas com o título de segundo-cadete. A lei admitia que eles tivessem ingresso nos cargos de oficiais, mas seriam preteridos em relação aos primeiros-cadetes, filhos dos nobres, sargentos-mores e mestres-de-campo. Esse decreto beneficiou também os filhos de funcionários civis com alguma importância. Eles ingressariam nas tropas como “soldados especiais” e teriam direito de ocuparem os cargos de oficiais inferiores.³⁹⁴

Segundo Souza, mesmo depois da lei de 1820, a obtenção de postos estava ligada à origem, ou seja, dependia do lugar de cada indivíduo na sociedade. Os mais bem nascidos tinham direito aos postos de primeiro-cadete e privilégios que os livravam dos serviços árduos das 1ª linha. Os cargos de oficiais inferiores cabiam aos filhos de funcionários civis preteridos pelos primeiros e segundos-cadetes, porém beneficiados em relação aos praças, provocando uma fissura dentro do Exército.³⁹⁵

De fato, o princípio da antiguidade para as tropas vai perdendo novamente espaço com mudanças iniciadas no final da década de oitenta do século XVIII. Elas tinham como objetivo

³⁹² Schulz. *O Exército na Política...*p.29.

³⁹³ APEP, Decreto de 18 de maio de 1797, “facilitando a admissão de Cadetes”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa: Maygrense. 1829. Tomo III, p. 400.

³⁹⁴ Souza. *O Exército na Consolidação do Império...*p. 49-50.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 52.

nobilitar os altos postos e aumentar a diferença entre o topo e a base da hierarquia do Exército. Possivelmente essas medidas foram fruto do fim da política pombalina, e início do período que ficou conhecido em Portugal como Viradeira. Período em que o Estado diminui a centralização do poder, e a nobreza volta a dominar em Portugal. Essas mudanças possivelmente influenciaram as escolhas de oficiais, que era feitas principalmente por mérito

396

As *cartas-patentes* de 1808 a 1810 já apontavam essa mudança. Nelas vê-se o mérito como principal critério de ascensão nas tropas. O tempo de serviço passa para segundo plano, como se vê no gráfico 8. Provavelmente a guerra contra a França, decretada por D. João, justificaria a formação de oficiais em um espaço pequeno de tempo, mas a falta de numerário para a formação dos contingentes, a construção de fortalezas e o reparo na artilharia fizeram com que D. João desse postos sem estar preocupado com a habilidade de muitos militares que assumiriam, principalmente posto na infantaria ou cavalaria. Provavelmente ele manteve os postos-chaves de oficiais aptos para treinar as três armas, postos de que precisava para conservar o seu Exército organizado, para combater seus inimigos, como os de oficiais da artilharia, capitão, sargentos-mores e ajudantes da infantaria e cavalaria. Observemos o gráfico 8:

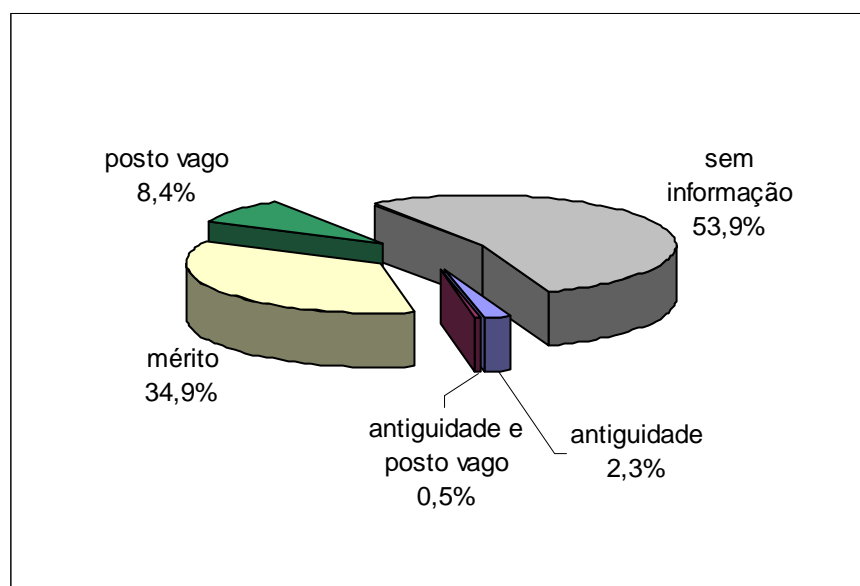


Gráfico 8: Motivo da Promoção de Militares para as Tropas do Pará entre os Anos de 1799-1810

Fonte: APEP, EC, Códice 568, Provisões, Patentes e Nomeações.

³⁹⁶ Silva. *Ser Nobre na Colônia...* p. 238.

O mérito aparece em 34,9 % das *cartas-patentes* enquanto a antiguidade 2,8%, se juntarmos as variáveis antiguidade e posto vago com antiguidade. Provavelmente, tanto antiguidade quanto mérito poderiam ter um percentual maior do número de *numbramentos*, que era de 438, visto que os sem informação somavam 53, 9% do total delas. Contudo, o aumento da importância do mérito para as ascensões é expressivo. Nesse período, também diminuiu o tempo para as promoções, que deixaram de ser de 16,5 anos, de 1780-1799, para 9,5 anos para quem entrava como soldado.

A despeito da média de 9,5 anos para atingir o oficialato, homens pobres, que entravam como soldados, ficavam muitos anos nos postos de oficiais inferiores. Se olharmos as fés de ofício, dos 26 inferiores mais antigos do regimento de infantaria paga de 1821, notaremos que eles foram recrutados entre 1796 e 1808, e, ainda, eram furréis e sargentos em 1821, recebendo suas últimas promoções em 1818 e 1819. O primeiro sargento Estevão de Almeida *sentou praça* como soldado em 1775, passou 17 anos como soldado, antes de ir a anspeçada e somente três anos depois tornou-se cabo. Ficou mais oito anos neste posto até ser promovido a segundo sargento e, em 1815, foi elevado a primeiro sargento. Enquanto que havia casos de homens como Boaventura Ferreira Bentes, recrutado como soldado em 1813, já era alferes com apenas cinco anos de serviço, tendo uma promoção por ano, e João Felix Pereira de Burgo que entrou em 1807 e, em 1818, já havia chegado ao posto de alferes, com uma média de 2,6 anos entre uma ascensão e outra. Estas disparidades, provavelmente, causavam tensões nas tropas.

Indubitavelmente as guerras iniciadas com a Revolução Francesa afetaram o critério de promoção das tropas, uma vez que D. João teve de montar um Exército o mais rápido possível na colônia, e enviar uma expedição a Caiena. A mesquinhez do erário público o levou a aceitar contribuições tanto para sustentar as tropas, quanto para o seu sustento e de sua corte. Para equacionar esses problemas, o regente distribuiu patentes, títulos nobiliárquicos, criou e aumentou impostos. Assim, ele se aproximou de alguns membros dos grupos hegemônicas coloniais e se afastou de outros, mas, dentro das tropas os grandes beneficiados foram as elites locais, principalmente na 1ª linha, que passaram a predominar em detrimento dos considerados pobres, que viram diminuir as possibilidades de ascensão a postos subalternos, superiores e de oficiais gerais.

Como já dito acima, a lei de 1798, exigindo o pagamento de meio soldo pelos oficiais das tropas para confirmarem suas patentes, contribuiu ainda mais para a retirada de muitos homens pobres. Em 1812, a Secretaria do Supremo Tribunal Militar mandava reforçar o cumprimento dessa lei na Província. Além disso, impedia que alguém fosse promovido sem

antes ter confirmada a sua patente anterior. Pretendia-se evitar, também, com essa determinação, o prejuízo da “Fazenda Real”.³⁹⁷

Em 14 de outubro de 1814, a Junta de governo recebeu um ofício de um comandante de uma das vilas da capitania do Grão-Pará, comunicando que muitos oficiais não haviam confirmado suas patentes por falta de meios para fazê-lo. Ele desejava saber se era realmente preciso essa rogação, uma vez que muitos foram elevados a oficial pela primeira vez nas milícias. Em resposta, a Junta pedia apenas que lhe fosse enviada uma lista com os nomes, idades e modo de vida dos oficiais nomeados. Provavelmente eles queriam saber se esses homens estavam dentro dos critérios de promoção. Como já foi dito, o que pesava mais na escolha de oficiais às milícias era a riqueza do candidato, assim, provavelmente, a falta de recursos deve ter impedido esses homens de conseguirem permanecer no posto para que foram nomeados.³⁹⁸ Por sua vez, os índios sem dúvida foram bastante prejudicados por essa determinação. O gráfico 9 traz dados dessa diminuição até a total ausência deles como oficiais nas tropas, a partir de 1802, como vemos a seguir:

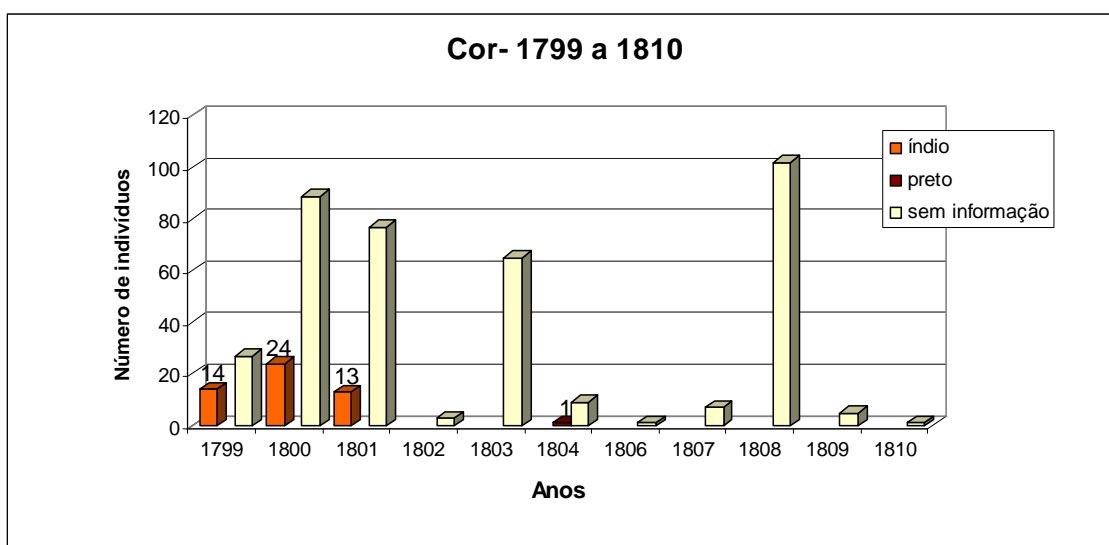


Gráfico 9: Cor dos Oficiais Promovidos nas Tropas do Grão-Pará e Rio Negro nos Anos de 1799-1810
Fonte: APEP, Códice 568, Provisões, Patentes e Nomeações.

Foram concedidas 438 cartas nos anos de 1799 a 1810, de acordo com o único código de *carta-patente* desse período existente no Arquivo Público Estadual do Pará. Destas, 51 (11,6%) foram distribuídas entre os índios; uma, a um preto; 386 (88,12%) eram desconhecidas. Destes 438 *numbramentos*, 210 (47,9%) foram concedidas às ordenanças; 161(36,7), às milícias; um (0,22%) à paga, e 66 (15%) não trazem informação. A presença de

³⁹⁷ APEP, EC, Códice 642, Correspondência de Diversos com a Junta. Ofício de 22 de abril de 1812.

³⁹⁸ APEP, EC, Códice 663, Correspondência da Junta com Diversos. Ofício de 14 de outubro de 1814.

um *preto*, como capitão da tropa de ordenança foi sem dúvida fruto da política de Francisco de Souza Coutinho, que permitiu a inclusão de *pretos* nessas unidades em 1798, como já foi dito. Dos 51 índios, 43 eram ordenanças; quatro, milicianos; quatro, sem informações. Pelos dados quantificados, os oficiais indígenas tenderam a desaparecer depois de 1802. Esta ausência, provavelmente, foi influenciada pelas exigências de pagamento de soldos para confirmar a promoção. Mas é pouco provável que os oficiais indígenas tenham desaparecido totalmente das ordenanças, já que indígenas das “nações amigas” continuavam sendo utilizadas como militares. Este era o caso dos mundurucus. Em 1824, havia uma tropa formada por índios mundurucus estacionada em Belém, que fugiu quando um capitão da sua nação foi preso.³⁹⁹

Não se pode estender essas análises à 1ª linha porque há somente uma promoção para a tropa paga sem informação, não sendo possível fazer uma avaliação a partir desses dados. Entretanto, dificilmente havia oficiais índios na 1ª linha, afinal não se entregaria o comando de uma companhia regular a um indígena, apesar de indígenas serem soldados dessas unidades, como se viu acima. Além disso, esses eram anos de maior hostilidade aos índios. Segundo Manuela Carneiro Cunha, ao longo do século XIX havia os simpatizantes da brandura e os adeptos da violência com relação ao tratamento dado aos índios, como nos séculos anteriores. Contudo, D. João inaugurou, com as peijas aos “[...] genericamente chamados de Botocudos [...]”, uma luta franca aos índios. Conforme Manuela Cunha, “Antes dele, ao longo de três séculos de colônia, a guerra aos índios fora sempre oficialmente dada como defensiva, sua sujeição como benéfica aos que se sujeitavam e as leis como interessadas em seu bem-estar geral [...]”.⁴⁰⁰

Mahalem de Lima escreve sobre a classificação dos índios em “bravos”, “domésticos” ou “mansos” no século XIX. Ele também discorre sobre a política indigenista, que foi marcada pela longa duração das disputas entre os partidários da brandura e os da violência. Os primeiros acreditavam que os índios capazes de serem civilizados por meios brandos. Por outro lado, os partidários da violência não viam meios de integrá-los a sociedade brasileira sem a utilização da força. Lima argumenta que:

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, apoiada nos Apontamentos, os adeptos da força bruta haviam se fortalecido politicamente com a chegada de João VI ao Rio de Janeiro (1808), quando, sem sequer formular qualquer retórica de legitimação referente a hostilidades prévias, o rei autorizou uma guerra ofensiva contra os povos genericamente denominados como

³⁹⁹ APEP, FSPP, série 13 ofícios, caixa 31, ano de 1824, ofício de maio de 1824.

⁴⁰⁰ Manuela Carneiro da Cunha. “Política Indigenista no século XIX”. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 136-137.

Botocudos, no território de Minas Gerais. Desde então, nas mais diversas regiões, os defensores da força bruta se viram autorizados a realizarem expedições de extermínio (para o controle das terras) e de captura (para trabalhos escravos), uma vez que se consideravam legitimados pelo Rei e pelo Estado [...].⁴⁰¹

A política de D. João voltou-se para a violência, tornando-se bem diferente da utilizada por Pombal, apesar desta ser mais cruel do que a dos missionários. Por exemplo, não esqueçamos que durante o governo do Marquês foi decretada a Lei de Liberdade dos Índios de 1755 e houve permissão para eles assumirem cargos de oficiais militares, meirinhos e juízes. Já na administração de D. João muitos grupos de indígenas dos afluentes do rio Amazonas, como os do rio Madeira e Purus, foram classificados como “gentios bravos”, por isso sujeitos à guerra, a retirada das suas terras e a sua incorporação à sociedade colonial à força. Assim, sob domínio de uma política adepta da violência em relação aos indígenas, dificilmente os índios receberiam a “honra” de serem promovidos a oficial das tropas regulares, nas quais o rei desejava manter graduados fiéis a ele. Além disso, mesmo os “índios mansos” ou “amigos” sempre foram vistos como não confiáveis e, no Pará, não há notícias de oficiais índios nas tropas regulares. Mas, a despeito dos dados do código 568 e da política de D. João, eles continuaram -- em menor número devido à exigência de pagamento para confirmar as patentes -- como sargentos-mores, alferes, sargentos de companhias formadas por seus iguais, nas ordenanças.

3.6 Tensões nas Tropas

O estudo mais recente sobre a participação dos militares na Independência e nas lutas regenciais é de Hendrik Kraay – já diversas vezes citado neste trabalho. Kraay critica a historiografia que, segundo o mesmo, só vê os infortúnios do recrutamento, deixando de lado a importância do serviço militar para muitos setores da sociedade. Segundo ele, o militar baiano não via com grande desprezo o serviço na tropa, uma vez que eles passaram a vida toda em Salvador, ou no mesmo lugar de seu nascimento. Além disso, as tropas da Bahia não haviam participado de nenhuma campanha militar fora da Bahia até 1817, quando foram enviados para controlar os pernambucanos revoltosos. Também argumenta Kraay que, na

⁴⁰¹ Leandro Mahalem de Lima. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 161-162

Bahia -- entre 1790 a 1840 -- havia uma certa frouxidão nas normas disciplinares impostas pelo Exército, para evitar que houvesse uma total aversão ao trabalho nas armas. Tal abrandamento das regras militares também foi uma imposição dos recrutados e grandes proprietários locais, que estabeleceram limites às autoridades, negociando tempo livre para os soldados executarem suas tarefas cotidianas e conseguirem sustentar a si mesmos e a seus familiares. Por sua vez, as autoridades consentiam essas práticas, visto que precisavam dos praças, e de fato, não tinham como mantê-los nas tropas com soldo reduzido, sem fardamento, fornecimento de comida precário, duros castigos físicos dentre outros sacrifícios.⁴⁰²

Os argumentos de Kraay procedem. De fato, as autoridades militares tiveram de ceder às pressões dos conscritos e dos *potentados locais*. Um bom exemplo é o que aconteceu com os exercícios militares. Em Caiena, o comandante reclamava que soldados das tropas pagas recusavam-se a praticá-los. A insistência do comandante sobre a necessidade da prática regular deles recebeu a seguinte resposta de seus superiores:

[...] Nós devemos seguir o exemplo da Capital a quem somos subordinados, e lá não há tanta frequência de exercícios, nem a houve no tempo do excelentíssimo Senhor José Narcizo, mestre deles. Convenho que para a disciplina não se deve relaxar as ordens estabelecidas mas estas [sendo] boas, não são excessivas e jamais conveio na Ordem da natureza das coisas passar de repente de hábito de uma coisa para o hábito de outra [...] ⁴⁰³

A concessão de licença também foi um pretexto para amenizar o peso do serviço militar. Em 1808, a ficha de serviço de Florêncio Francisco, natural do Marajó, apresentava um série de afastamentos no espaço de quatro anos. Ele *sentou praça* em 1803, teve a primeira licença em junho de 1804, ficando um ano longe da tropa, apresentando-se ao serviço, em novembro de 1804. A segunda ocorreu em novembro de 1804, estando ausente por três meses. A terceira foi concedida em janeiro de 1806 e durou cinco meses. De junho de 1806 a 1808, ele conseguiu mais duas dispensas pelo período total de 6 meses. Durante quatro anos, Florêncio serviu as armas pelo período de um ano e seis meses.⁴⁰⁴

Não se pode desconsiderar as concessões feitas pelas autoridades militares mediante a pressão dos recrutados e da sociedade contra o abuso do recrutamento e do serviço nas tropas. Contudo, a complacência dos oficiais para com os subalternos não era gratuita, ela somente ocorria devido a uma luta contínua entre os dois. Os soldados tinham sempre de lembrar a seus superiores que eles não cumpririam ordens consideradas por eles abusivas,

⁴⁰² Kraay. *Race, State, And...*p. 61-69.

⁴⁰³ APEP, EC, Códice 655, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 13 de março de 1811.

⁴⁰⁴ APEP, FSPP, Códice 784, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 1808.

desnecessárias e não costumeiras. Havia sempre oficiais interessados em aplicar a disciplina militar arisca, ou arbitrariamente, como se verá no capítulo dos levantes.

Outros eram os motivos para a tensão dentro das fileiras do Exército. Soldados e oficiais inferiores brigando por melhores condições de trabalho e direitos adquiridos, mas não respeitados, como o direito à promoção a pardos, *pretos* libertos dado pela lei de 1773, que era negado pelas autoridades militares locais. Além disso, o fato do Grão-Pará ter grandes dimensões e fazer fronteira com colônias estrangeiras, levava ao deslocamento constante às fronteiras. Como o Grão-Pará possuía grande extensão, o deslocamento para regiões como Rio Negro e Macapá (regiões de fronteira) representava uma sentença de degredo. Por isso, a animosidade dos recrutados tanto para 1ª linha quanto para a 2ª era mais intensa que na Bahia, onde, segundo Kraay, o militar passava quase toda sua carreira em seu lugar de origem. Assim, os serviços na sua localidade poderiam ser interrompidos a qualquer momento, como ocorreu em Cametá em 1793 e 1794, como se viu acima.⁴⁰⁵

O recrutamento para localidades diversas do local de nascimento levava grande descontentamento à tropa. O alistamento de índios às unidades de infantaria era sempre um transtorno para os indígenas que se viam obrigados a abandonar sua família e seus afazeres, uma vez que eram constantemente enviados a outras localidades, principalmente Belém, para o serviço no Arsenal de Marinha. Contudo, não eram somente os índios os insatisfeitos. Muitos soldados desertavam, a fim de evitar o serviços em localidades distantes, principalmente nas fronteiras. O abandono de suas lavouras e de suas famílias continuava, até 1821, a ser o grande motivo da deserção, apesar das autoridades locais tentarem deixar fora das tropas os trabalhadores rurais.

Os desertores criaram diversas redes de relações de solidariedade e interesse com os moradores locais, familiares, índios e escravos fugidos. Muitos deles foram morar com cativos e indígenas em mocambos, revelando uma grande interação dos soldados com a sociedade ao redor, que também se organizava para protegê-los. Em 1794, em Cametá (região de Melgaço) havia um mocambo no rio Cupijó, que abrigava soldados, escravos fugidos e criminosos. Este quilombo foi reduto dos praças evadidos da tropas durante o século XVIII e XIX. Em 1817, ainda havia notícias de sua existência. A permanência de desertores, geralmente parentes de moradores, deve ter contribuído de maneira substancial para a longevidade desses e outros mocambos, visto que a comunidade tinha interesse em manter seus familiares longe das tropas.⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ Kraay. *Race, State, And...* p. 56

⁴⁰⁶ APEP, EC, Códice 674, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 16 de agosto de 1817.

A fuga das tropas nem sempre era um rompimento definitivo com o Exército, era mais uma forma de impor limites as autoridades militares, como bem define Kraay. Havia muitos homens alistados que pretendiam seguir carreira, como os *pretos* libertos, os pardos e muitos outros que se apresentaram voluntariamente ao serviço militar, mas mesmo estes tinham suas exigências e procuravam um serviço militar mais flexível. Nos livros de registros das tropas, as fichas de serviços dos soldados apresentam várias fugas, seguidas de reapresentações voluntárias às fileiras do Exército. Em janeiro de 1799, por exemplo, Marcelino Gomes *sentou praça* no corpo de pedestre, abandonou sua companhia pela primeira vez em fevereiro do mesmo ano, apresentando-se em abril de 1800. Um outro soldado foi recrutado em 1808 e desertou em 1810, mas se reincorporou em 1812.⁴⁰⁷

Paula Cidade apresenta os soldados regulares como incapazes de se organizar, destacando apenas seus protestos individuais. Ele não deu atenção aos diversos levantes militares ocorridos ao longo dos séculos XVIII e XIX realizados pela 1ª linha. Aliás, essa era a forma mais comum de reivindicação dos que desejavam permanecer nas tropas pagas. Os motins militares eram o mecanismo mais organizado dos soldados exigirem benefícios ou cumprimentos das leis militares escritas ou consuetudinárias. Os primeiros levantes do Exército moderno se iniciaram em Flandres, durante a Guerra de 30 anos, e espalharam-se pelos Exércitos da América, devido à constante presença de militares estrangeiros em solo americano, ou por meio dos navios militares que cortavam o Atlântico.⁴⁰⁸

No Brasil, as sedições eclodiram pela primeira vez por meio dos holandeses, que fizeram levantes em Pernambuco, durante a permanência deles naquela capitania. Provavelmente, as sublevações militares se propagaram pelo Brasil também pelas tropas portuguesas vindas para cá.⁴⁰⁹ No Pará, há notícia de três motins feitos pela primeira linha na segunda metade do século XVIII. Eles ocorreram nos anos de 1755, 1757 e 1774. Na primeira metade do XIX, eles explodiriam em vários cantos do Pará, como veremos adiante.

Acreditamos que as mudanças no Pará, iniciadas no final do século XVIII, alteraram as normas de obtenção de postos, e provocaram mais insatisfação dentro das fileiras do Exército, uma vez que o critério da antiguidade passa a ser preterido pelo de “mérito”. Esse fato pode ser constatado nas cartas patentes de 1799-1810. O fosso existente entre os praças, os oficiais inferiores e superiores e oficiais gerais aumentou. Essa não era uma reivindicação somente dos soldados e oficiais inferiores do Pará. Em 1822, essa fórmula seria

⁴⁰⁷ APEP, FSPP, Códice 784, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício s/d.

⁴⁰⁸ Sobre a lei de 1773 Ver: Kraay. *Race, State, And...* p. 79 e Cidade. *Soldado de 1827...* p. 20.

⁴⁰⁹ Geoffrey Parker. *The Army of Flanders and Spanish Road 1567-1659: The Logistic of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries War*. New York: Cambridge University Press, 1972.

contestada. No Rio de Janeiro, saiu um impresso com as memórias de um sargento, que se intitulava porta-voz dos oficiais inferiores e pedia a Dom João VI a extinção da exigência da nobreza para cadete. Ele alegava ser intolerável essa imposição em uma época constitucional. Todavia, o movimento constitucional não atacou os privilégios sociais da nobreza, mas lhes tirou a primazia política e passou a defender o mérito, que protegia o direito de qualquer pessoa a mostrar ser um “bom cidadão e digno de ser votado”. Assim, à nobreza não era negado o direito de estar no poder, mas se negava a ela o monopólio dos cargos políticos.⁴¹⁰

O mérito pleiteado pelos constitucionais era individual, totalmente diferente daquele vigente durante o Antigo Regime, que defendia a recompensa dos vassalos pelos seus serviços militares, financeiros e administrativos ao rei, já que os benefícios eram herdados e reclamados pelos familiares, que acabavam tirando proveito dessa situação. Assim, a habilitação individual passava a ser discutida na sociedade de maneira ampla. Todavia, esse discurso apenas se reforçava nas tropas, visto que, durante a reforma do Conde de Lippe, o mérito individual esteve em pauta, ou melhor, a construção do Exército moderno trouxe em 1763 esse assunto para dentro das fileiras das tropas permanentes, mas a manutenção da hierarquia social nas unidades dessa instituição modificou o conceito de mérito para benefício de uma nobreza, reforçando, assim, os laços de solidariedade desta com o rei.⁴¹¹

Por fim, pode-se se dizer que esses protestos sempre existiram, apesar de terem se agravado com os intensos recrutamentos a partir de 1790. Provavelmente esses motivos não foram suficientes para os praças tentarem tomar o poder ou mudar o sistema de governo. Além disso, o aumento na dificuldade de obtenção de postos atingia somente os pobres. Aparentemente, os membros dos grupos hegemônicos foram beneficiados no Exército de D. João VI.

Então, por que os oficiais subalternos e superiores participaram desses levantes juntamente com os praças? Por que os praças resolveram também lutar contra a monarquia ao lado de seus oficiais, se o fosso entre eles era grande?

Para Kraay, as tensões existentes dentro da corporação, na Bahia, não justificariam sozinhas a participação dos oficiais nas revoltas da Independência e na Menoridade. As mudanças só ocorreriam durante as lutas pela Independência em 1822, quando os oficiais seriam formados por homens de mais baixa condição, e a oposição entre portugueses e brasileiros seria intensa. Esses homens tiveram acesso às graduações militares beneficiados pela lei de fevereiro de 1820, que introduziu nas tropas indivíduos de baixas condições não

⁴¹⁰ Silva. *Ser Nobre na Clônia...*p. 307-308; 316-321.

⁴¹¹ Luiz Palacin. “Técnica Militar...”; Souza. *O Exército na Consolidação do Império...*p. 52

comprometidos com a Coroa portuguesa e influenciados pelo ideal liberal. Eram quase todos de cor, quase todos *pretos* livres, libertos ou escravos. Além disso, a guerra de Independência na Bahia forçou a criação de um Exército com oficiais formados sem avaliação pelos critérios de “merecimento” e bom comportamento, necessários à obtenção de cargos de comandante.⁴¹²

Não era essa a configuração da oficialidade quando ocorreu a Independência e no pós-independência no Pará. Como já foi dito, a oficialidade paraense estava ainda ligada aos antigos membros da uma antiga elite colonial portuguesa e uma elite de nascidos no Pará, que entraram nas tropas por volta de 1808, apesar de haver oficiais com muitos anos de serviço. Pelo menos na Infantaria de 1ª linha, nenhum deles entrou depois de 1820, beneficiando-se da lei que permitia a entrada de segundos-tenentes e soldados especiais. Havia uma forte presença de oficiais que entraram nas tropas como primeiros cadetes. Em outras palavras, eram filhos de famílias tradicionais que podiam comprovar a nobreza da sua família por quatro gerações ou filhos de sargentos-mores e mestres-de-campo.

Em contrapartida, à criação de uma oficialidade nos altos escalões das tropas formada por homens de cabedais e de estreita relação de fidelidade com a Coroa, recrutaram-se, para praças da 1ª e da 2ª linhas, homens das camadas populares de variadas cores, descaracterizando a forte presença de homens brancos ou ditos brancos na tropa. Assim, ela passou a ser constituída por índios, pardos, *pretos* libertos, mulatos, *cafuzos* e *pretos*. As ordenanças ou infantarias, como eram conhecidas por aqui, estavam repletas de *tapuios* de diversas nações insatisfeitos com a intensificação de seus deslocamentos para a fronteira, com o afastamento de seus familiares, e com a dificuldade de conseguir postos de oficiais por tempo de serviço e pela sua capacidade individual, mais frequentes durante a vigência da política pombalina. A primeira manifestação coletiva de insatisfação veio dos praças e oficiais inferiores das tropas de 1ª linha estacionada em Caiena, em março de 1811. Nesse movimento, os militares envolvidos pretendiam tomar Caiena com o apoio de franceses, com quem formariam um governo independente de Portugal, como veremos no próximo capítulo. Todavia, esse movimento não contou com o apoio da oficialidade, e foi sufocado rapidamente, tendo seus líderes sido mortos, e seus participantes dispersados pelas diversas vilas do Pará. Provavelmente esses homens debandados em várias localidades divulgaram as novas estratégias de luta para obter benefícios desejados há muito por praças e oficiais inferiores. Contudo, eles somente se levantariam novamente em 1821, quando havia um conflito claro entre os oficiais ligados à elite local e à Coroa.

⁴¹² Kraay. *Race, State, And...* capítulo.5.

Possivelmente eles esperaram o momento certo para tentar mudar as coisas no Exército. Porém o que levou os oficiais fiéis ao rei a jurarem a Constituição Portuguesa, e ao mesmo tempo participarem de vários levantes até antes de 1835? A ligação deles com os grupos não-hegemônicas do Grão-Pará não justifica a alteração aparentemente brusca de posição, pois aqui não houve uma alteração no quadro de oficiais com a entrada de segundos-tenentes e soldados especiais – filhos de funcionários públicos e oficiais de baixas patentes -, tornando-os mais próximos dos soldados, cabos, sargentos e furriéis, como na Bahia.

4 Levantes: a participação dos militares nas lutas de independência e regenciais

Os estudos pioneiros sobre a “multidão agressiva” feitos por George Rudé permitiram uma nova análise sobre as insurreições populares. Ele rompe com uma série de estudos sobre essa “multidão” que era definida como “ralé”, “turba” sem se investigar motivos reais dos participantes da agitação popular. Essa “ralé” que não teria “idéias nem impulsos próprios”, podendo “ser apresentada como instrumento passivo de agentes de fora [...] e como sendo motivada pelo desejo de saque, lucro, bebida grátis, desejo de derramar sangue ou, simplesmente, pela necessidade de satisfazer um instinto criminoso”.⁴¹³

Ele estudou os movimentos populares de 1730 a 1848, na Europa, distinguindo os ocorridos antes e depois da Revolução Industrial (pré-industrial e industrial), utilizando como campo de pesquisa a Inglaterra e a França. O autor qualificou-os como levantes políticos e apolíticos. Chamou os levantes de fome de *apolíticos* e os voltados para provocar mudanças no governo de *políticos*. Os levantes políticos começaram a aparecer na França, com a introdução das idéias iluministas entre a população. Assim, todos os ocorridos antes da Revolução Francesa são tratados como sedições, que visavam resolver problemas de escassez de alimentos, sem nenhuma motivação política, mas, mesmo depois da Revolução, esses levantes continuavam ocorrendo.⁴¹⁴

E. P. Thompson seguiu caminho aberto por Rudé, mas inovou ao conceituar a “economia moral da multidão” na Inglaterra, mostrando como havia uma longa cultura política por trás dos levantes, provocados pelo aumento do preço do pão – alimento básico da população pobre daquele país. Ele também mostrou que os motins não são reações espasmódicas a estímulos econômicos, mas sim movimentos organizados, pautados em noções legitimadoras. Por noção legitimadora, ele entende que os homens e mulheres da multidão agiam para defenderem “direitos” ou “costumes”, vistos como tradicionais, com o apoio da comunidade e, algumas vezes, das autoridades.⁴¹⁵ Entretanto, ele avança quanto às análises de Rudé que somente vê o povo comum como sujeitos políticos depois da Revolução Francesa. Thompson escreve que na Inglaterra, durante o século XVIII:

[...] Embora essa economia moral não possa ser descrita como “política” em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica,

⁴¹³ George Rudé. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991. p. 2; 7.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 3

⁴¹⁵ E P. Thompson. “A economia moral da multidão Inglesa no século XVIII”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

pois supunha noções definidas, e apaixonadamente definidas, do bem estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo [...] ⁴¹⁶.

Seguindo os passos de Thompson, Parker revelou a lógica interna dos levantes militares ocorridos durante as Guerras de Flandres, entre as tropas do Império Espanhol em campanha contra os Países Baixos. Estas tropas iniciaram uma tradição de motins que se repetiriam ao longo dos séculos XVII e XVIII. Ele assemelha essas sedições às revoltas camponesas, uma vez que parte dos homens recrutados para os corpos era do campo. Ele os analisou e procurou descrever não só as principais reivindicações e motivações dos militares, mas a forma como os motins eram organizados e colocados em prática pelos militares. ⁴¹⁷

Parker argüe que os motins eram essencialmente frutos da miséria, da falta de alimentos, dos desconfortos, do perigo constante que estas tropas sofriam durante as campanhas militares, mas não os define como simples reações ao aumento das dificuldades econômicas que afetassem o Exército. Esses levantes ocorriam pautados em direitos legítimos que os soldados consideravam burlados pelas autoridades. Eram movimentos conscientes e bem organizados das tropas.

O estopim de um levante poderia ser o insulto de um oficial impopular, a ordem para novos serviços sem o pagamento do soldo ou uma acidental falta de mantimentos. Os levantados organizavam os motins com grande sofisticação, para atingir seus propósitos. Eles "elegiam líderes para governá-los, seguiam ordenadamente e racionalmente um plano e concentravam seus esforços em metas limitadas e alcançáveis". ⁴¹⁸.

Geralmente os motins começavam pela sublevação dos homens que recebiam os menores soldos, os quais, frequentemente, pertenciam aos grupos mais pobres; no entanto era importante que os demais soldados das tropas se unissem a eles para ter sucesso o levante. Os soldados eram os líderes dos motins e expulsavam todos os oficiais, que não se juntassem a eles em "pé de igualdade". A origem social e as patentes deixavam de ter importância nos

⁴¹⁶ Ibidem, p. 152

⁴¹⁷ Geoffrey Parker. *The Army of Flanders and Spanish Road 1567-1659: The logistic of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries war*. New York: Cambridge University Press, 1972.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 187-188. Carlos Eugênio Líbano Soares escreveu sobre o levante que os alemães e irlandeses fizeram no Rio de Janeiro, em 1828. O levante foi motivado pelo castigo, com 250 chibatadas, empregado em um alemão acusado de insubordinação por um major por não ter feito continência a um oficial superior. O castigo foi apenas o estopim para o levante. A tropa já estava insatisfeita com a falta de pagamento, alimentação ruim e tempo de serviço extrapolado. Depois de amotinada, a tropa fez suas exigências ao imperador Pedro I. Mas, como não tiveram suas reivindicações atendidas, saíram do quartel e arrombaram o armazém de munição, saquearam a casa do major e do quartel mestre, perseguiram o major, saquearam as tabernas vizinhas [...]. Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Capoeira Escrava e Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro*. 2ª edição ver. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p.233-234.

motins. Depois, elegiam um chefe, assistido por uma comissão de três a oito soldados e um secretário que escrevia suas ordens e controlava sua correspondência. O chefe deveria ser obedecido cegamente, não havia apelo às suas ordens e à disciplina (total obediência às regras), que eram mantidas com mão de ferro. A desobediência era punida com a morte imediata.⁴¹⁹

Havia um padrão de organização neles. Quando os amotinados pertenciam ao destacamento de campo, deviam tomar a fortaleza central e convencer a guarnição a juntar-se a eles. Depois, abandonavam o forte e caminhavam milhas, passando por vilas, angariando contribuições para fortalecer suas reservas de mantimentos. Esta atitude servia como demonstração de força às autoridades. Nenhum oferecimento poderia ser feito aos governantes ou aos inimigos que quisessem acolhê-los sem consentimento de todos os insurrectos. As negociações ocorriam por meio de uma comissão eleita, ou o próprio chefe poderia discutir com um grupo enviado pelos representantes do poder. Depois, estes levavam as condições estabelecidas pelos amotinados para retornarem à obediência. A negociação também poderia ser feita por meio de cartas.⁴²⁰

As reivindicações mais comuns eram: 1) o pagamento de todos os soldos atrasados; 2) o perdão com garantias para todos e passaporte para os seus líderes e todos aqueles que quisessem deixar o fronte; 3) todos os soldados poderiam escolher o local onde serviriam, para evitar a tirania de um oficial ou sargento cruel. Os outros pontos eram mais específicos como: a construção de hospitais; um armazém para provê-los com comida; que nenhum soldado pudesse receber punição corporal sem o devido levantamento de provas, e nenhum soldado deveria receber chibatadas se a ofensa dele não merecesse isto.⁴²¹

A tradição dos levantes militares veio junto com as tropas enviadas para o Brasil. O Grão-Pará e outras regiões receberam destacamentos portugueses e das ilhas dos Açores e Madeira, na segunda metade do XVIII. Esses militares trouxeram em suas bagagens formas de protestos, como as deserções e os levantes. Estes ocorreram seguindo padrões há muito estabelecidos na Europa, mas reelaborados no além-mar.⁴²²

István Jancsó escreve sobre as mudanças ocorridas nos levantes militares no final do século XVIII. As revoltas deixaram de ser meras reivindicações por soldo, por alimento, por abusos físicos ou por meras brigas pelo controle de hegemonias locais. Elas ganharam conotações políticas mais específicas: pretendia-se mudar a forma de governo. O Trono e a

⁴¹⁹ Parker. *The Army of Flanders...* p. 188-189

⁴²⁰ Ibidem, p. 187

⁴²¹ Ibidem, pp. 191; 197.

⁴²² Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.p. 155.

Monarquia deixavam de ser inquestionáveis. Pretendia-se não apenas mudar o mau governo local, mas o Estado.⁴²³

Para Jancsó, os motins e revoltas ganham, no final do XVIII, caráter de sedição, entendendo esta como ação organizada, visando à revolução. A sedição seria o início da revolução desejada. Com ela, não se pretendia apenas restaurar os fundamentos da ordem, mas mudá-los completamente. Assim, essas sedições anunciavam o fim do velho modo de vida e o advento de alternativas para um novo ordenamento social. Parte dessas idéias vieram das Revoluções Francesa e Americana.⁴²⁴

Em *Eco da Marselhesa*, Hobsbawm escreve sobre a divulgação e influência da Revolução Francesa em várias partes do mundo. Ela teve maior expressão do que a Revolução Americana, que teve uma força modesta mesmo na América Latina. Foi a revolução ocorrida na França, o modelo de mudança social e de sistema político mais divulgado no mundo. Assim, todos os interessados em transformação social foram inspirados por ela.⁴²⁵

Contrário à posição de pouca influência da Revolução Americana sobre as revoluções do XIX, Evaldo Cabral de Mello escreve ter ela exercido forte influência sobre os motins de 1817 e 1824, em Pernambuco, uma vez que os revolucionários defendiam a adoção de uma República e não de uma Monarquia Constitucional, como os maçons do Rio de Janeiro. No movimento conhecido como Confederação do Equador, também em Pernambuco, foi implantada uma República em 2 de julho de 1824, contando com a adesão de alguns estados do norte do Brasil, como Ceará e Rio Grande do Norte.⁴²⁶

Talvez mais interessante seja pensar as influências das idéias liberais sobre a tradição militar de luta como propuseram os historiadores que revisaram a historiografia sobre o impacto do ideário liberal no movimento escravo. Em vez de dividirem esses movimentos em “antes” ou “depois” das revoluções políticas burguesas, preferem pensar que os escravos tentaram tirar proveito desses acontecimentos partindo de suas lógicas próprias, assim como acreditam que o ideal seria pensar não nas mudanças que eles podem ter sofrido, mas em repercussões e influências mútuas entre a resistência dos cativos e as transformações políticas do final do século XVIII. Como bem coloca Flávio Gomes, “os quilombos devem ser

⁴²³ István Jancsó. “A sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: Fernando A Novais e Laura de Mello e Souza (orgs.). *História da Vida Privada na América Portuguesa*. 3ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 388-445 ; 388-389

⁴²⁴ Ibidem, p. 389

⁴²⁵ Eric J. Hobsbawm. *Eco da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 47-48

⁴²⁶ Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 207; 218

entendidos, assim como a resistência escrava, no contexto das mudanças e transformações da sociedade, das relações senhor-escravo e das formas de protesto popular que podiam incluir outros setores não-hegemônicos.”⁴²⁷ De fato, o ideário liberal foi reelaborado pelos variados grupos que participaram do movimento de Independência ou das lutas regenciais, que faziam parte das tropas coloniais no Pará.

As revoltas militares também não começaram a ocorrer somente a partir da divulgação do ideário da Revolução Francesa, uma vez que elas já aconteciam desde o século XVII no Brasil, influenciadas pela tradição de rebeldia dos dissidentes do Exército e de outros radicais – tanto da sociedade colonial portuguesa quanto estrangeiros. Os militares de baixas patentes há muito desenvolveram estratégias de luta e resistência frente ao Estado luso. Negamos também que esses movimentos tenham se tornado políticos somente a pós a Revolução Francesa, eles já eram políticos, pois afetavam diretamente a política militar do Estado luso para o Brasil colonial. Também discordamos de Jancsó - que aponta os levantes anteriores ao final dos setecentos como restauracionistas, posto que não pretendessem derrubar o rei.

Contudo é impossível negar que a Revolução Francesa influenciou os movimentos populares que passaram a direcionar suas lutas para a derrubada dos governos constituídos. Por isso, aventamos a hipótese de que os militares incorporaram novas formas de protesto popular as suas, assim como influenciaram a forma de organização dos motins não-militares no século XIX. Assim, eles tiraram proveito dos acontecimentos por meio de suas lógicas próprias, tanto quanto outros setores não-hegemônicos. Em outras palavras, os militares entraram em contato com novas idéias e com as mudanças nas formas do protesto popular no Caribe e na América Espanhola, incorporando-as sem perder de vista seus interesses próprios e algumas de suas formas de reivindicações. Além disso, os militares podem ter influenciado, com sua tradição de luta, os movimentos sociais que eclodiram no Pará. Por isso, procuramos pautar nossa análise em uma visão que entende que às antigas tradições de luta dos militares são incorporadas as novas formas de ação - como o destronamento do rei, a criação de assembleias, a incorporação a partidos e outros - para fazer frente ao Estado luso principalmente depois da divulgação do jacobinismo nos quatro cantos do Atlântico. É esse processo de mudança que chamamos de politização.

No Grão-Pará, os levantes militares foram comuns durante os séculos XVIII e XIX. No século XVIII, tem-se notícia de três deles ocorridos na segunda metade deste século. Eles

⁴²⁷ Gomes. “Fronteiras e Mocambos: protestos negro na Guiana Brasileira” In: *Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 300-301

aconteceram em 1755, 1757 e 1774, os dois primeiros no Rio Negro e o último em Macapá. Nos oitocentos, houve uma maior incidência deles, uma vez que tanto as tropas militares como as de polícia se politizaram mais intensamente. As sedições do Exército, no século XIX, referidas neste texto, são os motins de 14 de abril e 15 de outubro de 1823 em Belém, que se estendeu para a comarca do Marajó, Cametá, a região do Xingu e a região de Santarém; os levantes de 1824 que ocorreram em Turiaçu, o de Cametá em 1826, os de 1827, 1829, 1830, o de 22 de julho e 7 de setembro de 1831 em Belém e o de 22 de julho de 1832 no Rio Negro. Ressaltando que foram variados e não possuíam uma única motivação.

4.1 Revoltas Militares do século XVIII

Em minha dissertação de mestrado, estudei os levantes de 1757 e 1775. O primeiro ocorreu em Mariuá, capital do Rio Negro, e foi encabeçado pelas tropas portuguesas enviadas para a demarcação da fronteira definida pelo Tratado de Madri em 1750. O segundo aconteceu em Macapá e foi forjado por tropas açorianas vindas para o Brasil em 1774.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado chegou ao recém criado Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, tendo como uma das suas incumbências a demarcação da fronteira oeste e norte nos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri. Por esse tratado ficou definido que o rio Napo seria o término do Grão-Pará com as “terras espanholas”, a oeste, e o rio Yapoque era o final do território desse Estado com a Guiana Francesa, ao norte.⁴²⁸

Para fazer a demarcação, Mendonça Furtado trouxe uma tropa com 122 soldados de Portugal, mas ele achava imprescindível uma maior organização local do Exército, para que a delimitação obtivesse sucesso. Segundo Mendonça Furtado, as unidades estavam compostas de “gente miserável, sem disciplina”, nas linhas. Estas também não estavam organizadas em milícia, e os recrutados não tinham nenhum interesse em *sentar praça* de soldado. A saída encontrada pelo governador foi pedir auxílio para Portugal. Foram enviados oficiais para organizar e treinar os soldados. Em pouco tempo, Mendonça Furtado se orgulhava das tropas que estavam reorganizadas em regimentos e aprenderam a marchar e usar armas.⁴²⁹

A satisfação de Mendonça Furtado não duraria muito, uma vez que ele começaria a ter problemas com a soldadesca. Assim, a tropa portuguesa começou a fazer exigências. Por

⁴²⁸ Shirley M. S Nogueira. *Razões para desertar: institucionalização do Exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia /NAEA, Belém, 2000.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 91

consequente, em 1755, veio o levante, sobre o qual não há muita memória devidamente documentada e registrada; sabe-se apenas que eles se levantaram para impedir o desconto em seus soldos e também de sua ração; Foram contidos pelo governador, que os perdoou e advertiu para que não fizessem outro motim. Caso isso ocorresse, seriam castigados.⁴³⁰

Descontentes com suas condições na fronteira, os 122 soldados fizeram um novo motim em 1757. A revolta ocorreu novamente em Mariuá. O motim começou pelo assassinato do comandante, que era acusado pelos soldados de maltratá-los. Depois, eles arrombaram o cofre e retiraram dinheiro e o distribuíram entre si, como pagamento atrasado dos seus soldos. Fugiram, em seguida, pelo rio Amazonas rumo à Macapá, para entrar nas terras francesas. No meio do caminho, eles assaltaram um pesqueiro, e a eles se juntaram outros soldados de uma guarnição daquele rio, onde mataram e jogaram da canoa alguns de seus companheiros. Antes de saírem do Grão-Pará, enviaram uma carta com suas exigências a Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado. Eles pediam o pagamento do soldo atrasado, a distribuição de pão sem desconto, como havia sido prometido pelo rei em Portugal, e o perdão de todos os levantados.

Nesse levante, não havia intenção direta de se modificar a forma de governo, derrubando o rei. Pelo contrário, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu que os revoltosos abandonaram Mariuá dando vivas ao rei.⁴³¹ Apesar dos fugitivos agirem para restabelecer algumas normas legítimas - supostamente quebradas pelos comandantes das tropas -, não se pode dizer que eles eram simplesmente restauracionistas, pois os amotinados também exigiam mudanças reais na vida no Exército. Além disso, querer ver nesses levantes a contestação direta à monarquia parece anacronismo, visto que a forma de ação dos militares mudou juntamente com o modo de ação das camadas populares. Mesmo na Europa, o modelo de levante popular somente transformou-se com as guerras napoleônicas, quando se passa a contestar diretamente os reis. Thompson escreve que somente nesses anos começaram a circular cartas contra a Monarquia britânica e a favor de uma constituição, fruto da entrada de idéias de matriz jacobina. Ainda segundo ele: “[m]as esses anos de crise durante as guerras napoleônicas (1800-1) exigiram exame particular. Estamos chegando ao fim de uma tradição, e nova tradição mal começou [...] A forma antiga de ação continua a existir até na década de 1840 [...]”⁴³²

⁴³⁰ Ibidem, p. 77

⁴³¹ Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagens Filosóficas ao Rio Negro*. Belém: MPGE/CNPQ, 1983. p. 369.

⁴³² Thompson. “A economia moral...p. 193-196

Em 1774, as autoridades militares teriam novamente problemas com outra tropa enviada ao Pará. Dessa vez, o levante ocorreu com soldados açorianos mestiços levados para Macapá, a fim de proteger a fronteira norte. Eles foram enviados para lá com a intenção de trabalharem na agricultura. Eram os chamados colonos-soldados e faziam parte do projeto pombalino, para desenvolver economicamente o Estado do Grão-Pará por meio do fomento da agricultura, como esclarecido no primeiro capítulo.

Quando chegaram a Macapá, encontraram o comandante Lobo de Almada. Segundo as cartas dos soldados enviados ao então Capitão-General Francisco de Souza Coutinho em Belém, esse comandante passou a perseguí-los, obrigando-os a tirar serviços de 12 por 12 horas. Além disso, forçava-os a fazer exercícios com os recrutas, não permitia que eles entrassem na taberna e nem trabalhassem em suas roças, dava-lhes chibatadas e os ofendia, chamando-os de “mulatos, cachorros e cabrões, que só mulatos mandavam para ele”.⁴³³

Os queixosos diziam ser os atos do oficial contrários às leis e aos costumes do Exército. Era comum soldados veteranos nas armas não fazerem exercícios com recrutas, uma vez que eles eram mais intensos para quem não tinha conhecimento de tática militar. Também não era norma nas tropas militares fazer guarda de 12 por 12, mas 48 por 48 horas. Apesar de não haver nenhuma lei militar determinando que militares não podiam receber chicotadas, eles lutavam por isso. Talvez, eles achassem humilhante serem castigados com chicote. Acabar com esse castigo era uma luta antiga, que remontava à Guerra de Flandres. Além disso, em terra onde existia escravidão, receber chibatadas os igualava aos escravos. Kraay escreve como o uso do chicote foi reincorporado às tropas na Bahia, quando ocorreu o recrutamento de libertos para o Exército Patriótico de 1821. Por fim, proibí-los de entrar nas tabernas, para comprar mantimentos, era outro ato totalmente arbitrário.⁴³⁴

Uma explicação possível para o tratamento dispensado àqueles soldados era a cor de sua pele, uma vez que havia 200 soldados regulares em Macapá, e somente os mestiços eram tratados dessa maneira pelo comandante. Essa argumentação pode ser reforçada pelo fato de esse mesmo oficial dispensar os soldados brancos de Mazagão, vila já citada no primeiro capítulo, para o serviço nas suas lavouras, enquanto não liberava os açorianos para as suas roças. Além disso, Lobo Almada demonstraria seu preconceito em outros momentos. Quando era governador da capitania do Rio Negro, ele se queixava de só haver índios e *mamelucos* para o serviço das armas, por isso pedia soldados brancos para o Governador Francisco de

⁴³³ APEP, EC, Códice 285, Correspondência de Diversos como o Governo. Ofício s/d.

⁴³⁴ Hendrik Kraay. *Race, State, and Armed Forces In Independence Era Brazil: Bahia, 1790-1840*, Stanford/California: Stanford University, 2002. p. 131.

Souza Coutinho. Provavelmente ele estava querendo homens europeus, porque ele achava impossível não-europeus serem bons soldados.⁴³⁵

Lobo Almada, como a maioria dos homens brancos dos grupos hegemônicas de sua época, considerava *homens de cor* ou de mistura com africanos e crioulos e índios indivíduos com “sangue infecto”, apesar de na sua época Pombal ter determinado o fim da discriminação oficial contra índios e judeus. Além disso, Almada fora derrotado pelos mouros, em Mazagão, na África. Por isso, devia odiar, mais do que ninguém, *homens de cor*.⁴³⁶

Lobo de Almada descobriu as cartas dos soldados, dos quais falamos acima, e mandou prendê-los, enquadrando-os na lei de sedição. Depois de presos, os açorianos foram enviados à Belém, a fim de serem julgados pelo conselho de Guerra. Na capital, eles negaram qualquer participação em sedição. Como as cartas apreendidas não tinham assinaturas, as caligrafias eram diferentes e não havia nenhuma testemunha capaz de identificar qualquer soldado como responsável pelo envio das cartas a Francisco de Souza Coutinho, os acusados foram absolvidos.

Independentemente de serem de cor, eles viam-se como soldados e exigiam o cumprimento das leis militares, fossem elas costumeiras ou não. Tinham plena consciência de seus direitos e não havia nenhuma lei no regimento militar de 1763, que determinasse tratamento diferenciado para *pretos*, mulatos ou cabras. Todos eram soldados.

Com algumas variações, os sublevados seguiram os mesmos passos de outros amotinados em épocas e regiões diferentes. Há de se frisar também que os participantes do levante de 1774 escreveram uma carta com suas reivindicações, pedindo o pagamento de soldos, retidos por Lobo Almada, transferência para outro lugar, o fim das chibatadas, e outras reivindicações. Tanto esse levante quanto o de 1757 não apresentaram nenhuma tentativa de contestação à Monarquia, mas pretendiam tanto se livrar dos seus maus comandantes quanto mudar aspectos da política militar governamental.

4.2 As Revoltas Militares de Caiena

A tomada de Caiena, pensada por Francisco de Souza Coutinho, foi posta em prática com a vinda da família real para o Rio de Janeiro. A vila de Chaves, no Marajó, foi escolhida para ser o quartel general da Força Expedicionária. Francisco de Souza Coutinho havia

⁴³⁵ APEP, EC, Códice 155. Correspondência da Metrópole com o Governo. Ofício de 1775

⁴³⁶ Nogueira. *Razões para desertar...*p.84-85

pensado em Chaves por esta se localizar próximo a Caiena, por isso enviou o 2º regimento de 1ª linha para lá, em 1803. Foram construídos quatro prédios para abrigá-lo.⁴³⁷

O Capitão-General José Narciso de Magalhães e Meneses foi o responsável por organizar a defesa do Grão-Pará e as tropas paraenses a serem enviadas à Caiena. Para isso, ele recebeu doações de moradores proeminentes de Belém a fim de se fazer a restauração das fortalezas e da artilharia do Pará. Além disso, reforçou a segurança da capital, recrutando uma tropa de libertos, expediente já utilizado por Francisco de Souza Coutinho em 1798. O contingente deles era expressivo e, em tempos de guerra, não se podia prescindir de nenhum homem.

Para a tomada de Caiena, foram enviados primeiramente 600 voluntários, chamados de “Corpo de Vanguarda”, infantes da ilha do Marajó e o regimento de Extremoz. Esses homens formavam três regimentos de infantaria e um corpo de artilharia, somando 991 homens, que eram comandados pelo Coronel Manuel Marques de Elvas Portugal. Como já foi dito, eles contaram com a ajuda dos ingleses, que enviaram o capitão James Lucas Yeo à frente da corveta britânica Confiança, contendo 200 granadeiros e 100 marinheiros. A guerra à França foi declarada em 22 de março de 1808, mas, somente em outubro, as tropas partiram do Pará em direção à Guiana Francesa.⁴³⁸

A rendição de Caiena ocorreu em 12 de janeiro de 1809. Ao final da batalha, havia apenas 400 militares do lado brasileiro. Para completar o efetivo militar, foram enviados outros homens, passando a guarda de Caiena a ter por volta de 1.300 militares. Como prêmio pelo feito, o Príncipe Regente concedeu ao então Capitão-General do Pará o posto de Marechal do Exército, com soldo de duzentos mil réis por mês, mais Grã Cruz das Três Ordens Militares. Manuel Marques recebeu a graduação de Brigadeiro do Exército, e cada oficial, cadete e porta-bandeira recebeu um posto acima do que possuíam antes da conquista. Os soldados receberam um emblema fixo, na manga direita do uniforme, com uma cruz vermelha escrita Caiena.⁴³⁹

Para administrar a Guiana, o Brigadeiro Manuel Marques assumiu o cargo de Governador militar para cuidar exclusivamente das questões militares, e João Severino Maciel da Costa foi nomeado Intendente-Geral de Polícia de Caiena. Maciel da Costa era também

⁴³⁷ APEP, FSPP, Códice 805. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de junho de 1825.

⁴³⁸ Arthur Cezar Ferreira Reis. “A ocupação de Caiena”. In: Sérgio Buarque de Hollanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Vol. 1, 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003, p. 322-324.

⁴³⁹ Reis. “A ocupação de Caiena...p.327-328;” Ciro Flamarion Cardoso. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-181)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; APEP, EC, Códice 653, Correspondência do Governo com Diversos. Ofício de 07 de maio de 1810.

responsável pela administração civil. Possuía ao mesmo tempo as atribuições de manter a ordem por meio da criação da polícia e controlar o judiciário e as finanças de Caiena, como era o caso do Intendente-Geral de Polícia do Rio de Janeiro.⁴⁴⁰ Embora coubessem a ele tais atribuições, resolveu não fazer grandes mudanças nesses setores. O Coronel Pedro Veriano Chermont Barata lembra do governo português sobre Caiena da seguinte maneira:

Nossa ocupação, a meu juízo, era um tanto informal. Não havíamos feito grandes mudanças, a não ser as destruições ocorridas nos dois dias de combate. Nada de trocar nomes de rua ou logradouros, ou pôr abaixo estátuas e monumentos. O toque de recolher foi decretado apenas nos primeiros vinte dias, mas depois qualquer um podia transitar a qualquer hora do dia e da noite, apresentado os documentos franceses. Apenas o direito de sair da colônia estava suspenso, mas tal proibição não resistia [...] a uma boa conversa e a um bom pecúlio. O direito a propriedade foi respeitado, e as únicas instituições que tiveram suas portas lacradas foram as cinco lojas maçônicas da cidade.⁴⁴¹

Manuel Marques governou sozinho Caiena até junho de 1809, uma vez que Maciel da Costa chegou apenas em janeiro de 1810. No período que esteve no poder, tomou medidas para a proteção de Caiena de uma possível retomada da colônia pelos franceses. Além disso, criou um imposto sobre as casas de negócio para garantir o pagamento da tropa que não recebia desde outubro de 1808.⁴⁴² Contudo, isso não resolveu o problema de atrasos nos soldos, sendo este um dos motivos do levante de junho de 1809.

Provavelmente, no início, a falta do soldo não desanimou a expedição, uma vez que acreditavam poder obter lucros com os espólios de guerra ou negócios que pudessem fazer em Caiena. Essa tropa desembarcou em Caiena, acreditando estar em uma praça opulenta, na qual conseguiriam enriquecer. Todavia, Cardoso escreve sobre a precariedade da econômica local. Apesar de em 1808 haver um surto de prosperidade na Guiana Francesa, ela não possuía condições para ser viável como uma colônia de *plantation*.

Durante quase toda sua história, a produção agrícola de Caiena fora marcada pela cultura de um ou mais gêneros para exportação, principalmente o urucum e o algodão. Esses produtos não geraram o rendimento propiciado pelo açúcar, como nas colônias francesas das Antilhas. O comércio funcionava com pouca circulação de moedas. Elas geralmente chegavam por meio do pagamento feito pelo rei aos seus funcionários, como os militares e administradores civis. Devido à falta de numerário, os colonos faziam trocas das suas

⁴⁴⁰ Reis. "A ocupação de Caiena...p. 328-329

⁴⁴¹ Marcio Souza. *Lealdade*. 2ª edição. São Paulo: Marco Zero, 1997. p. 87

⁴⁴² Reis. "A ocupação de Caiena...p. 332

mercadorias com as importadas. Assim, havia pouco fausto na Guiana Francesa.⁴⁴³ Na descrição de Pedro Veriano Chermont Barata, Caiena era uma cidade que:

[...] não tinha maiores atrativos, nunca os teve, era um porto colonial desprovido de personalidade...[...]... Caiena era um arruamento ao longo do estuário dos rios Caiena e Mahui, entrando pela selva, com alguns belos sobrados cercados de pomares nos arredores do perímetro urbano. Nunca tinha sido uma cidade bonita ou imaginosa, foi o que fiquei sabendo. Os franceses jamais deram muita importância para aquilo ali, e Caiena, então com o porto obstruído pelas diversas embarcações postas a pique por nossa esquadra, e o fortim praticamente varrido pelas nossas baterias, transformara-se num lugar sujo, miserável e doentio [...] Faltava comida, atendimento médico, faltava tudo.⁴⁴⁴

A cobrança do imposto sobre os negociantes de Caiena para pagar os efetivos militares não foi o suficiente para regularizar o pagamento dos soldos. Foi sobre isso que o próprio Brigadeiro Manuel Marques escreveu ao Marechal José Narciso de Magalhães e Meneses. O memorialista e Coronel Pedro Barata lembrou o atraso dos soldos e a situação da ocupação de Caiena três meses depois da conquista. Segundo ele, a Coroa, para manter a ocupação, precisava diminuir os gastos, pois não tinha recursos suficientes, e entre os cortes nas despesas estava o pagamento dos soldos.⁴⁴⁵

A falta dos soldos levou à insatisfação das fileiras do Exército, ocasionando assim o primeiro levante, que ocorreu em junho de 1809. Ciro Flamarion Cardoso refere-se a essa sedição como, apenas, uma revolta para forçar a volta dos soldados para o Pará. No entanto, a documentação mostra que a estada das forças luso-brasileiras na Guiana Francesa foi conturbada, e esse motim foi mais um reflexo da “queda de braço” entre praças, oficiais inferiores e oficiais do alto escalão do Exército, iniciada na segunda metade do XVIII. Passemos ao fato.⁴⁴⁶

O levante ocorreu no dia 9 de junho e contou com o apoio de alguns oficiais. A sedição começou com o toque de *rebate*⁴⁴⁷, logo após o toque de alvorada, dado pelo soldado com a função de tambor da guarda. Esse toque era o sinal para que todo o efetivo militar se juntasse na frente do prédio do governo. Nessa reunião estavam soldados e oficiais, que segundo o Brigadeiro Manuel Marques, constituíam “a testa” do levante. Segundo o

⁴⁴³ Cardoso. *Economia e sociedade*...p. 27-40

⁴⁴⁴ Souza. *Lealdade*...p.87.

⁴⁴⁵ AN, Secretaria do Governo da Capitania do Grão-Pará, Códice 89, vol. 1, código 89, CODES. pp. 210 verso e 272 verso e Souza. *Lealdade*...p.86.

⁴⁴⁶ Cardoso. *Economia e sociedade*...p.156.

⁴⁴⁷ Sempre que havia a necessidade de se reunirem “gente da guerra” para protegerem a cidade de algum ataque, tocava-se uma espécie de sino. Essa era uma prática comum nas vilas e cidades desde o período colonial. Aparentemente, os militares amotinados se apropriaram dessa prática como um sinal para reunir os participantes do levantes.

Brigadeiro, os militares se reuniram para destituí-lo e colocar, em seu lugar, o Major Palmerim, um dos líderes do motim. O motivo alegado para substituí-lo seria o atraso de dois meses do soldo, a diminuição na ração e o regime alimentar do hospital militar, onde recebiam ração incapaz de nutri-los.⁴⁴⁸

Segundo o Brigadeiro, ele procurou atender às reivindicações dos “amotinados”. Pagou um mês de soldo no dia 01 de julho, e o outro mês no dia 15 de julho. Reiniciou a distribuição de meia libra de carne e uma de pão para os soldados, retida devido à falta de numerário para fazer a distribuição. Ele alegava que essa reivindicação dos soldados era injusta, pois “nem no Pará, nem em parte alguma, o soldado tem outra ração mais do que a farinha, ou pão, e que se a tem aqui é por que eu, conhecendo a impossibilidade de poderem subsistir só com o soldo, lhes mandei dar aquela que tinha os franceses, isto é, meia libra de carne, e uma libra de pão”.⁴⁴⁹ Para equacionar o problema da alimentação reduzida no hospital militar, mandou substituir os médicos colocando um médico francês de inteira confiança dele. Segundo Marques, o terceiro pedido era motivado por que os médicos receitavam alimentos leves para os soldados com febre e diarreia, mas os soldados acreditavam que esse tipo de comida os deixavam fracos, podendo até mesmo matá-los.⁴⁵⁰

O atraso de soldo nunca foi o principal motivo para deflagrar um motim, normalmente a exigência de seus pagamentos vinha da imposição de novas medidas consideradas pelos soldados como abusivas. Nesse caso, talvez a redução da ração, na ausência do soldo, lhes levaria a fome, tornando a situação deles mais difícil em Caiena.

Nesse motim, há uma alteração no padrão de comportamento dos soldados em relação aos levantes de 1757 e 1774, já que os soldados permitiram que os oficiais estivessem à frente do movimento, e não os incluir no movimento em “pé de igualdade”. Talvez, pela primeira vez, tanto oficiais quanto soldados estivessem na mesma situação, ou, talvez, para os oficiais, o que mais lhes incomodava não fosse somente o soldo atrasado ou a ração diminuta, mas a promessa de riqueza não cumprida. O espólio de guerra havia ficado apenas com o capitão inglês e o Brigadeiro Marques, que, de acordo com Acevedo Marin, enriqueceu com a sua participação na Guerra de Caiena, como vimos no primeiro capítulo.

⁴⁴⁸ AN, Secretaria do Governo da Capitania do Grão-Pará, Códice 89, vol. 1, código 89, CODES. pp. 210 verso e 272 verso.

⁴⁴⁹ Idem

⁴⁵⁰ Idem Provavelmente a necessidade de ingestão de “carne gorda” para revigorar era uma crença popular da época, por isso a troca desse tipo pela “carne magra” gerou outro protesto em 1825 no Pará. Crenças populares quanto à importância de determinados produtos para dar energia não eram incomuns. A necessidade do consumo de pão feito de trigo branco era corriqueira na Inglaterra da segunda metade do século XVIII. Thompson escreve que as camadas populares recusam-se a comer pão com cevada ou de mistura mais escuras, pois acreditavam que não teriam energia para trabalhar com vigor. Ver: Thompson. “Economia Moral...p. 154-155.

Essa união não duraria muito. Os oficiais subalternos e superiores poderiam ser facilmente cooptados com promoções, fáceis transferências ou diferenças no tratamento durante seus julgamentos pelo Supremo Tribunal Militar. Por exemplo, o Major Manuel Xavier Palmeirim, comandante da tropa, foi acusado de ser o “cabeça” do levante, pois teria, supostamente, influenciado a tropa a se revoltar com a intenção de se tornar o novo governador. Os “cabeças” dos motins eram punidos com a morte, como ver-se-á adiante, mas isso não aconteceu com o Major Palmeirim.

Palmeirim anunciava aos soldados que, ao assumir o governo, resolveria os problemas, como a falta de comida e a permanência dos soldados e oficiais inferiores do Pará em Caiena. Depois do fim do levante, Palmeirim foi preso e mandado de volta a Belém. Mas acabou inocentado com a alegação de que não havia provas contra ele. A única punição que sofreu foi a proibição de seu retorno a Caiena, o que, para ele, provavelmente, foi um alívio.⁴⁵¹

Outro ponto a ser considerado é a presença de soldados franceses em Caiena, depois da conquista. O Coronel Pedro Barata comenta sobre a permanência até 1810 de militares franceses em prisões naquela cidade. Como Manuel Marques e Maciel da Costa não fizeram grandes mudanças administrativas, os soldados devem ter continuado a receber suas rações, que eram diferentes, segundo o Brigadeiro, de todos os lugares, uma vez que recebiam meia libra de carne e uma libra de pão. Possivelmente esse benefício, diferenciado dos outros soldados, se justificasse por ser uma nova força militar surgida da Revolução Francesa, que era constituída por cidadãos que mereciam mais do que apenas a antiga ração, constituída apenas de pão, do antigo Exército formado pelos súditos de Luís XVI.⁴⁵²

Não eram somente os soldados franceses que estavam em Caiena. Havia os soldados irlandeses e os marinheiros ingleses. Como bem colocam Peter Linebaugh e Marcus Reiker, ainda no século XVII e início do XVIII, os marinheiros eram os desapropriados - os potencialmente capazes de promover motins - e muitas vezes mandados da Inglaterra para evitar problemas. Eram esses homens os responsáveis pela divulgação de idéias que vinham da Europa que se somavam às existentes na América. Idéias como a abolição de qualquer tipo de escravidão, defendida por radicais irlandeses e ingleses. Muitos comparavam o próprio serviço militar como uma forma de cativeiro.

No contexto de revolução na Europa, eles provavelmente trouxeram novas formas de manifestação popular que se somaram àquelas existentes entre os soldados luso-brasileiros de

⁴⁵¹ AN, Secretaria do Governo da Capitania do Grão-Pará, Códice 89, vol. 1, código 89, CODES. pp. 210 verso e 272 verso.

⁴⁵² A maioria da tropa francesa foi embora em abril de 1809 juntamente com seus oficiais. Mas 12 soldados e alguns oficiais ficaram até por volta de 1812. Souza. *Lealdade...*p. 87-88; 104

Caiena. Possivelmente o contato com esses homens possibilitou conhecimento sobre as mudanças ocorridas na Europa, alterando assim a ação frente ao Estado Português.⁴⁵³

A própria cidade de Caiena era um espaço eivado de idéias revolucionárias e muito descontentamento. As cinco lojas maçônicas fechadas pelos portugueses são indícios da circulação do ideário liberal na cidade. Esse gesto deve ter provocado muito descontentamento entre a população, apesar de Maciel da Costa, em suas correspondências com o Rio de Janeiro, dizer que a população de Caiena estava “segura das justas intenções do governo português”⁴⁵⁴, e elogiava o Príncipe Regente. Não se têm documentos que possam negar o apoio de alguns moradores de Caiena aos portugueses, porém a anterior livre circulação de idéias liberais na cidade, e a política de constrangimento ao ideário liberal pelos portugueses, sugerem que o clima não era tão pacífico. O Coronel Pedro Barata afirma que freqüentava reuniões secretas em casa de franceses onde leu livros dos iluministas, como Diderot, Rousseau, Voltaire e alguns panfletários da Revolução de 1793.⁴⁵⁵ Ane Mari Presle considerava que Caiena havia se tornado terra de ninguém depois da ocupação, e muitas mulheres haviam sido violentadas por saqueadores ou pela “soldadesca”.⁴⁵⁶ De fato, os saques ocorreram, e a soldadesca participava dela em busca de seus espólios de guerra, provocando medo entre os populares da cidade francesa, os quais não deveriam ter grande apreço pelos invasores. Mas, passados os dois primeiros anos, os soldados fizeram amizades com a população local, principalmente com a imensa população liberta e escrava de Caiena.

A população escrava estava insatisfeita com a reescravização em 1802, depois de ter passado dez anos liberta – foi emancipada em 1792. Muitos cativos lutaram ao lado das tropas invasoras contra os franceses em represália ao retorno ao cativeiro. Esses conseguiram ter de volta sua liberdade, mas foram enxotados pelos portugueses, que os obrigaram a sair da cidade, depois do fim da guerra, pois poderiam se tornar elementos de perturbação social. Os demais escravos permaneceram cativos. Vários libertos conseguiram sua manumissão nos anos que se seguiram à abolição da escravidão, e estavam temerosos com a possibilidade ainda presente de retorno à escravidão. Dessa forma, em Caiena os soldados insatisfeitos tiveram contato com idéias radicais, e conviviam com homens livres, libertos e cativos dispostos a apoiá-los em levantes futuros, como se verá no levante de 1811.⁴⁵⁷

⁴⁵³ Peter Linebaugh e Marcus Rediker. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 34-38; 121-122.

⁴⁵⁴ AN, Caixa 1192. Caiena, 23 de abril de 1811.

⁴⁵⁵ Souza. *Lealdade...*p. 102-103

⁴⁵⁶ Marcio Souza. *Desordem*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 49.

⁴⁵⁷ Cardoso comenta que os escravos libertos obrigados a sair de Caiena foram mandados para o Pará, mas se revoltaram ao longo do caminho, pois acreditavam que seriam re-escravizados. Eles fugiram para a região

Seguindo a narrativa. A maneira como o Brigadeiro Manuel Marques atuou frente ao levante de junho de 1809 foi criticada pelo Capitão-General do Pará, que o destituiu do posto e o enviou de volta ao Pará. Para substituir Manuel Marques, foi enviado o Coronel Pedro Alexandrino Pinto de Souza. Já o Tenente-Coronel Francisco José Rodrigues Barata tornou-se o novo comandante da tropa, em substituição a Palmeirim.⁴⁵⁸

Para evitar maiores problemas com a tropa, nenhum participante do levante foi punido. Mas, mesmo assim, o novo comandante encontrou uma tropa insatisfeita e descontente com a troca de comando, uma vez que ela acreditava ter o novo chefe a missão de vigiar a conduta deles. De fato, ele fora escolhido para o cargo a fim de impor uma rígida disciplina à tropa, repreendendo as condutas desviantes e denunciando o comportamento dos oficiais. Em 07 de maio de 1810, ele alegava que oficiais superiores e inferiores, por qualquer motivo, falavam em levante. Ele achava temível a união entre oficiais superiores e “a corja de cabos, sargentos, furriéis brancos, f(ilh)os da Europa, atrevidíssimos”. Para contê-los, ameaçava corta-lhes a cabeça, no entanto para evitar maiores problemas pedia a mudança imediata desses homens.⁴⁵⁹ Mas, como foi dito, os oficiais superiores e subalternos eram facilmente cooptados, e nas reivindicações que se seguiram, somente os oficiais inferiores e os soldados iriam continuar os protestos contra a situação em Caiena.

Insatisfeitos, os oficiais inferiores enviaram uma petição ao novo Governador militar. Nela eles ameaçavam e pediam:

[Estamos a requerer] a V(ossa) S(enhoria), a tropa desta guarnição unida ela toda, que se V(ossa) S(enhoria) possa já com maior brevidade a ordenar a esse chamado general do Pará q(ue) **sem perda de tempo possamos nos Retirar ou sejamos mudados e, seja como for, deste degredo em q(ue) nos pos contra todas as ordens do nosso Príncipe, pois tendo mandado os oitocentos Pernambucanos p(ara) nos render, ele tão atrevidamente [se opo] e, portanto, não estamos p(ara) dar mais sentenças o q(ue) como Pai Reclame, já que [...] não só perderão esta colônia, q(ue) com tanta honra e valor nos a conquistamos, como perderão a vida os q(ue) concordam com ele, e o mais q(ue) não imaginão que há de suceder e p(ara) q(ue) não suceda fizemo-lhe esta pequena representação, e q(ue) esperamos tenha efeito, e com brevidade [...] assim não se queixem depois (grifo nosso)**⁴⁶⁰.

disputada pelos portugueses e franceses, que ficava na embocadura do rio Quannani entre os rios Cassipure e Calçoéne. Cardoso também escreve que o Conde das Galvêas, no Rio de Janeiro, reprovou veementemente a libertação dos escravos que lutaram ao lado da Força Expedicionária, pedindo a D. João que negasse ter sido o mentor de tal gesto. Para o Conde, esse ato era um gesto impensado numa cidade, onde a maioria da população era escrava Cardoso. *Economia e sociedade...*p.157-158. Segundo o próprio Cardoso, a população de Caiena era de 933 brancos, 1.157 pessoas livres de cor e 12.355 escravos, somando 14.445 em 1808. Ver: Cardoso. *Economia e sociedade...*p. 81

⁴⁵⁸ Reis. “A ocupação de Caiena...p. 333

⁴⁵⁹ APEP, EC, Códice 653, Correspondência do Governo com Diversos. Ofício de setembro de 1810

⁴⁶⁰ APEP, EC, Códice 647, Correspondência do Governo com Diversos. Representação feita ao governador de Caiena, s/d

De acordo com a petição regida pelos oficiais inferiores (primeiro e segundo sargentos e Furriel), eles desejavam voltar sem demora ao Pará, uma vez que lhes foi prometido que seriam substituídos por 800 militares oriundos de Pernambuco em pouco espaço de tempo. Eles alegavam que eram mantidos em Caiena por determinação do governador, que estava desobedecendo às ordens do príncipe D. João.

A volta para casa não foi o único motivo para a petição. Também o não cumprimento de todas as promessas de enriquecimento feitas a eles, durante a convocação para a guerra contra os franceses, também fazia parte de suas reivindicações. Além disso, o Tenente-Coronel Rodrigues Barata havia revogado alguns benefícios a eles concedidos, como a distribuição de “carnes gordas” aos militares doentes no hospital, determinando aos médicos que ministrassem somente “carne magra” aos doentes. Por tudo isso, eles exigiam as suas substituições imediatamente.⁴⁶¹

A intolerância dos soldados a respeito do envio de tropas para regiões distantes daquelas de suas origens era antiga, e provocava insatisfações constantes entre os soldados. No Pará, os dois grandes motivadores das deserções foram a perda dos meios de sobrevivência e dos laços familiares provocados pelos deslocamentos, como se viu no segundo capítulo. A ida e a permanência em Caiena não contribuíram em nada para acabar com as motivações de deserção e revoltas nas fileiras, uma vez que eles ficaram por lá durante oito anos.⁴⁶²

Aparece nessa representação mais uma característica das motivações dos levantes e deserções do século XVIII, que era o não cumprimento de promessas. Eles reivindicavam a sua substituição por pernambucanos, que foi supostamente prometida por D. João, ameaçavam matar seus comandantes e provocar a retomada de Caiena pelos franceses. Nesse movimento, apesar da ameaça de tomar Caiena das mãos do governo luso, não havia ainda manifestações políticas articuladas para se chegar ao controle do Estado. Aparentemente ainda havia uma confiança na autoridade da Monarquia. Todavia, repudiamos dizer que esse movimento era restauracionista, isso seria reducionismo, pois assim transformaríamos o sujeito histórico em mero reprodutor da sociedade existente. É mais apropriado pensar que os movimentos populares modificaram sua forma de ação, à medida que perceberam serem os reis na Europa, antes intocáveis, agora mortais e passíveis de contestação. Essa percepção foi,

⁴⁶¹ Idem

⁴⁶² A transferência para lugares distantes de suas localidades de origem foi motivo constante de deserções e protestos. Ver: Shirley Maria Silva Nogueira. “Esses Miseráveis Delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista”. In: Celso Castro, Vitor Izeckson, Hendrik Kraay (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 94-95

sem dúvida, concebida a partir da influência das idéias liberais, mas principalmente das lutas travadas tanto na Europa quanto na América, que repercutiram em todas as montanhas do Atlântico, além da chegada da família real.⁴⁶³

A demora das autoridades em atender ao pedido de substituição dos soldados e oficiais inferiores pelos pernambucanos causou nova animosidade na tropa. Os pernambucanos somente chegaram ao Pará pela Fragata Andorinha três meses depois. Todavia, foram remetidos apenas 49 pernambucanos em 1810, tirados de duas companhias de pardos e Henriques.⁴⁶⁴

O não cumprimento das promessas e a presença do Tenente-Coronel Jorge Rodrigues levaram a tropa a uma nova revolta em 05 de março de 1811. Esse levante foi articulado por vários dias para se obter a adesão dos soldados dos batalhões estacionados em Caiena. A forma de convencimento foram cartas enviadas aos membros das tropas. Eles também tentaram persuadir pessoalmente vários soldados, além de contarem com a ajuda de uma preta que servia refeições para os soldados. Segundo o escrivão do processo realizado depois do motim, o ansepeçada José Joaquim de Souza comentou que:

[ao] ir cear na casa de uma preta chamada Maria, q(ue) mora atrás do quartel do seu regimento, chegaram ali três soldados em conversas sobre coisas do serviço de pouco Interesse, mas q(ue), logo depois, o chamara, a dita Mulher, de parte e lhe dissera [que] fosse ao quartel, dizendo-lhe que os réus se sublevavam esta noite. Estranhando ele uma tal notícia, perguntara-lhe como ela sabia, e lhe respondeu, que um soldado chamado Pedro Rodrigues, do Primeiro Regimento, o havia comunicado [a] uma mulher [...] de seu conhecimento e amizade [dela].

O comunicado do levante feito ao ansepeçada Pedro Rodrigues pela preta Maria aponta a possibilidade de os soldados contarem com a ajuda de *pretos* de Caiena para o planejamento do levante, o qual pode ter sido também gestado na casa da preta Maria, apesar de ela informar que havia sido comunicada por uma mulher de seu conhecimento e sua amizade – provavelmente uma mulher da mesma cor e condição de Maria. Essa casa era um comércio onde provavelmente muitos soldados faziam refeições, provavelmente uma cantina ou uma taberna, um local ideal para se divulgar o levante. Linebaugh e Rediker escrevem que, em Nova York, em 1741, as docas, as tabernas e os navios eram lugares onde ingleses, irlandeses,

⁴⁶³ Sobre a circulação de idéias revolucionárias pelo Atlântico ver: Linebaugh; Rediker. *A hidra de muitas cabeças...*

⁴⁶⁴ APEP, EC, Códice 640, Correspondência do Governo com Diversos. Ofício de setembro de 1809 e maio de 1810.

africanos, indígenas americanos e “gente da Antilhas podiam se reunir para investigar seus interesses comuns”.⁴⁶⁵

Respeitando as diferenças, este cenário não era tão distinto do presente em Caiena. Lá estavam soldados luso-brasileiros - a maioria de cor - ingleses, irlandeses, africanos de Caiena, todos desrespeitados pelas autoridades. Não há notícias de que os soldados ingleses e irlandeses tenham se envolvido no motim de 1811, mas talvez trocassem muitas experiências sobre a luta contra a escravidão e contra o recrutamento – considerado pelos irlandeses e ingleses como uma forma de cativo. Todavia, os *pretos* estavam articulados com os soldados. Apesar de não se descartar a possibilidade da participação de alguns membros da elite de Caiena envolvida no levante, os africanos desse lugar poderiam ser os “franceses” que conspiraram contra o governo luso junto com soldados.

O plano era: conseguir apoio do Regimento de Macapá, do de Belém, do Batalhão de Caçadores e da Artilharia de Estremoz a fim de se levantarem na madrugada do dia 05 de março.⁴⁶⁶ A semelhança dos motins de populares na Inglaterra, os levantes militares necessitavam do apoio do restante da tropa. Por isso, soldados e oficiais inferiores tentaram convencer seus companheiros de armas por meio do envio de cartas e conversas “homem a homem” explicando o motivo da sedição e o plano, tudo para garantir a participação de toda a tropa.⁴⁶⁷ A trama consistia em: os “cabeças” do levante esperariam passar, às três horas da madrugada, a patrulha do regimento de Macapá, para depois ir buscar o tambor Manoel de Souza para se incorporar à ronda. E este, às cinco horas, depois do toque de alvorada, daria o toque de *rebate* como sinal para as tropas pegarem as armas, enquanto isso o Corpo de Artilharia, envolvido com os levantados, tomaria o restante da artilharia e o armazém da pólvora. Em seguida, a artilharia deveria fazer fogo contra a sala dos oficiais, que deveriam ser rendidos, presos e colocados em um navio para morrer.

Assim, depois de planejada a sedição, o motim começou na madrugada do dia 5 de março. O soldado Bento Manoel gritou para os soldados pegarem as armas. Uma pequena escolta rebelde atacou a guarda, mas sofreu resistência. Todavia, foi reforçada por outros militares liderados pelo cabo Manoel Antônio de Lima. A escolta, já reforçada, derrotou a guarda e se dirigiu à praça, mas não conseguiu tomá-la, uma vez que os oficiais e o restante

⁴⁶⁵ Linebaugh; Rediker. *A hidra de muitas cabeças...*p. 194. Essa tradição de reuniões em tabernas para conspirações se espalhou, e elas tornaram-se espaços de reuniões de criminosos, fugitivos e de comércio clandestino em vários lugares do Brasil. Flávio Gomes escreve das relações de comércio entre quilombolas e taberneiros em Iguçu, no Rio de Janeiro. Os quilombolas contavam com a proteção desses comerciantes para não serem capturados pelas autoridades. Ver: Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 43-131.

⁴⁶⁶ APEP, EC, Códice 655, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 05 de março de 1811.

⁴⁶⁷ Thompson. “Economia Moral...p.180

da artilharia, fiel a seus comandantes, contra-atacou com força e conseguiu dominá-los, acabando com a revolta.⁴⁶⁸

Controlado o levante, as autoridades resolveram tomar medidas mais duras do que as assumidas durante o levante de 1809. Foi montado um Conselho de Guerra e as culpas dos envolvidos foram apuradas. O sumário de culpa continha 26 testemunhas e descobriu-se serem “os cabeças” do levante - o soldado Bento Manoel, Manoel Antônio de Lima, Domingos Pascoal e o cabo de esquadra João Hilário, todos solteiros e oriundos do Pará. O plano era matar os oficiais, tomar o poder e constituir um governo em conjunto com os franceses. Novamente, os motivos alegados para a sedição foram as promessas de riquezas feitas, no momento do recrutamento, e a não substituição da tropa por outra.

O soldado Bento Manoel, acusado de ser um “dos cabeças” do levante, informava a seus inquiridores não ter outro motivo para planejar o motim senão o não cumprimento da promessa de riqueza feito pelos seus comandantes. Ele foi voluntário para a tomada de Caiena, uma vez que acreditava estar indo para uma terra próspera. Por isso, conspirara contra seus oficiais, principalmente o Tenente-Coronel considerado por ele um “homem mau”. Assim, pretendiam colocar o Tenente-Coronel Barata e os outros oficiais no porão de um navio, que ficaria à deriva.

De fato, os soldados consideravam Tenente-Coronel Rodrigues Barata um mau comandante. Como já foi dito, os maus comandantes eram normalmente o estopim dos levantes. O assassinato dele representaria não só uma vingança dos soldados, mas uma forma de impor limites aos oficiais superiores. Normalmente, a morte de um oficial extremamente disciplinador era um recado às autoridades militares. Eles não aceitariam passivamente os rigores da disciplina militar. Esta deveria ser maleável para atender os interesses dos recrutados ou voluntários. Além disso, provavelmente, o discurso de Bento Manoel era a justificativa mais aceitável às autoridades do que a de confessar que tramou com franceses a destituição do governo português, a fim de instituir uma nova administração da qual fariam parte os soldados e alguns oficiais inferiores paraenses. Esse discurso poderia funcionar para salvar sua vida, uma vez que no outro levante (o de junho de 1809), por motivo semelhante, os envolvidos foram perdoados. Provavelmente além das insatisfações com o serviço em Caiena, Bento Manoel articulou esse motim pensando nas vantagens financeiras que ele e seus companheiros teriam ajudando os franceses a derrubar os lusos do poder.⁴⁶⁹

⁴⁶⁸ APEP, EC, Códice 655, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 07 de março de 1811.

⁴⁶⁹ APEP, EC, Códice 655, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 08 de março de 1811.

Os soldados Bento Manoel, Manoel Antônio de Lima e Domingos Pascoal e o cabo de esquadra João Hilário foram condenados ao enforcamento, conforme previsto no parágrafo décimo quinto do Regulamento Militar de 1805. Os soldados Bento Manoel e Manoel Antônio de Lima, acusados de serem os principais promotores da revolta, teriam seu corpo esquartejado e os seus quartos colocados em cada quartel e as cabeças nas praças de Caiena, depois de enforcados.⁴⁷⁰ De acordo com Reis, eles foram executados sem demora.⁴⁷¹

Para evitar qualquer possibilidade de um novo levante, os soldados envolvidos na sedição foram mandados de volta ao Pará. Em 1812, chegava à vila de Chaves, no Marajó, um navio contendo militares acusados de participação nos motins de 1811 e suspeitos de terem participado do ocorrido em 1809. Esse não foi o único navio contendo os envolvidos na sublevação. Outros seguiriam o mesmo rumo.⁴⁷²

A despeito da repressão e das regalias, os problemas com as tropas continuaram. Havia muitos insatisfeitos. A polícia de Caiena prendeu soldados fazendo saques em fazendas, talvez atrás da riqueza prometida pelos comandantes. As deserções foram constantes. Alguns soldados pernambucanos foram levados para o Conselho de Guerra em maio de 1812 por deserção. Havia soldados portugueses presos no Suriname. Aliás, os militares começaram a fugir desde o início do governo português em Caiena.⁴⁷³

Em outubro de 1812, Pedro Alexandrino Pinto de Souza entregou novamente o cargo ao Brigadeiro Manuel Marques. Este ficou no cargo até 1817, quando foi devolvida a Guiana Francesa aos Franceses. Durante o seu governo não há notícias de outro levante, talvez por Manuel Marques ser considerado um militar pouco disciplinador ou mais prudente. Ele sabia quais eram os limites que não podia ultrapassar com as tropas sob seu comando. Porém, nem mesmo a presença de Manuel Marques impediu as fugas dos soldados.

Esses levantes ajudam a fazer uma releitura sobre a administração lusa em Caiena, que foi descrita como tranqüila e próspera por Arthur César Reis.⁴⁷⁴ Os documentos também negam a idéia difundida na obra de Vicente Salles, de que a participação das tropas na

⁴⁷⁰ O décimo quinto parágrafo do Regulamento de 1805 determinava que qualquer cabeça de motins, de traição, ou que tivesse parte, ou concorresse para este delito, ou soubesse que se ordenou e não delatasse a tempo seus agressores, seria infalivelmente enforcado. *Ibidem*, Ofícios de março de 1811.

⁴⁷¹ Reis. "A ocupação de Caiena...p. 334

⁴⁷² *Ibidem*, Ofícios de 06 e 14 de março de 1811 e Ofício de 25 de abril de 1812.

⁴⁷³ Sobre a prisão dos pernambucanos e a prisão de soldados desertores no Suriname, ver: *Idem*, Ofício de 01 de maio de 1812. Sobre as deserções desde o início da presença portuguesa em Caiena ver: APEP, EC, Códice 640, Correspondência do Governo com Diversos. Ofício de 22 de janeiro de 1809; APEP, EC, Códice 641, Correspondência de Diversos com o Governo e Ajudante de Ordens. Ofício de 23 de janeiro e 9 de março de 1809.

⁴⁷⁴ Arthur Cezar Ferreira Reis. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*, [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1953. (Cadernos de Cultura). p. 18-19.

Independência foi fruto da presença dos militares na Guiana Francesa, uma vez que lá entraram em contato com idéias liberais. Esse argumento não tem fundamento, visto que nada nos dois levantes ocorridos em Caiena mostram qualquer evidência de que as tropas tivessem algum sentimento de identidade nacional. Ao contrário, o levante - o de 1811- revela uma proposta de rompimento com o Brasil e acordos com franceses, para tomar Caiena e formar um governo em conjunto com franceses.⁴⁷⁵

A idéia de que a nação já estava constituída antes da Independência é fruto de uma matriz da historiografia brasileira, que vê a nação brasileira pré-figurada na colônia, sendo a Independência o resultado do sentimento dessa nação pré-existente. A opção pelo “sistema do Rio de Janeiro” ter-se-ia se dado lentamente. Somente em 1823, começaram as lutas na Província com forte participação das tropas para a adesão do Pará a D. Pedro I. Contudo, é provável que as “idéias revolucionárias” apreendidas em Caiena tenham sido determinantes nas atitudes dos militares frente ao processo de Independência do Brasil.

Provavelmente os anos passados em Caiena ajudaram os militares, principalmente oficiais inferiores e soldados, a repensarem sua situação dentro do Exército e na sociedade paraense, uma vez que todos eles perceberam a importância e a força do Exército, que foi capaz de conquistar uma das colônias do país que tinha melhor exército do mundo naquela época. Eles puderam barganhar suas exigências com mais veemência, já que o Estado português não podia prescindir deles. A certeza da importância do Exército para a manutenção de governos e territórios lhes abriu o caminho para atuarem ativamente na destituição dos administradores do Grão-Pará. Os militares egressos de Caiena tornaram-se figuras de destaque frente aos demais membros da tropa. O emblema que os soldados levavam no ombro os diferenciava dos outros soldados. Os comandantes Manuel Marques e Rodrigues Barata faziam parte dos que participaram do golpe que decretou a adesão do Pará ao Constitucionalismo Português em janeiro de 1821.

4.3 Revolta Militar de Outubro de 1823

Quando a tropa de Caiena chegou ao Pará, em 1817, encontrou o Grão-Pará conturbado pela forte vigilância empreendida pelo governador - o Conde de Vila Flor.

⁴⁷⁵ Vicente Salles. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, Belém: Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

Temendo a entrada de idéias “subversivas” oriundas do ideário liberal (e do contexto Latino-Americano), ele teve de enfrentar a Revolução Pernambucana de 1817 e Independência da Venezuela, levando a atenção dos administradores coloniais para a fronteira com os espanhóis.⁴⁷⁶

Nas instruções de Vila Flor ao administrador do Rio Negro, Manoel Joaquim dos Paços, ele pedia que fosse impossibilitado o contato da população desta capitania com os moradores das províncias espanholas, cortando qualquer comunicação que pudesse haver entre eles. Para isso, ele exigia a conservação das fortalezas em bom estado e o aumento de tropas de 1ª linha e de milícia, como já vimos. Também ordenava que todos os espanhóis emigrados fossem enviados a Belém. Além disso, solicitava a Manuel dos Paços informações:

do progresso do espírito revolucionário nos países limitrofes da Capitania, da força armada que tem naquelas fronteiras, movimentos, e direção dos corpos, e das disposições hostis ou pacíficas a nosso respeito [...] para conter em respeito os insurgentes ou para os repelir no caso de agressão [...].⁴⁷⁷

A entrada de navios estrangeiros também era vigiada, principalmente os que também carregavam cartas ou papéis, que deveriam entrar em Belém somente com autorização expressa. Vila Flor coibiu também a entrada dos periódicos intitulados *O Português* e o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa. O *Correio Brasiliense* era um jornal que circulava há muito tempo no Pará. O governador José Narciso de Magalhães e Meneses, que governou o Pará de 1806-1810, foi o primeiro a coibi-lo. Todavia, esse periódico continuaria a circular no Pará até 1822.

Muitos leitores devem ter entrado em contato com o ideário liberal por meio desse periódico. Hipólito da Costa não pregava o fim do governo monárquico, nem a separação do Brasil de Portugal. No entanto, defendia uma monarquia constitucional e a união de todas as províncias em torno de uma monarquia reformada. Para Hipólito da Costa, essa era a saída para as divergências de interesses existentes entre as diversas capitanias. Essas divergências foram acirradas com a instalação da família real no Rio de Janeiro. Os membros das elites dessas capitanias passaram a disputar empregos, cargos e receitas fiscais.⁴⁷⁸

As reformas defendidas por Hipólito da Costa eram: o fim das capitanias, para acabar e coibir a corrupção existente nelas; a transformação delas em províncias, que gozariam de direitos iguais às demais; o fortalecimento das câmaras, para garantir o respeito aos interesses

⁴⁷⁶ Rosa E. Acevedo Marin. “A Influência da Revolução...p. 42-43;47; 53-54

⁴⁷⁷ APEP, EC, Códice 628, apud Mário Barata. *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823): gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

⁴⁷⁸ István Jancsó. “Independência, Independências.” In: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, 2005. p. 34

do “povo”, dentre outras. A igualdade de direitos referia-se não somente às províncias a serem criadas, mas a todas as partes do Império português. Dessa forma, os males da Monarquia seriam sanados.⁴⁷⁹

Possivelmente, *O Correio Brasiliense* não fosse o único veículo através do qual os sujeitos paraenses entraram em contato com as ideias ilustradas. Elas chegavam por meio de livros vindos na bagagem dos filhos da elite mandados estudar em Lisboa.⁴⁸⁰ A Revolução Pernambucana de 1817 também repercutiu no Grão-Pará e colaborou para começarem a pensar na República como alternativa à Monarquia. Sobre a Revolução Pernambucana de 1817, Mello escreve que um dos fortes motivos de Revolução de 1817 foram os tributos pagos à Coroa. Esses impostos beneficiavam diretamente o Rio de Janeiro, que era a sede do Império português.

Certo é que membros da elite paraense já defendiam mudanças na Monarquia. O ouvidor Joaquim Pombo e seus familiares foram, em 1815, denunciados pelo padre Elias Teles da Fonseca ao governo no Rio de Janeiro. Em seu memorial, o religioso afirmou: “Esta cidade não [é] falta de jacobinos, e pedreiros livres... [...]... Na casa do Sogro do Pombo é o clube, ou, sociedade dos jacobinos e pedreiros Livres”, onde se faziam “As Anedotas e Intrigas” contra a moral [...],⁴⁸¹ Possivelmente o padre exagerasse ao chamar Pombo e seu sogro de jacobinos⁴⁸², pois Joaquim Pombo se alinharia aos defensores de uma monarquia

⁴⁷⁹ Jancsó. “Independência... p.37

⁴⁸⁰ Geraldo Martins Coelho. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

⁴⁸¹ BN-DM; 22; 1; 8. No Pará, o governo estava nas mãos de influentes membros da elite paraense desde a morte do governador José Narciso de Magalhães e Meneses em 1810. A morte desse capitão-general levou a constituição de uma Junta governativa composta pelo ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo, do Brigadeiro Manuel Marques, o Bispo D. Manuel de Almeida de Carvalho. Em 1812, o Brigadeiro Manuel Marques voltou a Caiena sendo substituído pelo também Brigadeiro Francisco Pereira Vidigal, que, por sua vez, também foi substituído pelo Brigadeiro comandante do Regimento de Infantaria de 1ª linha e Inspetor das milícias - Joaquim Manoel Freira Pinto. Ver: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 420. O padre Teles não acusava somente Pombo, mas todos os membros da Junta administrativa de serem adeptos de ideias liberais. Além disso, ele acusava a Junta de governar em benefício próprio e de seus parentes. Ele afirmava que eles não “podiam adotar qualquer sistema governativo, que não lhes seja forçoso modificar ou alterar [pois] [...] [acumulam] empregos [...]”, não podiam ir de encontro com “seus respectivos cargos”, “moldam a autoridade do governo” para evitar “o choque e o encontro dos seus empregos” e parentes, manifestando “[dano] da Fazenda real”, e “intrigas contra os que não concorrem aos seus interesses”, que “fazem torcer a justiça, e plantar a (ilegível) e desordem”.¹ Entre outras coisas, ele pedia o envio de um capitão-general para controlar a capitania, acabando com o desmando desse grupo. O que ocorre em 1817, com a nomeação do Conde de Vila Flor para o cargo. Ver: BN-DM; 22; 1; 8.

⁴⁸² Segundo Volvelle, o termo jacobino surgiu em Paris no convento dominicano dos jacobinos em 1789, onde o clube de Paris se instalou para discutir “as questões que deveriam ser debatidas na Assembléia Nacional; trabalhar para o estabelecimento e a consolidação da Constituição e corresponder-se com outras sociedades”. Tem suas origens “em confrarias de devoção, profanas ou devotas, a exemplo das caridades ou das irmandades maçônicas [...] assim como das sociedades de pensamento, mas em relação às quais guarda uma diferença essencial, a de ter realizado a passagem à política, uma experimentação real de formas de democracias inéditas”. Foram os monarcas da Prússia e Rússia que tornaram o termo sinônimo de radicalismo e subversão quando rotularam “os ativistas poloneses como operários de uma fábrica de jacobinos”. Levado para fora da França, o

constitucional, aliando-se aos defensores do Constitucionalismo Português em 1821, como quase todos os membros da elite paraense, e somente a partir de 1823 alguns mudariam de posição, e outros rumariam ao jacobinismo.

O padre denunciante fazia parte dos defensores do absolutismo, que tinha como representante o bispo D. Romualdo Antônio de Seixas. O religioso Elias Fonseca denunciava os desmandos e a apropriação dos bens da Coroa pelos membros da Junta Governativa, além do desrespeito dos membros da Junta à religião católica e ao Bispo. Contudo, as discordâncias com o Bispo seriam circunstanciais, pois esse oscilava entre o despotismo e a monarquia constitucional. Assim, em 1821, integrou o “rol” dos defensores do Vintismo no Pará. E, depois, passou a defender as medidas despóticas do Governador das Armas José Maria de Moura.⁴⁸³

As idéias liberais, sem dúvida, eram alimentadas com a distância do Trono das capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro e a direção do governo nas mãos de membros da elite local até 1817. Além disso, os interesses dessa elite paraense estavam ligados ao comércio com Portugal. Souza Júnior afirma que o montante de negócios entre Portugal e os comerciantes paraenses se intensificou, trazendo grande prosperidade. Entre 1810 e 1818, o Pará ganhou 3.901 contos 847 mil 286 réis com exportações para o Reino Português. Os produtos importados eram: cacau, arroz, café e algodão. Além deles, as chamadas *drogas do sertão* faziam parte da pauta de exportações do Grão-Pará para Portugal.⁴⁸⁴ Assim, o Pará tinha todos os seus interesses voltados para Portugal.

Em 1820, A Revolução Liberal do Porto (conhecida também como Vintismo, Regeneração e Constitucionalismo Português) criou uma monarquia constitucional em Portugal, instituindo o parlamento português como órgão supremo. As Cortes exigiam o retorno de D. João VI a Portugal. O movimento constitucional Português não prescindia da figura do rei. D. João VI, que continuava sendo o “pai” da nação portuguesa, mas ele devia governar conforme a nova Constituição, que iria ser votada. A Carta Magna garantiria a soberania do povo. O Movimento do Porto celebrava o “triunfo do governo contratual sobre a norma paternal”.⁴⁸⁵ As projeções da Revolução Liberal foram bastante expressivas no Brasil e provocaram movimentos de adesão e de reconhecimento tanto na Bahia quanto no Pará.⁴⁸⁶

jacobinismo tomou significados diferentes em contextos políticos e sociais variados. O perfil comum desses jacobinismos alimentou-se “de maneira variada das elites e [em] rejeitar a hegemonia da alta aristocracia”. Michell Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru/SP: EDUSC, 2000. p. 14-15; 37.

⁴⁸³ Jancsó. “A sedução da Liberdade...”

⁴⁸⁴ José Alves de Souza Júnior. “Semeando Vento, Colhendo Tempestade: o Pará e o processo de adesão à Independência”. *An. Arq. Público Pará*, Belém, v. 4, t.2, p. 255-292, 2004. p. 268

⁴⁸⁵ Kirten Schultz. “A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-

Os laços econômicos que ligavam as elites paraenses a Portugal, fizeram com que o grupo dominante apoiasse o Movimento do Porto. A adesão do Pará ao Constitucionalismo Português foi articulada às escondidas. Os paraenses acreditaram que a Regeneração manteria as relações comerciais e o aumento da possibilidade de enriquecimento para proprietários e negociantes, mas muitos deles temiam as represálias de D. João VI, caso a situação se revertesse com uma derrota do Vintismo na Metrópole. A despeito disso, o Pará aderiu ao constitucionalismo a 1º de janeiro de 1821, depois de várias reuniões secretas, que decidiram dar ao movimento o “caráter de quartelada”.⁴⁸⁷

Como vimos no segundo capítulo, a infantaria, que possuía 3.000 homens, tinha mais da metade de seus oficiais de origem paraense, e alguns portugueses. Tanto os lusos quanto os nascidos no Pará estavam ligados à elite paraense. Eram, geralmente, filhos de famílias “nobres” ou simplesmente ricas. Graduados que entraram na 1ª linha, na sua maioria, por volta de 1808 e foram beneficiados com a vinda da família real para o Brasil. Aparentemente, não havia motivos para o “Exército do rei” traí-lo, mas a ligação com os setores hegemônicos locais foi decisiva para esse rompimento. De fato, há uma quebra de fidelidade à Coroa portuguesa por parte da tropa de 1ª linha, marcada pela presença de naturais da terra e lusos, que ligados à elite paraense, insatisfeita com a liderança do Rio de Janeiro sobre as demais capitânicas, colaborou com a adesão ao Constitucionalismo Português em 1º de janeiro de 1821.

Souza Junior escreve sobre os diversos partidos que compunham a Província durante o período antecedente à Independência no Pará. Segundo ele, a adesão ao Vintismo fora feita por um grupo de funcionários-negociantes de *grosso trato*, detentores dos melhores cargos administrativos e de nacionalidade portuguesa. Eles planejaram o movimento de 1º de janeiro para garantir a manutenção de seus privilégios, evitando a ascensão dos demais membros da elite econômica que estavam fora das posições de mando do Estado. Dentre eles estavam: o Vigário Capitular D. Romualdo Antônio de Seixas, Presidente da Junta, com a participação do Marechal Manuel Marques, o Tenente-Coronel José Jorge Barata e o Coronel João Pereira Vilaça.

1821)”. In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 125-152; 139-140.

⁴⁸⁶ Coelho. *Anarquistas, demagogos e dissidentes...*p.23; Geraldo Mártires Coelho. *Letras e baionetas*. Belém, CEJUP, 1989. p. 31

⁴⁸⁷ José Alves de Souza Júnior. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para emancipação do Grão-Pará e atuação de Felipe Patroni (1820-1823)*. Campinas: UNICAMP. 1999. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidades Estadual de Campinas/UNICAMP, 1999.

À frente da Junta, eles pretendiam impedir a tomada do poder por um novo grupo de homens de cabedais, enriquecidos com o comércio feito durante a ocupação de Caiena e com a redistribuição de sesmarias realizada durante as duas primeiras décadas do XIX.⁴⁸⁸ Entre eles estavam: Simões da Cunha, Pedro Rodrigues Henriques, Amândio de Oliveira Pantojá, Miguel Joaquim Cerqueira e Silva e Felipe Patroni.⁴⁸⁹

A Junta desaconselhou a D. João VI a nomeação de Domingos Simões da Cunha para o cargo de governador da comarca do Rio Negro. Impediu a posse do bacharel Miguel Joaquim Cerqueira e Silva no posto de juiz de fora da vila de Cameté, alegando que ele não possuía uma Carta Régia, mas apenas um Alvará do rei de 15 de maio de 1821. Além disso, não reconheceu a patente de Coronel da Legião de Milicianos de Cameté para Anastácio José Cardoso. Também durante as eleições para as Cortes, eles garantiram que os dois nomeados fossem de confiança da Junta, ficando de fora o mais ferrenho defensor do constitucionalismo, Felipe Patroni.⁴⁹⁰

Os grupos que disputavam o poder dividiam-se entre constitucionalistas e absolutistas, mas tinham como ponto de convergência a manutenção dos laços com Portugal com quem sustentavam uma relação econômica direta. Os adeptos da Independência surgiram lentamente. Eram egressos do Partido Constitucionalista paraense que estavam desiludidos com a atitude do legislativo luso diante da implantação das idéias liberais no Brasil.⁴⁹¹

Os absolutistas eram liderados pelo Comandante das Armas José Maria Moura e alguns membros da Junta. Os constitucionalistas, por Felipe Patroni. Em torno de Patroni, se juntariam Pedro Rodrigo Henriques, Miguel Joaquim de Siqueira, Anastácio José Cardoso, Amândio José de Oliveira e Simões da Cunha e outros. Todavia, é preciso relativizar a posição desses grupos ou homens que mudavam de interesses e motivações específicas a cada momento, podendo mudá-las ao sabor dos acontecimentos.⁴⁹² Por exemplo, o grupo liderado

⁴⁸⁸ Rosa Elizabeth Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense nas duas primeiras décadas do XIX”. *Estudos Econômicos*, 15 (número especial), 1985, p. 159 e Souza Júnior. “Semeando Vento...p. 255-292.

⁴⁸⁹ Souza Júnior. “Semeando Vento...p.262

⁴⁹⁰ Ibidem, p.262-263.

⁴⁹¹ André Machado, “As Esquadras Imaginárias no extremo norte: episódios do longo processo de Independência do Brasil”. IN: István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, FAPESP, HUCITEC, 2005. Souza Júnior. *Constituição ou Revolução...p. 7-8.*

⁴⁹² Não existiam partidos no sentido atual da palavra e sim grupos políticos informais, uma vez que as alianças eram voláteis, e no interior de cada partido havia outros partidos. Marco Morel define ser partido político, no início do XIX, mais do que a simples tomada de um partido ou posição. Eles representavam agrupamentos “que poderiam ocorrer em torno de um líder ou chefe [...], articulavam-se por meio de palavras de ordem e de órgãos da imprensa, delimitavam-se em determinados espaços associativos ou de sociabilidade (ainda quando informais) e mobilizavam-se com base em interesses e motivações específicas de cada momento, além de se delimitarem por lealdades, obediências ou afinidades [...] entre seus participantes. E tais agrupamentos eram, em geral, identificados por rótulos ou nomeações, pejorativas ou não”. Ver: Marco Morel, “Restaurar, Fracionar e

por Patroni, devido a forte oposição que recebiam, passaram a ver a separação da Metrópole “como a única alternativa para atingir seus interesses”. Esse foi o caso dos Moraes Bittencourt, membros de família tradicional já referida no capítulo I, que passaram para o lado dos constitucionalistas e, depois, dos independentistas.

André Machado apresenta uma versão parecida com a de Alves Júnior para a oposição entre brasileiros e portugueses, presente na historiografia paraense no momento das discussões sobre o assentimento ou não do Grão-Pará à Independência. Para ele, a ligação econômica direta com Portugal, e não com o restante do Brasil, fazia com que houvesse uma forte identificação com os portugueses pelos setores dominantes da sociedade. Em um primeiro momento, a disputa entre eles se deu por cargos. Além disso, a diferença entre ser português e ser brasileiro ocorreu ao longo das lutas. Ele escreve que não havia uma identidade nacional, já que a idéia de Brasil como um corpo político único não estava dado. O Brasil era formado por diferentes capitanias com interesses diversos.⁴⁹³

A despeito da desunião das capitanias, cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Luís e Belém exerciam influência sobre áreas do seu entorno.⁴⁹⁴ Machado informa sobre a existência de um bloco de capitanias liderado pelo Pará e Maranhão que tinham como objetivo se manter fiéis a Portugal, com quem preservavam uma estreita ligação desde as suas fundações, estando mais isolados administrativamente do resto da colônia. Esse bloco era formado por Mato Grosso, Goiás, Piauí, Maranhão e Pará. Eles mantinham laços de dependência entre si, oferecendo socorro mútuo em caso de necessidade. A ajuda girava em torno de envio de dinheiro e tropas militares, para evitar ataques dos inimigos externos e internos.⁴⁹⁵

O Pará foi a última capitania do bloco a assentir à Independência do Brasil. Os governantes do Pará não conseguiram impedir a queda de seus aliados, embora tenham mandado auxílio a eles. Para o Maranhão, enviaram 120 homens, mas não puderam deter a esquadra comandada por Lord Cochrane enviada por D. Pedro I, para forçar os maranhenses a aderirem à Independência.⁴⁹⁶

Apesar de o Pará ser a última capitania a aderir à Independência, a sua participação no Bloco foi sendo lentamente ameaçado pelas dissidências internas. Em março de 1822, a Junta Provisória teve de realizar as eleições para formar uma nova Câmara e uma nova Junta. As

Regenerar a Nação: o partido caramuru nos anos de 1830”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Editora Unijuí, Fapesp, 2003, p. 412.

⁴⁹³ Machado. “As Esquadras Imaginárias...p.308-311; 323-324.

⁴⁹⁴ Jancsó. *Independência...*p.19

⁴⁹⁵ Machado. “As Esquadras Imaginárias...p. 310, 322-323; 307; 311-314.

⁴⁹⁶ Idem

eleições resultaram em uma nova Junta composta por D. Antônio Correia de Lacerda, João Pereira Cunha e Queiros e Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt, o capitão-de-fragata José Joaquim da Silva, o Major reformado Baltazar Alves Pestana, o capitão Manuel Gomes Pinto e o lavrador José Rodrigues Lima. Todos brasileiros de nascimento. Essa Junta se opôs ao Comandante das Armas e seu grupo, que em represália a destituiu, e nomeou outra, dando prosseguimento à luta pelo controle da capitania.

A nomeação dessa nova Junta acirrou os ânimos entre a facção portuguesa e a brasileira. Nas memórias do Coronel Pedro Chermont Veriano Barata, há informações sobre as rivalidades existentes entre os militares portugueses e os brasileiros. Pedro Barata informa que os portugueses não confiavam mais no Exército, pois vários militares discordavam do nome de José Geraldo de Abreu para o Presidente da Junta e a permanência dos portugueses nos cargos públicos. Temendo uma possível ação das tropas regulares, a Junta procurou se proteger. Pedro Barata travou a seguinte conversa com o cônego Batista Campos, defensor das idéias liberais e opositoristas da Junta Provisória e do Governador das Armas, a respeito desse temor:

- tenho informações seguras de que eles estão organizando um corpo de cavalaria e uma companhia de artilharia, tudo financiado com dinheiro dos comerciantes portugueses.
- **Eles não estão confiando muito nas tropas regulares – disse o cônego**
- **É, há muito descontentamento...Quase todos os oficiais são da terra**
(grifo nosso).⁴⁹⁷

Supostamente essa conversa ocorreu alguns meses antes da adesão do Pará à emancipação política brasileira. Nesse momento, a diferença entre portugueses e brasileiros na tropa de Infantaria paraense fazia diferença. O controle do cargo de Comandante das Armas pelos portugueses, determinado pelas Cortes em 1820, e os postos elevados ocupados pelos portugueses em torno de José Maria de Moura, como era o caso do Brigadeiro Manuel Marques, o Tenente-Coronel José Jorge Barata, o Coronel José Pereira Vilaça, José Geraldo de Abreu, Major Antônio Ladislau Monteiro Baena, deixavam os oficiais naturais brasileiros descontentes. O próprio Coronel Pedro Barata, nascido no Brasil, havia sido destituído do posto pelo também Coronel Vilaça e mandado para a prisão como suspeito de tramar a adesão à Independência do Brasil.

A adesão do Pará à emancipação política do Brasil só ocorreu no dia 15 de agosto de 1823, quando chegou a Belém o Brigue Maranhão comandado por John Pascoe Grenfell,

⁴⁹⁷ Souza. *Lealdade...*p. 174

“como lugar tenente de Lord Cochrane que vinha apoiar o partido da independência”.⁴⁹⁸ Segundo Machado, a decisão da elite paraense em ceder a pressão de Grenfell não era devido à existência de uma posição hegemônica em relação ao assentimento à “causa brasileira”, mas porque a elite dirigente pretendia garantir seu posto de comando dentro da Província e evitar a proliferação de levantes, uma vez que havia muitos outros partidos entre constitucionalistas, absolutistas e partidários da Independência. Em outras palavras, a elite paraense temia que os projetos políticos de *pretos*, índios, brancos pobres e de militares insatisfeitos com sua situação pudessem levar a Província ao estado de *anarquia total*.⁴⁹⁹

O medo da destruição da “ordem” na sociedade era antigo. Havia quem visse a existência de um “partido de índios” em uma das vilas do Grão-Pará em 1814. Em resposta à denúncia da existência desse “partido de índios”, a Junta Provisória, que governou o Pará de 1814 a 1817 mandava proceder a um sumário de culpa contra “os cabeças” e remetê-los presos a Belém. A prisão deles se fazia necessária, uma vez que os índios pretendiam destruir a “boa ordem da sociedade”. Em 1821, o juiz ordinário de Alter do Chão (região de Santarém) era acusado de divulgar entre os índios a Constituição Portuguesa. Nesse mesmo ano, Felipe Patroni difundia entre os escravos de Cameté (região de Melgaço) a necessidade de serem representados nas Cortes portuguesas por meio de um deputado eleito.

Depois da adesão à Independência, foi eleita uma nova Junta composta por José Geraldo de Abreu, Presidente, o cônego Batista Campos, Vice-presidente, João Henriques de Matos, José Ribeiro Guimarães e José Clemente Malcher. O Presidente da Junta não era do agrado dos brasileiros e seus aliados, uma vez que José Geraldo de Abreu havia participado do golpe dado pelos lusitanos, em 1º de março de 1823, que destituiu a Câmara e a Junta Governativa eleita em 1822.

A manutenção dos cargos nas mãos dos portugueses e seus aliados levou a um novo levante militar, dessa vez com participação do “povo”.⁵⁰⁰ Em 15 e 16 de outubro de 1823,

⁴⁹⁸ Domingos Antônio Raiol. *Motins Políticos*. Belém: Ed. da Universidade/UFPA, 1970, 3 (3v). p. 40

⁴⁹⁹ A percepção de que havia vários projetos políticos – especialmente de índios e tapuios - e não apenas dois: aderir a Rio de Janeiro ou a Portugal, faz do trabalho de Machado uma tese inovadora em relação à já produzida sobre a independência no Pará. Machado. “As Esquadras Imaginárias...p. 304-308; 326-339

⁵⁰⁰ No texto de Mattos, povo com “P” maiúsculo representa os proprietários livres. De acordo com uma vertente da teoria liberal, somente aquelas pessoas livres e proprietárias deveriam ter direito a tomar decisões políticas. Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, 2. ed. São Paulo, HUCITEC, 1990.p.115-117. Essa idéia é semelhante ao pensamento dos liberais ingleses dos seiscentos. No texto sobre o pobre e o povo na Inglaterra, Christopher Hill estabelece a diferença entre eles. O povo seria o grupo de pessoas com bens, e somente eles poderiam ser considerados livres, uma vez que suas propriedades lhes permitiam não depender de ninguém para seu sustento. A liberdade era um bem incondicional para se ter direitos políticos. Por isso, eles eram os únicos que poderiam votar. Assim, os pobres, que geralmente não possuíam bens, estavam submetidos aos proprietários, dependendo deles para sobreviver. Christopher Hill. “Os Pobres e o povo na Inglaterra do século XVII”. In: Federick Krantz (org.) *A Outra História: ideologia e protesto popular nos*

vários soldados, conjuntamente com alguns populares de Belém, iniciaram um motim que culminou com a destruição de várias casas de comerciantes portugueses. Esse episódio terminou tragicamente com a morte de 256 pessoas no porão da brigue Diligente, conhecido como Brigue Palhaço. Todavia, as mortes desses homens provocaram uma nova sedição militar originada em Cameté e generalizada para várias vilas na Província do Pará.

O levante ocorrido em 15 e 16 de outubro de 1823 fora marcado, inicialmente, para o dia 8 de outubro, mas não ocorreu, uma vez que o carcereiro da cadeia pública de Belém denunciou o movimento. Ele informou ao administrador da prisão sobre a presença, no dia 7 de outubro, de um soldado no cárcere que comunicou aos presos sobre um “saque” a ser feito na cidade por 200 militares. A denúncia desse saque impediu momentaneamente a sedição, que viria a ocorrer nos dias 15 e 16 de outubro.⁵⁰¹

Os detalhes desse levante foram narrados por Raiol. No dia 15 de outubro de 1823, a infantaria se reuniu ao toque de *rebate* e dirigiu-se ao *Trem de Artilharia* (nome dado ao local onde se guardava o armamento) para se apoderar das armas e munições, mas encontraram resistência e não conseguiram o saque do trem. Então, rumaram à casa do cônego Batista Campos, Vice-presidente da Junta Governativa, e exigiram a intervenção dele junto aos oficiais do Trem para lhes entregarem as armas e munições. Ele fez isso. Depois, a tropa e o “povo” marcharam em direção ao palácio do governo, na freguesia da Sé, e pediram a demissão do Presidente da Junta, Geraldo José de Abreu, e de vários funcionários públicos portugueses. Mas o Presidente recusou-se a se demitir e despedir os demais lusos.⁵⁰²

Como não conseguiram obter resultado de suas reivindicações, a tropa insatisfeita resolveu saquear as lojas de comerciantes portugueses no dia seguinte, dia 16. Para conter o saque, John Pascoe Grenfell foi requisitado. Ele juntamente com sua tripulação e marujos dos navios mercantes conseguiram desarmar os rebeldes e prendê-los na cadeia pública. Depois, dirigiu-se ao quartel e também retirou as armas dos demais militares envolvidos nos roubos. Na manhã seguinte, reuniu os sublevados desarmados, mandou retirar um soldado de cada companhia, em número de cinco, e os fuzilou sem julgamento, para servir de exemplo aos demais infantess envolvidos no levante. O restante foi levado para o Brigue Diligente e

séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, pp. 34-53; Ribeiro escreve ser utilizado povo com “P” maiúsculo, na documentação, para representar a “elite” da sociedade ou classe hegemônica. A população não-hegemônica da sociedade aparece na documentação com “p” minúsculo. Gladys Sabino Ribeiro. “Pés-de-Chumbo” e “Garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro reinado”. (1822-1831)”, *Rev. de Hist*, S. Paulo, V.12, n.º 23/24, pp. 141-1166, set. 91/ago. 92. p. 145

⁵⁰¹ APEP, FSPP, Códice 749, “Correspondência de Diversos com a Província do Pará”. Ofício de 07 de outubro de 1823

⁵⁰² Raiol. *Motins Políticos...* p. 15 e 22.

colocado no porão do navio juntamente com outros prisioneiros responsáveis pelos roubos da noite anterior.

Os 256 prisioneiros foram colocados em um porão “com trinta palmos” de comprimento, vinte de largura e doze de altura. Foram fechadas as escotilhas e deixada somente “uma pequena fresta para entrada do ar”. Como os prisioneiros não se aquietavam, o comandante inglês mandou fazer disparos na porta, matando dez dos amotinados. O restante dos detidos foi morto por asfixia, depois de ser jogado uma grande porção de cal pela guarda, e, em seguida, fechou-se a fresta, ficando o porão completamente fechado.⁵⁰³

Mesmo depois do massacre, as autoridades ainda estavam sequiosas por prender todos os participantes do levante. Em 22 de outubro, a preta Rosa Maria foi procurar, na cadeia pública, o soldado artilheiro Gregório Antônio. Ela queira saber se ele estava lá, mas não estava e nem na relação dos que morreram no porão do Brigue Diligente (ou Palhaço). Ela acabou sendo presa para averiguações, uma vez que Gregório Antônio era um dos sediciosos e se autodenominava “Coronel da artilharia”. Provavelmente, ele era um dos vários desertores, dos três regimentos de infantaria de 1ª linha sublevados, que se dirigiram para o interior, depois da morte de seus companheiros de armas no Brigue Palhaço.⁵⁰⁴

Em 10 de novembro de 1823, o capitão comandante de Santarém comunicava ao Presidente da Província o recebimento de notícias sobre o levante de 15 e 16 de outubro:

[...] dia 03 do corrente mês e ano a infausta notícia dos horrorosos atentados na capital da Província no dia 15 e 16 do mês próximo passado, por um bando de salteadores e malvados, que esquecidos dos seus mais sagrados deveres se deixaram conduzir a irem praticar os crimes mais enormes, quais os da dissolução e Roubos querendo por esse modo despedaçar os laços sociais, e a Segurança individual, reduzindo tudo a uma total Anarquia, tivemos na m(es)ma ocasião a certeza que p(o)r intervenção do intrépido comandante do Brigue Maranhão, que com toda a sua força de mar tinha saltado em terra, o qual fazendo desarmar a Tropa restabeleceu a ordem [...] porém que estes movimentos tinham dado a desertar muita tropa p(a)ra o interior da Província, cujo objeto me pôs em bastante agitação [...]⁵⁰⁵

Para conter os desertores, o capitão resolveu armar os milicianos e os pedestres existentes na vila e mais os “paisanos” “sem distinção de pessoa, nem graduação, com o Armamento Real que se achava no depósito, próprio pa(r)a semelhantes situações [...]”⁵⁰⁶

⁵⁰³ Ibidem, p. 45-51

⁵⁰⁴ Raiol escreve que grande parte dos três regimentos de infantaria de primeira linha havia desertado e por não haver mais confiança no restante da tropa foram dissolvidos no dia 17, e convocados soldados milicianos para substituí-los. Ibidem, p. 48-49. APEP, FSPP, Códice 749, Correspondência de Diversos com a Província do Pará. Ofício de 22 de outubro de 1823.

⁵⁰⁵ APEP, EC, Códice 658, Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos. Ofício de 10 de novembro de 1823.

⁵⁰⁶ Idem

Um mês depois, a Junta Provisória mandou uma escolta para conter os desertores que “infestavam” o rio Amazonas. O comandante da expedição colocou soldados em todas as entradas dos afluentes desse rio, entre eles estavam o Madeira e o Solimões. Provavelmente, essa medida pretendia evitar a evasão dos fugitivos das tropas para Goiás e Mato Grosso, provocando ou incentivando distúrbios nesses lugares.⁵⁰⁷

Os desertores dessa revolta também chegaram à vila de Portel, região de Melgaço, e a eles se juntaram a uma “multidão de Revoltosos” que prendeu parte da tropa não participante do movimento e matou um europeu. A chegada desses homens em Cametá, no rio Tocantins, provocou um grande levante militar apoiado por civis, tornando essa vila o epicentro de diversas revoltas no interior. Segundo Machado, foram esses fugitivos das tropas de Belém os responsáveis pelas revoltas ocorridas no interior da Província, provocando a perda de controle do sertão paraense pelas autoridades.⁵⁰⁸

O episódio da morte de 256 rebeldes, a maioria militares, no Brigue Palhaço é retratado por vários autores paraenses. Quase todos eles deram ênfase à tragédia do dia 23 de outubro, mas esqueceram de enfatizar a importância deste evento para uma série de revoltas que se iniciaram na capitania do Grão-Pará desde esse momento. Antonio Raiol foi o único historiador a ligá-la aos levantes ocorridos em Cametá, Portel, Oeiras, Melgaço Baião (na região de Melgaço), Muaná (na ilha do Marajó), Conde, Bejá, Igarapé-Miri, Abaite, e Anapu (na região de Belém).⁵⁰⁹ Ele também foi o primeiro a chamar os participantes desse levante de “desordeiros, criminosos e saqueadores”. Ao desqualificar a atuação desses homens, ele nega as atitudes politicamente informadas a respeito deles. Eles não atacaram, incendiaram ou roubaram casas e lojas indiscriminadamente, mas as propriedades dos portugueses a quem *tapuios*, índios e *cafuzos*, pardos e brancos deviam culpar pela sua sorte. Não se pode esquecer que a tropa regular era formada por uma maioria de *tapuios*, *cafuzos*, pardos retirados à força em suas comunidades para o serviço nas tropas. Muitos soldados talvez acreditassem na possibilidade de serem promovidos com mudanças na administração do Grão-Pará. Não se pode esquecer que o soldado artilheiro Gregório Antônio, se intitulava “Coronel da Artilharia”. Possivelmente esse era o posto que achava merecer.

⁵⁰⁷ APEP, EC, Códice 658, Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos. Ofício de 10 de novembro de 1823. Ofício de 11 de dezembro de 1823.

⁵⁰⁸ André Machado. *A Quebra Mola Real das Sociedades: a crise do antigo Regime Português na Província o Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP 2006. 359 p. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Estadual de São Paulo/USP, São Paulo. 2006.p. 247; APEP, EC, Códice 671, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de novembro de 1823. Ofício de 26 de dezembro de 1823.

⁵⁰⁹ Raiol. *Motins Políticos...*p. 56

Quando Greenfell chegou a Belém, e a Independência foi declarada, muitos possivelmente pensaram que as medidas seriam tomadas para retirar os portugueses do governo. Contudo, tiveram logo suas esperanças frustradas com a manutenção dos cargos nas mãos de portugueses. Até mesmo a presidência da Junta continuava governada por José Geraldo de Abreu, que havia assumido a direção dela por meio de golpe em março de 1823. Durante o levante, os soldados da infantaria, ao exigirem a deposição de José de Abreu e a elevação do cônego Batista Campos, nascido no Brasil, a Presidente, engendraram uma forma de ver atendida a vontade da soberania popular frustrada com a destituição da Junta de naturais do Brasil, eleita em fevereiro de 1822. Assim, ao contrário do que afirma Raiol, esses homens não eram criminosos, mas agiam politicamente informados. Além disso, aparentemente, contavam com o apoio de seus companheiros de farda, que desertaram e continuaram a defender a elevação ao poder de uma Câmara e um governo constituído por nascidos no Brasil, que fizessem mudanças reais.

4.4 “Tempo dos Cametaenses”

Para Machado, a chegada dos desertores vindos de Belém, depois do levante de 15 e 16 de outubro de 1823, provocou a revolta em Cametá e demais localidades do interior do Pará. Entretanto, a Câmara de Cametá já estava sublevada, eles só se uniram a ela e ampliaram o movimento para as cidades de Oeiras, Portel, Melgaço, Conde, Bejá, Igarapé-Miri, Abaité, Muaná, Baião, Anapu, Alter do Chão e Boim. Estes motins estouraram a partir de novembro de 1823.

A vila de Cametá possuía características importantes para justificar a sua proeminência nas lutas pós-independência no Pará: a sua localização geográfica e o grande número de escravos e pessoas sem posses. Além disso, os cametaenses já haviam feito uma revolta, destituindo a Câmara em 28 de setembro e elegendo uma nova, sem a presença de portugueses e sem a aprovação da Junta Governativa. Assim, muitos militares se dirigiram a Cametá para engrossar as fileiras da resistência contra a Junta Governativa eleita em 15 de agosto de 1823. Era a essa Câmara que soldados e oficiais e o “povo”, envolvidos no levante, desejavam jurar fidelidade. Cametá acabou se tornando epicentro desses levantes, que só terminaram no primeiro semestre de 1824. Eles possuíam como ponto de convergência a luta contra os portugueses e, muitas vezes, contra os europeus de maneira geral.⁵¹⁰

⁵¹⁰ Machado. *A Quebra Mola Real da Sociedade...*p. 247.

Essa sedição contou com o apoio de variados segmentos da sociedade. Entre eles estavam indivíduos de variadas cores e posição social, como: índios, *cafuzos*, mulatos, brancos, soldados, oficiais superiores e inferiores. Em correspondência enviada à Junta Provisória, Joaquim José de Freitas comunicava a entrega de uma carta feita pelo comandante dos revoltosos, sendo os portadores índios armados de mosquetes e traçados, ao tenente Pedro Victor de Albuquerque. Em dezembro de 1823, o morador Luis Antônio comunicava o ataque de uma canoa por cinco revoltosos pardos de Muaná. Em Portel, índios pedestres, comandados pelo capitão Manoel Fabião de Mendonça, juntaram-se aos desertores vindos de Belém. Entre eles também estavam o Tenente-Coronel Justiniano Moraes Bittencourt, o tenente João Paulo de Moraes Bittencourt, Francisco Antônio Ferreira Ribeiro, o capitão João Ferreira Ribeiro, o padre João Manoel Ribeiro e muitos sargentos.⁵¹¹

Em Cametá, observa-se a efetiva participação dos Moraes Bittencourt e Mendonça na revolta liderada pela vila contra os portugueses comandados por Dom Romualdo de Seixas, também cametaense. A briga das elites deu-se pelo controle político-econômico da Província. Machado discute a importância de se derrubar do poder a antiga elite portuguesa a fim de que a nova elite “brasileira” ocupasse cargos políticos importantes na Província. Os Moraes Bittencourt e os Mendonças faziam parte do grupo político que via no alinhamento com o Rio de Janeiro a oportunidade para atingir seus objetivos. Justiniano Moraes Bittencourt não deve ter aprovado a destituição da Junta Governativa eleita em 22 de março de 1823. Nela estava o seu parente Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt. Assim, a manutenção de José Geraldo de Abreu à Presidente da Junta, depois da adesão à Independência, deve tê-lo ofendido pessoalmente.⁵¹² Se havia um ponto de interesse comum entre os diferentes setores da sociedade envolvidos na revolta liderada por Cametá, era a luta contra os portugueses ou europeus, que eram considerados inimigos da causa brasileira.

Três meses antes de começar a insurreição, Justiniano Moraes Bittencourt mandava prender um capitão das tropas de Cametá por ele ser português e estar provocando desordem com a tropa sob seu comando. Além disso, Justiniano alegava estar o capitão conspirando contra os brasileiros juntamente com o juiz ordinário e alguns membros da Câmara dessa vila. Para resolver o problema na tropa, ele pedia a baixa dos oficiais portugueses. Em 28 de setembro, os populares, com apoio do Tenente-Coronel, tomaram a Câmara de Cametá e

⁵¹¹ APEP, EC, Códice 671, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de novembro de 1823. Ofício de 9 de dezembro de 1823, Ofício de 23 de dezembro, Ofício de 25 de dezembro de 1823 e 9 de fevereiro de 1824.

⁵¹² Machado. *A Quebra Mola Real da Sociedade...*p. 247

expulsaram os portugueses. Ele nesse dia comemorou com grande festa a Independência do Brasil.⁵¹³

Responsável por conter o levante em Cametá, o capitão Joaquim José Jordão chegou à vila comandando 30 milicianos e com o apoio das embarcações de guerra Andorinha e Barca número 2. A expedição tinha a função de obrigar a vila a restabelecer a ordem. Primeiramente, seria feita uma tentativa pacífica para levar Cametá de volta “à ordem”. Caso isso não ocorresse, eles deveriam atacá-los.⁵¹⁴

O capitão Joaquim José Jordão também pedia que fossem abatidos com artilharia os lugares de Pacajá, Guajara, Cametá-Tapera, e toda a costa de Cametá até o lugar denominado de Jacepetuba, “a fim de que aqueles Povos rebelados pelo referido Manêla, vendo arrasar as suas propriedades, entrem nos seus deveres [...]”. Essa atitude era necessária, para se castigar os “povos rebeldes” e dar exemplo para a “posteridade” e “[...] que jamais se lembrem de gritar viva a liberdade como fazem nas suas emboscadas com todo atrevimento [...]”.⁵¹⁵

Os revoltosos exigiam da Junta Provisória de governo a sua destituição, e a elevação do Padre Francisco Pinto a Presidente da Província. Os membros do governo deveriam ser o reverendo vigário João Manoel Ribeiro, o capitão João Ferreira Ribeiro e os tenentes Francisco Antonio Ferreira Ribeiro e João Paulo de Moraes Bittencourt. Como medida imediata, exigiam a retirada das embarcações artilhadas, que estavam ao redor das vilas participantes do movimento. Essas embarcações faziam parte da estratégia do governo de Belém para acabar com os insurgentes. Elas disparavam projéteis nos destacamentos e casas dos “facciosos”. Porém, não havia força suficiente para conter os revoltosos, além disso as tropas existentes não inspiravam confiança depois do levante de outubro, podendo passar a qualquer momento para o lado dos revoltosos. A Junta dependia de Greenfell, mas este foi embora em março de 1824, sem prestar auxílio aos administradores do Pará.⁵¹⁶

O comandante dos revoltosos da vila de Muaná impedia a chegada, em Belém, das canoas de comércio, dificultando o abastecimento da cidade e o desenvolvimento do comércio. Essa parecia ser a estratégia dos levantados para derrotar as forças armadas situadas na capital. O saque aos barcos era uma forma também de conseguir armas, munições e

⁵¹³ APEP, EC, Códice 671, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de novembro de 1823. Ofício de 23 de agosto de 1823.

⁵¹⁴ Raiol. *Motins Políticos...*p. 56

⁵¹⁵ APEP, EC, Códice 671, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de novembro de 1823.

⁵¹⁶ Machado. *A Quebra da Mola Real das sociedades...*p. 254

pólvora. No Mojú, havia um canal controlado por eles com mais de 200 homens armados, impedindo a passagem de embarcações.⁵¹⁷

Uma tentativa de pacificação veio por meio de um acordo articulado entre Tenente-Coronel Justiniano Moraes Bittencourt e José Jordão, comandante das tropas legais, em março de 1824. À Junta Provisória não restou alternativa senão atender às exigências dos cametaenses. Foram mandados embora 205 portugueses, e mais de 1000 saíram voluntariamente. Em 11 de março foi dada a anistia a todos os participantes da revolta iniciada a partir de Cameté. Mas, nem a expulsão dos portugueses, nem a anistia dos revoltos trouxeram pronta tranqüilidade para o interior da Província, uma vez que o movimento não possuía uma unidade de interesses. Havia sim uma grande divisão social e racial entre os dirigentes do movimento e o grosso da população. Assim, a assinatura do acordo não garantiu o fim da revolta.⁵¹⁸

Muitas vilas e localidades continuaram a sofrer o ataque de revoltosos liderados por militares no Marajó, e até mesmo de Belém os soldados continuavam a desertar. Na cidade, um soldado fora preso em uma tentativa de deserção, e quando lhe perguntaram o motivo da fuga, ele acusou dois companheiros seus de o terem convidado a se juntar aos militares de Cameté, visto que a tropa faria outro levante. Em Cameté, o Tenente-Coronel Justiniano Moraes Bittencourt também enfrentava dificuldades para pacificar os moradores descontentes com o acordo.⁵¹⁹

O capitão Francisco de Paula Ribeiro denunciava a entrada de uma tropa de cametaenses em Cachoeira (Marajó) em 04 de abril, mas essa invasão parece ter sido rapidamente contida, e muitos militares foram presos. No mesmo mês, o Tenente-Coronel Theodoso Constantino de Chermont mandava diversos oficiais e praças de 1ª linha para Belém, uma vez que “não tiveram a melhor conduta enquanto existissem os cametaenses”. Em 12 de abril de 1824, o Imperador deu perdão aos desertores de 1ª e 2ª linhas. Provavelmente a intenção era acabar com a revolta dos militares, que era geral no Império. No Pará, muitos militares passaram a se apresentar a seus quartéis.⁵²⁰

⁵¹⁷ APEP, FSPP, Códice 782, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 19 de março e 4 de abril de 1824.

⁵¹⁸ Sobre o número de portugueses expulsos ver: Machado. *A Quebra Mola Real das Sociedades...*p. 229

⁵¹⁹ APEP, FSPP, Códice 782, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de março de 1824.

⁵²⁰ APEP, FSPP, série 13 ofícios, caixa 31, ano de 1824, ofício de 4 de abril de 1824.

Em 10 de abril de 1824, o comandante militar de Chaves denunciava que os milicianos e “os Povos” liderados pelo sargento João Maria de Moraes haviam aderido à causa de Cameté. A pauta de reivindicações dos revoltosos era: ⁵²¹

[...] 1º Botar abaixo a Câmara que existia o que conseguiu; 2º Remover todos os Empregados [...] fazendo ele a nomeação dos que bem lhe parece; 3º Serem expulsos todos os Europeus moradores desta vila e seu distrito a saber os bons presos para Cameté e os maus assassinados; Serem depostos os que estavam no comando e entrar nele o capitão Manoel Carlos Gemaque [...]. ⁵²²

Faziam parte desse levante o capitão Manoel Carlos Gemaque Ribeiro, o tenente Manoel José Gemaque, o cabo de Milícia Moraes Antônio Rodrigues, o soldado da infantaria Francisco Antônio de Souza, o soldados da cavalaria José Antônio Valino, Pedro Agostinho, João Batista, o sargento Manoel José de S. Paio e muitos soldados da infantaria, e os praças da tropa de caçadores que desertaram. Na mesma localidade, para terminar a insurreição, eles exigiram a expulsão dos lusitanos da vila. ⁵²³

O capitão Manoel Carlos Gemaque Ribeiro desistiu da liderança do motim depois de receber uma promoção do governo, mantendo-se fiel a Belém. O tenente Gemaque, o sargento João Maria de Moraes e o cabo mantiveram-se fiéis ao movimento. Segundo o capitão Francisco de Paulo Ribeiro, eles se recusavam a atender as decisões da Junta Provisória para voltar à “ordem”, já que um acordo havia sido assinado. Aliás, o sargento João Maria de Moraes tomou a frente do movimento e destituiu a Câmara elegendo outra. O comandante Paulo Ribeiro tentou persuadi-lo a desistir da idéia de dissolver o Conselho Municipal, porque essa não era função da tropa, mas Moraes alegou ser a tropa “Povo” e ter direito de eleger quem eles quisessem. Depois de eleito o novo parlamento, Moraes tentou matar um dos seus membros por julgá-lo traidor do movimento. ⁵²⁴

Aparentemente, os militares, no Pará, não queriam apenas fazer a vigilância da fronteira, abater quilombos, capturar escravos fugidos e outros. Eles desejavam também decidir quem governaria e como governaria. A insistência do sargento de “eleger” uma nova Câmara informa sobre o conhecimento dele e, provavelmente, dos seus camaradas de que as Câmaras - dentro dos princípios liberais - representavam a soberania popular, e os sufragados deveriam agir em prol da nação, que - em uma visão ideal oriunda da Revolução Francesa e de matriz jacobinista - era a união de indivíduos irmãos sem distinção de estamentos, reinos e

⁵²¹ Ibidem, ofício de 2 de abril de 1824 e ofício s/d de 1824.

⁵²² Ibidem, Ofício de 10 de abril de 1824.

⁵²³ APEP, FSPP, série 13 ofícios, caixa 31, 1824, Ofício de 10 de abril de 1824.

⁵²⁴ APEP, FSPP, série 13 ofícios, caixa 31, 1824, ofício de 10 de abril de 1824.

corpos unidos voluntariamente.⁵²⁵ Não se pode esquecer, que ele poderia ter assumido o poder e ditado todas as suas regras, mas preferiu votar uma nova Câmara.

Uma câmara eleita pelos soldados e, provavelmente, pelos participantes civis do movimento ajudaria a modificar a estrutura militar, o tempo de serviço militar, os exercícios militares, os castigos aplicados e as promoções. O sargento Moraes talvez estivesse esperando também uma promoção melhor, como ocorrera com o capitão Manoel Carlos Gemaque Ribeiro. Porém, ele sabia ser pouco provável um sargento – homem sem nobreza e filho de pessoa sem tradição militar – receber o posto com o qual Gemaque Ribeiro fora agraciado – de Tenente-Coronel. Assim, a única alternativa era mudar o governo.

A busca por patentes não era uma motivação frágil. O próprio capitão Gemaque Ribeiro deixou o comando da sedição, quando soube que iria receber a patente de Tenente-Coronel. Nesses anos, os sargentos andavam reivindicando mudanças nos critérios de promoções. Aliás, os sargentos foram participantes ativos nos levantes ocorridos em 1824. Além de Moraes, houve o sargento Manoel José de S. Paio, que seria o pivô de um outro levante na vila de Chaves em 1825, e o sargento Felisberto Antônio da Silva Paio, membro atuante das forças rebeldes estacionadas em Cametá, que assumiu o cargo de capitão. Muitos militares se autopromoveram a postos mais elevados. Em Chaves, o soldado Estulano intitulava-se “Sargento-Mor da Ilha”.⁵²⁶

Indubitavelmente a promoção e a expulsão dos portugueses não eram os únicos objetivos desses homens. Um outro motivo foi o constante deslocamento de homens para fora das vilas. Muitos militares queriam dar baixa para ficar fora das tropas, mas outros exigiam apenas servir em Cametá, onde, provavelmente, residiam. Em 16 de dezembro de 1823, os soldados desertores da artilharia de Cametá, José Simplicio dos Santos e José Antônio Gonçalves, se rerepresentaram ao Major Manuel Marques de Oliveira e disseram “que não querem Baixa, mas sim que fiquem destacados nesta vila”, já José Joaquim Pedro requeria do Presidente da Província a sua baixa.⁵²⁷

A libertação dos escravos descendente de africanos e índios era outra motivação para muitos soldados. O soldado Estulano estava envolvido com escravos para conseguir a alforria

⁵²⁵ François-Xavier Guerra. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

⁵²⁶ APEP, FSPP, série 13 ofícios, caixa 31, ano de 1824, ofício de 4 de abril de 1824, APEP, FSPP, Códice 782, Diversos com o Governo. Ofício de 19 de março de 1824, APEP, FSPP, Códice 749, “Diversos com a Província do Pará”. Ofício de 22 de outubro de 1823. A luta por promoção dos militares foi forte na Revolução Pernambucana de 1817. Em 1817, os militares deram-se postos muito elevados, desrespeitando as regras para promoção e o governo restaurador não quis confirmar essas patentes. Pode-se pensar também que a luta dos soldados em Pernambuco por promoções deve ter influenciado a luta dos soldados paraense, assim como idéias sobre República. Mello. *A outra Independência...*.p. 87

⁵²⁷ APEP, EC, Códice 671. Correspondência do Diversos com o Governo. Ofício de 20 de dezembro de 1823.

deles. Pelo menos, fora este o motivo alegado pelo Tenente-Coronel João da Gama Lobo Almada, de Cachoeira, para mandar de volta a Cameté o trombeta Braz Antônio e o soldado Estulano e mais dois camaradas por serem “os cabeças” “da sublevação maquinada por eles com os escravos, para sua alforria”.⁵²⁸

A cor desses soldados não é revelada na documentação, mas eles poderiam ser tanto *tapuios* quanto libertos e estarem associados a outros indígenas e *pretos* forros da Ilha para libertar os escravos. Não há dados sobre a quantidade de libertos no Marajó, mas Romualdo Antônio Cardoso, militar e morador de Monforte, denunciava o atrevimento dos libertos na Ilha desde a adesão do Pará ao Vintismo. Segundo ele, depois da adesão do Pará ao Constitucionalismo,

[...] entenderam os negros Escravos, que era a publicação da sua liberdade, e esperavam a todos os instantes que, seus senhores os despedissem dos seus serviços. Os libertos porem ainda avançaram mais porque se persuadiram que tinha ido abaixo o grande Edifício da Ordem Social, e que já não tinham por isso quem os embaraçassem a satisfazerem seus brutais, e sanguinários apetites. E, desde esse tempo, principiaram a desenvolver os mais odiosos, e anti-sociais procedimentos, e a esforçar-se até agora em firmar anarquia.⁵²⁹

De acordo com Romualdo Antônio Cardoso, eles teriam participação direta em uma trama para matar os brancos na noite do Natal de 1823. Romualdo Cardoso via um plano entre índios, escravos e libertos para assassinar todos os brancos não só do Marajó, mas de todo o Pará. Sua tese foi reforçada quando foi sufocado um levante de escravos e libertos em Belém, nesse mesmo ano. Os libertos de Belém também pretendiam atacar os brancos na noite do Natal, mas fracassaram e foram mortos a pauladas, e muitos escravos estavam feridos, recuperando-se em hospitais.

Em seu relatório, Cardoso fornecia mais provas do complô dos *pretos* e libertos para matar os brancos. Em Macapá, um escravo cafuzo calafate havia levado algumas surras por ter dito “a uma preta, sua parceira, que logo que chegasse a notícia do levante cá na cidade, eles matariam seus senhores, e lhe ficariam com os bens”.⁵³⁰ Outra prova seria a suspensão da mostra militar do Natal de 1823, por temer um levante da tropa. Para Cardoso, apesar de serem impedidos pelas autoridades de concluírem seus planos, eles fariam várias tentativas durante o ano de 1824.⁵³¹

Aparentemente, o soldado João Anastácio, da tropa de Cachoeira fora preso, em abril de 1824, por seu comandante, por atacar, com palavras, o capitão Marcelino Antônio Nobre

⁵²⁸ APEP, FSPP, caixa 31, ano de 1824, doc. 192, ofício de 25 de agosto de 1824.

⁵²⁹ Idem

⁵³⁰ Idem

⁵³¹ Idem

diante do “Povo” e da “Tropa em forma”. O praça disse ao capitão “se tivesse quarenta homens com ele havia de passar todos os branquinhos a Espada, pois todos eram desleais à câmara de Cameté”.⁵³² Mas não era só no interior que o medo dos escravos campeava. Em 1824, o Cônsul Francês denunciava um novo plano de *pretos* de Belém para matar todos os brancos.⁵³³

Não somente Romualdo Cardoso denunciava essa trama de escravos, o Tenente-Coronel Nicolau da Gama Lobo, da região de Santarém, comunicava que os cativos estavam prontos para fazerem um ataque às vilas da área com a intenção de matar os brancos. Eles pretendiam se aproveitar da luta entre “brasileiros” e “portugueses”. Em Santarém os europeus estavam unidos e armados contra os “nacionais”, e os de Óbidos e Alemquer haviam armado seus escravos para atacar a tropa Imperial com promessa de alforria. Por isso, ele pedia mais reforço militar, uma vez que os escravos teriam dito, em Santarém:

que logo que estivessem mortos ou presos os europeus só teriam contra eles a tropa Imperial e os Brasileiros [remanescentes] da mesma vila, e persuadiram todos os escravos das vilas vizinhas para matarem todos [os demais nacionais] e por este modo ficando livres dos [seus] senhores.⁵³⁴

Durante o levante de Alter do Chão e Boim, José de Souza Lisboa denunciava os escravos de José Henriques por estarem procurando, nos igarapés, pessoas brancas para matarem.⁵³⁵

Denúncias como estas se repetiram em outros lugares da colônia. Na Bahia, durante a guerra pela Independência, viajantes e senhores de escravos viam, na disputa entre proprietários de escravos brasileiros e portugueses, a oportunidade para os escravos desatarem um levante e os matarem indiscriminadamente. Hipótese possível, pois lá os escravos “não testemunharam passivamente o drama da Independência”.⁵³⁶ Entretanto, Reis lembra da impossibilidade de ocorrer um Haiti na Bahia, já que estavam [os *pretos*] divididos em

⁵³² APEP, FSPP, série 13 ofícios, caixa 31, 1824, Ofício de 30 de abril de 1824.

⁵³³ APEP, EC, Códice 673, Cônsules. Ofício de 1824.

⁵³⁴ APEP, FSPP, Códice 798. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 25 de março de 1824,

⁵³⁵ As revoltas de Alter do Chão, Boim e Monte Alegre foram influenciadas também pelo exemplo de Cameté e da Revolta de 15 e 16 de outubro de 1823. Essas vilas localizam-se na região de Santarém, como já foi dito, que fica no baixo Amazonas. Santarém era a mais importante vila dessa localidade. Santarém também possuía uma expressiva população branca e um contingente escravo significativo. Segundo Machado formou-se em Santarém uma Junta Militar Provisória para combater os levantes de Alter do Chão, Boim, Monte Alegre – vilas marcadas pela presença indígena -, e evitar a entrada de revoltosos que se dirigiam de Cameté para a comarca do Rio Negro. Os dirigentes de Santarém e os membros dessa Junta Militar acreditavam que a vitória da união dos homens de cor com os escravos representava lançar a “[...] Província do rico rio Amazonas na Anarquia, depois de uma horrorosa efusão de sangue, e para em montes de cadáveres se levantar Novos Neros, ou se repetirem as tristes e sempre lastimáveis cenas de S. Domingos”. Ver: APEP, FSPP, Códice 792, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício s/d apud Machado. *A Quebra da Mola Real das sociedades...*p. 272; 276; APEP, FSPP, Códice 798. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 1º de junho de 1824.

⁵³⁶ João José Reis. “O Jogo Duro de 2 de julho”. In: Eduardo Silva e João José Reis. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.92.

diversas etnias africanas, “além da secular e difundida animosidade entre crioulos e africanos”, além do momento não ser propício, pois as autoridades estavam bem armadas.⁵³⁷

Apesar de não haver estudos sobre essas divisões entre os escravos no Pará, essas diferenças não deviam estar ausentes, visto que esse contingente escravo era composto por crioulos e *pretos*, além das diversas etnias desses povos ainda não estudadas. Além das divisões entre os escravos e libertos, havia a separação entre as variadas etnias indígenas. Além disso, os *tapuios* estavam divididos hierarquicamente.

Desde o Diretório Pombalino, houve a criação de uma “espécie de elite aborígine”. Ela formava-se por juízes, meirinhos, sargentos-mores, alferes, vereadores, existentes em vilas e aldeias criadas por Mendonça Furtado.⁵³⁸ A lei de 12 de maio de 1798⁵³⁹ reduziu esse quadro, mas manteve uma diferença entre índios proprietários e não-proprietários. Os detentores de bens estavam isentos das tropas e podiam ocupar cargos, como vereadores, juízes ordinários, porteiros⁵⁴⁰ e outros cargos públicos. Entretanto, as coisas estavam mudando.

Romualdo Cardoso precisou do auxílio de um juiz ordinário e um porteiro *tapuio* para apurar o possível levante perpetrado por escravos e índios no Marajó. Todavia, a repressão aos indígenas fez o porteiro perceber que havia uma clara diferença entre os indígenas e os brancos. O porteiro, ao prender um homem branco armado, foi obrigado a soltá-lo por ordem de Romualdo Cardoso. Diante do acontecido, o *tapuio* perguntou a Romualdo se a proibição de carregar armas era para todos ou somente para os indígenas. Ele tentou explicar que naquelas circunstâncias todos os indígenas eram suspeitos. Talvez, a percepção de que eles não eram iguais aos brancos, durante o processo de luta, não raramente, levou autoridades indígenas a participar de levantes e “desordens” em busca de acabar com a sua submissão à elite proprietária e obter a igualdade da qual ele talvez houvesse ouvido falar naqueles dias de Constitucionalismo Português e de “adesão” à Independência.⁵⁴¹

⁵³⁷ Reis. O Jogo duro de 2 de Julho...p. 94-95. Reis escreve sobre a influência de idéias liberais sobre os escravos, mas lembra já existirem antigas tradições rebeldes, de caráter étnico, vindas da África. Assim os *pretos* participaram de levantes influenciados também por suas tradições de luta e antigos interesses. Ibidem, pp. 89-92.

⁵³⁸ Nádia Farage. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

⁵³⁹ Sobre essa lei ver: Patrícia Maria Melo Sampaio. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia (sertão do Grão-Pará 1755-1823)*. 2001. 342 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói. . p. 224.

⁵⁴⁰ O cargo de porteiro foi criado em 1532, com as seguintes atribuições: fazer penhora onde residiam e nos lugares próximos, apregoar as deliberações da Câmara e fazer diligências necessárias à arrecadação da fazenda dos defuntos. Ver: Graça Salgado (org.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colônia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985, p. 139; 211 e 363.

⁵⁴¹ Sobre problemas das autoridades militares com juízes ordinários de origem indígena ver: APEP, FSPP, Códice 805, Correspondência de Diversos com o Governo. Relatório s/d.

Provavelmente havia uma aliança momentânea entre escravos e *tapuios* e “índios bravos” - muitas vezes soldados -, como já se viu no capítulo anterior. Além disso, muitos desses escravos poderiam ser índios “bravos”, já que esses sempre foram passíveis de escravização mesmo com a Lei de Liberdade dos Índios de 1775. Vale lembrar também que o número de índios escravos deve ter aumentado com a legislação joanina que reintroduziu a escravização legal a muitos grupos indígenas.

A degradação dos índios pode ser verificada pela correspondência do capitão Jacinto Monteiro de Oeiras para a Junta Provisória. Ele denunciava à Junta Provisória a ameaça de morte que lhe fizeram os infantes *cafuzos*, mulatos e *pretos* forros. Eles pretendiam matá-lo em represália à sua tentativa de obrigá-los ao serviço real. Segundo o comandante, recusavam-se porque diziam ser “cidadãos” e não índios.⁵⁴²

A despeito de se considerarem cidadãos, o capitão Jacinto Monteiro não os reconhecia como tais, pois “estes indivíduos não possuem mais que uma cabana de palha, e que vivem em uma vida ociosa e sem sujeição alguma a superiores”.⁵⁴³ O capitão estava tentando resolver não somente o problema da mão-de-obra, mas embutir princípios de subordinação a *cafuzos*, mulatos e *pretos* libertos numa tentativa de controlar esses grupos, que tanto amedrontavam a elite colonial. Porém, eles não se viam como simples força de trabalho, mas como “cidadãos” com direitos naturais garantidos, com liberdade para escolherem como, quando e onde trabalhar. Provavelmente eles estivessem buscando uma nova posição social dentro do Estado brasileiro em construção. Hebe Matos escreve sobre a luta dos libertos para acabar com o estigma da cor sobre eles. Eles lutavam pelo reconhecimento de sua cidadania e acreditavam que ela viria com a Independência.⁵⁴⁴ Apesar de tentarem se diferenciar dos índios, eram tratados da mesma maneira o que possivelmente lhes aproximou dos indígenas. Essa mesma percepção possivelmente os levaria a união imediatista entre eles e os indígenas.

Talvez o fato de estarem, na prática, em condição de igualdade com *pretos* e seus descendentes, os índios tenham selado um pacto para matarem os brancos proprietários e

⁵⁴² APEP, EC, Códice 671, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de novembro de 1823. Ofício de 17 de novembro de 1823. Brito em sua dissertação de mestrado faz análise semelhante sobre os índios. Ela avalia que esses se viam como “cidadãos”, por isso recusavam-se a trabalhar nos serviços públicos, os quais eram obrigados a realizar. Preferiam escolher livremente como, quando e onde trabalhar. Ver: Adilson Júnior Ishihira Brito. “VIVA A LIBERTÉ !”: *cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*. Recife: UFPE 200. .321p. Dissertação (Mestrado em História Social do Norte e Nordeste) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. p. 190-192.

⁵⁴³ APEP, EC, Códice 671, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de novembro de 1823. Ofício de 17 de novembro de 1823.

⁵⁴⁴ Hebe Maria Mattos. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (Coleção descobrindo o Brasil). p. 21.

ficarem livres dos seus opressores. Sobre a relação dos *pretos* com os índios, Romualdo Cardoso, no seu supracitado relatório, diria:

[...] a excessiva inclinação q(u)e eles (os índios) tem aos *pretos*, porq(u)e só a eles levam para seus Padrinhos de seus filhos, só a eles tem íntima amizade, e só a eles tratam com tanto respeito, q(u)e até na ausência lhe dão senhoria, como quando falam o nome do preto escravo de Bonifácio Alvez, dizem o senhor José Leandro!! [...].⁵⁴⁵

Assim, foi a partir do conhecimento de uma união entre os índios e pretos (escravos, livres e libertos) - possivelmente fora forjada para resolver problemas imediatos - que Romualdo Cardoso formulou a sua teoria da existência de um complô, para matar todos os brancos do Pará

Diante desse contexto, alguns questionamentos são indispensáveis: Havia, de fato, um plano de *homens de cor livres* e escravos para matar todos os brancos da Província, como denunciaram autoridades? Seriam os brancos indiscriminadamente os alvos dos revoltosos ou os proprietários? Vejamos.

O soldado Estulano teria dito que mataria todos os “branquinhos” à espada se tivesse 40 homens, pois eram infiéis à “Câmara de Cameté”. Mas, dentre os membros da Câmara de Cameté, havia homens considerados brancos, como o Tenente-Coronel José Maria de Moares Bittencourt. Ele provavelmente deseja matar os desleais à Assembléia de Cameté, que provavelmente deveriam ser os brancos em Cachoeira. Já os escravos de Macapá queriam matar os seus senhores e não todos os brancos.

Teriam os escravos de Santarém o desejo de matar todos os “nacionais” para conseguirem suas liberdades? É bom lembrar que nem todos os “brasileiros” eram brancos ou proprietários de cativos. Aliás, a maioria da população do Pará não possuía escravos, como vimos no primeiro capítulo. Provavelmente o comandante estivesse usando esse subterfúgio para obter mais tropas. Provavelmente os cativos de José Henriques deveriam estar atrás de proprietários de escravos.

O que essas denúncias nos informam é a tentativa de escravos e soldados de politizarem suas demandas como raciais, identificando seus inimigos como brancos proprietários, infiéis à causa defendida pela Câmara de Cameté. Aliás, antes da assinatura do tratado de paz, as autoridades denunciavam a existência de um plano para matar comerciantes,

⁵⁴⁵ APEP, FSPP, Códice 805. Correspondência de Diversos com o Governo. Relatório s/d. Parte deste trecho é também citado por Ronaldo Charlet em sua monografia de conclusão de curso. Ronaldo Braga Charlet. *A Construção da Hierarquia Militar no Pará: contestação e negociação dentro da Ordem 1808-1822*. Monografia de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém. 2000.p.

como uma tentativa dos não-proprietários de tomarem daqueles homens seus bens, para tentar implantar um sistema igualitário.

Essa foi a impressão do capitão Joaquim José Jordão. Ele escreveu ao governo pedindo para se evitar a fuga dos moradores de Cameté. Eles deveriam ficar e lutar contra os “facciosos”, uma vez que todo aquele que possuísse “Prédios urbanos e relações comerciais” deviam se juntar às forças armadas de Belém a fim de “defenderem a causa que lhes é comum; p(or) q(ue) é repugnante as le(i)s da igualdade e da Justiça distributiva que comem os zangões o mel das abelhas; quero dizer que se utilizem os pregadores da igualdade os bens do trabalho dos [cidadãos] probos, e ativos”.⁵⁴⁶ Eles estavam convocando os “verdadeiros cidadãos” livres e proprietários a lutar contra os membros da “ínfima classe” que desejavam mudar a ordem da sociedade com idéias igualitárias, que ele talvez identificasse com o jacobinismo francês.

Não eram somente os comerciantes e proprietários os alvos dos envolvidos naquele levante. Incluía-se também, geralmente, “portugueses” e os aliados destes, que os participantes da sedição de Cameté identificavam como sendo, frequentemente, os estrangeiros. O Cônsul britânico pedia providências para se fazer a devolução de uma escuna carregada de gêneros dos sertões, de propriedade de um súdito inglês no porto de Cameté. Um mês depois, o mesmo Cônsul anunciava a partida de todos os ingleses para Barbados, uma vez que a Junta não possuía meios para garantir a segurança deles contra a possível invasão de Belém pelos cametaenses. Um outro francês, Martin Groult, havia sido desalojado de suas terras, no Marajó, posto em calcetas e obrigado a deixar a ilha. Os homens que lhe atacaram diziam agir em nome dos Cametaenses.

O consulado francês denunciava a prisão indevida de um marinheiro francês, e uma surra levada por ele de policiais. Segundo o Cônsul, ele passava em frente a uma taberna com outro marinheiro, quando seu amigo levou uma bofetada de um *preto*. Logo que viu a agressão, “agarrou-se com o [dito] *preto* [para] o segurar [...]”. Nesse momento, chegou uma patrulha da cavalaria e atacou o marinheiro sem se importar em averiguar o motivo da briga, deixando o *preto* livre. O marinheiro acabou preso e foi novamente agredido na prisão.⁵⁴⁷

Gladys Ribeiro, analisando diversos distúrbios populares durante o primeiro reinado, no Rio de Janeiro, escreve sobre o ataque de populares a estrangeiros e não somente a portugueses. Essas agressões ocorriam por motivos variados. Alguns ataques ocorreram

⁵⁴⁶ APEP, EC, Códice 671, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 10 de novembro de 1823.

⁵⁴⁷ APEP, EC, Códice 673, Cônsules. Ofício de 30 de janeiro e 29 de fevereiro de 1824 e ofício de 4 de fevereiro de 1825.

porque esses homens acabavam ocupando empregos disputados pelos “nacionais”. Apesar do contexto do Rio de Janeiro ser diferente do paraense, pode-se supor que o roubo a comerciantes e a retirada de outros bens dos europeus fosse uma tentativa de criar alguma distribuição de renda no Grão-Pará.⁵⁴⁸

Roberto Rowland comenta que os comerciantes “portugueses”, nascidos ou não no Brasil, contrários à Independência, foram alvos de ataques pela “[...] população urbana, que aliada à tropa de 1ª linha, protestava, às vezes violentamente, contra o custo de vida, contra desvalorização da moeda, e, sobretudo, contra os caixeiros que, dominando a praça, eram concorrentes de brasileiros [...]”.⁵⁴⁹

Não se pode esquecer que as rivalidades entre europeus e brasileiros estavam maximizadas naqueles dias e assumiram conotações raciais. Em Óbidos, localizada na região de Santarém, divulgaram-se versos com as seguintes estrofes:

Já podeis Filhos da puta
Ver contente a May Gentia
Já reinou a Padroeira
No [h]orizonte do Brasil

Cabra gente Brasileira
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria limpa
Ou morrer todo o Brasil

Cabra gente brasileira
Descendente da Guiné
Que trocarão as cinco chagas
Por um ramo de café.⁵⁵⁰

Segundo Reis, estes versos eram cantados pelos *reinóis* ao som do hino da independência, e deixavam claro o seu desprezo pelos *pretos*, índios e mestiços, procurando ofender os brasileiros, denominando-os todos de filhos da “May Gentia”, descendentes da “Guine” e de “Cabras”. Essa generalização deve ter ofendido diretamente a elite paraense, que se considerava branca.⁵⁵¹

⁵⁴⁸ Ribeiro. “Pés-de-Chumbo” e “Garrafeiros”... p.159-161.

⁵⁴⁹ Roberto Rowland. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 372-373.

⁵⁵⁰ APEP, FSPP, Códice 798. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 25 de março de 1824. Este documento é também utilizado por André Machado e Ferreira Reis Ver: Machado. *A Quebra Mola Real das Sociedades...*p. 257; Arthur Cezar Ferreira Reis. *História de Óbidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil, v. 123) p. 49.

⁵⁵¹ Reis escreve que os brasileiros brancos sentiam-se ofendidos com a denominação de cabras dada a eles pelos portugueses. Reis. “O Jogo Duro de 2 de julho...”p. 84.

O partido português tinha grande força na Província. Ele era representado pelo comerciante de grosso trato, alguns oficiais do Exército e funcionários públicos. Eles articularam para a manutenção dos laços com Portugal, depois da instalação das Cortes nesse país, e mantiveram a esperança de retomarem esses laços, mesmo após a adesão à Independência. Machado escreve sobre as esperanças dos lusos a respeito do envio de tropas portuguesas ao Pará pelo rei D. João VI.

Mello também escreve sobre a iminente recolonização do Brasil por meio de uma esquadra vinda de Portugal. Essa esquadra provavelmente aportaria no Maranhão e Piauí, uma vez que estavam protegidos pelo Pará e Rio Negro e contavam com a fácil comunicação com Portugal. Depois de tomada, essas províncias expandiriam suas conquistas até o rio São Francisco ou rio Doce, deixando o sul do Brasil a D. Pedro I, que teria reconhecido a Independência dessa região, separando definitivamente o Brasil em meridional e setentrional.

552

Essa possibilidade enchia os portugueses do Pará de esperanças e os colocava em oposição a muitos “brasileiros” que temiam à recolonização do Brasil. Assim, eram reais as rivalidades existentes entre os nascidos em Portugal e seus aliados e os “nacionais” e seus parceiros, mas Machado afirma ter existido uma exploração dessas disputas pelas elites dos nascidos no Brasil, com a finalidade de se tomar os cargos políticos da antiga elite lusitana. Para isso, era necessário que os membros da Junta, de maioria portuguesa, os demitissem e os expulsassem do Pará. Essa seria a principal exigência dos dirigentes do movimento cametaense.⁵⁵³

Se a luta contra os portugueses e seus aliados – entre eles muitos europeus - unia o movimento em torno de Cameté, a alforria dos escravos os separava. Por exemplo, o Tenente-Coronel Justiniano Moraes Bittencourt assinou o tratado de paz com o governo “legal”, localizado em Belém, com a promessa de serem retirados 1000 lusitanos do Pará, buscando com isso a conquista de espaço político, importantes empregos públicos e monopólios comerciais. A libertação dos cativos não estava em seus planos.

Contudo, os interesses da elite “brasileira” não eram os mesmos dos setores não-hegemônicos participantes do levante. Possivelmente um homem como Justiniano, com um grande número de escravos, não gostaria de vê-los libertos. Aliás, o medo da manumissão dos cativos fez com que os setores mais conservadores das lutas de independência e regenciais,

⁵⁵² Imprensa inglesa, os diplomatas estrangeiros, Bolívar e os próceres do Rio Prata acreditavam que era inevitável a separação entre o sul e norte do país. Mello. *A Outra Independência...*p. 205

⁵⁵³ Machado, *A Quebra Mola Real das Sociedades...*pp. 226-229

que veremos adiante, passassem a reconhecer a necessidade de um estado centralizado, capaz de controlar as revoltas escravas e populares. Segundo Acevedo Marin, foi o medo dos setores populares o motivo das elites paraenses porem um fim nas suas lutas internas.⁵⁵⁴

4.5 A Revolta de Turiaçú

Em 26 de agosto de 1824, a vila de Turiaçú, localizada no Grão-Pará, na fronteira nordeste dessa Província com o Maranhão, foi tomada por tropas militares - um total de 150 soldados - lideradas pelo capitão reformado Manoel de Nascimento de Almeida e os comandantes José Florêncio e André Miguel. A eles se juntaram sessenta escravos de origem africana, índios e mais civis, como o pedreiro João. Com a entrada da tropa na vila, a maioria dos habitantes abandonou suas casas, uma vez que tiveram notícia da intenção dos indígenas de matarem os europeus e os brasileiros que estivessem com eles.⁵⁵⁵

No caminho para a vila, os índios mataram os europeus Miguel Joaquim Faial e José da Maia, donos de fazendas da região; e escravos executaram o seu feitor Bento Roque, que queria ir para Turiaçu. Os indígenas, além de matarem os europeus, pretendiam assassinar o capitão militar José Gonçalves de Azevedo da vila de Turiaçu, além do juiz ordinário e o vigário.⁵⁵⁶

Depois de tomada a localidade, o capitão Manoel Almeida foi nomeado pelos outros oficiais como comandante interino do governo. Os principais auxiliares deste capitão eram Florêncio e André, que eram capitães-do-mato, antes de começar o levante, mas se elevaram oficiais do Exército, pedindo ao juiz ordinário reconhecimento desses cargos. Porém, o juiz recusou-se a admiti-los como tais. Mesmo assim, eles se mantiveram no cargo e continuaram suas ascensões sociais, apropriando-se dos bens dos europeus fugidos da vila. Esses saques eram feitos por outros soldados, que eram obrigados a entregar tudo a Florêncio e André, sem receber nenhuma parte do espólio.⁵⁵⁷

A atuação dos dois levou um grupo de soldados e civis a prendê-los e destituir o capitão Manuel Almeida do governo. Os motivos para a prisão dos ajudantes foram os castigos aplicados aos milicianos, e a não distribuição entre os soldados dos saques realizados nas casas dos europeus fugidos. A revolta foi contida pelo comandante Almeida, que mandou

⁵⁵⁴ Rosa Elizabeth Acevedo Marin. "Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX". *Estudos Econômicos*, v. 15, n. especial, 1985. p. 54.

⁵⁵⁵ APEP, EC, Códice 683, Livro de Ponta, Protocolo da Presidência. Ofício de 21 de outubro de 1824.

⁵⁵⁶ Idem

⁵⁵⁷ Idem

executar Florêncio e André, além de ordenar a morte do pedreiro João por atirar nele. Almeida não ampliou o número das penas capitais por que foi advertido pelo juiz ordinário da possibilidade de ele sofrer fim parecido, por provocar a fúria dos outros com as execuções.

558

Esse relato foi feito pelo juiz ordinário da vila de Turiaçu que procurou enfatizar as brigas internas do grupo que tomou a vila, na tentativa de desqualificar o movimento, transformando-o numa grande arruaça de populares e da tropa que agiriam sem qualquer objetivo. Todavia, não se pode negar as desigualdades internas aos grupos que se envolviam nesses levantes. O próprio Thompson percebe as diferentes atuações dentro da multidão. Em seu trabalho sobre a economia moral da multidão, ele destaca a lideranças das mulheres, dos mineiros, o não envolvimento dos diaristas nas sublevações, e a omissão de muitos membros da comunidade onde aconteciam esses motins.⁵⁵⁹

No entanto, a despeito do juiz ordinário negar qualquer organização e racionalidade nesses motins, a descrição dele nos possibilita analisar: os índios não atacaram os europeus, de maneira geral, mas apenas os responsáveis por sua contínua exploração, dispersão, dizimação de suas nações e as comunidades dos *tapuios*. O interesse em matar especificamente o comandante militar revela o desejo dos indígenas de se vingarem das autoridades militares, que continuamente os recrutavam para tropas de caçadores ou de pedestres, a fim de enviá-los para localidades distantes, destruindo assim seus laços familiares. O empenho deles em matar o magistrado possivelmente representava tanto uma punição por ele ter denunciado o movimento ao capitão José Gonçalves de Azevedo quanto um castigo a mais um responsável pelos alistamentos dos indígenas no trabalho das lavouras e na busca das drogas do sertão.

Os escravos, por sua vez, talvez buscassem vingança contra seus senhores e feitores, ou conseguir suas cartas de alforria, ou obter melhores condições de trabalho. Enquanto os militares desejavam acabar com qualquer forma de recrutamento e castigo indevido, uma nova forma de promoção ou de eliminar os estrangeiros do Exército.

No entanto, o relato do juiz ordinário não nos ajuda a pensar sobre a possibilidade de os envolvidos nesse levante estarem interessados em implantar um governo republicano acompanhando assim o movimento liderado por Pernambuco conhecido como Confederação do Equador, já que as idéias republicanas também influenciaram os levantes de 1824.⁵⁶⁰ Luiz

⁵⁵⁸ Idem

⁵⁵⁹ Thompson. "A Economia moral..."

⁵⁶⁰ A implantação de uma República em Pernambuco veio em resposta à política despótica implantada por D. Pedro I, que dissolveu a Assembléia Constituinte em 1823, para garantir a centralização do poder, acabando com

Lobo escreve sobre a influência da Confederação sobre as tropas de Cameté. Raiol disse que o projeto de criação de uma Confederação liderada por Pernambuco chegou ao Pará, em princípios de abril de 1824, com a escuna Camarão, enviada pelo governador de Pernambuco, Manuel Carvalho Paes de Andrade, com o intuito de divulgar o ideário republicano e conseguir adeptos para a causa dos pernambucanos.

Nessa embarcação vieram Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, Joaquim Antônio Tupinambá, José Batista da Silva Camecram, Marcos Antônio Rodrigues Martins, conhecido como Mundurucu Paiuicé -- todos esses nomes foram adquiridos por eles durante as lutas de independência. Para isto, os emissários trouxeram exemplares da Constituição Colombiana - que regeria a Confederação do Equador -, enquanto não fosse promulgada uma própria, além de instruções e proclamações para excitar “o povo” à revolução, a fim de que o Pará aderisse ao bloco liderado por Pernambuco.⁵⁶¹

Turiação era localizado nas proximidades do Maranhão, compreendendo todo o território entre os rios Turiaçu e Gurupi. Pelo seu porto foram introduzidos diversos escravos comprados para trabalharem nas várias fazendas e engenhos formados na região. Essa fronteira é lembrada pela historiografia por haver uma forte presença de mocambos de escravos, desertores e criminosos. Além disso, o limite com o Maranhão foi rota de fuga de desertores e cativos no século XVIII. Alguns comandantes denunciavam a passagem deles pela estrada do Maranhão, passando por Ourém. O Maranhão continuou sendo rota de fuga de desertores durante as primeiras duas décadas do século XIX. O Presidente dessa Província oficiou para o Grão-Pará, comunicando a prisão de desertores paraenses em São Luís.⁵⁶²

O Maranhão foi, justamente, uma das portas de entrada das idéias republicanas no Grão-Pará. No Maranhão, o republicanismo tinha como seu forte representante o próprio Presidente da Província Miguel dos Santos Freire e Bruce. Ele era simpatizante da Confederação do Equador e tentou alinhar o Maranhão ao bloco Republicano encabeçado por Pernambuco. Com a derrota da Confederação, ele passou a denunciar seus adversários como adeptos do republicanismo.⁵⁶³

qualquer possibilidade de se conceder autonomias às províncias. Em resposta a essas atitudes, Pernambuco se sublevoou e implantou uma República confederada com apoio das províncias do Ceará e Rio Grande do Norte. De acordo com Mello, não foi decretada, por Manuel Paes de Andrade, nenhuma Constituição, mas um projeto para a administração da Confederação até que fosse reunida uma assembléia com membros dos estados confederados, para se votar uma Constituição. Esse plano não tinha semelhanças com a Constituição Colombiana. Mello. *A Outra Independência...* p. 215; 218-219

⁵⁶¹ Machado. *A Quebra da Mola Real das sociedades...* p. 234

⁵⁶² Salles. *O Negro no Pará...* pp. 219-22; Flávio dos Santos Gomes. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, Quilombos e Comunidades de Fugitivos no Brasil (séc. XVII-XIX)*, São Paulo, UNESP, Polis, 2005. Nogueira. *Razões para desertar...*p.72; Mario Barata. *Poder e Independência...*

⁵⁶³ Machado. *A Quebra da Mola Real das sociedades...* p. 240

Como já foi dito, a ligação do Pará ao Maranhão era forte. Machado alega a existência de uma dependência econômica daquele em relação ao Maranhão, principalmente nos anos de insurreição, no interior da Província, que impediram durante meses a exportação do cacau pelo porto de Belém. Assim, o alinhamento político do Maranhão era de extrema importância para o futuro do Pará.⁵⁶⁴

As idéias republicanas não se restringiam apenas a algumas pessoas influentes, mas estavam presentes entre diversos grupos da população maranhense. Não só Turiaçu foi o epicentro das idéias oriundas do Maranhão, mas também Ourém foi rota de fuga de desertores, escravos fugidos e criminosos. Assim, os princípios republicanos não chegaram ao Grão-Pará somente por aquela região. O principal representante do republicanismo, Manoel Carvalho Paes de Andrade, mandou emissários de Recife para as províncias do norte. Essas idéias vinham também por meio de jornais com propagandas republicanas, como as encontradas com os cametaenses.

Machado nega a versão de Raiol para a pouca importância da Confederação do Equador sobre a Província. Para Raiol, houve uma influência reduzida da Confederação do Equador sobre a população paraense. Contudo, Machado mostra ter tido ela grande repercussão, sobre as elites paraenses, a massa de homens pobres e os escravos. Os membros da elite paraense, tanto os lusos quanto os brasileiros, viam a possibilidade de obter benefícios na adesão à Confederação, uma vez que a Província dependia economicamente do Maranhão e não podia prescindir dela, caso ela se tornasse autônoma. Além disso, Recife prometia ajuda mútua às províncias, algo que o governo Imperial não podia oferecer ao Grão-Pará. Assim, a adesão ao Rio de Janeiro era frágil, mas o esmagamento da Confederação em outubro de 1824 frustrou os adeptos da República.⁵⁶⁵

De 1825 a 1831, o Grão-Pará viveu sob o controle do governo central, mas não foram anos tranquilos. A tropa e alguns oficiais, principalmente os inferiores, continuaram inquietos durante todo esse período, apesar da anistia dada a todos os participantes de levantes. Ainda em 1824, o Governo Imperial tentou conter os militares, dando perdão a todos os desertores. Todavia, essas medidas tiveram pouco efeito sobre as fileiras. Uma explicação possível para a permanência dos conflitos talvez fosse a manutenção na tropa de homens envolvidos nos levantes.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 238

⁵⁶⁵ Machado. *A Quebra da Mola Real das sociedades...*p. 238; 240-246

4.6 As mudanças políticas e a contínua insubordinação no Exército

Em 1824, depois de um conturbado processo de contestações, foi outorgada a Constituição. Segundo Ariel Feldman, apesar de ser imposta, ela continha vários elementos do liberalismo. Dentre eles estavam os cargos eletivos. O poder legislativo era bicameral, composto pela câmara dos deputados e o senado. Para a câmara, os deputados eram eleitos indiretamente nas províncias para um mandato de quatro anos. O senado era composto por homens escolhidos pelo Imperador a partir de uma lista tríplice enviada pelas províncias.⁵⁶⁶

O Presidente da Província estava submetido ao governo central, visto que era o Imperador o responsável por sua escolha. As províncias ficaram encarregadas de escolher representantes para compor o Conselho Geral da Província, composta de 13 a 21 membros. De acordo com Feldman, há ainda necessidade de se investigar a influência dessa instituição nas províncias. Em 1834, foram substituídas pelas Assembléias Legislativas Provinciais.⁵⁶⁷

As eleições davam-se por voto censitário e de maneira indireta, ou seja, em dois graus. No primeiro grau, os votantes elegiam os eleitores, estes viajariam à capital, onde votariam a lista tríplice para o senado, deputados e conselheiros da província. Os votantes deveriam ter uma renda de 100\$00 réis e os eleitores 200\$00. “Estavam excluídos os escravos, os indígenas, os filhos de família vivendo com os pais, salvo quando fossem funcionários públicos, e os religiosos que viviam em comunidade”.⁵⁶⁸ Podiam ser votantes, eleitores e elegíveis os naturais do Brasil, os brasileiros adotivos com mais de 25 anos, os oficiais militares, também a partir dos 25 anos, padres, e bacharéis, sem limites de idade.⁵⁶⁹

Havia também eleições indiretas para os conselhos municipais e para os juízes de paz. Nos distritos ou paróquias, os votantes elegiam os vereadores para os conselhos municipais por quatro anos. Os juízes de paz também eram eleitos em nível local, mas somente passaram a atuar, de fato, depois de 1827 com a regulamentação dos artigos 161 e 162 da Constituição de 1824. O artigo 161 definia que a função de juiz era promover a reconciliação entre as partes antes de abrir qualquer processo. Em 1826, ano da abertura da primeira legislatura, já havia duas tendências sobre quais seriam as funções desse magistrado. A primeira queria

⁵⁶⁶ Ariel Feldman. “Uma crítica às Instituições representativas no período das regências (1832-1840)”. In: *Almanack Brasiliense*. n. 4/novembro de 2006. p 68. Ver também, do mesmo autor, *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.p. 67

⁵⁶⁷ Ibidem, p.67

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 68

⁵⁶⁹ Ibidem, p.69

deixar suas atribuições como foram determinadas na Carta de 1824. A outra desejava conceder poderes judiciais, policiais e administrativos. Esta última saiu vitoriosa, mas só se concretizaria, de fato, depois de 1832 com o Código de Processo Criminal.⁵⁷⁰ O ano de 1827, em pleno Primeiro Reinado, ficaria conhecido como o início da década liberal, marcado pela ampliação e reforço das instituições liberais, que terminaria em 1837 com a ascensão dos conservadores na regência.

Diante do avanço das instituições liberais, D. Pedro I continuou um intenso processo de recrutamento para o Exército. Segundo Michael Mcbeth, o Imperador reforçava o Exército por acreditar na necessidade dele para a manutenção de seu governo. Assim, ele o fortificou por meio de vantagens financeiras e da redução de tempo de serviço para os voluntários, além de aumentar seu efetivo.⁵⁷¹

Para garantir a fidelidade de seu Exército, preferia formar tropas com voluntários. Um grande incentivo dado ao engajamento na 1ª linha foi a redução do tempo de serviço para os engajados. O serviço espontâneo seria por apenas quatro anos, enquanto o recrutado serviria por 16 anos. Aos soldados das milícias que quisessem passar delas para 1ª linha, permaneceriam nas tropas por apenas quatro anos, e não teriam mais de servir na 2ª linha. Se eles desejassem permanecer nas unidades regulares, depois de terminado os quatro anos, teriam acrescentado a seu soldo a quantia de 40 réis diários, e poderiam escolher em que arma serviriam.⁵⁷²

A outra preferência do Imperador era constituir seu Exército com homens que não fossem considerados “vagabundos”. Por isso, em 1825, o Presidente da Província, José Felix Pereira de Burgo, pedia aos comerciantes e aos lavradores que se apresentassem voluntariamente às tropas de 1ª linha, pois estavam diminutas, havendo necessidade de mais homens para se concluir a regeneração do Pará, que saía das lutas do pós-independência, terminada em março de 1824.⁵⁷³

Felix Pereira de Burgos não conseguiu que lavradores e comerciantes se apresentassem, principalmente, se eles estivessem alistados nas milícias, que lhes garantia a isenção do serviço na 1ª linha. Por isso, a saída dele foi fazer o recrutamento para a 1ª linha, e manter a 2ª linha de prontidão. Mas, naqueles dias não era vantagens manter as tropas convocadas, pois as questões suscitadas durante o levante de 1824 ainda estavam em pauta. Por exemplo, o sentimento antilusitano, nascido durante as guerras de independência, não

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 70

⁵⁷¹ Michael Mcbeth. “The Brazilian Army and its Role in the Abdication of Pedro I”. In: *Luso-Brazilian Review*. 15, n. 1, 1978, p. 126.

⁵⁷² APEP, FSPP, Códice 849, Correspondência de Diversos com o Governo. Bando definindo as regras para o serviço voluntário. s/d.

⁵⁷³ APEP, FSPP, Códice 804, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 9 de agosto de 1825.

havia desaparecido das fileiras do Exército. A sensação de privilégios concedidos aos oficiais portugueses aumentou com a incorporação deles nas tropas, quando eles resolveram permanecer no Brasil, ao invés de voltar para Portugal, depois das lutas pela independência. Segundo Mcbeth, eles não voltaram à antiga metrópole, pois teriam suas carreiras interrompidas. Assim, eles representavam a metade do quadro dos oficiais entre os anos de 1821 e 1823, provocando um aumento da rivalidade entre os oficiais brasileiros e lusos.⁵⁷⁴

Tais disputas entre “brasileiros” e “portugueses” era atizada pela imprensa liberal. Mcbeth escreveu sobre o empenho dos liberais em desestabilizar o Exército por meios de questões delicadas presentes nas suas fileiras, visto que ele era o sustentáculo do governo de D. Pedro I. Apesar do número de oficiais nascidos em Portugal ser igual ao de brasileiros, estes não eram privilegiados em suas carreias em relação àqueles, mas os jornais de tendência liberal fizeram várias publicações sobre o assunto reafirmando essa diferença.⁵⁷⁵

A presença de batalhões de mercenários no Exército também prejudicava a disciplina da tropa composta por nacionais. D. Pedro I afiançava que esses mercenários eram mais confiáveis, por isso ele mantinha três dos quatro batalhões de estrangeiros próximos ao Rio de Janeiro, prontos para serem mobilizados a qualquer momento para defender sua coroa. Além disso, o Imperador acreditava que a assiduidade de estrangeiros entre suas tropas seria um bom exemplo para os soldados brasileiros que aprenderiam valores importantes como: laços familiares, bons costumes e patriotismo. Essas normas poderiam transformá-los em homens totalmente fiéis ao Imperador.⁵⁷⁶

A preferência por esses militares estrangeiros - alemães e irlandeses - levou o Imperador a lhes conceder maiores soldos e melhores rações. Além disso, D. Pedro I mantinha uma relação de familiaridade com os membros desses batalhões, freqüentando inclusive seus quartéis. Mcbeth escreve que a preferência dele pelos forasteiros provocou descontentamento entre os militares brasileiros. Mas, mais uma vez, divulgada pela imprensa patriótica liberal, a arrogância dos alemães e a bebedeira dos irlandeses reforçaram a animosidade contra eles nas fileiras do Exército.⁵⁷⁷

⁵⁷⁴ Mcbeth. “The Brazilian Army ...p. 119

⁵⁷⁵ Os historiadores Machado e Neves comungam com a tese de que os oficiais portugueses eram favorecidos em detrimento dos brasileiros. Para eles, D. Pedro I continuou a favorecer os portugueses em detrimento dos brasileiros. Os portugueses permaneciam, com grande expressividade, ocupando os cargos superiores do Exército. Esse fato manteve os membros brasileiros do Exército em conflito com os portugueses em todo o Brasil. Além disso, as leis portuguesas continuavam vigentes. Ver: Humberto F. Machado; Lúcia M. B Neves. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁵⁷⁶ Mcbeth. “The Brazilian Army...pp. 120-121.

⁵⁷⁷ Mcbeth. “The Brazilian Army...p. 121; Soares também escreveu sobre a presença dos batalhões estrangeiros no Rio de Janeiro, como já foi dito. Descreveu com detalhes o levante promovido pelos alemães e irlandeses em 1828. Essa revolta se alastrou pelas ruas do Rio, e os levantados destruíram lojas e casas. Para enfrentá-los, se

No Pará, para aumentar os problemas com os militares portugueses, José Felix Pereira de Burgo anulou as expulsões dos lusitanos feitas pela Junta Provisória Governativa de 1824, provocando descontentamento entre oficiais e soldados. Os problemas devem ter aumentado, em 1826, quando o Imperador fomentou o recrutamento para enviar homens para a Província da Cisplatina, que entrara em guerra com o Brasil em 10 de dezembro de 1825.⁵⁷⁸ De acordo com Mcbeth, a Guerra de Cisplatina, no sul do Brasil, intensificou o descontentamento do Exército. Logo nesse primeiro ano, houve um levante em Cametá chefiado pelo soldado raso Antônio Vieira Barbosa. Comandando 138 soldados e alguns oficiais, tomou o *trem de artilharia*, o quartel militar e prendeu todos os portugueses de Cametá juntamente com as autoridades. Convidado pelos oficiais da câmara para que expusesse os motivos de ter prendido os lusitanos, deixou claro ser o retorno deles à vila a razão de suas atitudes, mas possivelmente o recrutamento para Cisplatina fosse um dos motivadores do motim.⁵⁷⁹

Para conter a revolta, foi enviada uma expedição chefiada pelo Major Antônio Ladislau Monteiro Baena, mas ele foi rapidamente derrotado pelos revoltosos, e voltou vencido para Belém, deixando para trás alguns soldados e oficiais que foram presos por Barbosa. Os responsáveis por desbaratar o levante foram justamente os militares detidos por Barbosa. Eles contaram com o apoio de um sargento e alguns soldados das forças “sediciosas”, de uma “facção” de dentro do movimento contrária a Barbosa. Os presos conseguiram fugir da prisão no dia em que Barbosa comemorava com uma festa a vitória do movimento sobre as forças enviadas por Belém. Surpreendidos pela traição de alguns de seus companheiros e dos militares presos, os “levantados” foram derrotados. Barbosa conseguiu fugir, mas foi preso dias depois e enviado a Belém junto com outros participantes para serem julgados.⁵⁸⁰ Eles foram recolhidos à prisão no Arsenal de Marinha. Lá tentaram novamente escapar por meio de uma revolta, em 26 de abril de 1827, tendo como objetivo destituir o

destacaram os escravos e forros, revelando uma antiga rivalidade que existia entre irlandeses e estes grupos. Depois de controlado o levante, a participação dos alemães foi amenizada, e os irlandês “bêbados”- descritos por um viajante inglês como tendo um gênio indomável, turbulento, feroz e selvagem - juntamente com os escravos e *pretos* foram responsabilizados por todos os eventos corridos durante a revolta. Soares. *A Capoeira Escrava...*pp.323-334. Uma explicação para a divisão entre grupos que se uniram na luta contra a exploração – no caso irlandeses e escravos – é oferecida por Linebaugh e Rediker. Para eles, entre 1760-1835, “a horda heterogênea lançou a revolução no Atlântico [...] Mas imediatamente, ajudaram a produzir a Revolução Americana, que terminou em reação, quando os Founding Father usaram raça, nação e cidadania para disciplinar, dividir e excluir os próprios marujos e escravos que tinham dado início e impulso ao movimento revolucionário [...]”.Linebaugh e Rediker. *A hidra de muitas cabeças...*p.342-343.

⁵⁷⁸ A Guerra da Cisplatina foi decretada em 10 de dezembro de 1825, assim 1826 foi um ano de grande recrutamento. Ver: João Paulo G. Pimenta. “O Brasil e a “Experiência Cisplatina” (1817-1828)”. In: István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Fapesp: Hucitec, 2005. p. 782. Sobre a insatisfação nas fileiras do Exército e na sociedade com a guerra ver: Mcbeth. “The Brazilian Army...p. 121.

⁵⁷⁹ Raiol. *Motins Políticos...*p. 113

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 122-123.

Presidente da Província e o Governador das Armas, João Paulo dos Santos Barreto. O primeiro seria substituído pelo Joaquim Mariano Ferreira – ouvidor interino – e o Comandante da Armas por Antônio Vieira Barbosa – soldado raso, já citado.⁵⁸¹

Os insurrectos eram todos soldados do 24º Batalhão de Caçadores de 1ª linha presos no Arsenal de Marinha. O plano era tomar o Arsenal e soltar um foguete para avisar o 25º Batalhão de Caçadores, que deveria ir juntar-se a eles. Eles conseguiram tomar a sentinela, a guarda, um oficial, o encarregado das munições de guerra, e libertaram os outros presos, fazendo, em seguida, fogo à força, comandada pelo Governador das Armas, que revidou com tiros de mosquetes. Depois de algumas horas de peleja, os “amotinados” foram dominados e reconduzidos a seus cárceres.⁵⁸²

O Governador das Armas concluiu por meio de um processo que o motim fora tramado pelo Major Tupinambá quando se encontrava preso na prisão do Arsenal, em 1826. Foi lá que teve contato com Barbosa. Segundo o Governador das Armas, Tupinambá e o cônego Batista Campos influenciaram todas “[...] as Revoluções e motins da Província [...]”.⁵⁸³

O Major Tupinambá - que não era índio, mas adotara esse nome durante as lutas de independência – era o mesmo que viera para o Pará na corveta Camarão, oriunda de Pernambuco em 1824, para divulgar as idéias republicanas. Quanto a Batista Campos, os estudos sobre ele o classificam como um defensor fervoroso da causa nacionalista e opositor ferrenho dos portugueses, contrário ao absolutismo e peliteava uma maior autonomia provincial. Antônio Ladislau Monteiro Baena o acusa de ser o responsável por incentivar inúmeros levantes.⁵⁸⁴ O ouvidor Vieira deveria ser mais um dos membros dos contrários ao alinhamento com o Rio de Janeiro.

No entanto, deve-se ter cuidado com as acusações feitas pelo Comandante das Armas João Paulo dos Santos Barreto. Possivelmente a afirmação do oficial militar poderia ser mais uma tentativa de desqualificar o movimento dos soldados atribuindo todos os levantes da tropa aos seus oficiais ou líderes civis. Além disso, as acusações feitas pelas autoridades a homens como Tupinambá e Batista Campos, poderiam ser mais uma oportunidade das autoridades difamarem seus opositores.⁵⁸⁵

⁵⁸¹ AN, Ministério da Guerra, caixa 824, pac. 03, ofício de 12 de maio de 1827.

⁵⁸² Idem, APEP, FSPP, Códice 798. Ofício de 18 de agosto de 1826

⁵⁸³ Ibidem, ofício de 12 de maio de 1827.

⁵⁸⁴ Raiol. *Motins Políticos*...Volume I e II. e, João Nei Eduardo da Silva. “Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense”. In: José Maia Bezzerra e Décio Alencar Guzmán (org.). *Terra Matura: historiografia & História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 139-149.

⁵⁸⁵ Escreve sobre a possibilidade dos liberais exaltados serem acusados de seduzir pessoas para praticar levantes

Quanto às relações entre praças, oficiais e lideranças civis, vemos com outros olhos: os praças necessitavam de mudanças nas tropas e desejam algumas alterações na sociedade – como a obstrução de privilégios de uma elite “portuguesa” -, e já sabiam que elas deveriam passar por alterações no governo. Assim, muitas vezes, identificaram em alguns de seus superiores e homens como Batista Campos aqueles capazes de realizar as mudanças almejadas por eles. Mas tinham claros seus interesses e sabiam que esses líderes precisavam deles.⁵⁸⁶

Para o Governador das Armas João Paulo dos Santos Barreto, a solução para acabar com as revoltas militares era enviá-los para fora da Província e levar para o Pará unidades imperiais do Exército de outras províncias. Ele utilizava a seguinte argumentação:

[...] Estes soldados são verdadeiros autômatos, quase todos são tapuias estúpidos capazes em um momento de serem seduzidos por algum malvado, são fortes e muito sofredores e longe dos catequistas, que aqui há, serão ótimos soldados [...].⁵⁸⁷

A solução que ele encontrou foi mandá-los para a Guerra da Cisplatina. Essa medida também resolveria as dificuldades que sentia de cumprir as determinações do governo imperial que requeria 400 homens para completar o alistamento à tropa de 1ª linha e substituir os praças que tinham completado o tempo de serviço (16 anos ou quatro para os voluntários) e deveriam receber baixa. Segundo ele, o problema estava na extensão da Província, que era a maior do Império, por isso mais despovoada. Além disso, as exigências de não se recrutarem “vagabundos” criavam mais transtornos ao recrutamento, visto que todos os lavradores tinham “pequenos terrenos cultivados diretamente por cada Proprietário”.⁵⁸⁸

A insistência em se retirar camponeses para as tropas regulares, começou a gerar resistência direta de alguns oficiais que procuraram impedir a leva forçada constituída de trabalhadores rurais. Em 22 de dezembro de 1827, o capitão José Antônio de Miranda, encarregado do recrutamento no Rio Capim (região de Belém), não conseguiu cumprir a determinação de retirar recrutas para a 1ª linha, uma vez que o tenente Francisco Manoel Manco não aceitava o alistamento de qualquer morador para o serviço nas tropas pagas. Manco alegava que os habitantes eram todos milicianos, por isso isentos do serviço na 1ª

pelos seus opositores como uma justificativa para eliminá-los do cenário político ou impedir a legitimação das suas ações. Ribeiro. “ “Pés-de-Chumbo” e “Garrafeiros”...p. 149.

⁵⁸⁶ Comninel escreve que os populares envolvidos na Revolução Francesa possuíam uma clara percepção de seus interesses e importância do apoio deles para os jacobinos fazerem as reformas que desejavam. George C. Comninel. *O Contexto Político do Movimento Popular na Revolução Francesa*. In: Federick Krantz (org.) *A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 124-127.

⁵⁸⁷ AN, Ministério da Guerra, código 824, pacote 3, ofício de 12 de maio de 1827.

⁵⁸⁸ APEP, FSPP. Código 840. Correspondência dos Presidentes da Província com os Comandantes da Armas. Ofício de 29 de janeiro de 1827.

linha, conforme a lei de recrutamento de 1822 citada no capítulo anterior. Assim, o Governador das Armas João Paulo dos Santos Barreto mandou o capitão constranger o tenente à obediência. Possivelmente essa fosse uma tentativa do tenente manter sua autoridade e proteger seus clientes.

Como uma forma de equacionar o problema do recrutamento de lavradores e questões disciplinares na tropa, o mesmo Governador das Armas mandou soldados envolvidos em levantes à capital do Império, priorizando as localidades consideradas prontas a se insurgir a qualquer momento. Em 1827, enviou-se a primeira leva de recrutas de Cameté ao Rio de Janeiro. Foram deportados 70 soldados por suas condutas e “fatos já praticados, que se fazem bem perigosos e suspeitos; por isso os tem mandado pôr em segurança, a fim de serem transportados no Brigue de Guerra Bonfim, dessa cidade (Belém) para aquela corte”. Além disso, recrutas da vila de Cameté foram remetidos à Corte com a intenção de pôr fim aos levantes militares ocorridos nessa vila nos anos de 1823 e 1826.⁵⁸⁹

Essa também não foi uma atitude isolada no Império. Escrevendo sobre a Bahia, Kraay escreve que, no ano de 1828, diversas tropas de unidades baianas foram enviadas para a Guerra da Cisplatina. A Guerra serviu para pôr um fim às agitações iniciadas em 1820, na Bahia.⁵⁹⁰

Medidas como estas tornaram-se corriqueiras naqueles dias, para livrar a Província de homens “perigosos”. Em 1827, João Paulo dos Santos Barreto escreveu ao Presidente pedindo que fossem retirados do 24^o Batalhão de Infantaria dez homens, que ele julgasse conveniente mandar para o Rio de Janeiro, a fim de substituí-los por “bons recrutas” que tinha retido em um quartel para enviar à Corte, “ficando aqui gente menos suspeitas”. O 24^o era formado por *tapuias* e pardos - homens suspeitos depois do envolvimento de vários *homens de cor* nos levantes pós-independência -, mas Barreto lembrava ao Presidente que eles deveriam tomar cuidado para não mandar somente “os piores”, e prejudicar a atuação do Exército no Sul. A despeito da recomendação, para ele isso não aconteceria, pois os soldados do 24^o já eram iniciados nos exercícios militares. Essa postura um tanto paradoxal do Comandante das Armas se justifica por sua necessidade de se livrar dos infantes do 24^a Batalhão.⁵⁹¹

Diante do recrutamento, muitos optaram por alegar não terem idade para servir, que eram doentes ou casados, por isso supostamente isentos da 1^a linha. Todavia, ser voluntário

⁵⁸⁹ Ibidem, Ofício de 21 de junho de 1827.

⁵⁹⁰ Kraay. *Race, State And...* p. 249

⁵⁹¹ APEP, FSPP, Códice 840. Correspondência dos Presidentes da Província com os Comandantes da Armas. Ofício de 21 de junho de 1828. Sobre a composição do batalhão 24^o ver: AN, Ministério da Guerra, códice 824, pac 03, ofício de 25 de junho de 1830; BN-DM. I- 31, 36, 4.

era para muitos a melhor estratégia. Muitos homens engajaram-se. Como já foi dito, apresentar-se espontaneamente era muito vantajoso. Além disso, a iminência de serem recrutados e permanecerem por 16 anos na 1ª linha seria muito desastroso para muitos deles, pois os retiraria de junto de seus familiares e de seus afazeres por muito tempo. Assim, engajar-se era mais um bom subterfúgio para permanecer pouco tempo nas tropas regulares, e se livrarem definitivamente do trabalho na 2ª linha. Esse foi o caso de um furriel do Corpo de Ligeiros do Rio Negro em 1827. No mesmo ano, dez homens ofereceram-se para o alistamento espontâneo em Belém.⁵⁹²

Essa guerra também poderia ser a oportunidade de escravos conseguirem suas liberdades. Em 1828, José Antônio de Jesus apresentou-se voluntariamente para soldado, mas se descobriu depois que ele era cativo de Lino Antônio Pastana, morador de Pires de Alcântara, em Bragança. Provavelmente Antônio de Jesus via na possibilidade de ser enviado para Cisplatina uma forma de fugir definitivamente do cativo, já que ele devia ter conhecimento de que muitos escravos que lutaram nas guerras de independência conseguiram suas liberdades, ou poderiam simplesmente desertar e sumir no Sul do país. Assim como ele, muitos outros podem ter entrado nas tropas, e alguns podem ter querido seguir carreira nas armas.⁵⁹³

Aparentemente, os recrutamentos e alistamento espontâneos surtiram efeito e, de acordo com o relatório do Ministério do Exército, o efetivo das tropas de 1ª e 2ª linhas no Grão-Pará, em 1828, era de 5.727 distribuídos da seguinte maneira na tabela 39:

TABELA 39:
EFETIVO DAS TROPAS DE 1ª E 2ª LINHAS DO GRÃO-PARÁ EM 1828

	1ª LINHA	2ª LINHA	TOTAL
Oficiais Gerais	-	-	-
Estado Maior	18	-	-
Empregados com Graduação Militar	-	-	-
Engenheiros	2	-	2
Caçadores	1.161	3.322	4.483
Granadeiros	-	-	-
Infantaria	-	-	-
Cavalaria	-	825	825
Artilharia: montada	-	-	-
Artilharia: de Posição	224	108	332
Polícia	97	-	97
Artífices	-	-	-
Veteranos e Companhia fixas	-	-	-
<i>Total</i>	1.502	4.225	5.727

Fonte: APEP, Decretos, Leis, Instruções e Relatórios da Independência (1823-1828)

⁵⁹² APEP, FSPP, Códice 840. Correspondência dos Presidentes da Província com os Comandantes da Armas. Ofício de 02 e 25 de junho e 22 de dezembro de 1827.

⁵⁹³ APEP, FSPP, Códice 840. Correspondência dos Presidentes da Província com os Comandantes da Armas. Ofício de 21 de junho de 1828.

Possivelmente, dentre esses alistados estavam os lavradores que continuavam a ser o setor mais atingido pelo recrutamento, visto que o Imperador não desejava ter nas fileiras de seu Exército “vadios” e “criminosos”, os quais ele deveria julgar potencialmente explosivos. Não se pode esquecer que o Governador da Armas, Barreto, diria ter “bons recrutas” prestes a serem embarcados para o Rio de Janeiro. Os “bons recrutas” indubitavelmente não eram “vagabundos”, segundo as autoridades. Apesar desses homens terem ficado no Pará, devido à troca efetuada pelo Comandante, ele não pôde fazer isso com todos. Ele sabia que não poderia mandar somente “os piores”, pois talvez ele pudesse sofrer represálias do Imperador, já que esse não deveria ser o perfil da força responsável pelo sustentáculo de seu poder, e dos homens necessários para vencer a guerra.

A insistência no recrutamento de lavradores deve ter levado à costumeira crise de abastecimento, que os recrutamentos desses homens provocaram desde o século XVIII, no Pará. Mcbeth escreve que o recrutamento para a Cisplatina provocou uma crise de abastecimento no Rio Grande de São Pedro. Segundo ele, o intenso alistamento levou à impopularidade da guerra.⁵⁹⁴

Ainda de acordo com Mcbeth, essa guerra também mostrou o despreparo e a falta de unidade do Exército. As tropas de ocupação de D. Pedro I foram cercadas, em Montevidéu, pelos militares rebeldes daquela Província, ficando impossibilitados de sair daquela capital. O fracasso das tropas brasileiras deve-se aos atrasos de soldos, à falta de alimentos, aos desacordos entre os generais e dos oficiais com os soldados. Estes se recusavam a aceitar as ordens de seus superiores. A guerra teve o desfecho favorável aos rebeldes daquela Província em agosto de 1828. De acordo com João Pimenta, essa guerra revelou, para o resto dos países da América hispânica, a fragilidade do Império brasileiro e de seu Exército, que se mostrou incapaz de defender seu território.⁵⁹⁵

Seria esse mesmo Exército, no qual o Imperador confiava à manutenção de seu poder, o responsável pela sua queda. Mas, segundo Mcbeth, não fora somente a presença dos portugueses, de estrangeiros e a Guerra da Cisplatina os responsáveis para que o Exército se opusesse ao Imperador, mas também o crescente poder dos liberais e a divulgação de suas idéias contrárias à utilização dessa instituição, para aumentar o poder centralizador do Imperador. Os liberais procuram expor o abismo existente entre oficiais e soldados, e a utilização dos soldados como instrumento do despotismo. Essas idéias foram expostas pela

⁵⁹⁴ Mcbeth. “The Brazilian Army...p. 122.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 123; João Paulo G. Pimenta. “O Brasil e experiência cisplatina...p. 788.

imprensa liberal no Parlamento. O autor escreve que os liberais se aproveitavam do antagonismo dessa instituição para destruí-la. Assim, depois da Guerra da Cisplatina aproveitaram para fazer uma forte campanha na imprensa para aumentar as desavenças internas nas tropas. Além disso, conseguiram reduzir, em 1830, o efetivo para apenas 14. 500 soldados e oficiais. Por fim, os liberais obtiveram o apoio dos três irmãos Lima e Silva, oficiais militares nascidos no Brasil com grande influência sobre os oficiais brasileiros do Império, e o Marquês de Barbacena, para derrubar D. Pedro I em 7 de abril de 1831.⁵⁹⁶

A despeito do autor não negar a existência de grandes problemas dentro das fileiras do Exército – principalmente quanto à insubordinação dos soldados que se recusavam a obedecer a seus oficiais, a relutância deles em aceitar a disciplina imposta por seus comandantes, à existência de real rivalidade entre portugueses e brasileiros, e a maior resistência ao serviço no Exército, depois da Guerra da Cisplatina -, ele nega que os soldados fossem vulneráveis a incorporar às suas lutas o ideário liberal. Todavia, acreditava que os oficiais eram mais suscetíveis a elas. Essa visão nega a possibilidade dos soldados agirem também influenciados pelas idéias liberais, como se procurou mostrar até o momento. Além disso, atribuir à imprensa liberal a responsabilidade pela percepção dos soldados sobre o fosso que existia entre eles e os oficiais principalmente aqueles com postos acima de sargentos, é negar a capacidade dos praças de perceberem os problemas internos do Exército, enquanto que, como se viu, eles tinham clareza deles.

A afirmativa de Mcbeth de que a exploração da Guerra da Cisplatina pela imprensa liberal ter sido a responsável pelo aumento das desavenças internas nas tropas é muito duvidosa. O forte recrutamento para o Exército provocado pela Guerra – desestabilizando a vida dos recrutados – e as péssimas condições materiais dos soldados durante a campanha – informações conseguidas por diversos meios e não somente pela imprensa - eram motivos suficientes para os ânimos das tropas serem alterados e os soldados se oporem tanto a ela quanto ao próprio Imperador.

Não se pode negar, no entanto, que parte significativa dos liberais moderados era contrária ao Exército. A criação da Guarda Nacional em 1831 e a redução drásticas de seu

⁵⁹⁶ O Marquês de Barbacena foi demitido de forma humilhante por D. Pedro I, e procurou vingar-se do Imperador apoiando os liberais. Já Francisco Alves de Lima e Silva, o mais influente dos Lima e Silva, foi destituído de seu posto de Comandante das Armas da Corte também pelo Imperador que o mandou com outro cargo a São Paulo, mas este se recusou a ir, sendo demitido do Exército por D. Pedro I. A incapacidade do Imperador em se reconciliar com esses dois adversários influentes permitiu que eles apoiassem a causa dos liberais que desejavam a Abdicação de Pedro I. Francisco Alves de Lima e Silva levou seus soldados para o Campo de Santana de onde exigiu a renúncia de D. Pedro I. Juntaram-se a Francisco de Lima e Silva o Batalhão e a Guarda de Honra do Imperador, três batalhões de infantaria, três corpos de artilharia e um de granadeiros. Ver: Mcbeth. “The Brazilian Army...p.125.

efetivo são exemplo disso. Segundo Mcbeth, os novos dirigentes também perceberam que o Exército - envolvido nas contendas regionais, em diversas partes do país - não poderia assegurar a estabilidade necessária ao novo regime.⁵⁹⁷ Em 1832, o expressivo número de 5.727 homens em armas na Província, em 1828, seria reduzido apenas ao 16º Batalhão de Caçadores e o 5º Corpo de Artilharia de Posição, ambos de primeira linha (restando um efetivo de um pouco mais de 1.300 soldados), quando o Decreto de 4 de maio de 1831 determinou a conservação de:

[...]somente o estado-maior-general, os estados-menores de 1ª e 2ª classes, os engenheiros, os oficiais burocráticos, 16º batalhões de caçadores com 572 homens cada um, divididos em 8 companhias, 5 corpos de artilharia de posição, com 492 cada um, e 1º de artilharia a cavalo com 354 [...].⁵⁹⁸

Essa foi uma grande diminuição nos efetivos militares do Exército, visto que dos 28 Batalhões de Caçadores existentes, restou apenas 16 Batalhões. E manteve-se apenas cinco Corpo de Artilharia, extinguindo-se também os corpos de 2ª linha e as ordenanças. Apesar da redução dos corpos de caçadores, as tropas de granadeiros e fuzileiros foram as mais atingidas, uma vez que foram abolidas, constando apenas 10.000 homens dos 25.000 anteriores.

No Pará, a desmobilização das 2ª e 3ª linhas ocorreu com o aviso de 24 de dezembro de 1831. Nele também se mandava proceder à organização da Guarda Nacional em cada um dos municípios do Pará. Em 1832, o Pará, além de possuir um único Corpo de Artilharia de 1ª linha, deveria manter duas companhias destacadas, uma no Maranhão e outra no Piauí.⁵⁹⁹

Pouco antes da criação da Guarda Nacional, a extinção dos Batalhões de 2ª e 3ª linha já era um desejo dos oficiais da câmara de Belém. Em 1831, os vereadores de uma das Assembléias Legislativas Municipais do interior da Província fizeram uma representação contra o serviço militar, que pesava sobre os soldados de milícias e ordenanças. Uma comissão de vereadores de Belém foi eleita para verificar a autenticidade dessa reclamação. Ela constatou ser o alistamento danoso para a agricultura e o comércio, retirando o comerciante, o remeiro e o agricultor de seus afazeres. Essa prática produzia “consternação, pobreza, e miséria daquela população”, da vila demandante da representação. Como achavam ser esta uma situação comum a todas as vilas, eles decidiram aprovar uma lei, impedindo a sujeição da ordenança ao Governador das Armas, tornando-os “por isso isentos do Foro

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 126

⁵⁹⁸ Gustavo Barroso. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000 (Coleção General Benício). p. 32

⁵⁹⁹ APEP, FSPP, Conselho Geral da Província: officios, indicações, pareceres e posturas, série 13 officios, 1830-34, caixa 35, doc. 152.

Militar” de todo o Pará e pretendiam votar outra lei para beneficiar também os auxiliares. Medida que não precisou ser tomada, visto que as tropas da reserva foram extintas.⁶⁰⁰

A nova força criada era mais condizente com o novo governo. A Guarda Nacional era formada por “cidadãos políticos” com renda mínima de 100\$00 réis. Sua razão de ser era a desconfiança do “popular” no Exército. Apesar da Guarda Nacional estar sobre o controle do ministro da justiça, a elite local teve muita influência sobre ela, uma vez que a organização dela, nas províncias, estava a cargo do juiz de paz. Este cargo havia recebido o poder de polícia dado pela unificação do Código do Processo Criminal de 1832. Castro escreve que o fato do juiz de paz ser escolhido localmente, o deixava comprometido com grupos políticos regionais, permitindo a interferência deles na convocação da Guarda. Ela se torna mais centralizada e hierarquizada somente com a reforma de 1850. Essa reforma foi iniciada em 1841 com a reestruturação do sistema policial e judiciário do Império, numa tentativa dos conservadores, no poder, de acabar com o poder policial eletivo municipal.⁶⁰¹

A redução das tropas do Exército não demorou a ser contestada por membros da Câmara que temiam pelo abandono das fronteiras. Em 1832, o Conselho Geral do Pará reclamava a formação de mais um batalhão de caçadores de 1ª linha, uma vez que o efetivo existente não dava conta de guarnecer as regiões limítrofes às Repúblicas Espanholas Americanas, Holanda e Guiana Francesa e controlar as nações indígenas.⁶⁰² Esse pedido não representava uma mudança na política anti-militar dos liberais. Esses defendiam que as tropas do Exército deviam ser enviadas para fronteiras, cumprindo uma de suas funções que era defender os limites do país. Também não foi incomum o pedido de aumento do efetivo do Exército em caso de necessidade pelos gabinetes liberais, para, logo após satisfeita a necessidade, pedir-se uma nova redução. Assim, recorreu-se a alistamentos extraordinários com o principal objetivo de guarnecer as fortalezas e fronteiras.⁶⁰³

4.7 O Levante Militar de 1831 e A Revolta do Rio Negro

Os anos de 1828 a 1830 foram relativamente mais calmos, segundo Raiol. A administração de Paulo José da Silva Gama - Barão de Bagé - não enfrentou as revoltas,

⁶⁰⁰ Ibidem, doc. 38.

⁶⁰¹ Jeanne Berrance de Castro. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Brasília, Editora Nacional, 1977, pp. 36-40.

⁶⁰² APEP, FSPP, Conselho Geral da Província: ofícios, indicações, pareceres e posturas, série 13 ofícios, 1830-34, caixa 35, doc. 152.

⁶⁰³ Castro. *A Milícia Cidadã...* p. 69.

sendo considerado por Raiol um governo tranqüilo. O autor atribui essa tranqüilidade à imparcialidade desse Barão, que não tomou partido nem de brasileiros e nem de portugueses. Além disso, não ultrapassou suas atribuições interferindo na justiça, como havia feito seu antecessor. O autor defende a tese de serem as brigas dos governadores as motivadoras das revoltas populares. Raiol não consegue perceber os populares como indivíduos capazes de agirem em favor de seus próprios interesses. As idéias desse autor sobre a multidão não diferem muito das análises de Taine e Burke, descritas por Rudé.⁶⁰⁴

No entanto, a calma da Província referida por Raiol não existiu. Em correspondência ao Imperador D. Pedro I, João Paulo dos Santos Barreto, Comandante das Armas, denunciava que, desde a sua chegada ao Pará: “a desenfreada soldadesca tem perpetrado [três motins], sendo o primeiro em 26 de abril de 1827, o segundo em 1º de julho de 1829, e o terceiro de que ora me ocupo em madrugada de 24 do corrente [24 de junho de 1830]”.⁶⁰⁵ O comandante queixava-se da impunidade dos participantes dos dois primeiros levantes. Afirmava que dos participantes do levante de Cameté, só restavam na prisão os soldados - Barbosa era um deles (temos notícia dele na prisão do Arsenal até 1834, depois perdemos a pista dele). Os outros foram libertados e “premiados com cargos eletivos na Câmara e jurados de paz”.⁶⁰⁶

Logo após a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, as revoltas intensificaram-se. A saída do Imperador do trono renovou as esperanças de mudanças daqueles que tiveram seus planos frustrados com a retomada do controle pelos representantes do governo Imperial em março de 1824, quando foi assinado o acordo entre a câmara de Cameté e a de Belém. Por isso, esses grupos de descontentes tentaram novamente assumir o controle do governo provincial.⁶⁰⁷

Durante os anos de Regência, muitos dissidentes juntaram-se aos liberais exaltados, opondo-se aos *caramurus*. Os *exaltados* defendiam o federalismo e a república. Eles fundaram uma associação liberal, onde se reuniam para fazer deliberações, chamada de filantrópica.⁶⁰⁸ Era com esse nome que ficariam conhecidos no Pará. O líder deles era o cônego e arcepreste João Batista Gonçalves Campos.

⁶⁰⁴ Rudé. *A Multidão na História...*p.9; Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Visões da Cabanagem*. Manaus: Valer, 2001. p. 55-57.

⁶⁰⁵ AN, Ministério da Guerra, caixa 824, pac 03, ofício de 25 de junho de 1830.

⁶⁰⁶ Idem

⁶⁰⁷ Raiol. *Motins Políticos...*p. 197.

⁶⁰⁸ APEP, FSPP, Conselho Geral da Província: Ofícios, Indicações, Pareceres e Posturas, ano de 1830-32/34, caixa 35, Ofício de 26 de fevereiro de 1832. Mattos em *O Tempo Saquarema* escreve que entre as características dos liberais exaltados estava a defesa do republicanismo e muitos deles “procuravam aproveitar em benefício de suas posições as pressões que a plebe exercia sobre a já mencionada Liberdade, propondo medidas logo

Do lado oposto, estavam os *caramurus* que eram oriundos dos absolutistas e conhecidos como restauradores. Marcos Morel afirma que o termo *restaurador* tinha diferentes significados políticos naquele contexto. Eles poderiam ser considerados os absolutistas, visto que defendiam o poder da monarquia em detrimento dos princípios de soberania popular. Durante a Regência, eles lutavam pela volta de D. Pedro I ao Trono.⁶⁰⁹ Esse “partido” foi criado em 1831. Segundo documentação de época, o então Brigadeiro José Soares de Andréa foi um dos fundadores desse partido, quando esteve no Grão-Pará como Comandante das Armas em 1831. O “partido” foi fundado logo após a abdicação. Em virtude do franco apoio de Andréa aos restauradores, ele foi destituído do cargo e mandado de volta à Corte.⁶¹⁰ No entanto, os *caramurus* mantiveram-se, e, em 7 de agosto de 1831, fizeram um levante, tomando o poder por alguns dias, depois de derrubarem o Visconde de Goyana, então Presidente da Província,.

Para a tomada da chefia da Província, alegaram que o Presidente era partidário do grupo dos “brasileiros”. A movimentação dos *restauradores* começou com a chegada do Visconde de Goiana, em 19 de julho de 1831. Ao chegar, ele observou que o Pará era a “mais lusitana das províncias do Império” e desejava mudar essa situação. Provavelmente ele pretendia acatar as medidas regenciais, que mandavam demitir os portugueses dos cargos públicos e estabelecer regras para novas admissões no serviço público. Ribeiro escreve sobre a determinação imperial que permitia apenas nos empregos estaduais lusos naturalizados, ou aqueles que fossem cidadãos adotivos. Além disso, os Cônsules deveriam emitir uma lista com o nome de todos os filhos de Portugal residentes no Brasil.⁶¹¹ Mas, no entanto, o estopim dessa revolta foi a aproximação do Presidente com os membros do partido filantrópico, e a abolição dos “governos militares”, das fábricas “nacionais” e “roças dos comuns”,⁶¹² que

consideradas “revolucionárias” e de fundo anárquico”. Mas, Mattos avalia que a presença da “plebe” desunha os exaltados, “pois a associação entre Liberdade e Igualdade entre os homens livres tornava tênue os limites entre Revolução e Desordem”. Por outro lado, “[a] inclusão do Povo, por meio da proposição de reconhecimento de uma igualdade, opunha liberais exaltados e moderados”, Sobre os exaltados pode-se dizer que, como todos os liberais, reforçaram oposição entre brasileiros e portugueses durante o período regencial, consideravam os lusos como uma ameaça “às conquistas liberais e nacionais”. Mattos. *O Tempo Saquarema...* pp.136; 137, 142; Raiol. *Motins Políticos...* p. 197.

⁶⁰⁹ Morel. “Restaurar, Fracionar...”p. 407-430

⁶¹⁰ AN, IJJ9 528. Ofício de 12 de novembro de 1831. O Brigadeiro José Soares de Andréa veio para o Pará juntamente com o Presidente José Felix Pereira de Burgo, que governo o Pará de 14 julho de 1830 a 7 de agosto de 1831. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 421.

⁶¹¹ Ribeiro. “Pés-de-Chumbo” e “Garrafeiros”...p. 158.

⁶¹² A roça do comum “também poderiam ser definidas como roça dos mantimentos, os índios eram obrigados a plantar feijão, arroz, e todos os gêneros comestíveis”. Eliana Cristina Lopes Soares. *Vaqueiros e Roceiros na Ilha Grande de Jonas no período colonial*. Belém: NAEA/UFPA. Dissertação 140p (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará /UFPA/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ NAEA, 2002. p.32

pertenciam aos lusos, onde era utilizado o trabalho indígena sem o pagamento de qualquer salário.

Essas atitudes desagradaram os portugueses e os levaram a arquitetarem o levante de 7 de setembro de 1831. O movimento foi liderado por Marcos Antônio Roiz Martins, João Batista de Figueredo Tenreiro Aranha, José Soares de Azevedo e Marcelino José Cardoso. Eles ordenaram a morte de vários de seus opositores com a ajuda de parte da tropa de 1ª linha. Nomearam para Presidente da Província Marcelino José Cardoso, e apesar de pedirem o apoio da Regência, não conseguiram. Todavia, ficaram no poder até fevereiro de 1832, quando Marcelino José Cardoso foi substituído por José Joaquim Machado de Oliveira. Depois de derrotado o movimento, seus líderes tiveram de fugir do Grão-Pará, a fim de não serem julgados com o risco de condenação à morte. Apesar dessa medida drástica contra os participantes do levante e contra os portugueses pela Regência, a Província não se acalmou.⁶¹³

Mesmo depois do restabelecimento da ordem, exaltados e *caramurus* continuaram a se digladiar nas ruas de Belém. Os exaltados começaram a matar os europeus durante a noite como forma de vingança pelas mortes de seus partidários. Em pouco tempo, as ruas da capital viraram uma praça de guerra entre os dois partidos. Somente com a ajuda da Guarda Nacional, da tropa de 1ª linha e das Guardas Municipais, a paz foi restaurada.⁶¹⁴

Morel comenta que muitos populares apoiaram os *caramurus*, na tentativa de alcançarem seus objetivos. De acordo com Soares, no Rio de Janeiro, os escravos oscilaram entre exaltados republicanos e *caramurus*, embora as fontes consultadas pelo autor indiquem uma maior identificação com os liberais exaltados, não somente pelo ódio aos portugueses, mas devido a posição antiescravista de alguns.⁶¹⁵ Da mesma maneira, acreditamos que, apesar do envolvimento de alguns membros da tropa no levante de 1831, a maioria dos soldados optou em apoiar os liberais exaltados, que defendiam o fim da escravidão e do trabalho compulsório dos índios. Além disso, quase todos os liberais – tanto os moderados quanto os exaltados – se posicionavam contrários, geralmente, ao recrutamento, como veremos no próximo capítulo, e acreditavam que o mérito, e não a origem, deveria determinar as promoções.⁶¹⁶

Durante o período em que estiveram no poder, os *caramurus* exilaram diversos adversários, dentre eles o cônego Batista Campos, que foi enviado à prisão do Crato, no rio

⁶¹³ APEP, FSPP, Códice 901. Correspondência de Diversos com a Corte. Ofício de 25 de 1832.

⁶¹⁴ APEP, FSPP, Conselho Geral da Província: Ofícios, Indicações, Pareceres e Posturas, ano de 1830-32/34, Caixa 35, doc 126.

⁶¹⁵ Morel. “Restaurar, Fracionar ...p. 426; Soares. *A Capoeira Escrava...*p.251-352.

⁶¹⁶ Silva. *Ser Nobre na Colônia ...*p. 316-321.

Madeira, mas fugiu no caminho. Depois da fuga, ele percorreu o rio Tapajós em busca de apoio para ser conduzido ao poder, pois era o sucessor legítimo do governo da Província, por ser Vice-presidente. Outros membros do partido filantrópico foram exilados para a comarca do Rio Negro, onde ficariam presos em Marabitanas, mas fugiram e juntaram-se ao frei José dos Santos Inocente, na Barra do Rio Negro. Esse frei era defensor da separação daquela comarca da Província do Pará.

O desejo de separação da elite da comarca do Rio Negro do Grão-Pará manifestou-se com o início do processo de Independência do Brasil. Porém, ainda assim, depois da adesão do Pará à Independência, ela manteve-se sob a jurisdição do Pará. A proeminência das vilas de Óbidos e Santarém - as duas maiores cidades do baixo Amazonas - também levou sua elite a ter desejos semelhantes aos de Rio Negro.

Em 1832, em um relatório, o vereador de Óbidos, Martinho da Fonseca e Seixas, reclamava da situação de subordinação econômica do alto, médio e baixo Amazonas à Belém. O oficial da câmara escreveu haver em Santarém um grande cultivo de cacau. A sua produção chegou a 200.000 arrobas em 1832, mas o seu preço e a distância da alfândega, localizada em Belém, inibia a sua expansão. Além disso, destacava a produção da comarca do Rio Negro prejudicada também pela presença do porto em Belém. Ele alegava que a distância implicava longas e arriscadas viagens que impediam o plantio de produtos exportáveis. Por isso, muitos lavradores viviam basicamente da farinha de mandioca.⁶¹⁷

Segundo o vereador, o comércio também não era favorável. Ele era realizado por muitos regatões que cobravam dos lavradores preços exorbitantes por seus produtos, ficando com toda a produção dos pequenos produtores. Contudo, não eram eles os únicos a lucrar com a exploração do camponês, já que eles compravam dos comerciantes de Belém, que, por sua vez, adquiriam dos estrangeiros. Assim, os agricultores trabalhavam somente,

[...] para nutrir a cinqüenta, ou sessenta Negociantes da Capital, que sendo a maior parte deles estrangeiros, e Brasileiros adotivos, estes quando lhes parece se mudam, para a sua verdadeira Pátria, levando com sigo, o produto fundo de seus bens, como frequentemente se observa na Capital, e no interior [...] fica portanto demonstrado, que esta forma de comércio, é em grandíssimo prejuízo não só destes lavradores, como do Estado [...]⁶¹⁸

Considerando a descrição do príncipe da Prússia sobre a proeminência do porto de Santarém em 1843, visto no primeiro capítulo, tem-se a impressão de ser o discurso do vereador de Óbidos apenas um arrazoado direcionado a atingir dois agentes da economia

⁶¹⁷ APEP, FSPP, Conselho Geral da Província, ofícios, indicações, pareceres e posturas, série 13 ofícios, anos 1830-1832/1834, caixa 35. Seção da Câmara de Óbidos, 10 de setembro de 1832.

⁶¹⁸ Idem

paraense: os regatões e os comerciantes portugueses, radicados em Belém, que ainda disputavam o controle do comércio do Amazonas com os negociantes nascidos no Brasil.

Os portugueses mantiveram o domínio do mercado, apesar das lutas de Independência, que tiveram como uma das suas bandeiras a expulsão dos portugueses do Pará. Os regatões eram mercadores itinerantes, que atuavam na circulação de mercadorias no interior da Província. Esses comerciantes clandestinos faziam negócios com moradores, tabernas e outros sem pagar o fisco, desembarcando seus produtos nos quintais das casas ribeirinhas.⁶¹⁹

Segundo Lopes, eles eram tudo o que a elite tradicional mais detestava na comunidade mercantil, ao contrário do que ocorria com os comerciantes mais ricos de Belém, que poderiam por meio de suas riquezas adquirirem fidalguia.⁶²⁰ Contra eles, em 1818, o Conde de Vila Flor pedia ao comandante do Rio Negro a observação “de todas as Leis e Ordens que existissem contra...[...]...contrabandos, e em geral sem menor violação dos Direitos de sua Majestade”.⁶²¹ Todavia, não havia casa comercial em Belém que não “empregassem canoas de regateio para o negócio nos altos rios”.⁶²² Provavelmente o vereador, sabedor da ligação dos comerciantes de Belém com esses regatões, de maioria portuguesa, tentasse atingi-los, atacando seus pequenos e “ilegais” parceiros comerciais.

O vereador se aproveitaria da renovação das rivalidades entre portugueses e brasileiros no final da década de 20, que culminou com a abdicação de D.Pedro I para resolver esse problema.⁶²³ No texto do vereador, não havia uma proposta de separação das comarcas do Rio Negro juntamente com a região de Santarém, baixo Amazonas, mas se vê uma grande insatisfação quanto à situação econômica dessas áreas da Província. A Independência não retirou o controle dos grandes comerciantes das mãos dos portugueses localizados em Belém. O político também alertava para a possibilidade do lucro do comércio sair da Província por meio da partida dos lusitanos para sua terra natal, deixando o Pará em situação econômica difícil. Somava-se a isso, a forte presença de nações indígenas insatisfeitas com a política indigenista portuguesa no Rio Negro, que talvez faria dela um barril de pólvora.

A presença dos membros do partido filantrópico deve ter inflamado ainda mais essa região potencialmente explosiva em virtude da grande presença de índios e dos defensores da secessão entre Pará e Rio Negro. Segundo Lima, a presença de líderes do partido liberal tem

⁶¹⁹ Siméia Nazaré Lopes. *Comércio Interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Belém: UFPA/NAEA. 2002. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2002, p.75.

⁶²⁰ Idem

⁶²¹ APEP, Códice 628. Ofício de 4 de dezembro de 1818 apud Barata, *Poder e Independência...*p.44.

⁶²² Lopes. *Comércio Interno no Pará...* p. 75

⁶²³ APEP, FSPP, Conselho Geral da Província, Ofícios, Indicações, Pareceres e Posturas, série 13 ofícios, ano de 1830-1832/1834, caixa 35, Ofício de 10 de setembro de 1832.

íntima ligação com o levante na Barra do Rio Negro em abril de 1832. Este levante começou como um motim militar da tropa de 1ª linha. Como tantos outros, que teve início com a morte de um oficial, dessa vez era o Coronel Joaquim Felipe do Reis, em 12 de abril, na capital da comarca, e a tomada do armamento do *trem de artilharia* e do governo. Como na sedição de 1757, eles tomaram o dinheiro do cofre e o dividiram entre si, como pagamento pelos soldos atrasados. Para controlar a revolta, o governo paraense mandou ao Rio Negro uma expedição militar comandada pelo Tenente-Coronel Domingos Simões da Cunha com a missão de “pacificar” a comarca e punir os envolvidos nela.⁶²⁴

Mediante a ameaça de serem atacados pela expedição mandada pelo Presidente do Pará, em 22 de junho, eles proclamaram o apartamento da comarca do Rio Negro da Província do Pará. Transformaram uma revolta supostamente iniciada para conter o abuso de seu oficial superior e assim obter o justo pagamento de seus soldos em um movimento de secessão, dando apoio aos comerciantes e políticos do Amazonas, a fim de atender seus interesses econômicos e políticos.

Para o governo da nova Província, eles nomearam um professor de primeiras letras para tomar a frente dos “negócios políticos” e para o comando das armas o tenente Boaventura Ferreira Bentes, membro do partido filantrópico e antigo adversário político do partido dos *caramurus*. Este tenente foi um dos líderes da revolta militar de abril de 1823, que tentou tomar o poder e aderir à Independência. A sua presença no Rio Negro era provavelmente uma punição que lhe aplicaram os membros do partido *caramuru*, por ter deixado o cônego Batista Campos fugir, quando o levava para o exílio na prisão do Crato no rio Madeira. Possivelmente, ele e o soldado raso Joaquim Pedro fossem os líderes do movimento, e ele, provavelmente colaborou para a morte do Coronel Joaquim Felipe dos Reis.

Não se pretende dizer que Boaventura da Silva foi o mentor do motim ou que ele tenha influenciado as fileiras à sedição, visto que a descrição do evento revela a existência de um real descontentamento da tropa com seu superior, que deveria ser muito rigoroso. Contudo, o fato de Joaquim Felipe Silveira dos Reis ser um oficial português e Comandante das Armas durante o governo da Junta Provisória formada em 1º de janeiro de 1821 por lusitanos, talvez fizesse com que ele fosse mal visto pelos soldados, que provavelmente estariam motivados pelos acontecimentos em Belém.

⁶²⁴ Leandro Mahalem de Lima. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 248. Raiol. *Motins Políticos*, p. 256.

Como forma de prêmio à tropa, houve a distribuição de patentes para “os que mais conspiraram para a sublevação”.⁶²⁵ As exigências, que sempre ocorriam depois de um levante, foram:

- 1º Que a comarca do Rio Negro ficasse desligada da Província do Pará e do seu governo, estreitando-se em todo caso as suas relações comerciais;
- 2º - Que se elegeisse um governo temporário assim como um secretário, para dar direção aos negócios e políticos da comarca, prestando juramento perante a câmara municipal de bem cumprir e guardar seus cargos, pelo que receberia ordenados dos cofres da fazenda nacional.
- 3º - Que se estabelecesse uma ou duas alfândegas onde melhor conviesse para impedir os extravios dos direitos nacionais e cuidar dos dízimos que dali em diante deveriam ser cobrados à boca do cofre da nova Província.
- 4º - Que se nomeasse temporariamente um comandante militar, a quem ficaria pertencendo o regime da força armada com o soldo da sua patente e com a gratificação do costume;
- 5º - Que se submetesse esta deliberação à decisão da assembléia geral legislativa e da regência.
- 6º - Em fim que se enviasse quanto antes a Corte um procurador com plenos poderes para aprovação destes atos”.⁶²⁶

Essas exigências expressavam os interesses dos militares e dos comerciantes do Rio Negro. No relatório enviado pelo vereador de Óbidos havia um pedido para se criar uma alfândega em Santarém, para que o dinheiro ficasse com os negociantes “nacionais” e facilitasse o escoamento da produção dos vários lavradores daquela comarca. A criação de um novo comando militar permitiria a confirmação das patentes distribuídas, o não sofrimento de castigos para os participantes do levante e, talvez, melhores condições de serviço nas tropas. Assim, mais uma vez, a mudança do governo foi a saída dos militares para alterações reais na “caserna”.

Depois da retomada da Barra do Rio Negro pela expedição do governo, os sublevados, liderados pelo soldado Joaquim Pedro, fugiram e procuraram apoio junto aos Muras, para retomar a Barra. Os Muras e outros povos indígenas deveriam ser grandes interessados na vitória de homens ligados ao partido filantrópico. A despeito do ataque dos desertores e dos Muras, a tropa legal conseguiu evitar a retomada da capital da comarca pelos revoltosos. Todavia, Joaquim Pedro escapou com 30 indivíduos, e empreenderam “roubos” e “assassinatos” no alto Amazonas. Depois, tentaram tomar a vila de Óbidos. Eles foram detidos pelo “Povo” da vila, que os esperavam armados. Não tendo sucesso nos seus intentos, continuaram em direção a Santarém, parando um pouco depois dessa vila, para se juntarem a

⁶²⁵ APB, Presidência da Província, Governo, Presidentes do Pará, Códice 1121, 1826-35.

⁶²⁶ Raiol. *Motins Políticos*...p. 257

outros fugitivos do Rio Negro. O comandante da expedição os deteve com envio da escuna de guerra Alcântara.⁶²⁷

O soldado Joaquim Pedro continuou a atacar as povoações do alto Amazonas, “matando” “brasileiros adotivos”. As autoridades temiam a união do soldado Joaquim Pedro com o desertor Jacob Borges, conhecido como Jacob Patacho. Este havia desertado sozinho de Belém e ido para o baixo Amazonas, passando a atuar no rio Tapajós. Lá ele também atacava juntamente com uma comitiva as vilas para supostamente matar “brasileiros adotivos” e lusos. Porém, a aliança entre os dois não ocorreu, pois Patacho foi atacado pelas forças legais e teve de fugir para o Tocantins, onde naufragou, e seus companheiros foram presos. Patacho conseguiu sobreviver e fugir, mas foi retido em Belém em 1833, e enviado para a prisão no Arsenal de Guerra dessa cidade. A última informação que se tem dele é de sua morte em 1836, depois de ter participado de uma peleja contra as tropas legais comandadas pelo então Presidente da Província, o Marechal Soares de Andréa. Por sua vez, Joaquim Pedro também se manteve em atividade até 1833, quando foi preso.⁶²⁸ As atitudes desses dois militares revelam a animosidade de soldados do Exército contra a presença dos portugueses no comando da Província, e a proximidade ao partido liberal, principalmente os exaltados.⁶²⁹

Segundo Mahalem Lima, Patacho estava ligado ao partido dos filantrópicos e atuava em nome deles. Essa associação com liberais exaltados foi informada pelo Presidente Machado de Oliveira em correspondência com a Regência. Além disso, Lima sugere uma defesa dos interesses dos índios prejudicados com a revogação, pelos *caramurus*, do Decreto que abolia o regime militar, as fábricas e as roças dos comuns aos quais os indígenas estavam sujeitos. Na comitiva de Patacho, além de seu braço direito o *tapuio* Maurício Saraiva - também desertor do Exército -, havia vários índios, e eles sempre buscavam apoio de outros indígenas, que lhes davam ajuda. Pois viam em Patacho e nos membros do partido liberal os representantes de sua causa.

O que sugere também a ligação dele com esse partido era o combate aos portugueses e “brasileiros adotivos”. Em todas as vilas que chegava desejava prender adotivos, lusos e os cúmplices deles. Os alvos de Patachos eram politicamente escolhidos, portanto não se tratava de roubos e assassinatos indiscriminados. O autor comenta que, em seu ataque a Cameté,

⁶²⁷ APEP, FSPP, Códice 905. Correspondência de Diversos com o Governo da Corte. Ofício de 29 de dezembro de 1832.

⁶²⁸ *Ibidem*, Ofício de 17 de maio de 1833.

⁶²⁹ Lima. *Rios Vermelhos*:...p.114-122.

Patacho prendeu o comandante e o juiz de paz, informando-lhes que não os iria fazer mal, queria apenas atingir os “brasileiros adotivos” e nascidos em Portugal.⁶³⁰

Pode-se fazer uma análise parecida para a atuação do soldado Joaquim Pedro, que ao fugir da Barra do Rio Negro, teve apoio dos Muras para retomar o controle daquela capital. Tentativa frustrada, mas que não impediu que ele continuasse a atacar os supostos membros do partido dos *caramurus*, prendendo “brasileiros adotivos e portugueses”, que eram alvos politicamente escolhidos, nas vilas do Alto Amazonas.

As atitudes dos soldados Joaquim Pedro e Patacho aparentemente eram articuladas, uma vez que pretendiam unir suas forças para continuar o combate aos *caramurus*. A união desses dois soldados desertores pode ser apenas uma construção das autoridades para justificar o combate aos dois, mas ela tem forte possibilidade de ter ocorrido, posto que ambos iam em direção à Santarém localizada no Tapajós, local de atuação de Patacho.

A presença desses dois dissidentes e seus aliados deixara o Rio Negro em polvorosa, mas não era somente com eles que Machado de Oliveira tinha de se preocupar. Em dezembro de 1832, o Presidente da Província comunicava ao governo do Rio de Janeiro que a intranqüilidade mantida naquela comarca também era fruto do descontentamento da elite local com a manutenção do Rio Negro sobre o domínio do Pará. Nesse ofício, o Presidente informava não ter confiança nos juízes, nos membros das câmaras e autoridades, apesar destes alegarem terem sido coagidos pela força armada rebelde a participar do projeto de separação e das desordens ocorridas.⁶³¹

A tentativa do governante paraense era transferir para o parlamento a discussão sobre o afastamento do Rio Negro da Província paraense. O Presidente da Província acusava os participantes do levante de atentarem contra a Constituição, uma vez que o caminho para a separação, previsto na Carta de 1824, era por meio de uma petição enviada ao Legislativo Nacional. Ele frisava também a necessidade da desistência de meios não legais para rompimento com o Pará.⁶³²

O mesmo Presidente da Província, em 1833, apontava como solução para os problemas do Rio Negro a transformação dele em “Província de 2ª ordem” ou a criação de um governo subalterno, cuja “primeira autoridade administrativa” fosse nomeada pelo governante

⁶³⁰ Ibidem, pp.117-122

⁶³¹ APEP, FSPP, Códice 905. Correspondência de Diversos com o Governo da Corte. Ofício de 29 de dezembro de 1832.

⁶³² APB, Presidência da Província, Governo, Presidente do Pará, códice 1153, 1826-1855. Apesar dos levantados enviarem o frei José dos Santos Inocente como procurador das câmaras municipais da comarca do Rio Negro para pedir a aprovação da transformação do Rio Negro em uma nova província, os levantados de 22 de janeiro de 1832 não pretendiam depor as armas e voltar ao domínio do Pará, desejavam a confirmação de sua decisão. Sobre o enviado do Frei como procurador dos senados municipais ver: Raiol. *Motins Políticos...* p. 259.

do Pará, e houvesse um conselho legislativo. José Joaquim Machado de Oliveira acreditava ser esta a única solução para acabar com a intranquilidade na comarca, uma vez que ficava distante do centro de decisão (Belém ficava a quatrocentas léguas), e possuía características especiais por fazer fronteira com várias nações estrangeiras e sua população ser composta quase totalmente por grupos indígenas.⁶³³

Talvez a proposta de Machado de Oliveira fosse influenciada pelo levante de 1832, que demorou a ser contido pela grande distância entre a capital e o Rio Negro. A expedição levou três meses para chegar ao Rio Negro. Eles saíram de Belém em abril data do primeiro motim, e chegaram em junho, mês da segunda sedição. Além disso, a violência empregada pelo comandante das tropas da repressão não ajudou a conter os ânimos dos moradores e soldados revoltosos.

Muitos soldados fugiram para o interior e organizaram bandos armados compostos por índios e “vadios”. Por isso, o temor das autoridades continuava. Os governantes acreditavam na possibilidade de uma nova insurreição liderada pelos indígenas, já que os administradores acreditavam que os povos indígenas foram muito facilmente aliciados pelos arquitetos da revolta de abril e junho de 1832. Por isso, era imprescindível prender homens como Joaquim Pedro. Além disso, havia na comarca:

[...] muito escritores públicos e homens de perniciosa ascendência sobre aqueles povos (indígenas), que apologistas (defensores), e apoiadores daquele movimento sedicioso (o levante ocorrido no Rio Negro em 1832) ficaram profundamente magoados com o desfecho que ele teve e deixam por isso transluzir de seus escritos certos elementos de que de novo podem lançar mão dos cabeças da revolta passada para empreenderem novas tentativas [...]⁶³⁴

Dessa forma, as autoridades estavam vigilantes quanto aos pregadores de escritos “sediciosos” a fim de evitar qualquer nova revolta indígena. Entretanto, os administradores pareciam esquecer que os indígenas possuíam seus próprios interesses na derrubada do governo, visto que poderia realmente representar liberdade para os indígenas, sem a tutela de qualquer juiz ou autoridades militares, às quais estavam subjugados. Assim, para as governantes, as nações indígenas do Rio Negro estariam esperando uma nova oportunidade para conseguir destituir do poder seus exploradores, além do que a simples prisão dos “cabeças” do levante de 1832, não os acalmaria.

⁶³³ APEP, FSPP, Códice 901. Correspondência de Diversos com o Governo da Corte. Ofício de 21 de fevereiro de 1833.

⁶³⁴ Ibidem, Ofício de 25 de setembro de 1832.

A saída encontrada por Machado de Oliveira era conter os ânimos da elite inconformada com a situação do Rio Negro frente ao Grão-Pará. Por isso, propôs dividir aquela comarca. Contudo, essa idéia não significaria a separação definitiva entre a Província paraense e aquela comarca, uma vez que as autoridades paraenses consideravam o Rio Negro importante para economia paraense e o rompimento entre as duas traria prejuízos econômicos. Assim, em 1833, foi criada a comarca do Alto Rio Negro compreendendo as vilas de Mariuá, Barra do Rio Negro e Tefé e Luzeia, com sede na Barra do Rio Negro.⁶³⁵ Para satisfazer as elites do baixo Amazonas também elevou o Baixo Amazonas a condição de comarca com a capital em Santarém.⁶³⁶

A despeito dessas medidas, as autoridades estavam vigilantes para evitar qualquer possibilidade de um levante indígena. Em dezembro de 1833, o Presidente da Província Bernardo de Lobo e Souza comunicava ao governo imperial a sublevação dos Muras, provocando a manutenção da intranquilidade daquela comarca. Ele não tinha meios para pacificá-los, uma vez que, com a extinção das milícias e ordenanças, o efetivo militar ficou reduzido. Vale lembrar que os Muras, segundo Amoroso, representavam uma alternativa aos *tapuios* e outros índios à sociedade criada pelos colonizadores, por isso atraíam vários grupos dissidentes para suas fileiras, amedrontando as autoridades.⁶³⁷

Em 1835, o efetivo do Exército no Pará restringia-se apenas à tropa de linha. A Guarda Nacional e a Guarda Municipal, criadas pelo Decreto de 06 de junho de 1832, completavam as forças militares da Província. Segundo o viajante francês, Emilie Carrey, em Belém havia “cem guardas policiais, 1300 soldados de infantaria, 1200 guardas “nacionais” e fundeados no rio dois navios de guerra”,⁶³⁸ quando ocorreu a *Cabanagem*. Possivelmente Lobo de Souza sabia que podia contar apenas com as duas guardas, visto que o Exército estava insatisfeito com a política imperial destinada a eles. Além disso, o gabinete liberal havia não só reduzido seu número como também proibido qualquer tipo de promoção.⁶³⁹

As autoridades provinciais ainda tinham de se preocupar com a massa de militares da 2ª linha, dispersados do serviço pelo aviso de 05 de dezembro de 1831. Nessas tropas,

⁶³⁵ Machado. *A Quebra da Mola Real das Sociedades...* p. 238; Sobre a criação da Comarca do alto Rio Negro ver: Antônio José Souto Loureiro. *Amazônia na Época Imperial*. Manaus: Ed. Comemorativa 45: Manaus, 1989. 14.

⁶³⁶ Arthur Cezar Ferreira Reis. *História de Óbidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil. V. 123). p. 62.

⁶³⁷ Marta Rosa Amoroso. “Corsário no Caminho Fluvial: os Mura do rio Madeira”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.p. 308.

⁶³⁸ Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. “Tempestade sobre Belém.” In: *Nossa História*. Ano 4/n 37, novembro de 2006. p. 22-25

⁶³⁹ APEP, FSPP, Códice 901. Correspondência de Diversos com a Corte. Ofício de 22 de dezembro de 1832.

estavam grande parte do efetivo militar da Província, provavelmente, muitos homens pobres e de cor, que passaram a compor as milícias, principalmente durante o Primeiro Reinado. Com a extinção delas, perderam seus postos, implicando assim na perda de prestígio; os sargentos-mores e ajudantes também perderam os soldos.

A insatisfação dos *homens de cor* assustava as autoridades paraenses. Em 1834, o comandante da Guarda Nacional advertia membros do partido filantrópico quanto à possibilidade de acontecer um novo “Haiti” no Pará. Essa conversa ocorreu entre o chefe da Guarda Nacional e Pedro Veriano Chermont Barata, Francisco e Antônio Vinagre, membros desse partido. Esse diálogo foi descrito por Ane Mari Presle, mulher de Pedro Barata, em suas memórias romanceadas por Márcio Souza. A discussão ocorreu no próprio quartel da Guarda Nacional, e as palavras do militar graduado foram: “- O que vocês estão pretendendo? Transformar aqui em um Novo Haiti?”⁶⁴⁰

4.8 Recapitulando

Pode-se afirmar que os levantes militares ocorridos tanto no século XVIII quanto no século XIX, na Província do Pará, eram manifestações políticas da tropa. Todavia, os motins do início dos novecentos, mais precisamente depois de 1811, acompanhando as mudanças dos movimentos populares, realmente eram manifestações de política mais articuladas com a sociedade para tomar o poder instituído. Esses homens forjaram os novos motins com base em antigas tradições e buscaram também reformar normas arcaicas do Exército.

Pode-se relacionar o levante de Caiena, de 1809, aos de 1757 e 1774, no conjunto de levantes promovidos inicialmente pelo Exército para satisfazer necessidades imediatas. Estes motins eram manifestações políticas, posto que eles não podem ser vistos como simples perturbação da ordem. Eles influenciavam as decisões do governo, e seus pedidos foram reconhecidos pelas autoridades se não como legítimos, mas como justificáveis. Além disso, foram bem organizados, e os participantes possuíam objetivos claros a serem alcançados.

A partir de 1811, os levantes podem ser considerados como sinais de um processo de mais acirrada politização. Pretendia-se mudar o governo e alterar a política do Estado ou até a forma de governo. E. P. Thompson lembra que, já no final do século XVIII na Inglaterra, era comum surgirem protestos populares diretos contra a autoridade do rei. Já não era mais o

⁶⁴⁰ Souza. *Desordem...*p. 111.

protesto de algum anônimo que se aproveitava dos levantes da multidão para manifestar suas insatisfações.⁶⁴¹

Segundo Hobsbawm, a Revolução Francesa foi a principal divulgadora do ideário liberal radical, influenciando diversas revoltas no Mundo Atlântico. A ela seguiram-se as revoltas caribenhas, como a do Haiti, e as da América Espanhola e a do Porto. As idéias e os exemplos dessas revoltas foram divulgados entre os membros das elites paraenses, homens livres pobres, libertos e escravos, provocando diversas sedições no Pará. De fato, as revoltas militares, principalmente a partir de 1820, ocorreram visando promover mudanças profundas na esfera do Estado.

Uma das características básicas dos levantes militares do século XVIII que se preservaram durante as sedições do XIX, foi a tradicional separação entre oficiais superiores, praças e sargentos. Essa divisão implicava uma separação por grupos e cor. Os cargos de oficiais superiores estavam nas mãos de homens oriundos da chamada “nobreza da terra”, que era abastada e branca. Para se ter acesso a eles, era necessário entrar nas tropas como cadete. Ser cadete era privilégio apenas daqueles que pudessem comprovar a sua ascendência nobre por quatro gerações ou fossem filhos de mestre-de-campo da tropa auxiliar. Mesmo depois da publicação da lei de 1773, que permitia o acesso de *pretos* e pardos a cargos superiores da 2ª linha do Exército, homens pobres e de cor continuariam a ter dificuldades em obter postos acima de oficiais inferiores, já que a hierarquia das tropas corresponderia a da sociedade colonial e imperial até o fim da primeira metade do XIX.

Apesar de ser comum nos levantes do século XIX, uma inicial união entre oficiais superiores, praças e sargentos, ela não era duradoura, visto que muitas vezes os interesses eram incompatíveis. O grupo de praças e sargentos era heterogêneo. Estava composto por homens de cores e ofícios diversos. Possivelmente não houvesse um único projeto entre eles. Apesar disso, ao longo do processo de luta, eles identificaram como seus oponentes os homens brancos de posses, e se uniram contra eles de uma forma horizontal. Em outras palavras, as diferentes ocupações e riquezas desses indivíduos não impediram a solidariedade entre eles.⁶⁴² Assim, praças e sargentos esqueceram as diferenças internas, momentaneamente, e combateram conjuntamente contra homens de posses, que eram, muitas vezes, também seus oficiais.

⁶⁴¹ Segundo Thompson, durante os levantes dos “plebeus”, na Inglaterra, as diferentes ocupações e riquezas dos amotinados não impediram a união deles contra os abusos dos “patrícios”. E. P. Thompson. “Patrícios e Plebeus.” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998, p. 71-72.

⁶⁴² Thompson. “Patrícios e Plebeus...”p. 57-62

Os projetos desses militares estavam, geralmente, ligados aos dos outros setores da sociedade, como aos escravos e aos índios. Ainda não havia uma separação nítida entre militares e paisanos, a despeito dessa oposição ser utilizada, algumas vezes, na documentação de época. Por isso, não é de se estranhar a luta desses militares pela libertação dos escravos, como a empreendida pelos soldados de Cameté que se dirigiram a ilha do Marajó em 1824 e de praças das tropas existentes na própria Ilha.

A forte solidariedade entre escravos e índios era marcada aparentemente por laços de nascimento. Provavelmente, essa cumplicidade do grosso da tropa com setores da população civil dificultou a punição dos participantes das revoltas de 1824, contribuindo para a decisão do Imperador em conceder uma anistia geral, já que era impossível castigar todos os culpados e terminar o problema.

Não se pode esquecer que os militares estavam também lutando por mudanças na “caserna”. A alteração nos critérios de promoção era uma bandeira de luta. Aparentemente, essa seria uma reivindicação menor frente à interferência do Exército no rumo da política paraense, mas este era um problema antigo de dentro das fileiras daquela instituição, sendo um dos grandes motivadores da atuação política dos praças e sargentos. A insistência das autoridades militares em manter os mesmos critérios de promoção talvez motivasse brancos pobres, *pretos* livres e libertos, que queriam seguir carreira no Exército, a desejarem mudanças. A participação ativa dos sargentos nos levantes e as autopromoções de soldados participantes nas sedições nos levam para esse caminho de análise.

Durante a revolta do Rio Negro, houve a distribuição de patentes. Provavelmente, essa era mais uma forma dos soldados e oficiais inferiores tentarem estabelecer novos critérios de promoção, rompendo com o existente, que era por nascimento e não por mérito. Além disso, poderia ser uma forma de se opor à política de desestruturação do Exército feita pelos liberais moderados com a criação da Guarda Nacional em 1831, uma vez que a distribuição de postos para essa instituição estava proibida pelo governo regencial.⁶⁴³

Dessa forma, as revoltas da soldadesca expressavam insatisfação de pobres livres, durante o século XVIII e XIX, no Pará. Todavia, foi no século XIX, que - influenciados pelo ideário francês, pelas idéias do radicalismo inglês e irlandês, e motivados por exemplos variados de levantes em outras áreas da América e do Brasil - os militares paraenses pensaram em tomar o poder e pôr em prática seus projetos, que já não significavam mais as simples mudanças na “caserna”, mas sim alterações na própria sociedade.

⁶⁴³ Sobre a extinção das promoções no Exército ver: Castro. *A Milícia Cidadã...*p.66

5 As reformas militares e políticas

Em trabalho já citado, Ilmar Mattos atribui a Consolidação do Império brasileiro à ascensão dos conservadores, cujos dirigentes estavam ligados à elite do Rio de Janeiro, durante a Regência, em setembro de 1837, depois da renúncia do Padre Antônio Diogo Feijó. Esse grupo teria a hegemonia do governo no final da década de 1830 até 1860. Eles se uniram em torno de um projeto que visava centralizar o poder junto à monarquia estabelecida no Rio de Janeiro em detrimento das forças locais. Na administração, os *saquaremas*⁶⁴⁴ começaram a adotar medidas para garantir a manutenção da ordem social, os monopólios econômicos instituídos durante o período Colonial, e a separação entre cidadãos “ativos” e “passivos”.⁶⁴⁵

Segundo Mattos, para estabelecer a “ordem”, os conservadores procuraram, entre outras coisas, reorganizar o Exército, instituição essa que representara o sustentáculo da Monarquia.⁶⁴⁶ Provavelmente essa idéia veio do conhecimento histórico de que foram os exércitos que ergueram as monarquias clássicas. Naquele momento, os reis constituíram um exército forte e permanente para subjugar os séqüitos constituídos pela nobreza e defender-se de seus inimigos externos, garantindo sua unidade e suas fronteiras. Assim, os conservadores procuraram uma fórmula antiga para consolidar a Monarquia, garantindo a unidade do país.

Apesar da assertiva de Mattos, as teses existentes sobre a participação do Exército para Consolidação do Império convergiam para a afirmação de que nesse período houve a erradicação dessa força militar. O trabalho mais proeminente dessa linha é o de Jeane Berrance de Castro intitulado, a *Milícia Cidadã*.⁶⁴⁷ Nele a autora procura mostrar a desafeição nacional contra a carreira nas armas, que acabou favorecendo a instalação da Guarda Nacional “em

⁶⁴⁴ Segundo Mattos: “Relatam uns poucos que, no idos de 1845, quando os liberais ocupavam de novo o governo do Império e a Província do Rio Grande do Sul era presidida Aureliano de Sousa Coutinho, um certo Padre José de Cêa e Almeida exercia as funções de subdelegado de Polícia na vila de Saquarema. Querendo garantir o triunfo nas eleições também naquela localidade, o Padre Cêa teria expedido uma ordem onde autorizava até mesmo o assassinio do eleitor que recusasse as listas do governo. Relatam também que Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, onde eram também, proprietários de terras e de escravos, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade, e que, desde então, a denominação saquarema passou a ser dada aos protegidos deles”. Ver: Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990. p. 106-107.

⁶⁴⁵ Idem.

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 145.

⁶⁴⁷ Ver: Jeane Berrance de. Castro *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília: Nacional, 1977. Nelson Werneck também escreve que com a criação da Guarda Nacional o Estado relegou a segundo plano o Exército. Ver: Nelson Werneck Sodré. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. John Schulz, por sua vez, afirma que somente durante a Guerra do Paraguai há a valorização do Exército pelo Estado Imperial. Ver: John Schulz. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 75

favor da unidade do Império, assim como a má vontade geral para com o Exército”.⁶⁴⁸ A política que se desenvolveria a partir da década de 1830, seria no sentido de se desestruturar a 1ª linha, que estava indisciplinada e insubordinada. Mesmo a necessidade de efetivos militares para combater as agitações nas províncias não impediu que o Estado desenvolvesse uma política ambígua quanto ao Exército, ora aumentando, ora diminuindo seu efetivo durante os anos financeiros de 1831-1850, mas sempre o mantendo abaixo das necessidades do país.⁶⁴⁹ Assim, apontou a Guarda Nacional como o principal instrumento do governo imperial para controlar as rebeliões.

Com base na tese de Mattos, Adriana Barreto de Souza afirma que a asserção de que houve a erradicação do Exército durante o período regencial, sendo a Guarda Nacional a responsável pela “pacificação” do Império, não se sustenta. Para ela, a reestruturação da 1ª linha no período contribuiu para consolidação do Império. Os conservadores defenderam no legislativo uma reforma para proporcionar regularidade e disciplina a essa força militar. Eles acreditavam que “[...] a exemplo de todas as nações cultas, o Brasil não pode existir bem sem a tropa regular [...] ainda resta a questão do limite entre esta província (Mato Grosso) e o Estado vizinho (Paraguai) que não poderá ser bem decidida sem a presença de tropa numerosa e disciplinada”.⁶⁵⁰

De acordo com Souza, a constatação de que o Exército era a única saída para a “pacificação” do Império, foi fruto de um grande debate entre liberais e conservadores. Em 1837, os conservadores chegaram ao poder e começaram a sua política de soerguimento do Exército, mas sofreram forte oposição dos liberais, uma vez que estes não desejavam restaurar tal instituição, posto que ela significasse o fortalecimento do poder central, algo temido pelos membros desse partido.⁶⁵¹ Os *luzias*⁶⁵² somente aceitaram o fortalecimento dessa força militar, depois das revoltas liberais de Minas Gerais e São Paulo em 1842, quando foram

⁶⁴⁸ Castro. *A Milícia Cidadã...*p.63.

⁶⁴⁹ Idem

⁶⁵⁰ AN, IG1 173, 1838 apud Adriana Barreto de Souza. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro Arquivo Nacional, 1999. p. 78.

⁶⁵¹ Segundo José Murilo de Carvalho, não se pode falar em partidos políticos até 1837. “O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança do ex-campeão liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos e propunha a reforma das leis de descentralização, num movimento chamado pelo próprio Vasconcelos de Regresso. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado de Partido liberal”. José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996. p. 184

⁶⁵² *Luzias* foi o nome dado pelos conservadores aos Liberais em algumas regiões do país. O nome surgiu depois da derrota dos liberais mineiros para os liberais conservadores ou moderados na cidade de Santa *Luzia*, em 1842. Assim, este nome foi imposto por seus adversários para marcar o fracasso dos projetos liberais frente a dos conservadores, que conseguiriam impor a eles uma monarquia centralizada, uma vez que eles não puderam pôr em prática seus objetivos, sem correr o risco de ter mudanças sociais que destruíssem a boa ordem social. Mattos. *O Tempo Saquarema...*p. 104, 105.

derrotados e convencidos de que viviam em situação perigosa a ponto de perder o controle do país para os não-proprietários, homens livres de cor e escravos. Assim, depois de 1842, os conservadores conseguiram implantar a reforma militar. Para Souza, a principal estratégia dos conservadores para “pacificar” a 1ª linha foi fortalecer a disciplina das tropas, o que significava garantir tanto a obediência dos militares quanto aprimorar o conhecimento dos soldados e oficiais sobre tática e estratégia de guerra.

Kraay também aponta as reformas militares ocorridas depois do regresso conservador como as responsáveis pela calmaria do Exército, mas ele enfatiza tanto os benefícios concedidos pelos *saquaremas* aos praças como a influência da política paternalista na Bahia sobre os recrutamentos. A elite baiana impediu que homens considerados “úteis” fossem levados à força para o Exército. Para tanto, contavam com a proteção de grandes proprietários que, no novo jogo político conseguiam evitar o alistamento de sua mão-de-obra. Sem se ater a essa discussão de maneira prolongada, Kraay mostra como a elite baiana não perdeu seu poder, apesar do fortalecimento do poder central realizado pelos conservadores durante os anos de 1840-1841.

Dentre os benefícios auferidos pela reforma *saquarema*, estava a redução do tempo de serviço para oito anos e a crescente opinião pública sobre a ilegalidade de certos castigos corporais, como as chibatadas. O reforço da disciplina implicou no cerceamento das liberdades dos soldados, que tiveram seus vínculos com a sociedade reduzidos por meio de medidas como: o confinamento, a distribuição de rancho nos quartéis, o fim de licenças longas. As duas primeiras impediram que os praças tivessem contato com setores da sociedade, como os taberneiros, quitandeiras, enquanto que a última contribuiu para o fortalecimento da disciplina nas tropas, que, segundo ele, era constantemente desrespeitada por concessões feitas pelos oficiais a seus subordinados, antes da reforma.⁶⁵³

Neste capítulo, seguir-se-á um caminho parecido com o traçado por Hendrik Kraay, respeitando as diferenças entre o Pará e a Bahia. Destacar-se-á não somente o endurecimento da disciplina militar, mas também as graças auferidas aos recrutados, a Lei de distribuição de patentes de 1850, diminuição do tempo de serviço, o aumento de benefícios aos voluntários e outros. Além disso, não se deve esquecer da forte ligação entre a sociedade civil e os militares, que possibilitou assim a construção de um pacto federativo entre os *luzias* e *saquaremas*, que culminou em mudanças no recrutamento, na diminuição do efetivo militar e

⁶⁵³ Hendrik Kraay. *Race, State, and Armed Forces In Independence Era Brazil: Bahia, 1790-1840*, Stanford/California: Stanford University, 2002.

do recrutamento de lavradores e no fortalecimento da Guarda Policial, que foi importante para a consolidação do Império.

5.1 “Hidra da Anarquia”⁶⁵⁴: a “pacificação” e a reestruturação do Exército

Percebe-se, ainda, no Pará os efeitos da revolução de 1835. Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas de projéteis de canhão. Algumas foram ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas algumas foram abandonadas. O convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneiro que ainda hoje exhibe muitos sinais de balas pela parede. Um dos projeteis destruiu a imagem colocada num alto nicho a Frente do convento. Desde então fecharam-no [...] ⁶⁵⁵

Essa foi a descrição de Belém feita pelo viajante Kidder ao passar pelo Pará em 1839. Ele se referia ao movimento conhecido como *Cabanagem* que se insere na série de revoluções ocorridas durante o Regência, como a *Sabinada* (1837-8), na Bahia, a *Balaida* (1838-1842), no Maranhão, e *Farroupilha* (1835-1845), no Rio Grande do Sul.

A Cabanagem iniciou por meio de um levante militar no dia 7 de janeiro de 1835, quando os soldados rasos de Belém – influenciados pela notícia da morte do cônego Batista Campos - atiraram em seus oficiais, confirmando a antiga rivalidade entre graduados e praças em mais um levante. Depois, a tropa juntou-se à população de baixa condição e à elite dissidente, liderada pelos Malcher e Vinagre - Antônio e Francisco - e mataram o Presidente

⁶⁵⁴ Segundo Peter Linebaugh e Marcus Rediker, a hidra de Lerna, da mitologia grega, foi utilizada pelos governantes, responsáveis pela “construção da economia atlântica nos primórdios do capitalismo” como o “símbolo antitético de desordem e resistência, uma poderosa ameaça à construção do Estado, do Império e do Capitalismo”. Esses mesmos governantes se autodenominavam Hércules. Matar a hidra de Lerna foi o segundo trabalho de Hércules, dos doze que ele teve de realizar. A criatura teria doze cabeças. Quando Hércules destruiu uma das cabeças, nasceram outras duas. Ele somente conseguiu vencê-la com a ajuda de seu sobrinho. Eles cortaram uma das cabeças centrais e cauterizaram-na. “Os governantes usaram o mito de Hércules e a Hidra de Lerna para descrever a dificuldade de impor a ordem em um sistema de trabalho cada vez mais global, apontando aleatoriamente plebeus esbulhados, delinquentes deportados, serviçais contratados, extremistas religiosos, piratas, operários urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos como as cabeças numerosos e sempre combatíveis do mostro”. Ver: Peter Linebaugh e Marcus Rediker. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 11-12. Flávio dos Santos Gomes também observou a utilização da referência do mito da Hidra de Lerna usado pelas autoridades para se referir às comunidades quilombolas em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado. Flávio Gomes escreve sobre o poder dos quilombolas e das suas redes de relações no embate contra a sociedade escravista. Ver: Flávio dos Santos Gomes. *História de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. pp. 43-45 e Flávio dos Santos Gomes. *Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp; Ed. Polis, 2005. p. 15-24.

⁶⁵⁵ Daniel P. Kidder. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1980.p. 168

da Província - Bernardo Lobo de Souza - o comandante militar, Joaquim José da Silva Santiago e o capitão Inglês da Corveta Defensora.⁶⁵⁶ Esse movimento durou quatro anos e teve três líderes Presidentes da Província, entre 7 de janeiro de 1835 a 13 de maio de 1836. O primeiro Presidente foi Félix Antônio Clemente Malcher, que foi sucedido por Francisco Vinagre. Este entregou o governador ao Presidente da Província nomeado pela regência - Marechal Manoel Jorge Rodrigues -, em julho de 1835, sendo preso pela forças legalistas logo após sua rendição. Todavia, o governo legal não durou muito tempo, uma vez que os “cabanos” retomaram Belém em agosto de 1835, e um de seus líderes, Eduardo Angelim, foi nomeado o novo Presidente da Província. Somente em 13 de maio de 1836, as forças legais lideradas pelo Marechal Francisco de Souza Soares de Andréa voltaram ao controle da capital. A partir desse momento, começou uma campanha para “pacificar” o restante da Província, que ocorre em 1841.⁶⁵⁷

A Cabanagem pôs fim ao Exército regular no Pará, pois os soldados se dispersaram em meio aos cabanos tanto no interior da Província como entre os participantes do movimento na capital. Alguns dos homens que atuaram no levante militar de 7 de janeiro de 1835 foram presos em Macapá no ano seguinte. O comandante de Macapá, Francisco de Siqueira Montorozo de Mello, enviou um ofício ao Marechal e Presidente da Província Manoel Jorge Rodrigues pedindo a punição de seis soldados e um furriel que foram capturados em Gurupá, depois de terem participado do assassinato dos seus oficiais no dia 7 de janeiro do ano anterior.⁶⁵⁸ Quando o Marechal Manoel Jorge Rodrigues entrou na cidade, depois da rendição do Presidente cabano Francisco Vinagre, restava apenas a Guarda Nacional, mas esta se mostrou também não ser confiável quando os cabanos resolveram retomar Belém, liderados por Antônio Vinagre e Eduardo Angelim.⁶⁵⁹

⁶⁵⁶ MRE 128, Caixa 21, F 18-19. Ofício o de John Hesketh, Vice-Cônsul de Sua Majestade Britânica no Pará, para Henry Stephen Fox, Ministro de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 1835 apud David Cleary (Org.). *Cabanagem: documentos ingleses*. Belém, SECULT/IOE, 2002. Rosa Acevedo lembra da oposição entre famílias de elite tradicionais, como os Moraes Bittencourt, Chermont e outros, e famílias de riqueza recente em uma disputa pelo poder no Pará, como os Malcher. Ver: Acevedo Marin. “Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX.” *Estudos Econômicos*, v. 15, n. especial, p. 153-168, 1985. p. 159.

⁶⁵⁷ Sobre os fatos ocorridos durante a Cabanagem ver: Domingos Antônio Raiol. *Motins Políticos*. Belém: Ed. da Universidade/UFPA, 1970, 3 v. Além desse trabalho, pode-se ler os trabalhos de Vicente Salles. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992; David Cleary (Org.). *Cabanagem: documentos ingleses*. Belém: SECULT/IOE, 2002; Pasquale Di Paolo. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1990.

⁶⁵⁸ APEP, FSPP, Códice 1006. “Diversos com o Governo da Província”. Ofício de 02 de janeiro de 1836.

⁶⁵⁹ Antônio Vinagre e Eduardo Angelim tentaram retomar Belém depois que o Marechal Manoel Jorge Rodrigues não cumpriu os termos de rendição acordado com Francisco Vinagre, e o prendeu juntamente com os membros das tropas cabanas. Sobre este assunto ver: Raiol. *Motins Políticos*.p.823-864; Leandro Mahalem de Lima. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.

Durante o cerco a cidade, o capitão Francisco Marques de Elvas Portugal, então comandante da Guarda Nacional, não pôde contar com seus guardas que desertaram, deixando o Presidente da Província e o almirante inglês desprotegido. Por isso, eles fugiram e refugiaram-se nas embarcações da esquadra, na ilha de Itatuoca e em Arari, na frente de Belém. A evacuação deu-se em meados de abril de 1835. Ao todo, os refugiados eram de oito a nove mil indivíduos constituídos por brasileiros e estrangeiros.⁶⁶⁰ Eles se mantiveram nessa situação até maio de 1836.

Foi nesse período que o Presidente da Província nomeado pelo Império e o comandante John Taylor desenvolveram uma estratégia para a “pacificação” da Província. Lima discute a criação de uma estratégia das autoridades para controlar os envolvidos no movimento cabano que passava pelo domínio da população de cor, pois essa, segundo os representantes imperiais enviados para o Pará, teria um plano para exterminar os brancos. Essas autoridades procuraram retirar os brancos da participação do movimento cabano, transformando o movimento em uma luta de *pretos*, índios e mestiços, primordialmente, os *cafuzos* contra os brancos para justificar a suspensão dos direitos constitucionais. Essa idéia ganhou sustentação com apoio do Ministro britânico, Henry Stephen Fox, que defendia a necessidade dos cabanos serem rapidamente derrotados na Província paraense para evitar que ela fosse perdida para o “mundo civilizado”, pois os *homens de cor* daquela parte do império brasileiro eram menos adiantados do que os *pretos* de São Domingos. Continuando a sua análise, Lima escreve que:

[...] O governo legal é defendido por ele (o Ministro britânico) como o governo dos brancos, superiores, representantes da sociedade e da civilização na Amazônia. O regime de exceção, assim, é colocado como um processo legítimo de reconquista, tanto do território quanto de suas populações, consideradas incapazes de “qualquer forma regular de sociedade”. Os legalistas do Grão-Pará, e toda a rede de apoiadores de fora da Província, consideravam não só que a segurança do Estado estava em risco, mas também a civilização e a própria humanidade. A disputa contra os cabanos seria contra feras, que, nas palavras de Taylor, teriam apenas leves aparências exteriores com a espécie humana [...].⁶⁶¹

Lima argumenta que esse plano estava apoiado em um conjunto de idéias formuladas de que o homem branco era o único que trazia em si a capacidade para a civilização, e índios

⁶⁶⁰ Raiol. *Motins Políticos...*p. 856-857 e Lima. *Rios Vermelhos...*p.154. A Lei número 22 de setembro de 1835 autorizou dissolver a Guarda Nacional caso fosse conveniente. Ela também determinava que: “[...] fica autorizado a prorrogar esta medida até três anos, depois que for executada [...]” APEP, Lei de 22 de setembro “suspende algumas das garantias do artigo 179 da constituição da Província do Pará, e autoriza do Governo a tomar diversas providências relativas à dita Província”. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1835*. Parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867. p. 35-36.

⁶⁶¹ Lima. *Rios Vermelhos...* p.157.

e *pretos* viviam em sociedades “não civilizadas”, por isso era importante impedir que o Pará caísse nas mãos desses indivíduos. De fato, havia toda uma discussão sobre a não civilização dos *pretos* e índios - travada entre leigos e clérigos desde o século XVII -, que passava pelo preconceito cultural e religioso sobre esses povos, como vimos no primeiro capítulo.

Para impedir o massacre dos brancos pelos *homens de cor*, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues e comandante John Taylor solicitavam que:

O esforço militar de reconquista do Pará [...] deveria envolver apenas tropas regulares, bem armadas, recrutadas fora da Província do Grão-Pará. Todos os procedimentos militares deveriam ser acompanhados de “suspensão de garantias” e de “autorização de abreviar processos e dar imediata punição exemplar aos crimes”. É no item XXXV, do artigo 179, da Carta de 1824, que o almirante inglês se baseia para fundamentar sua estratégia. A suspensão das garantias constitucionais deveria ser aplicada contra todo e qualquer contrário da legalidade considerado suspeito pelas autoridades reconhecidas, sem que fossem realizados processos.⁶⁶²

Eles realmente conseguiram a suspensão das garantias constitucionais dos participantes da Cabanagem pela Lei de 22 de setembro de 1835⁶⁶³ pelo espaço de seis

⁶⁶² Lima. *Rios Vermelhos...*p. 156. O inciso XXXV, do artigo 179, da Carta de 1824, determina que: “Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigo, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do Poder Legislativo. Não se achando, porém a esse tempo reunida a Assembléia, e correndo a Pátria perigo iminente, poderá o governo exercer esta mesma providência, como medida provisória, e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou, devendo nem, e outro caso remeter à Assembléia, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e de outras medidas de prevenção tomadas, e qualquer Autoridade que tiverem mandado proceder a elas serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito [...]” Ver: APEP, “Constituição Política do Brasil” In: *Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil de 1822 e 1826*. Tomo I. sem editora e s/d. p. 169.

⁶⁶³ A Lei n. 26, de 22 de setembro de 1835, determinava em seu artigo primeiro que estavam suspensos na “Província do Pará, por espaço de seis meses, contados da publicação da presente Lei, na dita província os incisos 6º, 7º, e 8º, 9º e 10º do artigo 179 da Constituição, para que o Governo possa autorizar ao Presidente da referida Província”. O inciso primeiro desse artigo mandava prender sem culpa formada, poder conservar em prisão, sem sujeitar o processo, durante o dito espaço de seis meses, os indiciados em qualquer dos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião e homicídio. O artigo segundo declarava ilícitas todas as associações secretas na província do Pará, “e sedição todo ajuntamento armado que houver de mais de cinco pessoas, contra as autoridades.” O artigo terceiro permitia o governo dissolver as Guardas Nacionais por até 3 anos. Ver: APEP, Lei n. 26 de 22 de setembro de 1835 “Suspende algumas das garantias do artigo 179 da Constituição na Província do Pará, e autoriza ao Governo a tomar diversas providências relativas à dita Província. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1835*. Parte I, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1967. p. 35-38. Os incisos de VI a X do artigo 179 da Constituição, de 1824 determinam: VI “Qualquer cidadão pode conservar-se, ou sair do Império, como lhe convenha, levando consigo os seus bens, guardados os regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiros”; VII. “Todo Cidadão tem em sua casa um asilo inviolável”. De noite não se poderá entrar nela, senão por seu consentimento, ou para o defender de incêndio, ou inundação, e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a lei determinar;” VIII. “Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, exceto nos casos declarados na Lei, e nestes dentro de vinte quatro horas, contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades e vilas, ou outras Povoações próximas em lugares da residência do Juiz; e nos lugares remotos dentro de um prazo razoável, que a Lei marcara atenta a extensão do território: o Juiz por uma nota, por ele assinada, fará constar ao Réu o motivo da prisão, os nomes do seu acusador, e das testemunhas, havendo-as”; IX. Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido à prisão ou nela conservado estando já preso se prestar fiança idônea, nos casos que a Lei a admite: e em geral nos crimes que não tiverem maior pena, do que a de seis meses de prisão, ou desterro para fora da Comarca, poderá o Réu livrar-se solto”. X. “A exceção do Flagrante delito, a prisão não pode ser executada, se não por ordem escrita da Autoridade Legítima. Se esta for arbitrária, o

meses, permitindo que qualquer pessoa fosse presa sem culpa formada, e se mantivesse na prisão, sem processo formado, pelo mesmo período, “os indiciados em qualquer crime de resistência, conspiração, sedição, rebelião e homicídio”.⁶⁶⁴

O Marechal Manoel Jorge Rodrigues foi substituído pelo também Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa em 1836, e coube a ele colocar o plano de seus antecessores em prática, defendendo a tese desenvolvida por eles.⁶⁶⁵

Francisco José de Souza Soares de Andréa era o homem ideal para executar esse plano. Ele nasceu em Lisboa em 1781 e *sentou praça* como cadete no regimento de infantaria aos 15 anos, e fez curso de engenharia e navegação. Veio para o Brasil junto com D. João e, em 1817, participou da repressão a Revolução Pernambucana. Era fiel à monarquia e defensor de medidas “despóticas” para coibir as manifestações contra o poder central ou “legal”. Lembremos que já havia sido sua postura quando esteve, em 1831, como Comandante das Armas, durante o governo de José Felix Pereira de Burgo (1830-1831), como se viu no capítulo anterior. Andréa fazia parte de um grupo de indivíduos contrários às práticas liberais implantadas no Brasil, desde 1827.

Fredman escreveu sobre um desses homens - Miguel do Sacramento Lopes Gama - que publicou suas idéias conservadoras em um periódico editado, intitulado por ele *O Carapuceiro*, onde defendia que os brasileiros não estavam prontos para viver um regime democrático “devido à corrupção, à imoralidade, ao desleixo na educação, à falta de religião e à escravidão”. Comparando os norte-americanos com os brasileiros, ele disse que enquanto aquele consideravam a liberdade como dever religioso, para os segundos a “liberdade é sinônima de roubos e assassinios [...]”.⁶⁶⁶ Como Andréa, Lopes da Gama criticava as principais instituições democráticas como as eleições às câmaras provinciais e municipais, para Juizes de Paz e a Guarda Nacional, onde os oficiais eram eleitos até 1850. Ambos sempre se posicionaram a favor do centralismo. Os dois também tinham em comum pertencerem a famílias abastadas beneficiadas por sua relação com o trono, e ambos sabiam que sua posição poderia mudar caso as hierarquias fossem quebradas com as agitações políticas nas províncias.⁶⁶⁷

Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar”. Ver: APEP, “Constituição Política do Brasil...

⁶⁶⁴ APEP, Lei de 22 de setembro...p. 35.

⁶⁶⁵ Ver: Américo Palha. *Soldados e Marinheiros do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962. p. 95-99.

⁶⁶⁶ Ariel Feldman, “Uma crítica às Instituições representativas no período das regências (1832-1840)”. In: *Almanack Brasiliense*. n. 4/novembro de 2006. p. 65-82; 73-76

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 73-76

Poucos dias antes de retomar Belém, Andréa também defendia a idéia de que havia um plano dos *homens de cor* para exterminarem os brancos. Em correspondência ao Presidente da Província da Bahia, ele relatou que: “Chegaram notícias desastrosas do Amazonas, e por elas temos certeza de que vai por ali perdido tudo [...]. Em quase todas as vilas têm principiado a matança dos filhos de Portugal e acabado por tudo quanto é branco, de modo que para alguns lugares será preciso chamar gente nova se houver quem queira ir”.⁶⁶⁸

Lima comenta que transformar o movimento cabano em somente uma luta de *pretos*, índios e mestiços contra brancos era uma tentativa das autoridades de retirar dos participantes do levante qualquer atitude política, que, naquele momento, passava por um enfrentamento ao projeto de nação imposto pelo governo “legal”. Luís Pinheiro também escreve que na Corte circulavam notícias de que a Cabanagem “era vista como uma rebelião de bárbaros e celerados”⁶⁶⁹ e de massacres contra brancos. Essa habitual desqualificação parece não ter sido utilizado somente no Grão-Pará, para justificar o extermínio dos participantes nas revoltas regenciais que se seguiu à tomada do poder pelo governo “legal”, mas também, como analisa Mathias Rohrig Assunção, no Maranhão, a Balaiada foi lembrada como “um levante de bandoleiros que infestavam os sertões do Maranhão e do Piauí, durante os anos de 1838-1841, Facínoras, ávidos de rapinha, o chamado “povo de cor” não tinha outras aspirações políticas além de um ódio genérico contra os brancos”.⁶⁷⁰

Pinheiro nega a veracidade da versão das autoridades, pois os participantes do levante não estavam restritos somente aos *homens de cor*, mas aos brancos. Não se pode negar a participação de membros da elite branca na Cabanagem, representada por José Felix Clemente Malcher, Antônio e Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, além de brancos pobres. Pode-se dizer que durante o processo de Independência e, nos levantes de 1831 e 1832 houve uma cooperação entre sujeitos diversos por interesses igualmente díspares. Entre eles estavam índios, outros *homens de cor* e brancos. Segundo Pinheiro, os Cabanos não mataram todos os brancos, mas os proprietários. Dentre os mortos estavam fazendeiros, donos de engenho, feitores e outros que eram escolhidos “criteriosamente”, e antes de matá-los escolhiam o “repertório de punições a ser empregado”⁶⁷¹ contra eles. O autor defende a tese de que a Cabanagem teve múltiplos significados, e índios, *tapuios* e escravos queriam se livrar do jugo

⁶⁶⁸ APB, Presidência da Província, Governo, Presidentes do Pará, códice 1153, 1826-55, ofício de 5 de maio de 1836.

⁶⁶⁹ Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. “Tempestade sobre Belém”. In: *Nossa História*. n. 23, p 22-25, novembro de 2006. p. 25.

⁶⁷⁰ Mathias Rohrig Assunção. “A guerra dos bem-te-vis”. In: *Nossa História*. Ano 4/n 37, p. 18-21, novembro de 2006. p. 18

⁶⁷¹ Pinheiro. “Tempestade sobre Belém... p. 25.

da servidão e do trabalho compulsório há muito imposto a eles pelas autoridades e grandes proprietários. Assim como Malcher, os Vinagre e Angelim queriam obter o prestígio social e o poder da antiga elite lusa.⁶⁷²

De fato, os representantes da legalidade criaram a tese de que a Cabanagem era uma luta da gente de cor contra os brancos ou a luta da “barbárie” contra a “civilização”, para justificar os massacres que se seguiriam. Mas, realmente, havia um medo de que índios e outros *homens de cor* tomassem o poder. Provavelmente, a ascensão ao poder dos *pretos* do Haiti deixou a elite branca, a brasileira e da América, amedrontada, uma vez que havia a possibilidade de que exemplos como estes continuassem a se repetir no resto da América. Por isso, essa versão não teve dificuldade de se firmar e encontrar quem a apoiasse.

A imagem do Haiti ainda era muito presente naqueles dias. Não se pode deixar de lembrar que, durante as lutas pela Independência, as autoridades do comando militar de Santarém falaram que temiam que no Pará fosse implantado um “novo Haiti”. Segundo Souza, pouco antes de estourar a Cabanagem, o comandante da Guarda Nacional repreendera alguns membros do partido filantrópico – brancos - de estarem contribuindo com suas manifestações públicas para o surgimento de um “novo Haiti”, como vimos no capítulo anterior. Foi apostando nesse medo que Andréa deu prosseguimento ao extermínio de milhares de envolvidos no levante, e a um forte controle sobre os *homens de cor*. Além disso, a despeito de toda “as remanescentes práticas difusas e informais de racismo, repletas de exceções individuais”⁶⁷³ que “permitiram aos brasileiros cultivarem a ideologia da sua sociedade como uma democracia racial”,⁶⁷⁴ em momentos como esses (de levantes), para a elite, liberal ou conservadora, as únicas desavenças que contavam era entre eles e as perigosas “classes de cor”, como bem coloca Kraay.

Atendendo ao pedido de Manoel Jorge Rodrigues e John Taylor, Soares de Andréa veio acompanhado de tropas de fora da Província. Aqui estavam a Guarda Policial e a Guarda Nacional do Ceará, além de soldados de 1ª Linha de Pernambuco.⁶⁷⁵ Kraay lembra das rivalidades existentes entre as províncias, sendo mais fortes os vínculos de identidade local do que para uma identificação nacional. Por exemplo, mais especificamente, sobre a Bahia. Isso reforça o acerto do recrutamento de tropas em diversas partes do império à repressão das

⁶⁷² Ibidem, p. 23 e 25.

⁶⁷³ Kraay. *Race, State, And...*p. 263.

⁶⁷⁴ Idem.

⁶⁷⁵ Ver: APEP, Códice 853. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de dezembro de 1836; APEP, Códice 876, ofício de setembro de 1838.

províncias sublevadas.⁶⁷⁶ Além disso, os membros da Guarda Nacional e da Policial possuíam uma constituição diferente da tropa de linha envolvida na Cabanagem, que talvez impossibilitasse a solidariedade entre os membros delas e os do Exército.

Ao chegar ao Pará, Andréa tomou ciência das vilas que podia contar com apoio. Eram elas:

[...] a Praça de Macapá, comandada ainda hoje pelo Major Monterrozo, da Vila de Cameté, revoltosa de sua natureza, mas contida e abafada pela energia do Padre Prudêncio, e do Também. Tenente Lisboa Comandante do Cacique; de Gurupá onde se reuniu a gente fugida do Amazonas, e aonde um velho João Urbano pude me ter as coisas em Ordem, e em estado de defesa [...].⁶⁷⁷

Andréa começou seu trabalho de deter o movimento cabano tomando as ilhas defronte de Belém com objetivo de fazer um cerco à cidade, deixando-a isolada, sem qualquer contato por embarcações vindas do interior com mantimentos e informações. Durante essas investidas, fez alguns presos, os quais desejava punir exemplarmente. Para isso, precisava conseguir a ampliação, por um espaço maior de tempo da Lei de interdição dos incisos 6º a 10º do artigo 179, da Carta de 1824. Na tentativa de obter a aprovação dessa nova suspensão do Ministério da Justiça, Andréa enviou algumas correspondências ao Ministro, reclamando de que as leis existentes eram demasiado brandas para conseguir punir os crimes praticados pelos “cabanos”. Assim, dias antes de entrar em Belém, ele escreveu para o Ministro da Justiça, o liberal Antônio Paulino Limpo de Abreu, questionando os direitos dos presos:

[...] A vista destas atrocidades e na certeza de que muitas das vilas ficarão sem um só homem Branco e mesmo sem um só dos de cor que não seja rebelde **pergunto se estes homens ainda hão de ser julgados nos [Júris] do seu Município se devem deles apelar para o Júri da Capital que é de Eduardos (Andréa refere-se a Eduardo Angelim) ou se para outro semelhante; e se estas sentenças ainda concedidas como possível que sejam dadas na forma da Lei hão de ter ainda o recurso da revista; ou se em fim chegará um dia em que as Leis deixem de ser protetoras de tantos crimes e flagelo dos homens probos dos que não são negros e sobretudo dos alistados por estarem sempre expostos ao punhal do assassino que nunca será punido (grifo nosso) [...].⁶⁷⁸**

Usando novamente o complô dos *homens de cor* para exterminar os brancos, Andréa questiona as leis liberais que davam garantias de julgamento aos indivíduos nos locais onde haviam cometido os crimes. Além disso, possuíam os direitos a apelar ao júri da capital, que,

⁶⁷⁶ Hendrik Kraay. “Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In: Jurandir Malerba. *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 234-235

⁶⁷⁷ APEP, FSPP, Códice 1006. Correspondência de Diversos com o Governo da Província. Ofício de 02 de janeiro de 1836.

⁶⁷⁸ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 05 de maio de 1836.

segundo ele, eram todos simpáticos a Eduardo Angelim, que ainda controlava Belém, e de pedir a revisão de seus processos. Ele termina, novamente, lembrando que essas leis somente protegiam os criminosos, que, segundo ele, eram *pretos*, em detrimento dos homens probos, que eram brancos.⁶⁷⁹

Depois de um prolongado cerco à cidade, o novo Presidente da Província conseguiu entrar vitorioso em Belém, em 13 de maio de 1836. Com suas tropas oriundas do Ceará e Pernambuco, Andréa começou sua empreitada de “pacificar” o interior da Província. Em pouco tempo, o Marechal fez várias prisões e manteve os presos na Corveta Defensora no Porto de Belém:⁶⁸⁰

[...] Hoje tenho perto de trezentos e quarenta presos a ferros metidos na Corveta Defensora vivendo em um verdadeiro Inferno, apesar de quantas diligencias se façam para melhorar a sua sorte. **A todos estes homens com muito pouca exceções pertence à morte pelos seus enormes crimes; mas é duro que nunca se fará uma tal matança, e que se chegarem a dar-se providência razoáveis, os mais criminosos serão mortos e os outros terão destinos correspondentes as suas, e ás gerais circunstancias.** Com tudo em quanto estas providencias não aparecem os presos crescem em número, e eu não tenho nem outra Embarcação que lhes sirva de prisão, nem prisão alguma em toda a Província em que os possa meter seguros, nem mesmo Tropa bastante para a estar empregando em guarda de presos. Se o número hoje se aproxime de trezentos e quarenta em dois meses, mais excederá a seiscentos, que há muitos malvados presos já por diversos lugares, e muitos serão enviados do Amazonas logo que ali cheguem as minhas Forças. Todos estes presos, ou caibam ou não caibam hão de ir para dentro da Defensora e ali acabarão asfixiados por falta de ar bastante para respirarem, ou adquiriram moléstias pelas quais vão acabar seus miseráveis dias no Hospital, aonde muita coisa lhes falta, por que outros tantos faltam a todos os outros doentes (grifos nossos) [...].⁶⁸¹

⁶⁷⁹ Araújo comenta sobre o combate da elite baiana contra os jurados, os quais identificavam como cúmplices dos juízes de paz, uma vez que eram escolhidos por eles. Ver: Dilton de Oliveira de Araújo. *O Tutu da Bahia. A Bahia e o Processo de Formação da Nação*. Salvador: UFBA, 2006. 2006p. Tese (História Social do Brasil) – Universidade Federal da Bahia /UFBA, Salvador, 2006. p. 114.

⁶⁸⁰ De acordo com Fonseca, na história do Brasil, no início do século XIX, registra-se a presença de navios-presídios ligados à punição e à cultura marítima, denominado de persiganga, que “é uma corruptela do inglês press-gang, destacamento naval comandado por um oficial e encarregado de recrutar à força homens para servirem na Marinha de Guerra inglesa”. A autora estuda o navio-presídio Príncipe Real, que devido as suas avarias foi transformado em prisão no Brasil, depois da vinda da família real. Ele serviu de depósito de condenados a trabalhos forçados, degredados, recrutas, prisioneiros de guerra, infratores militares e escravos em correção entre 1808 e 1831. Em seu artigo, ela menciona a existência de persigangas no Pará, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Certamente o primeiro navio prisão do Pará foi o Brigue Palhaço comandado pelo comandante inglês Grenfell, onde ele prendeu os 256 soldados que foram mortos em 22 de outubro de 1823, como se viu no capítulo III. Ver: Paloma Siqueira Fonseca. “A persiganga e as punições da Marinha (1808-31)”. In: Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 111-138. Sobre a persiganga localizada na Corte ver também Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Capoeira Escrava E Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro*. 2ª edição ver. e ampl. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 95-99 e Capítulo IV

⁶⁸¹ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 8 de agosto de 1836

Quando Andréa entrou em Belém, as garantias constitucionais ainda não haviam sido interditadas novamente, mas ele se recusava a mantê-la aos seus presos. Andréa não só defendia a execução dos presos, como também que eles fossem condenados à morte sem um processo formado. Ele demonstrou seu descontentamento com as leis liberais mais de uma vez em suas correspondências ao Ministro da Justiça. Enquanto ele não conseguia aprovação de Limpo de Abreu, para fazer as execuções, resolveu garantir que os detentos de qualquer forma não sobreviveriam amontoando-os nos porões da Corveta Defensora.⁶⁸²

Dias depois de entrar em Belém, ele afirmou ser impossível entregar os processos aos juízes de paz, uma vez que quase todos estavam envolvidos na revolta ou eram analfabetos. Assim, não haveria justiça se eles fossem responsáveis pelo corpo de delito, pela formação de culpa dos acusados, de prendê-los e afinal de conceder fiança aos considerados culpados. Afirmava que se os juízes de paz eleitos fossem responsáveis pelos processos, ele próprio seria pronunciado. Também não se podia confiar nos jurados, pois também eram amigos dos criminosos como os juízes de paz. Ele escrevia que se fosse absolvido algum “chefe rebelde”, não o soltaria, sendo necessário o governo mandar outro Presidente para fazer isso. Por fim, ele diria: “Não estou exagerando as crises a Vossa Excelência, ou esses **Códigos Criminais e do Processo** hão de [melhorar] ou ser substituídos por Leis úteis, em que todos vejam garantidos as nossas honras, nossas vidas e nossos bens; ou esta Província há de pertencer a *Tapuios*, e o resto do Brasil a negros”.⁶⁸³ O Presidente nomeado estava novamente usando o medo de um novo Haiti para conseguir a reforma do Código de Processo Criminal de 1832, pois somente com essa reforma os juízes de paz perderiam os poderes, uma vez que foi por meio deles que adquiriram a responsabilidade pela parte inicial dos processos.

Em agosto ele alegava que os criminosos deveriam ser punidos imediatamente, ou ele não sabia se poderia manter a capital, que estava sob seu poder desde maio. Ele afirma que um “Juiz hábil” teria fuzilado rapidamente 20 a 30 presos e dado destino aos demais sem grandes demoras.⁶⁸⁴ Ao atacar os juízes de paz, Andréa estava atacando um dos pilares do sistema liberal implantado pelos moderados que acabou conferindo fortes poderes aos *potentados locais*.

Diante das correspondências do Presidente nomeado pela regência sobre a inconveniência dos poderes dos juízes de paz nos “crimes” cometidos na Província, o novo

⁶⁸² Idem

⁶⁸³ Ibidem, ofício de 25 de maio de 1836.

⁶⁸⁴ Ibidem, ofício de 8 de agosto de 1836. Sobre as atribuições dos juízes de paz ver: APEP, Lei de 29 de novembro de 1832. “Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil”. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874. p. 188-190.

Ministro da Justiça, Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, autorizou-o, pelo decreto n.º 438 de 8 de agosto de 1836, a suspender por mais tempo as garantias constitucionais previstas nos incisos de 6º a 10º do artigo 179 da Constituição. Segundo o Ministro, ele somente deveria consultar a Assembléia Legislativa Provincial se ele tivesse certeza da concordância dela com essa medida, e os indivíduos suspeitos, para que não houvesse prova dos crimes, fossem mandados para Corte, a fim de serem alistados no Exército ou na Armada, “como melhor convier, dando por si todas aquelas providências que achar indispensável para o restabelecimento da ordem e a segurança da Província”.⁶⁸⁵ Em outras palavras, ele autorizava Andréa a não levar em consideração a opinião dos políticos locais, autorizando-o a tomar medidas “despóticas”, uma vez que ele não precisava da aprovação da Assembléia Legislativa Provincial.

Vê-se um Ministro liberal clamando a reforma centralizadora e reacionária do Código de Processo Criminal de 1832. Muitos *luzias* sabiam que era necessário conferir mais força ao poder central para impedir que os setores não-hegemônicos tomassem o poder. Assim, não é de estranhar que Gustavo Pantoja, nomeado pelo gabinete liberal, autorizasse Andréa a não levar em consideração os juízes de paz, nem a Assembléia Provincial. Em fevereiro de 1837, Gustavo Pantoja lamentava informar a Andréa que a Assembléia Legislativa Imperial não aprovava as medidas deles, considerando-as “extralegais”.⁶⁸⁶ Para ele, era lamentável a não aprovação das normas estabelecidas por Andréa, pois os “ódios” ainda se “achavam exaltados” na Província “e a hidra da anarquia não estava sufocada”.⁶⁸⁷ Mas ele informava ao Presidente que suas medidas seriam justificadas, visto que:

A causa pública, o interesse dessa Província e quiçá a segurança de não poder manter-se por outra forma que não seja por medidas extraordinárias, poderão certamente justificar a conduta de V(ossa) Ex(celência), mas o Regente não pode aprová-la, porque aquela medida envolve atribuições de outros Poderes Políticos.⁶⁸⁸

Com plenos poderes para “pacificar” a Província, o Presidente começou as deportações dos suspeitos. Escreveu novamente ao Ministro da Justiça, informando-lhe que muitos homens foram enviados pela Charrua Carioca à Corte, a fim de prestarem serviço

⁶⁸⁵ APEP, Lei n. 438 de 8 de agosto de 1836 “Ao Presidente da Província do Pará, dando providências a bem da Ordem pública, e praticando que se vão fazer para o melhoramento do processo”. In: *Coleção das Leis do Império de 1835*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864. p. 263-264.

⁶⁸⁶ APEP, Lei de n.º 74 em 10 fevereiro de 1837 “Aviso ao Presidente da Província do Pará, não aprovando as medidas extralegais por ele tomadas, aliás pela necessidade da causa pública”. In: *Coleção das Leis do Império de 1837*. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 47

⁶⁸⁷ APEP, Lei de n.º 79...

⁶⁸⁸ Idem

militar em outros lugares, como ele bem explicitou em sua correspondência ao Ministro, na qual comunicava que:

[...] Pela Charrua Carioca mandei para essa corte cento e quarenta e cinco presos, a maior parte deles aproveitável em serviços Públicos, e mesmo na Praça como Soldados, para servirem no Sul aonde a sua disposição aos crimes, não pode ser de conseqüências algumas distantes do teatro a que estão acostumados [...].⁶⁸⁹

O Presidente manteve uma forte vigilância sobre os moradores considerados suspeitos. Os índios e outros *homens de cor* eram os principais alvos dele. Em agosto de 1837, ele determinava que os libertos somente pudessem viajar com suas cartas de Alforria e, na permissão para viagem, que fossem dadas a eles, deveria haver referência a elas.⁶⁹⁰ Provavelmente Andréa estava tentando impedir a fuga de escravos que podiam se aproveitar da confusão na Província para fugir. Mas, provavelmente, tentava controlar os libertos, considerados participantes ativos tanto no movimento da Cabanagem quanto nas lutas de independência travadas de 1823 a 1824.

Para ter esses homens debaixo de uma forte disciplina e garantir mão-de-obra para reconstruir a Província e fomentar a produção da região, ele criou os corpos de trabalhadores. Os Corpos de Trabalhadores foram estabelecidos pela Lei de 25 de abril de 1838. O texto da Lei determinava o recrutamento de índios, *pretos* livres, libertos e mestiços considerados vadios, que representavam uma ameaça à ordem. Eles deveriam servir nas lavouras, comércio e na construção de obras públicas e prestar serviço aos particulares mediante pagamento. Esses Corpos possuíam uma estrutura de funcionamento militarizada, estando organizadas em companhias subdivididas em esquadras que possuíam comandantes. Esses por sua vez tinham como função nunca deixar os recrutados sem trabalho, para evitar o ócio deles. Segundo Moreira Neto, essa era uma reedição da Lei de 12 de maio 1798, que determinava que índios e *homens de cor* sem propriedade deveriam formar tropas de trabalhadores, a fim de prestar serviços a particulares e ao Estado, como vimos no primeiro capítulo.⁶⁹¹

De acordo com Andréa, nenhuma dessas medidas surtiria efeito se não houvesse um forte regime militar para controlar os indivíduos “facionorozos” existentes na Província. Os liberais moderados procuraram reduzir a presença do Exército na vida dos cidadãos

⁶⁸⁹ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 08 de agosto de 1837.

⁶⁹⁰ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 02 de agosto de 1837.

⁶⁹¹ Carlos Augusto de Castro Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem: indisciplina militar na província do Grão-Pará (meados do XIX)*. Niterói: UFF 2004. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF. 2004.p.30. Carlos de Araújo Moreira Neto. *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.p. 87.

brasileiros extinguindo as milícias e as ordenanças, e reduzindo o número do efetivo da 1ª linha, pois acreditavam que um povo governado por um exército popular não poderia gozar de suas liberdades. Esse foi um dos principais argumentos defendidos para a criação da Guarda Nacional em 1831.

Contrário a essas idéias liberais, Andréa defendia a forte militarização das províncias. Em correspondência ao Ministro da justiça, ele argumentava que:

Se tratasse de exército, não é a capricho deste ou daquele legislador que se deve fixar a força, e muito menos ser variável todos os anos quando não tem variado os motivos que a determinarão. Para se fixar a força convém saber as precisões de cada Província; convém saber que ainda estando-se em paz, e estando todas as Províncias quietas, não é por isso que o Exército é ocioso, é porque o Exército existe que a paz se conserva. A Guarnição de Gibraltar é a Guarnição mais inútil que há no universo; pois que ninguém pensará em tomar aquele Praça; mas retirem-lhe a Guarnição, que não haverá poltrão que se lhe não atreva. Voltando ao meu assunto. Esta Província foi rebelde, é, e será por muito tempo: nem o povo se conservará em paz, nem pessoa alguma de bom senso deixará de fugir daqui, se [ela] deixar de ser guarnecida convenientemente; mesmo se acabar aqui, apura Administração Militar que lhe convém (grifos nossos)[...] ⁶⁹²

O Presidente “legal” estava também protestando contra a drástica redução do contingente do Exército em 1831, e as determinações dos governos liberais que iam aumentando e reduzindo essa força, de acordo com a conveniência do momento. Segundo ele, um número fixo de tropas era necessário para manter a “paz”, mesmo quando não houvesse guerra. Novamente, Andréa se junta aos conservadores que, já neste momento, estavam defendendo no legislativo o aumento do efetivo dessa instituição e uma reforma militar que garantisse a volta do Exército à “ordem”. Todavia, como os conservadores não conseguiam a aprovação da maioria das medidas para a reforma que desejavam para o Exército, ele resolveu reorganizá-lo por decretos.

Em dezembro de 1836, Andréa começou a reestruturação da tropa de 1ª linha. De acordo com Andréa, era necessário um efetivo de 2.500 homens para controlar a população e às fronteiras, que continuavam sendo ameaçadas. Ele, como outros antes dele, voltava suas atenções aos limites norte com a Guiana Francesa pedindo, até mesmo, uma nova ocupação de Caiena. ⁶⁹³ A guarnição da Província deveria ter cinco batalhões de infantaria de 400 praças cada um, um corpo de artilharia, também 400 soldados e um esquadrão de cavalaria com 100 indivíduos. Os corpos eram apenas de 400 homens, a fim de garantir a disciplina e

⁶⁹² APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 24 de dezembro de 1836.

⁶⁹³ Durante a Cabanagem, os franceses de Caiena invadiram a Costa Setentrional. Ver: Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 55

serem destacados todos os membros juntos sem dispersão. Os batalhões seriam distribuídos da seguinte maneira:

Um Batalhão destacado no Amazonas Rio Negro e Fronteiras do Norte. um Batalhão guarnecendo Marajó e Macapá, um Batalhão guarnecendo a costa do Salgado e alguns pontos interiores como Ourém, bocas do Acará e Cametá. Dois Batalhões na Capital, o corpo de Artilharia Guarnecendo a Capital e dando destacamentos para as fortalezas e pontos fortificados. O Esquadrão com o seu Quartel em Marajó e destacando para a Capital os soldados precisos e para quaisquer diligências [...] ⁶⁹⁴.

A capital teria 1.200 homens, mas os batalhões seriam rendidos todos os anos para sempre haver um em marcha. Por exemplo:

No primeiro do ano principiam-se a render os Destacamentos de Bragança, Salinas Vigia, Colares, Ourém, Bocas do Acará, Cametá e S. João de Araguaia. O Batalhão rendido passa a Marajó e rende todos os destacamentos desta Ilha, e o de Macapá onde se deve reunir o Batalhão que sai de Marajó. Esta operação da troca dos dois Batalhões, levando meses, é provável que esteja concluída em Julho ou Agosto, e então o Batalhão que sai do Macapá sobre o Amazonas, e vai rendendo todos os Destacamentos do Baixo e Alto Amazonas; e finalmente retira-se para a Capital o ultimo Batalhão rendido [...]. ⁶⁹⁵

A formação dessas tropas e a quantidade de homens por batalhões fora determinado pela já citada Lei n.º 26 de 22 de setembro de 1835. O rodízio dos Batalhões também servia para conservar a disciplina. Andréa implantava dentro da Província do Pará uma política semelhante à praticada pelo governo regencial que enviava soldados de uma determinada província para outra. Medidas como essas eram necessárias para evitar a criação de laços entre a sociedade civil e os soldados, como afirma Kraay. Não era uma medida nova, já que havia sido posta em prática na década de 1820, em lugares como Salvador e Belém, como se viu no terceiro capítulo. Mas torna-se rotineira a partir das lutas regenciais, principalmente depois de 1840. Em 1845, o Ministro da Guerra diria que manter soldados por longo tempo no mesmo lugar era pernicioso à disciplina. ⁶⁹⁶

Em 06 de outubro de 1835 foi criada a Lei que estabelecia que fosse procedido primeiro o pedido para que voluntários se apresentassem, antes de qualquer forma de recrutamento. Seguindo a Lei de recrutamento de 1822, que se mantinha em vigência até 1874, as autoridades imperiais determinavam que o Presidente da Província solicitasse primeiro a apresentação de voluntários por um prazo de 30 dias. Estabeleciam pena de três

⁶⁹⁴ APEP, FSPP, Códice 1006. Correspondência de Diversos com o Governo da Província. Ofício de 24 de dezembro de 1836

⁶⁹⁵ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 24 de novembro de 1836.

⁶⁹⁶ Kraay. *Race, State, And...* p. 207.

meses e multa de R\$ 200\$00 réis para quem fizesse o recrutamento antes da autorização do governo.⁶⁹⁷ Indubitavelmente o governo estava evitando compor tropas com homens não desejosos do serviço, garantindo a disciplina dos corpos militares, mas o principal motivo era evitar o fortalecimento do Exército que representava um perigo aos poderes locais. Além disso, a caçada aos recrutados feria os direitos constitucionais do cidadão, pois os recrutadores invadiam as casas atrás de recrutas, infligindo a Constituição de 1824, que tornava o lar dos brasileiros inviolável, assim como prendê-los sem culpa formada era outro desrespeito à Carta de 1824.⁶⁹⁸

A falta de voluntários obrigou os liberais moderados em novembro de 1836 a permitirem o recrutamento de acordo com a Lei de 1822, mas Andréa preferia receber soldados enviados pelo governo central a fazer o recrutamento de soldados na Província. Para servirem nela, solicitava:

Quanto ao recrutamento, convém saber-se que esta Província não deve ter soldados filhos dela, e que o melhor partido a seguir-se é trocá-los constantemente por outros da Província do sul. Todos os homens de cor nascidos aqui estão ligados em pacto secreto a darem cabo de tudo quanto for branco. Não há uma história, é fato verdadeiro, e a experiência tem mostrado. É, pois, indispensável pôr as armas nas mãos de outros, é, pois, indispensável proteger por todos os modos a multiplicação dos brancos. Se o governo concordar com esta medida, enviarei sempre aonde, quantas recrutas possa passar dessa Província [...].⁶⁹⁹

Andréa também preferiu engajar - normalmente, naquele período, referiam-se a engajados para os voluntários e recrutados para os levados à força ao Exército, como já foi dito no capítulo 2 - estrangeiros aos locais nas tropas de 1ª linha. Ele chama atenção para a presença de Alemães entre os soldados que fariam parte da guarnição paraense: “O mapa incluso diz a força que tinha em 8 deste mês, e não vão incluídos os Alemães engajados, porque estão muito longe ainda de serem soldados, mas podem tornar-se [excelentes soldados]”.⁷⁰⁰ Os mercenários continuavam a fazer parte das tropas, apesar dos conservadores não permitirem que os liberais recriassem a mesma quantidade de batalhões de estrangeiros existentes durante o reinado de Pedro I. Segundo Souza, os liberais moderados preferiam reerguer as fileiras do Exército com mercenários, pois estes faziam apenas um trabalho temporário, indo embora quando o serviço acabasse. Contudo, Andréa - defensor da

⁶⁹⁷ APEP, Lei de 06 de outubro de 1835 “Estabelecendo a maneira de se proceder ao recrutamento para o Exército.” In: *Coleção das Leis do Império de 1835*. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864. p. 62.

⁶⁹⁸ Kraay. *Race, State, And...*p. 191. Os artigos constitucionais que estariam sendo feridos seriam os incisos 7 e 8 do artigo 179 da Constituição de 1824. Ver: APEP, “Constituição Política do Brasil...”

⁶⁹⁹ Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p.65.

⁷⁰⁰ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 24 de novembro de 1836.

reestruturação da 1ª linha – possivelmente os preferia aos locais de cor, que eram a maioria da população, pois esses, segundo ele, tinham um “pacto secreto” para acabar com os brancos.

Andréa só começou o recrutamento na Província para compor as tropas locais em abril de 1837, depois de não receber o número desejado de tropas. Para executá-lo, criou os comandos militares. Estes foram instituídos para melhor controlar a extensa Província do Grão-Pará. Eles eram oito: na Vigia (costa oriental), em Bragança (De São Miguel do Guamá ao Gurupí), na Ilha do Marajó, em Macapá (costa Setentrional), em Cametá (região de Melgaço), Porto de Moz (região do Xingu), Santarém (região de Santarém) e na comarca do Rio Negro e comandos “parciais” sujeitos a esses distritos ou comandos militares.

Na região de Belém, ele também criou um distrito, mas foi logo extinto. Esses comandantes eram responsáveis pela tranquilidade pública, para isso exerciam atribuições civis e militares. Eles deveriam fazer um alistamento geral da população dentro dos seus distritos para saber quem eram, de que viviam, que pessoas tinham agregadas as suas casas, “para que se aluguem e tomem um gênero de vida útil”.⁷⁰¹ Os “desconhecidos”, “os vadios” que não procurassem logo trabalho, deveriam ser remetidos à Belém. “As mulheres inquietas e perturbadoras do sossego [...]”⁷⁰² seriam entregues ao juiz de paz para as empregarem “[...] por alguns dias em trabalho de utilidade pública de seus distritos [...]”.⁷⁰³

Andréa delegou a eles toda a responsabilidade pela segurança pública e “conservação da ordem nos distritos de seu comando, também sua autoridade”⁷⁰⁴ ficaria intocada, pois não estavam sujeitos a conselhos, pareceres de outrem, nem “requisição de populares”.⁷⁰⁵ Assim, Andréa concedeu permissão a eles para agirem sem pedir autorização nem as Assembléias Municipais, nem ao juiz de paz, nem a atender pedidos do “povo” dos distritos onde comandassem. Para usar uma palavra da época, Andréa autorizava seus comandantes a tomar medidas “despóticas” contrárias às leis vigentes no Império.

Os comandantes militares dirigiam os guardas policiais, a 1ª linha, e faziam o recrutamento tanto para o Exército quanto à Guarda Policial. Para a Guarda Policial, eles pediam indivíduos de 15 a 50 anos que deveriam ser retirados dentre as “[...] pessoas mais abastadas, ou de maior representação [...]”.⁷⁰⁶ Para o Exército, pedia algumas praças “[...] tiradas das famílias de mais representação, para que os postos de oficiais possam recair para o

⁷⁰¹ Instruções Gerais para os Comandantes Militares da Província do Para. Palácio do Governo do Pará a 4 de abril de 1837. In: Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p. 268-272

⁷⁰² Ibidem, p. 268

⁷⁰³ Idem

⁷⁰⁴ Ibidem, p. 270-271

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 269

⁷⁰⁶ Ibidem, p. 268

futuro em pessoas bem educadas, e de sentimentos nobres. Além destes recrutas escolhidos, ativará um recrutamento regular [...]”.⁷⁰⁷

Em 19 de setembro de 1837, os *saquaremas* chegaram ao poder, e conseguiram aprovar em regime de urgência a Lei de 28 de setembro de 1837, que elevava o efetivo do Exército de 6.320 para 8. 200 praças, podendo chegar a 12.000. Essa Lei representava uma vitória significativa para os defensores da reestruturação do Exército. Contudo, Andréa já estava montando o seu Exército à revelia da existência de leis que lhe apoiassem.

Quanto aos recrutados, o Presidente da Província procurou recrutar de acordo com suas próprias regras. Assim, deixou fora do alistamento os elementos considerados por ele muito “perigosos”. De acordo com o aviso de 10 de fevereiro de 1837, baixado por Andréa, “criminosos” foram alvos dos recrutamentos, mas dever-se-ia aceitar somente os “presos de culpas menores”. O governador deu cumprimento às ordens, solicitando:

aos Juizes de Paz para procederem aos sumários sobre o crime geral da Rebelião para senão perder dele a lembrança, ou virem a faltar testemunhas com o correr dos tempos enquanto se não decide o modo por que deve ser julgado este crime, espero receber as declarações de quais são os crimes dos que se acham presos para então puder fazer escolha; **mas desde já declaro que deve produzir muito pouca gente porque eu não recebo preso algum sem se lhe saber dos crimes e só recomendo a prisão dos matadores, incendiários, dos que tem feito violência as Mulheres honestas; e dos ladrões conhecidos por tais; e estes não devem ser soldados** (grifos nossos).⁷⁰⁸

Um exemplo da rejeição de Soares de Andréa à presença de homens considerados por ele como sediciosos nas tropas, foi a recusa dele em incorporar às tropas de “pacificação” os presos da *Sabinada*⁷⁰⁹, que foram enviados ao Pará com esse objetivo. Ele não aceitou todos esses nas fileiras, uma vez que temia colocar entre seus soldados mais elementos indisciplinados dos quais estava tentando se livrar. Em resposta ao pedido das autoridades baianas sobre o destino dos encarcerados, ele explicou:

Segundo a relação por V(ossa) Ex(celência), eu deveria receber cento e cinqüenta entrando do Timbó; mas de fato eu só recebi 125 constantes da respectiva relação inclusa, vindo ou faltando 25 constantes da outra relação, incluindo os dois que foram trocados.

Não sabendo destes homens se não que são Réus de enormes [delitos]; pois que foram achados entre os malvados que assolaram e largaram fogo a essa capital, sei contudo que me não convém esta gente

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 269

⁷⁰⁸ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 03 de junho de 1837.

⁷⁰⁹ Araújo avalia que a deportação dos envolvidos na Sabinada foi uma das formas utilizadas pelas autoridades para acabar com os movimentos dissidentes de Salvador, além de referir-se a 150 presos enviados a Belém. Ver: Araújo. *O Tutu da Bahia...*p. 88

metida entre soldados já por muitos motivos dispostos a revolta, que me não convém soltos por esta Província, e que sobre há muitos que não pretendo para soldados também não tem ofício algum de que se lhe deva permitir o uso; ou pelo qual mereçam jornal; e que todos estes para não consumirem as rações em perfeita ociosidade devem ser empregados debaixo de prisão em trabalhos públicos (grifo nosso)⁷¹⁰

Soares de Andréa possuía razão em não querer entre seus subordinados elementos que haviam participado da Sabinada. As tropas de 1ª linha estavam cheias de soldados e alguns oficiais “insubordinados”. Seus oficiais, que chegaram juntamente com ele, estavam espalhados pelas regiões da Província e não raro enfrentavam a insolência de algum militar. Em junho de 1837, o Tenente-Coronel João Henriques queixava-se do sargento da infantaria regular, Feliciano Batista, ao também Tenente-Coronel e Comandante das Forças Navais do Amazonas, ele o denunciava por insultar “toda a primeira divisão”. João Henriques delataria outro sargento ao referido comandante por ele ter recusado a reconhecê-lo como seu oficial. João Henriques também seria desrespeitado pelos tenentes Antônio Pereira de Lacerda, Álvaro Xavier Botelho e os Alferes Manoel Joaquim e José de Oliveira. Ele os acusa de estarem em Santarém há dois dias e não teriam ido cumprimentá-lo.⁷¹¹

Aparentemente, as motivações desses militares mantinham-se. Os sargentos continuavam “insubordinados”, lutando contra os oficiais em busca de mudanças reais nos critérios de promoção do Exército. Talvez os subalternos estivessem se recusando a respeitar autoridades militares enviadas pelo governo central. Castro comenta sobre a indisciplina de oficiais da tropa de 1ª linha no Brasil. Ela alega que eles normalmente dispensavam as ordens do governo para tomarem suas próprias decisões sobre a forma de atuar nas guerras, rebeliões e frente a seus subalternos. Além disso, oficiais de antiga tradição militar familiar geralmente tinham atitude de desrespeito aos Presidentes da Província e contavam com a quase certa impunidade diante dos Conselhos de Guerra, para onde eram raramente levados.⁷¹² No entanto, caso eles fossem oficiais de origem pobre e sem influência, suas atitudes poderiam ser também uma demonstração de protesto contra a demora de se obter uma promoção.

Diante desse quadro, Soares de Andréa não deveria querer 125 envolvidos na Sabinada, dos quais 123 eram pardos ou crioulos ou cabras, dentre seus soldados, espalhando a idéia de libertação dos escravos crioulos ou juntando-se a eles na luta contra o governo “legal”. Essas idéias poderiam levar seus militares a uma nova sedição, principalmente os

⁷¹⁰ APB, Presidência da Província, Governo, Presidentes do Pará, códice 1156, 1826-1855. Pará 26 de junho de 1838.

⁷¹¹ APEP, FSPP, Códice 888, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 8 de junho de 1837.

⁷¹² Souza. *O Exército na Consolidação...*p.68-69

soldados rasos, uma vez que pouco provavelmente os oficiais subalternos abraçariam bandeiras como a libertação dos escravos. Kraay lembra da influência dos presos pernambucanos da Revolução de 1817 sobre as tropas baianas. Eles influenciaram o levante militar que causou a adesão baiana ao regime constitucional, que era uma tropa também formada por ex-escravos durante as lutas pela Independência na Bahia.⁷¹³

Os indígenas também eram preteridos em suas tropas. Segundo ele: “pelas últimas instruções gerais do Império não cabe alistamento algum” aos índios, *cafuzos* e *mamelucos*. Infelizmente não foi possível encontrar essa determinação. Mas, provavelmente, ele a interpretou erradamente ou deu a ela uma versão conveniente a seus interesses. No mesmo ano, o governador de Maceió recebeu resposta de seu pedido de esclarecimento ao Ministro sobre o recrutamento de índios às tropas. Ele recebeu como resposta que deveria deixá-los engajarem no Exército pelo tempo que quisessem, mas deveriam ser recrutados quando se recusassem ao serviço voluntário.⁷¹⁴ Provavelmente, influenciado pelo desejo de manter os corpos militares sem índios, Soares de Andréa pode ter entendido que ele não deveria servir se não desejasse, por isso estavam isentos do recrutamento.

Quanto aos *cafuzos* e *mamelucos*, não havia no Império nenhuma lei impedindo o recrutamento deles. A Lei de recrutamento de 1822 determinava que brancos solteiros e pardos livres eram preferidos para 1ª linha, como se viu no segundo capítulo. Já pela Lei de 03 de novembro de 1837, os conservadores deram uma nova interpretação à Lei de recrutamento de 1822 e determinaram que os crioulos (*pretos* e descendentes destes nascidos no Brasil) livres e libertos também eram aptos a *sentarem praça*. O texto da Lei dizia: “fique na inteligência de não excluir os *pretos* crioulos, visto que a Lei não os exclui”.⁷¹⁵ Assim, Andréa estava deliberadamente excluindo índios e outros *homens de cor* das tropas, pois não os julgava confiáveis e temia lhes entregar novamente armas.

Segundo Moreira Neto, a transformação dos índios em soldados era um dos motivos alegados pelo governador de Yucatan, Eligio Ancona, para a “guerra de castas” ocorrida no México em 1847.⁷¹⁶ Apesar de não se identificar nenhuma luta de castas, no segundo

⁷¹³ Hendrik Kraay. “Muralhas da Independência...p. 312

⁷¹⁴ APEP, Lei n.º 650 de 29 de dezembro de 1837. “Declarando ao Presidente da Província de Alagoas, que o contrato de engajamento dos Índios deve ser feito pelo tempo que eles quiserem, quando se não queiram prestar voluntariamente, deverá então proceder ao recrutamento”. In: *Coleção das Leis do Império de 1837*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

⁷¹⁵ APEP, Lei n. 560 de 03 de outubro de 1837. “Declarando que os *pretos* crioulos não estão isentos do recrutamento.” In: *Coleção das Leis do Império de 1837*. Rio de Janeiro: Nacional, 1861. p. 383-384.

⁷¹⁶ Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p. 65. Moreira Neto refere-se à guerra feita pelos índios na província de Yucatan em 1847, que ficou conhecida como “Guerra de Castas”. Os índios maias dessa província mexicana revoltaram-se com a manutenção da exploração dos brancos donos das haciendas sobre eles, depois de terem lutado como soldados ao lado dos proprietários brancos para tornar a província independente do México em

capítulo, mostrou-se que a presença de índios, *pretos* e pardos nas fileiras do Exército tornaram-nas mais inquietas. Kraay também fez as mesmas observações para as tropas baianas depois do “escurecimento” das fileiras em 1822. Todavia, a identificação de uma luta de castas ou a existência de uma guerra dos novos membros das fileiras do Exército contra os brancos era uma percepção corrente entre os membros das elites da época, temerosos que índios e outros *homens de cor* alterassem a ordem da sociedade.

Quanto aos oficiais, na nova orientação para preenchimento dos postos, pretendia-se ter somente graduados instruídos, de bom comportamento, deixando de fora elementos que adquiriam cargos pela influência ou em troca de serviços prestados à Coroa. Andréa procurava seguir a risca essas determinações. Por isso, ele recusou vários pedidos de reincorporação de alguns militares nas tropas. Por exemplo:

Manda-me Vossa Majestade Imperial que eu informe o requerimento de João Antonio de Azevedo Quebra (?) em que pede o Posto de Capitão sem declarar de que Arma ou Linha. O Suplicante seguiu os Postos, e chegou ate Capitão de um dos Corpos de Ligeiros que outrora havia nesta Província. Estes Corpos sem serem Corpos propriamente de segunda linha estavam não obstante sujeitos ao Comandante das Armas e serviam sobretudo para conservar na obediência a uma classe muito numerosa de Povo desta [Província]...Falo dos Índios, dos *Mamelucos* combinação de Branco e Índio e *Cafuzos* combinação de Índio e preto que servirão depois de Instrumentos dos maus perversos que os guiarão e fizeram desta Província um Teatro de horrores. Parece que ele não pode pretender outra coisa que a restituição àquele Posto de que pedira demissão porque sendo um homem estabelecido com [uma boa plantação] de arroz de que vive não lhe convirá abandonar este estabelecimento por Posto algum nos Corpos de primeira Linha. **Restituí-lo ao Posto de que pediu demissão quando tais corpos foram extintos não me parece que tenha lugar, e só viria a propósito alguma distinção honorífica, com que em outro tempo se pagavam grandes serviços sem despesa alguma; mas os princípios modernos tem entregado ao desprezo estas distinções e deixam de por isto por uma recompensa pelo que me parece não poder ser atendida a pretensão do suplicante em sentido algum** (grifo nosso)⁷¹⁷

Soares de Andréa comungava da idéia de que os oficiais do Exército deveriam ser homens com experiência e treinamento militar. Por isso, ele se recusava a reincorporar João Antônio Azevedo Quebra que “somente queria o título como uma forma de conseguir algum prestígio social”. O Presidente sabia que ele tanto não possuía conhecimento militar como não

1839. Esses proprietários haviam prometido o fim do imposto de capitação (pago pelos índios adultos), redução das taxas pagas aos curas das paróquias e o livre acesso as terras comunais. Mas nenhuma dessas promessas foi cumprida, e os maias revoltaram-se no verão de 1847 com o objetivo de expulsar ou exterminar a população branca. Muitos analistas afirmam que a causa dessa guerra foi a participação dos maias como soldados nas lutas de independência de Yucatan, pois a atuação dos maias nela lhes mostrou o quanto eram fortes. Ver: Leslie Bethell. *História da América Latina*. 3v. São Paulo: Eduap, 2001. p 438-439.

⁷¹⁷ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1065, Tribunais Superiores e Autoridades da Corte. Ofício de 04 de maio de 1838.

teria tempo para o serviço, visto que possuía uma lavoura de médio porte e, talvez, pedisse muitas licenças para olhar sua propriedade ou não estaria disponível. O representante do poder central também alegava que os tempos eram outros, e não havia mais espaço no Exército para homens como eles.

Os bons serviços à Monarquia não eram mais motivo suficiente à obtenção de promoção, como ocorria no período anterior.⁷¹⁸ Em 1839, ele se oporia à nomeação de João Pedro Xavier de Ferrara, major de 1º Linha do Exército, que pedia o posto de Tenente-Coronel pelos seus serviços na Província. Soares de Andréa alegava que:

Não foi por esquecimento que não propus este Oficial foi pela convicção em que estou que não deve dar-se acesso a quem não seja capaz de desempenhar um posto imediato. **Este Major já o não devia ser porque mal sabe ler e não se entende com a contabilidade de um Corpo. É verdade que fez aqui o que se lhe mandou e que o encarreguei do Comando de um Corpo de organização efêmera** composto de soldados e marinheiros com os quais algum resultado se tirou em explorações nos subúrbios desta cidade. Este Oficial sendo já avançado em idade tornou-se enfermo e foi indispensável deixa-lo retirar dessa Corte. A vista de quanto tenho declarado Vossa Majestade Imperial decidirá se ele está nos termos de deve ser promovido ou de ser reformado na forma da Lei. (grifo nosso)⁷¹⁹

Novamente, reforçava-se a importância de certas habilidades para se ocupar postos no Exército, que não eram apenas os “bons serviços”. Era necessário saber ler e ter conhecimentos de matemática, conhecimento mínimo para um oficial da infantaria, para lidar com a contabilidade da tropa e ter bom comportamento. Provavelmente, este posicionamento era uma oposição às relações pessoais que há muito tomavam conta do serviço nas armas, mas foram intensificadas durante o governo de D. João VI, e não sofreram grandes alterações durante a administração de D. Pedro I. Pode-se estranhar que um homem oriundo de uma família com fortes ligações à Coroa, que possivelmente chegou ao título de Marechal por sua origem nobre, defender o fim das relações pessoais. Mas ele vinha de uma tradição militar influenciada pelo Conde de Lippe, que enfatizará a necessidade de que os comandantes militares tivessem conhecimento da arte da guerra para bem instruir seus soldados, apesar de serem nobres ou oriundos de boas famílias.

A antiguidade voltava à “cena”, pois era ainda a forma mais eficaz de se promover oficiais com o mínimo de conhecimento nas armas, já que poucos eram os oficiais de infantaria que haviam passado por escolas militares. Em 1838, o Presidente recomendava a promoção de Erneste Emilliano Medeiros, tenente de Infantaria de 1ª linha, ao posto de

⁷¹⁸ Ibidem, Ofício de 20 de dezembro de 1837.

⁷¹⁹ Ibidem, Ofício de 20 de dezembro de 1839.

capitão do 5º Batalhão de Caçadores da Província. Este era o ajudante de ordem de Soares Andréa, que o considerava extremamente inteligente e de total confiança, e ainda não havia conseguido sua promoção. Por isso, Soares de Andréa intercedeu junto ao imperador lembrando ao rei quem era Erneste Medeiros:

[...] cujo requerimento manda Vossa Majestade Imperial por Despacho de 30/04 deste [ano] que eu informe sobre a conduta dele, ele pede que lhe seja contada a sua **antiguidade** de Tenente desde 22/20/1836, por assim terem sido contados os Despachos feitos no Corpo d'Armada Nacional, e pede o Posto de Capitão julgando-se não despachado, ele, com serviços em duas campanhas trabalhosas, em comparação de outros Oficiais a quem se deu acesso sem talvez terem serviço algum notável. **O mal que fazem os diversos Decretos com que se publicam as promoções de alguns corpos do Exército alterna as antiguidades dos Oficiais, só porque a proposta chegou primeiro, poderia evitar-se se fosse regra seguida referir todos os Despachos dados pelo mesmo motivo ou ao primeiro dia do ano; ou a um dia determinado [...]** (grifo nosso).⁷²⁰

Como se vê, o Presidente da Província enfatizava a necessidade de se promover aqueles com mais tempo de serviço ao criticar as promoções de alguns oficiais “mais modernos” somente “porque a proposta chegou primeiro”. Nos argumentos de Andréa, para a promoção de Erneste Medeiros, estão alguns elementos que fariam parte da Lei n.º 585 de 1850, que regulava os postos de oficiais das diferentes armas do Exército, cujos princípios básicos eram: antiguidade e mérito, este ligado às habilidades e à participação dos soldados em campanhas militares com algum destaque.⁷²¹

As mudanças nos critérios de promoção iniciaram-se em 1842. Nesse ano, o governo imperial determinou uma promoção geral. Nela as autoridades pediam que ninguém fosse deixado fora injustamente, e exigiam que os comandantes enviassem pelo correio uma relação com todos os oficiais, cadetes, 1º e 2º sargentos existentes na Província. Solicitava que nas listas constassem informações sobre a “capacidade física, e moral e tudo mais que constar dos seus serviços, prêmios e castigos informando reservadamente sobre alguma circunstância que julgue conveniente não mencionar na referida relação”.⁷²² Indubitavelmente, essas informações seriam obtidas no livro de registro existente nas tropas, que continha o comportamento do militar tanto na força quanto fora dela. Não era diferente daquelas analisadas no segundo capítulo, mas os números de prisões, o comportamento fora das

⁷²⁰ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, código 1065. Tribunais Superiores e Autoridades da Corte. Ofício de 06 de setembro de 1838.

⁷²¹ APEP, Lei n. 585 de 06 de setembro de 1850. “Regula o acesso aos postos de oficiais das diferentes armas do Exército”. In: *Coleção das Leis do Império de 1850*. Rio de Janeiro: tipografia Nacional. 1864

⁷²² APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, código 1153, ofício de outubro de 1842.

unidades militares e o tempo de serviço militar voltaram a ter grande importância, como na segunda metade do XVIII, para evitar a promoção de militares “insubordinados”.

No Pará, nesse ano, já se via a ascensão de oficiais que possivelmente estavam esperando há muito tempo. Nas cartas-patentes, distribuídas em 1842, a antiguidade aparecia como critério importante à ascensão de posto. Este foi o caso dos oficiais da Tropa de Caçadores de 1ª linha - os tenentes Teodoro Pereira de Castro, Hilário Maximiano Antônio Gurgão, Diogo Garces Palha, José Joaquim Nabuco de Araújo e Salomão Joaquim Ramos.⁷²³

Oficiais envolvidos nas lutas ocorridas na Província ou de comportamento indisciplinado foram mantidos fora do Exército. Como já foi dito, Souza comenta que esses oficiais estavam completamente “insubordinados”, e os conservadores os apontavam como um dos principais motivos da sublevação das tropas, pois oficiais desobedientes influenciavam e permitiam a “insubordinação” dos praças. Comungando dessa idéia, Soares de Andréa recusou outros pedidos tanto de promoções de oficiais quanto de reincorporação deles nas tropas. Em dezembro de 1837, o Presidente da Província recusava Manoel Machado da Silva Santiago, Major graduado de Caçadores de 1ª Linha do Exército, de quem o imperador pedia informações e a nomeação dele para o posto de Major com a graduação de Tenente-Coronel, pois havia prestado bons serviços à Coroa. O motivo da recusa foram os maus procedimentos de Manoel Machado, que era acusado de ficar com os soldos de soldados destacados à expedição do Alto Amazonas.

O rigor da aplicação de medidas disciplinares e benefícios concedidos por Soares de Andréa davam-lhe segurança da obediência de seus oficiais subordinados. Por isso, em correspondência à Corte, ele relatava a subordinação de seus oficiais a ele:⁷²⁴

[...] Ninguém me desobedece; e quase todos, ou todos estão persuadidos que me hei de fazer obedecer em todos os casos; e mesmo posso dizer que estou em perfeita harmonia com todos os Comandantes de corpos alguns dos quais são ate meus amigos; e que o único Oficial de quem se tem dito por fora alguma coisa e que tem parecido ao publico não ir de acordo comigo, que é o Comandante das Forças Navais, não faz senão aquilo a que eu o tenho autorizado para lhe dar mais consideração, e quando se excedesse mandava-o retirar, e acabavam-se as desinteligências [...].⁷²⁵

Era preciso também manter a disciplina entre os praças e oficiais inferiores, que participaram ativamente das lutas. A forma do Marechal Andréa de discipliná-los era por meio da prisão e aplicação de chibatadas a qualquer insubordinação. Em suas instruções aos

⁷²³ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1153, ofício de 03 de outubro de 1842.

⁷²⁴ APEP, Códice 876. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 31 de julho de 1838.

⁷²⁵ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 24 de novembro de 1836.

comandantes militares, Andréa determinava que a “mais rigorosa disciplina deve ser conservada nos corpos de 1ª linha e na Guarda Policial que estiverem de baixo de seu comando [...] Todo castigo nos casos de insubordinação ativa ou insultante será **pronto e rigoroso, e nunca será reputado excessivo** (grifo nosso)”.⁷²⁶

Em 1838, o primeiro tenente Manoel Miguel Pereira mandou dar chibatadas no soldado de 1ª linha João Batista da Companhia de Caçadores por ter resistido à prisão e por estar embriagado. Para lhe aplicar o castigo, ele mandou reunir a tropa, mas teve de conter o restante da companhia por meio da força policial, que apontou armas para tropa enquanto o praça estava sendo surrado.

O fim dos castigos corporais foi longamente debatido durante a década de 1820. De acordo com Kraay, o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos defendia o fim da punição corporal, tentando implantar até mesmo um novo código militar. Todavia, a maioria dos deputados não via os soldados como cidadãos, principalmente depois do “escurecimento” das fileiras, reforçando a semelhança do soldado com os escravos. Segundo Fonseca, durante as décadas de 1830 e 40, “surgiram no Brasil tentativas de expurgar da legislação e da prática penal tudo aquilo que, aos olhos da sociedade, assumia feição bárbara, desumana [...]”.⁷²⁷ Apesar de haver discursos contra o emprego de penas “bárbaras” e “desumanas” dentro das fileiras do Exército, os castigos corporais somente desapareceriam em 1870. Assim, o uso da chibata e de outras penalidades, como o uso da palmatória, eram rotineiros no Exército como uma forma de subjugar os soldados insubordinados.

As chibatadas reavivavam o rancor das tropas, uma vez que ela igualava os soldados aos escravos, rebaixando o status da vida militar. Além disso, os soldados há muito achavam o castigo por meio de chibatadas extremamente severo, devendo ser aplicado somente para delitos graves que culminassem com a expulsão do soldado da tropa. Provavelmente seus companheiros não deviam achar o seu delito motivo para tão grande repreensão, mas a ordem dada aos oficiais era coibir qualquer insubordinação duramente.

A despeito de Kraay afirmar que os castigos corporais foram cada vez mais se tornando ilegítimos, o uso da chibatada se manteve como um dos castigos mais aplicados pelos oficiais pelas faltas graves cometidas pelos seus subordinados.⁷²⁸ Em 1844, o comandante militar do baixo Amazonas comunicava que:

[...] Mandei V(ossa) S(enhoria) castigar com 300 Chibatadas na frente do Destacamento de seu comando o soldado do mesmo Destacamento, do 3º

⁷²⁶ Moreira Neto. *Índios da Amazônia...* Instruções Gerais para os Comandantes Militares, anexos.

⁷²⁷ Fonseca. “A persiganga ...p. 154

⁷²⁸ Kraay. *Race, State, And ...p. 203-206.*

Batalhão de Artilharia a pé, Eugênio Gomes: declarando a V(ossa) S(enhoria) que este soldado vai sofrer o castigo determinado, por haver ferido com uma faca o soldado do sobredito destacamento e Batalhão, José Chrispim [...].⁷²⁹

Em fevereiro daquele mesmo ano, o comandante militar do baixo Amazonas mandava aplicar 230 chibatadas em um soldado que ferira com uma faca o francês Petit.⁷³⁰ Nascimento escreve que a função da chibata era a manutenção da disciplina dos marujos. O castigo era a forma dos oficiais garantirem a subordinação dos marinheiros a eles e ao regulamento. A punição demarcava o limite “entre aqueles que ordenam e os que obedecem”. Por isso, esse castigo sempre acontecia em “ato de amostra”,⁷³¹ ou seja, quando a tropa estava reunida para a inspeção do comandante, para servir de exemplo. Além disso, a pena aplicada no infrator deveria “causar dor e desespero de quem estava sendo castigado”.⁷³² Assim, o número de chibatadas dependia da resistência física do infrator. “Um homem não iria se redimir das suas faltas, não reconheceria o poder disciplinador do comandante e não servira de exemplo – no sentido pedagógico – à guarnição [...] se não demonstrasse dor, humilhação e arrependimento”.⁷³³

Mas havia necessidade de fazer concessões, afinal os conservadores não conseguiriam manter o controle sobre os praças apenas pelo rigor dos castigos. O próprio Soares de Andréa reclamava da dificuldade de soldados conseguirem suas reformas em correspondência enviada ao Rio de Janeiro, na qual ele pedia esse benefício a todos os soldados:

Provisão do Conselho Supremo Militar de 1º de Junho pela qual me foi comunicada a Reforma concedida ao soldado Joaquim Alex de Freitas; dispondo o que devo fazer como outros em iguais circunstancias, foi recebida no dia 6 deste mês e publicada no dia 11 em Ordem do Dia. Seja-me permitido representar alguma coisa a favor deste soldado, e de todos os outros a quem se possa fazer a mesma Graça. uma das maiores dificuldades que encontram as pessoas empregadas fora da Corte, quando nela tem pretensões, é acharem bons Procuradores, e quando os negócios exigem remessa de dinheiros ainda as dificuldades aumentam de ponto, sem mesmo entrar em conta a falta de boa fé muito freqüente em coisas de dinheiro. **Por este modo um pobre soldado, destituído inteiramente de relações, não poderá solicitar o Diploma de sua Reforma, e ficará para ele sem efeito a mercê, ao mesmo tempo que vindo o Diploma, se lhe descontaria a sua importância dos seus mesmos vencimentos, e ou por via de Letras sobre**

⁷²⁹ APEP, FSPP, Correspondência do Comando Militar do Baixo Amazonas, Códice 1166. Ofício de 23 de janeiro e 1844.

⁷³⁰ Ibidem, Ofício de 13 de fevereiro de 1844.

⁷³¹ Álvaro Pereira do Nascimento. *A ressacada da Marujada: disciplina na Marinha Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1999. p. 47

⁷³² Ibidem, p. 43

⁷³³ Ibidem, pp. 43-44

o Tesouro; ou por outro qualquer meio seriam embolsados os Empregados a que tais emolumentos pertençam⁷³⁴

Imbuído da necessidade de reformas na linha, Francisco José Soares de Andréa expunha a dificuldade de um soldado pobre, normalmente destituído de relações, conseguir sua reforma. Sem dúvida, Andréa, como militar com contato direto junto às fileiras do Exército, sabia das antigas reclamações dos praças - que normalmente saíam de famílias sem influência - quanto à necessidade de se ter “padrinhos” para conseguir tanto as reformas como as promoções. Acima, o vimos reclamar contra a não observância da antiguidade para a ascensão de postos.

Provavelmente fora com a ajuda de homens como Andréa que os defensores da proposta conservadora haviam identificado que o problema não era o número das forças dos revoltosos, mas a indisciplina de oficiais e soldados das forças legais. Por isso, era necessário resolver os problemas internos da tropa para conseguir um exército a favor da ordem e fiel ao imperador. Assim, equacionar problemas - como as reformas dos soldados - daria estabilidade às forças terrestres.

Numa tentativa de acabar com injustiças com soldados que não conseguiam a reforma, o Imperador a concedia a alguns afortunados como uma forma de diminuir a pressão sobre o Exército e mostrar que era magnânimo, reforçando a sua popularidade. Assim, em 1842, ele facultou as reformas dos soldados José Caetano Bonifácio, do 4º Batalhão de Caçadores, e Antônio Albino de Araújo, do 4º regimento de Artilharia ambos do Exército. Ao primeiro, sua Majestade “Houve por bem por suas referidas Resoluções de 11 do corrente mês conceder ao soldado reforma com soldo por inteiro, em lugar da baixa, que se lhe daria do serviço”.⁷³⁵ Ao segundo, concedeu-se reforma com “vencimento de soldo, farinha e fardamento estimados em duzentos reis diários”.⁷³⁶

A redução do tempo de serviço dos recrutados de 16 anos para oito anos, foi sem dúvida um grande benefício “concedido” aos soldados. Eles mantiveram o direito do recrutado oferecer substitutos e instituíram o pagamento da quantia de 400\$00 réis para que o recrutado ficasse fora do Exército. Para manter os soldados nos corpos do Exército, os conservadores, por meio da Lei n.º 68 de setembro de 1837, já citada, concediam a eles uma gratificação equivalente ao valor dos seus soldos enquanto fossem praças. Além disso, os indivíduos que fizessem parte de expedições dirigidas a qualquer parte do Império receberiam

⁷³⁴ APEP, FSPP, Correspondência de Governo com a Corte, Códice 1065 (Tribunais Superiores e autoridades da Corte), ofício de 13 de outubro de 1838.

⁷³⁵ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1153, ofício de 15 de julho de 1842.

⁷³⁶ *Ibidem*, ofício de 24 de setembro de 1842.

uma gratificação de campanha no valor de um terço do soldo e outros benefícios. Mas os voluntários foram os mais beneficiados, visto que serviam já por quatro anos e recebiam mais meio soldo de acréscimos em seus vencimentos e, em 1848, receberam o direito de receber terras devolutas a escolha deles.⁷³⁷

Em 1839, Andréa considerava a Província “pacificada”. Apesar das localidades do médio e alto Amazonas estarem ainda fora do controle das autoridades imperiais, ele resolveu que:

A Lei de 22 de Setembro de 1835 que suspendeu nesta Província por espaço de seis meses depois da publicação os § 6º, 7º, 8º, 9º, e 10º do artigo 179 da constituição ainda não tinha sido publicada por que sendo tão curto o espaço de tempo que era impossível estar concluída a pacificação e processados os Réus desta Geral Rebelião não houvesse depois de findo aquele prazo título algum para prender criminosos de mui grade monta sem precederem formalidades quase impossíveis de preencher e mesmo seria forçoso soltar todos os criminosos que já estivessem presos. Tendo porem recebido o Decreto de 20 de Outubro de 1837 prorrogando por mais um ano a execução dos § de 1 a 3 da mesma Lei e achando-se esta Província reduzida à obediência entendi que era ocasião de fazer uso da aquela medida e mandei publicar tanto a Lei como o Decreto por um Bando de que remeto copia em todas as Vilas desta Província em que se não acha mais duvidoso a obediência às Ordens do Governo.⁷³⁸

Andréa estava comunicando ao governo central que ele não havia publicado a Lei de 22 de setembro de 1835, que suspendeu aqueles direitos apenas por seis meses, alegando que o espaço de tempo da suspensão dos direitos constitucionais era demasiado curto o que levasse, talvez, a uma maior contestação as suas atitudes “despóticas”. Ele sofreu as críticas do governo liberal feitas pelo Ministro Limpo de Abreu, que cobrava a restituição dos direitos constitucionais dos acusados de participação no movimento cabano. No entanto, foi hábil em conseguir autorização para continuar a julgar e condenar os presos da Cabanagem sem respeitar os incisos de 6º a 10º do artigo 179, da Carta de 1824. Esta veio por meio da Lei n.º 438 de 8 de agosto de 1836. Apesar de ela ter sido revogada por essa Lei n.º 79, de 10 fevereiro de 1837, a regência baixou a Lei n.º 129, de 20 de outubro de 1837, depois da ascensão dos *saquaremas*, prorrogando por mais um ano a interdição daqueles direitos. Mas novamente resolveu não publicá-la pelo mesmo motivo de não ter tornado públicas as anteriores. Dando continuidade a seu ofício, Andréa conclui:

O Bando é de 29 de Março deste ano e por consequência a 29 de [setembro] de 1839 será indispensável ter feito um exemplo nos [principais] autores da

⁷³⁷ APEP, Lei n. 68 de 28 de setembro de 1837 “Fixando as Forças de terra para o ano de 1838-1839.”. In: *Coleção de Leis do Império de 1837*. Rio de Janeiro: Nacional, 1861.

⁷³⁸ APEP, FSPP, Correspondência do Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 07 de julho de 1838.

Revolução passada e dar destino conveniente a todos os outros dando e por finda esta questão ou será preciso preparar o ânimo para ver vinganças atroz e, após elas, uma nova revolta mais desenfreada talvez do que a antecedente. O meu dever é informar ao Governo de sua Majestade com verdade e a tempo das verdadeiras precisões desta Província e o é aqui faço no presente officio. **Tudo quanto for uma Anistia antes de [um] exemplo equivale a um Decreto de dissolução** (grifo nosso).⁷³⁹

Pelo plano de Andréa, evidenciado acima, seriam restituídos os direitos constitucionais de todos os habitantes no Pará somente em 29 de setembro de 1839. Assim, ele governou até março de 1838 à revelia das leis imperiais. No texto acima, Andréa ainda defende sua posição de governar de maneira “despótica”, explicando aos dirigentes do poder central que uma anistia somente era possível depois de castigos exemplares. Se o contrário ocorresse, significaria a dissolução do Império.

Soares de Andréa foi criticado e atacado pelo seu sucessor na presidência da Província - Bernardo de Souza Franco. Este o acusou de proceder acima da lei e com extrema crueldade durante seu governo. Apesar das críticas e de ter confessado que não cumpriu a lei, Andréa não foi punido. Ao contrário, foi enviado para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina a fim de por em prática os mesmos métodos repressores utilizados no Pará para conter os Farrapos. Em 1844, foi enviado à Bahia. Pelos seus feitos, em 1858, recebeu o título de Barão de Caçapava.⁷⁴⁰

Segundo Souza, os conservadores procuraram colocar nos altos postos de comando homens ligados à Monarquia, que descendiam de famílias com uma tradição de serviços militares prestados à Coroa, com pouco conhecimento militar, mas fiéis à Coroa, por isso beneficiada por ela.⁷⁴¹ Dentre esses homens estavam Francisco José de Souza Soares de Andréa e Francisco Alves de Lima e Silva. Não concordamos que todos esses homens fossem mais políticos que homens das armas, como afirma Souza. Certamente Lima e Silva e Andréa eram, de fato, soldados. Apesar de não terem longos anos de estudo em academias militares, procuravam ler sobre novas táticas de guerra e seguiam grandes exemplos dos Grandes Generais, como Napoleão Bonaparte, além de conviverem na caserna com seus subordinados.⁷⁴²

⁷³⁹ APEP, FSPP, Correspondência do Governo com a Corte, Códice 1039 (Ministério da Justiça), ofício de 07 de julho de 1838.

⁷⁴⁰ Sobre o governo de Soares de Andréa na Bahia ver: Araújo. *Ao Tutu da Bahia...*p. 167-179.

⁷⁴¹ Souza. *O Exército na Consolidação...*p. 53-54

⁷⁴² Sobre os homens que compunham o alto oficialato Ver: Adriana Barreto de Souza. “A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50).” In: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 159-178. Caxias foi considerado um grande estrategista militar durante a Guerra do Paraguai. Ver: John Schulz. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: USP, 1994. p. 58; Marechal

A Província seria considerada “pacificada” em 1840. Todavia, ao longo da década de 40 determina-se uma série de medidas conciliadoras para garantir a “consolidação do Império”.

5.2. Medidas Conciliadoras: mudanças no recrutamento e o pacto entre os locais e o governo central para estabilizar o Império

Os liberais defendiam a concessão de medidas conciliadoras e acreditavam que um gabinete sem tendência militar e mais conciliador teria mais eficácia.⁷⁴³ Com a saída de Francisco Soares de Andréa, assumiu, em abril de 1839, a presidência da Província o bacharel em direito e juiz Bernardo de Souza Franco, que era liberal e se opunha à reestruturação do Exército pelos conservadores, mas esteve por pouco tempo no governo, assumindo um cargo de deputado na Câmara Imperial em fevereiro de 1840.⁷⁴⁴ Foi substituído por João Antônio de Miranda. Durante o governo dele houve o Golpe da Maioridade, em julho de 1840, e a volta dos liberais ao poder. Em agosto de 1840, sob influência do gabinete liberal, D. Pedro II, recentemente empossado, decretou a anistia de todos os envolvidos em crimes políticos.

Os beneficiados por ela apareceram rapidamente. Em dezembro de 1840, o Comandante das Armas mandava soltar os soldados Bento José Monzinho e José Vitorino, ambos do 4º Batalhão de Caçadores da Província. Mesmo benefício obteve o capitão reformado Francisco Fernando de Macedo.⁷⁴⁵ A anistia também ajudou na “pacificação” do Rio Negro. Naquele ano, diversos ofícios do alto e médio Amazonas eram enviados ao Rio de Janeiro comunicando a rendição dos revoltosos. Em outubro de 1842, a Câmara municipal da Vila da Barra, no alto Amazonas, manifestava sua lealdade ao Imperador: “[...] Tendo Sua Majestade o Imperador Recolhido benignamente os votos de respeito, e lealdade que manifestou a Câmara Municipal da [vila] da Barra no Alto Amazonas, pelo órgão da

Francisco José Soares de Andréa apresentava um evidente conhecimento de estratégia de guerra em correspondências enviadas para o Rio de Janeiro durante o combate aos cabanos. Ver: APEP, FSPP, Códice 1034, Correspondência do Governo com Diversos Juizes. Ofícios de 30 de maio de 1836; 06 de junho de 1836; 28 de agosto de 1836. Segundo Kraay, os oficiais procuravam ler manuais de guerra, para se atualizarem nas estratégias e táticas de guerra. Ver: Kraay. *Races, State, And...*.p.35

⁷⁴³ Souza. *O Exército na Consolidação...*.p. 93.

⁷⁴⁴ Bernardo de Souza Franco era liberal e tornou-se, depois de 1842, o líder da oposição liberal aos conservadores. Durante esse período fez diversas denúncias contra o recrutamento. Ver: Souza. *Ibidem*, p.127

⁷⁴⁵ APEP, FSPP, Correspondência do Presidente da Província com o Comando das Armas, Códice 1136, ofício de 4 e 17 de dezembro de 1840.

Deputação por ela nomeada, para felicitar o Mesmo Augusto Senhor pelo ato solene da Sua Sagração e Coroação [...]”.⁷⁴⁶

Como já foi dito, não se aplicaram somente medidas disciplinares para conter a onda de revolta no Exército, mas também diversos benefícios foram “concedidos” pelo governo central liberal, por meio dos Presidentes da Província e dos novos Comandantes das Armas. Assim, depois das parcas concessões feitas aos praças por Soares de Andréa, houve maiores benesses. O abrandamento na atitude dos governantes provinciais acompanhava, de certa maneira, as atitudes do governo central. O Governador das Armas dispensou do serviço militar os lavradores. Os administradores sabiam que a obrigação do serviço militar para os lavradores era o “calcanhar de Aquiles” do trabalho no Exército.

Em julho de 1840, o Tenente-Coronel Pedro Borges de Faria comunicava a Manoel de Souza Alvez, comandante militar de Benfica, a dispensa dos soldados desta localidade que estavam servindo em Belém, devido à redução do número de tropas da capital em virtude da necessidade de produção dos gêneros alimentícios, que estavam em falta na Província depois do longo período de luta. O Tenente-Coronel lembrava ao comandante que os praças dispensados deveriam ser gratos ao governo por lhes conceder esse benefício, que lhes permitia:

não estorvar o tempo de seus trabalhos, e colheitas de lavouras, e que por isso mesmo devem ser gratos ao governo, e cooperar quanto esteja de suas partes, para que apareça no mercado dessa capital, e de outras partes o maior número de mantimentos [...] não só para seu benefício, como para o deste povo, de que certamente deve se ter compaixão”.⁷⁴⁷

As lutas durante o Primeiro Reinado não trouxeram grandes danos ao comércio do Pará. Entretanto, a Cabanagem atingiu fortemente a economia paraense. Depois dela, quase todos os engenhos do Moju desapareceram, já que foram alvos de ataques dos cabanos. Esses ataques desestruturaram a lavoura canavieira e o regime de escravidão, na medida em que os escravos tiveram participação atuante nesse movimento. Em 1848, o naturalista Bates comentava:

Havia muitas casas neste rio, pertencentes ao que eram antes grandes e florescentes lavouras, mas que, depois da revolução de 1835, caíram em decadência. Dois dos maiores edifícios tinham sido levantados pelos jesuítas na primeira metade do século passado. Disseram-nos que antes havia onze engenhos de açúcar nas margens do Mojú, e agora só restava três.⁷⁴⁸

⁷⁴⁶ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1151, ofício de 14 de outubro de 1842.

⁷⁴⁷ APEP, FSPP, códice 1118 (1840-41). Ofício de 16 de julho de 1840.

⁷⁴⁸ Bates apud Vicente Salles. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004. p.164.

Segundo Vicente Salles e Ernesto Cruz, a Cabanagem desestruturou as formas de obtenção de mão-de-obra vigente na Província, visto que ela foi marcada pela intensa participação de escravos e índios durante os anos de 1835-1840. Indubitavelmente, as autoridades militares e o Presidente da Província estavam interessados na recuperação econômica do Pará, por isso procuram diminuir a pressão do recrutamento sobre os lavradores, que era motivo de constante atrito entre os alistados, a elite local e os agentes recrutadores. Todavia, o governo imperial continuava a pressionar para que o Presidente da Província mandasse mais soldados, pois necessitava promover o aumento do efetivo da Província, a “pacificação” de São Pedro do Rio Grande do Sul e fornecer recrutas à Marinha.

O Presidente liberal Tristão Pio Santos, substituto de João Antônio de Miranda, tentou reverter algumas arbitrariedades de Andréa, reduzindo os poderes dos comandantes militares. Em dezembro de 1840, coube ao Governador das Armas comunicar a alteração na Lei de 4 de abril de 1837, decretada por Soares de Andréa, que criava os comandos militares. As novas funções dos comandantes militares eram apenas cinco: comandar a Guarda Policial de seus distritos; ser responsável pela comunicação oficial com o comando das armas e com outros comandos, mas somente em caso de necessidade; **“auxiliar a justiça, quando solicitado por autoridade competente”**; velar sobre a tranquilidade pública do seu distrito; prender os “perturbadores da ordem pública quando estes se apresentarem armados, **ou q(uan)do os juízes de paz pedirem a prisão apresentado auto de denúncia”**,⁷⁴⁹ A terceira e a última função submetiam os comandos militares novamente aos juízes, e devolviam as antigas atribuições dos juízes de paz, intensamente combatidos por Andréa, reforçando os poderes locais.

O Presidente Tristão Pio Santos dava continuidade à política de desmonte do Exército criado por Andréa, iniciada por seus dois antecessores. Mas a necessidade de braços armados fez com que cedessem e pedissem o engajamento de alguns homens para o Exército. Em 1840, o Presidente da Província, João Antônio de Miranda, dava ordens para manter o “estado completo do corpo Provincial de 1ª linha [...]”.⁷⁵⁰ Para isso, ordenava-se que o Comandante das Armas, Marco Antônio Brício, mandasse um comunicado a todos os comandantes da Guarda Policial para que pedissem “aos praças dos corpos que comandavam”⁷⁵¹ que fossem

⁷⁴⁹ APEP, FSPP, Correspondência do Comando Militar com Diversos, código 1120. Ofício de 10 de dezembro de 1840.

⁷⁵⁰ APEP, FSPP, Correspondência do Presidente da Província com o Comando das Armas, Código 1136, ofício de 09 de março de 1840.

⁷⁵¹ Ibidem, ofício de 09 de março de 1840.

voluntários a 1ª linha, e lhes garantia que serviriam apenas os quatro anos exigidos na Lei.⁷⁵² Mantendo a posição contrária ao recrutamento da maioria dos liberais, ele cedia à ampliação do Exército, mas defendia que os membros dessa instituição fossem voluntários.

Tristão Pio Santos era menos simpático ao alistamento à força e insistia na dispensa do recrutamento na Província ao Imperador. Todavia, o Ministro da Guerra, o também liberal Francisco de Paulo e Holanda Cavalcanti - Marques de Paranaguá - a favor do recrutamento, não atendeu ao pedido do Presidente, pois havia necessidade de homens para suprir as embarcações da Armada ancoradas nos portos paraenses, além daquelas que tivessem de ir à Corte.

Tristão Pio Santos morreu em 1841, levando de volta ao comando da Província Bernardo de Souza Franco, que era então Vice-presidente. Este resolveu desobedecer às ordens imperiais e alistou somente um número necessário de homens à frota da Armada, que estava estacionada no cais do Pará, não enviando ninguém ao Rio de Janeiro. Em resposta à desobediência dele, o Marquês de Paranaguá tentava convencer o Vice-presidente de que não era preciso fazer um “grande recrutamento”,⁷⁵³ mas o Pará não estava isento dos alistamentos tanto à Marinha quanto ao Exército do restante do país. Segundo o Marquês, Souza Franco havia interpretado erradamente as ordens enviadas pelo Ministro.⁷⁵⁴

Sua Majestade o Imperador há por bem mandar recomendar a V(ossa) E(xcelência) que continue no recrutamento para o Exército com a maior energia possível, aproveitando todas as ocasiões que lhe oferecerem para enviar para esta Corte os recrutas que se forem fazendo, e toda a tropa que for possível dispensar nessa Província esperando seu reconhecido zelo pelos interesses Nacionais que no desempenho desta diligência se haverá com a mesma intensidade que até o presente bem manifesta em enviar Tropas [...]⁷⁵⁵

Todavia, a falta de recrutamento no Pará continuava, e o Ministro insistia na necessidade de se efetuar as conscrições. Nessa nova correspondência, ele determinava:

[...] Sua Majestade o Imperador [...] Espera do reconhecido zelo de V(ossa) Ex(celência) pelo Bem do País, que empregará toda a sua eficácia a fim de quem dois batalhões de caçadores, dessa Província sejam, quanto antes, elevados em seu estado completo, por ser urgente o aumento da força de linha, que ainda está muito distante da decretada na Lei de definição das forças de terra [...]⁷⁵⁶

Pedido semelhante foi novamente feito em novembro:

⁷⁵² Idem.

⁷⁵³ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1154, ofício de 15 de abril de 1842.

⁷⁵⁴ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1134, ofício de 17 de fevereiro de 1841.

⁷⁵⁵ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1153, ofício de 15 de abril de 1842.

⁷⁵⁶ Ibidem, ofício de 28 de fevereiro de 1842.

observando-se que o recrutamento nessa Província tem parado Sua Majestade o Imperador há por muito recomendado que V(ossa) E(xcelência), empregando a mais ativa diligência, mande se recrutar para mais quatrocentos homens, por serem estes recrutas indispensáveis para conservar no seu estado efetivo a força do Exército de Operação na Província do Rio Grande do Sul⁷⁵⁷

O recrutamento para a “pacificação” do Rio Grande do Sul era freqüente nos ofícios enviados pelo Ministro da Guerra aos Presidentes da Província até 1845. Em outubro de 1840, o Ministro da Guerra - Holanda Cavalcante de Albuquerque - escrevia ao então Presidente da Província, comunicando a determinação do Imperador: “[...] O Imperador determina que V(ossa) Ex(celência) faça embarcar a Província do Rio Grande do Sul a Tropa, que para ali deve marchar, tanto nas Embarcações da Armada ali estacionadas, como nas que ora partem desta corte”.⁷⁵⁸ Essa seria mais uma das séries de pedidos iguais a estes. Em novembro de 1840, o Ministro da Guerra insistia no alistamento e recomendava que não lhe mandassem homens incapazes de servir e com moléstias contagiosas, como estava ocorrendo às remessas de outras províncias.⁷⁵⁹

Pode-se observar que a atitude de Tristão Pio Santos e Souza Franco é completamente adversa dos antigos Capitães-Generais, como Mendonça Furtado, Francisco de Souza Coutinho e o Conde de Vila Flor, que demonstravam mais obediência às determinações reais. Os tempos eram outros, Souza Franco era Vice-presidente, e os Vices-presidentes, apesar de serem escolhidos pelo Imperador, saíam de uma lista sêxtupla elaborada pela Assembléia Provincial até 1841. Assim, sua ligação com as elites locais era mais forte do que com o poder central. Possivelmente, para não contrariá-las, ele desafiava as autoridades do governo geral, deixando no Pará a mão-de-obra necessária à reconstrução da economia da Província, mas também defendia a posição liberal contrária ao fortalecimento do Exército, que estava em franco desenvolvimento com a volta dos conservadores ao poder em março de 1841.⁷⁶⁰ Em 1842, os conservadores conseguiram por meio de decreto dar continuidade à reforma do Exército. Esta fora freada pelos três gabinetes liberais anteriores a março de 1841. Mas, em

⁷⁵⁷ Ibidem, ofício de 25 de novembro de 1842.

⁷⁵⁸ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1134, ofício de 31 de outubro de 1840.

⁷⁵⁹ Ibidem, ofício de 06 de novembro de 1840.

⁷⁶⁰ Bernardo de Souza Franco foi Presidente da Província do Rio de Janeiro entre novembro de 1864 a dezembro de 1865, durante a Guerra do Paraguai. Nesse período, aconselhou a paralisação do recrutamento da Guarda Nacional em grande escala, “pois acreditava que a continuidade aumentaria o ressentimento, prejudicando as atividades econômicas. Opunha-se também à utilização de escoltas para trazer os guardas nacionais[...]o recrutamento forçado, além de não cumprir com seus objetivos, ainda levaria o inconveniente de levar muitos indivíduos para as matas” (p. 192) Vitor Izecksohn. “Recrutamento Militar durante a Guerra do Paraguai”. In: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 179-208.

1842, ela saía do papel impulsionada pelas revoltas de liberais de Minas Gerais e São Paulo naquele ano.

Para evitar problemas com Vices-presidentes insubordinados, o governo central havia acabado com a nomeação do Vice-presidente pela Assembléia Provincial em 1841, transformando-a em uma atribuição exclusiva do Imperador,⁷⁶¹ restringindo drasticamente o legislativo provincial. Mas Souza Franco já era Vice-presidente em 1840. De acordo com Feldman, entre 1840 e 1841, os conservadores reforçaram o poder central por meio da Interpretação do Ato Adicional, que recriou o Conselho de Estado, e reformaram o Código de Processo Criminal de 1832.

Por sua vez, Miriam Dolhnikoff defende a tese de que a unidade e a construção do Estado não se deram em detrimento dos poderes locais. Para ela, a consolidação do Estado Imperial deu-se graças a “um arranjo institucional que foi o resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”.⁷⁶² Esse acordo foi possível “mediante a um pacto federalista, concretizado nas reformas liberais da década de 1830 e que não foi essencialmente alterado com a revisão conservadora da década seguinte”.⁷⁶³ De acordo com a autora, de fato, as duas grandes reformas feitas pelos conservadores foram a Interpretação do Ato Adicional, de 1840, e a reforma do Código de Processo Criminal de 1841, visto que este retirou dos juízes de paz as atribuições iniciais do processo criminal, passando essas prerrogativas aos delegados e subdelegados, criados pela reforma do código. Estes eram escolhidos entre os desembargadores e juízes de direito. A continuidade do processo-crime cabia aos juízes de direito e promotores, que eram escolhidos pelo Ministro de Justiça. Assim, criou-se uma rede de empregados provinciais ligados ao poder central.

A Interpretação do Ato Adicional compunha-se de oito parágrafos que retiraram das Assembléias Provinciais o poder de legislar sobre a polícia judiciária; subtraiu delas também a prerrogativa de “alterar a natureza e atribuições de empregos estabelecidos por leis gerais, cujas funções eram relativas a objetivos e competências do governo-geral”, proibindo a demissão por elas desses cargos nomeados pelo poder central e regulamentava a magistratura.

⁷⁶¹ Miriam Dolhnikoff. “As elites regionais e a construção do Estado”. In: István Jancsó (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo/Ijuí: Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.,p. 432-468. As análises de Araújo e Bastos comungam da tese acima defendida por Dolhnikoff. Ver: Araújo. O Tutu da Bahia...p. 120 e Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem*...p. 47-48

⁷⁶² Dolhnikoff. “As elites regionais...p. 432

⁷⁶³ Ela se refere às reformas feitas pelos liberais moderados, depois da Abdicação de D. Pedro I, que reforçaram os poderes locais com a reforma institucional. Essas reformas vieram por meio da Lei de Regência, Código de Processo Criminal de 1832, Ato Adicional de 1834 e a Lei de Criação da Guarda Nacional,¹ analisados no capítulo anterior. Ibidem, p. 433; 438

Segundo Dolhnikoff, “A revisão conservadora seria complementada justamente pela Lei de 1841, que alterava a fórmula para a escolha do Vice-presidente”.⁷⁶⁴ Para ela, a despeito dessas mudanças, a câmara legislativa imperial, fosse ela conservadora ou liberal, continuava sendo composta por deputados que “mantinham compromisso com os interesses de sua região”, dando à elite regional grande poder de barganha com o poder central, cedendo em alguns pontos e “aferrando-se na defesa de outros”.⁷⁶⁵ Além disso, as Assembléias Provinciais continuavam com o direito de suspender ou demitir os magistrados; criar uma polícia provincial; mantinham a autonomia para legislar sobre empregos referentes à instrução pública, obras públicas, e cabia-lhes a “arrecadação e fiscalização das rendas provinciais e municipais”, dentre outras medidas.⁷⁶⁶

Refletindo sobre as denúncias de extrema centralização do poder, depois do regresso feitas pelos participantes das Revoltas Liberais de Minas Gerais e São Paulo em 1842, e a Revolta Liberal de Pernambuco ocorrida em 1848, Dolhnikoff escreveu que:

Não se pode tomar de maneira literal o discurso de homens que lutavam pela manutenção de sua influência política e procuravam legitimidade para seus atos nas acusações de excessiva centralização. É preciso analisar o arranjo institucional efetivo, para avaliar o caráter do regime que se instalara.⁷⁶⁷

Segundo a referida autora, o próprio Nunes Machado, líder do movimento Pernambucano de 1848, fora defensor, durante as discussões do projeto de Interpretação do Ato Adicional em 1839, da presença de funcionários ligados ao poder central a fim de garantir a execução de seus planos. A ausência desses funcionários e a permissão da demissão deles pelo poder provincial dificultariam a gerência do poder geral na articulação da unidade nacional, função primordial do governo Imperial. Nunes Machado ainda mantinha essa posição em 1847, e defendia que as decisões políticas fossem tomadas pelo Presidente, seu aliado. Somente quando seus adversários assumiram o poder na Província, em 1848, decidiu, “em busca de legitimidade”,⁷⁶⁸ criticar a centralização do poder.

Dolhnikoff se posiciona contrária às idéias de Mattos, que defende que a construção do Estado Nacional foi o resultado da ação de um grupo senhorial, articulada em torno da Coroa, a chamada elite *saquarema*, já referida muitas vezes aqui, que seria a única portadora de um projeto nacional, e única capaz de impô-lo às elites regionais presas a projetos localistas. Para Dolhnikoff, as elites locais não eram portadoras de projetos de autonomia

⁷⁶⁴ Ibidem, p. 444

⁷⁶⁵ Ibidem, p. 444-445

⁷⁶⁶ Ibidem, p. 444.

⁷⁶⁷ Ibidem, p. 445

⁷⁶⁸ Ibidem, p. 447.

desvinculados de um arranjo nacional. Assim, a consolidação do Império teria saído de acordos entre a elite nacional, ligada ao trono, e as elites regionais.⁷⁶⁹

Para entender melhor o poder de barganha da elite provincial no Grão-Pará, há necessidade de se entender a influência dela nos recrutamentos por meio da força militar sob o controle dela no Pará: A Guarda Policial. Começamos por avaliar a atitude de Souza Franco frente à militarização do Pará. Em agosto de 1840, o Jornal *Treze de Maio* publicou um discurso dele, na câmara imperial, poucos meses depois de seu primeiro mandato como Presidente do Pará, no qual ele deixava claro a sua posição sobre a necessidade de força militar na Província. Segundo ele:

Eu queria mesmo falar a respeito do desleixo, do abandono em que tem estado a Província do Pará quanto à força militar. À minha saída da presidência em fevereiro de 1840, bem como a minha entrada em abril de 1839, estava o 4º Batalhão de Caçadores em operações no Amazonas, isto é, na parte principal e mais importante da Província, onde havia guerra, e não pequena, e se combatia com inimigos.

[...] muitas vezes o fiz mostrando que o Amazonas, essa parte importantíssima da Província, corria risco de completa aniquilação, **pela perda de disciplina que necessariamente deveria seguir-se da falta de oficiais em um batalhão composto de gente agarrada pelas Províncias, que, como é fácil de crer, não era da mais moral [...].**

Sobre as promoções na Província do Pará, devo dizer que atribuo o se não ter com facilidade sufocada as desordens ocorridas no Pará principalmente **ao abandono em que o governo tem deixado ali [os militares]; quando rebentou a revolução no Pará não havia quase um oficial a testa da força legal, porque moços que eram alferes havia 16 anos, não podendo continuar na carreira, que não lhes oferecia prospecto algum de adiantamento, pediram baixa [...].**

É preciso que cesse o abandono em que [os militares] tem estado na Província do Pará, porque é preciso que o Pará tenha força militar. Eu olho para o futuro, em que o Pará passe a ser governado de outra maneira, isto é, quando se principiar a colonização, quando se estabelecer a navegação por vapor no Amazonas, quando a população toda for se entregando ao trabalho; então será tempo de dispensar a Província a grande força militar que tem, mas enquanto isto não acontecer, enquanto a colonização não for promovida na Província, enquanto o Amazonas não for navegado por vapor, enquanto a população se não tornar laboriosa, indispensável é que conservemos força para as nossas fronteiras, onde por mais de um ponto já o estrangeiro vizinho ousou estabelecer-se para povoar esses imensos desertos⁷⁷⁰.

Souza Franco concordava que os militares do Pará haviam sido abandonados pelo governo imperial liberal e aponta a falta de disciplina na tropa provocada pela falta de promoções, impedindo a progressão da carreira dos alferes, posto mais baixo da oficialidade. Indubitavelmente ele deveria referir-se à proibição de distribuição de patentes no Exército

⁷⁶⁹ Ibidem, p. 432

⁷⁷⁰ Grêmio Recreativo Literário Português (GRLP), *Treze de Maio*, 15/08/1840 apud Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 53.

estabelecida em 1834, mas ele também ressaltava a política de promoções instituídas, principalmente depois de governo de D. João VI, que dificultou o acesso a postos de oficiais superiores aos quais não fossem bem relacionados ou bem nascidos. Segundo ele, essas condições levaram os alferes a pedirem demissão, deixando as tropas sem oficiais, uma tropa formada por “gente agarrada na Província”, ou seja, por homens recrutados, que provavelmente não estavam satisfeitos com o serviço na 1ª linha. Como já foi dito, a maioria dos liberais eram francos defensores do engajamento.

Criar um Exército formado somente por voluntários foi o que eles tentaram fazer com a Lei de 06 de outubro de 1835. Todavia, a postura liberal seria sempre ambígua, pois em certos momentos seriam a favor dos alistamentos, como aconteceu em 1836 quando o número de engajados não atingiu o patamar necessário para a “pacificação” das províncias dissidentes. Segundo Kraay, em 1843, um Ministro da Guerra diria que o recrutamento era “impolítico”, pois entregava a segurança interna e externa do país a homens sem interesse em mantê-la.⁷⁷¹ Até os conservadores reconheciam a dificuldade de controlar tropas formadas por meio de levadas forçadas, mas elas continuavam por muito tempo, visto que fariam parte da estratégia do governo para “pacificar” o Império.

Aparentemente o discurso de Souza Franco não era muito diferente do de Andréa, que também via a necessidade de se manter a Província militarizada. Mas havia diferenças. Souza Franco não defendia a militarização tanto em tempo de paz quanto de guerra, ela somente seria necessária até a “pacificação” da Província, povoação (por meio da colonização), prosperidade, que viria com a livre navegação do rio Amazonas, e com a “entrega” da população ao trabalho.

Se ele era a favor do Exército, por que ele se recusava a enviar tropas para o Rio de Janeiro, para serem depois enviadas ao Rio Grande do Sul e à Armada quando começou seu segundo mandato como Presidente? Souza Franco, como membro da elite, sabia da necessidade de conter os insurgentes, mas como todo bom liberal temia o fortalecimento do Exército. Então, ao falar sobre força militar, ele deveria referir-se à Guarda Policial, que estava sujeita à Assembléia Provincial.

Para o ano de 1839, já havia sete batalhões e um esquadrão de cavalaria da Guarda Policial no Pará. Distribuídos da seguinte maneira: o esquadrão de cavalaria (46 praças) e o 1º batalhão em Belém e freguesias (505 praças); 2º Batalhão em Bujaru (382 praças); 3º batalhão do rio Capim (263 praças); 4º Batalhão no Acará (207 praças); 5º Batalhão no rio Moju (329 praças); 6º Batalhão em Igarapé-Miri (298 praças); 7º Batalhão distribuído pelas freguesias de

⁷⁷¹ Kraay. *Races, State, And...*p. 190

Abaetetuba, Beja e Barcarena (526 praças), num total de 2.556, durante o primeiro governo de Souza Franco.⁷⁷²

Por sua vez, foi Tristão Pio Santos, durante o seu governo, que deu início ao desmonte da estrutura militar voltada para o Exército criada por Andréa, que entregou os poderes a comandantes do Exército vindos com ele para controlar a Província. Com a diminuição dos poderes desses comandantes militares e a subjugação deles aos juízes de paz e à Assembléia Provincial, devolvia-se o controle da polícia para a elite provincial. Logo após a redução dos poderes dos comandantes militares, Tristão Pio Santos pedia o engajamento para o Corpo Policial de 1ª linha, oferecendo a vantagem de servirem por apenas quatro anos e não saírem da Província, visto que o corpo estava sendo criado “pela Assembléia Legislativa Provincial”.⁷⁷³ Além disso, os guardas policiais tinham um soldo maior e estavam liberados de servir no Exército.

De acordo com Bastos, a polícia era a instituição com maior semelhança com o Exército, constituída por: “um estado maior e um estado menor, estando subordinada ao Presidente da Província”.⁷⁷⁴ Ela possuía tanto funções policiais - de manter a segurança pública e prender criminosos - como de fazer a defesa da fronteira, que era pertinente ao Exército. Bastos destaca que a polícia servia tanto para a repressão de membros contrários à elite regional como aos homens livres pobres.⁷⁷⁵

Kraay também informa sobre a posição das tarefas da polícia, Exército e Guarda Nacional. Todavia, essas corporações eram rivais, uma vez que a composição delas era bem diferente. Na Guarda Policial estavam os pequenos lavradores, donos de sítios, oficiais mecânicos, os chamados homens válidos. Por sua vez, para o Exército iam principalmente os “in subordinados”, “vadios”, “criminosos”.⁷⁷⁶

Talvez a grande função da polícia fosse fazer o recrutamento para o Exército, atribuição concedida à polícia desde 1796,⁷⁷⁷ mas só posta em prática na Província do Pará com intensidade depois de 1840 - pois quem tivesse o controle dela poderia manipulá-la de acordo com seus interesses. Por isso, não é de estranhar o franco combate ao aumento do efetivo do Exército na Província por Souza Franco, comandado pelo Governador das Armas e

⁷⁷² Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 52

⁷⁷³ APEP, FSPP, Correspondência do Comando Militar com Diversos, código 1119 (1840-41), ofício de 12 de dezembro de 1840.

⁷⁷⁴ Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 54.

⁷⁷⁵ Ibidem, p. 58.

⁷⁷⁶ Kraay. *Races, State, And...*p.196-197

⁷⁷⁷ Fábio Farias Mendes. “Encargos, Privilégios e Direito: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 114.

seus subordinados - os comandantes militares. O Vice-presidente, em nova correspondência aos comandantes militares, reforça a diminuição de suas atribuições em 1842, quando eles deixaram de ser responsáveis pela polícia, que passava a estar sujeita à autoridade do Presidente da Província, dos delegados, subdelegados e demais autoridades e agentes policiais, e passaram a ser responsáveis apenas pela:

[...] parte militar que compreende o auxílio de força quando for requisitado pelas autoridades competentes para a segurança e tranqüilidade do Distrito, e prisão de desordeiros e perturbadores da ordem pública, **compreendendo também o recrutamento àqueles comandantes militares que deste serviço foram especialmente incumbidos [...]** (grifo nosso).⁷⁷⁸

Talvez Souza Franco não se importasse em entregar as atribuições de recrutamento a civis, diminuindo as funções dos comandantes militares. Pois, apesar dos delegados e subdelegados terem ligações com o poder central, podiam ser nomeados tanto pelo Imperador quanto pelo Presidente da Província; no caso, por ele. Assim, mesmo nomeados pelo Imperador, nada impedia que eles fossem membros da elite regional ou tivessem de ceder à pressão dessa elite. Por exemplo, em Cametá, antigo reduto de intenso recrutamento, o delegado de polícia continuava sendo um membro da família Moraes Bittencourt, com o mesmo nome de seu avô Hilário de Moraes Bittencourt, que no segundo capítulo deste trabalho apareceu liberando lavradores de exercícios militares e montando tropas com homens “sem profissão”. Deve-se lembrar que essa família possuía influência além de Cametá, como se viu nos capítulos primeiro e terceiro. Além disso, a força policial dependia da Assembléia Provincial para existir.⁷⁷⁹

Mendes segue um caminho de análise parecido com Dolhnikoff. Ele escreve que os recrutamentos passaram a ocorrer mais de acordo com os interesses regionais, corroborando com a tese de que havia uma autonomia provincial. Mendes afirma que:

[...] A extensão dos controles centrais não significava, necessariamente, erosão da discricção local. Na imagem toquevilliana do visconde de Uruguai, a administração imperial tinha uma cabeça enorme, mas que não possuía braços e pernas. Algo muito distinto de uma burocracia moderna tomaria o lugar da administração litúrgica descentralizada, estruturada na década liberal [...]⁷⁸⁰

Souza Franco não deixaria de enviar alguns homens à Corte apesar de não ser o número desejado, nem da quantidade e *qualidade* esperada. A saída encontrada pelas autoridades provinciais era mandar homens considerados perigosos, resolvendo o problema

⁷⁷⁸ Sobre as atribuições dos comandos militares no Pará ver: APEP, FSPP, ofícios da Assembléia Legislativa Provincial, caixa 68 (1840-1848), ofício de 16 de novembro de 1842.

⁷⁷⁹ Dolhnikoff. “As elites regionais... p. 459

⁷⁸⁰ Mendes. “Encargos, Privilégios...p.130

de deixar a Província sem lavradores ou de alguém considerado útil à Província, e livravam-se daqueles que provavelmente lhes trariam problemas. Assim, os considerados perigosos à “paz” interna eram enviados à Marinha ou para o Exército pelas autoridades paraenses, dando continuidade à política imperial de retirar da Província pessoas envolvidas em levantes, contribuindo com o projeto nacional de “pacificação” do Império.⁷⁸¹

Uma das funções do Exército seria corrigir os homens de má conduta. Segundo Souza, em 1850, o Ministro da Guerra, o conservador Manuel Felizardo de Souza e Melo, diria na Câmara que a “À carreira das armas [...] cabia a difícil tarefa de lutar contra a independência de homens do campo que, acostumados pela fertilidade da terra, a uma vida de pouco esforço e quase nenhum trabalho, eram muito ariscos e resistiam às regras e disciplinas características da vida civilizada”.⁷⁸²

Eram os homens “perigosos” como estes que iriam solucionar o problema da mão-de-obra para a Marinha. Em 1842, o Ministro da Guerra comunicava ao Vice-presidente Souza Franco que: “Sua Majestade o Imperador Determina que, todas as vezes que dessa Província se enviar recrutas de Marinha para esta Corte, entre as quais haja alguns que se repute perigosos ao sossego público, venha assim declarado nos ofícios de remessa, a fim de se ter com eles as devidas cautelas [...]”.⁷⁸³ Em 1848, o comandante militar interino de Porto de Moz, o capitão Daniel Fonseca, mandou Francisco Pereira e Francisco Rocha para Belém a fim de serem encaminhados ao serviço da Armada, aquele havia “seduzido uma moça na casa de seu Pai e não tinha domicílio certo”⁷⁸⁴ e este era “vagabundo” e “sem domicílio”.⁷⁸⁵

Nascimento, ao analisar o recrutamento à Marinha na Corte, comenta que os recrutamentos poderiam render benefícios ao Presidente da Província, ao chefe de polícia e delegado, que se viam livres de indivíduos indesejáveis. Essa era uma maneira de resolver problemas como a mendicância, órfãos menores, homens livres sem emprego e outros que ameaçavam a vida e a propriedade dos cidadãos. O Código Penal de 1832 transformou os “não-trabalhadores” em infratores sujeitos à repressão policial. Assim, o “recrutamento forçado, por conseguinte, criava a possibilidade de retirar das ruas os que não se coadunavam a essa mesma ordem, enviando-os à Marinha”. Mas essa lógica das autoridades não se

⁷⁸¹ Diante do recrutamento de Guardas Nacionais, durante seu governo no Rio de Janeiro, Souza Franco aconselhava: “que se poderiam esperar melhores resultados se o recrutamento ordinário se concentrasse naqueles indivíduos, que sem isenções legais, não fazem falta aos serviços das agriculturas e das indústrias” Ver: Vitor Izecksohn. “Recrutamento Militar Durante...p.192

⁷⁸² Souza. *O Exército na Consolidação...*p. 129

⁷⁸³ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1154, ofício de 18 de março de 1842.

⁷⁸⁴ Ibidem, ofício de 12 de abril e 1848.

⁷⁸⁵ Ibidem, ofício de 12 de abril de 1848.

restringia somente ao alistamento de homens na Armada, visto que os “desordeiros” também eram enviados para o serviço no Exército.⁷⁸⁶

Mesmo depois do fim da Guerra da Farroupilha, um comandante policial da vila de Gurupá, em 1847, continuava a recrutar homens considerados perigosos para a 1ª linha. Desta vez, ele remeteu o recruta Raimundo José Vieira. Segundo o oficial: “Este indivíduo é vadio sem domicílio algum, está todo dia embriagado, sem dá ordem para seu sustento diário, é mal intencionado e por isso acho de justiça sentar praça a fim de ver se melhora a conduta”.⁷⁸⁷

Em 9 de Janeiro de 1848, seria a vez do índio João Antônio da Silva e de Aleixo José de Moraes serem recrutados. Segundo o comandante João Antônio, Silva era “perturbador do sossego público”, por isso “digno de ser contemplado no número daqueles q(ue) V(ossa) Ex(celência) pede para tropa de Primeira Linha”.⁷⁸⁸ Sobre Aleixo José de Moraes, disse que ele também deveria servir o Exército, pois “também era vadio insubordinado e sua existência perigosa neste distrito [...] espero que lhe dê o destino q(ue) merecer e que para cá não volte”.⁷⁸⁹

Os recrutados também podiam ser desafetos da elite regional no poder. De acordo com Kraay, os membros das elites procuravam deixar fora das tropas seus clientes considerados por eles fiéis e úteis à economia local, como os lavradores, que eram enviados para Guarda Policial. Eles normalmente tendiam a enviar ao Exército os clientes infiéis que rotulavam como “criminosos” e “vagabundos”, numa forma de punir e corrigir os maus clientes. Segundo Kraay, “A coerção e a força [...] são o anverso fundamental do paternalismo e da proteção em relação a patrão-cliente”.⁷⁹⁰ Assim, Raimundo José Vieira e o índio João Antônio da Silva, mandado para o Exército, e os enviados à Marinha poderiam ser clientes infiéis que podiam ter ameaçado acordos políticos ou violado normas de comportamento com seus patronos, levando-os a serem exemplarmente punidos.

⁷⁸⁶ Nascimento. *A Ressacada da Marujada*...p. 71

⁷⁸⁷ APEP, FSPP, Ofício dos Comandantes Militares, caixa 113 (1847-1848), ofício de 19 de julho de 1847.

⁷⁸⁸ FSPP, Ofício dos Comandantes Militares, caixa 113 (1847-1848), ofício de 9 de janeiro de 1848.

⁷⁸⁹ Ibidem, ofício de 9 de janeiro de 1848.

⁷⁹⁰ Kraay. *Races, State, And*...p. 197 Thompson escreve que o paternalismo obscurece a luta de classe, pois ele esconde-se sob uma visão de relações mutuamente consentidas entre senhores e clientes. Em outras palavras, o grande proprietário de terra é visto como o pai consciente das necessidades dos filhos, e estes, seus dependentes, possuem consciência de suas obrigações, omitindo a tensão dessa relação e luta dos clientes contra a exploração de seus patrões. Ver. E. A Thompson. “Patrícios e Plebeus”. IN: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998 pp.30-32. Ver também Antônio Luigi Negro. “Um certo número de idéias para uma história social ampla, geral e irrestrita”. In: Jurandir Malerba e Carlos Aguirre Rojas (org.). *Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru-SP: EDUSC, 2007. p. 75. Perter Linebaugh e Marcus Redriker também se opõe à historiografia inglesa, que apresenta as conquistas das classes subalternas como concessões do paternalismo Tudor. Perter Linebaugh e Marcus Redriker. *A hidra de muitas cabeças*...p. 28-29.

O recrutamento não se restringia a homens sem posse, pois proprietários e *potentados locais* poderiam estar incluídos no grupo de “homens perigosos”. Em 1849, o comandante militar do Rio Negro, o Tenente-Coronel Albino dos Santos Pereira, mandou prender um desafeto seu para *sentar praça* de soldado juntamente com seu amigo, pois ambos haviam lançado “pasquim” com críticas ao comandante. Um deles era um ex-tabelião da cidade de Belém, que residia no Rio Negro.⁷⁹¹ Não há muitas informações sobre ele, mas poderia ser alguém de posse ou influência para ter ocupado o cargo de tabelião da cidade de Belém, que podia muito bem ter se estabelecido no Rio Negro com boas condições econômicas ou ter sido remetido para lá como pena por sua participação em um dos levantes ocorridos no Pará. Talvez ele não chegasse a ser um *potentado local*, mas, mesmo que ele fosse, provavelmente, não se livraria do recrutamento.

Souza comenta que as levas forçadas serviam para punir os *potentados locais*, pois,

o enraizamento do trono exigia a desarticulação dos potentados locais, de todas as forças de ordem privada que resistissem à política que o governo procurava instituir. Se o estado imperial emergia dos interesses particulares, vale ressaltar que não se tratava de manter intocáveis os poderes da casa, mas de reorganizá-lo.⁷⁹²

Como Souza defende a posição de que foi a elite *saquarema* que impôs aos liberais a necessidade de uma maior centralização dos poderes, por meio de suas reformas, em detrimento dos poderes locais, sendo o Exército um dos braços para efetivação desse projeto, ela acredita que os chefes de polícia, delegados, subdelegados e comandantes militares, que eram nomeados pelo Imperador ou pelos Presidentes das Províncias e outros representantes do poder nas províncias, muitas vezes foram capazes de controlar ou negociar com os *potentados locais* sem a ajuda da elite regional.

Contraopondo-se a Souza, Dolhnikoff informa que o Ato Adicional de 1834 já submetia as localidades ao governo provincial, pois todas as receitas e posturas municipais estavam submetidas à aprovação da Assembléia Provincial. A reforma conservadora do Código de Processo Criminal de 1841 apenas aprofundou essa relação ao reduzir os poderes dos juízes de paz. Mas muitos liberais, depois de delegados os poderes aos juízes de paz, perceberam o erro que haviam cometido. O próprio Diogo Antônio Feijó era a favor de mudanças na legislação para a redução dos poderes dos juízes de paz, visto que eles defendiam os interesses pessoais de grandes proprietários. Deve-se lembrar também que Pantoja de Aguiar, Ministro da Justiça em 1836, também era a favor de reformas no Código de 1832.

⁷⁹¹ FSPP, Ofícios dos Comandantes Militares, caixa 126 (1849).

⁷⁹² Souza. *O Exército na Consolidação...*p. 143

Para Dolhnikoff, cabia ao governo provincial controlar os *potentados locais*, já que o governo central era incapaz de intervir em cada localidade. Além disso, era por meio das negociações entre a elite regional e os Presidentes da Província que os cargos eram distribuídos. Mais uma vez, afirmam-se as idéias de que o projeto de nação, atribuído exclusivamente à elite *saquarema*, pertencia também a elites regionais. Assim, homens de posse ou de certa influência podiam ser recrutados para impedir sublevações. Vale lembrar, ainda, que a elite econômica do Alto Amazonas ainda defendia sua separação do Pará, e a contestação aos poderes do comandante militar poderia animar alguns soldados, não satisfeitos com o serviço, a fazer um levante. Foi depois de um novo levante militar em 1832 que a elite local, unida à tropa, decretou a separação do Rio Negro do Pará.

Em 1844, ocorreu mais um exemplo de como se dava a relação entre Presidente da Província e membros da elite provincial. Nesse ano, atendendo uma nova determinação do governo imperial o recrutamento às tropas do Exército, o Presidente da Província, Manoel Paranhos da Silva Valério, mandou para Cametá (região de Melgaço) um oficial do Exército a fim de fazer o recrutamento, e que ao chegar à vila foi impedido de efetuá-lo. O comandante militar de Cametá, o Tenente-Coronel João Roberto Ayres Carneiro, preferiu atribuir-lhe outra tarefa, que era procurar desertores ligados a escravos fugidos.⁷⁹³

O comandante militar então nomeou dois oficiais da polícia para o recrutamento: os tenentes Joaquim de Oliveira Campos e José Antônio Lobato. Provavelmente homens da confiança dele. Os tenentes tomaram todo o cuidado para não fazer nenhum recrutamento à revelia do seu comandante. Assim, em correspondência enviada ao Presidente da Província, Joaquim de Oliveira comentava que: “[...] De combinação com Tenente-Coronel Comandante Geral Militar dessa Comarca, sigo para vila de Oeiras dar início ao recrutamento por não querer consentir o mesmo comandante Militar ele faça o recrutamento no distrito dessa vila [...]”.⁷⁹⁴

A despeito da “combinação”, foram recrutados alguns clientes do comandante Ayres. Ele tentou reverter alguns recrutamentos, enviando ao Presidente da Província o pedido de Marcelino Pereira, morador de Oeiras, distrito de Cametá, em favor de seu neto, Joaquim Antônio Toscana. Nele Marcelino Pedia que Joaquim continuasse a servir como Guarda Policial, e fosse revogado o recrutamento dele para o Exército. Dessa forma, indo verificar a situação de Joaquim junto ao comandante parcial de Oeiras, o Tenente-Coronel obteve apenas a confirmação de que o recruta havia servido na Guarda Policial sem nota, mas que na falta

⁷⁹³ APEP, FSPP, Ofícios dos Comandantes militares, caixa 94 (1844-45), ofício de 28 de outubro de 1844.

⁷⁹⁴ Idem

“de gente foi o dito Toscana incluído nas recrutas pelo tenente de polícia José Antônio [ilegível], que em comissão se achava nesse distrito no mês pretérito”.⁷⁹⁵ Mas, não satisfeito com a resposta do comandante parcial, o Tenente-Coronel resolveu ouvir o avô de Joaquim, e este lhe informou que, apesar de Joaquim ter dois irmãos, estes moravam em outra casa, e Joaquim era o único que vivia com ele e o sustentava. Por isso, ele solicitava que seu neto fosse considerado arrimo de família e isento do serviço na 1ª linha.⁷⁹⁶

Provavelmente Joaquim Toscana tenha se engajado na polícia achando que estaria protegido do recrutamento para o Exército e do possível destacamento para o Rio Grande do Sul. Todavia, ele foi surpreendido pela chegada na vila de Oeiras de uma comissão de recrutadores policiais enviada pelo delegado de Cametá e comandante militar interino, na ausência de Ayres Carneiro. Assim, Hilário de Moraes Bittencourt teve de ceder à pressão do Presidente da Província para elevar o efetivo do Exército no Pará e permitir o recrutamento em Cametá, mas conseguiu que o oficial enviado pelo Presidente fosse auxiliado pelos dois tenentes da polícia com ajuda do comandante parcial de Oeiras.

À frente novamente do comando, e titular do posto de comandante militar de Cametá, Ayres tentou impedir o recrutamento. Primeiro, não permitiu que o enviado do chefe da Província fizesse o alistamento, depois procurou reverter a situação de Joaquim Antônio Toscana. Mas, ele não foi a única vítima. A leva forçada continuou a retirar homens considerados úteis do Grão-Pará.

No mesmo ano, o comandante militar de Cametá recebeu outro requerimento enviado pelo guarda policial Armandio José Nunes, que ao ser incluído na leva forçada, solicitava “assentar praça no Corpo Provincial”, provavelmente temendo também ser enviado para o Rio Grande do Sul. Seu pedido não era impossível porque se procurava deixar os “bons” recrutas, como Toscana e Nunes, na Província, para evitar problemas com o Exército provincial.

Dessa forma, como participante do projeto de ordenação do Império, a elite regional anter um efetivo militar na Província e, algumas vezes, para sustentá-lo em estado mínimo recrutava “homens úteis”. Aparentemente, Ayres era senhor de terras em Oeiras e tentava impedir o recrutamento nessa vila, mas teve de ceder. Todavia, exigiu que o recrutamento fosse realizado por militar de sua confiança, o que conseguiu. Mais uma vez, conclui-se que a elite provincial para a “pacificação” do Império mesmo com algumas exigências não somente por oposição ao governo central, mas por que também comungava do projeto nacional de manter o status quo social.

⁷⁹⁵ Ibidem, ofício de 29 de outubro de 1844.

⁷⁹⁶ Idem

Com um Exército provincial formado por homens “úteis” ou quase todos “úteis”, os dirigentes dessa força no Pará tentavam conceder benefícios a eles para evitar problemas com a guarnição, mesmo burlando as leis imperiais. Por exemplo, o governo provincial acabou com o fornecimento de comida aos praças nos quartéis, uma velha reivindicação da tropa. Esse fornecimento havia sido colocado em prática ainda no governo de D. Pedro I, mas encontrava resistência entre os soldados que reclamavam da comida fornecida a eles. Pode-se dar como exemplo o caso de conspiração para um levante em 1826 no Marajó, quando os praças protestaram contra o comandante que lhes fornecia “carne magra” e vendia a “carne gorda” no mercado. Aparentemente a distribuição de alimentos no quartel desaparece no final da década de 20 dos oitocentos para reaparecer em 1831.

Segundo Kraay, a volta da provisão de alimentos aos soldados no quartel, em 1831, foi mais uma maneira encontrada pelo governo imperial, a fim de evitar o contato dos praças com a população civil.⁷⁹⁷ Apesar de Kraay afirmar que essa medida foi aplicada em todo o Império, no Pará, procurou-se restituir o pagamento das etapas (ração diária de cada soldado) em dinheiro, evitando, dessa maneira, problemas na 1ª linha, visto que os responsáveis pelo fornecimento de comida acabavam negociando alimentos de pouca *qualidade*, como destacou o comandante militar do baixo Amazonas:

Ordenando-me o Ex(celentíssimo) S(enho)r Presidente da Província em ofício de 03 de outubro p(róximo) p(assado), q(ue) remeta para os Destacamentos a etapas em dinheiro, e que não consinta que algum seja encarregado de suprir a Tropa de etapas, por que é esse um meio de fazer negócio, ministrando aos soldados gêneros podres e por alto preço, com grave prejuízo dos mesmos⁷⁹⁸

Se, de fato, o não pagamento da ração em dinheiro foi geral no Império depois de 1828, mais uma vez as autoridades provinciais tomaram medidas condizentes com a realidade da Província, ignorando essa medida, resolveram pagar as rações em dinheiro, evitando problemas com os soldados. Vê-se essa prática ainda em 1847, quando o comandante de Macapá (costa setentrional) avisou ao Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, do recebimento de um ofício sobre o pagamento das rações e forragem para os cavalos no valor de “duzentos e vinte réis diários”.⁷⁹⁹

Aparentemente as autoridades estavam mais preocupadas em diminuir a tensão dentro das fileiras do Exército - impedindo que o descontentamento com alimentos, considerados por eles de baixa qualidade, levasse a levantes - do que impedir o contato dos soldados com as

⁷⁹⁷ Kraay. *Races, State, And...*p. 206.

⁷⁹⁸ APEP, FSPP, Correspondência do Comando Militar do Baixo Amazonas com Diversos, códice 1166 (1843-1845). Ofício de 4 de novembro de 1843.

⁷⁹⁹ APEP, FSPP, Ofícios dos Comandos Militares, caixa 113 (1847-1848), ofício de julho de 1847.

quitandeiras e verdureiros. Eles procuraram outros caminhos para evitar a possibilidade de tramatas entre os civis e militares. Assim, eles estavam atentos aos contatos desses militares com a população civil. Por isso, essas autoridades aumentaram a vigilância a pequenos estabelecimentos comerciais, como às tavernas, pois as consideravam espaços de possíveis reuniões de soldados, desertores, *pretos* escravos e fugidos.

Brito escreve sobre a constante presença de militares nessas tabernas nos idos de 1823, pouco antes de começarem a se intensificar os levantes militares na Província. Diante desse contexto, não se pretende afirmar que a taberna foi o lugar, ou o único local, onde se tramaram os levantes, mas as proibições de ajuntamento de elementos envolvidos nos episódios da década de 20 e 30 dos oitocentos nas *baiúcas* permitem-nos reforçar a hipótese de ter sido esses um dos lugares de politização e de planejamento de ações políticas de muitos militares.⁸⁰⁰

No interior da Província, as câmaras municipais ficavam responsáveis por registrar e fiscalizar os estabelecimentos comerciais. Além de se impedir a venda de produtos que chegavam às vilas pelas praias, pretendia-se controlar os produtos a serem vendidos ou comprados a moradores livres, desertores e escravos. Nesses locais, também se proibia que pólvora e armas fossem comercializadas. Sem dúvida essa era uma medida para impedir o armamento de homens recém saídos das lutas na Cabanagem, e as tabernas se constituíam nos principais alvos das autoridades, uma vez que levavam a fama de ser reduto de ócio e receptação de furto.⁸⁰¹

Os agentes do fisco agiam como modeladores de costumes, e, diante dos acontecimentos recentes da Província, eles procuraram acabar com os espaços de ajuntamento de pessoas. Assim, não somente as bodegas eram fiscalizadas, mas os pontos d' água, que eram locais de grande convívio social e de troca de informações.⁸⁰² Indubitavelmente essas medidas também estavam ligadas ao aumento da arrecadação na Província. Assim, o controle do comércio continuou nas casas de venda do interior da Província, pois a baixa arrecadação da Província era oriunda da falta de pagamentos de taxas por esses estabelecimentos. Além de aumentar a arrecadação, pretendia-se combater o comércio clandestino dos regatões. Dessa forma, eram liberadas somente aquelas que pagassem o imposto no valor de 400\$00 réis, e se

⁸⁰⁰ Adilson Júnior Ishihara Brito. *A Explosão Revolucionária: a soldadesca na Independência do Grão-Pará (1821-23)*. 1999. 89 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, 1999. p. 57

⁸⁰¹ Siméia Nazaré Lopes. “Casa de Negócios, Tabernas e Quintais: O controle social sobre os agentes do comércio no pós-Cabanagem”. In: *Revistas Estudos Amazônicos*, v.1, n.1, p. 55-76, jul./dez., 2007. p. 44-45.

⁸⁰² Ibidem, p.45. Soares também escreveu que os capoeiras se reuniam em tabernas e pontos de água no Rio de Janeiro. Ver: Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Capoeira Escrava E Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro*. 2ª edição ver. e ampl. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 180-181

obrigou às canoas a fazerem apenas o trabalho de transporte de mercadorias. Essas medidas beneficiaram também os comerciantes e as casas aviadoras localizadas em Belém.⁸⁰³

Diante da insistência do governo central em manter o recrutamento, outras medidas foram utilizadas pelos Presidentes da Província paraense para amenizar as conscrições. Uma delas foi evitar que os recrutados servissem longe de seu lugar de nascimento ou moradia, que era uma demanda antiga dos que serviam tanto a 1ª linha quanto a 2ª linha, desde pelo menos o último quartel do século XVIII no Pará. Os Presidentes determinavam que os corpos de artilharia e de infantaria fossem mantidos com o número suficiente de soldados para guarnecer a Província.

Em novembro de 1843, o comandante do baixo Amazonas determinava que em Alemquer: “Deve aí existir um oficial, ou oficial Inferior com alguns praças para serem empregados em serviço da Nação quando assim o exigirem as circunstâncias cuja residência habitual seja nessa Freguesia”.⁸⁰⁴ Por suas outras correspondências aos comandantes militares das outras vilas, pode-se observar a dissolução dos destacamentos de vila Franca, Lago Grande, Alemquer, Boim, Pinhel e Alter do Chão.⁸⁰⁵ Possivelmente, essa atitude do governo evitava atrito com diversos moradores dessa região, os pequenos lavradores e os senhores locais.

O governo provincial dissolveu vários corpos em diversas localidades do baixo Amazonas. Em 1844, o comandante militar do baixo Amazonas, repreendia o capitão Tiago Pires Duarte, chefe militar de Alemquer, por ele ter procedido um recrutamento sem autorização do Presidente da Província:

[...] que daquela data em diante, vai mandar nomear certo número de praças, para destacarem, por que se fez urgente necessidade, p(ara) manter a segurança, e tranqüilidade dessa vila. Cumpre-me, dizer-lhe, q(ue) não posso aprovar a sua deliberação, a tal respeito: por isso, que havendo esse Destacam(en)to, sido extinto por ordem do Ex(celentíssimo) governo da Província claro está, só o mesmo governo, pode resolver sobre esse objeto [...]⁸⁰⁶

Ele aconselhava apenas que houvesse 08 ou 10 guardas policiais para efetuar rondas nos feriados, nas festas do Natal e do Espírito Santo, nos quais havia “grande concurso de povo”. Os membros da elite regional e o Presidente da Província estavam preocupados com desenvolvimento econômico do Grão-Pará, por isso mantinham o Exército reduzido na

⁸⁰³ Lopes. “Casa de Negócios... p. 49

⁸⁰⁴ APEP, FSPP, Correspondência do Comando Militar do Baixo Amazonas, Códice 1166, ofício de 11 de novembro de 1843.

⁸⁰⁵ Ibidem, ofício de 30 de outubro e 13 de novembro de 1843.

⁸⁰⁶ Ibidem, ofício de 4 de janeiro de 1844.

Província. Essa seria a tônica nas correspondências também dos comandantes militares das regiões do Grão-Pará. Em 1848, o major Joaquim Duarte Rodrigues, comandante militar de Porto de Moz (região do Xingu), enviava para Belém o recruta Francisco Soares por considerá-lo “assaz turbulento”.⁸⁰⁷ Este, possivelmente, era considerado extremamente nocivo à sociedade, uma vez que além de não ter trabalho, foi preso, porque estava atacando seringueiros quando se dirigiam às suas estradas de seringueiras para fazer a coleta da goma. Naquele mesmo mês e ano, o comandante de Porto de Moz (região do Xingu), escreveria ao Presidente da Província avisando que não poderia fazer o recrutamento, uma vez que:

[...] que será hoje mui difícil obter alguns recrutas pelo motivo de que todos os habitantes destes Distritos se acham espalhados uns pelos lagos do Amazonas nas salgas de Peixe, e outros pelas Fábricas da Seringa, de onde senão recolhem senão no mês de janeiro, por isso se acaso ver que pouco ou nada obtenho até este tempo reservará para então a remessa maior número de recrutas [...]⁸⁰⁸

O comandante está claramente avisando ao novo Presidente da Província que não iria fazer nenhum esforço para fazer o recrutamento antes do fim do período de trabalho de salga de peixe e de confecção da goma elástica. Ele somente faria o alistamento em janeiro, época de grande intensidade de chuva na região, que com certeza dificultava a salga de peixe e a retirada do látex das seringueiras. Mas, provavelmente, só enviaria homens sem ofício, considerados “vadios” ou desafetos dos grandes proprietários da localidade, para não ficar sem mão-de-obra para atender às necessidades da vila de Porto de Moz e dos donos dos seringais. Não há nenhuma tentativa do comandante de esconder que a prioridade dele era garantir o abastecimento da vila e demais localidades, e não paralisar as “Fábricas de Seringa”. Na certa, ele sabia que poderia contar com a conveniência dos Presidentes da Província, apesar de serem enviados pelo poder central, que não tinha condições de reverter as liberdades conseguidas na década liberal.

Após os anos de guerra, a economia do Pará recuperou-se por meio da coleta de produtos silvestres que eram destinados à exportação - Europa e América do Norte. Dentre eles estavam cacau, borracha, couros, salgados (geralmente peixes), castanhas, guaraná, tapioca, e borracha. A pesca sempre foi uma atividade comum e necessária no Pará para alimentar a população, desde o início da colonização da região. Mas é importante destacar que a goma elástica, a partir de 1840, ganhava grande força na pauta de produtos exportados do Grão-Pará. As “Fábricas de Seringa” produziam chapéus, capas, sapatos vendidos no mercado local, nacional e estrangeiro. Em 1840, sapatos de borracha eram vendidos para Salém,

⁸⁰⁷ APEP, FSPP, Ofício dos Comandantes Militares, caixa 113 (1847-1848), ofício de 29 de janeiro de 1848.

⁸⁰⁸ APEP, FSPP, Ofícios dos Comandos Militares, caixa 113 (1847-1848), ofício de 24 de outubro em 1848.

Boston e Nova York, Hamburgo, Londres e Maranhão. A indústria de sapato desapareceu devido à tributação de 70% sobre o preço do produto pelo governo local.⁸⁰⁹

Apesar da extinção da indústria de sapatos de borracha, a borracha era o produto mais exportado na região entre os anos de 1847 e 1863, atingindo seu auge entre os anos de 1890 a 1910. De acordo com Siméia Lopes, com o início da exploração gomífera houve um revigoramento das finanças regionais.⁸¹⁰ O grande surto econômico que se seguiu dinamizou a economia, possibilitando a abertura do rio Amazonas à livre navegação. Mas a prosperidade da região somente foi possível com a criação de postos de fiscalização ao longo do rio Amazonas, criados inicialmente no final dos anos trinta, que permitiu a prosperidade da região.⁸¹¹ Pode-se acrescentar que a capacidade e autonomia de tributação mantida pela Província persistiram mesmo depois da revisão conservadora.

Na segunda metade do XIX, o progresso da borracha favoreceu a diversificação do grande desenvolvimento comercial. Este setor deixou de investir em atividades agrícolas, “contribuindo para o crescimento do porto e do setor bancário, favorecendo” a dinamização do transporte público e a modernização da capital. Com o processo de modernização dos transportes e a instalação de firmas comerciais, a elite comercial passou a exigir o monopólio de suas atividades. Tais exclusividades comerciais deram-se por meio de resoluções e legislação, fruto da convivência entre elite regional e o governo provincial, que proibiram o comércio dos regatões.⁸¹²

A convivência dos Presidentes da Província com a elite regional em relação à necessidade de se desenvolver a economia regional, é clarificada na correspondência enviada pelo comandante militar de Macapá - o capitão Joaquim de Figueiredo - ao Presidente Herculano Ferreira Pena, onde ele comunicava que decidiu conceder folga aos domingos aos militares do Exército. Para ajudar no serviço aos domingos, ele convocou os guardas policiais, assim ninguém teria “transtorno em seus trabalhos, nem em seus negócios”.⁸¹³ Ele sabia que podia contar com a aprovação do Presidente da Província, visto que esse era um procedimento condizente com os de “seus Ex(celentíssi)mos predecessores”.⁸¹⁴ Sem dúvida, esse enunciado não era só uma tentativa de aprovação de suas medidas pelo chefe da Província. Mas sim uma

⁸⁰⁹ Siméia Nazaré Lopes. *Comércio Interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Belém: UFPA/NAEA. 2002. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2002. p. 39-40.

⁸¹⁰ Sobre a abertura do Rio Amazonas para a Navegação Ver: *Ibidem*, p. 50.

⁸¹¹ *Ibidem*, p. 41

⁸¹² *Ibidem*, p. 42

⁸¹³ APEP, FSPP, Ofícios dos Comandos Militares, caixa 113 (1847-1848), ofício de 06 de março de 1848.

⁸¹⁴ *Idem*

nova possibilidade de mostrar ao novo enviado do poder central que esse era o procedimento costumeiro adotado pelas autoridades no Grão-Pará.

Para evitar maiores embaraços com retiradas de braços da Província, o poder geral via no recrutamento de índios para a Armada e para o Exército a solução para o problema da elite regional e o poder central para manter a ordem no Império, concomitante com o desenvolvimento da economia. Ainda em 1842, o Marquês de Paranaguá mandava enviar à Marinha somente os índios maiores de 18 anos “por meio de recrutamento”. Segundo Moreira Neto, a mão-de-obra indígena não possuía tanta utilidade na Corte, mas o Marquês esquecia que os índios eram a força de trabalho mais usada pelos proprietários da Província.

Em 1848, o comandante militar de Gurupá era João Roberto Ayres Carneiro, já referido anteriormente, que fora enviado à Gurupá para resolver problemas como as rivalidades entre os moradores dessa vila e Porto de Moz, pois aquela vila havia tornado-se subordinada a esta, depois da criação dos comandos militares por Soares de Andréa, gerando grande descontentamento entre os habitantes de Gurupá - vila tradicionalmente de grande expressividade econômica desde o século XVIII - e a utilização indevida de índios nos corpos de trabalhadores. Sobre este último assunto, ele denunciava ao conselheiro Jerônimo Francisco Coelho o abusivo emprego de índios dos Corpos de Trabalhadores em serviços particulares. A sua denúncia tinha seguinte teor:

[...] Tendo chegado ao meu conhecimento o abuso e costume de se dispor a bel-prazer dos numerosos índios trabalhadores, e desejando quanto em mim cabe melhorar a sorte destes miseráveis sem proteção nesse longínquo sertão e evitar as rivalidades pessoais q(ue) quase se dá pela ambição possuir maior número possível dos mesmos índios para o serviço particulares muitas vezes ou quase sempre sem salário algum, de cuja pressão tem resultado sempre a imigração dos mesmos índios [...].⁸¹⁵

A aparente preocupação com os maus tratos praticados contra os indígenas tinha relação direta com a crescente ausência deles das povoações, posto que estivessem emigrando para lugares longínquos a fim de se livrarem dos abusos dos “particulares”. Essa migração provocava um grande déficit de trabalhadores na Província. Em 1839, Kidder, ao preparar sua expedição pelo Amazonas, teve dificuldades em encontrar remeiros para o serviço nas embarcações alugadas por ele, pois havia poucos “índios”. O príncipe da Prússia também disse que ele precisou subir o rio Xingu até os lugares mais recônditos para encontrar os índios, que migravam para outras localidades para se livrarem da violência dos moradores do Pará.⁸¹⁶

⁸¹⁵ APEP, FSPP, ofícios dos comandantes militares, caixa 113 (1847-1848), ofício de 20 de Julho de 1848.

⁸¹⁶ Daniel P. Kidder. *Reminiscências de Viagens...*p 168; Príncipe Adalberto da Prússia. Brasil: Amazonas-

Os índios abandonavam as vilas onde residiam e fugiam para os altos cursos dos rios a fim de evitar os alistamentos tanto na Guarda Policial quanto no Exército e nos Corpos de Trabalhadores. Esta já era a atitude deles entre os anos de 1843 e 1844, como escreveu o viajante Coronel João Henrique de Matos, citado por Moreira Neto. Ele descreveu o abandono das vilas do alto rio Negro:

Estando a maior parte das suas povoações despovoadas de seus habitantes sem que hoje se saiba qual o seu domicílio ocultando-se nas brenhas para se isentarem do pesado serviço de alistamento, dos devoradores do País, e dos sedentos de ambição [...] Navegando do Amazonas pelo rio Negro a mesma falta encontrei, e até algumas povoações já existentes e desabitadas, porque contando a nomenclatura das Povoações da Comarca do Alto Rio Negro desde a era de 1758 até 1823, de trinta e duas povoações, entre vilas, freguesias e lugares, hoje está reduzido à comarca em dezoito [...] a sessenta e tantos anos tinham em si o total de mil duzentos e noventa, habitantes livres, tendo por isso decrescido consideravelmente a sua População, principalmente pelo que reputa aos indígenas aldeados de que se compõe a População das Povoações.⁸¹⁷

Moreira Neto afirma que a fuga para regiões escondidas de difícil acesso foi desde sempre a saída de grupos indígenas, para evitar o esfacelamento das suas comunidades. Tentando reverter este quadro, o poder central, por meio do Decreto n.º 285, de 24 de junho de 1843, entregou aos capuchinhos a responsabilidade para catequizar os índios e recolhê-los em aldeamentos. A medida seguinte foi restituir ao Estado a tutela sobre os índios.

O Decreto n.º 426, de 24 de junho de 1845, retirou dos particulares o direito que possuíam de promover a integração dos indígenas à sociedade nacional, poder concedido a eles pela Lei de 12 de maio de 1798, citada já algumas vezes em outros capítulos. Esses decretos foram uma franca tentativa de reverter a política hostil do Estado contra os primeiros moradores do Brasil, agravada por D. João e mantida pelo governo liberal moderado, apesar de terem revogado o decreto de guerra aos Botocudos da região do rio doce e os bugres de São Paulo, além de não permitir a escravização dos índios concedida pela mesma determinação de guerra a esse nativos. Porém, essas medidas não impediram a frente de expansão sobre as terras dos indígenas pelos moradores locais, nem os abusos sobre a utilização da mão-de-obra deles. Dessa forma, o governo regencial apenas tentava se “eximir da responsabilidade de guerrear contra os índios”.⁸¹⁸

O Decreto n.º 426 trouxe mudanças significativas, mas que não saíam do papel. Os Presidentes da Província seriam os principais responsáveis pela preservação e civilização dos

Xingu, Príncipe Alberto da Prússia. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2002. p. 217 (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

⁸¹⁷ João Henrique de Matos apud Moreira Neto. *Índios da Amazônia...*p.39

⁸¹⁸ Morel. *O Período das Regências...*p. 40.

índios que, a despeito de serem gerenciados por diretores gerais nomeados pelo chefe da Província, também podiam ter um dos seus membros como diretor, o “diretor da aldeia”, dando-lhes maior autonomia. O Decreto tentava regular o funcionamento das aldeias recriadas anos antes pelo Decreto n.º 285, de 24 de junho de 1843. Ele ordenava o aldeamento de todos os indígenas, até daqueles que andavam errantes, mandava erguer as missões no lugar de origem desses grupos, preservando as terras deles da invasão de “particulares”, e permitindo a demarcação delas.

Quanto ao serviço militar, a Lei determinava que eles fossem engajados, cabendo ao diretor da aldeia alistar homens interessados no serviço das armas, mas não os isentava do recrutamento. Em outras palavras, os índios deveriam ser voluntários, assim aparentemente não havia diferença dessa determinação com a dada em 1837, durante o governo de Andréa. Ressaltando, no entanto, que, agora, os índios não deveriam ser obrigados a fazer exercícios militares excessivos que os retirassem de suas ocupações diárias e seus hábitos. A força militar ficaria a cargo do diretor da aldeia, que receberia patente militar. O diretor da Aldeia deveria levar o nome dos alistados ao diretor geral que consultaria o Presidente da Província sobre a possibilidade de se criar companhias de pedestres, que poderiam ter “uma organização particular”.⁸²⁰ O Decreto ainda permitia que os indígenas servissem em suas próprias aldeias dirigidas por comandantes índios, e concedia a eles o direito de montarem companhias com organização “particular”, que deveria possibilitar uma hierarquia segundo os critérios deles.

De acordo com Almeida, a força de trabalho dos indígenas deixou de ser imprescindível em todo e qualquer empreendimento povoador ou econômico em lugares onde “sua representação numérica era menos expressiva”,⁸²¹ Para Almeida, estava presente nessa determinação a idéia de que o índio destituído de utilidade deveria voltar à sua natureza. Esse Decreto estava imbuído dos ideais românticos, que influenciaram profundamente a legislação no sentido de preservação da etnia e de seus valores culturais. Para ela, “mais do que uma visão romântica, é um conjunto de valores que orienta políticos e legisladores em um Brasil politicamente independente”⁸²² de meados do século XIX. Por isso, em 1847, o Estado provincial agia, por meio de Ayres, como agente responsável pela preservação das nações indígenas. Pela Lei, os índios não deviam ser constrangidos ao serviço particular e deveriam

⁸¹⁹ APEP, Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845 “Contém o Regulamento acerca de catequese e civilização dos Índios”. In: *Coleção das Leis do Império de 1845*. Tomo 8. Parte II, seção 2 apud Moreira Neto. *Índios da Amazônia...anexos*.

⁸²⁰ APEP, Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845...artigo 2º, inciso 13º.

⁸²¹ Rita Heloísa de Almeida. *O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 49.

⁸²² Ibidem, p. 49.

receber “jornais”, quando fizessem qualquer serviço na aldeia ou serviço público, cumprindo o “contrato ambas as partes”.⁸²³ Dessa maneira, também se tentava garantir a manutenção das povoações e da prosperidade do Grão-Pará com a utilização da mão-de-obra nativa, uma vez que na região do Xingu havia uma quantidade expressiva de índios, ficando atrás somente da comarca do Rio Negro, que servia de força de trabalho para as demais regiões.

Apesar dessa aparente atitude de boa vontade do Presidente da Província, segundo Moreira Neto, os diversos Presidentes da Província, fossem eles Soares de Andréa ou Bernardo de Souza Franco, acreditavam ser inevitável o desaparecimento das comunidades indígenas. Ao governo restava “amenizar a agonia final”.⁸²⁴ Em 1849, o Presidente da Província - Jerônimo Francisco Coelho - informava sobre a má situação dos índios Maués na missão de Anderá, no distrito de Vila Nova Rainha, na fronteira com o Rio Negro:

Seu missionário e diretor é o religioso capuchinho frei Pedro de Guiana. No último recenseamento que fez o dito missionário havia 210 homens e 197 mulheres.[...]Na parte superior do rio Anderá existem para aldear muitos outros índios da mesma nação. Residem na aldeia indivíduos estranhos, alguns relacionados por matrimônio com as índias. **Este missionário tem lutado com dificuldades suscitadas pelas autoridades civis, militares e eclesiásticas da Vila Nova Rainha, que todos têm pretendido levar o exercício de suas funções e autoridade ao distrito da Aldeia. Muitos índios se acham alistados no corpo Policial e de trabalhadores** (grifo nosso).⁸²⁵

Pode-se afirmar que a despeito dos avanços dessa legislação em relação à legislação anterior, ela mantinha a idéia de “civilização” dos indígenas e de sua incorporação à sociedade nacional. Por exemplo, o Decreto n.º 426 determinava que o diretor geral deveria incentivar o casamento de índios entre si e com “pessoas de outra raça”.⁸²⁶ Provavelmente o incentivo de casamento com indivíduos não-índios era uma franca tentativa de assimilá-los, gerando novos indivíduos mestiços. Esta medida não era novidade na legislação indigenista: ela compunha um dos 95 parágrafos do Diretório Pombalino.

Segundo Pedro Puntoni, Manuela Carneiro Cunha entende o Regulamento das Missões de 1845 como “uma transição para assimilação completa dos índios”.⁸²⁷ Para ele, a assimilação era a palavra chave do novo Estado, uma vez que o Estado pretendia a incorporação do indígena com a posterior transformação deles em trabalhadores,

⁸²³ APEP, Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845...

⁸²⁴ Moreira Neto. *Índios da Amazônia*...p. 94.

⁸²⁵ Relatório do presidente Jerônimo Francisco Coelho apud Moreira Neto. *Índios da Amazônia*...p.120.

⁸²⁶ APEP, Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845...

⁸²⁷ Pedro Puntoni. “O sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”. In: István Jsnacsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 644

principalmente devido à necessidade de mão-de-obra, “revigorada com a eminência do fim da escravidão”, conjugada com a colonização de novas terras.

Essa assimilação foi possível graças à Lei de Terras de 1850, que legitimou a ocupação das terras indígenas e a utilização dos índios como mão-de-obra.⁸²⁸ Moreira Neto escreve que, no Pará, eles foram utilizados como força de trabalho até 1870, com o auge da borracha e a vinda dos nordestinos para o Pará. Nesse momento, os índios deram continuidade a sua fuga para lugares longínquos para evitar a destruição das suas comunidades, visto que havia necessidade de ocupações de suas terras repletas de seringueiras, principalmente no Xingu.⁸²⁹

A intromissão de autoridades civis, militares e eclesiásticas no aldeamento era, de fato, ilegal, mas o governo provincial não tomou medidas severas para impedi-las. Vale lembrar que os Presidentes da Província precisavam dos votos da elite provincial para compor a base de apoio ao governo central que ele representava, e eles sabiam que a retirada de mão-de-obra da Província geraria grandes problemas ente eles e a elite local. Todavia, assim como os índios estavam engajados na Guarda Policial, poderiam estar também presentes nos batalhões do Exército e aqueles mais resistentes; como os Maués não aldeados citados pelo missionário, ser enviados como soldados para Exército e à Marinha da Corte.⁸³⁰

Em 1849, um articulista do Jornal *O Doutrinário* denunciando os abusos do recrutamento e do engajamento para o Exército:

As violentas correrias com que as onipotentes autoridades do interior procedem ao recrutamento e ao engajamento continuam quase como dantes, sem que haja atenção com as exceções prevenidas na lei [...].

Toda a sociedade participa dos bens que assegura a força pública; é justo, por conseguinte, que todos os brasileiros contribuam para esse imposto, porque o é o recrutamento; mas, se em tese, todo o sistema

⁸²⁸ Ibidem, p. 644-645.

⁸²⁹ Neto Moreira. *Índios da Amazônia...*p.103.

⁸³⁰ Segundo Nascimento, o viajante Thomas Ewbank escreveu, em suas memórias da viagem que fez ao Brasil, sobre a presença de vários índios, principalmente os domésticos, numa Companhia de Aprendizes de Marinheiros, em Niterói no Rio de Janeiro, criada por volta de 1834. As autoridades acreditavam que os índios tornavam-se bons marinheiros. Segundo os administradores da escola, eles eram recolhidos em diversos locais e enviados para as escolas navais. Alegavam para a presença de meninos de 8 a 12 anos, no estabelecimento, a falta de amor de seus pais que os vendiam. Mas, entre eles, encontrou um índio de 10 anos que dizia que o pai dele estava morto e desejava ver sua mãe. Nascimento revela que muitos dos meninos dessas escolas estavam lá por terem sido enviados por seus pais a fim de que os filhos obtivessem alguma profissão, ou para que eles resolvessem o problema financeiro deles, pois recebiam 100\$000:00 por cada menino. Todavia, milhares eram enviados para lá por estarem vagando. Nesses casos, recolhidos pelo inspetor de quartirão que os levava ao delegados, que também podia entrega-lhes ao juiz de órfãos. “Bastava a Marinha está precisando de menores para os juízes de órfãos e o chefe de polícia os enviar às escolas”. Nesse caso, se a criança tivesse pais ou responsáveis, esses poderiam fazer uma petição à Marinha para devolvê-los. Deve-se comentar que a devolução dos seus filhos pela Marinha poderia ser fácil para quem morava no Rio de Janeiro ou nas proximidades, mas os índios do Pará dificilmente reveriam seus filhos. Essa seria mais um abuso das autoridades paraense contra eles, apesar dessas preferirem utilizar-se da mão-de-obra indígena em suas próprias propriedades. Ver: Nascimento. *A ressaca da Marujada..* p. 76-84.

tributário deve ter por base a mais estrita equidade para os contribuintes, com maioria de razão deve haver essa equidade nesse imposto, por ser um imposto de sangue.

[...].

Infelizmente, porém, não se pode por certo afirmar que se observa essa proporção no país, quando vemos que no Pará o contingente do Exército e para a Armada está seguramente na razão de 6 para 100, enquanto em Minas, por exemplo, está talvez na de 1 para 1000, se lá chegar.

Não são já hoje desconhecidos no país os meios violentos e abusivos pelos quais se aqui procedem ao recrutamento e ao chamado engajamento, e as lamentáveis conseqüências desses meios. O recrutamento é um verdadeiro poder discricionário de que estão revestidos esses mandões do interior – esses indivíduos colados em tantos cargos incompatíveis -, e que deles se servem para desferrar-se de todos quanto infelizes repugnam sujeitar-se a trabalhar nas extensas fábricas de produtos agrícolas, e outras indústrias de interesse particular deles [...].

[...]

Sabido é que quase todas as nossas indústrias são produzidas por braços livres, porque temos mui pouca população escrava. Uma grande parte desses braços são avassalados aos potentados do interior, muitos dos quais monopolizam as produções agrícolas, empregando nela, em proveito próprio, avultado número de homens subjugados pelo terror do recrutamento e pelas violências que soem praticar indivíduos em quem estão acumuladas tantas funções públicas incompatíveis, além de outras anormais e discricionárias – comandos militares, inspetorias de índios, comandos policiais (isto é, comandos desses corpos ilegais que substituem as guardas nacionais), comandos parciais etc.

Ainda outra parte desses braços, acoçada pela violência, ou interna-se pelas matas, ou emigra para os estados conflitantes.⁸³¹

[...]

Este documento pode ser um resumo de tudo o que se vem dizendo até aqui. Mas, possivelmente, precisa-se afirmar que há aí um discurso contra a postura dos conservadores na insistência de se fazer o recrutamento, considerado por muitos liberais, como foi dito, uma infração aos direitos constitucionais dos cidadãos. Nesse artigo, ele condena até mesmo os engajamentos que, segundo ele, eram forjados pelas autoridades. Ele estava defendendo o sorteio militar, que garantiria o fim dos privilegiados pelas relações de clientelagem. A defesa desse sistema de cooptação de homens para o Exército estava em discussão na Assembléia Legislativa Geral. O deputado conservador Saião Lobato alegava ser impossível o sorteio, pois os censos não ocorreram dos protestos da população, que se recusava a ser recenseada.

Quanto ao número de recrutados na Província ser seis para cada 100 habitantes para Armada e o Exército, não significa necessariamente que ele era um número elevado, pois depende do montante da população recrutável. Dependendo desse número, de um para 1000

⁸³¹ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Avisos recebidos do Pará (1846-1851), 06/07/1849, anexo I apud Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 63

homens em idade de *sentar praça* no sul, poderia ter um número maior de alistados do que o Pará, com seis para 100. Por isso, tem-se de verificar com cuidado essa informação. Mas, aproveitando a informação de Saião Lobato de que não foi possível fazer o censo geral para o ano de 1848, deve-se acrescentar que os dados estatísticos da Província eram escassos e precários mesmo na década de 1840, o que provavelmente inviabiliza a precisão da informação do articulista. Mas é possível fazer um cálculo com base na população masculina adulta e menor da Província do Pará no ano de 1849, a fim de verificarmos o número do efetivo do Exército no Pará, como vimos.⁸³²

Deve-se lembrar que para o Exército eram solicitados homens de 18 a 40 anos, mas para Marinha eram recrutados menores de 10 a 17 anos, até menores que isso.⁸³³ Os dados do censo de 1849 indicam a existência de 39.751 homens adultos e 48.449 menores no Pará. A soma deles é igual 88.200 recrutáveis. Se de seis para 100 desses eram conscritos, ter-se-ia um total de 5.292 recrutas anualmente. Mas deles apenas 2.385 eram adultos, e podiam ser aceitos na 1ª linha. Todavia, eles não deviam estar todos no Exército, já que adultos também eram levados à Marinha. Por isso, dividindo-os igualmente entre Armada e Exército, teriam neste último apenas 1.112 conscritos. Contudo, esse número poderia ser menor, visto que tinham de ser enviado para fora da Província para atender à demanda exigida, ficando apenas metade desse número na Província. .

Apesar de toda essa “queda de braço” entre governo central e o provincial, aquele concordaria com recrutamentos flexíveis, e estes não chegariam aos patamares do último quartel do século XVIII, do início do XIX e durante a Guerra da Cisplatina, que era de 25.000 homens. De acordo com Kraay, em 1836, a necessidade de braços armados levou os liberais a permitirem o recrutamento com o aumento do efetivo militar para 6.320. Com o Regresso houve um aumento significativo do número de homens em armas na 1ª linha. Assim, em 1837, esse número elevou-se para 8.200, podendo chegar a 12.000 em tempos extraordinários, no ano seguinte estavam entre 12.000 e 15.000. Após 1838, o contingente das tropas não sofreu grandes alterações, estando entre 15.000 a 20.000 por volta de 1845. Esse ano deve ter sido o ápice do recrutamento para o Exército que deve ter declinado nos anos posteriores, pois Castro afirma que em 1844 o efetivo era apenas de 16.000.⁸³⁴

No Pará, o efetivo se alterou significativamente da Guerra da Cisplatina para a década de 1840. Deve-se relembrar que em 1828 havia um efetivo de 5. 727 homens entre 1ª e 2ª

⁸³² BN-DN, I-32, 10, 4.

⁸³³ Nascimento. *A Ressacada da Marujada*. p. 68.

⁸³⁴ Kraay. *Races, State, And...*p.190; Castro. *A Milícia Cidadã...*p. 69

linhas, e com a abolição da 2ª linha, ele ficou reduzido apenas 1.502 indivíduos, já que o maior número de praças estava nas milícias. Do que restou do Exército, apenas 1.300 estavam em Belém, quando ocorreu a Cabanagem, e 202 deviam estar localizados no Rio Negro e Macapá. Andréa pretendia elevar esse efetivo para 2.500 homens, gerando um aumento de 1.000 homens recrutados. Número alto de recrutamento ao levarmos em consideração que o número permitido em 1837 era de 8.200 para todo o Império. Assim, o Pará contribuiria com 30% desse número total. Não há informações se ele atingiu sua meta, mas em seu esforço de militarizar a Província e a sua total recusa em obedecer às leis, deve ter conseguido parcialmente.

Mas, provavelmente esse número foi reduzido durante os dois governos de Souza Franco e de seus sucessores pelos motivos acima alegados, ao contrário do que aconteceu com o efetivo da polícia, que passou de apenas 100 guardas em 1835 para 2.551 em setembro de 1839. Segundo Bastos, as fronteiras passaram a ser guarnecidas também pela Guarda Policial.⁸³⁵ Somente existia tropa do Exército em Belém, Rio Negro e Macapá, e nesta, em 1848, havia apenas 18 praças dessa força militar, muito aquém do batalhão de 200 soldados idealizado por Andréa. Deve-se lembrar que Andréa, em seu plano de reconstrução do Exército, desejava enviar um batalhão com 400 praças para guarnecer o Marajó e Macapá.⁸³⁶

Muito já foi dito sobre a utilização do recrutamento como meio de mandar para fora do Pará os elementos “perigosos”, e a intimidação daqueles que não queriam obedecer aos proprietários locais e a violência dessa relação. Todavia, o sorteio militar inaugurado em 1874 provou que se preferia a antiga forma de recrutamento a ele, pois aquela era realizada por meio da mediação da relação clientelista, deixando muitos clientes fora do serviço no Exército, pois apesar das concessões feitas pelas autoridades paraenses e imperiais, os moradores do Pará procuravam fugir do serviço na 1ª linha, visto que ele, muitas vezes, representava a transferência para outras Províncias ou às fronteiras.⁸³⁷ Aparentemente, o serviço na Guarda Policial era mais atrativo, pois o trabalho era feito na própria vila, cidade de nascimento ou na Província do recrutado ou do voluntário, os soldos eram mais altos, e geralmente apenas os insubordinados eram enviados para o Exército. Com a ampliação dessa força, a Guarda Policial passou a ser preferida em detrimento da tropa regular.

⁸³⁵ Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 54-57

⁸³⁶ APEP, FSPP, ofícios dos Comandantes Militares, caixa 113 (1847-48), ofício de 03 de abril de 1848.

⁸³⁷ Mendes. “Encargos, Privilégios...”p. 135.

5.3 O Perfil dos militares e os limites da Reforma

Uma impressão particularmente exótica é a que causam os inúmeros barcos em seco ao logo da praia, habitados por índios seminus. Esta impressão acentua-se, porém, ainda mais para aqueles que, conhecendo o sul do Brasil, **quando entrando na cidade [de Belém], notam a surpreendente ausência de negros e mulatos, bem como o fato de a população parda junto aos muitos mestiços apresentar uma tão pronunciada maioria de tipos índios. Esta observação acudiu-me logo à mente ao ver as tropas, que no dia em que retribuí a visita do Presidente, estavam enfileiradas desde a praia até ao Palácio.**⁸³⁸

Ao chegar em Belém, em 1842, o príncipe da Prússia chama atenção à presença de trabalhadores índios nas canoas que chegavam do interior e a ausência de *pretos* e mulatos. Mas identificou uma forte presença de pardos e mestiços, ambos originários da mixagem com os indígenas. Talvez, entre eles devessem estar *cafuzos*, *mamelucos* e a mistura destes com brancos e índios. Todavia, de acordo com o comportamento e condição sócio-econômica, muitos poderiam ser considerados brancos. Esse poderia ser o caso de alguns oficiais.

É difícil precisar a *qualidade* dos soldados nesse momento, já que não se encontra essa definição nas fichas de recrutamento. Provavelmente a ausência era justificada pelo fim da discriminação racial formal no Exército, iniciada com a Constituição de 1824, que acabou com “o estigma de sangue”, possibilitando a ascensão de *pretos* aos postos da 1ª linha, o fim da separação de cor nas tropas em 1831 e o término da discriminação no recrutamento, com a Lei de 1837. Depois de Soares de Andréa, as autoridades não faziam o recrutamento com base na cor, mas segundo o comportamento do indivíduo ou quanto à sua condição sócio-econômica.

Um outro provável motivo seria de que os próprios indivíduos recrutados não se identificarem como índios e *cafuzos* e *pretos*, devido à associação imediata destes a elementos nocivos à sociedade por sua participação ativa nos levantes durante o período regencial. Por outro lado, segundo Hebe Mattos, uma razão para o silêncio da cor seria que os indivíduos de cor preferiam se definir por sua cidadania ao invés de sua cor.⁸³⁹

Apesar do príncipe da Prússia não ter notado a presença de índios na mostra da força militar, a Lei n.º 426 de 1845 estabeleceu que os índios poderiam formar corpos militares com

⁸³⁸ Adalberto. *Brasil: Amazonas-Xingu...*p. 216. Este trecho da obra das memórias de Adalberto da Prússia também foi citado por Carlos Bastos. Ver: Bastos. *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 65

⁸³⁹ Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Itálico Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.p. 93-104. Ver também: *Os Braços da (DES)Ordem...*p. 64.

organização particular com comandantes próprios. Nada impede que eles tenham sido recrutados para o Exército, pois a Lei de 1845 era burlada com a conivência das autoridades da Província. Aliás, os índios errantes, os considerados “vadios” e “insubordinados”, deveriam ser incorporados na leva forçada, ainda mais que o inciso 9º, do artigo 2º, da referida Lei, determinava que os índios perturbadores da tranqüilidade da aldeia deveriam ser expulsos, e aqueles que se recusassem a sair seriam entregues à Guarda Policial. Esses homens, pelo que já foi visto que eram passíveis de serem recrutados.

Pode-se afirmar que há dois momentos na história do Exército paraense no pós-Cabanagem. O primeiro está relacionado com a presença de Soares de Andréa na direção do governo da Província paraense, o segundo está ligado às medidas conciliatórias entre conservadores e liberais durante a década de 1840. Quando o Marechal Soares de Andréa recrutou ou engajou nas tropas somente homens de “boas famílias”, só queria nelas homens oriundos de “boas famílias”. Possivelmente entre esses se incluíam os filhos dos lavradores, artesões, donos de lojas, etc. Os “vadios”, os “insubordinados” deveriam ir para os Corpos de Trabalhadores.

Durante a década de 40, o perfil do Exército mudou muito. Eles não eram mais sapateiros, nem carpinteiros, nem lavradores e, principalmente, não eram homens das melhores “famílias”. Somente os “insubordinados” eram enviados ao Exército, pois suas “insubordinações” os transformavam em membros de grupos perigosos. Os recrutadores do Pará, fossem eles delegados, subdelegados, comandantes militares gerais ou parciais, privilegiaram os homens “sem profissão”, normalmente considerados vadios, “os perturbadores do sossego público”, “os desordeiros”, “homicidas”, “ladrões”, “adversários políticos”, todos aqueles qualificados como desestabilizadores da ordem constituída. Não era esse o perfil que homens como Andréa e antes dele D. Pedro I queriam em seu Exército, pois sabiam que não conseguiriam mantê-lo tranqüilo com indivíduos como estes.

A presença desses homens nas tropas e o fato do governo *saquarema* não ter levado adiante a reforma do Exército contribuíram para volta de críticas de militares ao administradores do Estado. Adriana Barreto de Souza informa que as reivindicações dos militares reiniciaram em 1850 por meio do Jornal *o Militar*.⁸⁴⁰ Esse jornal era dirigido por oficiais subalternos e soldados que contestavam principalmente a manutenção da antiga forma de promoção pelas autoridades imperiais. Em outras palavras, os oficiais superiores e os oficiais gerais continuavam a ser indicados por seu nascimento, e não por mérito ou

⁸⁴⁰ O Jornal *O Militar* era publicado quinzenalmente na corte de 1854 e julho de 1855. Souza. *O Exército na Consolidação...*p. 178; 152-169.

antiguidade. Além disso, os militares continuavam a ter soldos baixos, eram mal instruídos por seus oficiais, além de terem um quadro repleto de “vadios”, dificultando a manutenção da disciplina.

Os limites dessa reforma eram sentidos em muitos outros itens do projeto conservador. Por exemplo, a regularização do pagamento dos soldos era também um ponto muito enfatizado nas correspondências enviadas pelas autoridades imperiais para os Presidentes da Província, recomendando a não retenção dos soldos dos soldados, principalmente dos destacados para outras localidades, como para Corte. Esse era o teor do ofício enviado pelo Presidente Tristão Pio Santos, no qual ele dizia:

[...] Oficiei a tesouraria da Fazenda para que de nenhum efeito a ordem do meu antecessor que mandará reter nos cofres daquela [tesouraria] os soldos vencidos dos praças destacados por ser uma tal medida oposta à prática, seguida até então não só por perturbar a disciplina, mas complica, a escrituração e atrasa o pagamento das mesmas praças destacadas [...] ⁸⁴¹

Apesar da atenção redobrada com o pagamento dos soldos, que deveriam ser efetivados logo que houvesse dinheiro em caixa, eles continuavam em atraso. Em 1842, José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, instruía o Presidente da Província, Souza Franco, a fazer o pagamento dos soldos e mais vencimentos corretamente. Segundo ele, eles deveriam ser quitados a partir do mais atrasado até o mais atual, até se esgotar as dívidas do Exército com os soldados. ⁸⁴² Além disso, os soldos deveriam estar muito defasados. Na década de 1840, eles ainda eram pagos pela tabela de 1825. A falta de alimentos na Província, nesse período, deveria ter elevado o preço das comidas a valores exorbitantes. Dificilmente com o soldo e as rações pagas, eles poderiam ter uma alimentação e vida digna.

O aumento dos soldos era também uma reivindicação dos oficiais. Segundo Souza, em 1848, com os conservadores de volta ao poder, essa matéria foi longamente discutida na câmara, mas não saiu do papel. Nesse período, era Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello. Ele alegava não conceder um aumento de soldo aos oficiais por ser esse apenas uma parte da remuneração deles, que recebiam gratificações, o que elevava seus vencimentos. Segundo Souza, essa era apenas uma desculpa, pois a não regularização do aumento das gratificações e salários permitia ao Ministro barganhá-los com adversários para aumentar sua base política para ter aprovação das reformas conservadoras.

Um outro exemplo de não respeito às reformas deu-se pela necessidade de braços para o Exército, o que levava as autoridades reterem os engajados e os recrutados pelo tempo além

⁸⁴¹ APEP, FSPP, Correspondência do Presidente com o Comando das Armas, Códice 1136, ofício de 9 de dezembro de 1840.

⁸⁴² APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1153, ofício de 15 de março de 1842.

do exigido por lei. Em 1841, o Comandante das Armas Marco Antônio Brício comunicava ao Presidente da Província, que em cumprimento da ordem dele, proibira a baixa de soldados do 4º Batalhão de Artilharia, já que faltavam praças para o serviço e mandara pagar a gratificação devida a esses voluntários.⁸⁴³ Quando a ordem chegou ao comando das armas, os soldados já haviam deixado o quartel e voltado à sua vida cotidiana. Diante da revogação de suas baixas, a atitude deles dividiu-se entre aceitar a imposição das autoridades, reapresentando-se, e a deserção. Os desertores foram perseguidos, e aqueles capturados tiveram o seu tempo de serviço anterior desconsiderado pelas autoridades, tendo de servir por mais quatro anos.

Em 1842, o Imperador, atendendo ao pedido da mãe do 1º sargento do 4º Batalhão de Caçadores, Francisco de Oliveira da Paz, mandava que este fosse demitido do serviço militar, logo que findasse o “seu tempo de engajamento”.⁸⁴⁴ Talvez, a mãe de Francisco da Paz estivesse tentando impedir que ele ficasse muito tempo na 1ª linha, além do exigido por lei. Fatos como esses não eram incomuns no Exército imperial, onde as baixas eram prorrogadas por tempo indefinido. Soldados ficavam muito tempo na 1ª linha. De acordo com Mendes, muitos soldados serviam por mais de 10 anos além de seu tempo obrigatório, e, em 1858, havia 13% do contingente com direito à baixa que não podiam ser liberados, pois reduziriam drasticamente o efetivo do Exército.⁸⁴⁵

Essas atitudes provocavam a constância das deserções. Elas manter-se-iam como o grande problema do Exército. A deserção seria a principal arma dos homens atingidos pelos recrutamentos que não viam vantagem na vida militar, ou daqueles que não desejavam ficar na tropa mais do que o tempo exigido, ou para evitar punições, ou daqueles destacados para longe do seu local de nascimento, entre outros.

Em 1847, o príncipe Alberto da Prússia comentava que seu piloto, morador do rio Xingu, teve de mudar sua residência para um lugar mais próximo da vila de Porto de Moz, pois “milhares de desertores fugiam naquela direção em busca da proteção de seus familiares”.⁸⁴⁶ Não há data da transferência da família do piloto para próximo à vila, mas, provavelmente, o embarque de homens à Corte para lutar no Rio Grande do Sul até 1845, deve ter provocado grande fuga de soldados, e o recrutamento contínuo, mesmo que mais flexível, deve ter mantido o índice alto de deserção no Pará.

⁸⁴³ APEP, FSPP, Correspondência do Presidente com o Comando das Armas, Códice 1136, ofício de 13 de março de 1841.

⁸⁴⁴ APEP, FSPP, Avisos do Ministério do Império, Códice 1153, ofício de 04 de outubro de 1840.

⁸⁴⁵ Mendes. “Encargos, Privilégios e Direito...p. 124

⁸⁴⁶ Aldaberto. *Brasil: Amazonas-Xingu...*p.252

Kraay escreve que, em 1857, o índice nacional de deserção era de 9,2 %. ⁸⁴⁷ A falta de controle sobre a deserção levaria o imperador a decretar diversos perdões aos desertores. Em novembro de 1847, o comandante de Vigia (costa oriental) comunicava ao governador o recebimento de sua circular informando que D. Pedro II perdoava “aos militares dos diferentes corpos do Exército o crime de primeira e segunda deserção simples”. ⁸⁴⁸ Essa circular foi enviada a outros comandantes militares das diversas vilas do Pará. Esse perdão não foi o único concedido aos desertores ao longo daquela década e durante todo o Império. De acordo com Kraay, foram 12 os indultos gerais para primeira e segunda deserção simples. ⁸⁴⁹ As deserções influíam e questionavam a política militar aplicada pelo governo, mostrando a clara força política delas. Assim, ao contrário do que Kraay escreve, elas não eram manifestações apolíticas.

O apoio da sociedade local, sem dúvida, dificultou o controle sobre as deserções, mostrando o fracasso das autoridades militares de romper os laços da sociedade com tropas de 1ª linha que ficavam na Província. Em 1845, o soldado desertor da 1ª linha, Lourenço denunciava que ele e um outro fugitivo do Exército, chamado Miguel Arcanjo, “andavam na equipagem da canoa do comércio”. ⁸⁵⁰ Nesse mesmo ano, houve a prisão de um desertor em Cametá que estava foragido há 13 anos, durante a expedição contra desertores e escravos fugidos, pedida pelo capitão comandante militar José Joaquim de Moura. A deserção dele ocorreu, em 1834, quando houve a dissolução do Regimento denominado de Macapá, estacionado em Belém. Segundo ele, voltou a Cametá para seu antigo sítio ao invés de se apresentar a outra companhia do Exército em Belém, onde contou com a conivência de seus vizinhos. ⁸⁵¹

Um outro ponto é o aumento no rigor da disciplina. A história do Exército prova que o aumento do rigor na disciplina não diminuía a insubordinação individual e nem os motins. Pelo contrário, oficiais muitos rigorosos geralmente acabavam assassinados. Em 1844, a tropa de linha em Tabatinga, na comarca do Rio Negro, matou seu comandante e fugiu para o Peru, onde contou com a conivência das autoridades peruanas. Não se conseguiu maiores informações sobre esse levante, mas a morte do comandante é indício de que ele era um oficial extremamente rigoroso e, com certeza, cruel, como mostra a história dos levantes

⁸⁴⁷ Kraay. *Races, State, And...*p. 208

⁸⁴⁸ APEP, FSPP, ofícios dos comandantes militares, caixa 113 (1847-1848).

⁸⁴⁹ kraay. *Races, State, And...*p. 209

⁸⁵⁰ APEP, FSPP, Ofícios dos Comandantes Militares, Caixa 44 (1844-1845), ofício s/d.

⁸⁵¹ APEP, FSPP, Ofícios dos Comandantes Militares, Caixa 94 (1844-45), ofício de agosto de 1845, doc. 39

militares. Além das deserções, os motins continuaram a ser o caminho para os soldados verem suas queixas e demandas atendidas pelas autoridades militares.

Não se pode negar que o Exército foi primordial para a “pacificação” do Império, uma vez que o surgimento de um Exército nacional possibilitou o deslocamento de soldados de províncias diversas para combater os “rebeldes”, desde a Cabanagem até a Farroupilha. Essa medida surtiu efeito, pois as rivalidades entre as províncias favoreceram a repressão de locais por tropas de outras províncias, como bem coloca Kraay. Além disso, a “pacificação” dele foi possível graças à sua força imperial formada por elementos de diversas províncias, impedindo que grande número de soldados e oficiais tivesse uma ligação com a sociedade local, posto que eles foram deslocados de uma província para outra, ficando pouco tempo nelas.

Depois da saída de Soares de Andréa, as levas de homens enviados diminuíram, mas o recrutamento de homens “perigosos”, principalmente dos “lançadores de pasquins” e “os críticos das autoridades” continuou, ajudando a manter o Exército provincial fora da disputa pelo poder na província. Assim, a criação de um Exército nacional foi importante na desarticulação dos elementos mais radicais de suas fileiras. Vale lembrar que esse foi o procedimento tomado com as tropas baianas envolvidas nas lutas de Independência, que foram retiradas da Bahia para a Guerra de Cisplatina. Kraay informa que a volta delas a Salvador reiniciou a agitação das tropas.

A reforma geral, proposta pelos *saquaremas* para o Exército, deve ter ajudado a “calmaria” no Exército, mas como ela não se concretizou, reiniciaram-se as animosidades nas tropas. Além disso, o deslocamento dos soldados para fora da província gerou um aumento de homens não dispostos a servi-lo, e que, para isso, procuraram revigorar suas relações paternalistas para se manter longe dele. Assim, preferiam o serviço na Guarda Policial, que garantia a permanência do guarda na Província perto dos seus familiares. Além disso, a transformação do Exército em local de correção para criminosos, deve ter levado muitas pessoas para longe de suas fileiras, pois não desejavam ser confundidas com “elementos perigosos”.

Apesar de Souza afirmar que a reforma não se concretizou, ela não deixa claro os motivos desse fracasso. Ela concorda que os conservadores não obliteraram as forças provinciais, mas sim que elas foram ordenadas à força ou por meio de trocas de favores, como a barganha por cargos e manutenção da leva forçada. Nega a existência de um projeto nacional entre as elites provinciais para a “pacificação” do país. Ressalta-se, porém, que a análise da documentação do período evidencia que a intervenção militar no governo foi contida devido à manutenção do “pacto federativo construído pelos liberais na década de

1830”, que se baseava no fortalecimento do poder central, sem a subjugação dos poderes regionais. Esse pacto permitiu um relativo aumento no efetivo do Exército para proteger as fronteiras e manter a ordem da sociedade e, principalmente, a construção de um Exército nacional. Mas a manutenção da nomeação de cargos nas mãos do Presidente da Província e da elite provincial, possivelmente permitiu a esta nomear muitos oficiais militares por meio de acordos políticos com o Presidente da Província, inviabilizando a ascensão de homens sem riqueza e boas relações a postos superiores e de oficiais generais.

Além disso, o poder central e a elite provincial preferiam colocar homens considerados perigosos na 1ª linha e transferi-los para outras províncias, possibilitando a manutenção de certa paz tanto nas vilas e lugarejos quanto no Pará. Assim, retiveram a mão-de-obra necessária para a reconstrução econômica da Província e das fortunas pessoais da elite e *potentados locais*. Vale lembrar também que os liberais não desejavam a ampliação do efetivo do Exército, mas não pretendiam erradicá-lo, pois era interessante mantê-lo para enviar homens considerados perigosos para fora do Pará, além de ele servir como forma de pressionar seus clientes à obediência com a ameaça de recrutá-los para o Exército. No entanto, a principal força da Província deveria ser a Guarda Policial, até mesmo as fronteiras deveriam ficar sob o controle da polícia, instituição sobre a qual a elite regional possuía gerência.

Chega-se à conclusão de que não foi a reforma do Exército feita pela elite *saquarema* a responsável pela pacificação dele, visto que as leis aprovadas não foram executadas em âmbito provincial, como a Lei de promoção de 1850, e outras como as reformas dos salários, que não alcançaram maioria na Assembléia Geral, visto que os próprios *saquaremas* se posicionaram contra ela. O que garantiu a “pacificação” do Exército foram os acordos feitos entre a elite regional com o governo do Rio de Janeiro, que reforçou os laços entre elas, rompidos, em parte, durante a Regência.

Dessa forma, responsável pelo recrutamento, a elite provincial ficou atenta a remeter para o Exército os elementos “perigosos” e “sediciosos” para fora da Província, deixando apenas os elementos mais ordeiros, cumprindo assim sua parte no projeto de consolidação do Império em torno da figura do Imperador. Por conseguinte, a manutenção do preenchimento dos postos da oficialidade nas mãos de membros da elite paraense manteve a distância entre eles e seus subordinados, como ocorreu no período colonial.

6 Conclusão

A partir de 1790 houve uma intensificação da militarização – iniciada em 1774 – do Exército Luso motivada em parte pela Revolução Francesa que deixou a Coroa portuguesa temerosa quanto à possibilidade de suas repercussões na América. Assim, se desenvolveu uma política de contra-revolução com a intenção de impedir a entrada de idéias revolucionárias nas várias partes do Império português.

Na América Portuguesa, os Capitães-Generais foram instruídos a redobrar a vigilância em torno das fronteiras, especialmente aquelas com castelhanos e franceses. Francisco de Sousa Coutinho foi nomeado governador do Pará, visando – entre outras coisas - fortalecer a estrutura militar com a criação de novos postos e tropas, navios de guerras, quartéis em pontos estratégicos - como o de Chaves na Ilha do Marajó - além da restauração e reequipamento de fortins e fortalezas e a transferência do Regimento de Infantaria de Extremoz para a capitania do norte. Para suprir a necessidade de braços armados, Souza Coutinho criou companhias de ordenanças formadas por pardos e pretos, pela primeira vez no Pará, em 1798. O recrutamento recrudescer com o agravamento da conjuntura internacional. Em 1808, a guerra nas fronteiras contra os franceses na Guiana Francesa é decretada por D. João. Intensificaram-se os preparativos para a invasão de Caiena. Assim, para ampliar o contingente militar, as tropas de 1ª linha passaram a incorporar soldados e recrutas pardos, indígenas e pretos. Foi neste contexto que o Príncipe Regente determinou a criação de corpos militares constituídos por pretos e pardos no Grão-Pará, que já existiam em outras capitanias desde a segunda metade do XVIII. Índios e pardos passaram a ser incorporados também nas tropas de 1ª linha, quebrando uma tradição colonial de compor tal unidade militar apenas com homens considerados brancos. Na conjuntura da Guerra de Caiena e da vinda da família real há uma significativa alteração na composição militar nas tropas luso-brasileiras no Grão-Pará.

Mas não foi um quadro de mobilidade social. Pelo contrário, a introdução de pardos e pretos nas tropas de 1ª linha acontece em condições de desvantagens, conflitos e tensões sócio-raciais. Eram impedidos de ocupar postos para além de oficiais inferiores e pesava sobre eles o estigma do “sangue infecto”. Os indígenas, tradicionalmente impedidos do ingresso nas tropas regulares, dificilmente chegaram além de sargentos nelas. Mesmo nas tropas de 2ª linha havia uma tendência de nomear para os postos de sargento-mor, ajudantes e coronéis - únicos cargos remunerados das milícias – somente aqueles considerados brancos oriundos das tropas de linha.

Os postos superiores acabavam restritos aos homens ricos e remediados, principalmente a partir da vinda da família real que reforçou a entrada nas fileiras militares da colônia de homens de tradição militar, filhos de sargentos-mores e mestres-de-campo, e os descendentes de pessoas com nobreza. Essas medidas não vedaram totalmente o acesso de pobres e mestiços ao oficialato, mas dificultavam a promoção daqueles que ingressavam como soldados simples. Além disso, a exigência de pagamento de meio soldo para confirmar a patente e a impossibilidade de exercer o posto daqueles que ainda não tivessem *patente* anterior confirmada, praticamente impediam que homens sem posse e influência alcançassem o oficialato nas auxiliares e na 3ª linha. As restrições feitas tanto aos *homens de cor* quanto aos sem posse, era uma tentativa de impedir que grande número de pardos, pretos e índios obtivessem algum tipo de ascensão social, visto que a oficialidade, a partir de alferes, tinha seus cargos igualados aos títulos de nobreza e um forte prestígio social. Todavia, havia exceções. Homens pobres e de cor que haviam prestado importantes serviços à Coroa poderiam chegar ao oficialato. Geralmente, uma combinação de grupo social, status e cor definia quem seria promovido. Por isso, não é possível encontrar *homens de cor* acima de oficiais inferiores no Exército.

No Grão-Pará, o período da invasão e ocupação de Caiena também foi um divisor de águas nas formas de politização e reivindicações dos soldados frente ao Estado português. Essa mudança é marcada pelo levante de 1811. A partir daí, os levantes militares são direcionados à tomada de poder. Pretendia-se transformar o governo e alterar as políticas do Estado tanto em relação às tropas quanto aos setores não-hegêmonicos que eles representavam. Em parte esta mudança acontece no contexto da circulação das “idéias revolucionárias” como a Revolução Francesa. Também as revoltas escravas em São Domingos e depois a formação do Haiti sugeriu percepções políticas radicais que alcançavam não só escravos e africanos, mas fundamentalmente *homens de cor* livres, muitos dos quais soldados arregimentados em tropas coloniais, tanto nas colônias francesas quanto espanholas. Isso sem falar na tradição antinômica que cruzava os mares com os marinheiros, muitos deles *pretos* e africanos.⁸⁵² Movimentos políticos e sedições na América Espanhola e na Europa também contribuíram para forjar as formas de cultura política de protesto entre soldados e tropas coloniais.

Uma das características dos levantes militares do período foi a tensão e separação entre oficiais (subalternos, superiores e oficiais gerais) e soldados. A unidade inicial em

⁸⁵² Peter Linebaugh e Marcus Rediker. *A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

algumas sedições logo se revelava pouco duradoura. Interesses, expectativas e reivindicações eram diversas e multifacetadas, cada vez mais distanciadas nos processos dos levantes. Soldados e sargentos formavam um grupo variado, composto por mestiços e *homens de cor* de ofícios diversos. Provavelmente, não havia um único projeto político ou expectativa unificada entre eles. Porém, suas expectativas de mobilidade, reconhecimento, oposição às tensões sócio-raciais produziram formas identitárias (impróvidas e provisórias) fundamentais, em oposição aos oficiais brancos e europeus.

Além disso, as expectativas políticas destes setores militares de mestiços e *homens de cor* se aproximavam de outros projetos políticos da população livre pobre, parte da qual era mestiça e negra. Isso tudo numa sociedade com escravos, igualmente descendentes de indígenas, crioulos e africanos funcionavam com um cenário mais amplo de transformação social. Assim, não é de se estranhar a sedição militar pela libertação de escravos, como a ocorrida em Cameté e na Ilha de Marajó em 1824. Não se pode esquecer que vários setores militares estavam também lutando por mudanças internas na corporação. A alteração nos critérios de promoção era uma bandeira de luta. No levante de outubro de 1823 houve a distribuição de patentes. Uma evidência a mais sobre os sentidos políticos forjados – com diferentes expectativas - entre soldados e oficiais inferiores na tentativa de estabelecer os critérios de promoção e reconhecimento militar. Durante a repressão da revolta do Rio Negro também houve distribuição de patentes. Mas, naquele contexto, tal gesto poderia ser uma forma de se opor à política de desestruturação das tropas de linha feita pelos liberais moderados com a criação da Guarda Nacional em 1831, uma vez que a distribuição de postos para o Exército estava proibida pelo governo regencial.⁸⁵³

Depois de 13 de maio de 1836, a repressão foi dura. O Marechal Andréa promoveu matanças e expulsão para fora da província de vários militares envolvidos em levantes - ocorridos nas décadas de 20 - que permaneceram nas tropas por força da anistia concedida por D. Pedro I, em 1824. Houve também praças beneficiados pela morosidade da justiça imperial. Não poucos aguardaram seus julgamentos em prisões localizadas ao longo da província. Em muitos desses locais continuavam tendo contato com o restante da tropa. Uma tradição de politização nas tropas, envolvendo vários setores militares, permaneceu viva na memória individual e na tradição oral da “caserna”. Por exemplo, o soldado Barbosa, preso no Arsenal de Marinha após a derrota da sedição de 1826, em Cameté, da qual foi o líder. Na prisão do Arsenal, em 1827, articulou sua fuga e de outros presos com o apoio do 24^o e 25^o Batalhões

⁸⁵³ Sobre a extinção das promoções no Exército ver: Jeanne Berrance de Castro *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília: Nacional, 1977. p.66

de Caçadores de 1ª linha da cidade em 1827. O praça Patacho também ficou durante anos preso em Belém. Não há informações sobre a influência dele sobre as fileiras do Exército, mas morreu lutando ao lado das forças Cabanas contra Andréa em 1836, revelando a manutenção de sua atividade política. A presença desse homem na cidade pode ter também ultrapassado as grades e os muros da prisão e influenciado alguns soldados do 16º Batalhão de Caçadores e o 5º Corpo de Artilharia que se revoltaram em 07 de janeiro de 1835.

Em seu processo de expurgo militar, Andréa retirou todos os indivíduos considerados por ele como “vadios” e *homens de cor* na tentativa de construir uma tropa renovada e totalmente subordinada. Tentava-se ampliar a dimensão “nacional” das tropas e unidades militares retirando os militares indesejáveis da província. Mas não foram somente essas medidas que “pacificaram” as tropas. A breve calmaria da “caserna” foi muito mais fruto da promessa de reforma militar dos conservadores e os acordos realizados entre poder central e as elites locais, e dessas com o universo dos possíveis recrutados. No Grão-Pará, as elites, por meio de sua força política e das relações clientelísticas, conseguiram manter sua mão-de-obra na província para reconstruir a economia local abalada com a Cabanagem. Diminuíram o efetivo das tropas e aumentaram o número de guardas policiais. Uma corporação que estava sob o controle dos potentados locais, permitindo o controle sob o ingresso e tempo de trabalho, evitando a retirada da sua força de trabalho das suas plantações, fazendas de gado e seringais por muito tempo.

A despeito de estar sob domínio das elites regionais, o serviço na Guarda Policial era mais vantajoso para aqueles incorporados no Exército, pois eles recebiam soldos maiores, além de ficarem isentos do serviço no Exército, que geralmente implicava em servir fora da província. É claro que precisavam da proteção dos patrões para evitar o recrutamento e permanecerem na província. Ao optarem pela força policial, também faziam escolhas e estavam defendendo seus próprios interesses, mantendo-se junto a seus familiares e a economia camponesa à qual se integravam. Além disso, o Exército deixava de ser o local de se obter prestígio social, e passava a ser o local dos criminosos e indesejáveis. Os pobres honrados procuravam servir na Guarda Policial ou na Guarda Nacional, que seria erigida novamente no Grão-Pará depois da reforma de 1850.⁸⁵⁴

Mas a reforma não saiu do papel. Os soldos continuavam atrasados, soldados ficavam além do tempo de serviço militar obrigatório, os castigos físicos permaneciam e as promoções estavam condicionadas a origem e status de grupo. Foi um período em que a deserção militar

⁸⁵⁴ Sobre o desprestígio do Exército ver também: Hendrik Kraay. “Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil”. *The Americas*, v.55, nº 1, p. 1-33, jul, 1998.

funcionou como uma forma permanente de protesto e de pressão sobre autoridades e governo. Apesar do expurgo da província dos oficiais inferiores e soldados envolvidos em sedições, as autoridades não conseguiram impedir que a politização dos setores militares alcançasse as dimensões da política governamental. O diálogo entre as tensões militares e os conflitos sociais mais amplos já era uma realidade há décadas, transformando-se permanentemente em diversas e diferentes conjunturas políticas e econômicas. Uma ação mais articulada parecia apenas aguardar um momento oportuno. De acordo com Souza, diante deste quadro político, os militares que publicaram – entre e julho de 1755 – o Jornal *O Militar* reivindicaram primeiro junto à Assembléia Legislativa Imperial, exigindo uma outra reforma. Segundo ela, um senador conservador acusava os liberais de tentarem se aproximar, ou melhor, fazer uma aliança com o grupo de militares que se juntou em torno do Jornal *O Militar* a fim de destituir do poder os *saquaremas* por meio da força. De fato, essa ameaça estava presente nos últimos artigos publicados. O artigo de fevereiro de 1855 deixava explícita tal ameaça:

[...] o bom senso aconselha que se nos arranque do lodaçal que desde 1831 nos achamos submergidos. A época da regeneração se aproxima a passos de gigante; O Exército está cansado de tanto sofrimento, tem-se deixado ludibriar; porém, a reação pode por isso mesmo ser. Convém, portanto, que desde já se aplique algum bálsamo às inúmeras chagas que abundam em nosso corpo⁸⁵⁵

Apesar da ameaça, os militares negaram tal possibilidade: “descanse o Sr. Senador, nós conhecemos toda a extensão dos nossos males – o que ainda não sabemos é fazer revolução para obter aquilo que temos direito”.⁸⁵⁶ Em outro artigo, eles diriam sobre as Revoluções: “[essas] só fazem transferir o bocado a outras mãos, deixando o mísero soldado sempre mal fardado, mal equipado”.⁸⁵⁷

Pode-se inferir dessas narrativas que praças, oficiais inferiores e os oficiais subalternos – relembrando que os oficiais subalternos aqui referidos eram aqueles, geralmente, sem posses e influências políticas e sociais -- tinham aprendido, ao longo das lutas pela independência e no período regencial, que as suas ligações com os políticos liberais não lhes traria benefício, pois as histórias dessas lutas provaram que havia uma grande diferença entre praças, oficiais inferiores, oficiais subalternos de origem pobre e membros da elite política, que muitas vezes eram seus oficiais superiores.

A elite política não estava disposta a promover mudanças reais nas tropas, principalmente aquelas que implicavam em transformações sociais em termos de status e

⁸⁵⁵ *O Militar*, 28 de fevereiro de 1855 apud Adriana Barreto de Souza. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro Arquivo Nacional, 1999.p. 178

⁸⁵⁶ Idem

⁸⁵⁷ *O Militar*, 8 de março de 1855 apud Souza. *O Exército na Consolidação...p. 179*

repercussões mais amplas. Assim, alguns setores militares esperariam o momento certo para tentar novamente uma reforma por meio da intervenção. Esse momento viria depois da Guerra do Paraguai.

Fontes e Arquivos

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

- Código 148 – Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1764-1765).
- Código 155 - Época Colonial, Correspondência da Metrópole com o Governo (1765);
- Código 285- Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1775);
- Código 354 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1780);
- Código 368 - Época Colonial, Provisões, Patentes e Nomeações (1780-1794);
- Código 512 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1794-1796).
- Código 568 - Época Colonial, Provisões, Patentes e Nomeações (1799-1814);
- Código 628 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1806-1808);
- Código 633 - Época Colonial, Correspondência da Metrópole com o Governo (1813-1814);
- Código 640 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1808-1810);
- Código 641 - Época Colonial, Correspondência do Ajudante de Ordens com o Governo (1808-1810);
- Código 642 - Época Colonial, Correspondência da Metrópole com os Governadores (1808-1813);
- Código 643 – Época Colonial, Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1808-1816);
- Código 647 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1809-1810);
- Código 650 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1810-1812).
- Código 653 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1810-1818);
- Código 655 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1811-1812);
- Código 658 - Época Colonial, Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1811-1823);
- Código 663 - Época Colonial, Correspondência das Juntas com Diversos (1813-1814);
- Código 668 - Época Colonial, Correspondência de Governo com Diversos (1814-1817);
- Código 671 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1814-1823);

Código 673 – Época Colonial, Cônsules (1814-1826);

Código 674 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com o Governo (1815);

Código 683 – Época Colonial, Livro de Ponta, Protocolo do Governo (1816-1819);

Código 709 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com a Província do Pará (1820);

Código 749 - Época Colonial, Correspondência de Diversos com a Província do Pará (1823);

Código 754. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823).

Código 782 – Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1824);

Código 784 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1824);

Código 798 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1824-1825);

Código 805 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1824-1870);

Código 804 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1825);

Código 814 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência do Presidente com Diversos (1825-1826);

Código 840 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência do Presidente com o Comandante das Armas (1826-1827);

Código 849 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1827-1830).

Código 853 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1827-1837);

Código 876. - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1828-1839);

Código 888 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1829-1838);

Código 899 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com a Corte (1830-1832);

Código 901 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com a Corte (1830-34);

Código 905 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com a Corte (1830-1836);

Código 1006. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Diversos com o Governo (1825);

Código 1118. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Correspondência do Comando Militar com Diversos. (1840-41);

Código 1119. Secretaria da Presidência da Província, Correspondência do Comando Militar com Diversos. (1840-41);

Código 1120. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência do Comando Militar com Diversos. (1840-41);

Código 1134. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Avisos do Ministério do Império. (1840-42);

Código 1136. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência do Presidente da Província com o Comando das Armas. (1840-42);

Código 1039. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência de Governo com a Corte (Ministério da Justiça), (1836 a 1839);

Código 1153. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Avisos do Ministério do Império. (1842);

Código 1065. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência do Governo com a Corte, Tribunais Superiores e Autoridades da Corte. (1837-56);

Código 1166. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Correspondência do Comando Militar do Baixo Amazonas, (1838),

Código 1151. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Avisos do Ministério do Império, (1842);

Código 1153. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Avisos do Ministério do Império, (1842);

Código 1154. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Avisos do Ministério do Império, (1842);

Caixa 31. Fundo da Secretária da Presidência da Província, série 13 ofícios, 1824, Ofício de 30 de abril de 1824;

Caixa 35. Fundo da Secretária da Presidência da Província, Conselho Geral da Província: ofícios, indicações, pareceres e posturas, série 13 ofícios, 1830-34;

Caixa 44 - Fundo da Secretaria da Presidente da Província, Ofícios dos Comandantes Militares, (1844-1845);

Caixa 68 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província, ofícios da Assembléia Legislativa Provincial, (1840-1848);

Caixa 94. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Ofícios dos Comandantes militares, 1844-45;

Caixa 113. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Ofício dos Comandantes Militares, 1847-1848;

Caixa 126. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Ofícios dos Comandantes Militares, 1849;

Legislação Colonial

Alvará de 24 de fevereiro de 1764, “dando nova forma ao recrutamento com a relação dos distritos aos diversos regimentos”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Maygrense, 1764;

Circular aos Generais das Províncias, “participando a Resolução de 20 de março do provimento dos Postos Inferiores da Artilharia”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maygrense, 1828, Tomo III;

Decreto de 07 de agosto de 1796, “regulando os corpos Auxiliares do Exército, denominando-os milícias”. In *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa: tipografia Maygrense, 128. Tomo III;

Alvará, “regulando o número dos oficiais Generais e suas reformas”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maygrense, 1828, Tomo III, p. 625;

Alvará de 27 de fevereiro de 1801, “regulando os privilégios dos Milicianos”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Maygrense, 1828. Tomo III, p.643;

Alvará de 28 de abril de 1797 “providenciando e promovendo o recrutamento voluntário para o exército”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Maygrense, 1828. Tomo III, p. 394;

Decreto de 18 de Maio de 1797, “facilitando a admissão de Cadetes”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Maygrense, 1828. Tomo III, p. 400

Decreto de 18 de maio de 1797 “facilitando a admissão de Cadetes”. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa: Maygrense, 1829. Tomo III.

Legislação Imperial

“Constituição Política do Brasil” In: *Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil de 1822 e 1826*. Tomo I. sem editora e s/d.

Decretos, Leis, Instruções e Relatórios da Independência (1823-1828)

Lei de 29 de novembro de 1832. “Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil”. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.

Lei de 06 de outubro de 1835 “Estabelecendo a maneira de se proceder ao recrutamento para o Exército.” In: *Coleção das Leis do Império de 1835*. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

Lei de 22 de setembro “suspende algumas das garantias do artigo 179 da constituição da Província do Pará, e autoriza do Governo a tomar diversas providências relativas à dita Província”. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1835*. Parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

Lei n. 438 de 8 de agosto de 1836 “Ao presidente da Província do Pará, dando providências a bem da Ordem pública, e praticando que se vão fazer para o melhoramento do processo.” In: *Coleção das Leis do Império de 1835*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

Lei de n.º 74 em 10 fevereiro de 1837 “Aviso ao Presidente da Província do Pará, não aprovando as medidas extralegais por ele tomadas, aliás pela necessidade da causa pública”. In: *Coleção das Leis do Império de 1837*. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

Lei n. 68 de 28 de setembro de 1837 “Fixando as Forças de terra para o [ano] de 1838-1839.” In: *Coleção de Leis do Império de 1837*. Rio de Janeiro: Nacional, 1861.

Lei n. 560. Em 03 de outubro de 1837. “Declarando que os pretos crioulos não estão isentos do recrutamento.” In: *Coleção das Leis do Império de 1837*. Rio de Janeiro: Nacional, 1861.

Lei n.º 650. Em 29 de dezembro de 1837. “Declarando ao Presidente da Província de Alagoas, que o contrato de engajamento dos Índios deve ser feito pelo tempo que eles quiserem, quando se não queiram prestar voluntariamente, deverá então proceder o recrutamento”. In: *Coleção das Leis do Império de 1837*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

Lei n. 585 de 06 de setembro de 1850. “Regula o acesso aos postos de [oficiais] das [diferentes] armas do Exército”. In: *Coleção das Leis do Império de 1850*. Rio de Janeiro: tipografia Nacional. 1864

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 151, D.11707, Projeto Resgate.

AHU, Mapa de Todos os Habitantes do Estado do Grão-Pará 1778, Pará, caixa 39, janeiro, 1778.

Arquivo Público da Bahia (APB)

Códice 1153 - Presidência a Província, Governo, Presidentes do Pará, 1826-55.

Código 1121- Presidência da Província, Governo, Presidentes do Pará, 1826-35.

Arquivo Nacional

Código 89. Secretaria do Governo da Capitania do Grão-Pará, vol. 1, código 89, CODES. pp. 210 verso e 272 verso.

Instituto Histórico Geográfico Paraense (IHGP)

“Mappa da famílias, que a exceção das do índios aldeados, que se achavam existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Povoação de Exames 1808-1837.”

Biblioteca Nacional

DM, I-32, 10, 4;

DM, I- 22, 1, 8;

Código 7. DM, 3, 26.

Código 824. Ministério da Guerra, pac. 03, ofício de 12 de maio de 1827.

IJJ9 528. Ofício de 12 de novembro de 1831

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGB, Coleção Manuel Barata, Pará, 1766-1804 – lata 285, pasta 3, mapas estatísticos de carga, gêneros exportados, despesas com estabelecimento da Colônia do Rio Madeira e navegação para o Mato Grosso, de movimento do porto do Pará, e dos habitantes da cidade do Pará, em 31/1/1793.

Cartografia Século XIX.

Comissão de Demarcação de Limites Pará

Comissão de Demarcação de Limites Pará, Mapa Adaptado de Parte Brué. “Encyclopédie de L` Amerique Meridionale”. In: *Brasil (Governo); França (Governo). Frontieres Entre le Brésil et La Guyane Française: Second Memoire*. Tomo VI. Paris: Alavre, Imprimeur – éditeur & Cia, 1889. p. 74

O Estado e capitanias do Grão-Pará e Rio Negro, com as do Maranhão e Piauí, que dele se desanexaram em separado Governo Geral no ano de 1772, aumentado até o paralelo de cinco

graus da latitude boreal, com as comunicações dos rios Negro, Orinoco e Cauaboris, a [S.L]; [S.N], 1778

Compilações e Anexos Documentais

CLEARY, David (Org.). 2002. *Cabanagem: documentos ingleses*. SECULT/IOE, Belém.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1963,3v.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850). *Vozes*, Petrópolis. p. 220-338.

Viajantes, Naturalistas e Cronistas.

ALDABERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu, Príncipe Alberto da Prússia. Brasília: Senado Federal /Conselho Editorial, 2002. 382 p.* (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BATES, Henry Walter. 1979. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. [s.d]. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. MPEG / CNPq /Fundação Roberto Marinho, Belém.

FLORENCE, Hercules. 1977. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Cultrix &EDUSP, São Paulo.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Von. “Estada na Cidade e Santa Maria de Belém do Grão-Pará”. In: *Viagens pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981.

WALLACE, Alfred Russel. 1939 [1853]. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Companhia Editora Nacional, São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre.

Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial”. In: *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- _____. “A Influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. In: CUNHA, José Carlos C. (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UFPA/UNAMAZ, 1992 (Série Cooperação Amazônica).
- _____. “Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX”. *Estudos Econômicos*, Volume 15, n.º especial, 1985, p. 153-168.
- _____. *Du Travail Esclave au Travail Libre: le Pará (Brasil) sous le régime colonial et sous l’empire (sec. XVIII-XIX siècles)*. Paris: [s.n], 1985 491f. Tese de Doutorado. École des Hautes Études in Sciences Sociales, Paris, 1985.
- ALMEIDA, Rita de Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ANDERSON, M. S. *War and Society in Europe of the Old Regime 1618-1789*. London: Fontana Press, 1988;
- AMOROSO Marta Rosa. “Corsário no Caminho Fluvial: os Mura do rio Madeira”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 297-310.
- ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. “O Sistema Agrário do Vale do Tocantins: Agricultura Para Consumo e Para Exportação”. In: *Proj. História*, São Paulo, (18), p.237-259, mai, 1999.
- _____. *História Social dos Sistemas Agrários – Pará - Brasil (1669-1800): rupturas e continuidades*. Paris: 1994. 76p. Tese. (Doutorado em História e Civilização) - École des Hautes Études in Sciences Sociales, Paris, 1994.
- APPIAH, K. A; GUTMANN, Amy. *Race, Culture, Identity: misunderstood connections color conscious*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- ARAÚJO, Dilton de Oliveira de. *O Tutu da Bahia. A Bahia e o Processo de Formação da Nação*. Salvador: UFBA, 2006. 295p. Tese (História Social do Brasil) – Universidade Federal da Bahia /UFBA, Salvador, 2006.
- ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. “A guerra dos bem-te-vis”. In: *Nossa História*. Ano 4/n 37, pp. 18-21, novembro de 2006.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Para, 1969.
- BARATA, Mario. *Poder e Independência no Grão-Pará (1852-1823): gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- BARRETO, Aníbal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000 (Coleção General Benício).

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *Os Braços da (Des)Ordem: indisciplina militar na província do Grão-Pará (meados do XIX)*. Niterói: UFF, 2004. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF. 2004.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. V 3. São Paulo: Eduap, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. “História e Política: laços permanentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n.o 23/24, p-7-18, set. 91/ago. 92, p. 16.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. *A Explosão Revolucionária: a soldadesca na Independência do Grão-Pará (1821-23)*. Belém: UFPA, 1999. 89 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, 1999.

_____. “VIVA A LIBERTÉ!”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. Recife: UFPE 200. p. 321. Dissertação (Mestrado em História Social do Norte e Nordeste) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

BRITO, Cecília Maria Chaves. “Índios das Corporações: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

CARDOSO, Alanna Souto. *Família de elite: os Moraes Bittencourt e a economia agrária em Cameté Setecentista (1750-1790)*. Belém: UFPA, 2005. 63 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém. 2005.

_____. *Apontamentos para a História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)*. Belém: UFPA, 2008. 151p. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “O Encontro da Soldadesca Desenfreada” com os “Cidadãos de Cor Mais Levianos”. No Recife em 1831. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 1, n. 18, (1998).

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: A política imperial*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. “Forte Príncipe da Beira: aspectos militares”. In: AZANBUJA, Deocleciano (org.). *Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

_____; BITTENCOURT, José Neves Bittencourt. *Armas: Ferramentas da Paz e da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991

CASTRO, Celso, IZECKSOHN Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 87-109.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Brasília: Editora Nacional, 1977.

CHARLET, Ronaldo Braga. *A Construção da Hierarquia Militar no Pará: contestação e negociação dentro da Ordem 1808-1822*. Belém: UFPA, 2000. Monografia de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém. 2000.

CHILDES, John. *Armies and Warfare in Europe 1648-1789*. New York: Holmes and Meier Publishers, 1982. pp. 46-47

CIDADE, Francisco Paula. *O Soldado de 1827*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927.

COELHO, Geraldo Martins. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

_____. *Letras & Baionetas*. Belém: CEJUP, 1989.

COMNINEL, George C. “O Contexto Político do Movimento Popular na Revolução Francesa”. In: KRANTZ, Federick (org.). *A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 106-127.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2. ed. Belém: Universidade do Estado do Pará, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DERVIEU, C. L. *A Concepção de Vitória entre os Generais*. Rio de Janeiro: sem editora, 1942.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a Revolução Popular da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1990.

DOLHNIKOF, Miriam. “As elites regionais e a construção do Estado”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003. p. 431-468.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática. 1982.p. 192

FELDMAN, Ariel. “Uma Crítica às Instituições Representativas no Período das Regências (1832-1840)”. In: *Almanack Brasiliense*. n. 4/novembro de 2006. p. 65-82.

_____. *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e Colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

FONSECA, Paloma Siqueira. “A persiganga e as punições da Marinha (1808-31)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 111-138.

FRAGOSO, Frei Hugo. “Os aldeamentos Franciscanos no Grão-Pará”. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). *Das Reduções Latinas Americanas às Lutas Indígenas Atuais*. IX Simpósio Latino-Americano de Cheila. Manaus. São Paulo: Paulina, 1982.

FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s/d.

GALLOIS, Diminique TilKin. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waipi*. São - Paulo: NHII/USP FAPESP, 1993.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. “Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira”. In: *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XI*. Belém: Editora universitária/UFPA, 1999.

_____. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, Quilombos e Comunidades de Fugitivos no Brasil (séc. XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP/ Pólis, 2005.

GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 33-60

HAYES, Robert A. *A Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HENRY, Louis. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Lisboa: Grávida, 1988.

HILL, Christopher. “Os pobres e o povo na Inglaterra do século XVII”. In: KRANTZ, Federick (Org.). *A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. *Eco da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhias das Letras, 1996.

_____. “A Outra História: algumas reflexões”. In: KRANNTZ, Frederick (Org.). *A Outra história, ideologia e protesto popular nos séculos XVIII a XIX*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (orgs.). *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*. 3v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. (História Geral da Civilização Brasileira).

IZECKSOHN Vitor. “Recrutamento Militar durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 180-208.

JANCSÓ, István. “A sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: NOVAIS, Fernando A e MELLO E SOUZA, Laura de (orgs). *História da Vida Privada na América Portuguesa*. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 388-445.

_____. “Independência, Independências”. In: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, 2005.

KEITH, Henry. *Soldados salvadores: as revoltas militares brasileira de 1922 e 1924*, em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

KELLY, Hebert S. “Os homens livres de cor na sociedade escravista”. *Dados*, n.12, p. 3-27, (1978).

KRAAY, Hendrik. “Entre outras coisas não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra de Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, (2002), pp. 109-126.

_____. *Race, State, And Armed Forces. In Independence Era Brazil: Bahia, 1790-1840*, Stanford/California: Stanford University, 2002.

_____. “Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 303-342.

_____. “Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil”. *The Americas*, v.55, nº 1, p. 1-33, jul, 1998.

IZECKSOHN Vitor. “Recrutamento Militar durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 180-208.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugal/Civilização Brasileira, 1938. Tomo II

LIMA, Leandro Mahalem de. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.

LIMA, Tânia Solze. “Histórico dos Jurunas.” Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 23 de jul. 2006.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOPES, Siméia Nazaré. *Comércio Interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Belém: UFPA/NAEA. 2002. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2002.

_____. “Casa de Negócios, Tabernas e Quintais: o controle social sobre os agentes do comércio no pós-Cabanagem”. In: *Revistas Estudos Amazônicos*, v.1, n.1, p. 55-76, jul./dez., 2007.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.

MACHADO, André. “As Esquadras Imaginárias: no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil”. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, 2005. p. 303-343.

_____. *A Quebra Mola Real das Sociedades: a crise do antigo Regime Português na Província o Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP 2006. 359 p. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Estadual de São Paulo/USP, São Paulo. 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 1997

MAGNÓLIO, Demétrio. “O Estado em busca de seu território”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijí, Fapesp, 2003. p. 285-296.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (Coleção Descobrimos o Brasil).

_____. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2a. ed. São Paulo, HUCITEC, 1990.

MCBETH, Michel. “The Brazilian Army and Its Role in the Abdication of Pedro I”. *Luso-Brazilian Review* 15, n. 1, p. 117-129, 1978.

MACFARLANE, Anthony. “Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações”. In: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 387-417.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MENDES, Fábio Farias. “Encargos, Privilégios e Direito: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 111-138.

MIRANDA, B. *A cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos*. Manaus: Tipografia de J. Renaud e C., 1908.

MONTEIRO, John. *Os Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: da maioria a minoria*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOREL, Marco. “Restaurar, Fracionar e Regenerar a Nação: o partido caramuru nos anos de 1830”. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Editora Unijuí, Fapesp, 2003. p. 407-430.

_____. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MUNIZ, Palma. “Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios”. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Marinha Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1999.

NEGRO, Antônio Luigi. “Um certo número de idéias para uma história social ampla, geral e irrestrita”. IN: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (org.). *Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

NOFI, Albert. “A Napoleon’s art of war”. IN: *Strategy and Tactics Magazine*, jul-aug, 1979, n. 75.

NOGUEIRA, Shirley M. S. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/NAEA, Belém, 2000.

_____. “Esses Miseráveis Delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 87-109.

NOGUEIRA, Cristiane Silva. *Território de Pesca no Estuário Marajoara: comunidades negras e conflitos no município de Salvaterra*. Belém: NAEA 2005. 200 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2005.

NOVAES, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª edição. São Paulo: HICITEC, 1995.

PALACIN, Luiz. Técnica “Militar e Sociedades de Ordens: um estudo sobre as Guerras do Nordeste no Século XVII”. In: *Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás*, n.1, jul. dez., 1981.

PALHA, Américo. *Soldados e Marinheiros do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

PARAÍSO, Maria Hilda B. “Os Botocudos e sua Trajetória Histórica”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 414-430.

PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and Spanish Road 1567-1659: the logistic of Spanish victory and defeat in the Low Countries war*. New York: Cambridge University Press, 1972.

PATRÍCIO, Marlinda Melo. “Histórico dos Kuruaya”. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. IN: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 53-98

PEREGALLI, Henrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986.

PERRONE-MOISES, Beatriz. “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 115-131.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem*. Manaus: Valer, 2001.
 _____ “Tempestade sobre Belém”. In: *Nossa História*. Ano 4/n 37, p.22-25 novembro de 2006.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Guerra no Império*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Centro do Servidor Público e Bibliex, s/d.

PORRO, Antônio. *Os Povos das Águas: Ensaio de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. “História Indígena do Alto e Médio Amazonas séculos XVI e XVIII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 175-195.

PRATT, Mary Loius. *Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

PUNTONI, Pedro. “O sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 633-676.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Belém: Ed. da Universidade/UFPA, 1970, 3v.

RAMOS, André. “Histórico dos Mundurucus”. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

RAVENA, Nirvia. *Abastecimento: falta, escassez do “pão ordinário” em Vilas e Aldeias do Grão-Pará*. Belém, 1994 Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento,) – Universidade Federal do Pará /UFPA/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, 1994.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Lobo D’Almada: um estadista colonial*. Manaus, 2a edição, 1940

_____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*, [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1953. (Cadernos de Cultura).

_____. *A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.

_____. *História de Óbidos*. 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil. V. 123).

REIS, João José. “O Jogo duro de dois de junho: o partido negro na Independência da Bahia”. In: Reis, João José; Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 79-98.

RIBEIRO, Gladys Sabino. ““Pés-de-Chumbo” e “Garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro reinado (1822-1831)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n.º 23/24, p. 141-167, set. 91/ago. 92.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução (as forças armadas)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

ROWLAND, Roberto. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 365-388.

RUDÉ, George. *A Multidão na História: Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, Belém: Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

_____. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992

_____. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e Meirinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia (sertão do Grão-Pará 1755-1823)*. Niterói: UFF, 2001. 342 p. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF. Niterói, 2001.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “De Pardos Disfarçados a Brancos Poucos Claros: Classificação Racial no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. *Afro-Ásia*, p. 115-137, 32(2005).

SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1984)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHULTZ, Kirten. “A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 125-152.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA, Adriana Barreto de. “A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850)”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, pp. 159-178.

_____. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. “Tradição e reforma na organização político-administrativa do espaço, Portugal, finais do século XVIII”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijí, Fapesp, 2003. p. 297-318.

SILVA, João Nei Eduardo da. “Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense”. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 139-149.

SILVA, Luiz Geraldo da. “Negros Patriotas, Raça e Identidade Social na Formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijí, Fapesp, 2003. p. 915-934.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SOARES, Eliana Cristina Lopes. *Roceiros e Vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no Período Colonial*. Belém: NAEA 2002, Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2002.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Capoeira Escrava e Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro*. 2ª edição ver. e ampl. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004.

SOUZA Júnior, José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para emancipação do Grão-Pará e atuação de Felipe Patroni (1820-1823)*. Campinas: UNICAMP. 1999. Dissertação, 281p. (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 1999.

_____. “Semeando vento, colhendo tempestade: o Pará e o processo de adesão à Independência”. *An. Arq. Público Pará*, Belém, v. 4, t.2, pp. 255-292, 2004.

SOUZA, Marcio. *Lealdade*. 2ª edição, São Paulo: Marco Zero, 1997.

_____. *Desordem*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero como raça para etnicidade”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.20, pp.101-119, jun.1991.

THOMPSON, E A. “A economia moral da multidão Inglesa no século XVIII”. In: *Costume em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Patrícios e Plebeus.” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

VELOSO, Euda Cristina Alencar. “Estruturas de Apropriação de Riqueza em Belém do Grão-Pará através do Recenseamento de 1778”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza; FIGUEREDO, A. Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VIANA, Larissa. *O Idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

VOVELLE, Michell. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

WRIGHT, Robin M. “História do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 253-266.